

–MAMEDE MUSTAFA JAROUCHE–

**SOB O IMPÉRIO DA LETRA:
IMPrensa & POLÍTICA NO
TEMPO DAS *MEMÓRIAS DE
UM SARGENTO DE MILÍCIAS***

TESE DE DOUTORADO apresentada ao
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas, na Área de Literatura
Brasileira, da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Uni-
versidade de São Paulo.

Orientador: PROF. DR. JOÃO ADOLFO
HANSEN.

FFLCH–USP
SÃO PAULO
1997

—MAMEDE MUSTAFA JAROUCHE—

AUTORIZADO o fornecimento de
cópias da tese a interessados.

**SOB O IMPÉRIO DA LETRA:
IMPrensa & POLÍTICA NO
TEMPO DAS *MEMÓRIAS DE
UM SARGENTO DE MILÍCIAS***

TESE DE DOUTORADO apresentada ao
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas, na Área de Literatura
Brasileira, da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Uni-
versidade de São Paulo.

Orientador: PROF. DR. JOÃO ADOLFO
HANSEN.

FFLCH-USP
SÃO PAULO
1997

JAROUCHE, MAMEDE MUSTAFA

1997

“A força escrota da autoridade necessariamente fundamenta toda a ‘ordem’, palavra por sinal sagaz que incorpora, a um só tempo, a insuportável voz de comando e o presumível lugar das coisas.”

(Raduan Nassar, *Um Copo de Cólera*)

“Quem acha vive se perdendo.”

(Noel Rosa, “Feitio de Oração”)

“A Leopoldina virou trem... — e ‘Dão’ Pedro é uma estação também!”
(Sérgio Porto, “Samba do Crioulo Doido”)

	<i>onde se lê:</i>	<i>leia-se:</i>
4	Luiz Werneck da Silva	José Luís Werneck da Silva
	propõe	propõem
nota 311	Marlise	Marlyse
nota 312	Marlise	Marlyse
nota 319	capítulo “f”	capítulo 15, pp. 266-270

-ÍNDICE-

Introdução		pp. 01-09
I- Tipo Zero: Qualificações		pp. 10-49
1) A Beleza do Morto	p. 11	
2) A Biografia da Alma	p. 25	
3) A Cotação das Inteligências	p. 37	
II- Letrados, Estado & Cia		pp. 50-90
4) Cooptação, Inserção e Exclusão	p. 51	
5) Contestação	p. 69	
6) Republicanos	p. 80	
III- Política [d]e Pacotilha		pp. 91-134
7) Usos e Abusos da Imprensa: Pasquim e Verrina S.A.	p. 92	
8) O Não-Suplemento e seu Escritório: Epigramas e Algo Mais	p. 105	
9) <i>Intermezzo</i> : a Grande "Maracutaia"	p. 121	
IV- História, Humor, MSM		pp. 135-316
10) Bocas e Olhos do Povo: Lugares-Comuns	p. 136	
11) <i>Ridendo Castigat Mores</i> (<i>et Portucalenses</i>)	p. 170	
12) Polícia para Quem Precisa	p. 191	
13) "Amor", Ciúmes, Namoro	p. 206	
14) Pretos & Outros	p. 220	
15) Deambulação Analítico-Comparativa	p. 238	
16) Constituição de Autores e Leitores	p. 272	
17) E Bem, e o Resto?	p. 294	
Bibliografia		pp. 317-334
Anexos		p. 335

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo a leitura de materiais contemporâneos às *Memórias de um Sargento de Milícias*, a fim de reconstituir, por meio deles, as condições de possibilidade de sua efetuação. Para tanto, foram realizadas pesquisas em documentos –jornais, revistas, livros e manuscritos– depositados em instituições como a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), todas sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, mais do que nas *Memórias...* propriamente ditas, pensou-se em seu contexto de realização, procurando-se investigar as determinações, muita vez microscópicas, que teriam atuado não apenas em suas elaboração e recepção, mas também nas de outros discursos e práticas contemporâneos. Desse procedimento, levado a cabo pelo levantamento dito “arqueológico” dos materiais da época, resultou uma abordagem na qual a heurística tenta adequar-se ao valor histórico do texto no seu tempo.

Quanto à crítica –e ora se justifica porque este trabalho pouco recorreu a ela–, evitaram-se seus procedimentos mais habituais, que em geral consistem na leitura do texto enquanto descrição, discutindo-se sua maior ou menor “fidelidade” ao tempo que ele supostamente “retrataria”. Ademais, a leitura do texto em seu suporte primitivo, o **jornal**, pretendeu reconstituir a materialidade da prática contemporânea de Almeida, incluindo o próprio meio material na estruturação do sentido presumível da obra – coisa que a crítica moderna, lendo o texto na forma de **livro**, costuma ignorar, desvinculando-o de seu suporte material primitivo.

Andando por tais vias desusadas, este trabalho também procurou, enfim, trilhar um caminho diverso daquele em que se vêem as pisadas de Antonio Candido, basicamente seu estudo pioneiro “Dialética da Malandragem”¹, a respeito do qual se impõe agora tecer alguns comentários.

¹ Originalmente publicado na *Revista de Estudos Brasileiros* nº. 8. São Paulo, IEB/USP, 1970, pp. 67-89, e republicado na edição crítica das *Memórias de um Sargento de Milí-*

Com esse ensaio, publicado em 1970, as *Memórias de um Sargento de Milícias* foram guindadas a uma posição por assim dizer central nos quadros da Literatura Brasileira: sua importância foi grande, e ele chegou mesmo a transcender a esfera meramente literária, “contaminando” outras áreas, como, por exemplo, a História² e a Antropologia³.

Embora seja uma interpretação sugestiva, a “Dialética da Malandragem” tende a causar a impressão de que o texto não passou de simples pretexto⁴ para a criação de uma espécie de “Teoria da Revolução Brasilei-

cias elaborada por Cecília de Lara (Rio de Janeiro, LTC, 1978, pp. 317-342). Utilizou-se aqui a versão constante de: Candido, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, pp. 19-54. A diferença básica entre essas duas reedições é que, na segunda, se expurgou o gráfico da “ordem/desordem” que constava da primeira.

² Cf., por exemplo: Carvalho, José Murillo de. *Os Bestializados*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991. Analisando as causas da Revolta da Vacina, o autor conclui que ela se deveu ao fato de a população carioca não aceitar o contrato social proposto pela República. Apesar de empregar o termo “bilontra”, ele no fundo sugere que a maior parte da população carioca era (e talvez ainda seja) malandra. Cf. também: Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990, que se apóia bastante na “Dialética da Malandragem”.

³ Cf.: Matta, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. Ainda que muito engenhosa, a análise talvez se equivoque, primeiro, por ser muito generalizante e operar um retorno ao mito do caráter nacional, e, segundo, por não levar em conta as características temporalmente universais daquilo que julga ser especificamente brasileiro. Nesse sentido, o excelente trabalho de Peter Burke —*Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras— anula, ou pelo menos relativiza, boa parte das criativas argumentações de Roberto da Matta.

⁴ Um dado interessante acerca da abertura que o texto das *Memórias de um Sargento de Milícias* oferece ao pretexto: numa análise de 1894, José Veríssimo faz uma interpolação política aparentemente inexplicável, na qual ele passa a lamentar-se de um “cinzento mundo futuro”, que se caracterizaria pela mesmice, “a ponto de gerar na gente a alegria de morrer antes dele”. Cf. o artigo “Um Velho Romance Brasileiro”, na citada edição crítica de Cecília de Lara, pp. 291-302. Quanto à tese de Candido ser mais ou menos independente do romance que a motivou, isso fica claro na releitura de Roberto Schwarz (“Pressupostos, Salvo Engano, de ‘Dialética da Malandragem’”. In: *Que Horas São?* São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 129-155), onde quase não se faz menção às *Memórias...*, e na crítica de Silviano Santiago (“Para Além da História Social”. In: *Nas Malhas da Letra*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 215-232), onde elas desaparecem completamente. Schwarz relê o texto de Antonio Candido em chave marxista, louvando seus propósitos mas contestando o poder libertador da malandragem, a qual ele visivelmente não

ra” ou de uma contribuição à Antropologia Brasileira, o que não deixa de ser curioso, pois essa atitude conferiu certa ubiqüidade às *Memórias...*, confirmando, ainda que por vias transversas, seu caráter “malandro”.

Refutando a maioria das interpretações precedentes⁵ –que em geral se baseavam nos chavões do reflexo, ou então apontavam para uma problemática filiação a um gênero típico do XVII espanhol, a novela picaresca⁶–, Candido argumenta que nas *Memórias...* o reflexo da sociedade existe sim, mas no nível da estruturação da obra. Em outras palavras: seria nos princípios que organizam a estruturação do sentido, e não nas ocorrências representadas, que o romance incorporaria o movimento da sociedade de seu tempo, aí não importando se esse tempo seria o da elaboração ou da representação, já que as mudanças, de qualquer modo, teriam sido efetivamente poucas. Para Candido, enfim, o essencial residiria nas constantes interpenetrações, executadas com muita naturalidade, entre os opostos universos da lei e de sua ausência, ou, usando seus termos, na *dialética*

aprecia. Já Silviano Santiago contrapõe Octavio Paz a Antonio Candido, para então repropor uma tese do semiólogo tcheco Jan Mukářovski. O objetivo, expresso, é não perder de vista nem o fluxo histórico nem o que ele chama de “eficácia e autonomia do objeto artístico”.

⁵ Com a solitária exceção de: Damasceno, Darcy. “A Afetividade Lingüística nas *Memórias de um Sargento de Milícias*”. In: *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, v. II, t. II, 1956, pp. 155-177. Trata-se de um utilíssimo trabalho de caráter filológico, muito embora insista em alguns princípios “realistas”.

⁶ É o caso, entre outros, de: Montello, Josué. “Manuel Antônio de Almeida”. In: Coutinho, Afrânio (org.). *A Literatura no Brasil*. Niterói/Rio de Janeiro, Eduff/José Olympio, 1986, v. III, pp. 347-353; e Frieiro, Eduardo. “Do Lazarinho de Tormes ao Filho de Leonardo Pataca”. In: *O Alegre Arcipreste e Outros Temas de Literatura Espanhola*. Belo Horizonte, Oscar Nicolai, 1959, pp. 67-93. Mais recentemente, Mário Miguel González, especialista em picaresca espanhola, tratou do tema (“Nos Primórdios da Neo-Picaresca: *Memórias de um Sargento de Milícias*”). In: *A Saga do Anti-Herói*. São Paulo, Embajada de España/Nova Alexandria, 1994, pp. 278-296). Embora tal discussão fuja à alçada e aos interesses do presente trabalho, vale a pena registrar que González anota as analogias e diferenças entre as *Memórias...* e os romances picarescos espanhóis, dando também a notícias da tradução de alguns desses textos no XIX brasileiro. Apenas caberia aqui notar, lembrando algum Borges, que a apropriação, aliás não confirmada, de textos tão distanciados no tempo os transforma em coisa muito diferente.

da ordem e da desordem, que refletiria uma dimensão real da sociedade brasileira (cujo contrato, comparado, *v.g.*, com o norte-americano, não seria lá muito rígido, ao menos no que tange aos homens livres⁷). Nos fugidios interstícios entre a ordem e a desordem circularia, desenvolta, a figura do *malandro*, cuja primeira representação característica na Literatura Brasileira seria Leonardo filho, protagonista das *Memórias...* Disso tudo decorreria, por conseguinte, a *sensação de realidade* transmitida pela obra.

Não se irá entrar, nesta introdução, em maiores detalhes sobre o texto de Antonio Candido e seu binarismo explícito, o que aliás já foi feito há algum tempo⁸. Contudo, deve-se observar que, ao cabo, ele extrapola de vez o âmbito literário ao afirmar, num acento em que se ouvem ecos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (o das *Raízes do Brasil*), que essa dimensão real representada pela falta de rigor no contrato social seria potencialmente libertadora, facilitando o eventual ingresso do País numa nova ordem.

Tal leitura, como não poderia deixar de ser, suscita alguns questionamentos, o primeiro dos quais se refere à difusa *sensação de realidade*, da qual já soa a mera banalidade dizer que, subjetiva e psicologizante, é também ideologicamente condicionada. Afinal, entre outras coisas, quem sentiria essa sensação? Os leitores do tempo? Os leitores dos “anos de chumbo” do regime militar instaurado em 1964? Os leitores deste final de século XX? Caso sejam esses últimos, de que maneira lhes chegaria semelhante sensação, se as condições sob as quais o livro se produziu estão su-

⁷ Para esse assunto, existe o clássico estudo sociológico de Maria Sylvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (São Paulo, Kairós, 3^a. edição, 1983), onde se analisam essas pessoas situadas entre senhores e escravos, evidenciando-se que suas relações se davam fora de qualquer código legal, numa atmosfera em que a instabilidade era a pedra de toque. A autora baseou-se em materiais colhidos na região de Guaratinguetá, São Paulo.

⁸ Cf. Gotto, José Roberto. *Malandragem Revisitada (uma Leitura Ideológica da Dialética da Malandragem)*. Campinas, Pontes, 1988. Originalmente, o trabalho foi defendido como Dissertação de Mestrado na Unicamp, sob a orientação de Roberto Schwarz.

peradas? E, caso não estejam, quando estiverem essa sensação se esvairá? São indagações naturalmente arbitrárias, mas sempre oportunas. Enfim, a “Dialética da Malandragem”, conquanto sejam compreensíveis seus objetivos — o autor escrevia num período de repressão militar e talvez tencionasse insinuar que aquilo não poderia durar *ad æternum* —, acaba funcionando como uma espécie de legitimador de estereótipos a respeito de um suposto e sempre perseguido “caráter nacional”, transformando a malandragem numa noção interessada.

Isso posto, a maior parte das críticas às *Memórias de um Sargento de Milícias* — em geral prefácios ou posfácios às inúmeras reedições da obra, legitimada por sua introdução no aparelho escolar — adotam como princípio a soma dos verossímeis temperados pelo anedótico ou pelo folclórico⁹. Assim, o livro fez ou não fez sucesso¹⁰; reflete¹¹ ou não reflete¹² o Rio de Janeiro; repousa na exterioridade das personagens¹³ ou faz fina análise psicológica¹⁴, apresentando “traços de habilíssima embora caricatural análise humana”¹⁵; tem “momentos repugnantes”¹⁶ ou é sempre ameno e

⁹ Cf. Guimarães, Reginaldo. *O Folclore na Ficção Brasileira: Roteiro das ‘Memórias de um Sargento de Milícias’*. Rio de Janeiro, MEC/Cátedra, 1972.

¹⁰ As referências aludem às duas possibilidades. Geralmente se considera que os “folhetins” fizeram sucesso, mas que o livro teria encalhado, mas nenhuma dessas possibilidades pode ser confirmada ou desmentida. Cf. o primeiro capítulo do presente trabalho.

¹¹ Cf., por exemplo, Veríssimo, José, *op. cit.*; ou Pereira, Astrojildo. “Romancistas da Cidade: Macedo, Manuel Antônio e Lima Barreto”. In: *Revista do Brasil* nº. 35, 1941, pp. 26-59, esp. pp. 28-29.

¹² Cf. Damasceno, Darcy, *op. cit.*

¹³ Cf. Candido, Antonio, *op. cit.*; e Galvão, Walnice Nogueira. “No Tempo do Rei”. In: *Saco de Gatos*. São Paulo, SCCT/Duas Cidades, 1976, pp. 27-33.

¹⁴ Cf. Negrão, Maria José Trindade. *Manuel Antônio de Almeida. Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1966, p. 19.

¹⁵ Andrade, Mário de. “*Memórias de um Sargento de Milícias*”. In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo, Martins, s/d, p. 132.

¹⁶ Cf. Paranhos, Haroldo. “A Segunda Geração Romântica e as *Memórias de um Sargento de Milícias*”. Introdução à edição desse livro publicada pela editora Edições Cultura Brasileira, Rio de Janeiro, s/d, p. xi.

festivo¹⁷; capta a pobreza pelo fluxo narrativo¹⁸ ou então a elide e mascara com habilidade¹⁹; não tem nada de romântico²⁰ ou então não pôde fugir ao “avassalador jugo romântico”²¹; e dispensou-se do estilo ornamental porque foi publicado num folhetim de jornal²², o que aliás pode ter sido uma vantagem²³; já seu autor, além de lusófobo²⁴, “foi de alguma forma coerente com as tendências apontadas pela sua obra, entrando para o “Congresso das Sumidades Carnavalescas”²⁵. A propósito, os supostos acidentes de percurso do autor, Manuel Antônio de Almeida, também forneceram material para a articulação de outros verossímeis: em sua biografia, escrita por Marques Rebelo, combinam-se a origem humilde, o amor pelo Rio de Janeiro e a impregnação de conteúdos culturais populares, que conduzem a um resultado já dado de antemão. Como todos os caminhos levam a Roma e ao Carnaval, da leitura do livro resulta inalie-

¹⁷ Cf. Pinto, Rolando Morel. “Introdução” à edição da Editora Cultrix, São Paulo, 1970, p. 9-22, esp. p. 19.

¹⁸ Cf. Bosi, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1985, p. 147.

¹⁹ Cf. Santiago, Silviano. “Imagens do Remediado”. In: Schwarz, Roberto (org.). *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 31-34.

²⁰ Paranhos, Haroldo, *op. cit.*

²¹ Souto, Luiz Felipe Vieira. “Manuel Antônio de Almeida”. In: *Dois Românticos Brasileiros*. Rio de Janeiro, IHGB, 1931, p. 113 (prefácio de Affonso Celso; o outro romântico é Manuel Antônio Álvares de Azevedo).

²² Sodré, Nelson Werneck, citado por Cecília de Lara (p. 288 de sua edição crítica), mas sem menção à fonte. Trata-se de visível incoerência: o que serve para Almeida não serve, v.g., para Alencar, Macedo ou Machado, que produziram sob as mesmas circunstâncias.

²³ Cf. Sodré, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo, Difel, 1982, p. 229; Andrade, Mário de. “Memórias de um Sargento de Milícias”. In: *op. cit.*, pp. 125-139.

²⁴ Haddad, Jamil Almansur. “Prefácio” à edição da Editora Melhoramentos, São Paulo, 1954. A meta, obviamente, é realçar o nacionalismo de Almeida.

²⁵ Zagury, Eliane. “Apresentação” à edição da Editora Ática, São Paulo, 1985. Nessa linha, e invertendo, ter-se-ia então que José de Alencar foi de alguma forma *incoerente* com as tendências apontadas em sua obra, já que se filiou ao mesmo Congresso (cf. Moraes Filho, Melo. “O Carnaval”. In: *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d, pp. 26-34, esp. p. 29; cf., adiante, o final do primeiro capítulo).

nável impressão de que, por motivos insondáveis mas em todo caso justos, Almeida é prefiguração de Rebelo²⁶ – tal e qual, bem comparando, Moisés o era em relação a Cristo, conforme acreditavam também os veneráveis teólogos medievais²⁷.

No presente trabalho, adotou-se outra linha, que não se propõe nem mais nem menos “verdadeira” em relação às anteriores: é apenas *outra*, como já se disse alhures, apresentando a peculiaridade de trabalhar com diferentes determinações, que a fizeram chegar, por conseqüência, a resultados diferentes. Ademais, como foi ressaltado, evitou-se até mesmo a leitura das *Memórias de um Sargento de Milícias* enquanto “livro”, optando-se por sua primeira forma –relativamente mais aberta e em processo de construção–, que foi a publicação seriada nas páginas da Pacotilha do jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro.

Em 1930, Walter Benjamin escrevia que os poemas de Erich Kästner deveriam ser lidos de preferência em sua forma de publicação original:

²⁶ Cf. Marques Rebelo. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. São Paulo, Martins, 1963. Nas orelhas do livro, Antônio Houaiss exalta essa filiação.

²⁷ Além dos trabalhos de Astrojildo Pereira, Darcy Damasceno e Antônio Candido –cada qual, a seu modo, leitura fundadora–, não seria justo deixar de arrolar, entre outros estudos de qualidade a respeito das *Memórias de um Sargento de Milícias*, os seguintes: Galvão, Walnice Nogueira, *op. cit.*; Gomes, Eugênio. “Manuel Antônio de Almeida”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Salvador, Livraria Progresso, 1958, pp. 53-76; Martins, Wilson. “Filho de uma Pisadela e de um Beliscão”. In: *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Edusp/Cultrix, 1978, v. II, pp. 475-487; e Tinhorão, José Ramos. “Manuel Antônio de Almeida e o Romantismo Realista-Popular”. In: *A Música Popular no Romance Brasileiro*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992, pp. 93-112 —, todos em linha diferente da adotada neste trabalho. Menção à parte merece o curto e sugestivo estudo de Lara, Cecília de. “*Memórias de um Sargento de Milícias: Memórias de um Repórter do Correio Mercantil?*” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, IEB-USP, 1979, n.º. 21, pp. 59-84. Seria praticamente desnecessário citar o excelente e oportuno trabalho de pesquisa e edição levado a cabo por Bernardo de Mendonça em: *Obra Dispersa de Manuel Antônio de Almeida* (Rio de Janeiro, Graphia, 1991), ao qual a presente tese muito deve. **Em tempo:** o último estudo que se pôde alcançar aqui foi o de Ribeiro, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Brasil: Manuel Antônio de Almeida*. São Paulo, PUC, 1996 (Tese de Doutorado). Trata-se de uma abordagem semiótica, com pressupostos diferentes dos aqui utilizados.

“em livro, essas estrofes ficam apertadas e um pouco sufocadas, mas nos jornais deslizam como peixes na água. Se essa água nem sempre é das mais limpas, e se nela flutua muito lixo, tanto melhor para o autor, cujos peixinhos poéticos podem ali engordar à vontade”²⁸. Os poemas de Kästner não interessam agora, mas sim a aguda metáfora das águas sujas, a qual, como se verá adiante, é plenamente aplicável ao material aqui estudado. Porém, diferentemente dos peixinhos do poeta –que Benjamin erige como diferença radical em relação ao suporte–, as *Memórias...* não engordam sozinhas em tais águas: os farelos de seu pão-de-ló alegórico são fraternalmente divididos com os demais textos, companheiros de viagem cuja gordura, paradoxalmente, só faz intensificar-lhes a transparência.

Na perspectiva aqui defendida, as *Memórias...* constituíam parte indissociável da estratégia da “fútrica pacotilha”, como se auto-denominava a metamorfose semanal do *Correio Mercantil* que era a Pacotilha. Nesse sentido, o livro somente comparece como contraponto para uma possível “anti-edição crítica”, interessando mais a série no jornal e os textos circunjacentes.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se reconstituir os “modos de dizer” acerca de Manuel Antônio de Almeida e dos demais letrados seus contemporâneos; no segundo, intentou-se reconstituir as condições político-sociais sob os quais os letrados trabalhavam naquele momento, suas alternativas e as escolhas que eles geralmente faziam. O terceiro capítulo apresenta a atividade jornalística como era então praticada, com suas evidentes imbricações políticas. No quarto capítulo, o mais extenso de todos, procurou-se diagramar as relações –ou o “diálogo intertextual” – que os diferentes tipos de produção intelectual do País estabeleciam entre si.

Básico na elaboração do presente trabalho foi o objetivo de demonstrar o modo pelo qual as *Memórias de um Sargento de Milícias*, amiúde

²⁸ “Melancolia de Esquerda”. In: Bolle, Willi (org.). *Walter Benjamin. Documentos de Cultura, Documentos de Barbárie*. São Paulo, Edusp/Cultrix, 1986, p. 138.

apresentadas como texto destoante e ímpar no panorama da Literatura Brasileira, já estavam escritas nos outros textos que, de alguma forma, foram por elas interceptados enquanto nelas se inscreviam. Por isso, poderá parecer que elas foram relegadas a um fosco segundo plano, o que não é exato: recorrer a outros textos foi a forma de evidenciar o jogo de interações que todos eles pressupunham. Ainda quando ausentes, as *Memórias...* — e Manuel Antônio de Almeida — são presença atuante, que espreitam a produção e os produtores contemporâneos, ao mesmo tempo que são por eles espreitados.

Anexaram-se ao trabalho as tiras de jornal em que o texto saiu publicado pela primeira vez, além do semanário *O Mágico*, onde consta uma poesia virtualmente desconhecida de Manuel Antônio de Almeida, e de outros trabalhos que se julgou apresentassem algum interesse. Também reproduziram-se inteiramente e remontaram-se as três primeiras páginas — o jornal tinha quatro — do *Correio Mercantil* nos dias em que as *Memórias...* foram publicadas²⁹; essas reproduções serão entregues aos cuidados da Área de Literatura Brasileira do DLCV da FFLCH.

Finalmente, é necessário explicitar o critério das inúmeras transcrições feitas ao longo desta tese: não se tratando de trabalho de cunho filológico, a grafia foi atualizada, mas a pontuação rigorosamente mantida. Em alguns casos de óbvia falha de revisão ou impressão, acrescentou-se, entre colchetes, o sinal adequado. A abreviatura “*n.n.*”, encontrada ao final de muitas transcrições, significa “**negrito nosso**”.

²⁹ Alguns dos exemplares estão mutilados, com trechos cuja leitura é dificultosa ou mesmo impossível. O acervo do Real Gabinete Português de Leitura, que ainda na década de setenta deste século constituía-se numa excelente alternativa, hoje não está mais em condições de ser sequer manuseado: por falta de manutenção, a coleção do *Correio Mercantil* ali depositada está a esfarelar-se irremediavelmente. Será também esse, por acaso, o estado de outras coleções de periódicos brasileiros existentes naquela importante instituição de pesquisa.

I
Tipo Zero: Qualificações

1) A BELEZA DO MORTO

Em 27 de junho de 1852, um domingo, iniciava-se a publicação seriada das *Memórias de um Sargento de Milícias* no jornal carioca –ou mais corretamente *fluminense*, como então se dizia– *Correio Mercantil*. A seção, parte integrante da “Pacotilha”, foi concluída em 31 de julho de 1853, não tendo merecido qualquer rubrica. No final de 1854 e no início de 1855, o texto conheceu edição em livro: dois volumes publicados pela Tipografia Brasiliense de Maximino Gomes Ribeiro³⁰, localizada na rua do Sabão, nº. 114, no centro do Rio de Janeiro. O texto foi assinado por “*Um Brasileiro*”, atribuição aliás comum na época³¹. Hoje, contudo, pensa-se conhecer so-bejamente a sua autoria: trata-se, segundo informação póstuma³², de um

³⁰ Era a mesma oficina que imprimia a *Tribuna Católica*, para a qual Almeida traduzira, no início de 1852, *Gondicar ou o Amor do Cristão (Episódio do Tempo das Cruzadas)*, de Luís Friedel. Cf. Rebelo, Marques. *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*. São Paulo, Martins, 1963, p. 35.

³¹ Esse pseudônimo foi usado, entre muitos outros casos, pelo jornalista conservador Justiano José da Rocha, pelo publicista português José da Gama e Castro, então refugiado no Brasil, pelo pintor francês François Moreau e pelo tradutor da *História do Brasil*, de Armitage. Cf. Magalhães Jr., Raimundo (org. e int.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Nacional, 1956, p. 143, e César, Guilhermino (org. e int.). *Historiadores e Críticos do Romantismo. 1- A Contribuição Européia: Crítica e História Literária*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/LTC, 1978, p. 106. Sobre a utilização de pseudônimos, cf. Broca, Brito. “O Anônimo e o Pseudônimo na Literatura Brasileira”. In: *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro, INL, 1957, pp. 103-107; e Nóbrega, Mello. “Ocultação e Disfarce de Autoria. Do Anonimato ao Nome Literário”. In: *Revista do Livro* nº. 33, Rio de Janeiro, INL, 1968, pp. 21-47.

³² As *Memórias de um Sargento de Milícias* só foram atribuídas a Manuel Antônio de Almeida numa edição póstuma de 1863, promovida por Quintino Bocaiúva e revisada por Machado de Assis. Antes disso, poucas fontes escritas apontaram essa autoria — até porque, efetivamente, poucas fontes escritas se ocuparam do texto durante sua vida. As únicas referências encontráveis são anúncios de venda do livro, publicados no *Correio Mercantil*, num dos quais se afirma: “achando-se terminada a distribuição pelos assinantes deste curioso romance, vendem-se os exemplares que sobraram unicamente na tipografia desta folha. Custam 2\$ os dois volumes em brochura. Previne-se que a edição acha-se quase esgotada” (CM, abril de 1855, p. 4), além do *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, editado entre 1858 e 1862. Baseado não se sabe em quê, Marques Rebelo afirma, sem mais, o seguinte: “as MEMÓRIAS não se esgotaram, perderam-

trabalho de Manuel Antônio de Almeida, aluno da Escola de Medicina do Rio de Janeiro e jornalista militante no mesmo *Correio Mercantil*.³³

A obra passou despercebida, não merecendo sequer as honras de

se no fundo da redação, comidas pelos ratos ou pelo mofo” (op. cit., p. 43). A afirmação é contraditória, porque em outro passo diz o mesmo autor: “despertou, portanto, interesse o romance, e daí a Manuel Antônio a idéia de publicá-lo em livro” (p. 42). E, em 1863, comentando uma edição póstuma das *MSM*, afirmou Machado de Assis: “entendeu Quintino Bocaiúva dever fazer uma reimpressão das *Memórias*, **hoje raras e cuidadosamente guardadas** por quem possui algum exemplar” (apud Mendonça, Bernardo de [org.]. *Obras Dispersas de Manuel Antônio de Almeida*. Rio de Janeiro, Graphia, 1991, p. 142; n.n.). Habitualmente se infere que as *MSM* não fizeram sucesso a partir de generalizações sobre um suposto “gosto romântico do público”, etc., que não têm qualquer respaldo quando se observa de forma mais detida a produção textual da época.

³³ Manuel Antônio de Almeida nasceu no Rio de Janeiro em 1831, e morreu no naufrágio do vapor “Hermes” em 1861. Em 1855, formou-se em Medicina, mas consta que jamais exerceu a profissão, à semelhança, aliás, de muitos contemporâneos seus. Conta-se que, depois de trabalhar no *Correio Mercantil* —de onde saiu, ao que parece, em 1856, por motivos desconhecidos—, foi nomeado em 1857 (sob a proteção de Bernardo de Souza Franco, figura proeminente do Partido Liberal) para o cargo de diretor da Tipografia Nacional, onde permaneceu até finais de 1859; em seguida, passou a oficial da Secretaria do Ministério da Fazenda, quando teria sido encarregado de escrever uma *História Financeira do Brasil*, que não chegou a iniciar. Em 1861, após ter-se estabelecido em Nova Friburgo, resolveu candidatar-se à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, e morreu quando viajava a fim de carrear apoios para a candidatura, patrocinada pelo líder liberal João de Almeida Pereira (o mesmo que, em 1859, interferira no sentido de burlar um concurso para lente na Faculdade de Direito de São Paulo, forçando a admissão de um protegido seu, que ficara em segundo lugar, e preterindo, portanto, o primeiro colocado [cf. Adorno, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988]). Almeida participou ainda, na condição de secretário, da Sociedade Propagadora de Belas Artes, em 1856; em 1855, com José de Alencar, Francisco Otaviano, Pinheiro Guimarães, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto e outros menos votados, fundou o Congresso das Sumidades Carnavalescas, a cujo desfile, diz-se, o imperador assistiria em pessoa (cf. adiante). Enfim, seu percurso e seus acidentes biográficos são absolutamente corriqueiros em sua geração. Sobre o autor, cf. Rebelo, Marques. *Op. cit.*, e Mendonça, Bernardo de. “D’Almeida, Almeida, Almeidinha, A., Maneco, Um Brasileiro: Mais um Romance de Costumes”. In: Idem (org.). *Op. cit.* Conquanto se tenha utilizado a expressão “jornalista” para definir as atividades de Almeida no *Correio Mercantil*, deve-se ter em mente que se trata de uma armadilha: as condições de trabalho, em todos os sentidos, eram muito diferentes das de hoje, podendo-se mesmo dizer que sua única semelhança é a denominação.

um comentário no jornal onde fora primeiramente publicada³⁴. À primeira vista, tal silêncio se afigura estranho porque era comum, quando da publicação de qualquer livro na Corte do Rio de Janeiro, que os jornais dessem pelo menos uma notinha a respeito. Isso, contudo, não se deu com relação às *Memórias de um Sargento de Milícias*.³⁵

Escrevendo em 1876, quinze anos após a morte de Almeida, seu contemporâneo Bethencourt da Silva, registrou, apontando simultaneamente uma gama de modelos ideais na época:

“nesse livrinho de poucas páginas em que o talento de Manuel Antônio de Almeida apenas de leve se estampou, não se pense encontrar uma daquelas produções sublimes que fazem o orgulho de um povo ou a glória da humanidade./ [...] Ali não se encontrará [sic] de certo as belezas, às vezes malélicas, de Eugênio Sue ou os naturalíssimos entrecos da robusta concepção de Alexandre Dumas. As visões de Victor Hugo, a elevação da linguagem de Alexandre Herculano, a esplêndida e opulenta frase de Castilho, ou o abasileirado de José de Alencar e outros de nossos escritores, também não se encontrarão [...]”³⁶

³⁴ Em pesquisa na Biblioteca Nacional, nenhuma notícia foi localizada. Consultaram-se: *Correio Mercantil*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Periódico dos Pobres*, *Guanabara*, entre outros. Nem mesmo a revista *O Brasil Ilustrado*, da qual Almeida seria “colaborador” –conforme nota publicada no *Diário do Rio de Janeiro* em 28/11/1854 (cf. o segundo capítulo deste trabalho)–, fez quaisquer referências ao livro. Na época, os colaboradores dos diversos tipos de publicação formavam uma espécie de “clube de amigos”, onde não faltavam as trocas de favor e prestígio.

³⁵ Doravante referidas, para maior economia, como *MSM*, a não ser que se trate de citação expressa.

³⁶ Silva, Francisco Bethencourt da. “Manuel Antônio de Almeida”, “introdução literária” às *MSM*. Rio de Janeiro, Tipografia e Litografia Carioca, 1876, pp. xx-xxi. Noutro passo, esse mesmo autor afirma que o estilo de Almeida era “singelamente elegante e despreten-siosamente conceituoso” (p. xiv). Deve-se notar que a referência ao autor de *Iracema* é retrospectiva, pois em 1852-53 não existia o “abasileirado de José de Alencar”. Nas biografias de Almeida, naturalmente baseadas nas palavras dessa mesma introdução, Francisco Bethencourt da Silva é apresentado como amigo de infância. O editor, Dias da Silva Júnior, dedicou essa republicação de 1876 —incluída numa coleção denominada “Leituras Populares” e subintitulada “Romance de Costumes Brasileiros”— à “trindade ingente” formada por Guilherme Bellegarde, Quintino Bocaiúva e pelo próprio Bethencourt da Silva.

O depoimento resume satisfatoriamente a atitude dos contemporâneos em relação ao texto, que careceria de um elemento fundamental: *qualidade*. A inépcia era delicadamente referida tanto ao que se constituía como carácter universal (“glória da humanidade”), quanto ao que se constituía como particular (“o abasileirado de Alencar e outros”), uma vez que ambos –generalidade e particularidade– estariam mal realizados na obra.

Assim, não foi apenas um eventual desapareço que levou Francisco Otaviano³⁷ a escrever, por ocasião da morte de Almeida:

“Dotado de um talento extraordinário, Almeida adivinhava com alguns momentos de atenção tudo o que não estudara e escrevia sobre assuntos examinados de relance como se de longo espaço os tivesse aprofundado./ Apesar de sua imaginação ardente, tinha um estilo rápido e conciso, de sorte que seus artigos eram admiráveis pela sobriedade da frase, abundância da idéia e beleza da forma.”³⁸

³⁷ Foi durante a gestão de Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), mais tarde conselheiro do Império, que Almeida se afastou –ou foi afastado– da redação do *Correio Mercantil*. Otaviano assumira a direção do *Correio Mercantil* em 1853, e se casaria em 1854 com Eponina, filha do proprietário Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto. Um indício sobre o estágio das relações entre Otaviano e Manuel Antônio de Almeida pode ser o seguinte trecho da carta enviada por esse último, em 08/02/1861, a Quintino Bocaiúva: “sabes que desde muito assentei em não oferecer nem aceitar trabalho do [Correio] Mercantil estipendiado” (*apud* Mendonça, Bernardo de, cit., p. 104). Num texto publicado pela *Gazeta de Notícias* em 23/12/1877, Otaviano –ele, que já havia escrito numa poesia que “tudo é podre neste mundo”– rememorou a entrada de Alencar, que acabara de falecer, no *Correio Mercantil*, fazendo também referências a seu próprio método de trabalho: “[em 1853] os conselheiros da redação do *Mercantil* eram meu sogro, o Sr. Muniz Barreto, e os Srs. Sousa Franco e Sales Torres Homem./ Deixaram-me plena liberdade de ação. O acordo de que eu falara a Alencar, era somente o de meus colaboradores de trabalho diário, porque foi costume de que nunca me apartei, prover a harmonia pessoal de meus companheiros. Podiam pensar como lhes aprouvesse, mas era essencial que se não combatessem publicamente, e mais do que tudo, que se estimassem pessoalmente” (*apud* Menezes, Raimundo de. *José de Alencar, Literato e Político*. São Paulo, Martins, 1965, p. 83). Não há aí a menor referência a Almeida, de quem Otaviano, tal qual um narrador de Cervantes, talvez não se quisesse lembrar. Sobre a passagem de Alencar pelo *Correio Mercantil*, confira-se mais adiante.

³⁸ Artigo publicado nas “Notícias Diversas”, página 1 do *Correio Mercantil* de 5 de dezembro de 1861. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 115. Embora o tom seja apa-

Pode-se argumentar que Otaviano talvez fosse um desafeto. Mas não o era Quintino Bocaiúva³⁹:

“[...] Manuel de Almeida [...] deixa títulos numerosos para recordar o que foi e o que poderia ter sido.”⁴⁰ / “[...] Pela nossa parte, que tão de perto o conhecemos e que lhe fomos irmão, só temos um receio, é de que nunca se chegue a avaliar devidamente o que valia aquela grande inteligência e sobretudo aquele grande coração que teriam feito de Almeida um tipo se Deus não houvesse preferido fazê-lo um mártir!”⁴¹

nem Augusto Emílio Zaluar⁴²:

“Neste fugitivo esboço de seus estudos juvenis se reconhece já o tato fino do observador eminente, que deveria mais tarde, como Armand Carrel⁴³,

rentemente elogioso, não o é: a referência à falta de estudos e a utilização da concessiva “apesar de” procuram diminuí-lo, o que é pouco usual nos necrológios redigidos naquela época. Ainda assim, o texto é dúbio, pois permite sua leitura como elogio da inteligência espontânea (“falta de estudos”) e do autocontrole (“apesar de sua imaginação ardente...”).

³⁹ A maioria das cartas hoje conhecidas de Almeida é dirigida a Quintino Bocaiúva, nelas figurando-se grande intimidade. Cf. as obras citadas na nota 33, que reproduzem todas as cartas de Almeida.

⁴⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 13/12/1861. *Apud* Mendonça, Bernardo de, cit., p. 125.

⁴¹ “Advertência” à edição de 1862/1863 das *MSM*. *Apud* idem, *ibidem*, pp. 140-141. Essa reedição, a primeira, como se disse, a atribuir o texto a Almeida, foi incluída numa coleção denominada “Biblioteca Brasileira”, sob cujo título “empreendemos a publicação regular de um volume em cada mês. História, filosofia, viagens, literatura, ciências práticas, tudo se abrange na esfera da **Biblioteca Brasileira**. Esforçar-nos-emos, sobretudo, por facilitar a publicação de trabalhos nacionais ignorados, porque a carestia da impressão, a indiferença pública e a pobreza congênera à classe dos escritores impedem-nos de se darem à luz” (prospecto no *Diário do Rio de Janeiro*, 21/09/1862; *apud* Sousa, José Galante de. “A Biblioteca Brasileira e a sua História”. *In: Revista do Livro*. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1956, nº. 1-2, p. 222). O projeto foi interrompido em março de 1864, sem que se tivessem publicado todas as obras anunciadas.

⁴² O escritor português Augusto Emílio Zaluar (1825-1882), figura interessante sobre a qual não há estudos sistemáticos, escreveu, logo após a morte de Almeida, um extenso artigo, mais exatamente um panegírico, a seu respeito. Nele, em síntese, as autoridades imperiais eram acusadas de não haverem premiado as peregrinas virtudes do malgrado escritor com um bom emprego público.

⁴³ Publicista francês nascido em 1800 e morto em 1836. Adversário da monarquia de julho, fundou, com Adolphe Thiers e Auguste Mignon, o jornal *O Nacional*. Morreu num

unir à reflexão da idade madura a energia potente das crenças inabaláveis e das convicções poderosas. Esta era uma das qualidades que lhe prometia brilhante futuro, se como romancista tivesse continuado a cultivar o gênero [...].”⁴⁴

Vale a pena, igualmente, prestar atenção às palavras de Machado de Assis sobre o mesmo assunto:

“A dor da literatura é hoje das mais intensas e das mais legítimas; também a família dos escritores perdeu ali um de seus filhos que maior honra e mais firmes esperanças lhe dava [...]/ O que pela sua parte podia dar era muito. O seu talento, aferido por um cunho superior, era de alcance grande e seguro; o seu espírito era observador; os seus escritos estão cheios das melhores qualidades de um escritor formado [...]/ Eu era seu amigo em vida; na sua morte dou-lhe uma lágrima sentida e sincera.”⁴⁵

O escritor e bibliotecário Félix Ferreira, em 1869, fazendo um retumbante elogio de Almeida, assim se referiu às *MSM*:

“[...] nessa mesma folha [*Correio Mercantil*], deu à publicidade o seu chistoso romance intitulado *Memórias de um Sargento de Milícias*, núncio de mais belos frutos, que sem dúvida enriqueceriam hoje as letras pátrias, se a morte não o viesse roubar tão cedo dos braços dos que o amavam.”⁴⁶

Leiam-se, ainda, as palavras do comedido panegírico de Joaquim Manuel de Macedo, escrito às páginas 413-415 do *Ano Biográfico Brasileiro* de 1876:

“Além de sua tarefa diária no *Correio Mercantil*, Manuel Antônio de Al-

duelo com Emile Girardin (*Larousse*). Note-se que, hoje, ele se encontra absolutamente esquecido –ao menos no Brasil–, ao contrário de Balzac, Lamartine, Chateaubriand, Stendhal ou Sue...

⁴⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 07/02/1862. Apud Mendonça, Bernardo de, cit., p. 132.

⁴⁵ “Comentários da semana”. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de dezembro de 1861, p. 1. Apud Massa, Jean Michel (org.). *Dispersos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, INL, 1965, pp. 166-167.

⁴⁶ *Idéia*, nº 1, setembro de 1869, p. 10. Essa revista teve apenas três números; o artigo sobre Almeida, escrito pelo aludido Félix Ferreira, encontra-se nas páginas 7 a 12 do primeiro número, e 39 a 44 do segundo.

meida publicou nele em artigos que foram saindo semanalmente, e depois tirou em dois pequenos tomos em 1854 e 1855 as *Memórias de um Sargento de Milícias*, estudo ameno e precioso de antigos costumes do país, e de coisas nele passadas, que mereceu aplausos gerais, e brilhou como aurora promissora de fulgurante dia.”⁴⁷

Confiram-se, enfim, acerca de Almeida, as palavras de um anônimo que narrou o desastre do vapor Hermes:

“Um ilustre filho de Hipócrates, não menos atilado ministro da Natureza que laureado contendor nas justas do jornalismo, se apresenta também como passageiro de viagem àqueles que já se consideravam tais, e que agradecem à sorte deparar-lhes por companheiro o homem sábio, o homem versado nas contradições político-sociais [...]”⁴⁸

O notável é que esses comentários, cuja semelhança não deve surpreender, sejam unânimes em louvar a figura do escritor e desdenhar –ou ignorar– a importância do texto, simples “núncio” de melhores textos, que certamente –ao menos é nisso que se leva o leitor a acreditar– viriam, “se Deus não houvesse preferido fazer dele um mártir”. São textos de gênero epidítico, que, no caso, deveriam operar em duas subespécies: o encômio do morto e o louvor da obra. Trata-se, basicamente, de lugares-comuns genéricos e esquemas genéricos preenchidos por discursos contemporâneos que os atualizam na medida em que lhe inserem um vocabulário próprio. Embora não se possa tomar o que os encômios e louvores dizem como informação positiva –eles dizem mais acerca dos modos de louvar e de censurar–, não deixa de ser significativo o fato de que o elogio da obra, as *MSM*, mesmo dentro desse esquema estereotipado, sofresse restri-

⁴⁷ Apud Mendonça, Bernardo de, cit., p. 145.

⁴⁸ Anônimo. *O Naufrágio do Vapor Hermes (Romance Histórico)*. Campos, Tipografia do J. P. R. Franco & Cia., 1862. Apud Broca, Brito. *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos*. Brasília/São Paulo, MEC/Pólis, 1979, pp. 228-230. Trata-se de um texto no qual se quis focalizar o acidente “enfeita[ndo] o núcleo da verdade com algumas galas de estrangeiros estofo, que, sem desfigurá-la, a adornem”. Nenhuma pessoa foi ali referida com seu nome, senão que com designações genéricas como “Filho de Hipócrates”, “Falador”, “Padre”, etc. Nesse livro, Almeida é caracterizado como médico e jornalista.

ções. E, como o romantismo é programaticamente irônico, propondo também entrelinhas o tempo todo, é lícito pensar que, ao “rechearem” os esquemas genéricos, alguns desses escritores tentassem exercitar alguma relativização.

Lembre-se ainda que, românticos, os escritores acima não praticavam o biografismo em sua forma estrita (o psicologismo que, associando estritamente vida e obra, chegou a fazer fortuna no século XX): em nenhum comentário ou panegírico se encontram referências, que mais tarde se tornariam lugar-comum, à suposta identidade entre a vida e a obra de Almeida. Segundo os padrões deles, ter-lhes-ia parecido bastante indecoroso –ou até mesmo inconcebível– supor que, por ter o que hoje se chama “origem popular”, Manuel Antônio de Almeida houvesse escrito um romance retratando “tipos populares”. O termo “popular” (cf. capítulo 10) admitia, aliás, outras aplicações, bem diferentes das do “socialismo moreno” e de outras [des]ilusões burocrático-aparelhistas da segunda metade do século XX. Bethencourt da Silva resvalou pelo assunto de uma forma deveras emblemática:

“[...] como é que Manuel Antônio de Almeida pôde afastar-se dos espíritos vulgares, florescer ao som do cântico melodioso de suas próprias harmonias, elevadas na confiança auspiciosa do futuro e **criar, por si só, um modo de sentir superior que nada tem de comum, com as paixões da turba**, porque era puro, harmonioso e etéreo?”⁴⁹ [n.n.]

Um dos fatores que certamente contribuíram para sedimentar a imagem de um Almeida “popular” foi sua propalada participação no já mencionado “Congresso das Sumidades Carnavalescas”, cuja maior fonte de informações é um relato tardio, feito no início deste século, do notório historiador Melo Morais Filho. Eis um trecho do relato:

“Antes do dia 23 de fevereiro [de 1855], em que caíra o entrudo, uma comissão composta do Dr. Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, coronel Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão e do Dr. José Marti-

⁴⁹ *Op. cit.*, p. xxxvii.

niano de Alencar, dirigiram-se [sic] a S. Cristovão, pedindo a S. M. o Imperador que viesse com as princesas para o paço da cidade honrar com sua presença o carnaval do ano e assistir à passagem do Congresso./ Desta sociedade tiveram a iniciativa notáveis homens de letras e jovens escritores, cujo talento impunha-se pelo brilho progressivo./ Estes leais companheiros de tantas glórias, que resplandecem do passado, faziam parte da redação do *Correio Mercantil* e chamavam-se Henrique César Muzzio, Pinheiro Guimarães, Manuel Antônio de Almeida, J. de Alencar, Augusto de Castro, Ramon de Azevedo e outros, que saudavam o futuro entre um artigo de fundo, uma poesia, um folhetim, e o desabrochar das esperanças nas alamedas sempre encantadoras da primeira mocidade./ Felizes tempos aqueles em que Alves Branco, F. Otaviano, Firmino Rodrigues Silva e Paranhos regiam os moços, porque eles viam a pena de ouro na mão do mestre e do amigo!”⁵⁰

Prefaciado por Sílvio Romero, o livro de Melo Morais Filho, além da avaliação um tanto anacrônica, pois retrospectiva, contém alguns deslizes factuais de somenos: em 1855, Henrique César Muzzio e Pinheiro Guimarães não faziam parte da equipe do *Correio Mercantil*. Ademais, José de Alencar, participante destacado desse processo, deixou um registro em que não se faz qualquer menção à audiência do imperador, inserindo ainda outras informações significativas:

“Entre todos os festejos [de carnaval] que tiveram lugar este ano cabe o primeiro lugar à sociedade *Congresso das Sumidades Carnavalescas*, que desempenhou perfeitamente o seu programa, e excedeu mesmo a expectativa geral. No domingo fez esta sociedade o seu projetado passeio pelas ruas da cidade com a melhor ordem; foi geralmente recebida, nos lugares onde passou, com flores e buquês lançados pelas mãozinhas mimosas das nossas patrícias, que se debruçavam graciosamente nas janelas para descobrirem entre a máscara um rosto conhecido, ou para ouvirem um dito espirituoso atirado de passagem./ Todos os máscaras trajavam com riqueza e elegância. Alguns excitavam a atenção pela originalidade do *costume*; outros, pela graça e pelo bom gosto do vestuário./ [...] O **entru-do** está completamente extinto; e o gosto pelos passeios de máscaras to-

⁵⁰ *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d, p. 29

mou este ano um grande desenvolvimento. Além do *Congresso*, muitos outros grupos interessantes percorreram diversas ruas, e reuniram-se no Passeio Público, que durante três dias esteve literalmente apinhado./ Entretanto, como os grupos seguiam diversas direções, não foi possível gozar-se bem do divertimento; não se sabia mesmo qual seria o lugar, as ruas, donde melhor se poderia apreciá-lo./ A fim de evitar esse dissabor, a polícia deve no ano seguinte designar com antecipação o círculo que podem percorrer os máscaras [...].”⁵¹ [n.n.]

O carnaval, decididamente, era fato novo e ainda não sedimentado como “popular”. Numa crônica de 1853, vazada no estilo irônico de então, também é possível recortar a oposição entre carnaval e entrudo:

“O carnaval é coisa moderna em nossa terra; outrora tínhamos o entrudo, esses dias em que o povo se divertia com banhos d’água cheirosa, com empoar os cabelos, pregar peças e banquetear-se.”⁵²

Efetivamente, pode-se observar que a instituição do carnaval era uma ofensiva contra o entrudo, condenado pelos letrados como forma de irracionalidade e barbaridade de pessoas “vulgares”, diga-se assim, e sobretudo de negros. Retorne-se à irônica crônica acima citada:

“[...] esqueçamos o chiste das peças de entrudo, o prazer e a alegria dos banquetes, todas essas antiquilhas que hoje não têm significação. Contentemo-nos com presenciar os inocentes brinquedos dos nossos pretinhos, que bem sabem da necessidade que temos para refrescar o ar que nos sufoca; assim, fossem cegos e surdos todos os maldizentes de tão linda e proveitosa folgança [o entrudo], como o foram as 51 patrulhas que percorreram as ruas da cidade./ [...] Para que se haviam de prender os pretos? Quem havia de refrescar a atmosfera para podermos suportar o

⁵¹ *Obra Completa*. Rio de Janeiro, José Aguillar, 1960, v. IV, pp. 734-735; seção “Ao Correr da Pena” de 25/02/1855.

⁵² *Diário do Rio de Janeiro*. “Folhetim do Diário. O Carnaval”, 13/02/1853, pp. 1-2. O rodapé, não assinado, chama o carnaval de “costume exótico”. Como se escreveu, é um texto repleto de ironia: lamenta-se nele o fato de que, com o entrudo, as pessoas fugiam da cidade para o campo, a fim de evitar essa festa detestável; com o carnaval, ao contrário, as pessoas de bem permanecem na cidade. Nesse sentido, é uma crítica à mudança de costumes provocada pela introdução do carnaval.

calor das máscaras?”⁵³

As censuras ao entrudo já eram então antigas, encontrando-se disseminadas pelos jornais:

“É portanto necessário, visto que os resultados de um brinquedo infrutífero são sempre funestos, lançar mão de um divertimento com o qual se vá lentamente habitualizando [*sic*] o Público, até que ele, mesmo, conhecendo a diferença entre uma e outra coisa, a doçura dos bens e o sentimento dos males, abandone, ajudado então de autoridades capazes de o convencer por suas [*ilegível*] sociais, a sempre funesta extravagância do entrudo.”⁵⁴

“Já me ia esquecendo do entrudo, do entrudo causador de tantos males, há-de também ser um dos objetos de que nos ocuparemos no número seguinte; adeus, leitores.”⁵⁵

⁵³ Idem, *ibidem*. Caso não se preste atenção à ironia, corre-se o risco de tresler o texto: o cronista está afirmando que a polícia deveria, sim, ter prendido os pretos.

⁵⁴ Jornal *O Limão de Cheiro*. Rio de Janeiro, nº. 1, 13/02/1833, p. 8. *Apud* Vianna, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, INL, 1945, pp. 175-177. Note-se o tipo de ironia empregado nesse jornal, do qual só se conhece um único número: embora contra o entrudo, adota como nome o símbolo mais conhecido desse festejo.

⁵⁵ Jornal *Correio de Petas*. Rio de Janeiro, nº. 1, 23/02/1838. *Apud* Vianna, Hélio, *op. cit.*, pp. 327-332 (não houve número seguinte: pelo jeito, o adeus foi definitivo). De novo, note-se a ironia: ostentando tal nome, e pretendendo-se “crítico, jocoso e miscelânico”, esse jornal afetava, não obstante, dizer “a verdade”. Não deve ser confundido com *O Corretor de Petas*, que circulou em 1841. A propósito: Hélio Vianna notou que a oposição ao “carnaval” era sistemática entre os letrados de então. Esse infatigável historiador apenas se equivocou ao ler “entrudo” como “carnaval”, enxergando uma sinonímia que na época não existia. No ameno bissemanário *Marmota na Corte* (1849–1861), de Paula Brito –a partir de 1853 *Marmota Fluminense*, e a partir de 1857 *A Marmota*, apenas–, evidencia-se também que o carnaval propriamente dito estava associado à mascarada, enquanto que o entrudo se referia mais aos folguedos, ora produzidos como brutais, ora como simplesmente divertidos. Confirmam-se, para essa finalidade, as pitorescas *Lembranças de José Antônio* (1857), livro de José Antônio Frederico da Silva, onde se reúnem poesias e artigos por ele publicados nas *Marmotas* (há edição recente pelas editoras Giordano/Loyola, São Paulo, 1991, que reproduz a segunda edição, de 1864). A identificação entre carnaval e entrudo não tardaria, como é óbvio; em 1879, já se falava do carnaval com os mesmos termos fortes com que antes se falara do entrudo. E, em 1857, um delegado proibia o uso de máscaras “das 10 horas da noite até quatro da manhã” (cf. Moraes, Eneida. *História do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro, Record, 1987). O que importa

Na Pacotilha também se recomendava que o Carnaval fosse uma prática honesta:

“É de esperar que para o carnaval futuro a autoridade intervenha para regularizar o passeio dos máscaras pelas ruas, e dar o último golpe nos limões e seringadas; é porém preciso que se afaste certa gente, e coíba seriamente quanto lorpa há nesta muito leal e heróica cidade de prevalecer-se da máscara para fazer assuada nas ruas e insultar as famílias que estão nas janelas de algumas casas térreas, como aconteceu domingo; assim como é preciso não deixar uma sala de baile que contém três mil pessoas, das quais seguramente duas mil mascaradas, entregue à moderação de quem quase sempre depois de duas ou três copiosas libações não sabe já onde mora essa senhora.”⁵⁶

Ponha-se cobro, pois, à anacrônica e frágil idéia de um Almeida cujo “espírito popular” estaria também inscrito na filiação ao Congresso das Sumidades Carnavalescas.⁵⁷

Seja como for, todos os comentários de seus contemporâneos –são eles que ora importam– não eram, com efeito, gratuitos (bem como não o

aqui, contudo, é que, no momento específico ora analisado, o carnaval era apresentado como alternativa à brutalidade do entrudo. Cf., adiante, uma estampa de 1840.

⁵⁶ *Correio Mercantil*, Pacotilha n.º. 115, Rio de Janeiro, 10/04/1853, p. 1.

⁵⁷ E há outros dados que seriam frustrantes para quem acredita nessas coisas; em 1858, os tipógrafos da Corte entraram em greve: “pediram um aumento de dez tostões no salário, os donos dos jornais responderam que não davam (depois de os entreterem com promessas durante um ano) e eles, então, entraram em greve [...] no dia 8 de janeiro e já no dia 10 saíam à rua com seu jornal próprio, o *Jornal dos Tipógrafos*, diário que durou pelo menos três meses, e progrediu, chegando a ter oficina” (Fonseca, Gondim da. *Biografia do Jornalismo Carioca, 1808–1908*. Rio de Janeiro, Quaresma, 1941, p. 169). Os três grandes jornais do Rio, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, exigiram providências enérgicas contra os “anarquistas”, e o governo procurou socorrer os jornais determinando que os grevistas fossem substituídos pelos tipógrafos da Tipografia Nacional, os quais, por seu turno, se recusaram a obedecer. À época administrador da Tipografia Nacional, Almeida deve ter sido obrigado a adotar, por sua própria função de chefia, medidas repressivas. Cf. Fonseca, Gondim da, *op. cit.*, pp. 169-170. Em 1869, Félix Ferreira escreveu que Almeida, “por falta de estudos”, não se teria dado bem naquela função. E quando foi exonerado pelo Barão de Uruguaiana, em 1859, “não deixou saudades”. Cf. Ferreira, Félix. “MAA”. In: revista *Idéia* n.º. 1, Rio de Janeiro, 1869, p. 8.

são, como se viu, os modernos juízos alinhados com o “popular”): advinham das características do principal texto de Almeida –justamente as MSM–, forma da sátira jornalística que se produzia naquele momento. Investimento malparado, o texto aparentemente não chamou a atenção, e nesse sentido o silêncio das fontes consultadas é eloqüente, ainda que não definitivo.

Sabe-se que a circulação de panfletos e sátiras esteve bastante disseminada tanto no Primeiro Império quanto na Regência, quando os grupos que exerceriam o poder no País permaneciam indefinidos – da mesma forma, aliás, que a própria existência do País. Apropriação e deformação, por seu turno, do desbocadíssimo “jornalismo partidário” do período regencial e dos primórdios do Segundo Reinado⁵⁸ –relativamente ao qual ela opera uma perceptível diluição, como se exporá adiante–, tal sátira, para ser compreendida, deve ser necessariamente remetida a seu contexto de funcionamento.

⁵⁸ Cf. Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966; Fonseca, Gondim da. *Op. cit.*; Mascarenhas, Nelson Lage. *Um Jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)*. São Paulo, Nacional, 1961; Cardim, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Nacional, 1964; Sousa, Otávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988; _____. *Evaristo da Veiga*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988; _____. *Fatos e Personagens em Torno de um Regime*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988; Pinho, Wanderley. *Cotegipe e Seu Tempo*. São Paulo, Nacional, 1937; Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa. *O Problema da Imprensa*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 1997. O trabalho mais informativo acerca do assunto, porém, continua sendo o de Vianna, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, INL, 1945.



Os Resultados do Entrudo.

Estampa atribuída a Rafael Mendes de Carvalho, numa série intitulada "Costumes do Rio de Janeiro" (1840).

Apud Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, cit., v.2, p. 523.

2) A BIOGRAFIA D'ALMA

De acordo com os padrões então correntes de avaliação do *litteratus*, seria possível realizar-se certo tipo de leitura mais estritamente biografista – pois também a “alma”, *ethos* e *pathos*, caracteres e paixões, era passível de biografia – não na prosa, mas na poesia, momento sublime em que uma sensibilidade exuberante, após apreender aspectos essenciais da existência, comunica à recepção todo o esplendor de sua riqueza – numa atividade da “expressão incondicionada do artista-gênio em contato fulminante com as potências cósmicas.”⁵⁹ Tratava-se, diga-se logo, da apropriação de conceitos bastante vulgarizados no período, tais como a visão lamartineana da poesia como “canto interior”, ou, ainda, da concepção sintetizada pela frase de Novalis: “para dentro vai o misterioso caminho.”⁶⁰ Como observou Machado de Assis – e observou bem,

“[a poesia] é um sentir sem definição; é uma palavra que o anjo das harmonias segreda no mais íntimo d’alma, no mais fundo do coração, no mais recôndito do pensamento. A alma, e o coração, e o pensamento compreendem essa palavra, compreendem à [sic] linguagem em que lhe foi revelada – mas não a podem dizer nem exprimir.”⁶¹

O próprio Manuel Antônio de Almeida –incorporando talvez algum obscuro preceptista do século passado– assim se referiu às *Inspirações do Claustro*, de Junqueira Freire:

“Este livro é por tal arte um livro de pensamento que não haveria lugar, falando dele, para entrar em questões de forma. Demais, o coração, quando fala, fala sempre bem, e o poeta, cujos versos tenho diante dos olhos, é um poeta que sente o que diz. Os seus versos são algumas páginas de uma vida de aspirações, que ainda se não esgotaram, que ainda brilham, variadas como as flores da mocidade. [...] [o poeta] chora saudades

⁵⁹ Hansen, João Adolfo. *Alegoria (Construção e Interpretação da Metáfora)*. São Paulo, Atual, 1986, p. 6.

⁶⁰ Cf. Saliba, Elias Tomé. *As Utopias Românticas*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 40

⁶¹ “Idéias Vagas. A Poesia”. In: *A Marmota Fluminense* nº 731, Rio de Janeiro, 10/06/1856, pp. 2-3. *Apud* Massa, Jean Michel, *op. cit.*, p. 29.

de sua mãe; abençoa a inocência de sua irmã; [...] / A impressão que modifica a alma do poeta é sempre o que dá tom à sua voz.”⁶²

É sensível a semelhança com este comentário do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autor das *Postilas de Retórica e Poética*, sobre Casimiro de Abreu:

“A desvelada e religiosa educação que no materno regaço recebeu Casimiro de Abreu, revela-se toda no seu mavioso canto *O homem de metal*, cheio de moralidade e sentimentalismo.”⁶³

ou com este de Zaluar, a propósito de Laurindo Rabelo:

“Quem lendo estes versos não avaliará por eles o afeto melindroso da alma do poeta? Em presença do livro do Sr. Laurindo é fácil adivinhar as peripécias de sua vida, e ainda mais conhecer as alternativas de seu gênio e do seu caráter singular e apreensível.”⁶⁴

Por seu turno, e em visível simetria com tudo isso, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, logo visconde de Porto Seguro, afirmou acerca de Gregório de Matos:

“O procedimento pouco regrado e maléfico do nosso poeta, fez atrair contra ele grande número de seus patrícios, e dos colegas [...] / Por fim, [...] converteu-se num vadio Diógenes, que aborrecido do mundo de tudo satirizava com mordacidade. E se por um lado castigava muitos vícios, abusava do gênio, e muitas vezes a virtude também empenhava.”⁶⁵

O poeta Gonçalves Dias, celebradíssimo, era figurado através do seguinte prisma:

⁶² “Revista Bibliográfica. *Inspirações do Claustro* por Junqueira Freire (da Bahia)”. In: *Correio Mercantil*, 18/06/1856, p. 1. Apud Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, pp. 45-46.

⁶³ *Revista Popular*, tomo IV, p. 91, 1859. Apud Souza, Joaquim Norberto de (org.). *Obras Completas de Casimiro de Abreu*. Rio de Janeiro, Garnier, s/d, p. 15.

⁶⁴ Zaluar, Augusto Emílio. “Trovas do Dr. Laurindo José da Silva Rabelo”. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de abril de 1856. Apud Braga, Osvaldo Melo (org.). *Obras Completas de Laurindo José da Silva Rebelo*. São Paulo, Nacional, 1946, p. 75.

⁶⁵ Varnhagen, Francisco Adolfo de. “Gregório de Mattos Guerra”. In: *Florilégio da Poesia Brasileira*. Rio, ABL, 1987, tomo I, pp. 96-97 (original de 1850).

“[...] nos *Cantos* do Sr. Gonçalves Dias os assuntos são tirados da própria intimidade do poeta, resultam de uma concentração eminentemente lírica que vamos rechar nos *Timbiras* [...]. Ora, este traço característico que constitui verdadeiramente a expressão de sua originalidade, se sobressai a cada passo nos *Novos* e nos *Últimos Cantos*, não se manifesta tão claramente nos *Primeiros*, mas é fácil de verificá-lo nas poesias religiosas.”⁶⁶

E a respeito do hoje esquecido Bittencourt Sampaio, por outro lado, assim se pontificava:

“O Sr. Bittencourt Sampaio canta, porque tem necessidade de cantar: é, para servir-me de uma expressão de Lamartine, como essas aves que passam cantando além da costa ao longe, das quais o mundo só conhece a voz. Pressente-se, através do livro, uma natureza escolhida, uma organização delicada, desenvolvendo-se a custo na mesquinhez da época./ [...] o traço mais saliente da fisionomia poética do autor de *Flores Silvestres* [é] a necessidade de viver pela fantasia, criando tipos acomodados às aspirações de seu espírito.”⁶⁷

Já o próprio Gonçalves Dias, muito versado em semelhantes questões, exprimia-se nos seguintes termos:

“Com a vida isolada que vivo, gosto de afastar os olhos de sobre a nossa arena política para ler em minha alma, reduzindo à linguagem harmoniosa e cadente o pensamento que me vem de improviso, e as idéias que em mim desperta a vista de uma paisagem ou do oceano — o aspecto enfim da natureza. Casar assim o pensamento com o sentimento — o coração com o entendimento — a idéia com a paixão — colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia — a Poesia grande e santa — a Poesia como eu a compreendo sem a poder

⁶⁶ Macedo Soares, Antônio Joaquim. “Tipos Literários Contemporâneos — Gonçalves Dias”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*. São Paulo, 11ª série, nº 1, maio de 1861. Apud Castello, José Aderaldo. *Textos Que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1963, volume II, pp. 101-102.

⁶⁷ Macedo Soares, Antônio Joaquim. “Ensaio de Análise Literária. Bettencourt Sampaio”. In: *Revista Mensal do Ensaio Filosófico Paulistano*, 10ª série, nº 5, agosto de 1860. Apud Castello, José Aderaldo, *op. cit.*, v. II, pp. 87-88.

definir, como eu a sinto sem poder traduzir.”⁶⁸

Para esse tipo de crítica, mais do que um fingidor, o poeta era um predestinado:

“O menino [Casimiro de Abreu] predestinado para ser um dia poeta viu ainda no berço sorrirem-lhe as musas. Foi sua infância uma peregrinação poética, e por toda a parte o cercava a inspiração.”⁶⁹

Sabia-se, naquele tempo, que:

“Desde os princípios do século atual uma grande reação começou a abalar os antigos fundamentos do reino misterioso das Musas. O vago das lembranças do berço da civilização moderna, os sublimes pensamentos do Cristianismo, a simplicidade das cenas da natureza, que tão tocantes relações oferecem com as misérias do nosso coração, pareceram uma fonte de emoções mais delicadas e verdadeiras, que os engenhosos sonhos da antigüidade. Faltava à lira antiga essa corda grave, e chorosa, pela qual se exprime a religião, e o infortúnio; faltava-lhe a consonância com os sentimentos poéticos da existência, e com a eterna melancolia do pensamento moderno [...] Como tudo o que é grande, belo, e verdadeiro, foi pleno o sucesso da reação contra a imitação da poesia antiga. O Cristianismo banindo do universo as elegantes divindades de que o povoara a mitologia, restabeleceu a majestade, a grandeza e a gravidade da criação, e nova carreira abriu à poesia, que não podia até então encarar a natureza senão através das ficções consagradas por Hesíodo, e por Homero. Nestas novas fontes bebe hoje suas mais brilhantes inspirações não só a poesia, como as artes, e a filosofia, irmã da teologia. Entretanto, que este movimento remoçava com uma vida nova, e mais florente que a primeira, a literatura européia, os poetas de nossa língua iam muito satisfeitos batendo a estrada cediça, e dizendo-se inspirados pelas musas pálidas e decrépitas do Parnaso. Mas eis que um jovem Poeta da nova escola, nascido debaixo do Céu pomposo do Rio de Janeiro, ardente de futuro, e de glória, e com a cabeça repleta de harmonias, e o coração pesado de no-

⁶⁸ “Prólogo” aos *Primeiros Cantos*. In: *Poesia Completa e Prosa Escolhida*. Rio de Janeiro, José Aguillar, 1959, p. 101 (original de 1847).

⁶⁹ Silva, Joaquim Norberto de Souza. “Notícia sobre o Autor e suas Obras”. In: *Obras Completas de Casimiro de Abreu*, cit., p. 86.

bres emoções, acaba de revelar a pobreza da nossa literatura com um volume admirável de poesias. Profundo sentimento dos segredos do gosto, o qual é o bom senso do gênio, sentimento bem raro nas produções da mocidade levada sempre para o grandioso extravagante; riqueza, variedade e excelente concepção de imagens, que imprimem um efeito mágico à doce melancolia do poeta; perfume e unção religiosa espalhadas sobre as cenas da natureza; elevação dos pensamentos filosóficos inspirados pela escola idealista Alemã, e pelas doutrinas do Cristianismo; pureza e pompa da versificação; tais são em resumo os méritos dos *Suspiros Poéticos* do Sr. [Domingos Gonçalves de] Magalhães.”⁷⁰

Súmula de concepções, a longa citação acima, escrita em 1836, se justifica por si só: suas proposições são valiosas, encontrando-se disseminadas por toda a crítica da época, o que não deixa de ser, a seu modo, um indício da “modernidade” ajustada à nova retórica, que se denegava enquanto tal. Basicamente, conjugavam-se *tópicas de caráter* (amigo, angélico, doce, predestinado etc.), *tópicas da adversidade* (o arrostar da inércia) e *tópicas da paixão* (melancólico etc.), que constituíam o gênio, sua alma singular, a criação por ele operada e sua influência sobre os não-gênios. Até mesmo num efêmero jornal católico de 1849 podiam-se ler as seguintes palavras, tomadas do *Gênio do Cristianismo*, de Chateaubriand, ou de algum escrito intermediário:

“Em toda parte e em todos os séculos a linguagem harmoniosa da poesia influi nas turbas: em toda parte, em todos os séculos retumbou no coração humano o gemido da aflição, ou o cântico do prazer, ou o hino vívido do entusiasmo surgindo da alma do poeta, quando nela transborda qualquer destes sentimentos.”⁷¹

Vá de retrato, a fim de ilustrar esta exposição, o caso do próprio

⁷⁰ Artigo de Francisco de Salles Torres Homem na revista *Niterói*, nº 2, 1836, pp. 246-248. Apud Barros, Roque Spencer Maciel de. *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo, Edusp/Grijalbo, 1973, pp. 75-77.

⁷¹ Jornal *Estrela do Ocidente*, Rio de Janeiro, 28/04/1849, p. 3. A inspiração católica do único número desse jornal, ruína esquecida nos escaninhos da Biblioteca Nacional, é patente.

Almeida, cujas poesias, distribuídas por alguns periódicos da época, foram recolhidas nos citados livros de Rebelo e Mendonça⁷². São tão ruins – ou tão boas – quanto a maioria das poesias que se publicavam nos numerosos órgãos literários de então, quase todos de duração mais que efêmera. Não conseguem provocar, na maioria dos leitores do final do século XX, mais que uma ligeira sensação de enjôo, o que, evidentemente, não significa que sejam de má qualidade. Pelo contrário: estavam sintonizadas com a melhor produção da época. Ao todo, podem ser atribuídas a Manuel Antônio de Almeida cinco poesias: “Escuta”, “A uma Jovem Espanhola”, “O Morrer da Virgem”, “Amor de Criança” e “A Melancólica”. Escritas no mesmo tom e padrão de outras poesias contemporâneas, seu conteúdo não interessa aqui, mas sim o fato de que sua exigüidade não impediu que alguns contemporâneos escrevessem o seguinte:

“Poeta, romancista, jornalista, deixa títulos numerosos [...]”⁷³

“Foi poeta também. — Era-o instintiva e inspiradamente. Em algumas sentidas estrofes que nos legou, repassadas dessa inefável melancolia que devora e consome as existências inquietas e febris, é fácil reconhecer os movimentos caprichosos de sua alma, os brilhantes arroubos de sua imaginação, onde se concentrava algumas vezes, como quem foge à terrível evidência do mundo real e busca um abrigo mais seguro nas recônditas solidões do pensamento.”⁷⁴

“Na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que se orgulha de ter dado o berço aos dois maiores oradores do púlpito nacional, S. Carlos e Mont’Alverne, nasceu a 17 de novembro de 1831 o bem conhecido poeta-romancista Manuel Antônio de Almeida.”⁷⁵

“Manejando facilmente os raros dotes de sua fertilíssima aptidão, todos

⁷² Cf. nota 33. Escapou a ambos os pesquisadores, porém, uma poesia publicada no semanário carioca *O Mágico*, nº 10, de 25/01/1852, p. 7. Intitula-se “A Melancólica” e está assinada por “M. A. de Almeida”. Cf. nos anexos deste trabalho.

⁷³ Bocaiúva, Quintino. *Op. cit.* na nota 41, p. 125.

⁷⁴ Zaluar, Augusto Emílio. *Op. cit.* na nota 44, p. 133.

⁷⁵ Ferreira, Félix. *Op. cit.*, p. 8. Necessário observar, a respeito da natimorta revista *Idéia*, que sua preocupação fundamental era figurar as pessoas “inteligentes e de bom merecimento” como essencialmente injustiçadas e desamparadas pelo Poder Público.

os trabalhos literários lhe eram familiares, quer poetasse em doces endei-xas, num estilo fácil e ameníssimo, quer se lançasse em mais vasto hori-zonte, escrevendo análises de críticas literárias [...] / A sua musa casta e peregrina, se às vezes se perdia nas neblinas transparentes de um segre-do que mal ou pouco se compreendia, era sempre vestida das alvas rou-pas das vestais com que outr’ora se alindava a sedutora e opulenta musa de Bernardim Ribeiro e de Lamartine.”⁷⁶

“Em suas trovas, disseminadas em vários jornais, aparecem os traços fisi-onômicos de sua inteligência e de todo o seu talento. Ora poeta lírico a cadenciar fugitivos módulos à nuvem que colora o céu, à flor que matiza o prado, ao prado que encanta e seduz pelo verde de suas árvores; ora a enlevar-se na contemplação de um astro que rola no espaço, como se an-siasse por ventura divina e como se transbordasse n’alma o *extasis*, seus versos ressentem-se da melancolia de Lamartine e d’aquela tristeza do cantor das *Primaveras* que tanto cansa e magoa.”⁷⁷

Obviamente, não se podem atribuir as observações acima a uma hi-potética falta de “senso crítico” de seus autores. Tratava-se de pessoas in-teligentes e instruídas, e o efeito de mesmice, que quase se impõe como única leitura possível para o leitor deste final de século XX, é resultado das tópicas e portanto puro anacronismo – afinal, “no Romantismo, como é sabido, as regras retóricas da elocução são transferidas para o sujeito, apa-gando-se como regras, dando-se como não-retórica natural”⁷⁸, e aqui tal ponto de vista, que ainda é o do século XX, radicaliza-se; com efeito, o que parece hoje envelhecido é apenas o vocabulário utilizado na exposição. Ou, como afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu a propósito do culto romântico da biografia no século XIX, “não seria difícil mostrar que são es-ses os mesmos princípios que engendram ainda hoje a representação que os intelectuais possuem do mundo social e de sua função neste mundo”.⁷⁹

⁷⁶ Silva, Francisco Bethencourt da. *Op. cit.*, pp. VII e XI.

⁷⁷ Major, Manuel Antônio. “Perfis Literários. Manuel Antônio de Almeida”. In: *Revista Mensal da Sociedade Brasileira de Ensaios Literários*. Rio de Janeiro, nº 7, 10/1872, p. 684.

⁷⁸ Hansen, João Adolfo. *Alegoria*, cit., p. 6.

⁷⁹ Bourdieu, Pierre. “Campo do Poder, Campo Intelectual e *Habitus* de Classe”. In: A

Ademais, se Almeida escreveu, até onde se saiba, apenas cinco poesias, sendo mesmo assim considerado “poeta” de raros dotes e densa sensibilidade, isso não se deve à mera “retórica vazia” que ordinariamente é atribuída à época: interessados em constituir um Almeida por assim dizer “sublime” –para transformá-lo em mártir e exemplo da insensibilidade imperial diante da figura do *litteratus* desprotegido, contemplativo, genial e promissor–, seus contemporâneos se valeram de sua escassa produção poética para guindá-lo a tal categoria; essa era uma das formas da representação naquele período –tanto quanto a ficção ou a sátira então praticadas–, com critérios próprios de verossimilhança⁸⁰ – em suma, era necessário ter habilidade para preencher as tópicos de modo eficaz, usando vocabulário adequado e convincente. Como exemplo, leia-se o sistema de oposições esboçado no artigo encomiasta de Manuel Antônio Major:

“Em seus artigos bibliográficos [de Almeida], o talento é muito outro [em relação às poesias]. A imaginação prende-se ao cálculo, o poeta cede lugar ao crítico. E nem no estilo ou na frase transparece mais aquela suavidade do trovador; tudo é natural, e, não vindo do eflúvio do sentimento, parte do cérebro. Sóbrio em imagens e símplice em suas análises, Manuel Antônio de Almeida lembra-nos Charles Nodier⁸¹, que variava de tom e locução na razão direta do assunto.”⁸²

Basicamente, o autor acima propõe que os “traços fisionômicos da inteligência” estariam presentes na poesia, enquanto que a prosa seria

Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1987, p. 185.

⁸⁰ Um outro motivo que poderia importar para a classificação como “poeta” talvez fosse a morte por afogamento: em 1853, naufragou nas costas do Rio de Janeiro o “Vapor Afonso”; o seu comandante, Tenente Araújo, foi caracterizado em dois folhetins do *Correio Mercantil*, publicados em 06 e 07/04/1853, como “jovem poeta e denodado marinheiro”.

⁸¹ O escritor francês Charles Nodier (1780-1844) escreveu romances de terror e contos fantásticos. Seus sermões no Arsenal reuniam os escritores da época (*Larousse*). Vista hoje –numa perspectiva certamente anacrônica–, a comparação parece bastante imprópria. Sobre esse autor, a pesquisadora Ana Luiza Silva Camarani defendeu recentemente a Tese de Doutorado *Tradução e Poética: Charles Nodier* (FFLCH-USP, setembro de 1997).

⁸² Major, Manuel Antônio. *Op. cit.*, p. 684.

“natural”, ligada ao cálculo e ao cérebro. Oposição retórica que, de qualquer jeito, importa mobilizar para a compreensão dos escritos contemporâneos sobre Almeida.

Evidencia-se, além do mais, o processo de construção da imagem mediante as tópicos daquilo que a época considerava nobilitante: sofredor, sensível, político, injustiçado, lutador contra as adversidades. Assim,

“Manuel Antônio de Almeida foi um predestinado do infortúnio. A sua maior desgraça foi ter nascido com dotes tão elevados, tão superiores às naturezas vulgares, que nunca pôde ser compreendido do mundo./ Pobre irmão! ainda te vejo, a braços com teu diuturno labor! Lá estás sentado à mesa do trabalho, com os braços apoiados sobre a tábua, e a cabeça apertada entre as mãos. Em que pensas?”⁸³

“Manuel Antônio de Almeida pertenceu ao número desses mancebos [de ínfima fortuna e condição], a quem chamaremos –os crentes–, porque só uma crença robusta lhes pode dar a precisa coragem para que sem os cômodos da vida, e até mesmo com a subsistência incerta, levem anos seguidos em estudos [...]/ Manuel Antônio de Almeida, a quem em compensação da falta de meios, sobravam os recursos de uma inteligência superior, votou-se com todo o ardor aos estudos de medicina, e na faculdade desta corte recebeu no ano de 1853 [sic] o anel de doutor na ciência de Hipócrates.”⁸⁴

“Manuel Antônio de Almeida teve rápida peregrinação na terra; inteligência fecunda e criadora, imaginação florida e plena de poesia que brota a natureza luxuriante do Brasil, trato fino e delicado, raros dotes, ele os cultivou no estremecimento de suas crenças de moço, que lhe foram mais que lenitivo, mais que vida – talvez o único sorriso que lhe vazava n’alma o doce néctar da inspiração.”⁸⁵

⁸³ Zaluar, Augusto Emílio. *Op. cit.*, p. 128. Quando da morte do poeta Laurindo Rebelo, em 1864, Zaluar assim escreveu no *Diário do Rio de Janeiro*: “Se outra lhe tivesse corrido a vida, Laurindo teria sido um grande orador. Tinha todos os dotes para sê-lo. Abundância, colorido, profundidade, novidade de linguagem, patriotismo sincero, convicções firmes e arrojadas, tudo havia nele. / [Mas] a miséria e a desgraça mani[e]tavam sempre aquele grande espírito. A indiferença fez o resto.” (*Apud* Braga, Osvaldo Melo. *Obras Completas de Laurindo...*, cit., p. 77).

⁸⁴ Ferreira, Félix. *Op. cit.*, p. 8. Conforme os registros, Almeida se formou em 1855.

⁸⁵ Major, Manuel Antônio. *Op. cit.*, p. 684.

“[...] esse infeliz mancebo [Almeida], arcando com a pobreza e tendo de prover a subsistência e futuro de suas irmãs, viu-se obrigado a deixar a carreira de sua predileção, que poucos lucros oferece, roubando entretanto o melhor do tempo, o sossego de espírito e até mesmo as amizades irritadiças./ Há um ano que ele estava como que em desespero, e já desanimado dos homens e de si próprio. A viagem que empreendera era ainda um esforço contra o mau destino: foi o último: parece que ele pode dizer como Alfieri: Finalmente descanso.”⁸⁶

“Ao encontrá-lo todo absorvido na contemplação filosófica de um tipo, de uma circunstância fortuita ou de um magno interesse público, quantas vezes se cuidava vê-lo num torpor melancólico de abstrata e estóica indiferença, e entretanto sua alma nobre e digna atentamente perscrutava o segredo sentimental de uma narrativa, o mimo de uma poesia toda cheia de inefáveis e boníssimos eflúvios./ [...] Tudo nele era fé. Ressuscitavam-lhe as crenças que o peso do infortúnio lhe esmagara ao despontar da vida, na perda de seu Pai, pobre militar, mais tarde recrudescido na ida de sua mãe para o Céu [...].”⁸⁷

⁸⁶ Otaviano, Francisco. *Op. cit.*, p. 117-118. A despeito da semelhança com os outros textos, este é sibilino: o “esforço contra o mau destino” era a tentativa de lançar-se como candidato do Partido Liberal à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro; aqui, o fato de não se mencionar o objetivo da viagem pode ser uma sutil ironia. Otaviano era um dos “caciques” do Partido Liberal, e costumava auxiliar elementos que considerasse talentosos e/ou que servissem a seus projetos. Por exemplo: escreveu ele, numa carta ao Barão de Penedo, as seguintes palavras a respeito do jovem Tavares Bastos (1839-1875), que mais tarde se tornaria o “menino de ouro” dos liberais: “O menino é bom e de futuro. Procura-o agasalhar em teu ninho. É dos meus filhotes em política” (*apud* Bastos, A. C. Tavares. *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. São Paulo, Nacional, 1976, p. 14; carta sem data, possivelmente do início do decênio de 60).

⁸⁷ Silva, Bethencourt da. *Op. cit.*, pp. XXV-XXVI e XLII. Segundo esse autor, as últimas palavras por ele ouvidas da boca de Almeida foram as seguintes: “‘é a primeira vez que embarco’, me dizia ele, ‘mas... sinto que alguma cousa de atroz me tira o ânimo e me desperta desordenadas e incoerentes idéias. / Se sou infeliz não sei... persegue-me porém, um poder oculto, uma força estranha que me desfolha sempre as rosas mais gentis da minha vida” (pp. XLII-XLIII). Desnecessário acentuar o estofo ultra-romântico dessas palavras, não importando aqui se Almeida de fato as pronunciou: basta o modo como elas constituem, para os leitores, o modelo do “herói” romântico, diga-se assim. Forças estranhas e ocultas, abscondidas em suma, foram e continuam na ordem do dia, tanto artística quanto politicamente, e isso porque, em síntese, permitem a **não-nomeação** dos agentes das ações, deixando-se no ar uma insopitável sensação de profundidade. [Note-se que

“Desventurado Almeida!/ Lutou muito, e, quando entrevia no horizonte a estrela polar da esperança, caiu sem poder, ao menos, no momento de exalar o último alento, reclinar sobre peito amigo a fronte em que Deus acendera o facho do talento!”⁸⁸

“No vigor dos anos, amado por todos, por todos festejado, alma nobre, espírito reto, abrindo o coração a todas as esperanças, caiu ele para sempre, terminando por um naufrágio a vida que não se embalara nunca nos braços da fortuna.”⁸⁹

mesmo na literatura moderna a nomeação explícita é não raro vista como falta de habilidade e sutileza, como grosseria enfim: num texto ficcional como *O Processo*, de F. Kafka, a grande habilidade consiste em elidir os motivos pelos quais Joseph K. está sendo processado, e quais são os indivíduos responsáveis pela condução desse processo; caso tivesse havido explicitação, essa obra-prima certamente perderia muito de suas qualidades. Contudo, o que nessa literatura de nível é uma crítica poderosa que conduz à falência da consciência e ao totalitarismo inerente a todos os mecanismos de controle etc., transforma-se, na literatura sem esse nível, em afetação pueril e pretensiosa que evidencia apenas e tão-somente a falta de habilidade.] **A propósito:** enxergar essas “últimas palavras” de Almeida como virtualmente inverossímeis –*verba volant*, ponderavam sabiamente os latinos– pode ser um anacronismo, na medida mesma em que ele –e todos os seus contemporâneos– deveriam pronunciá-las a todo momento, encenado como o último: ao tomarem a barca para Paquetá, ao escreverem um artigo de jornal, ao dirigirem-se de casa para o serviço, ao rumarem da Corte para a Faculdade de Direito em São Paulo ou em Olinda, ao esbofetarem seus escravos, ao abusarem sexualmente de suas escravas, ao pleitearem sinecuras, ao conseguirem essas sinecuras etc. etc. etc.

⁸⁸ Artigo escrito por Guilherme Bellegarde no jornal *O Globo*, citado por Bethencourt da Silva, sem referência à data, mas que é possivelmente de 1876 ou 1875. *Apud* Silva, Bethencourt da Silva, *op. cit.*, pp. XIX-XX. Informa esse autor que devia a Bellegarde “o extremado favor de grande cópia destas indicações que aqui ficam” (p. XVIII).

⁸⁹ Assis, Machado de. *Op. cit.* na nota 45, p. 167. Com o passar dos anos, Machado ficaria menos econômico nesse tipo de comentário; quando da morte de Alencar, em 1877, ele assim se pronunciou: “Desenganado dos homens e das cousas, Alencar voltou de todo às suas queridas letras [...] [que] não lhe fizeram esquecer inteiramente as amarguras, é certo; senti-lhe mais de uma vez a alma enojada e abatida. Mas a arte, que é a liberdade, era a força medicatriz de seu espírito. Enquanto a imaginação inventava, compunha e polia novas obras, a contemplação mental ia vencendo as tristezas do coração, e o misantropo amava os homens” (*in: Obra Completa*. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1985, vol. II, p. 625). O próprio Otaviano, quando morreu em 1889 (como conselheiro do Império), foi destarte definido pelo mesmo Machado de Assis: “Morreu um homem. Homem pelo que sofreu [...]. Raros terão padecido mais; nenhum com resignação maior.” (*In: idem*, vol. III, p. 1016). Visto em lente retrospectiva, esse comentário pode ser uma

Prometeu e Fausto mobilizados, seria agora pertinente confrontar os textos acima com a passagem de um escritor francês em seus *Diários Íntimos*, pelo que apresentam de analogias e tópicos comuns, tanto mais significativas quanto se atente para o fato de que esse escritor é o hoje celebrado Charles Baudelaire, sustentáculo de todas as modernidades, pré-pós-pró-anti, enquanto que os luso-brasileiros são notoriamente referidos, também hoje, como autores de segunda plana que não conseguem anunciar ou prenunciar nem sequer a si mesmos. O trecho versa sobre a definição do “Belo”.

“Uma bela fisionomia de homem... conteria também alguma coisa de ardente e de triste — as necessidades espirituais — das ambições tenebrosamente reprimidas, — a idéia de um poderio retumbante e sem emprego, — algumas vezes a idéia de uma insensibilidade vingadora... algumas vezes... o mistério, e enfim (para que eu tenha a coragem de confessar até o ponto em que me sinto moderno em estética) a *infelicidade*.”⁹⁰

Não se comete aqui, obviamente, a insensatez de fazer restrições aos escritos de Baudelaire, mas sim de evidenciar que a prática estava disseminada como o melhor modo de fazer encômios. Provavelmente, hoje, escrever dessa maneira sobre quem quer que seja provocaria gargalhadas (ou brigas); no século XX, o encômio permanece, mas o vocabulário é outro.

insinuação sub-reptícia — ou quem sabe se subterrânea — sobre um fato que certamente deveria provocar muitos padecimentos e alguma resignação em Otaviano: ele tinha por comborço ninguém menos que o imperador Pedro II, emérito apreciador dos encantos de sua esposa Eponina — e, acrescentando-se, de muitas outras mulheres, solteiras, casadas e viúvas (cf. Besouchet, Lídia. *Pedro II e o Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, pp. 18, 93, 446. Nesse livro, muito simpático à figura do imperador, há dados suficientes para caracterizá-lo como um discreto Sardanápalo, como talvez escrevesse o redator das *MSM*. A ocorrência, mesmo que se faça *tabula rasa* de toda afetação de moralidade, é tanto mais desagradável e brutal quanto se tenha em mente que Otaviano fora amigo de infância de Pedro II). Cf. também o tom da crônica escrita por Machado em 22/12/1895, quando da morte de Eponina (*In: Obra Completa*, cit., v. III, pp. 675-676).

⁹⁰ Apud Praz, Mario. *A Carne, a Morte e o Diabo na Literatura Romântica*. São Paulo, Edunicamp, 1996, p. 47.

3) A “COTAÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS”

Seria improcedente fazer girar a discussão a respeito do “retrato” de MAA em torno do eixo verdade/falsidade⁹¹, pois, produção interessada, obedece a uma circunstância corriqueira na vida da classe letrada no Brasil: a necessidade de produzir-se como necessária ao país e aos desígnios nacionais. As palavras de uma revista do período são sintomáticas quanto a isso:

“A *Idéia* não quer só homens que dão-se ao plantio e cultura das letras; abre também suas páginas para que artistas, vindos da América ou da Europa, ponham por obra as preciosidades ingentes do entendimento e do belo. Oxalá encontre imitação o exemplo edificante de um rei, que despindo as insígnias da majestade, colaborou como artista na *Revista Contemporânea*. Dom Fernando, aproximando-se dos literatos e dos artistas, ganhou ainda mais na admiração e no respeito dos homens!”⁹²

Eis mais uma observação que é suficientemente explícita, dispensando comentários e ilustrando uma situação banal: sugere-se ao mais importante “leitor implícito” do tempo, o imperador Pedro II⁹³, a conces-

⁹¹ É esse o procedimento típico da crítica contemporânea em relação a tais escritos: “pinçam-se” as informações consideradas relevantes e deixa-se de lado tudo o que se considera, no melhor dos casos, uma espécie de “impertinência”. Na realidade, as fontes que informam sobre a “origem simplice” de Almeida –a partir da qual se podem fazer piedosas ilações sobre o “popular” e a constituição do “caráter nacional”– são as mesmas que falam de sua religiosidade —a partir da qual hoje já não se fazem mais tais ilações—, o que demonstra o óbvio processo de seleção efetuado por essa crítica. Cf., adiante, ilustração *kitsch* da revista *Idéia*, de 1869, onde se põe Almeida no céu, acima de um anjo que lê um livro (as *MSM*, talvez).

⁹² *Idéia*, cit., p. 5.

⁹³ Cf. o jornal carioca *O Boticário* (nº. 2, de 11/05/1852), que afirma que gostaria de dar sua primeira folha ao imperador Sr. D. Pedro II; as duas seguintes, aos ministros; a quarta, ao chefe de polícia; a quinta, ao promotor público, etc. etc. De passagem, note-se que esse jornal, pertencente ao pasquineiro baiano Próspero Diniz, assumira uma linha editorial deliberadamente provocativa para com a argumentação liberal. De outro lado, num pequeno impresso de 26/02/1855, o “proprietário e redator” José Calasans de Andrade informava ao público a abertura de “um estabelecimento tipográfico, e necessitando de cooperação pública para que ele adquira aquela força, que é de mister para caminhar

são de verbas⁹⁴. Tal prática – disseminada por muitos periódicos do XIX – não se deve só ao oportunismo, mas também à falta de opções: num país com escasso número de alfabetizados, não eram grandes as perspectivas da imprensa periódica, sendo notável o fato de que as melhores publicações de então, como as revistas *Minerva Brasiliense* e *Guanabara*⁹⁵, além do *Jornal do Comércio*, contassem com patrocínio oficial. De forma recorrente, contudo, produzia-se o pouco relevo dado à cultura:

“[...] por fatalidade ou má sorte, todos os cometimentos nobres falecem n’esta nossa terra. Oxalá assim não fosse! N’esta hora nossas bibliotecas pejar-se-iam de muita obra preciosa que jaz por aí olvidada. Tão maus são os nossos homens, uma vez saciado o desejo de banquetear à mesa do orçamento, nem promovem melhoramentos morais, nem protegem a cultura intelectual! / Pobres de entendimento, **cuidam que os livros e as inteligências não se cotam facilmente!**”⁹⁶ (n.n.)

desembaraçado e confiando muito no patriotismo de V. E., e na proteção que V. E. consagra a todos os estabelecimentos, que dão ao país subida importância, ousou pedir a V. E. que haja de aceitar a assinatura inclusa, pelo que se confessará eternamente grato a V. E. quem tem a honra de ser / De V. Excia. / mt^o. att^o. resp^o. e cr^o.” (IHGB/RJ, lata 321, doc. 18). A raridade desse escrito localiza-se exatamente nos espaços que o impresso deixa em branco, e que estão aqui sublinhados: por meio deles evidencia-se que, idealmente estratificado, o público se comporia de excelências, senhorias, eminências, majestades, altezas, etc. É óbvio, porém, que se tratava de pura projeção de um “público ideal e digno”.

⁹⁴ José Veríssimo, laudatório e mordaz a um só tempo, assim descreveu Pedro II: “Prezando-se de literato e douto, apreciou pelo seu povo incapaz de fazê-lo, e acoroçoou e premiou esses seus representantes intelectuais. Se não todos, a maioria da primeira geração romântica, como muitos outros depois dela, em todo o reinado, mereceram-lhe apoio e patrocínio. Revestia este não só a forma concreta de sua amizade pessoal, que aliás nunca chegava ao valimento, porém a mais concreta e prestadia de empregos, comissões, honorárias. E, louvados sejam, não lhe foram ingratos. As principais obras em todos os gêneros são-lhe dedicadas, em termos que revêem o reconhecimento da munificência imperial [...]. Mas a vaidade, infalível estigma profissional, desses literatos, se não contentava desta alta estima; quisera mais, quisera o impossível, que, como nas principais nações literárias da Europa, dessem às letras aqui consideração, glória e fortuna” (in: *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, p. 128).

⁹⁵ Cf. Lopes, Hélio. *A Divisão das Águas. Contribuição ao Estudo das Revistas Românticas*. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

⁹⁶ Major, Manuel Antônio. *Op. cit.*, p. 685.

Mesmo jornais de oposição, como o *Correio Mercantil*, volta e meia pleiteavam verbas públicas⁹⁷. O tema era consensual, como transparece nas palavras de Joaquim Nabuco:

“a questão da subvenção à imprensa é uma das mais delicadas que se podem dar a um ministro. Nas contas da verba secreta dos diferentes ministérios a que Nabuco [pai] pertenceu (1853-1857, 1858-1859, 1865-1866) há recibos de jornalistas a quem o governo auxiliava.”⁹⁸

⁹⁷ No caso dos jornais, disputava-se a publicação dos atos oficiais do governo, prática usual, atualmente, na imprensa do Interior. Cf., por exemplo, os debates travados no início da década de cinquenta pelos jornais *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio* a respeito do assunto, comentado por Moreira de Azevedo no artigo “Origem e Desenvolvimento da Imprensa no Brasil”, in: *Revista do IHGB*, 1865, tomo 28, parte 2, p. 210. Entre inúmeros exemplos, ainda, pode-se ler o seguinte bilhete de agosto de 1856, dirigido por José de Alencar a Eusébio de Queiroz: “Tomo a liberdade de lembrar a V. Exa. que o contrato da publicação de atos oficiais da Província no *Correio Mercantil* termina este mês; e como V. Exa. prometeu-me batalhar para que este contrato fosse dado ao *Diário [do Rio]*, com o qual estive muitos meses, espero que V. Exa. faça o possível para alcançar-me este favor” (apud Menezes, Raimundo de. *Cartas e Documentos de José de Alencar*. Rio de Janeiro/ São Paulo, INL-MEC/Hucitec, 1977, p. 79). Cf. também a carta de José Carlos Rodrigues, do *Correio Mercantil*, datada de julho de 1866 e dirigida ao Marquês de Olinda: “[...] Recordando-se que o Jornal do Comércio, quando era oficial, publicava os atos do governo mediante cerca de 8.000 contos, poderá achar excessiva a quantia de 24.000 contos, que pedi na minha proposta [para o *Correio Mercantil*]./ Mas eu peço licença para considerar a V. Excia. isto: o Jornal consumia 8.000 contos, — é verdade; mas publicava só o expediente e documentos oficiais. Os anúncios de Repartições, Declarações, Editais se pagavam à parte./ Pela minha proposta nada disto se paga. E era tão vantajoso aquele contrato com o Jornal, que eu mesmo aceito um igual, e até agradeceria a V. Excia. Outra consideração — e poderosa— é esta: o Jornal editava atos oficiais e logo junto destes V. Excia. muitas vezes via um comunicado contra o Governo./ Ora, isto é uma imoralidade [...] o Mercantil ficará sendo inteiramente oficial: eu admitirei um redator por parte do governo e não publicarei nem um artigo contra ele [...]” (manuscrito do IHGB/RJ, lata 23, doc. 60). Consulte-se igualmente o discurso “autobiográfico” do jornalista e deputado conservador Justiniano José da Rocha, transcrito em Cardim, Elmano. *Op. cit.*, pp. 101-115. Mencione-se que as duas primeiras caricaturas litografadas no Brasil, em 1837, estão diretamente ligadas a esse assunto: os estipêndios concedidos pelo governo aos profissionais da imprensa (cf. Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, vol. 1, pp. 71-75). Seria instrutivo, finalmente, consultar as próprias coleções dos jornais, constantes do acervo da Biblioteca Nacional e de outras instituições de pesquisa.

⁹⁸ Nabuco, Joaquim. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, Sua Vida, Suas Opi-*

Que se ouçam também os dizeres de Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e depois marquês de Paraná, honorável e notório prócer da política de “conciliação”:

“[...] é sabido geralmente que em toda parte onde há sistema representativo, o governo não pode durar muito lutando com a imprensa, se em face dessa imprensa não houver quem o defenda, quem o justifique e quem explique sua política.”⁹⁹

Longe de constituírem “denúncias”, tais afirmações –que poderiam ser multiplicadas *ad nauseam*– apenas tentam justificar o procedimento, cujos critérios para a concessão do “auxílio” teriam de ser necessariamente escorregadios e incertos, produzindo, conforme a expressão do historiador Robert Darnton, uma “mobilidade lotérica”¹⁰⁰ geradora de tensões, ou ainda –transportando-se um tanto ou quanto anacronicamente a letra de uma canção moderna– bandos de “cidadãos inteiramente loucos com carradas de razão”. Num periódico de 1850, o tratamento irônico mal encobre o objetivo latejante:

“Não nos seria estranhável que fizéssemos também gemer os prelos com nossas magras idéias, e nos arvorássemos, da noite para o dia, em escritor, eco da respeitável opinião pública!... É uma mania como qualquer

niões, Sua Época. São Paulo/Rio de Janeiro, Nacional/Civilização Brasileira, 1936, vol. I, p. 154.

⁹⁹ Discurso proferido em 26/05/1855. *Apud idem*, *ibidem*.

¹⁰⁰ Darnton, Robert. *Boemia [sic] Literária e Revolução. O Submundo das Letras no Antigo Regime*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, p. 33. Guardadas as proporções, muitos aspectos das análises contidas nesse livro sobre a França poderiam ser aplicados à situação brasileira, como, v.g., a menção às relações de favor entre os letrados franceses do período por ele estudado, e que de certa forma podem ser caracterizadas como uma modalidade peculiar de “malandragem”; por exemplo: “O mais espantoso, na história de sucesso dos Suard, é sua dependência de ‘proteção’ — não mais a antiga variedade palaciana de mecenato, mas um tipo inteiramente novo que implicava conhecer as pessoas certas, manipular os cordéis adequados e ‘cultivar’, tal como a palavra era entendida no século XVIII” (p. 18). A referência é a Jean Baptiste Antoine Suard, “um dos mais eminentes autores do Alto Iluminismo. Não produziu obra importante, mas adquiriu reputação literária com artigos em jornais, discursos acadêmicos e traduções” (p. 209).

outra, mas decerto muito mais perigosa em resultados do que a daqueles, que pouco mais ou menos da nossa estofa e bitola, pretendem as posições de ministros da Coroa, Senadores, Deputados etc... e o que mais é que as alcançam para felicidade desta pátria que eles tanto amam, e dos cofres do tesouro público, sobre que têm sempre olhos tão zelosos!”¹⁰¹

Praticamente todos os letrados brasileiros se viram, de uma forma ou de outra, engolfados nesse desgastante círculo de, passe o lugar-comum, ferro e fogo: quem vai merecer o quê? Nesse sentido, era muito grande –para não se dizer irresistível– a tentação de correr atrás das melhores oportunidades e até mesmo “forçar a barra” para atingi-las: ao contrário do que se afirma num verso de Drumond, os letrados daquele período jamais poderiam desdenhar a coisa oferta, que aliás nunca se ofereceria gratuita a seus engenhos, muita vez escassos ou rarefeitos. Como resquício e prova disso, existe, na seção de manuscritos do IHGB/RJ, uma carta enviada por um letrado ao poderoso medalhão Nabuco de Araújo, cujos maldosos contendores políticos, registre-se de passagem, não titubearam em alcunhar de “guabiru híbrido”. Tal carta não está datada nem assinada, mas, por meio de seus indícios internos, é possível situá-la no início do ano da graça de 1859, 37º. da Independência. Longe de ser um empecilho, seu anonimato é precioso na medida mesma em que evidencia a generalidade da ocorrência: letrados oferecendo seus préstimos, mediante remuneração presumivelmente razoável, a figurões políticos. Como este trabalho também procura traçar as articulações entre jornalismo e política –e as condições de funcionamento da imprensa–, tal carta fornece ainda interessantes subsídios sobre as negociações visando a criação de órgãos jornalísticos, além de seu custo, mesmo que baseado num informante cujo maior interesse seria escamotear ou “maquiar” os dados e sugerir dificuldades maiores do que as reais: trata-se aqui de um esboço do que então era, por assim dizer, a estrutura do “argumentável”. Por isso, e para que possa ser referida mais adiante, segue transcrita na íntegra.

¹⁰¹ Jornal *O Solitário*. Rio de Janeiro, 19/01/1850, nº. 1, p. 1.

Convém atentar para os argumentos sutilmente viperinos e repletos de insinuações e subentendidos, de envolta com pitorescas metáforas e a afetação da mais cândida boa-fé:

“Montar tipografia/ Prelo Stanhope nº. 1 – 1:100\$000/ 1.500 libras de tipos sortidos – 1:500\$000/ Caixas cavaletes granéis – 600\$000/ [total] 3.200\$000/ Esse material é suficiente para manter uma folha de discussão política de 3 vezes por semana./ Acho que assim devemos começar./ Se quisermos, depois, ter a folha diária no mesmo formato, e para a discussão política, bastará o aumento de 600 libras de tipo, e mais um prelo Stanhope = despesa 1:100\$000./ Se quiser-se que a folha seja noticiosa, cumprirá ter um prelo mecânico. Comprando-o no Rio de Janeiro, só teremos prelos já servidos, e inferiores, custando 4:000\$000./ Mandando-se vir da Europa, há recentemente descobertas em França prelos chamados indispensáveis, de fácil e simples maquinismo, e cujo custo não chega a 2:000\$000./ Vindo dos antigos e aqui conhecidos, podemos calcular com a despesa de 4 a 5 contos de réis. Mas não estarão aqui antes do fim de maio./ Montada a oficina, a despesa pode calcular-se assim:/ Serviço de publicação e administração [de] uma folha de polêmica política a três vezes por semana – 1:000\$000/ Redação (basta um redator) – [valor em branco]/ Para Diário, sendo política, serviço [sic] – 1:600\$000 [? - borrado]/ Redação - são necessários dois redatores e um s[ub-dir]ector [papel rasgado] – [valor em branco]/ Sendo noticiosa, a despesa cresce consideravelmente com gratificações a correspondentes, a quem dá as notícias da praça, da alfândega etc./ Eu já fiz um esforço desses para montar folha diária; tive o subsídio de um conto de réis mensal[;] a folha durou três meses, e fiquei encalacrado em 12 contos de réis que tive de pagar com língua de palmo./ Tenho o exemplo do C[orreio] da Tarde, cuja despesa mensal é de mais de 4.000\$000 e cuja receita não chega a 900\$000 por confissão de José Cristino./ Tenho a experiência do Diário [do Rio de Janeiro] que tem consumido centenas de contos de réis./ E a do [Correio] Mercantil que... tem custado ao estado mais de 200 contos, não atendendo ainda ao mimo da Estrada de Ferro, em que ele lucrou, ao que dizem, cerca de 200 contos de réis./ Mais a do Velho Despertador, em época em que estava tudo 50% mais barato, e que quebrou ficando a dever cerca de 200 contos, depois de ter consumido uma centena de contos de seus acionistas./ Em mar tão cheio de naufrágios, confesso que embarcaria mui-

to desanimado; e cumpriria bem ver que provisões e sobressalentes se lhe põe a bordo./ Em minha opinião o que basta ao governo é uma folha interessante pela sua hábil redação, e que só se ocupe com política e administração, e que se publique 3 vezes por semana./ De uma folha dessas me encarrego eu com toda a confiança e prazer./ Nem são grandes os sacrifícios necessários: basta para estabelecer-lhe uma despesa inferior a 4:000\$000 e para mantê-la um auxílio de 1:000\$000. Com o Moderador de outro tempo o governo gastava (a 2 n.ºs. por semana)/ serviço de impressão – 900\$000/ [serviço] de redação – 900\$000/ Agora sendo o trabalho e a despesa um terço maiores, o sacrifício será o mesmo./ Se a atividade política tanto aumentar que seja necessário dar-lhe mais alimento do que três folhas por semana, então alarga-se um pouco mais, dá-se a folha diária e aumenta-se a redação./ Mas isso só no caso de a atividade política aparecer nas proximidades da sessão legislativa, o que aliás não é presumível./ Para dar circulação à folha, assim sustentada, não será necessário ver que os assinantes paguem, mas sim que a recebam e leiam. Nada mais fácil do que organizar listas de pessoas notáveis da cidade e das províncias, importando em 1:200 [sic] nomes./ Se dessas algumas pagarem, substituir-se-á na lista os nomes [sic] deles por outros, de modo a que sempre haja uma distribuição de 1.200 folhas gratuitas por corresponder à subvenção./ Agora o título da folha./ Acho que deve ser O Três de Maio./ Três razões tenho para isso:/ 1.º. Aproveitar a circulação já existente dessa folha que distribuía 1:200 exemplares./ 2.º. Facilitar a administração, mantendo meu crédito pessoal para com os assinantes a quem em outubro e novembro [de 1858] fiz pagar o semestre dessa folha até 1.º. de abril [de 1859] e depois acabando [sic] com ela em 24 de dezembro [de 1858]./ 3.º. Exonerar-me de uma dívida de 1:200\$000 que tenho de restituir aos assinantes dessa folha das assinaturas que eles pagaram adiantado./ Se quiser-se que seja mesmo “O Três de Maio”, poderá continuar já na tipografia do Paula Brito enquanto se monta até o fim do mês a tipografia da folha./ Se não quiser que seja “O Três de Maio”, então vejamos o título da nossa folha; eu começarei logo a redação; mas da administração não me poderei encarregar enquanto não me houver posto de contas justas com os assinantes[,] o que, aliás, me é difícilimo ou para melhor dizer impossível na atualidade. Pois se eu devo aos assinantes da folha, os sustentadores dela que me devem quantia superior ainda estão

nas províncias.”¹⁰²

É óbvio que o autor dessa carta – não importa quem tenha sido – havia engazopado pelo menos 1.200 pessoas, amealhando o dinheiro de assinaturas que depois não pôde honrar. Embora não existam notícias de que Nabuco de Araújo o tenha contratado¹⁰³, ou sequer recebido sua missiva, importaria reter o modo pelo qual a argumentação se estrutura, ou, por outra, o modo pelo qual as idéias se penduravam, bracejavam, perneavam e faziam as mais arrojadas cabriolas de volatim no trapézio que tais letrados traziam no cérebro. Iniciando-se num tom dubitativo, próprio de um homem sincero e despojado que não tem interesse em embarcar num mar alegadamente encapelado, a carta muda de rumo ao fazer as sugestões: a dúvida desaparece e de imediato se assume um tom prescritivo, que não recua nem mesmo diante do que hoje se costuma negativamente constituir como “falcatrua” ou “golpe”, ali exposto como imperativo categórico e natural. Significativamente, os valores a serem abiscoitados pelo prestador de serviços não estão consignados, o que leva a supor negociações mais ou menos veladas e/ou intrincadas. E, em consequência, havia dois desenlaces previsíveis para tão simpáticas negociatas: ou o político atendia o letrado ou, caso contrário, esse letrado se dirigiria, praticamente nos mesmos termos, a outro político, adversário do primeiro,

¹⁰² Manuscrito do IHGB/RJ, lata 377, pasta 52. O jornal *O Três de Maio* circulou de 04/05 a 24/12/1858. Algum bibliotecário acrescentou no manuscrito, a lápis, o nome “Justiniانو José da Rocha”, mas a indicação é improcedente, pois esse letrado nunca dirigiu qualquer jornal denominado *O Três de Maio*. Quanto aos jornais mencionados no documento: o *Correio Mercantil*, onde se publicaram as MSM, será tratado mais adiante; o *Diário do Rio de Janeiro* circulou de 1821 a 1878; o *Correio da Tarde*, de 1855 a 1862; o “velho” *O Despertador* circulara de 27/03/1838 a 18/10/1841, com J. M. da R. Cabral como diretor e Francisco de Salles Torres Homem como redator.

¹⁰³ Em 1859 fundaram-se diversos jornais na Corte: *Arquivo Municipal*; *Cartilha do Povo*; *O Charivari Nacional*; *Crônica do Foro*; *O Constitucional*; *L’Echo du Bresil et de l’Amerique du Sud*; *Ensaio Escolástico do Ateneu Turvano*; *O Espelho*; *Figaro-Chroniqueur*; *Jornal da Sociedade Filomática*; *Noticiador Curioso*; *A Nova Era*; *Revista Homeopática*; *7 de Setembro*; *O Verdadeiro Crédito Rural, Comercial e Industrial* (cf. *Anais...*, cit., pp. 163-164).

oferecendo serviços assemelhados. Ato contínuo, tal letrado encenaria, choramingando, um enorme ressentimento pela falta de atenção e cuidados de que se julgava condigno.

O próprio MAA, como se depreende da leitura de sua correspondência remanescente, construiu uma auto-imagem ressentida, na linha do “sobrou p’ra mim o bagaço da laranja”, como se canta num singelo pagodinho. Em duas de suas cartas a Quintino Bocaiúva, ele afirmou:

“A Gazeta Oficial ficou adiada até que venham as câmaras para se pedirem fundos. Querirão alugar-me a pena, mas o negócio está suspenso, porque eu declarei que não recebia dinheiro da nação senão pelo Tesouro, em verba conhecida.”¹⁰⁴

“Lembraste que me havia o Sales prometido mundos e fundos com a história da Gazeta Oficial, e por ordem dele deixei as provas, que me davam, como sabes, tanto como o ordenado e a gratificação./ [...] agora que a Gazeta não se realizou [...] fico pois a ver navios! Ainda mais. Para compensar tais desarranjos, tinha aceitado um lugar de taquígrafo¹⁰⁵ que me davam no Senado, com 500\$ mensais. Mandei pedir licença ao Sales e negou-ma, aliás com considerações muito razoáveis relativas à categoria do lugar que ocupo.”¹⁰⁶

Numa outra carta, as palavras de MAA rastejam diante do que elas mesmas constituem como um José de Alencar onipotente. A busca era de ajuda e “empenhos”, como então se dizia:

“[...] A este respeito nem m.^{mo} apelo para sua generosidade: sei que V. convencido da utilidade e justiça de meu pedido, não deixa de aceder a

¹⁰⁴ Carta de 04/03/1859. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 95. A exigência de receber “verba conhecida” indica, obviamente, a busca de um mínimo de segurança, pois as “verbas secretas”, habitual usança também naquele período, podiam ser cortadas a qualquer momento.

¹⁰⁵ Bernardo de Mendonça, alterando arbitrariamente a leitura de Marques Rebelo (*Vida e Obra...*, cit., p. 102), registra “tipógrafo”, o que seria improvável.

¹⁰⁶ Carta de 27/07/1859. *Apud* idem, p. 97. “Sales” é com certeza uma referência ao então ministro da Fazenda Francisco de Sales Torres Homem, ao lado (ou sob as ordens) de quem Almeida trabalhara na redação do *Correio Mercantil*.

ele por motivo de ressentim.¹⁰⁷ pessoais.”¹⁰⁷

Tudo isso evidencia uma figura relativamente marginal procurando, sem muito sucesso, uma vaga no *establishment* da época: até o fim da vida, segundo os resíduos documentais conhecidos, MAA, como a esmagadora maioria de seus contemporâneos letrados, procurou segurança econômica por meio da prestação de serviços intelectuais. Que não se veja nisso mais do que de fato se pode ver: havia, no mercado das letras, muito mais oferta do que demanda.¹⁰⁸

O caso de José Maria da Silva Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, personagem sobre a qual ainda se discorrerá mais adiante, é um exemplo que se pode apontar como diametralmente oposto ao de MAA. Tendo redigido em 1849 *O Marimbondo*, um virulento pasquim luzia, a partir de 1850 ele começou a escrever, no semi-oficial *Jornal do Comércio*, uma série de artigos, denominada “Cartas ao Amigo Ausente”, em que encenava grande serenidade, compostura e cabeça fria. Por isso, ou por qualquer outro motivo, caiu nas graças do Poder, e Honório Hermeto Carneiro Leão, já então visconde de Paraná, escreveu-lhe a seguinte carta de recomendação, na qual o método se explicita:

“Ilmo. Sr. Comendador. — Vou reclamar o apoio que já me prometeu para a eleição do Dr. José Maria da Silva Paranhos. Como são muitos candidatos, e ele está ausente, e não pode advogar por si sua causa, receio que seja preterido pelos que estão presentes, se os meus amigos, desatendendo a súplica que lhes faço em seu favor, não lhe derem grande votação nos lugares em que são poderosos. O Dr. Paranhos encetou sua carreira política nas fileiras do partido liberal, e por isso talvez alguns dos nossos amigos políticos lhe conservem rancor. Nessa suposição compreendo que serão necessários grandes esforços de V. S. por lhe obter essa votação: são pois esses esforços que eu lhe peço com toda a eficácia e empenho./ Confesso que sou grato ao Sr. Dr. Paranhos pela leal coadjuvação que me

¹⁰⁷ Carta de 13/06/1861. *Apud* idem, p. 109.

¹⁰⁸ Em seu trabalho, Bernardo de Mendonça chega a conclusões demasiado piedosas, de uma tristeza imensa, imensamente, sobre o tema. Cf. *op. cit.*, pp. XI-XXXVIII.

emprestou durante a comissão extraordinária que exerci no Rio da Prata, porém asseguro-lhe que para apoiar a sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão. Estou persuadido de que o partido da ordem ganha com a eleição do Dr. Paranhos. A sua firmeza nos bons princípios não se pode pôr em dúvida, porquanto os adotou por própria deliberação, sem impulso estranho, quando viu que o partido em que começou a figurar na cena política se extraviou pelo caminho das revoluções. Muitas vezes os mancebos adotam no começo de sua carreira princípios políticos que não são de sua escolha; são as daqueles que lhes deram entrada na cena política, aos quais são forçados a acompanhar arrastados pela gratidão. Os que sendo assim conduzidos por um mau caminho têm logo que reconhecerem [sic] o contrário, a força de vontade e energia para arrepiarem a carreira, não merecem estigma, antes dão prova de subido mérito, que deve ser apreciado. Nessas circunstâncias se acha o Dr. Paranhos./ Como já lhe observei, o partido da ordem ganha elegendo-o, porquanto sendo de ordinário pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos de administração de Marinha, Guerra e Finanças, o Dr. Paranhos distingue-se em todos esses ramos, e a um grande talento e facilidade de escrever reúne a aptidão do homem prático e experiente, e conseguintemente poderá fazer bons serviços. Assim, espero que tanto pelo mérito do candidato, como por fazer favor e obséquio, V. S. se interessará para que obtenha a maioria de votos, certo de que dando-me mais esta prova de benevolência muito obrigará a quem tem a honra de ser com a maior estima, de V. S. atento amigo e muito obrigado e certo criado/ V. de Paraná/ Rio, 12/11/1852.”¹⁰⁹

Os conservadores esmagariam os liberais naquelas eleições, e o visconde de Paraná, dali a cerca de oito meses, abocanharia todo o poder com o Gabinete da Conciliação (e seria “promovido” a marquês), conforme se explicará adiante. Menos que a personagem envolvida, a ser depois abordada com maior minúcia, interessaria aqui notar que para cada Paranhos havia duas, três ou mais dúzias de Almeidas desamparados, sem

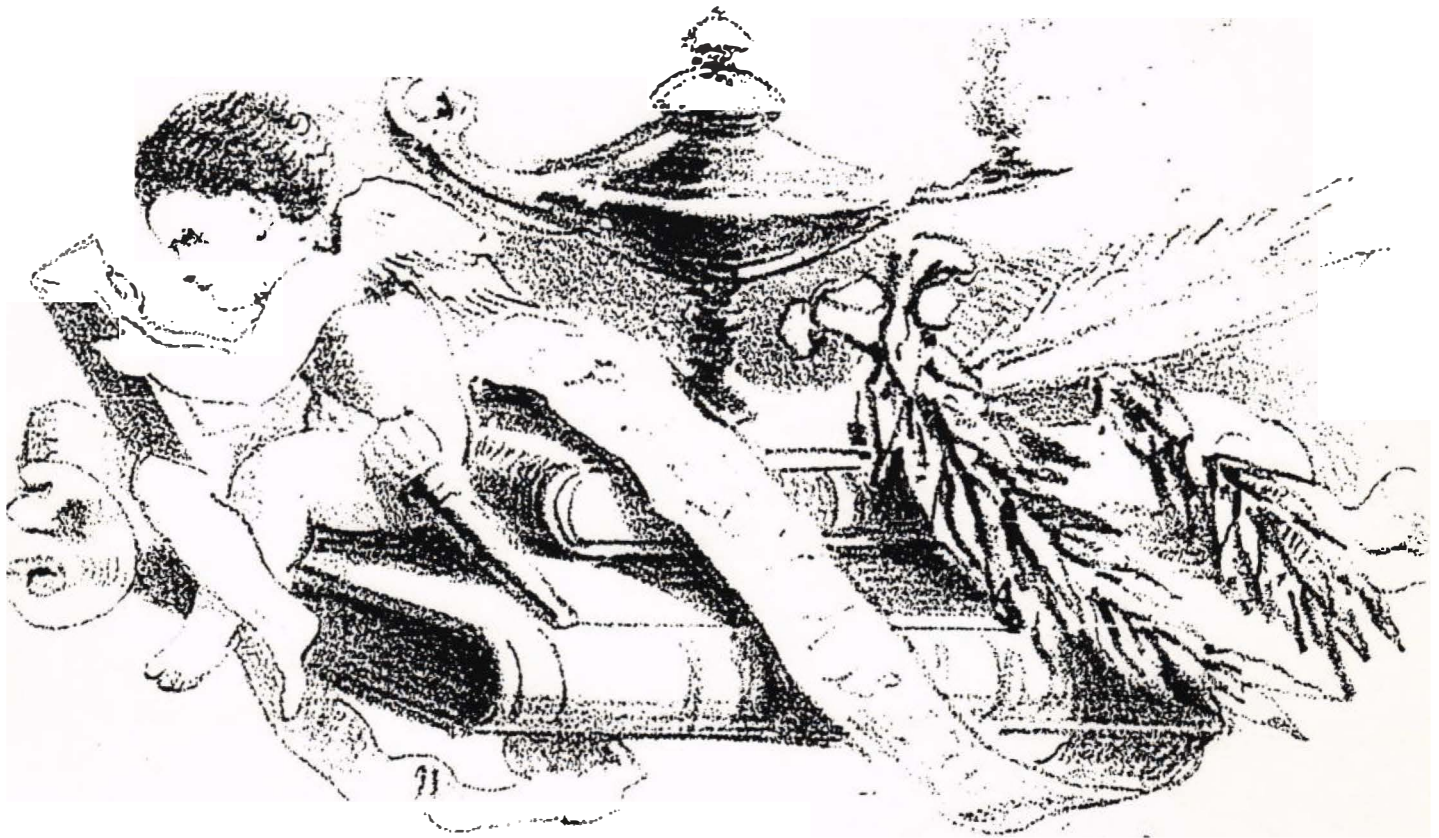
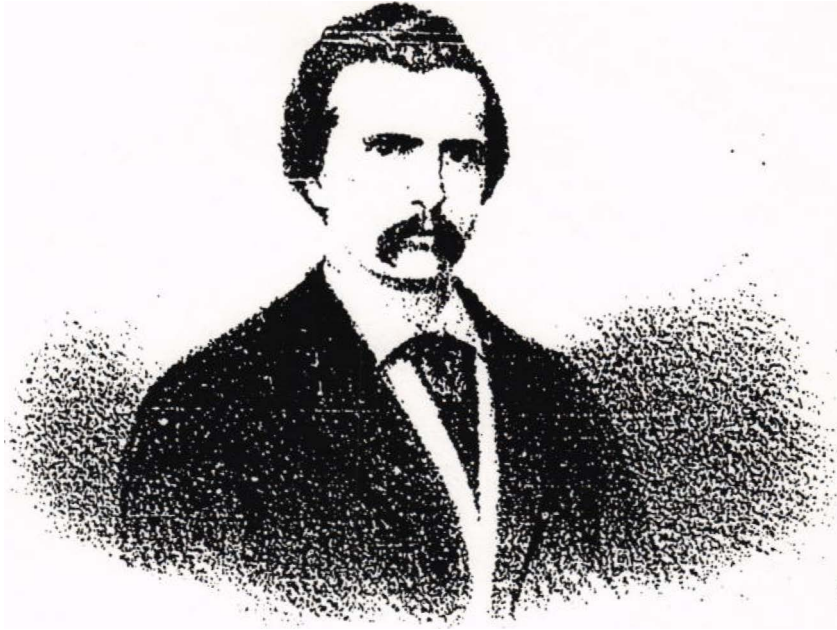
¹⁰⁹ Manuscrito depositado no IHGB/RJ, lata 748, pasta 18. Desnecessário acrescentar que Paranhos elegeu-se.

amizades de um visconde nem favores de um conde vis, sendo natural que muitos deles afetassem um furioso destempero contra o Poder que lhes protelava sonhos e projetos para as calendas gregas. Procurando-se embora evitar estereótipos como a “estrutura do ressentimento”¹¹⁰ e que tais, eis aí algo que se pode inferir como motivação básica de muito “oposicionismo” no Brasil: os letrados costumam ser insistentes e não raro praticam a ameaça e a vingança¹¹¹; assim, quanto mais distantes as perspectivas de alcançar o cobiçado *status* –poder e verbas–, mais e mais sua linguagem se tornava “radical”, sendo exatamente as formas desse “radicalismo” que conviria fossem melhor elucidadas. Por maior que fosse a frustração, era inescapável colocar algum método na loucura – e por método, aqui, deve-se entender a gama de discursos cujo funcionamento se situa acima das consciências individuais, mas que dá aos usuários, não raro, a ilusão de liberdade absoluta – quando, efetivamente, apenas estão enredados nas malhas da objetividade de uma prática que, sendo produtiva, reproduz seus próprios padrões. O historiador Paul Veyne notou que “a consciência não pode opor-se às condições da história, já que ela não é constituinte, mas constituída”¹¹². Pode-se aí acrescentar que, com efeito, as consciências são constituídas mediante um processo de **reconstituição**; nessa operação, modificam-se, pois tal processo não é mecânico nem sujeito a controle.

¹¹⁰ Deixando-se de lado teses psicologizantes como a de Gregório Marañón, aqui a questão é abordada enquanto *prática*, bastante compreensível e humana, provocada pela frustração das expectativas num jogo cujos critérios não eram suficientemente claros e que, em última análise, derivavam de inegáveis acaso ou favoritismo. Não se pretende afirmar com isso que os *ungidos* fossem incapazes ou qualquer coisa que o valha –ainda que talvez houvesse muito incapaz entre eles–, mas que houve pessoas capazes não bafejadas por semelhantes mimos e afaços do Poder.

¹¹¹ Não foi esse o caso de Almeida, quanto a isso um sujeito mui distinto. Resignado e mudo, ele dançou, no compasso da desilusão, a dança menos trabalhosa da “Conciliação”, como se ponderará adiante.

¹¹² *Como se Escreve a História/Foucault Revolucionou a História*. Brasília, Edunb, 1992, p. 177.



MANUEL ANTONIO DE ALMEIDA.

II
Letrados, Estado & Cia.

4) COOPTAÇÃO, INSERÇÃO E EXCLUSÃO

Elemento constitutivo da elite imperial, a classe letrada brasileira já continha, desde antes da década de cinqüenta do século XIX, elementos que não faziam parte do grupo formado em Coimbra, formação que, segundo um historiador moderno, lhe garantiria a homogeneidade¹¹³. Resaltando sua diferença em relação à “velha guarda”, esses novos elementos também pleiteavam um lugar ao sol, e incrustar-se no aparelho de Estado –como já ocorrera com os outros– era sua única opção. Nas palavras de um deputado da época,

“[...] Senhores, o homem que trabalha, que estuda no nosso país, não pode viver muito bem com os dominadores da época, há de resignar-se à sua sorte, porque os nossos velhos que estudaram de 1826 a 1832 contentam-se com o que então estudaram, entendem que depois disso nada há melhor ... eles não estudam [...]./ Estudemos todos, e ao homem com talento que mais se distinguir no país caiba a glória de dirigi-lo.”¹¹⁴

Caso se aceite que o Brasil do século XIX era ao mesmo tempo uma “sociedade de pobres”¹¹⁵ e um país onde o Estado emergia como principal articulador e dinamizador dos interesses econômicos¹¹⁶, perceber-se-á porque os jovens que então se formavam nas faculdades de Direito de

¹¹³ Cf. Carvalho, José Murillo de. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 39.

¹¹⁴ Discurso do deputado Ângelo Muniz da Silva Ferraz na sessão de 26/06/1855. *Apud* Nabuco, Joaquim. *Op. cit.*, vol. I, p. 151.

¹¹⁵ Cf., para o Brasil colonial, Wehling, Arno et al. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995. Cf., ainda, Vianna, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo, Nacional, 1968, e Fragoso, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, esp. pp. 251-309 (“em realidade, o nível de concentração de fortunas, e portanto, de pobreza, no Rio de Janeiro de princípios do século XIX era superior ao do presente naquelas duas cidades [Florença e Lyon] da Baixa Idade Média europeia [...]” — p. 257).

¹¹⁶ Consulte-se, a respeito, Caldeira, Jorge. *Mauá: Empresário do Império*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995. A citação desse trabalho não implica concordância com algumas premissas do autor, sobretudo no que se refere à interpretação dada aos documentos por ele utilizados.

Pernambuco e São Paulo e nas de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia – aos quais devem ser acrescentados os engenheiros formados na Escola Militar, além dos muitos sacerdotes, *defroqués* ou não– tinham por principal horizonte um (bom) emprego público:

“Temos mais 37 médicos investidos do direito de curar ou matar, oito engenheiros militares e um poder de bacharéis, com os quais todos bem se poderia criar uma povoação no interior de nossas províncias. Mas, a julgar pelos antecedentes, uns e outros aqui se deixarão ficar, prejudicando-se mutuamente, engrossando as fileiras do corpo de aspirantes aos empregos públicos. Felizmente, se devo crer no que aí dizem, daqui em diante o gênero bacharel obterá mais consumo nos empregos de fazenda, e mesmo nos das secretárias de Estado em geral.”¹¹⁷

“Abriu-se no Tesouro Público Nacional o concurso para os diversos lugares que têm de ser preenchidos e cujo número e categoria estão fixados por um decreto especial [...]. Apresentaram-se 122 candidatos!... dos quais 90 já foram examinados. Quão fértil é entre nós a mina dos empregados [*sic*] públicos!”¹¹⁸

Era isso que lhes permitiria fazer carreira ou começar a exercer influência política¹¹⁹. Evidentemente, como fez um agudo escriba de então, sempre restava o recurso de proclamar que os empregos não eram adequados:

“O que resta, porém, aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso

¹¹⁷ “Cartas ao Amigo Ausente. Primeira Carta”. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 23/12/1850. Reproduzida em Paranhos, José Maria da Silva [Visconde do Rio Branco]. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1953, p. 3. Estas cartas, em número de 56, foram publicadas anonimamente, e não é seguro que sejam todas de Paranhos.

¹¹⁸ “Cartas ao Amigo Ausente. Décima Carta”. *Jornal do Comércio*, 24/02/1851. *Apud idem*, p. 53.

¹¹⁹ É vasta a bibliografia sobre o assunto. Consultem-se: Carvalho, José Murilo de. *Op. cit. e Teatro de Sombras. A Política Imperial*. São Paulo, Vértice, 1988; Uricoechea, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978; Adorno, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988; Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é muito limitado. Fora deste, aliás difícilíssimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras vão formar-se no Curso Jurídico; mas este ramo de indústria de dia em dia torna-se menos importante, pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já por aí andam sem terem em que ganhem a vida. Os que não dão para bacharéis, nem para nada de conhecimentos humanos, com poucas exceções, fazem-se padres. Os mais que se engajem no Corpo de Polícia, sejam recrutados para o exército e para a marinha, ou que andem por aí gandaiando, etc. etc. E ainda se diz que o nosso povo é preguiçoso e vadio.”¹²⁰

Quem procuraria o emprego público? O historiador José Murillo de Carvalho assim responde essa inquietante indagação:

“Segundo Nabuco, o número de pretendentes podia ser calculado ‘pelo recenseamento dos que sabem ler e escrever’, mas apontava principalmente os ex-ricos, os representantes de famílias fidalgas decadentes e os **pobres inteligentes que constituíam a grande maioria dos homens de merecimento**. Sílvio Romero e Tobias Monteiro davam ênfase à classe média desempregada, principalmente profissionais liberais, os ‘bacharéis’, como chamou ao grupo todo Gilberto Freyre. [...] pessoas em mobilidade social, seja descendente, seja ascendente, as primeiras excedentes do latifúndio escravista, as segundas que nele não puderam entrar, isto é, de modo geral, os marginais do sistema dominante e seus mais prováveis e capazes opositores.”¹²¹ (n.n.)

Para os jovens letrados pobres, tal caminho nem sempre era direto: muitas vezes, passava pela imprensa, onde se tratava, por todos os meios, de agilizar a incorporação. Como notou Sílvio Romero, “no Brasil [...] a literatura conduz ao jornalismo, e este à política”¹²². Ao que se poderia adicionar: ou ao emprego público. Era de um modo similar que Quintino Bocaiúva, na época militando na imprensa, apresentava a questão: “o

¹²⁰ Lopes Gama. jornal *O Sete de Setembro*, Recife, 31/10/1845. *Apud* Sodré, Nelson Werneck. *Op. cit.*, p. 161.

¹²¹ *A Constru o da Ordem...*, cit., p. 130.

¹²² *Apud* Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*, cit., p. 212.

funcionalismo e a carreira política, eis os dois grandes respiradouros abertos à inteligência nacional!”¹²³

Ocorria freqüentemente de os jornais e revistas acabarem transformados, ainda que de forma indireta, em porta-vozes da insatisfação desse grupo de impacientes: basta observar a quantidade de artigos sobre a incultura e a falta de educação que grassariam no país, sobre o abandono a que estariam relegados os homens de valor, etc.¹²⁴ Nesse sentido, é representativo o protesto estampado num jornal “instrutivo e literário” de 1853, sob outros aspectos bastante conformista e ostensivamente alinhado com o *status quo*:

“À primeira vista, parece que nada nos falta para nossa felicidade; mas, infelizmente, falta-nos uma das partes, a mais necessária para completá-la, e é a proteção às letras. Quem diria que a sociedade dorme o sono da indiferença, e não acorda ao brado da mocidade desvalida, que reclama proteção à sua civilização? Esses gênios imersos no profundo pélago da impossibilidade, que tantas vantagens ofereceriam à sua pátria, se a soci-

¹²³ *Estudos Críticos e Literários. Lance d’Olhos Sobre a Comédia e Sua Crítica*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1858, vol. I, p. XII (esse volume não teve continuação). Talvez o respiradouro à inteligência nacional fosse mais amplo: num livro publicado em 1841, o escritor português José da Gama e Castro, sob o pseudônimo de “Um Brasileiro”, defendeu o princípio da nobreza hereditária contra o da honorária. A certa altura, ele constatou: “quase todos os titulares do Brasil foram tirados da classe literária”. Mas para ele isso não era recomendável: “apenas emantilhada dum falso esplendor, que, longe de servir de estímulo aos varões prestantes, excita a insensibilidade de seu heroísmo, e nada impõe à classe de quem se deve distinguir” (*Memória Sobre a Nobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. da Assoc. do Despertador, 1841, p. 12).

¹²⁴ Nas palavras de um jornal conservador, “o artigo educação no Brasil daria larga matéria às lamentações de outro Jeremias” (*O Guasca na Corte*, Rio de Janeiro, nº 16, 19/08/1851, p. 2). Um outro periódico, desta vez liberal, deu sua receita para a boa educação: o “atraso da instrução pública que é [...] o desalento para o futuro do Brasil./ [...] Será exata a nossa definição? Instrução é a transmissão de idéias adquiridas de um ente a outro capaz de aprendê-las./ Ora, partindo deste princípio quem pode ensinar mais do que aqueles que desde o vagido até o momento em que o menino tenta pronunciar algumas palavras o compreendem? Os instintos, as paixões se declaram sem remorso, e é justamente quando a educação toda deve convergir para dar uma tal ou qual direção a esses instintos, ou corrigi-los a fim de mover essa faculdade íntima que chamamos consciência” (jornal *O Noticiador*. Rio de Janeiro, nº. 10, 26/09/1849, p. 1).

idade tomasse medidas preventivas para sua ilustração? Lamento que a riqueza do país ainda não esteja em mãos bastante habilitadas, para que se compreendesse a execução de um dos principais planos sociais!”¹²⁵

Quanto à literatura, ela não existia, *stricto sensu*, em estado “puro” no Brasil¹²⁶ – ao menos quando se pensa na proposta romântica de uma “estilística de efeitos desinteressados”. Alegadamente ferramenta de aperfeiçoamento e ilustração do que então começava a ser inventariado como “povo” –e de sua conseqüente domesticação pelo poder constituído–, a literatura era instrumento para os privilegiados que podiam compor o grupo letrado¹²⁷, e que esperavam ser generosamente recompensados, ou pe-

¹²⁵ Artigo “A Civilização no Brasil”, de H. B. Leal. In: *O Curupira*, “jornal literário e instrutivo”, Rio de Janeiro, nº 22, de 06/03/1853, p. 130.

¹²⁶ Isso transparece na maioria das teorizações literárias realizadas no século passado. Consultem-se: Castello, José Aderaldo. *Textos que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Comissão Estadual de Cultura, 1963 (3 volumes); Coutinho, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana/Pró-livro, 1974, 1º volume; Castello, José Aderaldo. *A Polêmica sobre a “Confederação dos Tamoiós”*, São Paulo, USP, 1953; Coutinho, Afrânio. *A Polêmica Alencar–Nabuco*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965; Moraes, Alexandre José de Mello. *Elementos de Literatura*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1856; Imbert, I. B. A. *Discurso sobre a Influência que as Letras Exercem no Estado Social*. Rio de Janeiro, Tipografia Austral, 1836; Menezes, Paula de. “Quadro da Poesia Brasileira”. In: *A Nação* (jornal), Rio de Janeiro, outubro de 1852; R., C. do. “A Nossa Literatura”. In: *O Curupira* (jornal literário e instrutivo), Rio de Janeiro, novembro de 1852; Azevedo, Correa de. “A Nossa Literatura”. In: *O Guaraciaba* (revista literária), Rio de Janeiro, novembro/dezembro de 1850. Basicamente, pensava-se a literatura como meio de edificação moral e ilustração ou de construção nacional – ou ambas as coisas. Cf. igualmente Coutinho, Afrânio. *A Tradição Afortunada. O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. Para o teatro, cf. Faria, João Roberto. *O Teatro Realista no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1993; Arêas, Vilma Sant’Anna. *Na Tapera de Santa Cruz*. São Paulo, Martins Fontes, 1987; e Prado, Décio de Almeida. *O Drama Romântico Brasileiro*. São Paulo, Perspectiva, 1996.

¹²⁷ “Ao que parece, a produção de romances, comédias, dramas, poesias, memórias, discursos literários representou importante prática na construção dos fundamentos morais da elite política” (Adorno, Sérgio, *op. cit.*, p. 145). Que se retenha, para os fins deste trabalho, a confirmação da “importante prática”, dispensando-se a posituação um pouco discutível dos “fundamentos morais”.

los relevantes serviços que julgavam estar prestando à Nação¹²⁸, ou, quando menos, pela sua mera e dignificante existência¹²⁹. De outro lado, colocavam-se algumas exigências, e a figuração de seu preenchimento era *conditio sine qua non* para ascender à “literatura”: como se referiu antes, afetação de sensibilidade apuradíssima e intenções moralizantes e ilustradas poderiam levar ao reconhecimento dessa condição, recebendo-se então o *referendum* de algum dos grupos de interesse em que a classe dos letrados estava cindida¹³⁰, os quais, por si sós, produziam tanto as exigências quanto a necessidade de seu preenchimento. Dessarte, tratava-se de uma empreitada em que seria de bom tom afetar petições de humildade:

“Apresentando-me com meu livro, não nego[,] porque negá-lo seria imbecilidade, tenho uma pretensão./ Bato à porta da nossa literatura nacional; se os competentes acharem nele alguma recomendação que autori-

¹²⁸ Sobre esse período, o crítico Luiz Costa Lima observa agudamente que “a idéia de pátria é recente, reservada às elites, primordial para o projeto de manutenção da unidade nacional, ela se constituía em princípio básico de identidade grupal. Básico tanto em uma acepção política, quanto do ponto de vista literário. Politicamente, o empenho pela pátria ‘empregava’ o escritor” (*Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986, p. 202).

¹²⁹ Pierre Bourdieu, restringindo-se ao contexto francês, afirma que “os escritores e artistas constituem, pelo menos desde a época romântica, uma fração dominada da classe dominante, que, em virtude da ambigüidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante, vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante (‘os burgueses’) como com as classes dominadas (‘o povo’), e a compor uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social” (“Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe”. *In: A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987, p. 192). Tal não se deu, contudo, no Brasil, porque a correlação de forças –resguardados os momentos de exceção– não obrigava os letrados à ambigüidade: adaptando-se as palavras do mesmo Bourdieu, bastava-lhes chegar aonde queriam para que atingissem a plenitude do que precisavam ser. O fascínio pelo aparelho de Estado e a falta de um mercado financeiramente rentável se encarregariam do resto.

¹³⁰ A rubrica “ALMEIDA” formulou uma situação em que se pode entrever a produção dessas divisões: “há pouco vi um escritor (que escrevia um artigo de crítica!) admirar-se ironicamente de que uma corporação literária se tivesse animado a dirigir censuras, a propósito de certo trabalho, a um indivíduo que havia criticado o trabalho de outrem!” (CM, 07/10/1856; *apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 59).

ze minha entrada, dar-me-ei por feliz com essa conquista; se o contrário acontecer, nem por isso desanimarei e irei pedir ao estudo habilitações que me faltam e que melhor me resguardem numa [outra] tentativa.”¹³¹

Representantes mais visíveis dessa tendência, os periódicos¹³², *v.g.*, pretendiam-se “archotes de luz”, de que os colaboradores seriam a vivaz centelha. O fato não escapou a um crítico cuja lucidez sempre se remunerou muito bem:

“Todos os dias nos martelam os ouvidos com o derramamento das luzes. Os periódicos dizem-se outros tantos fachos ou archotes derramadores de luzes, e mui baratas: porque não passa do custo de 80 rs. cada archote. E geralmente se diz que, difundidas as luzes, torna-se o povo mais ilustrado e, conseqüentemente, apura-se a moral pública e tudo vai de bom a melhor. A serem exatas essas proposições, parece que o Brasil, depois de sua emancipação política, depois do sistema representativo que nos rege, vai em 16 anos, – deve ter melhorado alguma coisa em seus costumes. Mas, em verdade, observamos o contrário [...]”¹³³

Maravilha nem tão fatal naquela idade, Machado de Assis escreveu em 1859, no jornal *O Espelho*, uma série de crônicas –com a designação genérica de “Aquarelas”– em que o problema da aceitação do letrado é observado numa perspectiva bastante irônica e hostil.¹³⁴ Com seu “falar

¹³¹ Bocaiúva, Quintino. *Estudos Críticos...*, cit., pp. XVI-XVII.

¹³² “No estado atual do século e sobretudo em um país como este nosso, não conheço esforço mais digno de uma inteligência ativa e vigorosa do que esse de abrir caminho com a força da palavra na vanguarda das lutas do progresso”. Almeida, Manuel Antônio de. “Zaluar”. In jornal *O Paraíba*, Petrópolis, nº. 1, 02/12/1857. Apud Mendonça, Bernardo de, op. cit., p. 87. O texto refere-se à fundação do jornal *O Paraíba* pelo escritor português Augusto Emílio Zaluar.

¹³³ Lopes Gama, Miguel do Sacramento. In: jornal *O Carapuceiro*. Recife, nº 7, 11/05/1837. Apud Delgado, Luís. *Lopes Gama. Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1958, pp. 61-62. Os desafetos de Lopes Gama apelidaram-no de “sete caras”, por ter defendido os mais distintos interesses nos sete jornais que redigiu.

¹³⁴ *O Espelho*, 11/09 a 30/10/1859. Reproduzida in: Assis, Machado de. *Crônicas – 1º volume (1859-1863)*. Rio de Janeiro, Jackson, 1942, pp. 9-38. Segundo o pesquisador francês Jean Michel Massa, “o modelo de tudo isto era José Daniel [Rodrigues da Costa], um polígrafo português que cedia sua pena a quem pagasse mais” (*A Juventude de Ma-*

seco de prosador novato”, descreve, entre outros tipos inconvenientes, os aspirantes à “literatura”, como o “fanqueiro literário” e o “parasita literário”, além do “folhetinista”, posto sob uma luz um pouco mais compreensiva:

“Querendo imitar os espíritos sérios, lembra-se ele [o fanqueiro literário] de colecionar os seus disparates, e ei-lo que vai de carrinho e almanaque na mão – em busca de notabilidades sociais./ Mas tudo isso é causado pela falta sensível de uma inquisição literária! Que espetáculo não seria ver evaporar-se em uma fogueira inquisitorial tanto ópio encadernado que por aí anda enchendo as livrarias!/ O fanqueiro literário é uma individualidade social e marca das aberrações dos tempos modernos” (pp. 11, 12, 14).

“Entre nós o parasita literário é uma individualidade que se encontra a cada canto. É fácil verificá-lo. Pegai em um jornal; o que vedes de mais saliente? uma fila de parasitas que deitam sobre aquela mesa intelectual um chuveiro de prosa ou verso, sem dizer – água vai!/ [...] O parasita ramifica-se e enrosca-se ainda por todas as vértebras da sociedade. Entra na igreja, na política e na diplomacia; há laivos dele por toda a parte./ [...] [é] exíguo de luz intelectual” (pp. 21, 22, 25, 27).

“Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o *boulevard* e *café Tortoni*, de que está sobre um mac-adam lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio de um deserto./ [...] Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil” (p. 37).

Convencional e reacionária (“a autoridade, que ainda é a polícia, não indaga do mérito da obra [do parasita literário], e quer apenas saber se há alguma coisa que fira a moral. Se não, pode invadir a paciência pública”[pp. 23-24]), a série modeliza os tipos segundo tópicos que então deveriam ser correntes entre a classe letrada, e cuja aplicação serviria como critério de exclusão, certamente mobilizado contra aqueles que, por algum motivo, fossem rejeitados por um grupo qualquer. Esses tipos, em

chado de Assis. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 267-268). De qualquer modo, esse dado, cuja fonte Massa não indica, não invalida a proposição aqui defendida: esse seria o caso de muitos letrados.

resumo, são acusados de inadequação, ignorância, falta de decoro, sensibilidade e ilustração, numa crítica simetricamente inversa ao elogio baseado nas tópicas nobilitantes.¹³⁵

Na esfera da poesia, o tipo de crítica era similar. Fagundes Varela legou uma diatribe significativa, na medida mesma em que, hoje, se ignora quem seriam as “toupeiras racionais” que afeta alvejar, podendo-se somente identificá-las com o que então se pensava como excesso de produção poética e de disseminação de lugares-comuns:

“Prescindindo da torpe definição de Aretino, eu tomarei por tema a de M. Baudet — a Poesia é a mais alta das crenças do homem, a revelação de uma alma inspirada, — o eco de um coração predestinado./ Será possível que haja tantas almas inspiradas, tantos corações predestinados, tenham [sic] tornado a poesia de tal maneira vulgarizada, que não há vendilhão que não tenha a sua — Ela —, suas — **Recordações da infância** —, suas — **Ilusões** —, enfim, seu vintém azinavrado, como diz Álvares de Azevedo?/ Será possível que todas essas toupeiras racionais, verdadeiros gafanhotos da Poesia, que, com as orelhas incandescentes, os olhos em chamas, as ventas inchadas, arrancam um enorme calhamaço perdido no vácuo imenso das voraginosas algibeiras, que urram, berram, rugem — falando de rochedos, cavernas, sorvedouros, pesadelos, orcos, tempestades — e adocicam-se nos regatos, brisas, palmeiras, colibris e relvas — será verdade que sejam poetas? — Aqui talvez tenha de aceitar a opinião de Aretino!”¹³⁶

MAA está envolvido num pequeno litígio que pode ilustrar a questão: em 1854, Alexandre José de Mello Moraes e Inácio Aciolli publicaram o *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*, obra atualmente soterrada por in-

¹³⁵ Sobre o complexo problema da aceitação e do *status* do *litteratus*, cf. também Taunay, Alfredo d’Escagnolle [Visconde de Taunay]. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo, Ipê, 1948, pp. 123-124, 222-224, 228-234.

¹³⁶ “A Poesia e os Poetas”, in jornal *O Publicador Paulistano* n.º. 155, 24/09/1859. Apud Azevedo, Vicente de Paulo Vicente de (org.). *Fagundes Varela. Dispersos*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, s/d, p. 65. A “torpe definição de Aretino” está citada na epígrafe do artigo: “A Poesia é o mais poderoso antídoto contra a moléstia das algibeiras e o mais forte apanágio da estupidez”.

devassáveis camadas de esquecimento e indiferença. Na época, entretanto, ambos tinham algum prestígio¹³⁷, e a revista *Guanabara* –órgão por assim dizer “oficioso” do Império– referiu-se ao livro desta maneira:

“Os Snrs. Mello Moraes e Inácio Aciolli escreveram uma obra útil para a instrução de seus jovens compatriotas; pertence ao esclarecido governo de S. M., que hoje tenta melhorar a educação pública, socorrer autores que guiados pelos sentimentos do bem público traçaram o quadro do país repetindo a cada um de seus concidadãos ‘*nosce te ipsum*’. Em verdade o conhecimento de si mesmo e do seu país, contribui para melhorar o indivíduo e a nação; tendo os Snrs. Mello Moraes e Inácio Aciolli encarado a questão debaixo deste ponto de vista, **merecem a sanção do governo que bem poderia comprar-lhes alguns exemplares de seu *Ensaio Corográfico***, mandando-os distribuir pelas Municipalidades, Liceus e Escolas Públicas do Império.”¹³⁸ (n.n.)

Mas Almeida, comentando o mesmo livro no *Correio Mercantil*, assegurava o contrário:

“Muito incompleto a respeito de pontos de grande importância, é futilmente prolixo a respeito de questões muito secundárias. [...] Não é uma obra como pretendem seus autores, que se possa confiar à mocidade; quem por ela se guiasse correria o risco não só de ficar ignorando muita coisa, como o de adquirir idéias absolutamente falsas.”¹³⁹

¹³⁷ Quanto ao baiano Inácio Aciolli, deve-se ressaltar que, na década de vinte deste século, ele teve republicada sua compilação *Memórias Históricas*, a respeito da história da colonial da Bahia. Trata-se de um trabalho fundamental para os historiadores do período, pois impediu a perda de muitos documentos que mais tarde foram destruídos ou extraviados, e que só puderam ser conhecidos graças a sua compilação. Mello Moraes escreveu muito, mas seus trabalhos não perduraram porque sua memória foi sistematicamente apropriada, denegrida e destruída por Varnhagen; já seu filho, também conhecido como Mello Moraes, tem trabalhos históricos importantes, ainda que muito discutíveis mesmo no que tange à factualidade.

¹³⁸ Comentário do Dr. J. Sigaud, médico pessoal do imperador Pedro II, na revista *Guanabara*, outubro de 1854, p. 428.

¹³⁹ “Revista Bibliográfica. *Ensaio Corográfico do Império do Brasil*, de Mello Moraes e Inácio Aciolli”, por ALMEIDA. In: *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 11/12/1854. Apud: Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 37.

Variação de notas com uma só base, os arrazoados dessas análises aparentemente tão díspares propõe que *é preciso ilustrar a mocidade e dar o Brasil a conhecer*. A polêmica apenas faz evidenciar o seguinte: os interesses que determinaram a publicação da análise de Almeida não eram pertinentes aos interesses que determinaram a publicação do livro e da análise elogiosa do Dr. J. Sigaud. Neste final de século XX – dadas as diferentes camadas de pó que recobrem as ruínas desses jogos de interesse –, pode-se pensar que o *Ensaio Corográfico...* é obra medíocre, e que portanto a segunda análise seria “mais verdadeira”. Ledo anacronismo, pois, se desancou Mello Moraes e Aciolli, a rubrica Almeida também perpetrou coisas como: “assombro-me de Porto Alegre”; “é um grande e proveitoso emprego do tempo a conversa com os livros de Lamartine”; “[Alexander von Humboldt é] o homem talvez mais sábio que possui hoje o mundo”; “[A. Dumas é] o grande mestre, o grande gênio do romance moderno”¹⁴⁰; etc. etc.

Em outro caso –um piedoso discurso de Félix Ferreira acerca das impiedades de que era vítima Teixeira e Souza–, entrecruzam-se os motivos da desestima intelectual e do desprestígio profissional:

“A fria aceitação que teve da parte do público e a crítica sobremaneira injusta com que foi analisada [a epopéia *A Independência do Brasil*] em uns artigos publicados em anônimo no *Correio Mercantil* do ano de 1848, que consta serem da pena de Gonçalves Dias, o levaram a abandonar, por alguns anos, a continuação, que só veio realizá-la em 1855. Conta-se que depois da conclusão do poema, o seu autor julgando merecer alguma recompensa por haver cantado os gloriosos feitos de nossa independência, pedira ao governo um emprego mais vantajoso do que o que exercia; o

¹⁴⁰ *Apud* Idem, pp. 13, 43, 49, 52. São todas opiniões comuns àquela época. A mesma rubrica, falando de um poeta que ela pretendia constituir como inepto, afirmou que ele fazia empréstimos “a Gôngora em pessoa” (p. 82). Os “barrocos” em geral, e Gôngora em particular, eram considerados exemplo de proverbial ruindade, muito embora hodiernamente, por motivos também extemporâneos e anacrônicos, muito poucos ousem duvidar da qualidade da poesia dita barroca.

pedido foi deferido, nomeando-o... guarda da alfândega!”¹⁴¹

Embora os princípios que determinavam tanto a inclusão quanto a exclusão – numa palavra, a mobilidade social dos letrados – não fossem arbitrários, sua aplicação certamente o era, com isso produzindo-se a já citada abertura lotérica: ainda que Teixeira e Souza seja hoje encarado como um escritor marca-barbante, a arbitrariedade se manifesta no fato de escritores atualmente vistos como tão ruins quanto ele – e porventura piores do que ele – terem recebido louvores, favores e prebendas que hoje parecem descabidos.

A arbitrariedade do uso de tais critérios pode ademais ser exemplificada pelas constantes trocas de desaforos estampadas nos jornais, e que em última instância se referem à qualidade presuntiva. Eis como se davam boas-vindas a um novo “colega”:

“O novo cronista/ Bravíssimo! Agora sim que vão ver o que é bom! Um novo cronista, poderoso como qualquer *Rei Congo*, e valente como o *Capitão Tibério*. Já começou sua crônica pelo baile da *Silfide*, e a fez estampar no *Jornal do Comércio* debaixo da rubrica T prometendo continuar na MOLAMBAGEM DOS POBRES! Agora sim que o meu *Toleirão*, ou *Tolo*, queremos dizer o T cronista, há de mostrar do que é capaz! Abaixo *Pacotilhas*, *Revisiteiros*, e quantos cronistas por aí tem havido; isso tudo é nada para o colosso que vai abrilhantar as colunas da asquerosa porcaria dos Pobres! Bofé! Que de bilheterias não irão por aí! Que parelha!/ Cesse tudo quanto a antiga musa canta/ Que a molambagem dos Pobres se levanta”¹⁴²

¹⁴¹ Ferreira, Félix. “Traços Biográficos de Antônio Gonçalves Teixeira e Souza”. In: Souza, Antônio Gonçalves Teixeira e. *Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta*. Rio de Janeiro, Cruz Coutinho, 1868.

¹⁴² *Jornal O Camaradinho*, Rio de Janeiro, [?]/08/1851, p. 3. O único exemplar existente encontra-se danificado. No *Jornal de Timon*, João Francisco Lisboa republicou, a fim de realçar a própria proibidade, invectivas do mesmo gênero dadas à estampa em jornais maranhenses, o que evidencia sua disseminação: “Olé! Vai sair à luz maranhense (é uma luz de óleo de palma christi) o *Auxiliador da Agricultura*. Terá por emblema uma besta sendeira carregando em uma cangalha dois mui grandes caçuás [balaíos], cheios de esterco popular, e sementes ou grãos de carrapato.” (*O Ferrão*, apud JT, cit., p. 174.) Ao final da transcrição, Lisboa acrescentou, em nome do bom tom, a seguinte observação:

Muito comuns, essas invectivas constituem, conforme a terminologia de Bourdieu¹⁴³, uma luta para entrincheirar-se solidamente no campo de produção de bens simbólicos (ou mais apropriadamente, e sem solenidade, produção das letras). Assim, como se tentará demonstrar adiante, tanto a existência de “adversários”, “inimigos” e outros bichos quanto, por contraste, de excelências e capacidades era fundamental para a economia funcional das práticas jornalísticas, logo culturais, de então¹⁴⁴. Colocadas de forma a negar a competência e probidade alheias, tais invectivas procuram também realçar a própria:

“Em resposta à *Panela dos Feitiços*, o CAMARADINHA tem a dizer, que a Tipografia se acha paga até o nº 4, como se vê do recibo passado pelo proprietário da mesma, e que se mostrará a quem quiser; outro tanto talvez não possa o colega dizer a respeito de sua *Panela*.”¹⁴⁵

Sistematicamente aplicada, essa estratégia fica ainda mais evidente com a leitura dos textos, hoje: para o leitor deste final de século XX, é difícil – e às vezes quase impossível – discernir quaisquer diferenças, passe o termo, “estéticas” em tais escritos. José de Alencar ensaiou um pequeno entrevero que, nesse sentido, é exemplar: em novembro de 1854 ele foi arrolado – juntamente com MAA, Francisco Otaviano, Sales Torres Homem, Porto Alegre, Teixeira e Souza, Joaquim Norberto, Mello Moraes e Cunha Galvão, entre outros menos votados ainda – como futuro “colaborador” da revista *O Brasil Ilustrado*, a ser lançada no ano seguinte.

“copiado quase textualmente”.

¹⁴³ Cf. “O Campo Intelectual: Um Mundo à Parte”. In: *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990, pp. 169-180.

¹⁴⁴ Como afirma acuradamente Pierre Bourdieu, “o próprio das produções culturais é que é preciso produzir a crença no valor do produto, e que essa produção da crença, um produtor cultural não pode jamais, por definição, dominar sozinho; é preciso que todos os produtores colaborem nisso, mesmo combatendo-se. A polêmica entre intelectuais faz parte da produção da crença na importância do que fazem os intelectuais.” In: Chartier, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996, p. 239.

¹⁴⁵ *O Camaradinho*, cit., p. 4. Não há vestígio da *Panela dos Feitiços* no acervo da Biblioteca Nacional.

Mas Alencar protestou com ironias, trocadilhos e ameaças no *Correio Mercantil* de 26 de novembro:

“Achava-me muito disposto a terminar aqui, mas lembro-me que estou na obrigação de afirmar aos meus leitores que este artigo é escrito por mim mesmo, e não por um pseudônimo que me descobriram, e que se acha arvorado em redator de um periódico intitulado — *O Brasil Ilustrado*./ Quando a princípio me contaram semelhante coisa, quando me disseram que eu ia redigir um novo periódico literário, duvidei; porém o fato é exato, e, o que mais é, lá se acha a assinatura de um dos nossos literatos, o Sr. Porto Alegre, que afirmou não ter assinado semelhante coisa./ Ora, o *Brasil*, sendo tão *ilustrado* como se intitula, não pode ignorar certa disposição do Código Criminal que fala de assinaturas fingidas; por conseguinte, não há dúvida de que os homens que se acham assinados naquela lista a que me refiro são nossos homônimos, os quais até hoje eram completamente desconhecidos./ Em tudo isto, pois, só temos a lamentar uma coisa, e é que o novo periódico literário, que promete tanto, tenha ido procurar redatores tão ignorados e obscuros, deixando de parte os verdadeiros Otavianos, Porto Alegres [*sic*] e Torres Homens.”¹⁴⁶

Essa postura tão veemente obrigou o proprietário da revista, Lourenço Ottoni Lopes Pimenta, a fazer uma humilhante retificação no *Diário do Rio de Janeiro* de 28 de novembro. Estranha-se o fato porque, primeiro, em 1854 Alencar ainda era um cronista como qualquer outro, e, segundo, *O Brasil Ilustrado* não era muito inferior às demais publicações da época.¹⁴⁷ Os termos da discussão apontam mais para uma desavença pessoal — porventura pecuniária — do que para alguma divergência “intelectual” propriamente dita.

A figuração da desestima podia ter mão dupla, passando do órgão ao receptor, e vice-versa:

¹⁴⁶ *Apud Obra Completa*. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1960, v. IV, p. 689-690.

¹⁴⁷ *O Brasil Ilustrado* teve dezoito números, de 03/1855 a 12/1856. A colaboração da maioria dos nomes arrolados afinal não se concretizou. Ressalve-se que o pesquisador Hélio Lopes (*A Divisão...*, cit.) assegura que *O Brasil Ilustrado* era uma publicação acahnada, mas seu parâmetro é a revista *Guanabara*, uma exceção.

“O Sr. [Bernardo Pereira de] Vasconcelos tem esta instrução, que está muito em moda, pilhada nos *museus pitorescos*, nas *revistas universais* e nos *armazéns literários*, jornais que de ordinário são escritos por moços sem gosto, sem estudos, sem doutrinas e sem filosofia, espécies de João Manuel Pereira da Silva que pululam em toda parte como gorgulho ou busano. [...] Leu de envolta Maquiavel e D. Quixote, o Paraíso Perdido e os entusiastas da escola corrompida de Walpole [...] nunca teria paciência de ler e meditar as inúmeras obras de Harley, Hume, Printley, Fichte, Gerbet, Droz, Garat [...]. Prefere a leitura dos romances, única leitura dos que não têm tempo de estudar.”¹⁴⁸

Ao que parece, tais dissensões – pelo menos até onde podem ser investigadas – têm sempre como móvel divergências econômicas ou políticas, nisso subentendendo-se a disputa por dinheiro ou poder. Para tanto, os mais diversos recursos eram mobilizados, e entre eles estava a produção de ícones que pudessem servir de instrumento em tais disputas. Embora de segunda plana, o caso, antes referido, do “poeta” MAA é sintomático: apropriado por pessoas que, em síntese, reivindicavam verbas públicas para seus projetos, foi transformado em mártir da injustiça. Para que pudesse sê-lo, impunha-se que fosse produzido tal como o foi: esse retrato, cujo “realismo” está apenas na prática que o produziu (mas não nos parâmetros que dele se reapropriaram no século XX), resultou de um nítido trabalho de “determinação do sentido”. Não passava pela cabeça daquelas pessoas afirmar algo sobre o caráter supostamente “revolucionário”, “inovador” ou “destoante” das MSM, pelo simples fato de que elas não constituíam nenhuma novidade; discorria-se sobre o poeta porque aquele texto, conforme os indícios recolhidos, não era conside-

¹⁴⁸ Cocles, Horácio. “Quadro dos Lobões Saquaremas”. In: jornal *O Noticiador*. Rio de Janeiro, 25/09/1849, p. 2. As expressões em itálico são nomes de revistas literárias da época. Note-se que a hierarquia das leituras “legítimas” e “ilegítimas” hoje não tem mais validade. “Horácio Cocles” seria pseudônimo de Manuel de Araújo Porto Alegre (cf. Sousa, José Antônio Soares de. “Vasconcelos e as caricaturas”. In: RIHGB, tomo CCX, p. 113), com quem a posteridade, por enquanto, não tem sido muito generosa. Em 1852, num discurso sobre os “mortos ilustres” de 1850, Porto Alegre não fez qualquer menção a Vasconcelos, morto naquele ano (cf. RIHGB, tomo xv, 1852, pp. 520-551).

rado competente e também porque o apelo à generosidade imperial era mais propriamente “sentimental” do que “racional”.¹⁴⁹

(Esse fenômeno, diga-se de passagem, sofreu uma alteração neste século; não se tratava mais, para Marques Rebelo, Antônio Houaiss e quejandos, de defender o pobre literato abandonado pelo poder público, mas sim de afirmar a premência de uma obra que fazia um retrato ao mesmo tempo *naïf* e verdadeiro do Brasil e dos brasileiros. Neste outro modo de propor mecenato, é a *obra* que justifica a proteção, e não a falta de proteção do literato que por si só a justificaria.¹⁵⁰)

Acresce que, oficialmente, podia-se encenar o despreço pelo cômico enquanto forma “condigna” ou pertinente de expressar as mui dignas realidades nacionais, como se depreende de algumas restrições feitas em 1841, na oficialíssima *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ao segundo volume da *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, do pintor francês Jean Baptiste Debret:

“Entre as estampas há três, que, se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura. Com efeito, a do empregado público passando com sua família **excita o riso.** / [...] e para **levar o riso a seu auge**, descreve a um cigano sentado em uma poltrona, em mangas de camisa, meias caídas, de maneira que **provoca o escárnio.**[...]”.¹⁵¹ (*n.n.*)

O comediógrafo Martins Pena também parece ter enfrentado, ou ao

¹⁴⁹ Analisando o que ele denomina de “teoria afetiva” da poesia, Tzvetan Todorov assegura que ali “a diferença entre poesia e não poesia está, em suma, no próprio conteúdo do que é dito: ali, os sentimentos, aqui, as idéias” (*In: Os Gêneros do Discurso*. São Paulo, Martins Fontes, 1980, p. 96).

¹⁵⁰ Discutir tal assunto foge ao âmbito deste trabalho. Cf. Rebelo, Marques, *Vida e Obra de Manuel Antônio de Almeida*, cit., cujo tom é bastante emblemático.

¹⁵¹ Lisboa, Bento da Silva e Moncorvo, J. D. de Attaide. “Parecer sobre o 1º e 2º Volume da Obra Intitulada *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d’un Artiste Français au Brésil, depuis 1816 jusqu’en 1831 inclusivement*. Par J. B. Debret.” *In: Revista Trimestral de História e Geografia* (jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Rio de Janeiro, Tomo 3º, 1841, p. 98.

menos pressentido, censuras do mesmo jaez: “O *Juiz de Paz na Roça* foi escrito em 1833 mas só levado à cena em 1838, porque seu autor temia não obter um emprego público”, talvez em virtude do mesmo escárnio encestado¹⁵². “Quando o Teatro de São Pedro, em maio de 1844, requereu permissão para representar a farsa [*O Juiz de Paz na Roça*], André Pereira Lima externou contra ela um voto azedo; via ali uma ofensa às instituições, cuja dignidade era chocada, e julgava a peça escrita em baixo cômico.”¹⁵³

Também as MSM queriam provocar esse efeito, mas entre o escárnio e a reivindicação do caráter artisticamente revolucionário da obra – e por extensão do autor – houve um lapso bem maior que um século: recentemente, baseado numa leitura até certo ponto verossímil do contexto, o biógrafo e recenseur carioca Bernardo de Mendonça¹⁵⁴ enxergou no silêncio relativo à obra uma espécie de “sabotagem” à inteligência invulgar, inconformista e proto-revolucionária de MAA – idéia que teria parecido inusitada a seus contemporâneos. Não obstante uma leitura restrita do contexto possa de fato conduzir a esse tipo de conclusão – principalmente

¹⁵² Mattos, Ilmar Rohloff de & Mattos, Selma Rinaldi de. “O *Juiz de Paz na Roça* ou Uma Aula Sobre a Vida Social Sob as Regências”. In: *Contacto-Humanidades*. Rio de Janeiro, 1981, n.º. 41, p. 115. Nesse trabalho, os autores dissertam sobre o potencial crítico-humorístico dessa comédia de Martins Pena.

¹⁵³ Damasceno, Darcy. “Martins Pena e o Conservatório Dramático”, in: *Revista do Livro* n.º. 8, Rio de Janeiro, INL, 1957, pp. 221-224. É claro que tal posição “anti-comédia” não era unânime, pois sempre se poderia postular sua moralidade implícita, como fez o segundo censor, Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Em 1851, Martins Pena já morto, a representação de sua comédia *Judas em Sábado de Aleluia* foi considerada inconveniente pelo fato de, conforme o primeiro censor, “aparecer em cena um moedeiro falso, crime esse tão odioso à sociedade, e que no drama [*sic*] não apresenta o lado moral da punição”. Já um segundo censor afirmou que essa peça, “sobre ser obra original de punho brasileiro, nada continha que fosse contrário à moral pública, ‘combatendo antes, com jocosidade, certos abusos e ridículos’ introduzidos em certas classes do país” (cf. Damasceno, Darcy, cit., *passim*. Seria esclarecedora a leitura do artigo inteiro; cf. ainda, do mesmo autor, “A Elaboração de *O Juiz de Paz na Roça*”, in: *Revista do Livro* n.º. 1, Rio de Janeiro, INL, 1956, pp. 47-57). Sobre as leituras do Conservatório Dramático Brasileiro, confira-se adiante.

¹⁵⁴ *Obra Dispersa de Manuel Antônio de Almeida*, cit.

por causa da atitude (em aparência) reticente de Machado de Assis¹⁵⁵, além do enorme artigo escrito por Zaluar-, atribuir posições contestatárias ou tendencialmente subversivas a Manuel Antônio de Almeida é desconsiderar o contexto no qual se poderiam ter dado tanto a contestação da ordem quanto sua subversão.

¹⁵⁵ Apesar de as biografias afirmarem que ambos eram “amigos”, ou que pelo menos possuíam alguma afinidade, Machado de Assis dedicou poucas palavras a Almeida quando de sua morte; seu citado artigo termina com as seguintes palavras: “eu, que era seu amigo em vida, na morte lhe dou uma lágrima comovida e sincera”, que lhe custaram uma pequena diatribe de Marques Rebelo (a “frieza” etc.). A gama de explicações, dada a exigüidade das fontes (por exemplo, a biografia de Jean Michel Massa, *A Juventude de Machado de Assis* [Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971], não apresenta qualquer análise conclusiva), pode variar bastante: 1) talvez não fossem exatamente amigos; 2) talvez tivessem brigado; 3) talvez Machado não achasse necessário discorrer mais sobre o assunto porque Almeida já não tinha qualquer importância para ele (lembre-se, ainda, que em janeiro de 1859 Machado dedicou “ao Sr. Dr. Manuel Antônio de Almeida” o artigo “O jornal e o livro”, publicado no *Correio Mercantil* — mas na época Almeida era administrador da Tipografia Nacional). Mesmo que se conceda, de barato, que “uma lágrima comovida e sincera” é aparentemente lacônico (e não é este o caso), caso houvesse algum perigo em “falar mais” (é essa a insinuação de Bernardo de Mendonça), o precavido Machado de Assis nem sequer abordaria o assunto. Tanto não havia qualquer censura que algum tempo depois, no mesmo *Diário do Rio de Janeiro*, Zaluar publicou o enorme artigo supracitado. Outro dado: em sua “introdução literária” à edição de 1876 das *MSM*, Bethencourt da Silva citou alguns artigos publicados sobre Almeida, dando também o nome dos autores. Estranhamente, só o artigo de Machado de Assis foi citado na íntegra mas com omissão do nome do autor, referido apenas como “um amigo”. Esse assunto, enfim, é absolutamente especulativo, situando-se no âmbito das relações individuais dessas personagens: nas palavras do defunto autor Brás Cubas, rastrear-las seria curioso, mas nimiamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento do caso — atualmente sem forma ou sentido ou significado; o que foi ninguém sabe. Agora é boi morto, para eventual irrisão de Manuel Bandeira.

5) CONTESTAÇÃO

Como exemplo, cite-se o panfleto mais “explosivo” daquele período: *O Libelo do Povo*¹⁵⁶, de 1849, escrito por Timandro, pseudônimo de Francisco de Sales Torres Homem, membro do Partido Liberal. Esse texto é uma crítica –considerada a mais bem urdida da época, uma autêntica façanha de argumentação¹⁵⁷– ao imperador Pedro II. Quem o ler hoje, todavia, decepcionar-se-á: contemporâneo embora do *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx e Engels, o panfleto limita-se a atacar a prevalência econômica dos lusitanos (e, por extensão, a defender a integração dos “filhos do país” à economia nacional),

“Com efeito, a imensa inferioridade de condição, em que se acha o triste Brasileiro no próprio solo, em que nasceu, não tendo por si mais que o ar e a luz do sol, relativamente ao venturoso forasteiro Português assenhoreado das fontes de nossa riqueza, sobejamente explica essa manifestação do sentimento público em favor dos mencionados projetos [visando o fim do monopólio português do comércio de retalhos]./ [...] Em vão tentará o filho do país ser admitido como caixeiro nos delubros da plutocracia lusitana; todas as portas se lhe fecham; tais empregos estão reservados para os patrícios pequeninos, que vieram ou hão de vir d’além-mar contando com o apoio e proteção dessa confraria da nacionalidade”

¹⁵⁶ Utilizou-se aqui a reedição de 1885, publicada pela Tipografia da Constituinte, com notas do agitador republicano Anfrísio Fialho (muito a propósito, a atitude política de Fialho estava diretamente relacionada à negação de diversas prebendas que ele postulava junto ao imperador Pedro II. Cf. Magalhães Jr., Raimundo. “Anfrísio Fialho e o seu Republicanismo”. In: *O Império em Chinelos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957, pp. 233-237). Deve-se aqui mencionar que, na época de sua publicação, o *Libelo do Povo* foi acusado de plagiar os escritos do panfletário francês L. Cormenin, adversário da monarquia de julho (cf. Magalhães Jr., Raimundo. *Três Panfletários...*, cit., p. 18; Nabuco, Joaquim. *Um Estadista...*, cit., p. 152, v. I).

¹⁵⁷ Cf. Vianna, Hélio. “Francisco de Sales Torres Homem, ‘Timandro’ e Visconde de Inhomirim”. In: *Vultos do Império*. São Paulo, Nacional, 1968, pp. 115-144. Cf., ainda, Candido, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. II, pp. 50-54; Lyra, Heitor. “O Libelo do Povo”. In: *História de Dom Pedro II (Ascensão, 1825-1870)*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977, vol. II, pp. 167-172; e Magalhães Jr., Raimundo (org.). *Três Panfletários...*, cit., pp. 03-43.

(pp. 60-61.),

a criticar o ministério conservador, empossado em 1848, numa espécie de “golpe branco” promovido pelo imperador,

“Guindado ao governo por uma baixa manobra de reposteiro, que derrotou todas as evoluções regulares de sistema representativo, o novo ministério, conformando-se ao caráter de sua origem, e à especialidade de sua missão, julgou-se desonerado de dar ao corpo legislativo qualquer mostra de cortesia e contemplação./ [...] A estréia da facção foi o que devia ser; podia-se razoavelmente esperar dela, que respeitasse os direitos que fez sempre timbre de desprezar, quando não os anulava pela corrupção?” (p. 64),

e a imputar aos ancestrais do imperador Pedro II (e, indiretamente, a ele mesmo) uma série de acusações que podem ser sintetizadas pela palavra **despotismo**:

“Examinai a história de qualquer outra raça real, e entre a longa sucessão de reis ignorantes, cruéis e depravados, um ou outro encontrareis sobre quem a posteridade possa repousar os olhos com satisfação. *Na dinastia bragantina, porém, nenhum há que esteja neste caso.* O bastardo João IV, inerte, pusilânime e incapaz [...]/ Afonso VI foi a crápula revestida das insígnias de rei. [...]/ Pedro II, moedeiro falso e responsável do execrando auto-de-fé de Coimbra, extinguiu de uma vez as cortes [...]/ Seu filho João V, herdeiro de seus vícios e continuador de sua tirania, fundou o governo da teocracia monástica saturado de todas as torpezas da superstição. Levando a libidinagem e o desrespeito da honestidade aos extremos do cinismo do animal, fazia dos lugares públicos consagrados ao culto, teatros de suas infames orgias. [...]/ José I, fraco, ignorante e nulo [...]/ Refalsado e suspeito, irresoluto e poltrão, beato sem fé e sem costumes, *nabab* da Inglaterra, joguete dos mais vis e desprezíveis favoritos, estranhos a qualquer sentimento de dignidade pessoal e de honra nacional, patrono dos crimes e desordens de uma corte corrompida, — tal foi D. João VI, regente e rei” (pp. 24-26 — itálicos no original).

Tal juízo era também aplicado a Pedro I, pai do soberano:

“Em virtude daquele direito [do povo de escolher a forma de governo],

preferiu a nação [brasileira] a monarquia [...]; aclamou por seu rei o primogênito da casa de Bragança, como aclamaria o filho do Grão Turco, se fora isso do seu gosto. [...]/ Passamos depois a fazer o pacto primitivo da sociedade, como tínhamos feito um rei. O poder constituinte é parte essencial da soberania da nação, a qual delega o seu exercício, sem abdicá-lo./ Mas ainda não corria em meio a construção da obra constitucional, quando de improviso é profanado e dissolvido com mão armada o congresso [...] e são atirados ao desterro seus mais conspícuos e beneméritos representantes[...]/ Assim começou Pedro I sua ominosa carreira; e que outra cousa tinham os brasileiros que esperar de um príncipe da casa de Bragança?” (pp. 20-21, 24).

Opera-se a seguir — seguramente em nome do filho e da transmissão de genes — certa relativização:

“Todavia algumas grandes qualidades, que inteiramente faltaram a seus ascendentes, dormiam nas sombras da natureza de Pedro I. Um dia o toque da adversidade as há de despertar; há índoles que depuram-se e sublimam-se no crisol do infortúnio. Mas por ora, o que sopra é o vento da felicidade, o que está visível é a face deplorável de seu caráter” (p. 26).

O caso de Pedro II era diferente: as “grandes qualidades” que dormitavam nas “sombras da natureza” de seu pai poderiam despertar a qualquer momento. Acresce que a observância da Constituição do País era um ideal adequado:

“O que é positivo, é que Sua Majestade não pode em circunstância alguma, sem arrogar-se um direito que não é o seu, escolher e impor a política, que deve dirigir o Estado, nem levantar e fazer cair alternadamente os partidos a seu alvedrio. [...]/ O governo do país pelo país está escrito em cada artigo, em cada linha da constituição, o que significa, em outros termos, que ele não tem tutor; que encarrega-se de seus próprios negócios, e traça sem dependência de quem quer que seja os caminhos de sua felicidade” (p. 58).¹⁵⁸

¹⁵⁸ Registre-se a semelhança dessas palavras com o seguinte discurso: “A nossa Constituição política é — monarquia representativa./ Mantenhâmo-la./ [...] A nossa missão política portanto é a seguinte:/ Sustentar a monarquia constitucional TAL QUAL se acha na constitu-

Evita-se escrupulosamente, no *Libelo do Povo*, qualquer menção direta à implantação da república, embora sua possibilidade seja insinuada a todo instante; recorrente é a afirmação da necessidade de governar dentro dos limites da monarquia constitucional. Confirma-se aí o “limite das divergências” proposto por um historiador moderno: “manutenção da unidade nacional, controle civil do poder e democracia limitada dos homens livres”, além, é evidente, da continuidade do sistema monárquico, pressuposto de tudo o mais.¹⁵⁹

Consta hoje a informação de que o imperador Pedro II, em quem teriam sido instilados pruridos constitucionais e legitimistas por seus tutores, ficou “viva e dolorosamente impressionado” com o panfleto.¹⁶⁰ Prolaram então diversos pasquins a favor do *Libelo do Povo* e contra ele: *A Contrariedade pelo Povo*, *O Pato Macho*, *A Marmota*, *A Borboleta Poética*, *O Caboclo*, *O Sino da Lampadosa*, *O Moleque*, *A Califórnia*, *Timandro Júnior ou Modelo de Velhacos*, *O Gaúcho na Corte*, *Torre da Candelária* (contra); e *O Povo*, *O Cascalho*, *O Farricoco*, *O Sino dos Barbadinhos*, *O Guarda Nacional*, *O Pica-Pau*, *O Fuzil*, *O Cidadão*, *O Catucá*, *O Artista Brasileiro*, *O Marimbondo*, *O Teatrinho*, *O Constituinte*, *A Filha do Timandro ou A Brasileira Patriota*¹⁶¹ e *O Filho do Timandro* (a favor).¹⁶² Eis uma acanhada amostra do linguajar, que na obscenidade invoca o desvalor absoluto:

ição do império.” (CM, Pacotilha nº 82, 29/08/1852, p. 1, 2ª coluna)

¹⁵⁹ Cf. Carvalho, José Murillo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p. 39.

¹⁶⁰ A frase está nas *Reminiscências* do Visconde de Taunay. *Apud* Lyra, Heitor. *História de Dom Pedro II*, cit., p. 171.

¹⁶¹ É oportuno aqui contestar a seguinte afirmação de Raimundo Magalhães Jr.: “*A Filha do Timandro* surgia já com um timbre nitidamente abolicionista. Essa condição terá de ser reconhecida por quem estude a personalidade de Torres Homem: a de haver sido um dos precursores do movimento em favor da abolição do cativo” (*in Três Panfletários...*, cit., p. 20). Não se localizou, porém, qualquer evidência de “abolicionismo”, seja no *Libelo do Povo*, seja em *A Filha do Timandro*. A afirmação de Magalhães Jr. é portanto infundada, desconhecendo-se os motivos que o levaram a fazê-la.

¹⁶² Vianna, Hélio. *Vultos...*, cit., pp. 125-127; Mascarenhas, Nelson Lage. *Op. cit.*, p. 160.

“Corja infernal de assassinos vis e covardes! Quem vos deu o direito de maldizerdes a imprensa governista [saquarema] quando fostes vós que provocastes uma justíssima represália com o vosso *Grito Anarquial, Farri-couco, Sino dos Barbadinhos, Marimbondo* e outros imundos papeluchos que só servem para...?”¹⁶³

O que importaria reter, nessa barafunda, é a exemplaridade esquemática da ocorrência: pessoa de origem “humilde”, Torres Homem, antes de militar na política, foi redator da *Minerva Brasiliense*, revista subsidiada pelos cofres públicos; a seguir, membro do Partido Liberal, apeado do Poder em setembro de 1848 (móvel direto da redação do panfleto), fundou seu próprio jornal –*O Povo*– e participou da redação dos jornais *Opinião Nacional* e *Correio Mercantil*, onde publicou, em 1853, a série *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos*, editada em livro nesse mesmo ano. Em 1856, diante de uma provocação, ele se desculparia publicamente pelo “pecadilho” de 1849:

“Os desvios de imprensa, a que alude [o Barão de Uruguaiana], tinham origem nas circunstâncias de uma quadra anormal em que a alucinação estava em toda a parte e a intemperança da palavra coincidia com o desregramento da força. Graças à política magnânima do mais justo dos monarcas, de semelhante época apenas remanescem recordações para serem de quando em quando exploradas por alguns eruditos mais realistas que o rei, mais príncipes que os príncipes, a quem eles se propõem a dar lições de dignidade implacável. *Omnia pro dominatione serviliter*, diz Tác-

¹⁶³ Jornal *O Gaúcho na Corte*, 31-03-49. *Apud* Fonseca, Gondim da. *Biografia...*, cit., pp. 157-158. De maneira similar, eis como *O Ferrão*, do Maranhão, referia-se a um jornal adversário, *O Postilhão*: “Senhor redator — Um dia destes, passando eu pela praia do Desterro, tive uma dor de barriga, e agachei-me; depois olhando em derredor, vi um papel largo, todo *sujo*; o caso era apertado, e fui a ele. Passo-lhe a mão, e no ato de levá-lo... leio em letras grandes — POSTILH... Não pude mais; o diabo do papel transformou-se em enxame de cabas ou marimbondos, que não tive tempo senão de correr com as calças nas mãos. Peste, que nem para isto serves!” (*Apud* JT, cit., p. 174) Essa assimilação dos jornais à escatologia terá pelo menos um confrade ilustre: Karl Marx, que, mais fina e elegantemente, xingou o diário londrino *The Daily Telegraph* de “grande esgoto empapelado” (*apud* Galbraith, John Kenneth. *A Era da Incerteza*. São Paulo, Pioneira, 1983, p. 98).

to.”¹⁶⁴

A partir daí, alinhou-se cada vez mais com o Partido Conservador, no qual por fim ingressou, galgando os mais diferentes postos: ministro, senador e conselheiro de Estado, além de ser agraciado com o título de visconde de Inhomirim¹⁶⁵.

Seus escritos, intervenção objetiva no sentido de concretizar suas ambições, destinavam-se à leitura da classe letrada, e, em especial, do imperador Pedro II: foi graças a eles que Salles Torres Homem chegou aonde chegou. Isso podia ocorrer porque não havia — e os atores sabiam disso — qualquer “contestação da ordem”¹⁶⁶, tratando-se apenas e tão-somente de conflitos de ordem pessoal, como, no caso, a cobiça de poder político. Tanto os pasquins escritos contra o *Libelo do Povo* quanto a seu favor tinham objetivo semelhante: poder político.

Outro panfleto muito divulgado na década de cinquenta do século

¹⁶⁴ *Questões sobre Impostos*. Rio de Janeiro, 1856. *Apud* Nabuco, Joaquim. *Um Estadista...*, cit., v. I, p. 152.

¹⁶⁵ Ele recebeu o título de visconde de Inhomirim em 1872. Como curiosidade, eis uns versinhos feitos pelo republicano Joaquim Serra a fim de celebrar a ocasião com a merecida pompa: “Vós, gramáticos defuntos, / Não vistes o que hoje vi: / Dois diminutivos juntos, / Um português, outro tupi! / *Inho*, até aqui desinência, / Já se antepõe a *mirim*, / Simbolizando a eminência, / do senhor de Inhomirim!”. *Apud* Lyra, Heitor. *Op. cit.*, p. 170.

¹⁶⁶ Como exemplo dos limites da “contestação”, ainda quando armada, consultem-se: sobre a Cabanada, o interessante estudo de Freitas, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro, Graal, 1978; sobre a revolução de 1842 em Minas, Marinho, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977 (original de 1844), com útil introdução de Francisco Iglésias; sobre a Praieira, Melo, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira. 1848 e 1849* (e a introdução de Wamireh Chacon, às pp. IX-XXVI). Brasília, Senado Federal, 1978 (original de 1850). Cf. ainda Maior, Arnaldo Souto. *Quebra-Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império*. São Paulo, Nacional, 1978, Souza, Paulo Cesar. *A Sabinada*. São Paulo, Brasiliense, 1987; e Vianna, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1970, v. II, pp. 112-131. Sobre o “ritmo social conservador” predominante no Brasil, cf. a fina e compreensiva análise de Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

passado foi o *Jornal de Timon*¹⁶⁷, redigido pelo também liberal João Francisco Lisboa. Tratava-se, mais precisamente, de um conjunto de panfletos publicados em 1852 e 1853, nos quais se criticava o processo eleitoral na província do Maranhão. Nesse texto, o narrador, “Timon”, se afigurava como voz judiciosa e crítica de uma sociedade corrupta e desprezível e de um processo idem:

“[...] E como conseqüência destas paixões delirantes, destes ódios acesos e travados em peleja formal, a degradação de todos os caracteres, a cobiça desordenada, a avidez de distinções, a ambição de cargos elevados, o furto, o roubo, o estelionato, os assassinatos, as apostasias, as traições, a difamação erigida em sistema, a miséria real rebuçada por aparatosas ostentações, o horror ao trabalho e ao estudo, a ignorância, a presunção.”
(p. 37)

Em 1855, João Francisco Lisboa se mudaria para a Corte, onde redigiria –por breve período– a seção jurídica do *Correio Mercantil*¹⁶⁸. No mesmo ano, partiria para Lisboa, “onde estava seu conterrâneo Gonçalves Dias em missão oficial, copiando documentos sobre o Brasil nos arquivos portugueses. Provavelmente já sabedor do desejo de Gonçalves Dias de deixar o posto, candidatou-se a substituí-lo, pedindo para tal o apoio do [...] historiador Francisco Adolfo de Varnhagen”.¹⁶⁹

Tal pedido é uma espécie de esclarecimento *a posteriori* do que ele escrevera no terceiro número do *Jornal de Timon*:

“Mas para que se arranque e extinga um mal tão inveterado, para que se

¹⁶⁷ Utilizou-se a edição incompleta preparada por José Murillo de Carvalho (Lisboa, João Francisco. *Jornal de Timon*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995), que engloba apenas o “Prospecto” e os nºs 2 e 3 do jornal. O *Correio Mercantil* costumava republicar trechos do *Jornal de Timon*. O pseudônimo “Timon” já fora utilizado pelo citado panfletário L. Cormenin, e voltaria a sê-lo, em 1883, pelo escritor Eunápio Deiró, no livro *Estadistas e Parlamentares* (cf. Broca, Brito. *Românticos...*, cit., pp. 188-191, e Magalhães Jr., Raimundo. *Três Panfletários...*, cit., p. 277). Sobre Lisboa, consulte-se: Janotti, Maria de Lourdes. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo, Ática, 1977.

¹⁶⁸ Cf. Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa...*, cit., p. 212.

¹⁶⁹ Cf. Carvalho, José Murilo de. “Introdução”. In: Lisboa, J. Francisco. *Op. cit.*, p. 14.

alcance tamanho bem, é mister que o impulso parta não já de gabinetes efêmeros, contraditórios e oscilantes, senão do próprio chefe de estado [i. é, o imperador], que, sendo possível; deve não só reinar e governar, como administrar, e descer aos mais minuciosos pormenores do governo destas pequenas províncias”. (p. 329-330)

Sales Torres Homem e Lisboa podem ser vistos como exemplo de intelectuais “cooptados”. Não foi esse o caso de outro “contestador” renitente, Antônio Borges da Fonseca, o “Repúblico”, que ao longo de toda sua atividade na imprensa – de 1828 a 1872 – editou jornais oposicionistas e republicanos, nos quais habitualmente atacava as instituições imperiais com violência, resguardando –às vezes– a figura do imperador. Chegou a pegar em armas durante a Revolução Praieira de Pernambuco e em outras ocasiões. Ainda que panfletária, sua retórica se assemelhava à dos caudilhos que então infelicitavam toda a América Espanhola.¹⁷⁰

Feitas as devidas ressalvas, seria talvez o caso de um “incorrupível” convicto? Uma carta por ele enviada em doze de abril de 1856 a João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, bota água na fervura:

“[...] se [...] deixam a eleição livre e se não se impõe a minha exclusão, pode ser que me tenha o imperador manietado.”¹⁷¹

A despeito desse expressivo desejo de mudar a conduta, ele não se elegeu nem conseguiu apurar-se: em outros termos, naquele momento o “Repúblico” só não se vendeu porque ninguém quis comprá-lo. Um outro radical foi o cônego José Antônio Marinho, que participou da revolução liberal de 1842 em Minas Gerais. Rapidamente debelada a revolta, ele se refugiou no interior do Estado, e, em 1844 –mesmo ano em que seria anistiado–, publicou sua *História do Movimento Político de 1842*, na qual o imperador e a monarquia são tratados com grande deferência.¹⁷²

¹⁷⁰ Cf. Vianna, Hélio. “O ‘Repúblico’ Antônio Borges da Fonseca (1808-1872)”. In: *Contribuição...*, cit., pp. 535-595; e Melo, Jerônimo Martiniano Filgueira de, *Crônica da Rebelião Praieira*, cit., *passim*.

¹⁷¹ *Apud* Pinho, Wanderley. *Cotegipe e seu Tempo*. São Paulo, Nacional, 1937, p. 474.

¹⁷² É bem verdade que a anistia saiu um pouco antes da publicação do livro, o que trans-

Seria injusto, todavia, pensar a corrupção direta e a coerção como móveis primeiros e esquemáticos do alinhamento tendencial e tendencioso da classe letrada com o poder: pode-se referir o caso, mais antigo, de Cipriano Barata, que, oposicionista e panfletário incansável durante quase toda a vida, na extrema velhice se tornou um “defensor da ordem”, muito embora, segundo a documentação hoje disponível, nenhuma benesse tenha conseguido.¹⁷³

A partir da consulta aos jornais “oposicionistas” e “ministeriais” do século XIX atualmente disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pode-se aventar a seguinte hipótese: tanto “oposição” quanto “situação” eram espaços discursivos estabelecidos *a priori*, e sua demarcação –enquanto claro a ser preenchido– importava mais do que seu “conteúdo” propriamente dito¹⁷⁴. Assim, constituíam-se de fato numa prática à medida que reproduziam efeitos pré-constituídos ou previstos como preenchimento de claros discursivos. Por exemplo: logo após a

formaria a possível **coerção** numa provável “**gratidão**” — sendo a segunda, aliás, uma das formas da primeira. Cf. Marinho, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977; cf. também a “Introdução” de Francisco Iglésias, às pp. 13-36. Marinho morreu em 13/03/1853; de 1847 a 1849, colaborou no *Correio Mercantil*. Cf. a p. 1 da edição desse jornal de 20/03/1853.

¹⁷³ Cf. Vianna, Hélio. *Contribuição...*, cit., pp. 447-502, esp. p. 494; sobre outro “contestador”, Luís Augusto May, o “Malagueta”, cf. o mesmo trabalho, pp. 503-534. É evidente que houve muitos casos de contestadores mais coerentes –e às vezes nem isso– que foram mortos, como Frei Caneca, Padre Roma, Nunes Machado, além de muitos outros, em geral seguidores não letrados (na Praieira, v.g., houve mais de mil mortos). Ocorria ainda, eventualmente, de um ou outro verrineiro ser chicoteado, ou, no limite, assassinado. Tratava-se, todavia, de exceções. Sobre esse assunto, Ilmar Rohloff de Mattos observa com pertinência: “quando operamos com o conceito de Estado Imperial, não estamos considerando nem única nem exclusivamente os aparelhos de coerção possibilitadores e garantidores de uma dominação, e sim operando com um conceito de Estado que tem como um dos elementos fundamentais o fato de ser o *locus* dos dirigentes saquaremas, isto é, daqueles que por meio de uma ação estatal exercem uma direção intelectual e moral” (*In: O Tempo Saquarema*, cit., p. 3).

¹⁷⁴ Isso sem contar aparentes contra-sensos, como o caso de um jornal denominado *O Liberal*, que no entanto era um pertinaz porta-voz dos conservadores saquaremas.

publicação do *Libelo do Povo* encenou-se¹⁷⁵, por meio das folhas que então circularam, grande inimizade, ódio, rancor, etc.

Sempre colocadas no plano pessoal, tais críticas eram violentas e ultrajantes: investimento que exigia resposta, num jogo de alimentação mútua cujo sentido tinha níveis simultâneos de aplicação e cujos usos deformavam a estrutura em que se inseriam. Desta sorte, retomou-se contra Bernardo Pereira de Vasconcelos, saquarema (e entrevado), a acusação de ser amante da própria irmã; os jornalistas Firmino Rodrigues Silva e Justiniano José da Rocha, também saquaremas, foram tachados de homossexuais (respectivamente, o “cargas-atrás” e o “estragado que toma ajudas de cuia”); José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde do Rio Branco e então redator do virulento *O Marimbondo*, teria “cara de enforcado” e receptaria moedas falsas; a mãe de Timandro seria uma preta alcunhada de “Você-me-mata” (o que sem dúvida produz outras ilações), e ele — xingado de “crioulo malandro” e de “Mr. Richards” por causa de Elisa Richards, uma modista que trouxera consigo da França e de cuja fortuna se apropriara — teria pactos com o demônio, tomaria vinagre para manter o corpo esbelto, etc. Todos, acrescenta-se, tinham “amandinga” de preto.¹⁷⁶

Na perspectiva aqui adotada, é irrelevante que tais afirmações não correspondam a uma situação empírica (sabe-se, *v.g.*, que Timandro era baixo, gordo e atarracado), mas sim que elas conduzem aos lugares-comuns ali articulados, evidenciando, entre outras coisas, um absoluto desprezo pela figura do “negro” enquanto ser humano, abominação do

¹⁷⁵ “Encenou-se” é o termo apropriado: sabe-se, entre outras coisas, que em 1853 o *Correio do Brasil*, de Justiniano José da Rocha, foi impresso nas oficinas do *Correio Mercantil*, onde Torres Homem pontificava como eminência parda (cf. os exemplares dos dois jornais naquele período). O fato nada teria de extraordinário, não fossem as constantes e públicas juras de ódio esgrimidas pelos dois escribas.

¹⁷⁶ Cf. os trabalhos citados na nota 58, especialmente os de Nelson Lage Mascarenhas, Otávio Tarquínio de Sousa e Gondim da Fonseca, e mais os de Hélio Vianna, *Vultos...*, cit., e Raimundo Magalhães Jr. (org.), *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Nacional, 1956, pp. 3-43

homossexualismo, ridicularização da “origem pobre”, horror pela irreligião e pela desonestidade, etc. Note-se que semelhantes acusações não excluía o fato de os acusadores serem eles próprios homossexuais, irreligiosos, ladrões, pobres, pretos ou mulatos: tratava-se apenas de encenar um ponto-de-vista que colocasse os críticos em posição superior à dos criticados, conforme os preconceitos do tempo. Tudo isso mesclava-se à afetação de seriedade constitucional e respeito às leis.

Não se pretende, porém, reduzir a produção intelectual do País no século XIX a esse único fator, o que, ademais de grosseira simplificação, seria esquecer a dinâmica própria do acontecimento, que pode assumir diversas formas. Nos estreitos limites aos quais a coagiam sintaxe e ambição, essa produção foi relativamente rica, apresentando textos bem articulados com os objetivos a que se propunham.¹⁷⁷ A imprensa –ao menos na primeira metade do XIX– consistia igualmente num palco onde se desenvolava toda sorte de representações, desde os indefectíveis folhetins de rodapé até a luta política. Foi nesse ambiente –em que a ocasião fazia ladrões, verrineiros, achacadores, hermeneutas, escritores afetados, folhetinistas em busca de sucesso, patriotas abnegados, burocratas sisudos ou sem siso e políticos ilustrados ou sem lustre– que a seção MSM encontrou sua possibilidade de realização.

¹⁷⁷ Essa produção é aqui pensada como “ideologia”. Nos termos de Pierre Bourdieu, deve-se ter presente que “as ideologias são sempre *duplamente determinadas*, [...] elas devem as suas características mais específicas não só aos interesses das classes ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodicéia), mas também aos interesses específicos daqueles que as produzem e à lógica específica do campo de produção” (*O Poder Simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand, 1989, p. 13).

6) REPUBLICANOS

Embora o *Libelo do Povo*, como já se mencionou aqui, não faça referências diretas à instauração da República, insinua-a de uma forma deveras cavilosa. Eis uma amostra:

“É já tempo, que a **única realeza, que na América existe**, abandone suas tradições góticas, e expurgando-se do que tem de fantástico, e de contrário à dignidade do homem e aos foros do povo por sua repugnante mistura de democracia e feudalidade, abraça a verdadeira lei, e deixe de confundir em si os dois princípios opostos [...]/ De outro modo, nós não vamos bem; e se a **providência não inspirar o imperador, também no Brasil a monarquia corre a sua perda infalível...** Mas o que estou dizendo? Vaticino, em vez de escrever a história! Perdão, amigo leitor; eu reasumo o fio interrompido de minha narração” (pp. 59-60; *n.n.*).

Desde o período regencial, e mesmo antes dele, a República estava incorporada ao ideário político brasileiro como forma possível de governo, e seu exemplo mais próximo era o das repúblicas do sub-continente¹⁷⁸, como se atesta no exagerado livro de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, chefe de polícia que esmagara a Praieira em Pernambuco:

“Criava-se no País a desordem, a anarquia, o caos, pela luta das ambições individuais, estólicas, exageradas e contrárias, e conseguintemente dissolver-se-iam todos os laços de união das Províncias entre si, e de todas com a Corte. Resultaria daqui a destruição da integridade do Império, e a criação de Repúblicas fracas, inimigas umas das outras, sempre armadas, ou dispostas a combaterem-se para sustentarem a ambição de algum caudilho audaz ou feliz, e todas afinal desprezíveis aos olhos do estran-

¹⁷⁸ Cf. Vianna, Hélio. *Contribuição...*, *op. cit.*, esp. pp. 147 e ss. Cf. também o artigo de Ribeiro Jr., José (“O Brasil Monárquico em Face das Repúblicas Americanas”. In: Mota, Carlos Guilherme [org.]. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1982, pp. 146-161), no qual se cita a seguinte passagem do historiador Pereira da Silva: “o sistema republicano tanto mais repugna à índole, aos costumes, aos interesses e às aspirações do povo brasileiro, quanto o espetáculo das nações vizinhas, constantemente revoltadas e ensanguentadas pelas guerras civis e ambições de caudilhos, concorriam poderosamente para radicar o princípio monárquico” (p. 153).

geiro, e ludibriadas pelas Nações mais poderosas, com as quais tivessem relações de Comércio.”¹⁷⁹

A maneira de um “jovem liberal” referir-se ao tema podia não ser muito diferente, mesmo, é claro, que se levem em conta as determinações, facilmente adivinháveis:

“Que seria a república? Vejamos./ As paixões acesas pela revolução; os interesses privados; as companhias e as empresas infelizes, ambicionando indenizar-se à custa do erário, como em França, em 48; e a socialista demanda de empregos, desmoralizariam a república. As lutas de predomínio entre os chefes dividi-la-iam. A reação dos partidos vencidos opor-lhe-ia uma dificuldade perene e todo dia crescente. Debilitada no interior, a república seria o ludíbrio do estrangeiro. A França adiantar-se-ia das Guianas até o Amapá, até o Araguari, e, anexado o Equador, como projecta, desceria até o Amazonas. Abatido o comércio, e perdida a reputação alcançada de uma certa sensatez política, em balde invocaríamos o auxílio da armada de Inglaterra [...]./ Proclamada a república, não encontraria chefe capaz, nem servidores dignos do governo [...]. Deus! a rude lição de 48 e 49 seria tão cedo esquecida?/ O segundo dia da república havia de ser o primeiro da anarquia, e o primeiro da exaltação de um déspota. Os caudilhos suceder-se-iam aos caudilhos [...]./ A revolução leva à anarquia, a anarquia ao despotismo, e o despotismo à revolução...”¹⁸⁰

Não obstante, essas manifestações confirmam, por vias transversas, as palavras do jornalista conservador Justiniano José da Rocha, que afirmou num texto célebre:

“[...] é incontestável que, pelo menos nas camadas superiores das inteligências dessa época [1822-1831] dominavam instintos e aspirações republicanas. [...]/ A sociedade inteligente, os círculos literários do país

¹⁷⁹ *Crônica da Rebelião Praieira (1848 e 1849)*. *Op. cit.*, p. XIII.

¹⁸⁰ Bastos, A. C. Tavares. *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. São Paulo, Nacional, 1976, pp. 42-43. Foi com esse pequeno folheto de 1861, assinado por “Um Excêntrico”, que se inciou a carreira política de Tavares Bastos, protegido (ou “filhote”, como soía então dizer-se) de Francisco Otaviano.

anelavam pois pela liberdade; e para eles a liberdade era a república.”¹⁸¹

Disso tudo decorre o seguinte: a idéia republicana estaria disseminada¹⁸² em círculos restritos, muito embora não significasse nenhum “avanço”, ao contrário do que se pensa em certa linha teleológica da história¹⁸³. E aqui pode-se também afirmar, passando ao largo das convicções íntimas e portanto inescrutáveis dos atores, que o “republicanismo” muitas vezes não passava de uma forma de “mostrar as garras”, por assim dizer, à monarquia, principalmente em processos cuja negociação envolvesse dis-

¹⁸¹ *Ação; Reação; Transação. Duas Palavras acerca da Atualidade Política no Brasil. Apud Magalhães Jr., Raimundo (org.). Três Panfletários...*, cit., pp. 161-218, cit. p. 166 (original de 1855). Apesar de ter sido incluído nessa coletânea juntamente com o *Libelo do Povo* e a *Conferência dos Divinos*, de Ferreira Viana, o texto de Justiniano José da Rocha não é, em rigor, um “panfleto”.

¹⁸² Seria, pelo menos, conhecida. Uma anedota que teria circulado em 1889 atribuída ao senador Rangel Pestana a seguinte fala: “antes da Proclamação da República, só houve no Brasil dois republicanos, eu e Quintino Bocaiúva”, e isso conforme relato de Salvador de Mendonça em 1913. Rangel Pestana, em carta dirigida ao jornal onde se publicavam os textos de Mendonça, contestou a afirmação. Solerte, Salvador de Mendonça aí declarou: “pode-se sem receio de contestação, afirmar que de 1860 a 1889 houve no Brasil outros republicanos. Não se contavam por muitas dezenas, mas foram mais de dois”. (*in*: “Cousas do Meu Tempo”, conjunto de artigos publicados em 1913 no jornal carioca *O Imparcial* e reproduzidos na *Revista do Livro* nº. 20, Rio de Janeiro, INL-MEC, dezembro de 1960, pp. 109-198, esp. pp. 149-153). Como se sabe, o Partido Republicano foi fundado em 1870, e seu programa em nada se aproximava do ideário clássico. Um historiador estrangeiro muito prezado no Brasil, von Martius (1794-1868), escreveu em 1843 o texto que venceu um concurso promovido pela *RIHGB* sobre “Como se Deve Escrever a História do Brasil”. Ali afirma-se o seguinte: “o Brasil está afeto em muitos membros de sua população de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades.” (*O Estado de Direito Entre os Autóctones do Brasil/Como se Deve Escrever a História do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1982, p. 106). Entre 1817 e 1820, Martius estivera no País, ao qual nunca mais retornaria. De qualquer modo, para abreviar o assunto, na década de cinquenta a idéia “arrefecera”, talvez: como escreveu um jornalista em 1856, “a civilização destrói as repúblicas e consolida as monarquias” (Andrade, Navarro de. *O Livro do Povo*. Rio de Janeiro, Tipografia de N. L. Vianna e Filhos, 1856, p. 114).

¹⁸³ O próprio Pedro II não teria sido infenso à “teleologização” e ao evolucionismo que propõe o aperfeiçoamento constante como norma, tendo mesmo chegado, no fim da vida, a pensar em ser presidente do Brasil. Cf. Besouchet, Lídia. *Op. cit., passim*.

tribuição de verbas, cargos e poder: um apuro na tecnologia do achaque, se se permite a expressão.

Numa série de textos satíricos publicados no jornal *O Jequitinhonha*, de Diamantina, o escritor Joaquim Felício dos Santos expõe o que seria a idéia republicana de então. Intitulada *Páginas da História do Brasil Escrita no Ano de 2000*¹⁸⁴, a série começou a sair com regularidade a partir de 1868, sendo possível que se constituísse numa apropriação de *L'an 2440, Rêve s'il en Fût Jamais*, do pasquineiro francês Louis-Sébastien Mercier¹⁸⁵. Cedendo a instâncias de um “médium russo”, o imperador adormece e acorda no dia 1º. de janeiro de 2000, na “Confederação dos Estados Unidos do Brasil”: “com o estabelecimento da república, as províncias se constituíram em estados federados independentes, começaram a prosperar”¹⁸⁶. O Rio de Janeiro fora destruído, e a capital era Guaicuí, no centro do País. Os costumes haviam mudado bastante, conforme se explica a Pedro II, atônito para jamais:

“[...] hoje no Brasil não se conhecem as genuflexões, os beija-mãos, os tratamentos, as velhas usanças dos tempos da passada monarquia; não há mais senhorias, excelências, altezas: todos tratam-se por tu. A república nivelou as classes, aboliu a aristocracia, os privilégios, as isenções, a nobreza, a fidalguia; os barões, condes, viscondes, marqueses, duques, todos os títulos e honras de outros tempos são antigualhas, palavras que

¹⁸⁴ Publicada de 1868 a 1871, foi precedida, em 1862, de um capítulo isolado chamado “A História do Brasil Escrita pelo Dr. Jeremias no Ano de 2862”, do qual se tratará mais adiante. Dessa série, Alexandre Eulálio publicou uma coletânea, aqui utilizada, na *Revista do Livro* nº 6 (Rio de Janeiro, INL, junho/1957, pp. 111-160). É útil observar que, conquanto sejam tardios (1868-1871) relativamente ao recorte sincrônico aqui pesquisado, esses textos foram bastante úteis enquanto utopia de tempo simetricamente oposta à “semi-distopia”, diga-se assim, constituída pelas MSM. Para tanto, basta verificar o contraste, nos dois textos, entre o relativo caos da organização urbana e social do Rio, nas MSM, e a falta de ocupação da maioria de seus personagens, com o organização harmoniosa de Guaicuí e o acendrado labor das personagens da *História...*

¹⁸⁵ As informações sobre esse livro, publicado inicialmente em 1771, foram colhidas em Darnton, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo, Cia das Letras, 1992, pp.169-179.

¹⁸⁶ *Apud Revista do Livro*, cit., pp. 127, 128 e 137. No livro de Mercier lança-se mão do mesmo expediente –o sono– para se chegar ao futuro.

não mais se conhecem. Liberdade, igualdade e fraternidade, é a base da constituição moderna./ [...] Com a república mudaram-se essas concepções pequeninas de egoísmo, de sacrifício do todo pela parte; olhou-se além no futuro; começando-se pelo princípio, por onde devia-se começar; promoveu-se a navegação do rio [São Francisco], abrindo-a para o mar, para o comércio estrangeiro, para as luzes e civilização” (pp. 129, 130 e 143).

Embora provinciano, Joaquim Felício pode ser considerado bastante progressista e arejado. Sua sátira finge prever, por exemplo, um presidente mestiço –um “cabra amestiçado”–, “João Servius Pugirá”, “filho de uma índia da tribo dos guaranis, casada com um crioulo cujos antepassados foram escravos” (p. 139). Como se vê, era bem mais que o mero “pé na cozinha” reivindicado em 1994. Quanto a Guaicuí, a capital, tratava-se de uma metrópole assim descrita:

“[n]um jardim, os pássaros chilravam nos arvoredos, as flores embalsamavam os ares com seus perfumes. [...] Dois rios caudais, confluindo no centro, dividiam a cidade em três partes; suas águas rolavam plácidas, sulcadas em todos os sentidos por milhares de barcos a vapor. Soberbos edifícios, templos majestosos, cais, docas, vastas alfândegas, espaçosas oficinas, possantes máquinas, largas peças sombreadas de arvoredos, e sobretudo o extraordinário movimento comercial indicavam uma cidade rica, florescente. [...] Atroavam os ares o sibilo das locomotivas, o ruído das fábricas, as vozes dos mercadores, os gritos dos animais, o barulho dos carros: era como a harmonia do trabalho, o *fervet opus* das grandes cidades laboriosas. As ruas, as praças se apinhavam de transeuntes, de trabalhadores, de mercadores que se empuxavam, se esbarravam, se acotovelavam. Ao longe, nos trilhos de ferro, apareciam e desapareciam as locomotivas, como os dragões da fábula vomitando espesso fumo” (p. 128).¹⁸⁷

¹⁸⁷ MAA também “previu” o futuro num artigo que, lamentavelmente, está danificado; em sua parte ainda legível, consta: “Um dia, quando Petrópolis descer pela encosta de suas admiráveis serranias a vir buscar e unir-se nos vales e no litoral com as povoações que a cercam formando um único, e imenso de cidade, quando suas matas enormes se abaterem em quarteirões de moradas, se abrirem em ruas e praças espaçosas, quando as torres das igrejas e os grandes edifícios dominarem as alturas onde agora balançam as grimpas [ilegível]. Quando Vassouras [ilegível] que apenas desesperem os egoístas que só têm fé

Isso posto, deve-se convir que a posição de Joaquim Felício, malgrado toda a boa-vontade que lhe deve ser creditada, era um bocado inócua, limitando-se a proposições absolutamente banalizadas, muitas delas provenientes do ideário de 1789, como o já mofado *slogan* tripartido da liberdade, igualdade e fraternidade, que não se atualizava nunca porque já estava atualizado desde sempre. Surrealíssima era também a idéia de um progresso contínuo e infinito, que no texto é levada ao paroxismo.

Sua história esboça uma utopia que ele instrumentalizava *pour épater*¹⁸⁸, apenas: algumas propostas, como a descentralização, eram sabidamente exequíveis; outras, como a liberdade etc., ou um governo justo e incorruptível, são tão antigas quanto a injustiça e a corrupção, constituindo-se em propaganda política que se usou, se usa e se usará enquanto houver governos. É notável, sobretudo, uma aporia nessa utopia: a coexistência das diferenciações sociais e da “igualdade”. Acrescente-se, enfim, que em 1862, quando intentou iniciar a série, Joaquim Felício dos Santos talvez ainda não dispusesse de um imaginário consistente para levá-la adiante, tendo estacado logo no primeiro número.

Os textos de Joaquim Felício oferecem um bom exemplo de ideário republicano “avançado”, mas não são nenhuma novidade — ainda que, segundo hipótese de Alexandre Eulálio, seu autor tenha sido pessoalmente prejudicado por causa deles¹⁸⁹. Caso tenha ocorrido, esse prejuízo tal-

no que lhes é imediatamente pessoal” (artigo “Zaluar”. In: jornal *O Paraíba* nº.1, Petrópolis, 02/12/1857; *apud* Mendonça, Bernardo de, *op. cit.*, pp. 88-89). Note-se a semelhança da idéia de progresso contínuo, e o –vá lá– “descaso” com a ecologia, perfeitamente explicável, é claro, num país tão pleno de mato e de matas.

¹⁸⁸ Ao revelar as origens do presidente, o narrador figura um leitor indignado: “–Basta, isso já é demais... [...] Como! Figurais um indivíduo de tão baixa origem presidente de uma república de 142 milhões de habitantes! Parece-nos ter ouvido essas palavras do leitor [...] horripilado [...] Paz, amigo leitor; [...] é a realidade [...] Outros tempos, outros costumes. Os povos são como os indivíduos; suas idéias, seus princípios, seus gostos, seu caráter mudam-se com as épocas. [...] No século XXI, a cor, o nascimento, são qualidades puramente acidentais, consideram as coisas debaixo de um ponto de vista racional” (p. 139-140).

¹⁸⁹ *Revista do Livro*, cit., p. 107.

vez se explique pela ironia — porque, quanto ao restante, tais princípios estavam vulgarizados na época. Os devaneios e divagações a respeito do “País do futuro” respaldado por futuras bênçãos divinas, como se verás, também não são nem um pouco novos no Brasil; insistentemente repisados, inculcam-lhe, numa ridícula inversão do sonho das vedetes do teatro rebolado, a “utopia” comentada por Eduardo Galeano: um grande passado pela frente. Em 1850, um escrito absolutamente legalista — o *Índice Cronológico* de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, membro do IHGB e Conselheiro do Império— encerrava-se com a seguinte peroração:

“A Providência vele sobre nossa pátria e lhe dê o futuro grandioso e brilhante a que tem direito de aspirar, fazendo cessar todos os motivos e elementos que ora retardam seu progresso estupendo. Que o Brasil seja a primeira das Nações, eis o nosso mais ardente voto. Mas quão longe de nós essa época ditosa! Feliz a geração que vir o Brasil povoado de centenas de milhões de homens, porém livres todos; semeado de ricas e populosas cidades; florescente pelo comércio, agricultura, indústria, ciências, letras e artes; com belas estradas de ferro que transportem de uns a outros pontos com a rapidez do raio os imensos tesouros ainda pouco conhecidos e apreciados de nossas Províncias, sobretudo centrais; com telégrafos elétricos que levem as notícias e providências com a velocidade do relâmpago desde o Pará até S. Pedro do Sul, desde o Rio de Janeiro até os extremos confins de Mato Grosso; com uma brilhante navegação costeira, fluvial e além-mar; com uma Marinha de Guerra ainda mais brilhante, que faça tremular o nosso pavilhão nas cinco partes do mundo, e nos faça respeitar e temer todas as Nações! Remota época, mas não impossível! Unamo-nos e trabalhemos todos com entusiasmo para esse fim último, concorrendo cada qual com o maior contingente que puder; que os nossos votos se cumprirão, e a terra de Santa Cruz há de um dia gozar dos frutos do nosso trabalho. Com o auxílio do Onipotente nada é impossível; e Ele protege e ampara o Brasil. Trabalhemos pois todos para a sua grandeza, que só assim bem mereceremos da pátria e das gerações futuras.”¹⁹⁰

¹⁹⁰ Malheiro, Agostinho Marques Perdigão. “Necessidades do País”, in: *Índice Cronológico dos Fatos Mais Notáveis da História do Brasil Desde Seu Descobrimento em 1500 até 1848, Inclusive*. Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, 1850, pp. 175-176. Esse traba-

Já num jornal bem anterior, *A Trombeta dos Farroupilhas*, do qual circulou um único exemplar a três de março de 1832, a idéia republicana era assim apresentada:

“De três classes de República temos notícia./ A República Aristocrática é aquela onde os Nobres e os Fidalgos têm as rédeas do Governo e o povo vive escravizado. Esta sorte de governo é pior que a mais bárbara tirania./ A República Oligárquica é onde os Nobres e Fidalgos governam juntamente com alguns Representantes do povo, porém, onde os primeiros conservam toda a influência por ser número maior. Esta sorte de governo não é tão perversa como a primeira, principalmente quando há algum Representante que com energia defenda os direitos do povo, porém contudo faz-se a votação, ele raramente fica vencedor, porque o número dos defensores dos Direitos do povo é menor aos do partido despótico./ Na República democrática os Representantes são escolhidos pelo povo e este exerce todo o poder e o deposita nas mãos de seus Representantes; aí as Leis protegem igualmente a todos, não há Fidalguia nem Nobreza, porém, sim, homens que só desejam o bem de sua Pátria, que amam e que perderiam antes mil vidas do que deixar violar as Leis, porque numa República Democrática o amor da República é o amor da Democracia e o da igualdade./ O governo republicano é o melhor, é o que por sua essência mais convém a uma Nação Livre, principalmente existente no solo AMERICANO. Neste Governo todos os cidadãos são iguais (perante as Leis) e não se olha para seus nascimentos ou empregos; o homem virtuoso, sábio, literato, seja qual for sua classe, é hábil para qualquer emprego, até para ser presidente da República¹⁹¹(*n.n.*).

Isto foi tema de intenso debate encenado nas páginas da *Revista do IHGB* de 1852: “PARECER Sobre o Índice Cronológico do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro” (pp. 75-85), por Diogo Soares da Silva de Bivar; “APÊNDICE do Sobredito Parecer” (pp. 85-112), por Joaquim Caetano da Silva; e “NOTA Sobre um Trecho do Mesmo Parecer” (pp. 113-115), por Cândido Batista de Oliveira. Sobre Perdigão Malheiro, cf. Rezende, Francisco de Paula Ferreira de *Minhas Recordações*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988, pp. 84-85.

¹⁹¹ *Apud* Vianna, Hélio. *Contribuição...*, *op. cit.*, pp. 161-162. O mesmo historiador, comentando a manutenção do sistema monárquico no Brasil após a Independência, afirma: “em primeiro lugar, essa opção [monárquica] não foi devida, unicamente, à presença anterior da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, e, em seguida, à permanência e utilização

As propostas de ilustração, fim do despotismo, da escravidão, dos privilégios da nobreza etc. estavam bastante disseminadas, delas existindo vestígios nos textos assinados por MAA. Não eram necessariamente republicanas¹⁹², mas, dados os indícios de que se dispõe atualmente, é possível afirmar com alguma margem de segurança que Manuel Antônio de Almeida, de fato, era republicano. Suas relações com pessoas como Quintino Bocaiúva e o francês Charles Ribeyrolles, as referências de Augusto Emílio Zaluar, comparando-o a escritores republicanos como Armand Carrel, as alusões do próprio Almeida aos privilégios da nobreza e à “grande república do mundo”¹⁹³: todos esses elementos dão respaldo a semelhante hipótese.

Não se devem, porém, espoucar rojões: além do fato em si ter impor-

daquele Príncipe-Regente. Devêmo-la, também, à opinião, então muito generalizada em todo o mundo, que sustentava a superioridade do sistema real sobre qualquer outro. A liquidação, ainda recente, das Repúblicas européias nascidas da Revolução Francesa, tornava compreensível esse ponto de vista. As antigas colônias espanholas da América, algumas das quais somente por falta de príncipes não haviam adotado aquele regime, também já mostravam, em suas inúmeras desordens e dificuldades internas e externas, os inconvenientes do que haviam aceito.” (*História do Brasil*, São Paulo, Melhoramentos, 1970, v. II, p. 68).

¹⁹² Quanto às propostas para o fim da escravidão, elas eram ponto comum a muitos segmentos políticos. Basicamente, pensava-se que a escravidão corrompia os brasileiros, que era um cancro, que os negros tornavam o país inferior, pois naturalmente inferiores e faltos de luz, etc. Convém notar que circulou, de 1849 a 1852, um jornal chamado *O Filantropo*, publicado pela “Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas”, e cujos textos combinam, candidamente, o mais implícito humanitarismo com o racismo mais explícito. Faziam parte dessa sociedade vários membros do grupo saquarema que havia retomado o poder político em 1849, além de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, proprietário do *Correio Mercantil*, em cujas páginas foi publicado o primeiro texto em prosa de Almeida, datado de 1851. Chamava-se “Civilização dos Indígenas. Duas Palavras ao Autor do *Memorial Orgânico*”, e era um ataque a Francisco Adolfo de Varnhagen, tendo sido republicado pela referida Sociedade no *Jornal do Comércio*. Dadas as características dessa republicação, é possível que, antes de trabalhar no *Correio Mercantil*, Almeida tenha escrito para *O Filantropo*. Como, porém, a coleção desse periódico existente na Biblioteca Nacional está mutilada e desfalcada, não foi possível confirmar tal suposição.

¹⁹³ Cf. os textos recolhidos por Bernardo de Mendonça na *op. cit.*

tância escassa, ser republicano naquele tempo –ainda que o imperador e muitos medalhões políticos figurassem não gostar nada disso– significava pouco mais do que conversar bastante¹⁹⁴. Era uma opinião permitida e instrumentalizada pelos proprietários de jornais e pelos políticos: necessária, até, à economia da atividade política do império, pois o republicano produzia opiniões que tinham de ser combatidas, e isso dava azo à manifestação das mais variadas espécies de fidelidade ao imperador e ao Império. Ademais, os republicanos podiam tanto fazer jogo duplo, como José Maria da Silva Paranhos¹⁹⁵, quanto ser achacadores, como Apulco de Castro¹⁹⁶, ou especuladores de guerra, como Quintino Bocaiúva¹⁹⁷, ou ainda maníacos assassinos como Moreira César¹⁹⁸. Podiam também converter-se a esse cre-

¹⁹⁴ Essa “inofensividade” podia também contar outros aspectos: não seria justo desconsiderar a rigorosa lei de 03/12/1841, que concedeu funções judiciárias à Polícia e se transformou num forte instrumento de repressão política. Cf. Lacombe, Américo Jacobina. “A Cultura Jurídica”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1985, tomo II, v. 3, pp. 356-368. No período entre 1831 e 1837, os que se diziam republicanos dispunham de maior liberdade de ação (cf. Sousa, Otávio Tarquínio de. *Fatos e Personagens...*, cit., pp. 274-279). Sobre os usos e aplicações da lei, é proveitoso consultar o recente trabalho de Malerba, Jurandir. *Os Brancos da Lei. Liberalismo, Escravidão e Mentalidade Patriarcal no Império do Brasil*. Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

¹⁹⁵ Em 1849, o futuro visconde de Rio Branco redigiu um violento pasquim liberal chamado *O Marimbondo*, e, no ano seguinte, não viu nenhum problema em posar de conservador nas “Cartas ao Amigo Ausente” do *Jornal do Comércio* (cf. adiante). *O Gaúcho na Corte*, pasquim saquarema de 1849, acusou-o de colaborar com a polícia — não se sabe exatamente em quê.

¹⁹⁶ O verrineiro Apulco de Castro redigia um pasquim republicano, *O Corsário*, por intermédio do qual achacava figuras da época, exigindo-lhes dinheiro em troca de silêncio. Cf. Magalhães Jr., Raimundo. “A Trágica Aventura de Apulco de Castro.” In: *O Império em Chinelos*, cit., pp. 208-228.

¹⁹⁷ Cf. as *Memórias* (cit., p. 498) do Visconde de Taunay, que conheceu Bocaiúva durante a guerra do Paraguai, quando ele pleiteava, junto ao exército, “diversos contratos de fornecimento”. Como Taunay sempre foi monarquista e conservador, poder-se-ia descortinar aí uma calúnia, mas a deferência com que Bocaiúva é tratado no restante do texto desfaz a hipótese (“Desde aí, pois, conheci Quintino e sempre o vi republicano, força é confessar, empertigado e correto nos gestos e modos”). Machado de Assis fez uma descrição muito negativa desse tipo de especulador no romance *Iaiá Garcia*.

¹⁹⁸ É o que se depreende em Cunha, Euclides da. *Os Sertões* (ed. crítica de Walnice No-

do por vingança, como Anfriso Fialho¹⁹⁹, ou dele arrepende-se, como Machado de Assis²⁰⁰. Ou, mais prosaicamente, podiam ser pessoas cuja opinião política íntima não teve muita repercussão sobre os rumos tomados na vida. Foi esse, pode-se afirmar sem risco de exagero, o caso da maioria.

Necessário acrescentar, ao cabo, que todas as questões suscitadas no presente tópico tencionaram apenas e tão-somente levantar dados que problematizem determinadas sedimentações críticas contemporâneas. As idéias políticas também são produzidas para consumo intelectual e cultural, e engendram suas próprias economia e lógica internas: como afirma Roger Chartier, “as modalidades do agir e do pensar [...] devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, de diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas de poder”. E isso se dá, conforme acentua ele, “à revelia dos atores sociais”.²⁰¹ Tal linha pode ter, igualmente, alguma analogia em tom menor com o *inominável* beckettiano: “chamar isso de perguntas, hipóteses; ir adiante, chamar isso de ir, chamar isso de adiante”.

gueira Galvão). São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 321 e ss.

¹⁹⁹ Cf. Magalhães Jr., Raimundo. “O Republicanismo de Anfriso Fialho.” In: *O Império...*, cit., pp. 233-237.

²⁰⁰ Embora isso seja temerário, dada a complexidade a que chegaram os estudos a respeito de Machado de Assis, pode-se arriscar essa hipótese a partir de suas relações e textos (“a humanidade, antes de tudo, é republicana”, escreveu ele no citado artigo “O Jornal e o Livro”, publicado no *CM* em 10/01/1859 e, como já se disse, dedicado “Ao Sr. Dr. Manuel Antônio de Almeida; *apud OC*, v. III, cit., p. 943). Diante da boçalidade e do oportunismo de muitos republicanos, e da força coercitiva do poder imperial, ele não teve dúvidas quanto à opção, que de resto não deve ter sido nem um pouco dolorosa. Ainda aqui, no entanto, forçoso é admitir que tais especulações não têm qualquer importância: parodiando outra fala, o peso do “realmente vivido” não pode, a não ser no terreno das quimeras (que muita vez se praticam e se produzem como “verdade”, anulando-se e negando-se como quimeras), expelir a encenação e suas normas, única substância visível do que se chama “vida”. O anedotário de que em geral se constitui a vida é a verdade extraída do mundo das fadas carochas, como diria Guimarães Rosa.

²⁰¹ *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/ Bertrand, 1988, pp. 19 e 25.

III
Política (d)e Pacotilha

7) USOS E ABUSOS DA IMPRENSA: PASQUIM E VERRINA S.A.

O lançamento do *Libelo do Povo* deflagrou, como já se expôs antes, o surgimento de inúmeros pasquins –liberais e conservadores– cujos discursos contêm xingamentos às mancheias. A consulta aos exemplares remanescentes permite captar uma ordem circular: eles são indecorosos porque aquilo que se articula como inimigo também incorreu na falta de decoro. Tratava-se de um jogo cuja visada, prevista por receptores e produtores, era a reprodução da ordem na qual estavam inseridos tais escritos²⁰²; em outras palavras, a resposta fazia-se necessária para que o jogo prosseguisse:

“No entanto, serve o pretexto do horror aos insultos, para que a folha do tesouro [*O Brasil*] se esquivе de responder a muitos artigos sérios da imprensa de pequeno formato, simulando que nela não encontra senão injúrias, e difamação; excessos que a decência pública pede que acabem por uma vez, e assim poupa-se a fadigas e derrotas.”²⁰³

Num romance de 1849, o inefável Joaquim Manuel de Macedo encenou tanto a produção desses “artigos sérios” quanto a atuação dos pasquineiros e verrineiros que então abundavam:

“–Sim, respondeu Faustino, fiz-me publicista./ [...] –Tu, Faustino, intrometido na política?/ –Então que mal há nisso?... é um negócio, como muitos outros./ [...] –Então és monarquista constitucional, absolutista, ou republicano?/ [...]–Conforme os dias da semana, Juca./ [...] –Explica-me

²⁰² Essa ordem circular pode ser notada, segundo a historiadora Lúcia Maria Bastos P. Neves, desde os primórdios da imprensa no Brasil independente: “a característica fundamental dessa literatura [jornalística] era a homogeneidade dos princípios e dos mecanismos mentais que a informavam, pois, em sua essência, difundiam uma mesma cultura política, plasmada na tradição de uma ilustração mitigada portuguesa” (“Leitura e Leitores no Brasil, 1820-1822: o Esboço Frustrado de uma Esfera Pública de Poder”. In: *Acervo [Revista do Arquivo Nacional]*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, v. 6, nº. 1-2, janeiro-dezembro/1995, p. 125).

²⁰³ *Correio Mercantil*, 15/06/1849. Apud Mascarenhas, Nelson Lage. *Um Jornalista do Império...*, op. cit., pp. 168-169.

isto./ –Nada mais simples: nas segundas e quintas-feiras publico um jornal furioso no qual fulmino a monarquia, e atiro pelos ares com todos os monarquistas; nas terças e sextas um outro, em que proclamo a necessidade da corda, e a santidade do sistema de governo da Rússia; e finalmente nas quartas e sábados sustento a monarquia constitucional. [...]/ – Mas então o que queres?/ –Dinheiro.”²⁰⁴

Fosse como fosse, o governo manifestou interesse em impedir a circulação de tão aleivosos pasquins, e o *Correio Mercantil* protestou nestes termos:

“Diz-se agora que o governo pretende acabar com todas as folhas de pequeno formato, de um lado e de outro [...] Plano perverso tramado contra a liberdade de imprensa [...] Incomodavam as folhas pequenas, cuja linguagem veemente era a mais própria para despertar o povo, e esclarecê-lo sobre os perigos que corre, e sobre seus verdadeiros interesses.”²⁰⁵

Embora essa providência não tivesse sido necessária –nenhuma das “folhas de pequeno formato” sobreviveu às eleições de cinco de agosto de 1849–, a referência a “despertar o povo” merece algumas considerações, que por seu turno exigem uma breve interpolação: em 1830, na França, Carlos X foi derrubado pela revolução de fevereiro; no ano seguinte, no Brasil, Pedro I se viu constrangido a abdicar do trono. Malgrado tenham sido muito tênues –para não dizer nulas– as relações de causa e efeito entre um e outro evento, a imprensa da Corte não deixou de explorar-lhes o nexu putativo²⁰⁶, podendo-se aliás aduzir que o nexu foi aquilo que a pró-

²⁰⁴ Rosa. São Paulo, Martins, s/d, pp. 37-39. Segundo José Ramos Tinhorão (*Os Romances em Folhetins no Brasil. 1830 à Atualidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1994, p. 54), esse romance, originalmente publicado na revista *Guanabara* de 1849 a 1850, conheceu publicação em livro ainda em 1849, antes do fim da publicação seriada.

²⁰⁵ *Correio Mercantil*, 27/03/1849. Apud Mascarenhas, Nelson Lage. *Um Jornalista...*, cit., pp. 168-169.

²⁰⁶ Cf. Sousa, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988, p. 83; _____. *Fatos e Personagens...*, cit., pp. 222-226; 269-273; Viana, Hélio. *Contribuição...*, cit., pp. 114-115, 147-151, 541-542. Para um resumo dos eventos em França, cf. Fortescue, William. *Revolução e Contra-Revolução na França, 1815-1852*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, pp. 57-90.

pria imprensa engendrou como tal.²⁰⁷

Em 24 de fevereiro de 1848, a bola da vez foi Luís Felipe, sacudido do trono francês por outra revolução. Vários países daquele continente também entrariam em ebulição: “na Europa, o ano de 1848 foi marcado por uma onda de revoluções que começou em Paris [...]. O movimento se espalhou em velocidade [...]: em 24 de fevereiro caiu o governo francês; no dia 2 de março explodiram revoluções no sudoeste alemão; dia 6, a revolta chegava à Bavária; cinco dias depois, a Berlim; em 13 de março, a Viena e à Hungria; dia 18 de março marcou a eclosão das revoltas em Milão, e logo em seguida na Sicília.”²⁰⁸ Semelhantes acontecimentos parecem ter perturbado vivamente Pedro II — pois, mais do que qualquer outra, a classe dominante é efetivamente internacional — e solidária:

“Aqui entre nós, — o Imperador ficou um pouco aterrado [com a ‘abdicção de Luís Felipe e sua fuga para a Inglaterra’]; mandou-nos à casa pedir que lhe mandássemos as folhas e os artigos que iam para o prelo; isto na noite em que chegaram as notícias e ele se achava no teatro. Logo que se lhe mandaram as folhas, retirou-se para dentro do teatro e foi lê-las; dizem que agitado.”²⁰⁹

²⁰⁷ “Pela *Aurora Fluminense*, Evaristo [da Veiga] saudou o ano de 1830 como ‘o da liberdade não já da Europa mas no mundo inteiro’, e cuidou que o que ocorrera na França seria ‘benefício geral para as nações’. E, como Evaristo no seu jornal, outros mais exaltados, numa ativa campanha, exploraram o mesmo tema” (Sousa, Otávio Tarquínio de. *Fatos e Personagens...*, cit., p. 223). Nessa ocasião, os estudantes de São Paulo saíram às ruas e promoveram grandes festas, o que provocou a inevitável repressão, etc. Como já houvesse murmurações contra Pedro I, o evento não deixou de ser instrumentalizado contra seu governo, não obstante as “condições objetivas” em ambos os países serem francamente diferentes. Se não existisse imprensa, obviamente, essa “influência” nem sequer seria notada naquele momento. Tal como a taxinomia zoológica constante da enciclopédia chinesa de Borges, que tanto parece ter divertido Foucault, o espaço em que esses eventos poderiam coexistir talvez fosse apenas o textual.

²⁰⁸ Caldeira, Jorge. *Mauá...*, cit., pp. 193-194.

²⁰⁹ Carta de 14/04/1848, dirigida por Francisco Otaviano a José Carlos de Almeida Arêas, futuro Visconde de Ourém. In: Pinho, Wanderley (org.). *Cartas...*, cit., p. 2. Em seu trabalho sobre Mauá, o pesquisador Jorge Caldeira afirma que “no Brasil, tudo parecia andar na contramão. [...] O jovem rei de 22 anos dominava a cena, altaneiro [...]. Estava seguro como nunca de seu poder. Em vez de recuar, pretendia avançar ainda mais no domínio

A ocasião era propícia, e a coincidência caía como o mel na sopa: depois da destituição de seu gabinete, em setembro de 1848, os liberais não perdiam a oportunidade de forçar esse fantasma a rondar também o Brasil²¹⁰. Na tribuna, seus próceres, enquanto existiram, afetavam amargura ante o que subliminarmente se expunha como ingratidão imperial:

“Quando em 1848 a Europa toda revolta e o mundo todo abalado nos fez temer que o Brasil também sofresse, e que essas idéias desorganizadoras que abalavam o mundo chegassem até nós, entrando para o poder o ministério de 31 de maio de 1848 era a sua intenção restabelecer a autoridade pelos únicos meios por que a autoridade pode ser restabelecida; era a sua intenção satisfazer as necessidades da população na parte em que devessem ser satisfeitas, e[,] reformando a legislação na parte em que era preciso[,] restituir aos povos seus direitos e[,] garantindo a liberdade individual e política dos brasileiros[,] **salvar o país da parte que lhe podia caber na comoção que então era geral e ameaçava todo o mundo, e quem sabe se ainda ameaça**” [n.n.]²¹¹

do País” (*op. cit.*, p. 194). É claro que a questão dos sentimentos íntimos é inescrutável e portanto irrelevante, mas deve-se notar que, de qualquer modo, as alterações efetivadas nos gabinetes ministeriais tinham um olho posto na cena européia, seu referencial explícito, e outro no Brasil.

²¹⁰ A maior parte dessa argumentação derivou, como sóia ocorrer naquele momento, do fartamente citado *Libelo do Povo*. A rigor, contudo, a ameaça podia ser apropriada pelos saquaremas, desde que isso lhes fosse conveniente. É o caso do pedido de renúncia coletiva feito pelo gabinete Olinda em 15/11/1851: “os Ministros de Vossa Majestade Imperial compreenderam o seu pensamento e que Vossa Majestade Imperial tinha resolvido, em Sua Alta Sabedoria, pôr termo a um sistema de reações e concessões que pode, sim, dar temporariamente um aumento de força factícia a um Ministério ou a um partido, mas cuja continuação abismaria por fim o País. E isto quando o mundo está em agitação, na época revolucionária em que vivemos, quando, em vez de irritar, convém acalmar!!!” (documento editado por Hélio Vianna em *Vultos do Império*, cit., p. 151).

²¹¹ Discurso do deputado luzia Bernardo de Souza Franco (que depois protegeria MAA) na sessão de 26/06/1851 (*apud* Pinho, Wanderley. *Cotegipe...*, cit., p. 140). É irresistível aqui fazer um comentário gramatical: note-se que, embora pareça falta de paralelismo, o último trecho está absolutamente correto (a intenção era *satisfazer*, *restituir* e *salvar*; os gerúndios *reformando* e *garantindo* indicam modo; para que isso ficasse claro, foi necessário corrigir a pontuação da fonte, certamente baseada nas notas taquigráficas feitas durante a sessão).

As advertências na imprensa eram quase sempre entrelinhas:

“Tudo se faz pelo povo, nada para o povo./ Ele dá a vida pela liberdade, e morre sem a conseguir./ Cumpre todos os seus deveres, e não goza nenhum direito!/ Será este o seu eterno destino?/ Respondei, Tiranos!/ [...] Depois de tantos serviços, o que se tem feito para o Povo?/ NADA!!!/ É tempo! é tempo que o povo exija dos privilegiados, dos felizes da época, que se iniciem as reformas que lhe devem dar a parte que ele tão gloriosamente conquistou, e tão nobremente merece!”²¹²

“Enfim é fado nosso imitarmos o caranguejo retrógrado. [...] Os saquaremas [...] não se lembram que a *Bastille* foi queimada e que os presos combateram contra seus opressores!”²¹³

“Nosso fim é mostrar ao mundo civilizado que o Brasil vive no meio de um século, oprimido: por ser governado por ambiciosos, não sei se degenerados, mas inimigos da liberdade e do bem comum. Não somos sábios, mas a nossa linguagem há de ser clara [...]”²¹⁴

“[...] o ministério atual [é] uma nuvem negra, que pairando perpendicular sobre a nau do estado, o cobre de tristezas, e desperta sérias precauções para evitar a tormenta que vem carregada!”²¹⁵

“Em uma época tão arriscada, como a atual, quando o governo sem o menor disfarce, antes com todo o cinismo se afana por destruir o sagrado Paládio das liberdades públicas; em uma época tão perigosa, quando o governo, rebelde contra os interesses nacionais, rebelde contra a marcha progressiva da natureza, e o movimento do século, rebelde enfim contra a constituição, contra o País e até contra o próprio Monarca se esforça por estabelecer o regime absoluto no livre solo Americano; sim, em uma tão crítica época, devem todos os amigos sinceros da monarquia constitucional-representativa chegar a um ponto, a um acordo para que todos reunidos possam dar mate nessa influência retrógrada, que ameaça sobre o Brasil entornar uma imensa nuvem de desgraças, que entre as espessas

²¹² Jornal *O Povo* (“jornal somente para o povo”). Rio de Janeiro, nº1, 17/02/1849, p. 1.

²¹³ Jornal *O Noticiador*. Rio de Janeiro, nº 1, 16/09/1849, p. 1. Como diz Robert Darnton, a Bastilha estava praticamente vazia em 1789. Mas é bem possível que o fato fosse ignorado pelo redator desse jornal — o que valia era a legenda.

²¹⁴ Jornal *Mutuca nas Galerias da Câmara Baixa*. Rio de Janeiro, nº 1, 08/03/1850, p. 1.

²¹⁵ Jornal *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 03/01/1851, p. 1.

cortinas do futuro, já divisamos pairar sobre o horizonte político de nossa Pátria.”²¹⁶

“Todos os espíritos eminentes que têm estudado a marcha da civilização têm reconhecido épocas mais ou menos permanentes, perfeitamente caracterizadas./ Grandes acontecimentos, espantosas revoluções as denunciam./ [...] É um erro, a nosso ver, grave, tomar como isolados os extraordinários acontecimentos de 1848./ Eles marcam uma época, e devem ser contados na série dos esforços do homem para o seu gradual desenvolvimento e da sociedade em que vive.”²¹⁷

Esse estilo sentencioso não excluía, antes pressupondo-as subliminarmente, as verrinas mais apimentadas e obscenas – que ocorriam, mas não eram tão habituais quanto quer fazer crer certa historiografia moralizante. É necessário esclarecer que na Corte do Rio de Janeiro –ao menos no período de 1849 a 1853–essa espécie de panfleto assumiu limitados matizes: anti-imperial, mas moderado, foi apenas o *Libelo do Povo*; os pasquins que vieram em seu rastro e encalço restringiam-se às admoestações, reservando as injúrias mais grossas para os figurões políticos e seus sequazes jornalísticos.²¹⁸ “Um jornal, no Rio, estampava que um ministro levava sua esposa para o leito imperial; outro, em Pernambuco, anunciava em leilão as filhas [...] de um presidente de província, indicando no anúncio as qualidades que tinham e para que deveriam servir; a [...] Chichorro [da Gama] chamariam ladrão e a outro presidente de província acusavam de incestuoso com a [...] filha”.²¹⁹ Com a já mencionada meta de encenar a moralidade e seus efeitos, o *Jornal de Timon* copiava os xingamentos produzidos num pasquim denominado *O Ferrão*:

“O senhor doutor Afrânio dá um doce a quem lhe apresentar documento

²¹⁶ *Jornal Opinião Nacional*. Rio de Janeiro, 25/09/1851, p. 1.

²¹⁷ *Jornal Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, artigo “O Ano de 1851”, de 1º/01/1852, p. 1.

²¹⁸ Quanto a isso, seria apropriado esclarecer que a Corte e as províncias estavam em constante processo de interação, tornando-se pois impossível determinar onde tais modelos eram inventados. Muitos periódicos da Corte eram fundados por letrados provenientes das províncias.

²¹⁹ Pinho, Wanderley. *Cotegipe...*, cit., p. 247.

autêntico que prove o grau de parentesco em que ele se acha para com uma negra que foi escrava do avô do senhor coronel Pantaleão. Sua senhoria está requerendo uma comenda, e por isso cuida de coligir seus títulos de nobreza./ Pergunta-se ao senhor Fagundes, por que razão se desmanchou o casamento de sua querida mana Sabiá com o doutor Azambuja? Seria por causa dos fantasmas que faziam aparições no telhado? Sua senhoria ignora o “*fundamento da coisa!*” (JT, p. 175)

Era a incorporação de um modelo que a experiência histórica internacional decerto já fornecera aos escritores brasileiros: o dos libelos difamatórios, muito correntes nos apelos sediciosos feitos em França antes da primeira Revolução, e que, de acordo com Darnton, contribuíram para solapar “a legitimidade do rei, dos ministros, da nobreza, da Igreja e de tudo o que [era] elevado na França da época”²²⁰. Ainda que mitigada, sua apropriação no Brasil evidencia, entre outras coisas, a teatralização de padrões mentais típicos do Antigo Regime, para dizer o mínimo.²²¹

Tais escritos evocam sempre o “povo”, mas rara vez chegam a ser efetivamente sediciosos, bastando-lhes o moralismo e as petições de princípio, pontilhados por uma que outra provocação irônica:

“O POVO DO RIO DE JANEIRO AO POVO DAS PROVÍNCIAS/ Provincianos!
Na união do Rio de Janeiro com todas as províncias está a força e a vida política do império de Santa Cruz! Dessa união depende também o triunfo completo da Soberania Nacional./ A união tem feito a força dos governos despóticos contra os Povos./ A união fará também a força dos Povos contra os governos despóticos!/ Provincianos! união! e o futuro será nosso!/ União! porque só a ela deve o Brasil a gloriosa revolução de

²²⁰ Darnton, Robert. *Edição e Sedição*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, p. 193. A tradição dos panfletos é sabidamente bem antiga, tendo-se estendido também pelo século XIX a fora. Mas o século XVIII pode ser considerado uma espécie de “núcleo”, que no Brasil dispunha de grande visibilidade. Seria igualmente útil conferir o artigo de Baecque, Antoine de. “Panfletos: Libelo e Mitologia Política”. In: Darnton, Robert & Roche, Daniel (org.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo, Edusp, 1997.

²²¹ Compare-se a notável semelhança dessas tópicas com as da sátira praticada no século XVII no Brasil. Cf. Hansen, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho. Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

sua Independência!/ Essa revolução ainda não está consumada! *o carro da revolução ainda continua a rodar*, são as palavras de um digno filho do Povo!/ [...] Provincianos! o Povo não vos aconselha nem à desordem, nem à guerra civil!”²²²

“[...] o povo moraliza-se pela difusão das Luzes, pela multiplicidade dos focos de educação moral e religiosa, pela direção industriosa e honesta que lhe imprimem os governos [...].”²²³

“O que pedimos é que não poupem o povo, porque assim a explosão será mais breve, e nos purgará de todo mal para sempre.”²²⁴

Em certo sentido, também se apropriam da “técnica francesa”²²⁵ de, simulando contestar uma difamação, reforçá-la:

“[...] Sua Ex^a. [Caxias], que em toda parte passa por um general gamenho, mas sem estudos, sem prática, sem saber e sem gosto, nunca fez mais do que assistir a tantos *Te Deum*, tantos, que por força seu nome é idéia associada de *Te Deum*. Dizia um carreiro que V. Ex^a. não tinha bravura! ah!, não faça caso, é dito de um carreiro que o viu desmaiar em Minas.”²²⁶

A caracterização dos saquaremas pelas penas luzias era sempre de molde a causar o efeito da “desmoralização”:

²²² Jornal *O Povo*, cit., p. 1. A frase em itálico, atribuída a “um digno filho do Povo”, é do *Libelo do Povo*. Por coincidência, os redatores do *Libelo* e do jornal eram a mesma pessoa: Francisco de Salles Torres Homem.

²²³ Jornal *O Grito Nacional*. Rio de Janeiro, 05/12/1849, p. 3. Entre os jornais luzias que tiveram vida relativamente longa, esse era o mais “radical” – pelo menos até 1855, quando sua opinião, por motivos fáceis de adivinhar, se modificou.

²²⁴ Jornal *O Noticiador* nº. 23. Rio de Janeiro, 14/10/1849, p. 1.

²²⁵ O historiador norte-americano Robert Darnton estudou o assunto em *Boêmia Literária e Revolução*, cit., e *Edição e Sedição*. cit.

²²⁶ Cocles, Horácio. “Quadro dos Lobões Saquaremas. O Sr. Conde de Caxias”. In: jornal *O Noticiador*. Rio de Janeiro, nº. 1, 16/09/1849, p. 1. Comentando as *Anecdotes sur Mme. la Comtesse Du Barry*, do libelista Mathieu-François Pidansat Mairobert, Robert Darnton escreve: “que o leitor deixe de dar ouvidos às más línguas: mme. Du Barry não passou toda a juventude num bordel, assegura o autor. Ela ficou apenas o tempo necessário ao aperfeiçoamento de sua educação.” Du Barry era amante do rei Luís xv (*Edição e Sedição*, cit., p. 180). A covardia está para o militar assim como o despudor está para a mulher: ambos caracterizam a falta de honra.

“O Sr. Honório [Hermeto Carneiro Leão] tem a fisionomia repulsiva de um Farricoco e tem, como este, pústulas, sarampão, petéquias e bexigas. Acrescentai que ele é lampinho ou tem barbas de castrado, e aí tendes o nosso homem, que é um pigmeu.”²²⁷

“O Sr. [Bernardo Pereira de] Vasconcelos tem uma dessas fisionomias que fazem rir um observador penetrante, porque se assemelham muito com a de um hipócrita, e fazem chorar os tolos, que virem seus olhinhos encovados, lânguidos e cercados de rugas, que lhe dão a aparência de um confessor de freiras inquietas, beatas, mas velhas.”²²⁸

A **falta de luzes** do adversário era insistentemente posta em relevo – a fim de “fazer reverter sobre os Srs. Saquaremas o labéu de *ignorantes* que estes presumidos lançaram sobre os liberais” –, atestando-se que o embate envolvia uma reivindicação de competência intelectual:

“V. Ex. [Caxias] tem por certo a fisionomia a mais anti-científica que é possível./ Se nos voltarmos para a história, a filosofia, a literatura enfim, afirmo, sem receio de errar, que S. Ex.^a. [Honório Hermeto] vai para a posição que ocupava a letra *tháu* no alfabeto hebraico./ Foi pois o bom moço [o visconde de Macaé] chamado para a administração suprema do Estado, e nunca soube nem sequer escrever um ofício./ [O visconde de Monte Alegre] é testudo como um homem sem idéias [...]. Ele tem instinto, não tem inteligência, e é tão baldo dos mais simples conhecimentos e noções administrativas que nem o Grão Negus, imperador da Abissínia, nem o rei Micoco-Sala o quereriam para rei d’armas, arauto-passavante, quanto mais para ministro.”²²⁹

²²⁷ Cocles, Horácio. “Quadro...”, cit., nº. 7, 22/09/1849, p. 2.

²²⁸ Idem, nº. 9, 25/09/1849, p. 1.

²²⁹ Idem, nºs. 1 (16/09/1849, p. 1); nº 7 (22/09/1849, p. 2); nº 16 (03/10/1849, p. 3); e nº 23 (14/10/ 1849, pp. 1-2). É razoável notar que o “Quadro dos Lobões Saquaremas” parece ser apropriação de um panfleto anônimo de 1847, denominado *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica* e hoje atribuído ao jornalista e político saquarema Firmino Rodrigues da Silva. Nesse panfleto – que Wilson Martins considera “Os Caracteres da política brasileira, constando de vigorosos ‘retratos’ dos seus adversários” – os líderes luzias, então no Poder, são ridicularizados de forma semelhante à do “Quadro...”. Cf. Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Edusp/Cultrix, 1977, v. II, pp. 363-364.

A causa luzia, contudo, foi “arrefecendo” à medida que os saquaremas logravam vitórias indiscutíveis: o esmagamento da Praieira pernambucana, já em 1849, e o total desbarato da oposição nas eleições de dezembro de 1852 –cujo processo se iniciara no final de outubro de 1852²³⁰–, quando nenhum deputado liberal conseguiu eleger-se. Nesse período, pode-se afirmar que os saquaremas dominaram com mão-de-ferro. O conjunto desses eventos provocou um “reposicionamento discursivo” de alguns setores luzias, evidentemente os mais capazes de negociar: como se dizia na época, fazia-se de tudo a fim de abocanhar uma fatia do “pão-de-ló”.

Já em 1851, um “trânsfuga” da causa luzia pudera expressar-se nos seguintes termos:

“Os que comprazem em ver escândalos, os que até consideram o insulto, a irrisão cínica, a calúnia e a difamação, estes ídolos do nosso jornalismo político, como instrumento de nível da nobreza contra a democracia, ou desta contra aquela, estes devem estar satisfeitíssimos com o que por aí vamos presenciando. O homem degenerado, notável por seus escândalos e torpezas, e às vezes também por sua crassa ignorância, tem um rendoso meio de vida publicando um papelucho em que especule com a calúnia e a depravação, em que dê larga expansão à sua perversidade e gangrena moral, e sirva de instrumento a todas as paixões violentas ou desonestas. E quanto mais abjeto é esse arauto da infâmia, da destruição moral da sociedade, tanto maior é a sua audácia, mais furiosa a sua difamação. Suas faces estanhadas já não coram, suas pústulas estão patentes, o catálogo de suas abjeções está completo e é de todos conhecido. [...] Toco hoje nesse cancro que vai solapando aceleradamente nossa moralidade e convertendo a imprensa num instrumento funesto contra a moralidade e a civilização no país.”²³¹

²³⁰ Antes das eleições para a Câmara, fazia-se a “eleição dos eleitores”, num processo duplamente seletivo. Cf. as edições do *Correio Mercantil* de outubro, novembro e dezembro de 1852.

²³¹ “Carta ao Amigo Ausente. 38ª. Carta”. In: *Jornal do Comércio*, 24/08/1851. *Apud op. cit.*, p. 228-229.

O autor dessas linhas é com certeza José Maria da Silva Paranhos, futuro visconde de Rio Branco. Mas tanta afetação de seriedade e compostura não elimina o fato de que ele próprio fora redator, em 1849, d'*O Marimbondo*, cujo frontispício rezava: “Este bichinho/ Dá ferroadada/ Nos saquaremas,/ Na galegada”. Esse minúsculo pasquim “continha em tão pouco espaço maldade às toneladas. E desandou mesmo a meter o ferrão no Partido Conservador e em seus chefes [...]: ‘Enganai-vos, miseráveis; não vos tememos, conhecemos bem a vossa cobardia: sabemos que somente sois fortes com o apoio dos galegos e quando dispondes dos canhões e baionetas fraticidas... Eia, fazei uso delas, inundai de sangue estas ruas; nós vos emprazamos para o dia da vingança nacional...’”²³²

Essa espécie de linguagem era vista como destabocada, e o fato de que seu autor seja o mesmo que depois a increparia apenas indica que as determinações de sua posição discursiva eram outras. Em 1851, para muitos, a moderação era a única via para a distinção: o modo de entabular arranjos tinha-se modificado. Ainda que isso saiba a mera banalidade, faz-se necessário dizê-lo em virtude de certa hermenêutica piedosa que enxerga “verdades” e “equilíbrios” trans-históricos²³³: imposição ditada

²³² Mascarenhas, Nelson Lage. *Um Jornalista do Império...*, cit., p. 159. Cita-se *O Marimbondo* de 25/02/1849. Esse pasquim, do qual circularam doze números de 02/02 a 04/05/1849, tinha o subtítulo de “jornal político joco-sério”. Além de Paranhos, tinha Luiz José Murinelly como redator. Cf. *Anais...*, cit., p. 81.

²³³ Valha como exemplo, pelo que nela se lê hoje como transparência, a análise de Euclides da Cunha (“Esboço de História Política. Da Independência à República”, in: *À Margem da História*. São Paulo, Lello Brasileira, 1967, pp. 169-241, esp. 216-221), que, direta ou indiretamente, é sempre retomada pelos historiadores que estudam o período. Escrito em 1899, o texto de Euclides faz, entre outras, as seguintes afirmações: “Mas o que dá ao Marquês de Paraná a linha superior de um estadista, é ter compreendido que na nossa *gens* complexa, sem tradições profundas, e democrática apenas pela carência de uma seleção histórica, a existência dos partidos era por sua natureza efêmera, adscritos ao malogro ou ao sucesso das necessidades de ocasião que representavam. A política nacional da época tinha que se adaptar às exigências de momento e a todas as combinações concretas, a todas as surpresas de uma pátria em formação acelerada; e partiria as molas de um partido moldado em fórmulas prefixas./ A conciliação dos partidos, gastos no atrito de suas próprias lutas, era lógica” (p. 218). De fato, muito lógica, mas não no sentido construído por Euclides, que aliás deveria saber das coisas, quando menos por ainda ter

por rearranjos no jogo do poder, essa “moderação” não hesitaria em travestir-se de “radicalismo”, “despotismo”, “jacobinismo”, ou o que lhe fosse necessário, enfim. De passagem, lembre-se que a carreira política de José Maria da Silva Paranhos – ou, mais vulgarmente, “Maria Patranha”, segundo o espirituoso repúblico Borges da Fonseca – começou justamente nesse período, como se demonstrou anteriormente.

Seja como for, a causa luzia – aqui considerada como o conjunto dos discursos que a caracterizavam enquanto tal – conheceu defecções e redimensionamentos. É adequado esclarecer que, no âmbito deste trabalho, não importam as referências, já banalizadas, sobre a perfeita igualdade entre luzias e saquaremas²³⁴, pois, no limite, havia um modo de dizer que os distinguiu: os saquaremas articulavam seus discursos com a “ordem”, enquanto que os luzias centravam-se na “liberdade”, cabendo acentuar que nem uma nem outra eram negadas por qualquer um dos grupos. Nominalmente, o *Correio Mercantil* continuaria sendo órgão vinculado ao Partido Liberal, mas sua argumentação iria sofrer uma “recalibragem”, como, de resto, a de grande parte dos que então eram denominados “luzias”. Seria mais adequado explicitar ao máximo as boas intenções, mais realistas que as do rei, como as seguintes palavras, publicadas no calor da derrota iminente:

“Quando em França se formou a grande oposição contra o ministério de Carlos X, disseram ao rei que os oposicionistas conspiravam contra a monarquia./ Quando o fiel e cavalheiroso LEGITIMISTA Chateaubriand, por amor do soberano e da monarquia, se ligou à oposição e e pediu com ela a demissão dos ministros, disseram ao rei que seu dedicado súdito havia traído princípios e deveres, e se tornara republicano e revolucionário./ O rei abdicou. A oposição triunfou. Proclamou ela a república? Não; CONTINUOU A SUSTENTAR A MONARQUIA./ Quando de 1822 a 1831 a oposição

alcançado, vivas, pessoas que participaram daquele processo.

²³⁴ “A ausência de sentido ideológico nos partidos brasileiros [...] levou o nosso Visconde de Albuquerque a dizer que ‘não havia nada mais parecido com um Luzia do que um Saquarema’ [...]” (Quintas, Amaro. *O Padre Lopes Gama. Um Analista Político do Século Passado*. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1975, pp. 72-73).

combatia os ministros de D. Pedro I, estes disseram ao imperador que os opositoristas queriam a república e a revolução./ O imperador abdicou; a oposição triunfou; proclamou-se a república? Não, a monarquia continuou a existir./ Eis-aí a história; apliquêmo-la ao presente./ J.M.A.”²³⁵

²³⁵ *Correio Mercantil*, 09/11/1852, p. 1, artigo “Quem É Mais Monarquista, a Oposição ou a Oligarquia?”, dentro da “PARTE POLÍTICA”. As iniciais pertencem ao político e escritor José Maria do Amaral. Àquela altura, mesmo tais insinuações pareciam uma bravata, pois os liberais foram arrasados nas eleições daquele ano. Sublinhe-se, porém, que era habitual –mesmo quando se usava linguagem violenta– fazer declarações de fidelidade à monarquia.

8) O NÃO-SUPLEMENTO E SEU ESCRITÓRIO: EPIGRAMAS E ALGO MAIS

Órgão nascido em 1848²³⁶, o *Correio Mercantil* coadjuvara o furor pasquineiro do final da década, embora fosse, do ponto de vista financeiro, muito mais sólido que os demais periódicos: mesmo depois da instalação do gabinete saquarema de 29 de setembro de 1848, continuou publicando os atos oficiais do governo.²³⁷ Seu sócio-proprietário era o baiano Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, veterano da época da Independência. Como os demais órgãos liberais, encenava tanto o “nacionalismo” –e portanto o jacobinismo ou anti-lusitanismo– quanto a defesa da “ilustração”, o que equivale a dizer que se inculcava de anti-escravista e anti-despótico: tanto escravidão quanto despotismo manchariam o País, subtraindo-o ao concerto das nações civilizadas e depositando-o no limbo das nações sem concerto.

Como se tratasse do único jornal “oposicionista” de grande formato e solidez financeira, a linguagem do *Correio Mercantil* sofria oscilações porventura derivadas dessa condição por assim dizer ambígua. Em 1851, justamente quando a mina dos atos oficiais começava a dar sinais de exaustão, nascia a sua muito citada Pacotilha²³⁸: foi a nove de fevereiro,

²³⁶ “Este jornal teve propriamente sua gênese no *Farol Constitucional* de 1842, o qual foi sucedido pelo *Farol* em 1843. Ao *Farol* sucedeu em 1844 o *Mercantil*, que durou até 1847; e ao *Mercantil* sucedeu em 1848 o *Correio Mercantil*” (Fonseca, Gondim da. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Rio de Janeiro, Quaresma, 1941, p. 312). De acordo com os *Anais da Biblioteca Nacional* (op. cit., pp. 35, 83 e 90), não houve qualquer solução de continuidade entre esses jornais. Já circulara, entre 1830 e 1836, um virulento pasquim com a mesma denominação. É oportuno observar que, em seus últimos anos –ele durou até 1868–, o *Correio Mercantil* tornou-se declaradamente órgão do Partido Conservador, com Firmino Rodrigues Silva à testa da redação.

²³⁷ Passou a publicá-los com a seguinte ressalva: “O *Correio Mercantil* publica os atos oficiais mas não é oficial”. Cabe frisar –detalhe importantíssimo– que o espaço ocupado por esses atos diminuiu consideravelmente, quase desaparecendo em 1851. Cf. a coleção do periódico na Biblioteca Nacional.

²³⁸ À diferença do que se costuma pensar, a “Pacotilha” não era exatamente um suplemento do *Correio Mercantil* –ao menos não na mesma medida em que, por exemplo, o

domingo/segunda-feira, com a seguinte declaração:

“Arranjar a pacotilha periodicamente, remetê-la por este jornal para a Corte e as províncias, a fim de publicar o que possa ser publicado, além do que já tenha sido, acompanhando o que dissermos das precisas observações e análises, tal é a principal base do meu programa. Sabem todos que **uma pacotilha compreende mercadorias de diferente gênero e natureza**, e assim fica entendido que variados assuntos terão de cair debaixo dos bicos de pena do escritor que ora submetto pede vênica de se arrojar às alturas, se bem já por outros devassadas.”²³⁹ (n.n.)

Quem assina essas linhas é “O Carijó”, redator-em-chefe da Pacotilha. Vista em retrospectiva, uma tal assinatura pode parecer mera gratuidade, mas vai mais além: a alusão a esse grupo indígena já fora, no decênio de trinta do século XIX, o título de um “jornal político e literário” caramuru controlado pelos irmãos Andrada. Aludir a pertinência a um grupo indígena era uma das formas possíveis de encenar o nacionalismo

“Folhetim” era um suplemento da *Folha de São Paulo* aos domingos–; na realidade, ela era o próprio jornal aos domingos, e mais tarde às segundas. Ou, como diz Cecília de Lara, “a ‘Pacotilha’ era uma espécie de miniatura de jornal dentro do outro jornal maior, o **Correio Mercantil**” (in “Memórias...”, cit., p. 64). Note-se que o jornal luzia *O Restaurador*, de Niterói, também tinha a sua “Pacotilha Niteroiense”, conforme anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1º./01/1853. Tal periódico, contudo, não consta do acervo da Biblioteca Nacional. Houve ainda, em 1858, um jornal denominado *A Pacotilha do Comércio*, redigida pelo “Dr. Macambusio Conegundes de Maranha Fosforraz”, e em 1866 um outro denominado *A Pacotilha do Tio Ignácio das Mercês*. Ambos eram humorísticos e tiveram vida curta (cf. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 85, Rio de Janeiro, 1965, p. 94).

²³⁹ “Pacotilha” nº 1, domingo, 16, e segunda-feira, 17 de fevereiro de 1851, p. 1. A partir daqui, para maior economia, os dados sobre a Pacotilha (número, página, etc.) serão indicados no próprio corpo do texto. Lembre-se que a metáfora do jornal enquanto “armazém” era usual: o *Belchior Político*, jornal luzia “joco-sério”, apresentou-se como “[...] armazém provido do necessário para cômodo do público, e tendo muitas fazendas, que desejamos vender por todo e qualquer preço [...]” (nº. 1, 06/07/1844, p. 1). Citando a edição de 1813 do dicionário de Moraes, Cecília de Lara informa que a palavra pacotilha é assim definida: “quantidade pequena de fazendas que é permitido ao marinheiro embarcar no navio, por sua conta. A porção de gêneros que o passageiro pode levar consigo ao navio” (“Memórias...”, cit., p. 64).

na época²⁴⁰; quanto à referência aos Andrada –já então entificados como “heróis da Independência”²⁴¹–, embora também fosse um índice do mesmo gênero, podia equivaler a uma ressalva: regressista –ou seja, defensor da volta de Pedro I–, *O Carijó* pretendia “com a ingenuidade e franqueza de um Carijó combater rijo a trêfega anarquia, e seus propagadores.”²⁴² É apropriado ressaltar que a lembrança do regressismo podia não ser uma provocação muito ostensiva aos saquaremas ou ao imperador; quanto a esse último, tratava-se de uma referência a um jornal que defendera a volta de seu augusto pai, por quem ele deveria obrigatoriamente encenar afeto. Pode-se ainda especular que “O Carijó” da Pacotilha seria o próprio dono do *CM*, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, ou alguma pessoa por ele industriada, muito embora essa “autoria” tenha uma bem escassa importância: o texto do jornal era redigido por uma equipe de pessoas letradas, capazes de produzir dicções presumivelmente convenientes para o efeito almejado; mesmo os textos que se apresentavam como “exteriores” ao jornal (foi este o caso das *MSM*) não passavam de um desdobramento retórico da voz que o narrava. Em semelhantes condições,

²⁴⁰ Cf. Vianna, Hélio. “Antroponímia Patriótica da Independência (1822/1824)”. In: *Vultos...*, cit., pp. 1-5.

²⁴¹ A imagem, como notam os historiadores, sofreu oscilações, mas, na época aqui estudada, já se consolidara, ao menos do ponto-de-vista oficial, a imagem do “patriarcado”. Sobre o tema, confira-se: Costa, Emília Viotti da. “José Bonifácio: Homem e Mito”. In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986, pp. 102-159.

²⁴² *O Carijó*, “jornal político e literário”. Rio de Janeiro, 10/01/1832, p. 1. Em 1851, como ninguém deve ignorar, o IHGB promovia, por intermédio de Francisco Adolfo de Varnhagen, uma edição do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa. Tal publicação disseminava um modo efetivo de conhecer os indígenas; ali, o grupo carijó é descrito como “doméstico, pouco belicoso, de boa razão; segundo seus costumes, não come carne humana, nem mata homens brancos [...] tem mais muitas gentilidades, manhas e costumes”. Cf. Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro/São Paulo, INL/Nacional, 1987, p. 119 (cujo texto reproduz o da supracitada edição de 1851). O *Carijó* da Pacotilha também costumava figurar-se “simples como um caboclo”, recebendo às vezes correspondências de seu primo “Tupinambá”, figurado como mais rústico ainda.

não se desconheciam os sentidos legíveis no pseudônimo “O Carijó”.

A disposição gráfica da Pacotilha era basicamente a mesma do *CM*: desde seu nascimento até trinta de junho de 1853, ela era composta de cinco colunas maciçamente recheadas de texto em corpo oito. Não se vê nenhum indício da atual técnica de, conforme o jargão dos diagramadores e artistas gráficos modernos, “arejar” as páginas deixando alguns espaços em branco; mesmo a utilização de ilustrações era bastante parcimoniosa, devido às dificuldades de impressão. A partir de primeiro de julho de 1853 até sua extinção, em trinta de junho de 1854, a Pacotilha sofreu as mesmas modificações operadas no jornal como um todo, passando de cinco para seis colunas e ganhando um visual mais “*clean*”, mas só porque haviam sido compradas novas caixas de linotipos na Europa: as velhas, muito desgastadas pelo uso, quase chegavam a sugerir, nalguns trechos, um vasto borrão – sobretudo quando se sucediam muitas letras quebradas. A diagramação propriamente dita, contudo, continuou tão pesada quanto antes: um autêntico “tijolão”, como se diz hoje. Aos domingos (ou segundas), quando era publicada, mantinha-se no cabeçalho, em rotundos caracteres, o logotipo **CORREIO MERCANTIL**, acima do expediente, e logo na primeira coluna de texto surgia o nome “Pacotilha”, seguido por uma espécie de introdução na qual se dava o resumo dos assuntos abordados. Para o leitor deste final de século XX, habituado a diagramações que se propõem o tempo todo como arrojadas, inovadoras e fundamentais para a estratégia de *marketing*, a leitura do *CM* e de sua Pacotilha pode sugerir uma mixórdia, um caos ao qual nem a conjugação dos esforços de um batalhão de *designers* gráficos dirigidos por Hans Donner e Elifas Andreatto conseguiria dar uma aparência menos informe. Para supremo desdém dos modernos cultores da limpeza gráfica, os textos se sucediam, como já foi enfatizado, num alucinante ritmo de cambulhada, com raríssimas marcas de separação gráfica; desconheciam-se (ou não se usavam) manchetes, e raramente se davam títulos às matérias; nem sequer existi-

am reportagens propriamente ditas²⁴³. E era rara a edição da Pacotilha

²⁴³ Como afirma Pierre Bourdieu, “o campo jornalístico constituiu-se como tal, no século 19, ao redor da oposição entre os jornais que ofereciam, sobretudo ‘notícias’ de referência ‘sensacionais’, ou melhor, ou melhor, ‘de sensação’, e os jornais que propunham análises e ‘comentários’, aplicados em marcar sua distinção com referência aos primeiros, afirmando, altivamente, os valores da ‘objetividade’” (in “O Império do Jornalismo”, artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, 09/03/1997, caderno 5, pp. 12-13). Sem chegar ao nível da análise de Bourdieu, que obviamente tem a França como referencial, no Brasil essa divisão ocorreu: os jornais que pretendiam marcar sua distinção, entre eles o *CM*, propunham-se como “doutrinários”, “moralizantes”, “políticos”, “instrutivos” etc. Leia-se o que afirma a *Gazeta Universal*, “instrutiva, política e comercial (folha dos interesses morais e materiais do Brasil)”, no “PROSPECTO” de seu primeiro número, de 28/04/1844: “De duas sós [sic] espécies distintas são esses impressos que entre nós se editam, e se atiram à ligeira leitura cotidiana de nossos concidadãos: e são os diários comerciais, e os periódicos intermitentes e políticos. Porquanto as folhas instrutivas e de recreio mal aí se estreiam; e vingam sempre mal e pobrememente./ Os diários comerciais e totalmente comerciantes e de especulação, patrimônios de indivíduos sem amor das letras e sem amor do público; quase que por si não querem deixar, nem passam de *merca-dejar* a bom custo, com o estirado cartaz de anúncios, com tais encomendas de alguns particulares, com as milhares de sensaborias e nonadas de que vêm pejados [...] certo mais cumpridamente, podíamos agora entender com as folhas políticas e nacionais; se com todas nos puséssemos a liquidar contas. — Não o faremos: nem é esse o nosso fito./ — Respeitamos os ilustres e faustos escritores públicos que contemporâneos têm passado e existem; respeitamo-los em méritos, em partes e serviços que lhes não negaremos. E os acusaremos forçadamente, não tanto do que têm deixado de fazer, mas do mal e do muito mal que têm feito./ Acusâmo-los de levarem posto todo o empenho em só afetarem os ânimos a seu grado, e em captá-los a seu alvitre, para o querer e saber das parcialidades cujos órgãos são: acusâmo-los de lhes terem para isso falado sempre na linguagem adequada das paixões próprias; acusâmo-los enfim de os terem não ensinado, nem persuadido; mas tão somente movido de improviso, e não raro alvoroçado deliberadamente” (p. 1). A *Gazeta Universal*, como se viu, pretendia colocar-se acima das divisões: os jornais meramente comerciais –talvez a única modalidade de “noticiário” que o lugar comportava– e os jornais políticos, que não cumpriram direito sua missão. Apesar disso, o jornalismo político é visivelmente mais valorizado. A partir de 1841, começaram também a circular, sob o título de *Pensamentos Sobre a Liberdade de Imprensa*, as *Cartas de Abdir a Irzerumo*, supostamente escritas pelo padre Souza Caldas, no Rio de Janeiro, entre 1812 e 1813. Evidencia-se, nesses textos (claramente inspirados nas *Cartas Persas*, de Montesquieu), uma concepção doutrinária e moralizante da imprensa: “Não há hipótese alguma em que o Ateísmo haja de assentar-se como base da moral, e em que se possa julgar, que os homens não tendo recompensa, nem castigos, que esperar depois da morte, hajam de ser melhores, do que seriam se aos motivos temporais se juntasse mais esta sanção, que apadrinha a virtude, e persegue a maldade. Deve portanto restringir-se nestes

que não trouxesse pelo menos duas poesias, em sua maioria satírico-humorísticas, assinadas por pseudônimos como “Poeta Niteroiense”, “Poeta dos Farellos” etc. Tanto o jornal quanto o suposto “suplemento” tinham quatro páginas, sendo na última, invariavelmente dedicada aos anúncios, que se pode vislumbrar maior cuidado com a, diga-se assim, produção gráfica. Como os anúncios eram feitos na forma de clichê, havia maior facilidade em introduzir-lhes ilustrações.²⁴⁴

A Pacotilha nascera defendendo, de uma forma em geral ponderada, o fim do tráfico de escravos –e a ação britânica nesse sentido²⁴⁵–, bem

artigos a liberdade de imprensa, e punir-se com a deportação, e exclusão do corpo social aquele homem que assim mostrasse ser insociável, incapaz de amar as leis da justiça, e de imolar quando fosse mister a vida aos seus deveres. Em toda outra matéria eu consentiria limpa, e plena de liberdade, consentiria que o espírito dos escritores se debatesse, e esvoaçasse a seu bom grado, porque tal é a índole do entendimento, quando se acanha e apouca, quando o sopeiam, e enfreiam com restrições, e embargos, que não são a toda luz absolutamente necessários. Com este acanhamento sofrem as artes, e as ciências, e sofre o progresso da verdade. Embora se diga que a liberdade da imprensa desfigura, e escurece, e cobre muitas vezes de negras sombras a verdade; não tarda em aparecer que a tire novamente à luz, e apresente com mais lustre o seu semblante majestoso e belo. É assim que às vezes alguma grei despercebida perece afogada nas águas de rios que na enchente se espriam, e inundam terrenos sem isso estéreis, e que ali depositam nateiro fecundo, donde não tarda em brotar pingue, e copioso sustento para grossos e multiplicados armentios, e para toda espécie de vivente: é assim que às vezes algum edifício mal seguro se desmorona e cai ao sopro impetuoso de ventos, que se enfurecem, e na sua braveza restituem a salubridade à atmosfera, e impedem que as águas estagnadas a não envenenem com pestíferos vapores” (*apud Revista do Livro* n.º. 25, Rio de Janeiro, INL, 03/1964, pp. 199-200). Para a imprensa iluminista, cf. Burke, Maria Lúcia Garcia Pallares. “*The Spectator: o Teatro das Luzes*”. São Paulo, FEUSP, 1986 (Tese de Doutorado). Cf. também a carta dirigida por um letrado não identificado a Nabuco de Araújo, transcrita no segundo capítulo deste trabalho.

²⁴⁴ Confirmam-se, nos anexos desta tese, alguns modelos do CM e da Pacotilha.

²⁴⁵ Segundo José Murillo de Carvalho, “o jornal da oposição liberal, *Correio Mercantil*, sintomaticamente subsidiado pela legação britânica, exaltou a ação da Inglaterra [no combate ao tráfico de escravos]” (*Teatro de Sombras: a Política Imperial*. São Paulo, Vértice, 1988, p. 56). Embora o autor não revele donde extraiu a informação, que talvez esteja correta, é possível que a tenha encontrado nos jornais governistas da época. Por exemplo, o jornal *O Guasca na Corte* (“periódico jocoso, político e imparcial”), na página 4 de 05/06/1851, faz, numa crítica à “Pacotilha”, insinuações presunçosamente humorísticas a respeito da alegada participação britânica no *Correio Mercantil*. Cf. logo adiante.

como a importação de mão-de-obra branca (mas não portuguesa) para substituir a negra. Eis uma amostra de como isso era levado a cabo:

“a questão [da defesa do fim do tráfico] não comporta ofensa de nacionalidade, porque, a ser assim, as opiniões se fundiriam em uma só, os Brasileiros se levantariam como um só homem; pois é na hora das grandes necessidades de um país que se comunica instantâneo como a eletricidade de uma ponte a outra da longa fileira de seus filhos, o sentimento de nacionalidade, muito embora deturpado por causas de difícil remoção e de inveterada origem” (nº. 1, 09/10 de fevereiro de 1851, p. 2, 1ª. coluna).

“[os braços portugueses] não são braços que tenham de ser empregados na cultura dos principais ramos de nossa riqueza; pelas recomendações que trazem, ou pelas relações de amizade que por cá encontram, são dedicados exclusivamente à vida do comércio” (nº. 2, 16/17 de fevereiro de 1851, p. 2, 1ª. coluna).

O *Correio Mercantil* procurava às vezes dar indícios de um possível critério de legibilidade para a sua Pacotilha:

“[...] a imortal Pacotilha, metamorfoseada [...] num **estandarte arvorado em prol dos oprimidos, e num pelourinho alevantado para os opressores; num férreo e negro fólio de registrados crimes, e n'um sagrado Alcorão de virtudes indelevelmente inscritas**” (CM, 02/01/1852, p. 2 - publicação a pedido de A. J. Santos Neves, seguida de um soneto ao ator Germano Francisco de Oliveira, condecorado com o Hábito da Rosa; *n.n.*).

Uma das mais freqüentes seções da Pacotilha era o “Escritório”, repleto de denúncias (“enfardamentos”) pretensamente remetidas pelos leitores aos supostos funcionários “Srs. Gregório e Antônio”, os quais, por seu turno, eram encarregados de encaminhar admoestações (“remessas”) deste jaez aos “acusados”:

“É muito digno de censura e reprovação o procedimento desse caixeiro da rua do Senhor dos Passos, que tem o maldito costume de abrir a taverna para espiar o que constantemente se passa na vizinhança, dando passeios pela rua com esse danado fim” (nº 48, janeiro de 1852, p. 2).

“Faça aquele conegozinho que celebrou a missa no dia da festa do Meni-

no Deus, que não pareceu muito próprio do seu estado estar ele de contínuo a alimpar o suor em finíssimo lenço de cambraia todo cheio de rendas e de requififes, marcado com cabelo, e de quando em quando sorrir-se para a parede fronteira, despertando destarte a curiosidade de pios ouvintes que ali se achavam, e talvez mesmo perturbando-se S. Rvma., a ponto tal que quando quis proferir *Orate fratres*, um lapso de língua o fez proferir *Orate Eufrásia!*, não se lembrando que ali se achava um amigo do sr. Antônio, compadre do sr. Gregório” (idem, ibidem).

“Vista-se com uma farda de coronel de milícias, e vá com cuidado pelas imediações da rua do Cotovelo, por algum daqueles becos *moralíssimos*, e veja se encontra por aí a casa de certo amigo. Vá-lhe afincando a agulha devagar e com cuidado, porque o sujeito é macaco velho e fino... Diga-lhe que cá pelo escritório constam coisinhas bastante feias a respeito de sua pessoa, que um velho gaiateiro é cousa muito ridícula, e que deixe os namoros para os rapazes. Que toda a vizinhança está já murmurando, pois repara muito nas suas ações, que devem ser de um *homem sisudo*, e não de *criança estouvada*. Pergunte-lhe pela mesma ocasião se já esqueceu *daquela* e de tantas outras pobres...” (nº 65, 06 de março de 1852, p. 1).

“Tome a sua bengala de camarão, e vá à rua da Imperatriz, a um célebre barbeiro que tem loja de uma porta só, e diga-lhe que será bom não dar tanto com a língua contra o próximo, nem ameaçar com pancadas, como em certa rua ameaçou, e mesmo dizer que espancava o filho do Ilmo. Sr.... Lembre-lhe que há polícia na terra” (idem, ibidem).

“Faça o favor de enfardar, na sua apreciável Pacotilha um dos professores da corte [*sic*] por dar tantos bolos nos discípulos” (nº. 102, 16 de janeiro de 1853, p. 1).

“Advirta aos dois sacristães da freguesia do Santíssimo Sacramento, e muito principalmente um que tem iniciais J. P. R., dizendo-lhe que é muito reparado o seu procedimento; e não queiram transformar a casa de Deus em olaria” (nº. 128, 10 de março de 1853, p. 1).

Ei-lo aí o “negro fólio de registrados crimes”; basicamente, o “Escritório” se propunha como “espia dos vícios” da vida mundana na Corte do Rio de Janeiro, teatralizando, ao mesmo tempo, os procedimentos de controle social costumeiramente propostos pelos publicistas da época²⁴⁶:

²⁴⁶ Cf. Mattos, Ilmar Rohloff de. *Op. cit., passim*; Benchimol, Jaime Larry. *Pereira Passos*:

uma espécie de torre panóptica que a tudo e a todos divisava. Pode-se verificar em sua linguagem, ainda, a paródia dos atos oficiais então perdidos. Comparem-se os dois trechos:

“Do Ministro da Fazenda ao chefe de Polícia, permitindo-lhe que destine para ponto de reunião das quitadeiras o terreno contíguo à casa de prisão de Botafogo, como requisitou, visto que daí nenhum prejuízo pode resultar das partes no litígio que pendente entre a Fazenda Nacional e os herdeiros da finado Joaquim Marques Batista de Leão [...]” (CM, 30/12/1848, p. 1, – “Atos Oficiais”)

“Peça ao Sr. Fiscal da Candelária que recomende aos seus guardas que se não consentem os despejos d’águas na praia dos Mineiros; não obriguem os pretos a fazê-lo à força de camarão, como aconteceu na rua das Vio- las na manhã do dia 24, em que duas formidáveis tinas inundaram aquela rua da Direita para baixo.” (CM, Pacotilha, 04/07/1852, p. 2, – “Escritório”)

Nos órgãos alinhados com os saquaremas, a Pacotilha era passível da acusação de “quinta-colunismo”, com certeza por causa do já citado financiamento que o *Correio Mercantil* supostamente receberia da legação britânica. Foi o que se deu, por exemplo, no semanário *O Guasca na Corte*: num diálogo entre “Carioca” e “Guasca”, este último, após informar que “nós lá pelo Rio Grande não usamos destes termos empolados, nós lá somos simplices e gostamos disso”, passa a descrever suas andanças pela Corte e periferia. Note-se a associação com motivos que na época eram considerados torpes, nos quais é fácil entrever elementos que mais tarde seriam insistentemente constituídos como a mais genuína “cultura brasileira”:

“[...] tenho andado por as estâncias pequenas desta cidade, eu ainda não

um Haussmann Tropical. Rio de Janeiro, Dep^o. Geral de Documentação da Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, pp. 21-64; Engel, Magali. *Meretrizes e Doutores*. São Paulo, Brasiliense, 1988; Uricoechea, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978; Nelder, Gizlene et alii. *A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930)*. Rio de Janeiro, PUC, 1981, pp. 01-227; Ferreira, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro da Primeira Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 1996 (Tese de Doutorado).

sei explicar melhor, porque ainda não estou bem certo nos termos que se dão as casas que se dão por aí afora [...] faça-me o favor de não dizer a ninguém, pois isto se me recomendou, estive na casa de *pai José Calabar* [...], que dista desta cidade três léguas e tanto, [...] com estes olhos que a terra há de comer, vi isto, estava *pai José*, preto de bonita feição, cor muito escurinha, estava todo vestido de branco, com carapuça encarnada e sapatos da mesma cor, esta cena que vou contar-lhe, era em uma sala forrada de papel amarelo, o assoalho era alcatifado de bonito tapete (o tal pretinho tinha bom gosto), existia também uma grande bacia com água, e o *pai José* mandou-me que eu me fosse pôr ao pé da dita bacia, se o amigo soubesse o que por lá vi!!!... [...] Daí a pouco chegou um rapazito, que parecia-me *caboclo*, e o tal *pai José* conversando com ele o fez dormir, e disse para mim: Sr. Guasca, se o sr. quer ver agora o que se passa na rua da Quitanda; eu vou lhe mostrar? Eu respondi-lhe: como é possível se eu estou agora tão longe dessa rua? o *pai José* então me disse: não é agora da sua conta isso; veja se quer aí dentro dessa bacia; meu amigo, eu fiquei tremendo, mas o desejo de ver, e a curiosidade que sempre nos cerca me fez olhar com atenção para a tal bacia!... Avistei logo a rua da Quitanda, e uma grande casa de sobrado sem telhados, que eu olhando na bacia vi o que se passava n'uma sala da dita casa, havia uma pessoa com muitos pedaços de papéis, tinteiro grande, etc.; falava *pai José* com o tal *caboclinho*, que dormia, e ele respondia, eu não podia ouvir bem o que eles falavam, porém ouvia um certo zum zum, isto com a voz horrenda; continuei a olhar para a bacia, e vi ao redor da mesma certo sujeito, parece-me que o conhecia, ele era reforçado de corpo, barbado, parecia-me estrangeiro, escrevia, escrevia, e de vez em quando dizia *venha cerveja*; logo vinha um criado e lhe servia, e ele continuava a escrever; rapidamente vi um outro magro que não era mal parecido, de bigode preto, cor morena, tinha as feições também de estrangeiro, também escrevia e tinha jeito para a poesia, pois de vez em quando recitava alguns versos, que eram aplaudidos por mais alguém que eu não via, e só sentia o tal zum, zum (ouvindo risadas, etc.), este de vez em quando também dizia *dá cá charutos*, e imediatamente o tal criado o vinha servir; rapidamente aparece um outro bastante alto, este me parecia sim, tinha as feições de brasileiro se é que não me engano, indagava como iam os trabalhos da escrituração, e os tais estrangeiros lhe respondiam: vai muito bem, muito bem, disse ele,

já têm muitos objetos enfiados para a Pacotilha de amanhã? dizem os tais: temos sim, alto, vejamos o estado do fardo, eles passam a desenrolar um papel com muito comprimento, e o tal homem lhes diz: basta, basta, isto já excede a três páginas, e depois não haveria mais nada com que faça render esta Nova Califórnia; dizem logo ambos (os tais sujeitos que pareciam estrangeiros): enquanto houverem CHARUTOS e CERVEJA não tenha susto, conte conosco, porque estamos prontos a machucar não só a esta santa terrinha, como também a seus habitantes, isto é, a esses que não pensam com os senhores... Nisto desaparece a bacia, e *pai José* diz: vamos almoçar.”²⁴⁷

Talvez um pouco mais desairosamente, o Escritório da Pacotilha também poderia ser, afinal, proposto como um mecanismo eficaz para o exercício do achaque – e isso apesar da afetação de grande moralidade: “todo o cuidado com aquelas [‘remessas’] que pelo padrão possam atacar os bons costumes, ou sejam alusivas à vida privada dos indivíduos, marchemos à cautela, e nosso crédito mais se firmará” (CM, Pacotilha n.º. 77, 27/07/1852). É o que se pode inferir a partir de uma ameaça supostamente enviada ao “Rev. vigário da Candelária” em junho ou julho de 1851. Esse vigário teria denunciado a alegada ameaça ao[s] redator[es] das já evocadas “Cartas ao Amigo Ausente”, do *Jornal do Comércio*:

“Ilm.º. Rev.º. Sr./ V. S. sabe que existem agentes para presenciarem qualquer fato que se pratiquem [sic], e serem ao depois esses fatos publicados pela *Pacotilha*. Eu sou obrigado aquilo que vejo dar parte; e ontem fui testemunha de um fato que teve lugar na ponte das barcas de Niterói às 4 ½ horas da tarde com V. S.: dá-lo a público é por certo sacrificar a moralidade de V. S. pois que é V. S. um homem público [...] e o fato a que me refiro é tal, que seria de suma importância a sua publicação para os inimigos de V. S. [...]. O fato a que me refiro, e que fui testemunha, é o se-

²⁴⁷ *Jornal O Guasca na Corte*. Rio de Janeiro, 05/06/1851, n.º. 6, pp. 3-4. A associação com a prática da magia tem por finalidade, obviamente, ridicularizar o objeto da crítica. Compare-se com o episódio do caboclo do mangue, nas *MSM*, do qual se tratará mais adiante. *O Guasca na Corte*, semanário saquarema que circulou de 1.º/05/1851 a 19/08/1851, apresentava constantes arremedos e imitações de *O Carapuiceiro*, o que evidencia o múltiplo processo de apropriação sofrido pelo jornal do padre Lopes Gama.

guinte:/ V. S., enquanto esperava a hora da barca partir, esteve na entrada da ponte a *conversar*²⁴⁸ com uma crioula gorda que costuma estar ali, e que ontem também estava com uma bandeja vendendo pão-de-ló; um homem rústico da roça que também estava ao pé presenciou tudo. [...] sou um dos que fornece artigos para a *Pacotilha*, sou digno de ser temido e respeitado; e fique V. S. certo que, se eu fosse um malvado sem religião, sem moral, sem coisa alguma, não usava desta contemplação, preferindo antes que V. S. me gratifique, de que o seu desdouro e quebra de reputação [...]./ eu não tenho culpa da indiscrição que V. S. praticou, pondo-se com tais casos com uma preta em um lugar tão público.”²⁴⁹

O suposto achacador não especificava a quantia a ser paga pelo ameaçado, assegurando apenas que ela deveria atingir um limite “razoável”. Caso não concordasse em pagar, o “Ilm^o. Rev^o. Sr.” era informado de antemão até mesmo sobre o modo como seria “enfardado”:

“Sr. Antônio, vá naquela freguesia desta cidade, cujos paroquianos são os maiores proprietários, e cuja freguesia ainda não tem capela-mor, e diga ao vigário dela que não é bonito, quando vai à tarde para Niterói, estar com conversa amorosa na ponte das barcas com a crioula gorda que vende pão-de-ló, pois que lembre-se do ditado que diz: ‘Os namorados cuidam que os mais têm os olhos tapados’, e que portanto se abstenha disso, que não é próprio de um Sr. vigário, e já de cabeça branca.”²⁵⁰

Mas essa pretensa ameaça, que o jornal adversário estampou acompanhada de comentário moralizante e indignado, não é conclusiva a respeito dos usos e práticas da *Pacotilha* e de seu Escritório, sugerindo antes um modo suplementar de encará-la: ela podia ser figurada como meio de achaque, e é isso o que interessa. Dado o processo de difamação sistemática e ostensiva que lavrava entre os periódicos, não se pode de maneira alguma tomar unilateralmente tal indício como única possibilidade de leitura.

²⁴⁸ Nessa altura se pospôs a seguinte nota: “Há aqui uma alteração por mim feita no original, que espero me será desculpada”.

²⁴⁹ “Carta ao Amigo Ausente. 34^a Carta”. In: *Jornal do Comércio*, 28/07/1851. *Apud op. cit.*, pp. 206-207.

²⁵⁰ *Idem*, p. 208.

Seja como for, o fato é que o Escritório pretendia-se epigramático, e talvez efetivamente o fosse, não importando aqui somente a sua “intencionalidade” explícita, mas também a apropriação que dele faziam os leitores: uma vez que seus textos referem hábitos –ou “vícios”– banais, designando tipos –logo generalidades–, como soía ocorrer, pode-se avançar a hipótese de que seriam adrede concebidos – “carapuças” talhadas para quem servissem²⁵¹, conforme a expressão celebrizada pelo padre Lopes Gama, então muito lido e cujo principal periódico chamara-se precisamente *O Carapuceiro*²⁵². Lembre-se igualmente que “a mofina anônima era o manjar favorito do público fluminense”: foi com essa frase que a vene-

²⁵¹ “Leve esta carapuça e enfie na cabeça de quem servir, lá pelos lados do Escorrega e da rua Funda, em certos sujeitinhos que, como não têm em que cuidar, andam tirando a ferrugem da língua em falar da vida alheia; faça-lhes ver o quanto é censurado aquele que anda indagando da vida de outrem, e que fala em tijoleiro, sendo este ou estes grandes fabricantes do mesmo objeto” (“Escritório da Pacotilha”, *CM*, 07/11/1852, p. 2).

²⁵² Quando esteve sem publicação própria, o padre pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852) colaborou no jornal carioca *O Depertador* com a seção “O Carapuceiro na Corte”, em 1840, e no semanário *A Marmota na Corte*, de Paula Brito, em 1852, onde publicou seus últimos artigos. Seu estilo joco-crítico fez sucesso, e o escritor português José da Gama e Castro, radicado no Brasil, imitou-o num livro chamado *O Novo Carapuceiro, ou Tipos de Nossa Época* (Rio de Janeiro, Villeneuve, 1842). Recentemente, a historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares Burke descobriu que o modelo de *O Carapuceiro* —e portanto outras publicações afins, como *O Simplicio*— foi calcado num jornal inglês do início do XVIII, *The Spectator*. Segundo ela, *O Carapuceiro* só fazia “cópia” em sentido estrito quando se tratava de temas “universais” (aproveitamento do tempo, mulher ideal, etc.); nos temas que exigissem a observação empírica do “real”, eram operadas modificações e adaptações. Cf. “Um Espectador nos Trópicos: Estudo de Caso Sobre Produção e Reprodução Cultural”. In: *O Carapuceiro, Nísia Floresta e Alguns Europeus Sonhadores: Ensaios de Tradução Cultural*. São Paulo, FEUSP, 1995 (Tese de Livre-Docência). Sobre o jornal inglês “copiado”, cf., da mesma autora, “*The Spectator*”..., cit. De qualquer modo, note-se que a recorrência e busca de textos ligados às “Luzes” confirma a argumentação aqui apresentada. O caso do editor “Carijó”, que dava o tom da Pacotilha, evidencia a apropriação, ainda que indireta, desse longínquo modelo inglês: “Os jornais que se inscreviam na tradição do periódico britânico criavam, via de regra, um personagem editor cujas experiências também lhe davam autoridade privilegiada de guia” (*O Carapuceiro, Nísia Floresta...*, cit., p. 87). Na linha aqui adotada, pensa-se na constituição de um suposto editor para encenar o ponto-de-vista que interessasse ao jornal e aos seus “verdadeiros” editores.

randa memória de Machado de Assis capturou o período.²⁵³ Às vezes, podia-se encenar o constrangido papel do caçador que não viu onde atirou — numa exacerbação do papel do *panopticon* —, como no seguinte enfiamento:

“Vá, Sr. Gregório, à praça dos Triângulos, e pergunte ao negro de gorra se tem chá de boa qualidade” (Pacotilha nº 211, 24/07/1853, p. 2).

Para o leitor deste final de século XX, esse epigrama, como tantos outros, seria indecifrável, não fosse o esclarecimento consignado no número seguinte:

“No escritório da nossa última Pacotilha liam-se umas três ou quatro linhas, que por malevolência ou o que quer que seja se entenderam dirigidas ao Sr. Francisco de Paula Brito, amigo a quem devemos toda a deferência [...]. Sem refletir na aplicação que tais palavras podiam ter, as mandamos publicar; mas não entrou, e nem podia entrar no nosso espírito, o desejo e a intenção de ofender tão grave e estupidamente um amigo a quem prezamos./ O cobarde que se aproveitou da nossa boa-fé para injuriar um homem ante o qual sem dúvida não ousa apresentar-se, ficou impune [...] Sirva esta declaração explícita de resposta aos que vivem à custa das discórdias alheias” (nº 212, 31/07/1853, p. 1; na página 2, há uma carta do escritor Paula Brito “perdoando” Carijó & Comp.).

A leitura da Pacotilha e de seu “Escritório” evidencia um esquema satírico-humorístico bastante arraigado em publicações suas contemporâneas: sua base era o estereótipo, que só existe “quando se está certo de antemão do que vai se passar”²⁵⁴; risível era aquilo cuja representação se sedimentara enquanto tal, sem a (impensável) necessidade da explicitação direta. Ainda que pareça caduco e ingênuo — numa palavra, mal-realizado — aos olhos de qualquer letrado do século XX, esse humor consegue parecer retrospectivo, e muita vez faz pensar numa espécie de “inge-

²⁵³ *Apud* Mascarenhas, Nelson Lage. *Op cit.*, p. 160.

²⁵⁴ Veyne, Paul. *Elegia Erótica Romana*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 123. Para uma visão mais compreensiva e abrangente, cf. Riffaterre, Michael. “Função do Clichê na Prosa Literária”. In: *Estilística Estrutural*. São Paulo, Cultrix, 1973, pp. 153-172.

nuidade” ou “pureza”²⁵⁵, que só se justificam como efeito bem logrado da simplificação esquemática do estereótipo. Por exemplo: era comum, nos escritos da época, propor um preto-velho escravo como macumbeiro e desprezível, ou pretos como pessoas intrinsecamente grotescas²⁵⁶.

Esse tipo de humor não funciona mais, seja porque já não se acredita (ou talvez finja-se não acreditar) em superioridade ou inferioridade racial, seja porque o próprio esquema é imanentemente pobre. No entanto, foi voga, e nada tem de puro ou ingênuo, sendo antes cruel e – por que não o dizer? – desumano, ao menos para os critérios do final do século XX, pois, no XIX, os critérios do “humano”, numa sociedade escravista, eram decerto muito diferentes. Era esse modo de formar que informava o humor da Pacotilha: a articulação retórica que permitia produzir comicamente o preto como ridículo, boçal e desprezível tinha a mesma base da que produzia, também comicamente, o português como grosseiro, hipócrita e natural da “terra que não nos viu nascer”, os frades como dissolutos, os barbeiros como parlapatões e os caixeiros como inconvenientes. E isso, naturalmente, não era obstáculo a que pretos, portugueses, frades, barbeiros e caixeiros eventualmente lessem o jornal ou ouvissem sua leitura²⁵⁷.

Sabe-se que no século XIX a alegoria é preterida pelo símbolo, muito mais “orgânico”²⁵⁸. Pois bem, quanto a isso a prática da Pacotilha também

²⁵⁵ É a tônica de muitos dos “prefácios” e “introduções” às inúmeras reedições das *MSM*. Cf. a “Bibliografia” deste trabalho, *in fine*.

²⁵⁶ Cf., entre vários outros, os jornais *O Simplício* (1831-33), *O Guasca na Corte* (1851), *O Noticiador* (1849), *O Grito Nacional* (especialmente a edição de 04/08/1848) e *O Bodoque Mágico* (1851), todos da Corte do Rio de Janeiro.

²⁵⁷ Não há números seguros acerca da circulação do jornal. Numa carta de 1856, Francisco Otaviano, vangloriando-se do fato de ter acabado com a Pacotilha, afirmou o seguinte: “o *Mercantil* de hoje não é o da ‘Pacotilha’: tem 5.600 assinantes no Império e um crédito que nunca teve folha diária” (*Apud* Pinho, Wanderley [org.]. *Cartas de Francisco Otaviano*, cit., p. 102). Mesmo se fosse conhecida, porém, a quantidade efetivamente impressa de jornais não poderia gerar qualquer análise conclusiva, e isso em virtude da leitura partilhada e daqueles que apenas a ouviam (cf. adiante).

²⁵⁸ Hansen, João Adolfo. *Alegoria...*, cit., pp. 5-6.

necessita de uma discussão: em seu já citado nº. 48, de janeiro de 1852, conta-se humoristicamente a estória de uma ilha que, iludida pelo patrão, viera dar com os costados no Brasil, sendo por ele seduzida e engravidada. Remata-se o texto com esta pérola: “a história de uma [ilha] é a história de todas”. Não se tratava, porque isso era impensável, de mobilizar a pura crueldade para a “luta contra a opressão”, nem de um procedimento *à la* Nelson Rodrigues: essas monstruosidades, que também se propunham como engraçadinhas, eram simultaneamente instrumentalizadas contra os imigrantes portugueses, constituídos pela Pacotilha como ineptos para colaborar com o desenvolvimento do País. Assim, “o conteúdo semântico diretamente manifestado no tema” (uma ilha particular) se destaca da “verdadeira vontade semântica efetuada”, que no caso deseja aplicar um “modelo universal” a respeito das ilhas. Não se deve ler o texto, contudo, como uma semântica de dois planos distintos, mas sim justapostos, que produzem um tipo cômico particular, simultaneamente proposto como generalidade da categoria: uma ilha é igual a todas as outras ilhas²⁵⁹. Mobilização, pois, de uma alegoria, efetuada no contínuo da narrativa, e de um símbolo, operacionalizado no intertexto.

²⁵⁹ Cf. Lausberg, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1966, p. 103-104; 160-161; “a alegoria é chamada símbolo [...] quando, entre o objeto pretendido e a alegoria, se admite uma real participação, que, pela alegoria, é dada a conhecer” (p. 248); “na implicação real de fenômeno e símbolo [...] sociais, o fundamento para a denominação concreta de um fenômeno social é dado pelo seu símbolo instrumental (ou convencional): toga «pax», arma «bellum» [...]” (p. 160). Nessa linha, como símbolo, ilha «estupidez». Cf. também Hansen, João Adolfo, *Alegoria*, cit., e Todorov, Tzvetan. *Teorias do Símbolo*. Campinas, Papirus, 1996, em especial o capítulo 5, “A Crise Romântica”, pp. 193-279.

9) INTERMEZZO: A GRANDE “MARACUTAIA”

Está sedimentada, como se pôde constatar acima, a idéia de que o jornal *Correio Mercantil* era um combativo órgão do Partido Liberal.²⁶⁰ As relações entre ambas as instituições –jornal e partido– eram explícitas, mas a “combatividade” aí entrevista decorre porventura da racionalização de um desejo, um prazer, uma folia de carnaval, quem sabe... Diário em formato grande, razoavelmente consistente do ponto de vista financeiro, custa crer que esse lugar-comum histórico capture algum aspecto de sua prática efetiva. Conviria aqui amiudar a pesquisa e buscar alguns pormenores que remontem o quebra-cabeças da “Conciliação”.

Em 29 de setembro 1848, como se mencionou à farta neste trabalho, os saquaremas retomaram o poder, num gabinete chefiado por Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda²⁶¹, e isso após quase cinco anos de predomínio luzia²⁶². Em onze de maio de 1852, nomeou-se um novo gabinete,

²⁶⁰ Confirmam-se as palavras de Nelson Werneck Sodré: “Num ambiente assim, numa fase assim, surgiria e se desenvolveria [...] o *Correio Mercantil*. Diferenciava-se do *Jornal do Comércio*, além da singularidade deste quanto ao tempo de vida, [pel]o fato de adotar uma posição política [liberal], no sentido partidário” (*A História da Imprensa no Brasil*, op. cit., p. 218).

²⁶¹ Embora esse gabinete apresentasse uma renúncia coletiva em 15/11/1851, conforme interessante e já citado documento divulgado pelo prolífico historiador Hélio Vianna, o imperador somente acedeu ao pedido em maio de 1852. Nesse documento, em que se encena grande preocupação com o futuro do País etc., há certamente indícios de disputa acirradíssima pelo controle do poder. Cf. Vianna, Hélio. *Vultos do Império*, op. cit., pp. 149-153.

²⁶² É evidente, na linha que se vem adotando aqui, que essa história de “predomínio” luzia ou saquarema deve ser tomada *cum grano salis*, pois, em virtude dos freqüentes acordos e conchavos, ela se constituía basicamente em disputas pessoais pelo Poder. Por exemplo: o gabinete luzia de cinco de maio de 1846, chefiado pelo deputado Joaquim Marcelino de Brito, foi substituído, em mais um golpe de força de Imperador, por outro gabinete luzia em 22 de maio de 1847, presidido por Manuel Alves Branco. O maior libelo contra essa troca foi o panfleto anônimo chamado *A Dissolução do Gabinete de 5 de Maio ou a Facção Áulica*, que mais tarde se soube ser da pena do jornalista saquarema Firmino Rodrigues Silva. Seria curioso, aliás, fazer uma referência às origens das denominações *luzia* e *saquarema*: Ilmar Rohloff de Mattos informa que “derrotados pelas forças do Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, os liberais mineiros passaram a ser cha-

também saquarema, chefiado por Rodrigues Torres, logo visconde de Itaboraí, que duraria até setembro de 1853. Sua força, apoiada pela mão pesada de Pedro II, era quase incontestada, e isso com certeza não desagradou apenas aos luzias: havia membros do grupo saquarema que certamente desejariam mais, muito mais. A política reacionária, diga-se assim, de Rodrigues Torres não estava permitindo, no entanto, maiores expansões na área financeira, e muito menos acordos políticos com os liberais luzias²⁶³. Numa carta de doze de maio de 1853, enviada a José Maria da Silva Paranhos –seu pupilo e coadjutor, como ele mesmo já registrara em outra carta antes reproduzida²⁶⁴–, Paraná fez referência direta –e negativa– a Itaboraí, a quem substituiria dali a alguns meses. Como uma das personagens dessa carta era Irineu Evangelista de Souza, já tubarão e futuro barão de Mauá, pode-se inferir de imediato que seu tema precípua também era o

mados pelos adversários políticos pelo nome do local onde ocorreu seu maior revés: *santa-luzias* ou *luzias*. Aos de São Paulo, igualmente derrotados, passou-se a atribuir a denominação de *Venda Grande*, local do triunfo conservador” (*O Tempo Saquarema*, cit., p. 104); dos mineiros, a denominação “*luzia*” generalizou-se para todos os liberais. Quanto a *saquarema*, diz o mesmo autor: “nos idos de 1845, quando os liberais ocupavam de novo o governo do Império e a Província do Rio de Janeiro era presidida por Aureliano de Sousa Coutinho, um certo Padre José de Cêa e Almeida exercia as funções de subdelegado de Polícia na vila de Saquarema. Querendo garantir o triunfo [dos liberais] também naquela localidade, o Padre Cêa teria expedido uma ordem onde autorizava até mesmo o assassinio do eleitor que recusasse as listas do governo. [...] Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Sousa, chefes conservadores, com grande parentela naquela localidade, onde eram também proprietários de terras e de escravos, teriam conseguido livrar seus protegidos dos desmandos daquela autoridade, e que, desde então, a denominação *saquarema* passou a ser dada aos protegidos deles (idem, p. 107); da mesma forma, a designação disseminou-se para todos os conservadores. Note-se apenas que a primeira evoca uma derrota, e a segunda, um golpe de força.

²⁶³ Caldeira, Jorge. *Mauá, Empresário...*, cit., pp. 258-260; 266-268; Pinho, Wanderley. *Cotegipe...*, cit., p. 412. Esse fechamento não deve ter impedido, note-se, acordos isolados e cooptações esporádicas, como no caso do jornal liberal *O Guerreiro*, que observou, em sua edição de 08/01/1853, que “o Gabinete formado em 08/05/1852 [presidido por Itaboraí] corrigiu o nefando [Gabinete] de 29/09/1848” (p. 1).

²⁶⁴ O historiador Wanderley Pinho informa que a morte de Paraná, em 1856, foi devida ao desgosto produzido pelo fato de o imperador não ter aceitado a indicação de Paranhos para o Ministério da Fazenda (*Cotegipe...*, cit., p. 464).

desejado metal que Shakespeare, no *Timão de Atenas*, chamou de “meretriz comum da humanidade”. Eis os trechos finais da carta:

“Sobre essas coisas [modificação do ministério e o Prata] nada tenho a dizer a V. Excia., além do que deve deduzir dos jornais./ O Imperador deseja conservar o Ministério, pelo menos durante as Câmaras. No Senado o Ministério tem maioria, e na Câmara dos Deputados também a terá numerosa, não obstante surgirem entre os que se deveriam supor ministeriais, vinte a 25 [sic] descontentes, que mais ou menos farão oposição. Só por suicídio pode dissolver-se o Ministério; não obstante, assegura-se que se o Souza Ramos for nomeado Senador, **deixará o Ministério, para que o Sr. Torres fique coerente com as más razões que produziu no ano passado em explicação dos motivos da dissolução do Gabinete de 29 de setembro.**/ [...] O Sr. Irineu não é um Rotschild ou um Barwig [?]; a meu ver a sua modesta fortuna não excede de oitocentos contos de réis, e esta fortuna está engajada de tal maneira que qualquer crise o pode arruinar, se não achar apoio no seu grande mérito, e nos numerosos amigos que tem.” [n.n.]²⁶⁵

Já o imperador, alertado pelas rebeliões de 1842 e 1848, e escolado pelo contexto internacional, não tencionava mais correr nenhuma espécie de risco em seus domínios: ele aprendera que não há nada pior do que súditos descontentes –principalmente quando já gozaram do conforto proporcionado pelo poder– e que a negociação é inerente ao jogo político. Foi esse o germe da idéia de conciliação, que seria efetuada no gabinete seguinte, de Honório Hermeto Carneiro Leão, visconde e logo depois marquês de Paraná, iniciado em setembro de 1853²⁶⁶.

O debate sobre a “Conciliação”²⁶⁷ –que consistiria sobretudo na in-

²⁶⁵ Manuscrito depositado no IHGB/RJ, lata 748, pasta 22. Paraná retornara do Prata, mais prestigiado do que nunca, em 06/06/1852. Num baile imperial de 31/08/1852, dançara com a própria imperatriz, numa mensagem suficientemente clara para quem ainda nutrisse alguma dúvida a respeito: era um dos homens fortes do regime. Cf., adiante, nota 275.

²⁶⁶ Cf. Iglesias, Francisco. “Vida Política 1848/1868”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1985, tomo II, vol. III, pp. 9-112; e Caldeira, Jorge. *Mauá...*, cit., pp. 278-282.

²⁶⁷ Note-se que as MSM (de 27/06/1852 a 31/07/1853) guardam uma contemporaneidade

corporação dos liberais ao poder²⁶⁸- provocou, conforme se tem frisado aqui, reviravoltas discursivas na imprensa liberal. Mesmo em sua contemporaneidade, foi produzida como corrupção –com os previsíveis, pois estereotipados, desencanto e azedume- por aqueles que encenavam a própria exclusão e conseqüente proibidade. Um jornal galhofeiro assim se referiu a essa política:

“O primeiro problema [da conciliação] tem por fim: – ilusão de prejuízos./ O segundo tem por fim: conciliação de prejuízos./ Ambos os problemas são úteis./ O 1º. é útil à parte da alma que se chama imaginação./ O 2º. é útil à parte do corpo que se chama – estômago . [...]/ E a conciliação, é impossível?/ Não, impossível não, é desnecessária!/ É desnecessária porque não há motivo, quando saquaremas e luzias, enquanto às suas opiniões, vivem mesmo como um casal de pombinhos./ O de que se deve tratar pois não é de CONCILIAÇÃO, é de REPARTIÇÃO. Trate-se de repartir as vantagens do poder.”²⁶⁹

Um outro autor ameno procurou, nuns versinhos galhofeiros, produzir a Conciliação como incoerência e falta de honorabilidade:

“À CONCILIAÇÃO/ (Soneto)/ Um nobre assim dizia em tom zangado/ A outro, que também era homem fino:/ -Quem é Vossa Excelência? um assassino,/ Um vil por todo o mundo desprezado!.../ Ao que este também responde irado:/ -Ó cachorro, ladrão, homem sem tino;/ Se continuas mais, p’ra o teu ensino/ Vou-te às ventas... ouviste, malcriado?!.../ Vai-me às ventas?!... É muito, sô brejeiro;/ Retire a expressão... olhe que o maço./ -Retiro... mas você seja o primeiro./ Olharam-se... e depois de

absoluta com o gabinete de Itaboraí (de 11/05/1852 a 06/09/1853).

²⁶⁸ O assunto, como era de se esperar, é nimamente controverso. Consultem-se, a respeito, os seguintes títulos: S.T.H. (trata-se do assaz mencionado Francisco de Salles Torres Homem). *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1853 (série de textos primeiramente publicada no *Correio Mercantil* no primeiro semestre de 1853); Nabuco, Joaquim. *Um Estadista do Império*, op. cit., vol. I; Bastos, A. C. Tavares. *Os males do Presente...*, op. cit. (original de 1861); Pinho, Wanderley. *Cotegipe...*, op. cit. Para uma visão moderna, Iglésias, Francisco. “Vida Política, 1848/1868”, op. cit.

²⁶⁹ Jornal *O Carioca*. Rio de Janeiro, nº. 3, 18/04/1853, p. 2.

breve espaço,/ Disseram, cada qual mais prazenteiro:/ –Nada houve entre nós... venha um abraço!”²⁷⁰

O teatro se evidencia a partir do que se lê na carta de um letrado sabidamente comprometido com tal processo. Era assim que ele “mentia” a certa pessoa de suas relações:

“[...] continua a durar a lua-de-mel do Ministério Paraná, e creio que ainda tem de atravessar mais alguns períodos, como toda a lua, quando encontra sóis que lhe emprestem luz. Demais, o país estava cansado; as lutas haviam enfraquecido os partidos; a energia partidária do Eusébio [de Queirós] havia acabado com as aspirações dos caudilhos liberais. Estes suspiravam por qualquer pinguela que os fizesse passar para o campo do festim. O Paraná tem-lhes atirado alguns madeiros que atirados por cima do abismo os têm salvado. *Ergo rosas.*”²⁷¹

Dado que os próprios contemporâneos acentuam o que a seus olhos seriam os dois móveis principais da Conciliação –“exaustão dos partidos” ou “corrupção”–, ambos deveriam ser presentemente desconsiderados enquanto hipótese interpretativa: caso contrário, incorrer-se-ia na ingenuidade de conferir validade unilateral ao ponto de vista encenado pelos agentes históricos. A “exaustão dos partidos” é uma piedosa e descartável mistificação, que atribui característica fisiológica a procedimento social; já a corrupção, elemento estruturante que não se pode descartar, sempre foi tudo, e isso a reduz, por uma implicação lógica, a quase nada. Entre parênteses, pode-se aventar a hipótese de um pequeno “projeto imperialista” brasileiro, engendrado pela casa imperial em colaboração com as elites

²⁷⁰ Silva, José Antônio Frederico da. *Lembranças de José Antônio*. São Paulo, Giordano/Loyola, 1991, p. 50. Original de 1853, publicado no jornal *Marmota Fluminense*, e em livro em 1857. Inocêncio Francisco da Silva informa que José Antônio era “um poeta popular no Brasil”.

²⁷¹ Carta de 13/02/1854, dirigida a Francisco Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo e então ministro do Brasil em Washington (EUA). *Apud* Pinho, Wanderley (org.). *Cartas de Francisco Otaviano*, cit., p. 87. Observe-se, de passagem, o tempo verbal da carta (“o país estava cansado”): é como se o missivista estivesse escrevendo para a posteridade. Esse tipo de presunção era comum também naquele período.

locais. Os conflitos na região do Rio da Prata e adjacências colocavam uma necessidade, a miragem de um grupo dominante coeso para enfrentar uma outra previsível conflagração, que de fato se daria alguns anos depois²⁷². Ainda assim, os elementos discursivos que na época corriam de boca em boca evidenciam a encenação de probidade e respeito à ordem: era desse modo que as cartas da luta pelo poder se punham na mesa pública; mas, nas salas onde a negociação se fazia em segredo (as quais a imaginação, por um influxo compreensivelmente anacrônico e ilógico, constitui como tensas e abafadas, realizadas na calada da noite e encerradas mal raiava, sangüínea e fresca, a madrugada), as motivações ganhavam tanta lógica e racionalidade que nem sequer precisavam ser explicitadas.

A título de exemplo, existe no arquivo do IHGB/RJ²⁷³ um manuscrito no qual se evidencia que a própria estrutura de funcionamento de um jornal estava intimamente associada à entabulação dessas negociatas. Trata-se de um documento quiçá inédito, e por isso convém transcrevê-lo na íntegra:

²⁷² Lembre-se que a região do Prata era um foco de contínuas convulsões: em 1851, brasileiros e argentinos intervieram militarmente no Uruguai a fim de derrubar Oribe; em 1860, começaria a guerra com o Paraguai. Durante todo esse período, Pedro II inevitavelmente contemplaria, suspiroso, o mapa da região: "*Soy loco por ti América...*", mas não certamente de amores. Se ele conseguisse estabelecer a hegemonia e conquistar aquela região, seu pai, que acalentara os mesmos quereres, seria capaz de ressuscitar, atravessar o Atlântico a nado e dançar um fado alegre com a marquesa de Santos, então viva, gorda e casada. Cf. as *Cartas ao Amigo Ausente*, cit., que tratam constantemente dos problemas no Prata; cf., igualmente, o documento de renúncia apresentado pelo gabinete Olinda em 15/11/1851, *apud* Hélio Vianna, *Vultos...*, cit. E eis como o historiador Wanderley Pinho, sempre numa perspectiva conservadora, explicou a queda de Itaboraí: "Houvera razões não ostensivas para a retirada de Itaboraí que disfarçava a realidade ao alegar cansaço, o pedido de demissão de ministros (Uruguai e Felizardo), a dificuldade de nova recomposição e a conveniência de certos assuntos urgentes da pasta de estrangeiros serem tratados pelos novos ministros. Evidentemente, a pressão conciliatória comprimira o ministério demissionário" (*in: Cotegipe...*, *op. cit.*, pp. 412-413).

²⁷³ Lata 381, pasta 16 do arquivo do IHGB/RJ; documentos agrupados sob o título genérico de "*Correio Mercantil*". Nos registros do IHGB, a data aleatoriamente atribuída ao documento é 1866; trata-se de um equívoco, como se demonstrará logo adiante.

“Correio Mercantil/ A direção política do Correio Mercantil pertencerá ao sr. Conselheiro Nabuco: para isso os redatores que tiverem de escrever sobre as emergências do dia, sobre a reorganização do país, sobre as reformas administrativas, se entenderão com V. Ex.^a. [?] ou com os respectivos ministros das outras repartições./ O sr. Nabuco proverá a necessidade de correspondências locais, escolhendo os correspondentes das capitais das províncias a quem se remeterá o programa de suas obrigações. A substância destas será que além dos fatos civis e administrativos devem os correspondentes dar notícia do estado e tendências do espírito público, das necessidades mais atendíveis; uma resenha estatística dos crimes, suas causas, e meios de que a autoridade usou para puni-los; todos os dados estatísticos a respeito da renda provincial, da instrução pública, do comércio, da indústria; enfim as novas correspondências não se devem limitar a cartas de partido, mas tomar as proporções de relatórios administrativos./ Os correspondentes velarão no serviço da entrega das folhas aos assinantes das províncias e promoverão assinaturas. Terão gratificações fixas e um tanto por cada dezena ou centena de assinaturas que promoverem./ O foro dará interesse à folha. Este serviço se pode fazer com um redator que seja obrigado: 1º. a rever diariamente as notícias dos diversos tribunais e a compor um artigo nesse sentido; 2º. a fazer de quinze em [quinze] dias um artigo doutrinal, reduzindo a proposições a substância dos julgados, analisando-os, e adaptando para a jurisprudência as que forem legais e racionais./ Para isto é necessário que o sr. m.^o. [ministro] da justiça obtenha do Supremo Tribunal, do Tribunal do Comércio e da Relação cópias exatas de seus trabalhos; e que alcance dos juízes cíveis e criminais uma parte diária de seus despachos e diligências segundo instruções que se devem formular./ O dr. [José de] Alencar pode ser incumbido da redação./ Hoje uma das partes mais interessantes de um jornal é a parte do comércio. Não fora conveniente que nesta parte se discutissem, como no Economist de Londres, as questões do tesouro e das finanças? O sr. Paraná pode presentemente auxiliar-se dos srs. Serra e Salles²⁷⁴ para essas questões: — o redator comercial da folha se enten-

²⁷⁴ “Paraná” é clara referência ao mui citado Honório Carneiro Hermeto Leão (1801-1856), já então ostentando o título de visconde de Paraná; “Salles” é uma referência ao também citado Francisco de Sales Torres Homem, que então escrevia no *Correio Mercantil* —ou iria começar a escrever— os “Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos”,

deria com eles. O governo chamaria um dos corretores da praça e lhe daria a sua confiança para dirigir a este redator secundário./ A direção econômica da folha pertencerá ao proprietário o sr. Barreto, com o auxílio de quem lhe merecer confiança./ A esta direção ficará subordinada parte noticiosa da redação, a parte literária e de teatros, e a correspondência do exterior./ A folha manterá um correspondente nos Estados Unidos, um no Rio da Prata, um em Paris, um em Lisboa e se puder, na Alemanha./ Escuso [sic] lembrar que nos Estados Unidos e no Rio da Prata os nossos ministros diplomáticos têm todo o interesse em que as correspondências sejam feitas por seus secretários. A folha aumentará de formato no 1º. de julho. Mas pode desde já tomar a nova direção./ O centro da redação será no escritório do jornal. Ali devem ser mandados oportunamente os artigos e notícias que cumpre publicar-se, sendo o chefe ou ponto central dessa correspondência quem o sr. Nabuco designar./ A discussão na parte editorial será sempre doutrinal. Quando se precisar defender nomes, ou explicar fatos, isto se fará em comunicado./ Aceitam-se as queixas e reclamações em sentido contrário à folha. Não se aceitam ofensas, nem epigramas, nem mesmo artigos [ilegível; ¿subversivos?; ¿subvencionados?]./ Os srs. da administração promoverão os interesses da folha, dando-lhe maior circulação. Não é difícil com os recursos do governo, com os das presidências, obter-lhe mais mil assinantes na Corte e província do Rio de Janeiro, e outros mil nas províncias.”

Embora o documento não esteja datado, nele figuram alguns dados que permitem fixar-lhe uma data aproximada: Honório Hermeto Carneiro Leão só começou a ser chamado de “Paraná” a partir de 1852; até 1851, como se verifica nas *Atas do Conselho de Estado*, ele era simplesmente Honório Hermeto²⁷⁵; a referência ao “aumento de formato no 1º. de julho”

mais tarde reunidos em livro; quanto à pessoa designada por “Serra”, não foi possível identificá-la, podendo-se somente lembrar que certo “J. M. Serra” chegou a assinar poesias no jornal *A Marmota Fluminense* (cf. Massa, Jean Michel, *A Juventude de Machado de Assis*, op. cit., p. 100).

²⁷⁵ Esse político recebeu o título de visconde de Paraná em 26/06/1852, e o de marquês em 02/12/1854 (cf. a “Cronologia Biográfica do Marquês de Paraná”, manuscrito depositado no IHGB, lata 749, pasta 1). Considerado um dos “grandes do Império”, sua estrela parece ter sempre brilhado intensamente, chegando mesmo a criar forte legenda pessoal: em 1859, três anos após sua morte, o escritor baiano Manuel Pessoa da Silva publicou,

aponta para uma modificação no *lay-out* do jornal, efetivamente ocorrida em 1º. de julho de 1853, quando o *Correio Mercantil* passou de cinco para seis colunas, com a utilização de caixas de caracteres e linotipos novos. Pode-se, portanto, situar a redação do documento –cuja letra é muito semelhante à de Francisco Otaviano– na primeira metade de 1853 – possivelmente em março, quando os *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos* estavam sendo publicados.

Por mais extemporâneo que pareça ao corpo deste trabalho, tal levantamento de dados é absolutamente necessário para a hipótese que aqui se pretende defender: o texto das MSM é contemporâneo desses eventos, inscritos no corpo do jornal e, por consequência, nele próprio inscritos, ainda que indiretamente, como se intentará demonstrar adiante. Quando as MSM começam a ser publicadas, em junho de 1852, corriam ligeiros os preparativos para as eleições de dezembro daquele ano. E, em julho de 1853, quando as MSM chegaram ao termo, as negociações para a conciliação estavam adiantadíssimas, convindo repetir o fato de que seu texto era contemporâneo tanto do gabinete Itaboraí quanto do supracitado documento em que a direção política do jornal foi entregue ao conselheiro Nabuco, grande propugnador da Conciliação, em cujo gabinete se-

na Corte, uma poesia afirmando que, em 1801, o pai de Honório Hermeto tivera “a visão de um vulto estranho, trajado de alvo, e que, predizendo-lhe a Independência do Brasil e os sucessos posteriores, em seguida lhe revelou o porvir do filho, predestinado a salvar as instituições livres do País e a estabelecer a concórdia entre os partidos políticos” (cf. manuscrito depositado no IHGB, lata 750, pasta 1). O geralista Francisco de Paula Ferreira de Rezende (1832–1893), que no final da vida resolveu redigir suas recordações, apresenta informações polêmicas: a Conciliação ter-se-ia dado menos por iniciativa do imperador e mais por iniciativa de Honório Hermeto; e esse último seria republicano: “muitas vezes ouvi a alguns liberais afirmarem que Honório era um republicano encoberto e que estava apenas à espera de uma ocasião propícia para proclamar a república” (*Minhas Recordações*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988, p. 203). Essas informações, que aqui recebem agasalho mais por dever de ofício, não apresentam qualquer respaldo em documentos, muito embora não alterem a linha do que aqui se vem expondo, mesmo admitindo-se que sejam factuais. Sobre Paraná, cf. também Janotti, Aldo. *O Marquês de Paraná*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1990, trabalho que aborda a primeira fase da carreira desse notável político.

ria ministro da Justiça.²⁷⁶

As negociações visando aproximar mais o *Correio Mercantil* dos saquaremas deviam ser corriqueiras, e as formas por que eram levadas a público evidenciam especulação desenfreada: em dezenove de outubro de 1852, por exemplo, o jornal conservador *Correio do Brasil*, dirigido por Justiniano José da Rocha, denunciou que numa de suas reuniões a oposição liberal teria feito apelos sediciosos; a acusação dirigia-se, entre outros, aos jornais *Grito Nacional*, *Correio Mercantil* e *A Nação*, que, ainda conforme o *Correio do Brasil*, se teriam conluiado numa espécie de “frente única”. Contudo, pela mesma época, não era exatamente esse o ponto de vista encenado pelo *Grito Nacional*:

“[...] nosso *Grito*, que nunca, nunca elogiou, nem elogiará a *galegos* e a *trânsfugas*; o nosso *Grito*, que não recebe inspiração da *cascahada do Paço*; o nosso *Grito*, que não tem, nem terá contemplações com *Testes* e *Cubieres*, por simples xícaras de chá, sorvetes, licores, docinhos, canto e dança com que se vai deixando tanto embalar *alguém do Mercantil!*.../ Repetimos o fardo e os enfiadores, por ser tudo obra da mesma futrica, a qual estaremos prontos a responder *miudamente*, uma vez que o Redator em *chefe* queira esclarecimentos... mais; que sem dúvida não os quererá para que de todo não fique com a calva a mostra, sabendo, o que nós sabemos.”²⁷⁷

O que de fato interessa, em tais petições de princípio, é sua condição de enunciação: como a questão, *grosso modo*, implicava distribuição de cargos –cujo número, por definição, é limitado– e poder, toda e qualquer

²⁷⁶ Cf. Iglésias, Francisco, “Vida Política, 1848/1868”, cit., e Nabuco, Joaquim, *Um Estadista do Império*, cit. Curiosamente, nessa obra, tão repleta de dados, documentos e detalhes, Nabuco não faz qualquer menção à ingerência de seu pai na direção política do CM.

²⁷⁷ O *Grito Nacional*, 15/09/1852, p. 3. Tais palavras são dirigidas a José Maria do Amaral ou a Joaquim Francisco A. B. M. Barreto, proprietário do *Correio Mercantil*. José Maria do Amaral, político e jornalista colaborador do CM, era filho de Antônio José do Amaral, redator do jornal *O Simplício*, de que se tratará mais adiante. Na opinião de seus contemporâneos –Machado de Assis incluso–, os Amarais formaram uma “dinastia jornalística” de grande mérito. Cf. Vianna, Hélio. “A Família Humorística dos Simplícios”. In: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 20/07/1958, p. 2, 3º. caderno.

negociação era acompanhada com inquietude pelos atores, que temiam ver-se excluídos do processo — em outras palavras: por medo de se levar uma rasteira, os aliados em presumível rota de defecção eram acusados de corruptos e venais.

Como tudo estava indicando uma vitória dos conservadores nas eleições de dezembro, as negociações devem ter parecido inevitáveis para os liberais. Restaria decidir quem seria mais capaz de fazê-lo — e os mais capazes foram, num primeiro momento, os que se agruparam em torno do *CM*.

O fato é que, com a conciliação, não tardou que um dos redatores do *CM*, Torres Homem, se visse [re]incorporado ao governo. A *Pacotilha* foi descontinuada em julho de 1854 pelo redator-em-chefe Francisco Otaviano — o qual, em carta datada de treze de junho do mesmo ano, assim escrevia a Carvalho Moreira, futuro barão de Penedo:

“Os tempos mudam tanto que o teu Otaviano vai tomar a direção do *Mercantil* nas idéias do Partido Conservador! Para não te levar de surpresa e acabar com elas de uma vez direi que me caso brevemente com Mademoiselle Eponina Barreto, filha da tua boa amiga D. Maria José.”²⁷⁸

O próprio *CM*, em seus últimos tempos, tornou-se porta-voz dos conservadores. São indícios que, dada a demarcação um tanto ou quanto diáfana dos campos “situação” e “oposição”, dizem pouco, muito embora digam algo²⁷⁹. “O cronista desse período tem dificuldade em extremar as opiniões político-partidárias. Eram freqüentes as mutações, as alianças, as

²⁷⁸ *Apud*: Pinho, Wanderley (org.). *Cartas de Francisco Otaviano*, cit., p. 88. Embora oficialmente ele ainda não mandasse no jornal, é certo, como se vem demonstrando neste capítulo, que já tinha por ali voz bem ativa e lhe imprimia sua orientação. A mesma carta contém a seguinte afirmação: “tenho na direção do *Mercantil* a maior ingerência”.

²⁷⁹ Paralelamente, um jornal chamado *O Liberal* — “periódico político e literário” — (conservador, ou “ministerialista”, a despeito da denominação), que em 1851-1852 atacara o *Correio Mercantil* e sua *Pacotilha*, a partir de 1853 suavizou os ataques, que em certo momento praticamente cessaram. Esses fatos, insista-se, dizem pouco, não passando — para usar a linguagem da “*Pacotilha*” — de “futrica”. Cf. a coleção desse periódico, que durou até 1855, no acervo da Biblioteca Nacional.

defecções. O caráter misto dos ministérios simbolizava a inconstância e insegurança das opiniões partidárias individuais”, conforme acentua, não sem alguma condescendência, o historiador Wanderley Pinho²⁸⁰.

Mais fácil, porém, talvez seja aquilatar o preço –se é que tão sublime preço cabe em prosa– de tais “opiniões político-partidárias”. Enquanto não viessem dias melhores, a missão do CM seria, nesse primeiro semestre de 1853, escarmentar o gabinete Itaboraí e defender a Conciliação. Para Otaviano, que tinha “a maior ingerência” no jornal, seria uma dupla satisfação: em primeiro lugar, porque Itaboraí o prejudicara nas eleições de 1852. Era essa, ao menos, a queixa que ele fez a Carvalho Moreira em carta de dezesseis de março de 1853:

“Há largo tempo nossas relações têm estado interrompidas. As circunstâncias em que nos achamos explicam isso facilmente; tu, ocupado com uma instalação, eu, atrapalhado com uma eleição, em que tive contra mim a exclusão da chapa, a *ordem* do Torres [Itaboraí] a todos os colégios para não votarem em mim, as cartas do Paulino, de Sousa Ramos e do Pereira recomendando a execução daquela ordem, e finalmente as calúnias e desaforos de alguns trastes, como o Saião Lobato.”²⁸¹

Agora, a segunda satisfação. Uma das críticas do CM a Itaboraí era assim formulada:

“As estradas de ferro e a concessão dos privilégios para a sua construção formam, como já foi demonstrado, um dos mais escandalosos episódios do governo da *justiça e tolerância* [de Itaboraí]. As denúncias que os homens probos dirigiram ao governo feriram-no apesar de sua acostumada impavidez; porém ele, lançando mão de seu grande recurso, cobriu-se com o manto imperial e disse: «O imperador assim o quis.» Para os que conhecem os lobos da *justiça e tolerância* estas palavras são apenas mais uma mentira; mas para os milhares de habitantes das províncias longínquas, onde chegará a desculpa ao mesmo tempo que a acusação, o que

²⁸⁰ In: *Cotegipe...*, cit., p. 136.

²⁸¹ *Apud: Cartas de Francisco Otaviano*, cit., pp. 79-80. Apesar do suposto boicote, Otaviano, com seus 63 votos, conseguiu a suplência e, a 25/05/1853, assumiu o lugar do deputado Sousa Ramos, que fora “promovido” ao Senado.

significam essas palavras que a distância há de tornar tremendas?” (CM, Pacotilha, 16/01/1853, p. 1).

Em outubro de 1853 caía o gabinete Itaboraí e subia o de Paraná. E uma cínica notícia publicada em outro jornal permite a conveniente releitura da posição do CM e dimensiona a outra satisfação de Otaviano:

“Do grande pão-de-ló da conciliação, mais uma fatia; e que fatia/ Por decreto de 14 do corrente foi concedido ao Sr. [Joaquim] Francisco Alves Branco Muniz Barreto, editor-proprietário do *Correio Mercantil*, privilégio exclusivo por 20 anos para a construção de uma *estrada de ferro* na Província da Bahia, partindo da cidade de São Salvador, ou de qualquer ponto do litoral ou rio navegável próximo dela, a terminar no Juazeiro, ou no lugar que mais se julgar conveniente na Margem direita do Rio de São Francisco”²⁸² (*O Grito Nacional*, 24/11/1853, p. 4).

O Grito Nacional atacou o CM durante os anos de 1853 e 1854, utilizando, às vezes, argumentações capciosas, nas quais a literatura também era instrumentalizada. Se o CM, por exemplo, publicasse um texto qualquer de Victor Hugo, o *Grito* provocava: “temos a satisfação de registrar o retorno do *Mercantil* às hostes liberais, pois nele lemos ontem um texto do eminente escritor Victor Hugo”. Mas em 1855, como já se ressaltou aqui, o *Grito Nacional* foi provavelmente aquinhoadado com uma fatia do gigantesco pão-de-ló e calou para sempre as “denúncias”, passando então a ser atacado, da mesma forma que fizera com o CM, pelo jornal *O Repúblico*, do desçaçaimado Borges da Fonseca. Mas foi curta a refrega, e previsível seu desfecho: *O Grito Nacional* abdicou da ribalta em dezembro de 1856, exatamente um ano depois de *O Repúblico* ter ensarilhado as armas já meio enferrujadas, indo ao depois brandir o chanfalho noutros fogos e freguesias mais a nordeste. Por menos que se preze esse tipo de prosa, por mais aborrecido que hoje soe aquilo que, mal dizendo, pode ser chamado de

²⁸² O projeto acabou não se concretizando por problemas de crédito internacional. O proprietário do CM, Muniz Barreto, viajou à Inglaterra a fim de levantar verbas, mas, além de fracassar –o que aparentemente o levou à bancarrota–, contraiu uma doença que a pouco e pouco o deixou cego. Cf. Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 77.

“estilo romântico na imprensa”, ninguém se atreveria a negar-lhe um mérito singularíssimo: o decoro que o torna, não raro, límpido e transparente²⁸³.

²⁸³ Existiam, igualmente, escritos e preceptivas a respeito da imprensa que de certo modo legitimariam o constante processo de compra e venda que notabiliza o setor (ao contrário do que alegava uma recente campanha publicitária, na época os jornais pouco se compravam, e sempre se vendiam). As já mencionadas cartas supostamente escritas pelo padre Souza Caldas entre 1812 e 1813 –o manuscrito entregue ao IHGB em 1830 está datado de 1828, e teria sido feito sobre o original desaparecido– foram publicadas na RIHGB em 1841, sendo depois reeditadas, mais de uma vez, de forma independente. Numa delas a argumentação é significativa para o conjunto deste trabalho: “Se o governo está persuadido que seus princípios morais e religiosos são os únicos bons, e verdadeiros, empregue homens de saber para confirmá-los, e refutar as doutrinas, que lhe são avessas; favoreça a pública instrução, cuide enfim no triunfo da verdade não com a força, mas com a persuasão [sic], e com a luz, e esplendor, que ela esparge, e difunde. Sou todavia de opinião que as matérias morais, e religiosas, por quanto são graves e de grande importância, não convém que sejam maltratadas em folhetos, e periódicos, de fugitiva e leve contextura, aonde [sic] com um motejo, e uma zombaria profanam-se as coisas mais sérias, e nada se examina, e discute com a madureza necessária. O mesmo digo daquelas leis, que estabelecem, e fundam a constituição política de um povo: sejam estes assuntos ponderados e desenvolvidos em escritos de séria discussão, que se encaminham a iluminar, e não a desinquietar, e revoltar o povo, e então seja lícito dizer-se, e imprimir tudo quanto o escritor pensa, e aprova” (*apud Revista do Livro*, cit., p. 200; cf. ainda a útil introdução de Alexandre Eulálio, pp. 193-197).

IV
História, Humor, *MSM*

10) BOCAS E OLHOS DO POVO: LUGARES-COMUNS

As MSM foram igualmente contemporâneas de um processo, aqui já aludido, que consistia no recenseamento do “povo” enquanto elemento discursivo a ser manipulado por letrados em busca de ascensão social e poder político. A exploração do assunto fica patente a partir da massa relativamente grande de títulos que incorporam a expressão e seus derivados: *Libelo do Povo* (1849), de Timandro, *Cartilha do Povo* (1849), de Franklin, *Filosofia Popular Seguida da Profissão de Fé do Vigário Saboiano de Rousseau* (1849), de Victor Cousin, *O Livro do Povo* (1856), de Navarro de Andrade, *Mistérios do Povo* (1852-1853), de Eugène Sue, além de periódicos como *A Voz do Povo* (1847), *O Povo* (1849), *A Trombeta do Povo* (1850), *A Sentinela do Povo* (1855), *Revista Popular* (1859-62), e *Livro do Povo*, de “Timon”²⁸⁴, entre outros, nos quais se desenha certa fluidez estratégica: escritos do povo, para o povo, sobre o povo. Em alguns casos, como no do jornal *O Povo*, opera-se uma fusão: era escrito por um “digno filho do povo” e dirigido ao próprio povo; quanto a *O Livro do Povo*, de Navarro de Andrade, ele continha o longo –e já então inusual– subtítulo “Resumo da História Política dos Povos e sua organização social e religiosa, feita com o fim de facilitar a instrução política do povo Brasileiro”, que simula finalidade doutrinária.

Trata-se, em rigor, de textos que, ao nomearem seu referencial, alternadamente o constituem como liberal, sequioso de ilustração, jacobino, preocupado com os desmandos governamentais, preste a explodir, sedicioso, anti-despótico, ignorante, falto de luz, pacífico, ingênuo, indiferente, simples, divertido, inclinado ao ócio, etc. etc., com as generalizações que soem ocorrer durante essa busca. De maneira aparentemente insólita

²⁸⁴ No exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, uma anotação manuscrita atribui o livro ao escritor português Eunápio Deiró (1829-1909). Dedicado “aos Brasileiros dignos deste nome, e aos estrangeiros verdadeiramente amigos do Brasil”, o trabalho não contém data nem local de publicação, mas seu estilo permite situá-lo nas cercanias do recorte sincrônico ora pesquisado.

-sinal de outra sedimentação discursiva-, os brasileiros poderiam ser iguais aos franceses:

“O caráter brasileiro em geral me parece que foi admiravelmente descrito por um grande escritor francês descrevendo o caráter de sua nação, e senão vede senão [sic] achais nas linhas que vou transcrever alguma coisa que maravilhosamente quadra aos seus patrícios:/ ‘Inquietos e levianos na felicidade, constantes e invencíveis na adversidade, formados para as artes..... grosseiros e selvagens nas perturbações políticas, navegando sem norte à vontade das paixões; ora nos céus, ora no abismo; entusiastas do bem e do mal, fazendo o primeiro sem exigir agradecimento e o segundo sem remorsos, não se recordando nem de seus crimes nem de suas virtudes; amantes pusilânimes da vida durante a paz, pródigos de seus dias nas batalhas; vivos, sarcásticos, ambiciosos, rotineiros e ao mesmo tempo inovadores, desprezando tudo o que não é deles; individualmente homens amabilíssimos; em corpo os mais desagradáveis; ora doces e inocentes como o cordeiro, ora implacáveis e ferozes como o tigre: tais foram os Atenienses de outrora, tais são os Franceses de hoje.’ E tais são os Brasileiros de agora.” (“Primeira Carta de Lord R***”, CM, Paçotilha nº. 80, 15/08/1852, assim apresentada por “O Carijó”: “Vamos, Sr. Gregório, comecemos o enfardamento pela carta de Lord R***, que diz tantas verdades e que deve ser lida e relida por todos os que pertencem à terra que *nos viu nascer*”; no mesmo dia, publicavam-se os capítulos XII – “Progressos e Atrasos”– e XIII –“Entrada para a Escola”– das MSM).

Às vezes, nalguma argumentação saquarema, podia-se inclusive propor a inexistência do povo:

“Teríamos com eles [os índios] um aumento de braços menos perigosos do que os dos negros, porque daqui a pouco estariam misturados conosco em cor e em tudo; e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.”²⁸⁵

Além de implicar e instituir um lugar de enunciação, o apelo ao po-

²⁸⁵ Varnhagen, Francisco Adolfo de. “Memorial Orgânico”. In: revista *Guanabara*. Rio de Janeiro, 1851, p. 387. *Apud* Mendonça, Bernardo de, *op. cit.*, p. 15. Esse texto provocou a já citada refutação de MAA, que consistiu em sua estréia na prosa jornalística, primeiramente no CM e em seguida no *Jornal do Comércio*, conforme já se expôs.

vo e ao popular²⁸⁶, ao menos no Brasil, também implicava e instituía, quando fala competente, um “lugar de recepção”, instância privilegiada de decodificação composta por governantes, autoridades, letrados e outros eventuais homens bons.

Segundo Genoviève Bollème, “falar do povo é convocar os homens a reunir-se, a se posicionar (tomar posição), a mobilizar-se para e em nome da História”²⁸⁷. Tal convocação obviamente pressupõe uma instrumentalização, que no caso brasileiro era patente e determinada pelo lugar institucional donde se encenava a captura desse objeto intangível²⁸⁸: desde o “pobre povo do Rio de Janeiro, que com um cumprimento de um minuto, com um ligeiro apertar de mão, acompanhado de um amigável sorriso, se esquece de um ano de sofrimentos, de vexame, e até de injúrias!”²⁸⁹, conformado em período pós-eleitoral, passando pelo “povo dócil e fácil de governar”²⁹⁰, quando se propunham acordos, até o povo “sinônimo de sublevações, violências, terror e medo”²⁹¹, constituído em período pré-eleitoral. Foi o que ocorreu em 1852, na anteriormente citada edição de dezanove de outubro do conservador *Correio do Brasil*: por terem o “povo” como “cauda” e por ter o CM utilizado a palavra “explosão”, os luzias são ali acusados de sediciosos. Uma das respostas veio estampada no periódico liberal *A Nação*. Após assegurar que “a palavra *explosão* foi uma bela metáfora empregada pelo *Correio Mercantil*”, o redator redargüiu que:

“[...] o partido liberal é o partido do povo, é portanto a maioria da nação./ Mas o receio que dessa *cauda* nutre o contemporâneo [o *Correio do Brasil*] é infundado, e o estigma que lhe lança é injusto./ Em França esse

²⁸⁶ Cf. Bollème, Genoviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 44.

²⁸⁷ Idem, p. 13.

²⁸⁸ Cf. Burke, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

²⁸⁹ Jornal *A Carapuça*. Rio de Janeiro, 27/02/1850, p. 1.

²⁹⁰ S.T.H. (Sales Torres Homem). *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil de Rodrigues e Cia., 1853, p. 6.

²⁹¹ Bollème, Genoviève, *op. cit.*, p. 13.

receio, e esse estigma poderiam ser cabidos: lá existem proletários, existe a tal *canalha* que vive de distúrbios e revoluções. No Brasil não tem aplicação o caso de França, porque **no Brasil o povo não é composto de proletários, nem de canalha**. O que se chama povo é a grande maioria da nação que ocupada nos misteres obscuros de família, não influi diretamente na política, nem nas letras. **Do povo saíram os redatores da Nação e do Correio do Brasil, do povo saem os titulares e senadores do Império.**/ Portanto sem clamorosa injustiça não pode o contemporâneo atribuir a essa grande massa de cidadãos intenções turbulentas, que não existem na *cabeça* do partido. **O povo Brasileiro é essencialmente pacífico e ordeiro**, e se alguma vez há saído da calma que lhe é natural, não é decerto da *cauda* que tem partido o movimento nem da *cabeça*; mas sim do coração que levado a extremos recursos, tem ouvido mais a voz dos seus brios, do que a das conveniências, como em um dos números passados dissemos./ Assim fique o contemporâneo na certeza de que o governo não tem necessidade de empregar a sua força para *impedir cenas de violência e tumulto*: porque hoje cabeça e cauda amestrados nas duras experiências das desgraças da pátria não aceitarão mais a luva que perfidamente lhe lançarem para qualquer combate, que deva ser travado fora do campo da legalidade”²⁹² (n.n.).

Por mais que soe familiar, esse tom melífluo não o é: “o conceito de Nação aí operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”²⁹³; as eleições eram um processo excludente, que a partir de 1842 passara a exigir, como já se escreveu antes, “a prévia qualificação de votantes e elegíveis”.²⁹⁴ Uma tal insinuação de povo comporta, pois, duas leituras: a

²⁹² Jornal A Nação. Rio de Janeiro, 13/10/1852, p. 3. Um dos redatores desse periódico era Joaquim Manuel de Macedo (cf. Candido, Antônio, *Formação...*, cit., v. II, p. 377).

²⁹³ Guimarães, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos* nº. 1 (Caminhos da Historiografia). São Paulo, CPDOC-FGV/Vértice, pp. 5-27, cit. p. 7. Sobre a produção histórica e literária no período e a constituição de seus objetos, cf. ainda o trabalho de Rouanet, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido*. São Paulo, Siciliano, 1991.

²⁹⁴ Faoro, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1979, p. 370, v. II. Cf. também Carvalho, José Murillo de. *Teatro de Sombras...*, cit., pp. 139-161.

primeira faz o elogio edificante dos homens bons e probos, cuja renda era igual ou superior a Rs 200\$000²⁹⁵; a segunda alerta sinistramente as autoridades e esses mesmos homens bons de que a “canalha” –cuja existência ou inexistência o discurso institui a seu talante– está à espreita, sendo mais prudente, portanto, acautelar-se e fazer as concessões –políticas, econômicas, etc. – que tal discurso advoga.

De passagem, o que subjaz a essa figuração é uma resposta à “tese da perversidade”, fruto da primeira onda reacionária que se seguiu à Revolução de 1789. Segundo essa tese, todos os movimentos no sentido de buscar a igualdade e destruir a tirania estariam fadados ao fracasso, gerando efeitos mais perversos do que as perversidades que os teriam deflagrado²⁹⁶: ainda que em âmbito brasileiro tal debate não tenha atingido grande nível de sofisticação, o texto de *A Nação* implicitamente esposa essa tese, procurando contudo desmentir a iminência de qualquer irrupção desestabilizadora. Para isso, mobilizou-se uma noção “semelhante [à de] *popolo* florentino (‘cidadãos economicamente ativos’) e ao *povo* da república holandesa (‘homens honestos, trabalhadores e responsáveis’)”²⁹⁷, numa clara apropriação do investimento intelectual que então era feito por autores e instituições “legalistas”, diga-se assim, a fim de provar que o Brasil, mediante pequenos ajustes, marcharia inapelavelmente para as Luzes – com uma população morigerada e propensa a atividades “dig-

²⁹⁵ Carvalho, José Murillo de. *Teatro de Sombras...*, cit., p. 140.

²⁹⁶ Hirschman, Albert. *A Retórica da Intransigência*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, pp. 18-42. Nesse livro, o cientista político norte-americano detecta a existência de três ondas políticas reacionárias desde a Revolução de 1789, as quais constituíam as mudanças respectivamente como **perversidade**, **futilidade** e **ameaça**. Seus referenciais básicos são a Europa e os Estados Unidos, ainda que seja possível detectar sua apropriação no Brasil, numa utilização obviamente adequada a seus fins precípuos.

²⁹⁷ Mattos, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, cit., p. 127. A respeito dessas noções, cf. Skinner, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, esp. cap. 4; cf. também Alencar, José de. *O Sistema Representativo* (reprodução fac-similar do original de 1868 em Santos, Wanderley Guilherme dos [org.]. *Dois Escritos Democráticos de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Edufrj, 1991).

nas” e “úteis”.²⁹⁸

Num dos textos legados pela rubrica “ALMEIDA” faz-se referência explícita a um possível critério de legibilidade para o uso da expressão “povo” em título de obra. Trata-se do comentário a respeito de *O Livro do Povo*, publicado em 1856:

“O Sr. Navarro de Andrade [...] publicou há pouco um livro, cujo título, **alguma coisa assustador**, deve ter chamado sobre ele a atenção pública [...] todo mundo esperava no seu livro uma **explosão de despeitos abafados**: a obra, nas circunstâncias em que foi publicada, parecia de sua parte uma **renúncia à luta diária**, suspeitava-se que era o seu **grito de desespero**, e todos aplicavam o ouvido pressentindo o **sussurro do escândalo**./ Acharam-se todos enganados. O livro nada tem que possa deleitar o apetite da malignidade: não é um **libelo pessoal**, nem uma **filípica de ocasião**”²⁹⁹ (n.n.).

Esse aludir à turba amotinada era uma instrumentalização possível –pois as notícias sobre as revoluções europeias haviam virado rotina–, mas não esgota o tema. Como qualquer outra, a expressão “povo” não

²⁹⁸ Cf. basicamente as coleções da *Revista do IHGB*. Útil consultar também Hirschman, Albert. *As Paixões e os Interesses*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1979; e S.T.H. (Sales Torres Homem). *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos*. Rio de Janeiro, cit.

²⁹⁹ ALMEIDA. “Revista Bibliográfica. *O Livro do Povo*, por L. A. Navarro de Andrade”. In: *CM*, 07/10/1856. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 54. Não custa lembrar que o autor, L. A. Navarro de Andrade, ex-proprietário do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, havia rompido com o governo, do qual tentava reaproximar-se: seu livro é ostentatoriamente dedicado “ao ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês de Paraná como inaugurador da sábia política de Conciliação, como Homem de Estado, e em reconhecimento dos relevantes serviços que tem prestado à Coroa e ao País nos altos cargos de Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda”. Em setembro desse mesmo ano, aliás, Paraná já estava caçando pacas perante o Eterno, sem talvez ter tido tempo de retribuir a tão gentis encômios. Não foi essa a única oportunidade em que a rubrica “ALMEIDA” acudiu, pressurosa, na defesa dos interesses do *CM* do Rio de Janeiro: ainda em 1856, sustentaria polêmica supostamente literária com Francisco Muniz Barreto, poeta e proprietário, na Bahia, de um jornal também chamado *Correio Mercantil*. O que, na realidade, os primos Muniz Barreto (Joaquim e Joaquim Francisco) disputavam era o privilégio para a construção de estrada de ferro na Bahia (cf. Mendonça, Bernardo de, *op. cit.*, e também o capítulo anterior).

possui nenhuma neutralidade, estando, ao contrário, saturada de significação política. Segundo Foucault, a problemática da população — basicamente o conjunto das pessoas sobre as quais recairia a ação do Governo no sentido de melhorar-lhes a sorte, aumentar-lhes a riqueza, a duração de vida, as condições de saúde, etc. — somente surgiu no início do século XVIII. Antes disso, durante os séculos XVI e XVII, a arte de governar pensava essas pessoas, ainda segundo Foucault, sob a ótica da célula familiar sobre a qual deveria incidir a ação do Governo, mas não no sentido de melhorar-lhe a vida, e sim no de auto-perpetuar-se enquanto Governo. Em suma, durante os séculos XVI e XVII o governo teria de governar; a partir do XVIII, sua missão seria melhorar a vida dos governados. Isso não implica, evidentemente, ações completamente diferentes, mas sim *concepções* diferenciadas: o que num caso é incidental, no outro é central.³⁰⁰ Pois bem: no Brasil do século XIX, segundo Ilmar Rohloff de Mattos, o estabelecimento do “governo da rua”, como ele denomina o governo da população, não pôde sobrepor-se ao “governo da casa”, ou seja, à concepção anterior de que governos devem, basicamente, perpetuar-se enquanto tais, sem se imiscuírem diretamente com os misteres familiares. Num arrazoado feito pelo jornal liberal *A Nação*, motivou-se o tema do bem comum à antiga:

“Essa oligarquia desde quatro anos que está de posse do governo e pesa sobre o país; estranha como ela é das condições do governo representativo, e egoísta como não pode deixar de ser, todos os seus atos tendem a um único fim, a sua perpetuidade no poder; ora todos esses atos se resentem muito naturalmente da *idéia exclusiva* que os inspira; todos se destinam ao engrandecimento e ao triunfo de alguns homens em detrimento do bem comum e dos direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros./ O partido saquarema sustentando com o seu apoio a oligarquia, que o desonra, rebaixa-se, aniquila-se, e toma um caráter que o envilece; fazendo-se cúmplice dos atentados do *monstro político*, identificando-se com

³⁰⁰ Foucault, Michel. “A Governamentalidade”, in: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990, pp. 277-293.

ele, deixa de ser partido para ser também facção, e obedecendo cegamente aos caprichos e **firmans** de duas dúzias de *senhores*, se reduz a representar o miserável papel de *vassalos feudais* dessas tristíssimas caricaturas dos barões da idade média. [...] / O povo não costuma nem pode aprofundar as altas questões do estado; e muitas vezes ressentido das calamidades que sobre ele pesam, atribuirá ao sistema a culpa, que é somente dos desvarios, dos caprichos e dos crimes de alguns homens [...]" (n.n.)

301

Descartando-se outros fatores, é apropriado observar o seguinte: a argumentação centra-se no fato de que leis devem ser obedecidas e governos são um fim em si mesmos. A expressão “povo”, ali, se reveste de um caráter mais abrangente: o conjunto dos que não podem compreender os elevados desígnios da política. No já citado *O Livro do Povo*, de Navarro de Andrade, defende-se a idéia de que a soberania não residiria no povo, e sim “no homem ou no corpo que pela legitimidade de seus direitos hereditários ou de livre escolha e eleição, conforme a disposição do pacto social, ocupa o primeiro lugar nas nações”. Em outro trecho, assim se argumenta:

“A reunião dos homens em um só corpo, formam [*sic*], como já dissemos, a sociedade; do caráter individual de cada um dos membros sociais em particular, fundidos e amalgamados em um todo deriva-se o caráter moral social” (p. 48).

Na Pacotilha e em outros escritos, a metáfora do conjunto da população como “um só corpo” também ocorre. Assim foi no caso do incidente, já mencionado, provocado por uma nota britânica sobre o tráfico de escravos, em onze de janeiro de 1851. A resposta do ministro dos Estrangeiros, Paulino Soares de Souza, feria a tecla da “ofensa à nacionalidade”, e a Pacotilha, tomando partido dos britânicos, escreveu o seguinte:

“A questão não comporta ofensa de nacionalidade, porque, a ser assim, as opiniões se fundiriam em uma só, **os Brasileiros se levantariam como um só homem**, pois é na hora das grandes necessidades de um país que

³⁰¹ Artigo transcrito pelo CM em 03/12/1852, p. 1, sob o título “A Oligarquia”.

se comunica instantâneo como a eletricidade de uma ponta a outra da longa fileira de seus filhos, o sentimento de nacionalidade, muito embora deturpado por causas de difícil remoção e de inveterada origem” (CM, Pacotilha nº. 2, 17/02/1851, p. 2; *n.n.*).

Mas, na resenha ao livro de Navarro de Andrade, a rubrica Almeida assim discutiu a soberania:

“É claro que o poder tolerado parte da vontade que o tolera, e só dele deriva sua força e sua razão de ser. em quem então reside a soberania? No tolerante ou no tolerado? De uma comparação mais poética do que exata tem-se querido tirar um argumento em favor da doutrina que combato: busca-se a analogia entre sociedade e família; o governo toma o papel do pai, e donde este deriva seu poder quer-se fazer derivar o poder daquele. Há antes de tudo uma grande diferença: o pai precede à família, o governo sucede aos governados. [...] na família, as necessidades são limitadas e idênticas: a inteligência de um só pode bastar para as satisfazer; na sociedade é o contrário; sendo os interesses multiplicados, é mister que todos eles advoguem a sua causa, sob pena de ficarem esquecidos; daí a necessidade indisputável da participação de todos na formação e direção do governo. É pois na própria heterogeneidade dos princípios, convicções e desejos, que importa para o Sr. Navarro a negação da soberania do povo, que se deriva a sua existência nele.”³⁰²

Falar da “heterogeneidade dos princípios, convicções e desejos” era sem dúvida uma profissão de fé liberal, e, naquele momento, moderna. Mas deve ser tomada com alguma cautela: como se vem postulando ao longo deste trabalho, ocorria uma proliferação de discursos cuja apropriação em geral se fazia conforme o gosto do freguês. No Brasil, tais posturas em relação ao objeto “povo” –que na França, segundo Foucault, caracterizaram momentos diferenciados– foram estritamente contemporâneas, e seu uso indiscriminado num mesmo órgão aponta para uma capacidade formidável: botava-se no lugar a idéia que fosse mais conveniente. Portanto, defender a heterogeneidade podia equivaler a defender a continui-

³⁰² ALMEIDA, “Revista Bibliográfica. O Livro do Povo...”, cit., pp. 55-56.

dade da participação liberal no Poder, que talvez tivesse ficado em suspenso com a recente morte do marquês de Paraná.³⁰³ Ademais, como Navarro de Andrade era adversário do grupo do CM, ele poderia ter escrito um panfleto da maior “modernidade” e ainda assim ser censurado.³⁰⁴

De qualquer maneira, o que importa dizer é o seguinte: as MSM estão inseridas nessa linha de textos que procuraram produzir o objeto “povo”. Fazendo-o, interceptaram outros temas e motivos que então se debatiam na cultura brasileira – as práticas discursivas a respeito da história nacional, da medicina, do amor, da atuação policial, da religiosidade, da colonização –, cruzando-os e deles se apropriando. Indo mais além, esse cruzamento também produz uma “literatura”, trabalho ficcional cujo “efeito de realidade” provinha justamente da habilidade e pertinência com que tais temas eram dramatizados, na efetuação de uma “prática simbólica que põe em cena materiais históricos, conferindo a eles determinados valores de uso numa situação e numa posição determinadas como um interesse ou um outro valor”³⁰⁵. Esse outro valor era a crítica dos procedimentos particularizados das personagens – não importando se tais procedimentos eram percebidos como ficcionais ou não – e que, transpostos para o plano da generalidade, estariam presentes na realidade

³⁰³ “Com a sua morte [de Paraná], a 3 de Setembro de 1856, que tanto abalo, justo é re-memorarmos, causou ao espírito público, todo o edifício a custo erguido se aluiu, enchendo o espaço em torno só de ruínas e escombros, mais e mais acirrados as malquerenças e rancores partidários” (Taunay, Visconde de. *Homens e Cousas do Império*. São Paulo/Rio de Janeiro, Melhoramentos, 1924, pp. 25-26).

³⁰⁴ Cf., sobre o liberalismo: Barretto, Vicente. *Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro*. Brasília, Edunb, Unidade I e II, 1982, e Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo, IEB-USP, 1969, esp. pp. 29-65. Era a ocasião que determinava o uso ideológico, às vezes obstado pela ignorância dos envolvidos. Foi o caso, por exemplo, da revolução de 1817, à qual a população não aderiu por considerá-la uma revolta de inimigos do rei, pois, como observa Maria Isaura Pereira de Queiroz, “a fidelidade ao rei ainda significava para aquela gente a fidelidade a Deus” (p. 32).

³⁰⁵ Hansen, João Adolfo. “Os Lugares das Palavras” (entrevista a Joaci Pereira Furtado). In: *Registro* (Informativo do CNRH do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto), nº. 4, setembro/1995-fevereiro/1996, Caderno Especial, p. 1.

empírica. Nessa perspectiva, o objeto “povo” não está sendo constituído aleatoriamente por um rapaz ingênuo e desprovido de pré-requisitos culturais³⁰⁶: muito ao contrário, as *MSM* integram esse processo mais global donde foram subtraídas pela crítica moderna, que prefere analisá-las como se elas fossem uma espécie de “infância” dessa modalidade de escrita. É certo que, como outras produções iluministas de seu tempo, a linguagem das *MSM* é de grande transparência. E, como elas, faz um jogo que se decifra pelo cruzamento dos discursos praticados em sua contemporaneidade, os quais, apesar das negações, sorrisos e esgares, nada ocultam.

O povo se presentifica nas *MSM* sob o signo da festa, da intriga, da aglomeração e dos hábitos pitorescos, os favoritos dos letrados:

“Já se sabe que nesse dia houve função; os convidados do dono da casa, que eram todos d’além-mar, cantavam ao desafio, segundo seus costumes; os convidados da comadre, que eram todos da terra, dançavam o fado, de maneira que esteve a festa excelente pela variedade. [...] A princípio o Leonardo quis que a festa tivesse ares aristocráticos [...]” (*CM*, Pacotilha n.º. 73, *MSM*, 27/06/1852, p. 1).

“Afim de contas a Maria sempre era ilhoa [...]” (*idem*, 04/07/1852, p. 1).

“Espiar a vida alheia, inquirir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquele tempo cousa tão comum e enraizada nos costumes que ainda hoje, depois de passados tantos anos, restam disso vestígios” (*idem*, *ibidem*).

“O menino, como já dissemos, estremeceu de prazer ao ver aproximar-se a procissão [...]./ Vinha aproximando-se o acompanhamento e o menino palpitava de prazer” (*idem*, 11/07/1852, p. 1).

“E não era só a gente do povo que dava crédito a essas *feiticiarias*; consta que muitas pessoas da alta sociedade de então iam [ao caboclo do mangue] comprar venturas e felicidade pelo cômodo preço da prática de algumas imoralidades e superstições” (*idem*, 18/07/1852, p. 2).

³⁰⁶ Em seu valioso trabalho, Bernardo de Mendonça (*Obra Dispersa...*, cit., p. XII) também aponta o fato, mas chega a conclusões diferentes. Na perspectiva aqui adotada, a “autoria espontânea” não importa, dado o caráter fortemente “administrado” do *CM*, como já se viu antes, e que relativiza qualquer vislumbre de espontaneidade.

“Todo barbeiro é tagarela, e principalmente quando tem pouco que fazer; começou portanto a puxar conversa com o freguês” (idem, 01/08/1852, p. 2).

“[...] viu entrar-lhe pela porta a dentro uma mulher velha, baixa, gorda, vermelha, vestida, segundo o costume das mulheres da baixa classe do país, com uma saia de gonga azul por cima de um vestido de chita, um lenço branco dobrado triangularmente posto sobre a cabeça e preso embaixo do queixo, e uns grossos sapatões nos pés. Parecia presa de grande agitação e de raiva; seus olhos pequenos faiscavam de dentro das órbitas afundadas pela idade[,] suas faces estavam rubras e reluzentes, seus lábios franzinos e franzidos apertavam-se violentamente um contra o outro como prendendo uma torrente de injúrias, e tornando mais sensível ainda seu queixo pontudo e um pouco revirado” (idem, 08/08/1852, p. 1).

“Entretanto serenou o alvoroço, acabou-se a festa, e o povo e el rei se retiraram.” (idem, 29/08/1852, p. 1; el rei desapareceu na edição em livro)

“[Nos dias de procissão] enchiam-se as ruas de povo, especialmente de mulheres de mantilha” (idem, 26/09/1852).

“Entre todas as suas *boas qualidades* [José Manuel] tinha uma que infelizmente caracterizava naquele tempo, e talvez ainda hoje, positiva e claramente o Fluminense, era a maledicência” (idem, 14/11/1852).

“Nas escadas do Império fazia-se como ainda hoje, leilão, divertindo-se muito o povo ali apinhado com as pesadas graçolas do pregoeiro” (idem, 24/10/1852).

a₁) HISTÓRIA & POLÍTICA

Galhofa sem tinta de melancolia, as *MSM* foram –ou fizeram tenção de ser– uma espécie de “escritura militante”, que incorporou, de maneira indireta, elementos da crítica então feita pelos liberais aliados do poder, transportando-a para um passado produzido como mais ou menos remoto. A seção – **que não era, como se costuma infundadamente pensar, um “folhetim”**³⁰⁷ – pretendia ter cunho alusivamente político-partidário –

³⁰⁷ Do ponto de vista tipográfico, o folhetim –ao menos no recorte sincrônico aqui estudado– caracterizava-se de forma bastante precisa: situava-se no **rodapé** da página. Não era esse o caso das *MSM*, situadas no corpo do texto da “Pacotilha”. Convém dizer que em 1853, quando as *MSM* ainda estavam sendo publicadas, apareceram na “Pacotilha” as

característica, em maior ou menor grau, de toda a Pacotilha —, conforme se pode entrever pelas palavras que antecedem o primeiro capítulo das MSM:

Memórias de um Caixeiro, da lavra de um tal “Brás Fogacho”, estas sim definidas, literalmente, como “Folhetim da Pacotilha”, e situadas, por conseguinte, no rodapé: “hoje em dia nenhum jornal satisfaz as exigências do nosso público [...] sem ter o seu rodapé, a que chamam folhetim” (jornal *A Época Literária*, Bahia, 1º/05/1850, *apud* Salles, David. *Primeiras Manifestações da Ficção na Bahia*. Salvador, UFBA, 1973, p. 15). As MSM não foram o caso único de texto seriado depois publicado em livro, embora originariamente sua forma não fosse o “folhetim”: enquadram-se nessa categoria, entre outros, a série “Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos”, de S.T.H., de 1853, publicada em livro nesse mesmo ano; ou o “romance brasileiro” *Maria ou A Menina Roubada*, de Teixeira e Sousa, publicado nas colunas, e não no rodapé, do jornal *Marmota Fluminense*, de Paula Brito, em 1852. Já a série “O Filósofo Provinciano na Corte, a seu Compadre na Província”, do “Carapuceiro” Lopes Gama, saiu na mesma *Marmota* em 1852, mas não foi publicada em livro. Mesmo assim, a questão é de certo modo irrelevante, pois puramente formal, só adquirindo relevo à medida que contribua para esclarecer o status do texto no órgão em que foi divulgado; acresce, ainda, que essas características –rodapé ou não-rodapé– poderiam ter sido determinadas por circunstâncias difíceis de investigar hoje, tais como dificuldades tipográficas e de diagramação, etc. No caso das MSM, todavia, sua estrita similitude com as demais seções –como o “Escritório da Pacotilha”– parece indicar que a diagramação não era aleatória: como exemplo, o jornal *O Liberal*, que em 1853 inaugurara uma seção chamada “Revista dos Jornais”, recenseou, em edição de 20/01, os folhetins do *Jornal do Comércio (Olímpia de Cleves, de Dumas)*, do *Diário do Rio de Janeiro (A Marquesa Ensangüentada)* e do *Correio Mercantil (Um Drama no Mar, de X. de Marmis)*; não se fez menção às MSM. É apropriado observar que as citadas *Memórias de um Caixeiro* foram assim apresentadas: “Começamos hoje a publicação das memórias de um caixeiro, que há de merecer a atenção dos fregueses; é um trabalho de pura imaginação, que julgamos cuidadosamente feito” (Pacotilha nº 127, 03/07/1853, p. 1; *n.n.*); as MSM não foram apresentadas como “pura imaginação”. Marlyse Meyer (“Voláteis e Versáteis, de Variedades e Folhetins se Fez a Chronica”, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, v. 46, nº. 1-4, janeiro a dezembro de 1985) aborda o assunto, mas suas referências ao *Correio Mercantil* e às MSM são demasiado voláteis, diga-se assim, evidenciando que a autora não consultou o jornal. Também seria útil ressaltar que José Ramos Tinhorão, no recente estudo por ele dedicado ao assunto (*Os Romances em Folhetins no Brasil...*, cit.), considera folhetim toda e qualquer modalidade de escrito ficcional dado à estampa, na imprensa, em capítulos. Marlyse Meyer retomou o assunto em *Folhetim, uma História* (São Paulo, Cia. das Letras, 1996), no qual procura traçar a complexa história desse gênero, com base em que “o importante era focalizar o fato de que o folhetim não é algo unívoco, fechado, mas tem uma história, a qual se inscreve na História” (p. 18). Está direito.

“Mal haja quem estabeleceu o preceito do exórdio. Asneira de quatro costados fizemos nós quando nos acostumamos e aos leitores a escrever uma introdução para o nosso artigo semanal, pois sem ela podia haver Pacotilha, e com muito menos trabalho por abundar matéria já escrita com que somos semanalmente mimoseados. Bom serviço em tais apuros nos tem prestado um homem que está em Paris, a quem recorremos em caso de urgência, quando nos falta tempo para consultar alfarrábios. Nas aflições em que hoje nos achamos pela moléstia de alguns sócios, ausência de outros que ainda não regressaram à casa, e cansaço dos que deram entrada, porém caindo de sono por terem perdido noites nos pagodes a que assistiram, contentem-se os fregueses com a recordação de fatos da história antiga, acontecidos nos dias 25, 26 e 27 de junho de outras eras./ No primeiro destes dias é que foi guilhotinado em Paris, no ano de 1804, Jorge Cadoudal, o qual entendia que o melhor meio de livrar-se de um grande inimigo era o assassinato. Foi a 26 de junho em que a Igreja reza do bispo S. Virgílio, que Felipe II fez, em o ano de 1581, a sua entrada solene em Lisboa. Foi também a 27 de junho de 1706 que o exército português, comandado pelo marquês das Minas, entrou em Madrid; ora, nós que começamos a escrever no dia 23 a nossa Pacotilha, a qual deve ser distribuída no dia 27 pela manhã, entendemos que seria bom exórdio ou introdução comemorar tais acontecimentos nos dias de seus aniversários, e continuar depois com nossa tarefa semanal, como agora já vamos fazer, **dando princípio à publicação de uma história que não deixa de ser longa, por ter tido seu princípio no tempo do rei e acabar neste em que nos achamos**” (Pacotilha nº 73, 27/06/1852, p. 1, 1ª coluna; *n.n.*).

A leitura da Pacotilha e de textos da época deixa claro que tanto as referências à contemporaneidade quanto ao tempo do rei pressupunham uma imediata tradução política: a história do Brasil já era, afinal de contas, uma questão política, como se verá mais adiante³⁰⁸. No número se-

³⁰⁸ Foi certamente por isso que o jornalista, político e professor Justiniano José da Rocha assegurou que somente “algum Tácito” poderia “escrever a história de nossa terra” esquecendo “todas as paixões [políticas]”. In: *Ação; Reação; Transação...*, cit., p. 176 (original de 1855). Cf. ainda os textos de José de Alencar recolhidos em Freixeiro, Fábio (org.). *Alencar: os Bastidores e a Posteridade*, op. cit., nos quais o trânsito da história à política se faz com grande naturalidade, como se uma supusesse a outra

guinte, é colocada em cena a figura do suposto “espia” que também atuava no “Escritório”:

“Nesta ocasião entregou-nos o Sr. Gregório uma carta, e dentro dela encontramos a continuação das –MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS.– Diz-nos o correspondente que já tem escrito nove capítulos, e que se Deus lhe der vida e paciência, irá ainda mais longe, e tem plano formado para uns –MISTÉRIOS DO RIO DE JANEIRO,– obra em que se empenha conquanto não afiance a perfeição, e muito menos conclusão, razão porque preferiu dar-lhe tal título” (nº 74, 04/07/1852, p. 1, 1ª coluna).

A partir da leitura desses trechos, por conseguinte, verifica-se que as MSM deveriam ter tido duração maior, servindo concomitantemente para transportar o esquema satírico-humorístico da “Pacotilha” ao “tempo do rei”. A série não perdurou o tempo previsto, mas pode-se especular que, capturando as impertinências e “chocarrices” no tempo histórico, talvez as reconduzisse a sua própria contemporaneidade, fundindo-se, quem sabe, com o “Escritório”, que capturava as mesmas impertinências e chocarrices no espaço geográfico do Rio de Janeiro. As MSM seriam, desarte, um mecanismo de “legitimação histórica” –na linha galhofeira– do *panopticon* que o “Escritório” se propunha a ser, funcionando de forma análoga e complementar à dele.

Assim, da mesma forma que recebia denúncias das impertinências e desregramentos contemporâneos, o espia e mensageiro Gregório também carregava à redação da “Pacotilha” as notícias dos desregramentos e impertinências nos “costumes antigos”. Esse procedimento talvez possa relativizar as leituras que pensam as MSM como uma escritura “realista *avant la lettre*” ou como retrato “ingênuo” e “espontâneo” do Brasil³⁰⁹:

³⁰⁹ Ademais, pensa-se aqui, com Roger Chartier, que “nenhum texto [...] mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. O texto, literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento, que remetem para as suas próprias condições de produção. A relação do texto com o real (que pode talvez definir-se como aquilo que o próprio texto apresenta como real, constituindo-o como um referente situado no seu exterior) constrói-se segundo modelos discursivos e

produção por assim dizer interessada, era também escrito suavemente partidário, que “denunciava” as mazelas do País, pretendendo, ao menos do que se pode inferir de seu projeto inicial, fazer uma espécie de crítica corrosiva de todos os miúdos desatinos que o “povo” cometia e continuava cometendo em virtude do despotismo e de seus resíduos, no caso a atuação das autoridades encarregadas de zelar pela ordem pública – ainda que de forma circunstancial, pois esse tipo de crítica estava mais ou menos disseminado; o importante é que, **naquele momento específico**, ele estava sendo apropriado pelos liberais. Era também “história”, ao menos na acepção mais lata definida por Abreu e Lima:

“A história compreende todos os estilos: a narração de um fato praticado na ordem dos acontecimentos ordinários, ou a de um fenômeno singular que produziu efeitos desastrosos, a relação de uma batalha, os atos de grande valor ou de devoção patriótica, a pintura das paixões desenfreadas, que arrastam consigo os destinos das nações, os vícios ou as virtudes de um povo, o furor do fanatismo político ou religioso, cada um d’estes demanda um modo de dizer, assim como um quadro exige diferentes tintas, conquanto seja delineado pelo mesmo pincel”³¹⁰ (n.n.).

a2) EUGÈNE SUE

Também não deve passar em branca nuvem a referência aos *Mistérios do Rio de Janeiro*: trata-se de uma citação de *Os Mistérios de Paris*, famoso romance do francês Eugène Sue.³¹¹ Hoje talvez seja difícil atinar com a significação disso, mas, na época, mencionar Sue tinha uma sedimentação

delimitações intelectuais próprios de cada situação escrita.” (Chartier, Roger. *A História Cultural...*, op. cit., p. 63.)

³¹⁰ Lima, José Inácio de Abreu e. *Compêndio de História do Brasil*. Rio, Laemmert, 1843, v. I, pp. X-XI. Livro dedicado ao “mui alto soberano D. Pedro II”.

³¹¹ Publicados no Brasil em 1844-45, de forma seriada, pelo *Jornal do Comércio*, com tradução de Justiniano José da Rocha, que também traduziria *O Judeu Errante*. Cf. Cardim, Elmano, cit., pp. 137-138, e Meyer, Marlise. *Folhetim. Uma História*. cit., pp. 281-285, onde se registra que o tradutor é “José Joaquim da Rocha”, equívoco certamente devido à semelhança dos nomes. Não foi possível localizar na BN a edição em livro.

precisa, ao mesmo tempo crítica e política.³¹² Na imprensa ele era citado amiúde, às vezes indiretamente:

“Desprezado ou odiado, [o romance é] acusado de incendiário e imoral./ Tal acusação porém é absurda./ [...] Prescindindo dos últimos [romances] de Sue (e esses são verdadeiros *pamphlets* e não romances) há aí algum que pregue a revolta?”³¹³

“Luís Napoleão [...] quer seguir o exemplo dos republicanos do governo provisório que se foram logo encaixando nas carruagens reais, ou ainda o do *fidalgo* socialista, o célebre romancista político Eugène Sue [...]./ [...] Para escapar às observações impertinentes, e ao tributo das visitas, que se ia tornando muito oneroso, Eugène Sue tomou o partido de refugiar-se na solidão dos campos. É curiosíssimo o novo sistema de vida adotado pelo aristocrata socialista.”³¹⁴

“O povo em sua cândida simplicidade busca nele [no romance] instruir-se deleitando-se: e quão negro não é o crime daquele, que abusando do seu espírito, das graças da linguagem, e das seduções da poesia propaga idéias funestas, que plantam a descrença na alma [...] ou então tornando-se ainda mais culpável santifica o vício emprestando-lhes as cores da vir-

³¹² Para a atuação política de Sue, cf. Fortescue, William, *Revolução...*; cit.; para uma análise estruturalista de *Os Mistérios de Paris*, cf. Eco, Umberto. “Retórica e Ideologia em *Os Mistérios de Paris* de Eugène Sue”. In: *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, Perspectiva, 1970, pp. 181-206. Entre 1851 e 1852, Sue teve outra obra sua, os *Mistérios do Povo*, publicada em folhetim pelo CM, que nesses mesmos anos começou a comercializá-la em volume. Cf. ainda Meyer, Marlise, “Voláteis...”, cit., p. 20; Lopes Gama, Miguel do Sacramento. *Observações Críticas Sobre o Romance do Sr. Eugênio Sue, o Judeu Errante*. Recife, 1850, além da biografia de Sue, estampada na revista *A Nova Minerva* n°. 5, de janeiro de 1845, e n°. 10, de fevereiro de 1846. Marlyse Meyer retomou o assunto em obra recentemente publicada: *Folhetim...*, cit., esp. pp. 69-84, onde se trata da carreira política de Sue. É oportuno mencionar que, no original francês, os *Mistérios do Povo* tinham por subtítulo “ou História de uma Família de Proletários Através dos Tempos”, elidido na tradução brasileira (cf. Meyer, Marlise, *Folhetim...*, cit., pp. 80 e 285; CM, 05/09/1852, p. 4). Para algumas comparações pontuais entre os *Mistérios de Paris* e as *MSM*, cf. Ribeiro, José Alcides. *Imprensa e Ficção...*, cit.

³¹³ Novaes, J. F. “O Romance”. In: *O Curupira*, cit., n°. 16, 23/01/1853, p. 124. Nesse texto, o gênero romance é defendido de acusações como imoralidade, radicalismo político e subversão.

³¹⁴ “Carta ao Amigo Ausente. Décima Terceira Carta”. In *Jornal do Comércio*, 16/03/ 1851. *Apud* Paranhos, José Maria da Silva. *Cartas ao Amigo Ausente*, cit., pp. 66-67.

tude! [...] os *Sete Pecados Mortais*, de Eugênio Sue, pertencem à segunda classe.”³¹⁵

“Eugênio [Sue] escreve com outras vistas. O seu fim é propalar as idéias políticas, é indicar ao governo ou ao povo as reformas que cumpre fazer em diversos ramos da administração da sociedade francesa, as instituições que urgem as circunstâncias se erijam e as que força é destruírem-se. Este seu fito se enxerga a olhos vistos nos seus primeiros romances, tais como *Mistérios de Paris*, *Judeu Errante* e *Mistérios do Povo* e, em geral, em todas as suas novelas.”³¹⁶

“A obra de Eugênio Sue [*O Judeu Errante*] foi inspirada pela reação liberal, contra as maquinações desta Companhia [de Jesus] para recobrar a sua antiga influência.”³¹⁷

“[...] nós enfim que somos *pacatões*, e temos muito medo de algum *moquete* puxado pela mão de hábil capoeira, que os há de tirar o chapéu na *misteriosa Cidade do Rio de Janeiro*” (n.n.).³¹⁸

É sensível, pois, o direcionamento político que o intertexto imprimia à leitura. Nesse mesmo número da *Pacotilha*, antecedendo o texto que fala dos “*Mistérios do Rio de Janeiro*”³¹⁹, consta a seguinte obsecração humanitária:

“*Cristãos do século das luzes!* Se quereis proibir aos pobres que não entrem na casa onde banqueteis, ide para o Pharoux ou para o Ângelo, e aí podeis soltar gritos de alegria, palavras sem nexos; podeis esquentar os cérebros, pedir um voto, um empenho para emprego rendoso, embora no santo ócio; podeis às largas curar das vossas conquistas, aprazar ali as

³¹⁵ “Bibliografia. *Vicentina*. Romance do Snr. J. M. de Macedo”. In: *Guanabara*. 1855, p. 17. “Vício” é aí metáfora (ou eufemismo) de “rebelião”.

³¹⁶ A.P.S. “Rápido Paralelo Crítico Entre Alexandre Dumas e Eugênio Süe [sic]”. In: *Guaianá* (revista). São Paulo, n.º. 4, julho de 1856. Apud Castello, José Aderaldo (org.). *Textos Que Interessam...*, cit., v. II, p. 237.

³¹⁷ Artigo de Antônio Pedro de Figueiredo no jornal *O Progresso*, Recife, 20/06/1846. Apud Martins, Wilson. *História da Inteligência...*, cit., p. 339.

³¹⁸ Revista *O Bodoque Mágico*. Rio de Janeiro, n.º. 1, 19/04/1851, p. 3 (artigo “Quem São os Verdadeiros Judas”). A alusão aí é policial, que não deixava de ser política, como se verá adiante.

³¹⁹ A respeito dos *Mistérios do Rio de Janeiro*, confira-se o capítulo “f”.

entrevistas, consumir os atos nefandos de que muita gente hoje se ufana, porque, dói dizê-lo, ser motor de muitas lágrimas, cuspir a desonra na face da donzela, é moda sem a qual o homem que tem alguma coisa passa por estúpido!/ Oh! bem haja a estupidez assim entendida!/ Oh! mal haja a civilização como hoje se entende!” (CM, Pacotilha nº. 74, 04/07/1852, p. 1, 1ª. coluna).

a3) DIMENSÕES DO MENINO TRAVESSO

Mais ainda: o primeiro capítulo das *MSM*, como se sabe, narra entre outros fatos o nascimento de Leonardo filho –que “mamou duas horas seguidas sem largar o peito”³²⁰– e o modo por que se tornou afilhado do “compadre” barbeiro. Assim que o texto se encerra, e sem qualquer sinal de separação, é introduzida nova matéria em cujo início se declara:

“Do **pão-de-ló** do nosso **compadre** grande fatia a nosso **afilhado**. A câmara, como ninguém, compreende muito bem a importância desse adágio, e o executa generosamente. As rendas públicas (graças à pauta criada pelos homens cuja opinião política está fora do poder) avultam; e como se o país não tivesse empenhos a cumprir, necessidades a satisfazer para preparar-lhe um futuro a que é destinado pela sua natureza e recursos, novo como ainda é, os suaves representantes entendem que o meio mais conveniente de empregá-las é reparti-las pelos altos funcionários públicos, e mimosear com elas aos escolhidos da atualidade” (CM, Pacotilha nº. 73, 27/06/1852, p. 1, coluna 2; *n.n.*).³²¹

³²⁰ No *Dicionário da Língua Brasileira* –o primeiro do gênero no Brasil–, publicado em 1832 por Luiz Maria da Silva Pinto, “mamar” recebe a seguinte definição: “chupar o leite da mama. Tirar, ou levar alguma coisa de alguém” (esse livro, impresso em Ouro Preto, na Tipografia de Silva, não dá a numeração das páginas). Segundo Hélio Vianna, “mamar, na linguagem da época, significava, de modo geral, receber dinheiro dos cofres públicos [...]” (*Contribuição...*, cit., p. 266); “peito”, ou mais vulgarmente “teta”, era metáfora de “governo” ou “prebenda”, tendo existido, de 15/02 a 25/04/1833, um jornal sintomaticamente chamado *O Par de Tetas* (cf. idem, p. 267; *Anais da Biblioteca Nacional...*, cit., p. 96). Como curiosidade, registre-se que o mesmo dicionário assim define a palavra menino: “Menino: –a, m. f. Diz-se do homem, ou mulher até a idade de sete anos”.

³²¹ As conseqüências dessa indiferenciação na diagramação já foram rapidamente comentadas pelo pesquisador carioca Marcus Vinícius Nogueira Soares, em seu breve e inteligente estudo “O Romance Brasileiro: do Periódico ao Livro”, manuscrito inédito, 1995,

Acresce que a figura do “menino travesso” –uma das dimensões de Leonardo filho– era muita vez utilizada para a crítica política e moral, como se fez num pasquim luzia de viés cômico:

“O mundo na sua interminável comédia/ Se o privilégio da inocência tolera que as crianças digam tudo o que quiserem, como privar que um *menino travesso* deixe de falar o que sente, havendo tanta matéria que o faz arrebentar por quantas ilhargas tem? Parece airoso que um menino assim abelhudo, e atilado, nos seus lúcidos intervalos, meta também a sua colherada, posto que a sua língua não tenha ainda aquele desembaraço parlamentar, nem essa facilidade para se exprimir, e enunciar com clareza, e precisão; e outro sim, com o fim unicamente de captar a benevolência do leitor sisudo, e circunspecto, com tudo pela novidade do objeto, e da travessura, tem seu lugar.”³²²

Nas MSM, o tema do menino travesso não é tão declaradamente “partidário” porque ali se operava o cruzamento de outras leituras possíveis, uma delas sendo a da criança como metáfora de “povo”, ou de um de seus setores faltos de luz. Não custa lembrar que essa instrumentalização não é surpreendente ou destoante: “para os românticos de todos os matizes, [o povo] é eterna criança que deve ser ‘protegida’ [...] um povo é, segundo o mais acentuado dos românticos, ‘como uma criança, um pro-

p. 3: “quem acabara de ler o primeiro capítulo das *Memórias de um Sargento de Milícias* não teria dificuldade de entender este início de texto como pertencendo ao segundo capítulo.” Na realidade, esse era um dos efeitos perseguidos pelo jornal: causar a impressão de uma vasta continuidade indiferenciada.

³²² *O Menino Travesso* (“periódico jocoso, crítico e sempre moral”) n.º. 1. Rio de Janeiro, 12/10/1842, p. 1; sua epígrafe era “Se bem que menino, do vício falando, / Torno-me útil, ainda mesmo brincando”. Em 1849, circulou um pasquim saquarema chamado *O Moleque*, dirigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos. Havia casos em que o Brasil era metaforizado como criança e rapaz, como, por exemplo, no livro *Lembranças de José Antônio*, de 1857: “O Brasil foi um rapaz que passou sua mocidade, até os vinte e cinco anos, na mais plena liberdade [...] / COMIA DO BOM E DO MELHOR.” (*op. cit.*, p. 7). Sintomaticamente, esse artigo termina com a frase “Deus é grande!... Confiemos no porvir” (*cit.*, p. 9), ou em *O Livro do Povo*, de Navarro de Andrade: “Irrisão! Perguntar a uma criança [o Brasil] por que não sabe tanto como um velho e experimentado ancião [a Inglaterra]” (*op. cit.*, p. 66).

blema individual, pedagógico’.”³²³

De maneira um pouco mais direta, a questão dos meninos mal-criados também era, segundo os “enfardamentos” da Pacotilha, um problema moral. Antes disso, já *O Simplício* andara pela mesma linha:

“Que terríveis juízos faz essa criançada de um velho que não conhecem [o Simplício, redator do jornal, figurado como um velho ora sisudo, ora cômico]! É pela boca d’alguns desses meninos mal-educados que a cada passo se está vendo atassalhada a honra e probidade do homem de bem e assim caminham nos braços da relaxação tornando-se imprestáveis para si e para a Pátria” (*O Simplício* n.º. 6, 18/05/1831, p. 6).

“Recomende a quem competir o magote de crianças que andam pela rua do Alcântara pronunciando palavras obscenas e dando lugar a continuadas brigas” (*CM*, Pacotilha n.º. 116, 17/04/1853, p. 1).

a4) OS OLHOS DO DESPOTISMO

A primeira frase das *MSM* é um “gancho” célebre –“era no tempo do rei”–, cujo sentido já se atribuiu à intenção de situar a estória no terreno da fábula.³²⁴ Tratando-se, como é o caso, de escrito ficcional, tal leitura é verossímil, mas convém notar que –e aqui se propõe atenção ao caráter a um só tempo político³²⁵ e histórico³²⁶ do texto– foi recorrente, entre os li-

³²³ Romano, Roberto. *Conservadorismo Romântico*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 79. O “mais acentuado dos românticos” citado pelo autor é o alemão Novalis.

³²⁴ Candido, Antonio. “Dialética da Malandragem”, *In: O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, p. 27; Ribeiro, José Alcides. *Imprensa e Ficção...*, cit., p. 114.

³²⁵ Como observou “M. A. DE ALMEIDA”, “a nossa literatura de hoje é filha da política: a política dos povos que começam é escrava das paixões. Daqui nasce que a audácia, a petulância e a descuidada impavidez de uma reflete-se toda inteira na outra.” (*CM*, 20/07/1856; apud Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 49.)

³²⁶ O caráter histórico do texto não escapou aos contemporâneos, conforme se pode notar pela seguinte afirmação: “*O Sargento de Milícias* é um romance histórico. Embora a concepção pertença à fantasia, emparelha-se, no decorrer dos acontecimentos, uma linha de personagens que são do domínio da história” (Major, Manuel Antônio. *Op. cit.*, p. 688). O filólogo Darcy Damasceno nega o caráter histórico da obra, afirmando que “a reconstituição histórica [...] é minguada nas *Memórias*. [...] a minúcia não esteve na intenção do autor [...] jamais o levantamento de época figurou como objeto de Almeida” (cf. “Afetividade Lingüística nas *Memórias de um Sargento de Milícias*”, *in Revista Brasileira*

berais, a crítica ao **despotismo**. Situando a narrativa no “tempo do rei”, afirma-se que as ocorrências se darão no “tempo do despotismo”³²⁷, em contraponto com este “nosso” tempo, em que não há mais (ou não deveria haver mais) despotismo, em que há uma Constituição e em que –por consequência– os liberais podem tomar o poder sem que alguma idiosincrasia do imperador tenha o direito de impedi-los.

Numa passagem suprimida da edição em livro, certo comportamento “del-rei” (João VI) é assim descrito:

“[...] esperou-se um pouco, porém oh! el-rei não devia esperar. Despachou-se a toda pressa um dos meninos que não entrara na festa para ir procurar o padre; ele deu duas voltas pela vizinhança, e veio dizendo que não o tinha encontrado [ao mestre de cerimônias]. Subiram os apuros; el-rei começava já a **franzir o sobrolho** [...]” (MSM, Pacotilha nº 82, 29/08/1852, p. 1, 3ª coluna; *n.n.*).

“Franzir o sobrolho” era a tópica –satírica– característica da natureza hiperbolicamente despótica, que pretenderia submeter o universo ao capricho de seus esgares. Um conjunto de artigos já exumados neste trabalho talvez ajude a esclarecer a questão: em 1849, no jornal luzia *O Noti-*

de Filologia, v. II, t. 2, 1956, pp. 155-177, cit. p. 157). Na linha que se vem adotando aqui, contudo, isso não importa porque: a) as intenções do autor não importam; e b) o texto se produziu, sim, como história galhofeira, e como história galhofeira foi lido pelos contemporâneos. Por perseguir leituras e interpretações ideais, porém, o texto de Damasceno –em certos aspectos muito bom e acurado– acaba cometendo anacronismos como os seguintes: “a publicação das *Memórias na Pacotilha do Correio Mercantil feria duplamente o gosto literário do momento*: primeiro, opondo o sentimental ao humorístico; segundo, *levantando contra a retórica a espontaneidade da linguagem afetiva*” (p. 159; *n.n.*). De um lado, o “gosto literário do momento” é uma visão retrospectiva de manuais escolares; de outro, a suposta “espontaneidade da linguagem afetiva” é, por si só, um procedimento retórico como qualquer outro, fato que deveria não ser ignorado por um filólogo. Cf. Lausberg, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária*, cit.

³²⁷ “As *Memórias de um Sargento de Milícias* desenha[m] [...] as demasias prepotentes do despotismo [...]”. Silva, Bethencourt da. “Introdução Literária”. In: MSM, Rio de Janeiro, Tipografia e Litografia Carioca, 1876, p. xxiv. Convém notar que essa edição introduz o subtítulo “romance de costumes nacionais”. Em 1837, no jornal *O Carapuceiro*, afirmava-se que o regime colonial era “uma admistração quase turca”, o que equivalia a dizer bem mais do que despótica (*O Carapuceiro*, 11/05/1837, artigo “O Que Falta ao Brasil”).

ciador, encetava-se a publicação da série “Quadro dos Lobões Saquaremas”, por “Horácio Cocles”. Num dos artigos lê-se que:

“O despotismo estampado no semblante de todos os saquaremas os distingue perfeitamente dos homens liberais, de sorte que no primeiro golpe de olhos se diz daqueles: ali está um déspota, ali está um terrorista, um homem que não conhece senão a sua vontade e interesses particulares!” (n.º 27, 28/10/1849, p. 1).

Como se pode perceber, tratava-se de uma espécie de “preceptiva” para a vituperação satírica do despotismo inscrito na fisionomia.³²⁸ Mas como seriam tais semblantes? As descrições são muitas, e divertidas; nelas, os olhos têm seu lugar:

“[Eusébio de Queirós] tem uma fisionomia infantil, mas onde brilham dois olhos azuis que revelam o embate de rudes paixões. A sucessiva contração de seus lábios finos, que ele aperta entre os dentes de modo tal que empalidece, o desfigura [...]” (n.º 26, 24/10/1849, pp. 2-3).

“Dizem que os Srs. Nabuco, Congonhas, Caxias e outros que sofrem dos olhos mandaram pôr nas janelas cortinas verdes, e escuras, por isso o Senado está sem brilho” (n.º 6, 21/09/1849, pp. 1-2).

“Os irmãos, tios, avós e sobrinhos de S. Ex.^a. [‘o Sr. Conde de Caxias’], sobre os quais Deus derramou suas prolíficas bênçãos [*sic*] e que formam uma linhagem mais extensa que a do defunto Israel, não deixarão de saltar-nos às goelas, de lançar-nos suas gajes e olhando-nos com olhos de

³²⁸ Esse tipo de “preceptiva” pode ter derivado da crítica teatral. Em artigo sobre “o jovem ator De-Vecchi [?]”, um jornal saquarema estabeleceu o seguinte: “O rosto, espelho da alma, deve fazer conhecer as emoções que esta sofre, o prazer, o ódio, a inveja, e todas as mais paixões de que somos suscetíveis [...]” (*O Tribuno*. Rio de Janeiro, n.º. 1, 16/05/1844, p. 3). Nessa linha, o despotismo seria uma “paixão”. Na página 4 do jornal *O Carapuço* de 17/08/1842, artigo intitulado “Influência do Caráter Sobre os Olhos das Mulheres”, afirma-se: “É indubitável, que de todas as partes, que contituem a fisionomia, nenhuma é tão importante, como os olhos, onde de ordinário se pintam as paixões, os hábitos e os temperamentos”. Registre-se que “A.”, de Almeida, deixou uma blague a respeito do assunto: “Falamos do olhar, e dizem que é nele que a alma se manifesta com mais verdade; é um erro./ No olhar a alma transluz apenas; na voz a alma expande-se” (*CM*, 09/07/1854, artigo “Fisiologia da Voz”, *apud* Mendonça, Bernardo de, *op. cit.*, p. 20).

esguelha, que tanto os caracterizam, como quem tem febre lipiria, dirão: Se não fora meu irmão, que seria do Monarca?” (nº 1, 16/09/1849, p. 2).

Descrição similar se faz do hoje absolutamente esquecido Bernardo Bonifácio Montalvão de Mascarenhas, presidente nomeado da província do Maranhão, no *Jornal de Timon*:

“O excelentíssimo Bonifácio, dizem, fez um leve movimento de sobrance-lhas, como quem achava escusada tamanha dilação” (*JT*, p. 63).

Num texto posterior, o já citado historiador diamantino Joaquim Felício dos Santos contou a estória de um “interessante Ouvidor, que sem dúvida era uma das brilhantes luzes do tempo de El-Rei Nosso Senhor”. Irônico ao extremo –ele era republicano, separatista e uma das penas mais bem aparadas de seu tempo–, Joaquim Felício primou sempre pela crítica ao despotismo. O tal Ouvidor é pintado como estúpido, comilão, carola e covarde, todos seus atos refletindo uma formação despótica e canhestra. Em certo momento, ele assim repreende um criado: “Não quero saber de teus sonhos, disse o Ouvidor **carregando o sobrolho**”³²⁹ (*n.n.*).

a5) O IHGB E OUTROS USOS DA HISTÓRIA

A produção da “história pátria” era, como já se realçou, uma questão política, fato que se evidencia pela fundação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a missão de “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras.”³³⁰ Paralelamente a essa missão –que desejava preencher os espaços de um vazio caótico com relatos que lhe introduzissem a plenitude da ordem (memórias, biografias³³¹, índices cronológicos etc.)–, verifica-se a severa

³²⁹ “Fragmento de um Manuscrito”. In: jornal *O Jequitinhonha*. Diamantina, de 25/09 a 19/10/1861. *Apud Revista do Livro* nº 23-24. Rio de Janeiro, INL, julho/dezembro/1961, pp. 173-183, esp. pp. 178, 181 e 183.

³³⁰ Guimarães, Manoel Luís Salgado, *op. cit.*, p. 6. Prossegue o historiador : “É de novo uma certa postura iluminista — o esclarecimento, em primeiro lugar, daqueles que ocupam o topo da pirâmide social, que por sua vez se encarregarão do esclarecimento do resto da sociedade — que preside o pensar a questão da Nação no espaço brasileiro.”

³³¹ Características desse fato são as laudatórias “Biografias de Brasileiros Ilustres ou de

exigência de erudição extrema, como se comprova pela leitura dos exemplares da revista editada pelo instituto. Ali configura-se a história nacional com um campo desconhecido, um jamais-sabido que reclamava a intervenção de “sumidades literárias.”³³²

[O mesmo Joaquim Felício dos Santos, como já se mencionou antes, publicou em 1862, em seu jornal *O Jequitinhonha*, o primeiro e único capítulo de “A História do Brasil Escrita pelo Dr. Jeremias no Ano de 2862”, onde alguns dos princípios historiográficos encampados pelo IHGB são levados ao paradoxo: se a história é pura acumulação de dados, logo a do “Dr. Jeremias” tem “162 grossos volumes *in-folio*, impressos em tipos finos, sem margens, sem folhas ou espaços em branco, a fim de economizar material e não suceder como faziam os editores da antigüidade que vendiam mais papel limpo do que livros.”³³³]

Sobreleva notar que os discursos do IHGB atravessam tanto a produção quanto a recepção do CM, da Pacotilha e de suas MSM. Enquanto os primeiros querem introduzir a ordem, a hierarquia, a racionalidade e a teleologia, os discursos do CM questionam, afirmam a incoerência, fazem críticas: oferecem, em resumo, outras ordens, hierarquias, racionalidades e teleologias. E é também assim que se podem ler, por exemplo, as MSM, as “Memórias de um Caixeiro” ou as “Memórias Enciclopédicas de uma Urna Eleitoral do Engenho Velho” (CM, Pacotilha, 17/10/1852) ou a “Biografia de Ulisses” (CM, Pacotilha, 25/07/1852; *cf. adiante*): são igualmente paródias, no sentido etimológico, de discursos do IHGB, cujo programa previa a publicação de documentos históricos inéditos.³³⁴ Tratava-se, a

Pessoas Eminentíssimas Que Serviram no Brasil ou ao Brasil”, publicadas em série desde 1839, data de fundação do IHGB e de sua revista.

³³² Cf., entre outras, a revista de 1852 (tomo xv, pp. 83-112), que abriga uma cáustica polémica entre Diogo Soares da Silva Bivar e Joaquim Caetano da Silva acerca do *Índice Cronológico* escrito por Perdígão Malheiro. A exigência de erudição também indica, naturalmente, uma luta pelo monopólio da competência intelectual.

³³³ Jornal *O Jequitinhonha*. Diamantina, 22/11/1862. *Apud Revista do Livro*, cit., p. 111.

³³⁴ Cf., por exemplo, a Pacotilha de 20/06/1853, p. 1, onde se publica –“para admirar os parvos e edificar os doutos”– uma “Sentença de um Juiz de Paz”, datada de 16/07/ 1837

e apresentada como estapafúrdia: “À vista da denúncia autêntica do meritíssimo Dr. promotor desta comarca de... e das testemunhas concubinadas entre si, e também do corpo de delito indireto muito bem manipulado pelo Dr. Jerônimo, que é entendido, e esteve para entrar no censo da jurídica, e depois caiu na asneira de se casar, se prova que o réu F. deu quatro facas boas em sua mulher Francisca das Dores, duas na veia umbelicada, que lhe fizeram sair o intestino reto para fora, outra na espinhela espigada, ou coisa que o valha, e outra finalmente logo abaixo da omopata, segundo disse o licenciado Gonçalo, que é quem entende destes nomes franceses, que na nossa terra nunca se usaram; tudo motivado porque o dito réu, não obstante ser casado à face da Igreja, tinha raptado uma moça já adúltera e filha família de sua mãe ou avó (que nisto não concordam os diferentes autores), e a cuja mulher dele não a queria em casa; que é desaforo fazer essas poucas vergonhas nas barbas de sua obrigação: pronuncio esse Fariseu à prisão e galés perpétuas, por muito favor, em atenção ao Rev. vigário ter-se empenhado tanto em concomitância com sua comadre Teresa, se bem que as más línguas dizem outra coisa, que Deus me perdoe, na forma do código do processo e de outro código que não me lembra agora o nome, porque o emprestei ao capitão Chiquinho. O meu escrivão Brito o tenha assim entendido, e lhe envio muito saudar, e paguem-se as custas e mais direitos paroquiais. Vila de... 16 de julho de 1837, tantos e quantos da independência e do Império. — F.”. Leia-se ainda: “Não são só os juizes modernos, delegados e subdelegados os que dão sentenças burlescas; aí vai uma sentença dada na capitania de Pernambuco em 1769, que pela sua novidade se torna digna de figurar a par dos mais curiosos documentos do gênero: ‘Vistos estes autos epondo os olhos em Deus esua Mãy Maria S. Santíssima minha senhora dequem sou muito devoto, empunhando esta vara vermelha comque presentemente me acho na mão que significou a de Moisés comque feriu apedra edela, tirou o edelicioso vinho para fartar asede do povo de Irael quando oguiava para aterra da promessa, eapareceu Deus em sua sarça abrasado; atendendo mais ao empenho de minha Comadre asenhora Maria da Silva a quem Sou muito obrigado enão menos devo atender ao empenho que tem de patrocinar este R. amulata Catita dequem tenho sete filhos naturais, que de obrigação São meus herdeiros, sem embargo das testemunhas fs. fs. jurarem contra pr. não estou porisso, contra este R. mais Se não proceda que oabsolvo, e dê se lhe sem Sentença baixa na culpa pagas as custas pelo R. emque o condeno, e em lhe pedir perdão no ato da Missa Conventual por dolo e malícia comque acusou este pobre R. Sem embargo de ter razão.’ Vila de S. João d’aguária Julho 9 de 1769” (CM, Pacotilha nº. 128, 10/07/1853, p. 1); ou “**Documento Curioso.**/ ‘Eu Abaxo Açinado Inspetor do 9º. quarterão 1º. Destrito da Vila Santa Maria de.../ Atesto que F., Morador no lugar d-nomenado pindobaz fogo N. 57: Casado naturar de Maricá idade 59 anos Lavaror Porpiatário./ Hé Senhor ipissuidor dum Escravo de nome Dionízio idade 31 anos mas omenos Bem costiado no que dis Respeito a lavoras tem officio Pedrero Serra i Farqueja: na mesma forma o vende com todos Seus axaques veulhos inovos: para fora desse Juizo digo para Serra açima: ipor me çer pidido pelo proprio do que dou minha fé em verdade do ispendido Em razão de meu Officio d’Inspetor atual, 9º. quarterão os 12 dias do mez d’feveiro 1853./ Quartel da minha Rizidencia Caxito da pedra.” (CM, Pacotilha nº. 130, 24/07/1853, p. 1). Esse recurso –a publicação de “documentos” pouco edificantes– era ali

propósito, de um recurso inofensivo, que implicava ainda a reivindicação de outras competências: as condições de possibilidade desses discursos, como se diria alhures, eram rigorosamente as mesmas.

Além disso, nos jornais luzias contemporâneos das MSM, capta-se uma instrumentalização “preventiva” do conhecimento histórico. Foi o caso de um jornal que, após garantir que o governo tramava “estabelecer o regime absoluto no solo americano”, emendou o seguinte:

“Não é para reter por luxo em nossas memórias os fatos ocorridos que se estuda a história, e sim para deles tirarmos proveitosas lições, que nos encaminhem no lidar da vida [,] que ela há sido julgada como um ramo utilíssimo dos conhecimentos humanos.”³³⁵

Seja, *v.g.*, o período joanino. Os historiadores em geral “emperravam” nesse ponto, não descendo a minúcias por falta ou de documentação ou, o que é mais provável, de uma sedimentação discursiva mais segura – uma vez que Varnhagen ainda não conduzira a história do Brasil a um porto seguro. Baltazar da Silva Lisboa, por exemplo, autor dos volumosos *Anais do Rio de Janeiro...*, não foi além de 1808:

bastante comum. (Talvez não por acaso, os documentos “escolhidos” –ou inventados, não importa– guardam alguma analogia com a dita “poesia –e prosa– pantagruélica” que naquele mesmo período os estudantes de Direito de São Paulo produziam, e que se caracterizava pela completa incongruência [“ora, se a alma humana é uma porção de canjica, escapada dos vulcões da lua, quando esta brigou com o marquês de Paranaguá, segue-se que, a não existir Deus, a humanidade não passaria de um homem de estatura mediana” etc.], mistura heteróclita cuja falta de sentido faz evidenciar a habilidade do autor em produzi-lo; cf. Candido, Antônio. “A Poesia Pantagruélica”. In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, pp. 225–243). Além disso, a Pacotilha encenava grande despreço pela figura de Francisco Adolfo de Varnhagen, membro destacado do IHGB, procurando metê-lo à bulha nalgumas oportunidades, como em 31/10/1853, no artigo “Ignorância e Fanfarrice: o Varnhagen com o Chá Indígena”, em que ele é pesadamente ridicularizado por haver convencido o governo espanhol a importar chá brasileiro. Segundo a Pacotilha, a iniciativa era de uma estupidez sem par porque, entre outras coisas, “em Espanha ninguém toma chá”, e porque a produção do Brasil é tão pequena “que toda se consome no País”. Publicar documentos constituídos como ridículos era também comum no jornal *O Carapuceiro*.

³³⁵ *Jornal Opinião Nacional*. Rio de Janeiro, 25/09/1851, n.º. 1, p. 1.

“Tal era o estado do Rio de Janeiro com a chegada de Sua Majestade e Augusta Família. Terminará pois a tarefa deste meu trabalho.”³³⁶

Num texto antes citado, dois membros do IHGB comentaram a obra de Debret, e assim discorreram sobre o período joanino e suas realizações:

“Na introdução diz o autor — que a civilização estava estacionária antes da chegada do Sr. Rei D. João VI, de gloriosa memória. Se dissesse que depois d’aquela memorável acontecimento ganhou muito o país, concordaríamos com a sua opinião; mas que a civilização progredia, apesar do sistema colonial, é um fato inegável, como o atestam os belos edifícios que já haviam [*sic*] e os estabelecimentos de várias aulas de ensino público, e o aumento do comércio e d’agricultura; tanto assim que o próprio rei e as pessoas de influência que o acompanharam, se admiraram de achar tantos melhoramentos.”³³⁷

Em 1838 traduzia-se no Rio de Janeiro a obra *História do Brasil*, do caixeiro-historiador inglês John Armitage, que residira alguns anos no País e entretecera relações com o jornalista e político Evaristo da Veiga. Ali, o período joanino é assim desqualificado:

“De mistura com essas vantagens [provocadas pela abertura dos portos], alguns males sobrevieram: uma enxurrada de aventureiros, necessitados e sem princípios, acompanhou a Família Real; foi necessário admiti-los nos diferentes ramos da administração. [...] Era notável a extravagância e a prodigalidade da Corte: ao mesmo tempo que a *Uxaria* [*sic*] por si só consumia seis milhões de cruzados, e as suas despesas eram pontualmente pagas, os empregados públicos estavam atrasados nove e dez meses na percepção de seus honorários; viam-se portanto necessariamente obrigados a recorrer à prevaricação para poderem subsistir./ [...] A moral da Corte também era a mais baixa. O caráter individual do Príncipe Regente era incorrupto; mas as infidelidades de sua esposa eram tão es-

³³⁶ *Anais do Rio de Janeiro, Contendo a Descoberta e Conquista deste País, a Fundação da Cidade com a História Civil e Eclesiástica, até a Chegada d’El Rei Dom João VI; além de Notícias Topográficas, Zoológicas e Botânicas*. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher & Cia., 1834, v. I, p. XXVI.

³³⁷ Lisboa, Bento da Silva, e Moncorvo, J. D. de Attaíde. *Op. cit.*, p. 95.

candalosas, que se viu aquele obrigado a viver separado dela” (n.n.).³³⁸

A despeito da ressalva final, essas e outras críticas iriam custar-lhe umas tantas injúrias, que aliás não lhe devem ter feito qualquer moça: “o *Diário do Rio*, em 1842, tratando Armitage como simples caixeiro, acusou-o de subversivo, de escarnecer de todas as crenças, de não ter religião alguma, de ser republicano fanático e revolucionário por disposição congênita, de falar mal tanto de D. Pedro I quanto de seu próprio rei.”³³⁹

As *MSM* representam o período do rei, “abençoada época”, sob o signo da balbúrdia e da falta de luzes, presentificadas pelas figuras burlescas que impam em seu espaço textual³⁴⁰: lembre-se que, nas críticas de

³³⁸ Armitage, João [sic]. *História do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1981, pp. 32-33 (original de 1838, traduzido por “Um Brasileiro”).

³³⁹ Sousa, Otávio Tarquínio de. *Fatos e Personagens...*, cit., p. 163. As diferenças se manifestam quando se atenta para a inserção político-social dos historiadores: a *História do Brasil* do português Francisco Solano Constâncio, republicano exaltado que participara das lutas napoleônicas, apresenta o período joanino de forma francamente negativa (Paris, J. P. Aillaud, 1839, v. II, p. 166 e ss.). Em consequência, na *RIHGB* de 1852 (tomo XV, página 245), Varnhagen xingou Constâncio de “ingrato”, “charlatão” e “triste especulador de Paris”, acrescentando que “o nosso Instituto pulverizou-o como merecia”. Já a *Epítome Cronológica da História do Brasil*, do brasileiro Caetano Lopes de Moura, “natural da Bahia”, apresenta o mesmo período de forma mais simpática e compreensiva (Paris, J. P. Aillaud, Monton & Cia., 1860, p 230 e ss.). O curioso é que Moura, estabelecido em França, também participara das campanhas napoleônicas, mas, no momento em que escrevia sua *Epítome...*, estava sob proteção de Pedro II, que lhe estabelecera um estípcio. Cf. Veiga, Cláudio. *Um Brasileiro Soldado de Napoleão*. Caetano Lopes de Moura. São Paulo, Nacional, 1979. Mas o momento exigia uma espécie de decoro para historiar o período: assim, as muito laudatórias *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, de Luís Gonçalves dos Santos, Padre Perereca, não parecem ter gozado de grande favor, tanto que mal são mencionadas no elogio fúnebre que se fez do autor, em 1844, no *IHGB*. A explicação talvez se deva à perspectiva absolutamente “lusocêntrica” daquelas memórias — que aliás foram impressas em Portugal, no ano de 1825, por ordem de D. João. Certamente seria preciso conciliar o elogio da continuidade da civilização portuguesa no Brasil com o anti-despotismo e a defesa das Luzes. Não era o caso do Padre Perereca, durante toda a vida acusado de pouco entusiasta da Independência do Brasil.

³⁴⁰ E que, conforme já notou Antonio Candido, são todas culpadas (“Dialética...”, cit., p. 47); de modo idêntico, Walnice Nogueira Galvão observou que “não há nenhuma personagem íntegra no sentido positivo nas *MSM*. Todos têm seus pontos fracos” (“No Tempo do Rei”, in *Saco de Gatos*. São Paulo, SCCT/Duas Cidades, 1976, p. 29). À diferença, po-

rém, do que dizem esses eminentes críticos, isso pode significar uma adesão do texto, ainda que superficial ou irônica, ao “fisiognomismo” ou frenologia, ciência muito em voga na época, e que permitiria reconhecer o caráter das pessoas através dos traços fisiômicos. Uma das vertentes dessa ciência, baseando-se em Goethe, acreditava que “todo o ser humano, tanto o mais elevado quanto o mais inferior, leva consigo um segredo que o tornaria odioso a todos os outros” (Bulwer, Edward George. *Eugene Aram*. Paris, 1832. *Apud Benjamin, Walter. Charles Baudelaire. Um Lírico no Auge do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 36). Como todos se recordam, o trapaceiro José Manuel é assim descrito nas *MSM*: “quanto ao moral, **se os sinais físicos não falham**, quem olhasse logo para a cara do Sr. José Manuel, assinalava-lhe logo um lugar distinto na família dos velhacos de alto quilate” (*MSM*, Pacotilha nº. 93, 14/11/ 1852; *n.n.*). Em 20/08/1847, a livraria Garnier anunciava no *Jornal do Comércio* a venda da “*arte de conhecer os homens*, de Lavater”, obra em dez volumes publicada em 1820, na França. Para o assunto, cf. Baltrušaitis, Jurgis. *Aberrations. Essai Sur la Légende des Formes*. Paris, Flammarion, 1983; e Courtine, J. J. & Haroche, Claudine. “O Homem Perscrutado. Semiologia e Antropologia Política da Expressão do Século XVII ao Século XIX”. In: Orlandi, Eni (org.). *Sujeito e Texto*. São Paulo, Educ, 1988, pp. 37-60. Nas “Páginas Menores” do *CM*, a 09/07/1854, a rubrica “A.”, que em geral se supõe ser de MAA, escreveu, no artigo “Fisiologia da Voz”, que “Balzac pôs a fisiologia em moda; por ele e depois dele todos os sentimentos, todas as funções, os gostos, as ocupações, certos sacramentos, e até certas *desgraças*, foram explicadas em seu modo de ser. Verdade é que a *ciência* pouco ganhou com os descobrimentos daquele escritor e de seus discípulos; estamos porém em época de reformas, e hoje que tudo se emancipa, por que há de o absurdo, esse escravo, esse servo, esse plebeu, continuar a viver na tutela tirânica da verdade, ludibriado, escarnecido, pateado, maltratado? Não tem ele direito aos foros de liberdade?” (*apud Mendonça, Bernardo de, op. cit.*, p. 19). O texto adota uma atitude contra a fisiognomia, ali chamada de fisiologia. Balzac incorporara a seus romances, como diz Baltrušaitis, os princípios de Lavater. Pode-se imaginar que das duas uma: ou o trecho das *MSM* e o artigo “Fisiologia da Voz” assumem posições contrárias, ou em algum deles, mais possivelmente nas *MSM*, a referência é irônica. Era habitual, nas encenações de nacionalismo, criticar a imitação de autores franceses, entre eles Balzac. No mesmo período, alguns setores da medicina no Brasil certamente estariam mais inclinados a outras leituras e interpretações, dispensando fisiognomia e frenologia. É o que se percebe, por exemplo, no livro *Investigações de Psicologia*, publicado em 1854, em dois tomos, pelo médico e deputado baiano Eduardo de Oliveira França (1809-1857), formado na França. Nesse trabalho, é muito instrutiva, sobretudo, a leitura do “Livro Quinto”, que trata dos instintos, nele divididos em três espécies: a) físicos; b) intelectuais; e c) sociais e morais (o amor, a malevolência e o ridículo são aí arrolados na última categoria). Quando menciona o “instinto de alimentação”, o autor ressalva: “é a alimentatividade dos frenologistas”; o “instinto da astúcia” seria “a secretividade dos frenologistas”; já o “instinto de habitação” seria a “habitatividade dos frenologistas”, etc. etc. Cf. a reedição: França, Eduardo de Oliveira. *Investigações de Psicologia*. São Paulo, Edusp/Grijalbo, 1973, com introdução de Antônio Paim. É um livro interessante também por demonstrar que não havia, no sentido moderno, obviamente,

cunho político, a tarefa de “ilustrar, civilizar e moralizar o povo” pertencia sempre ao governo, que por sua vez deveria delegá-la aos letrados.³⁴¹

Os textos de caráter explicitamente político nunca se abstinham de repisar episódios da história do Brasil, que instrumentalizavam a fim de legitimar suas asserções, já que, como afirma Edward Said, “a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente”.³⁴² Leia-se, numa edição d’*O Carapuceiro* de 1837, por exemplo, este trecho significativo, onde se explora o mesmo dispositivo que o da Pacotilha em 1852:

“Muito nos mazelávamos, e com razão, da arbitrária administração do Rei Velho; a cada passo **nos queixávamos dos despotismos** que então se praticavam, e dos vexames que sofriam os povos; **mas, hoje** agüentamos o pesado jugo de uma maioria do Corpo Legislativo, tanto mais opressora quanto revestida das formas legais” (*O Carapuceiro*, 26/04/1837; n.n.).

Para maior clareza, basta consultar, entre outros, o *Libelo do Povo*, a *Cartilha do Povo*, a *Ação; Reação; Transação*, ou a *História do Movimento Político de 1842*. Esse último livro, como se afirmou no segundo capítulo do presente trabalho, foi escrito pelo cônego José Antônio Marinho em 1844, pouco antes da anistia concedida aos revoltosos de 1842, entre os quais ele se engajara. Seu primeiro capítulo fala das lutas da Independência, com breve referência a el-rei D. João VI. Como luzia, Marinho tinha de encenar jacobinismo, sem no entanto ferir suscetibilidades. A solução conciliatória foi esta:

“Os portugueses, que se apresentaram então os mais entusiastas da regeneração, porque viam nela a elevação de Portugal, e bem que no Brasil

“psicologia” no Brasil de então.

³⁴¹ “Os que até hoje têm dirigido o leme do Estado parece-me que muito pouco, ou nada, tem posto em mira a prosperidade real do Brasil [...] não se há dado um passo para tornar os povos industriosos e morais.” (*In* jornal *O Carapuceiro*, 11/05/1837. *Apud* Delgado, Luís [org.]. *Lopes Gama. Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1958, p. 64). Cf. igualmente outros trechos semelhantes citados no decorrer deste trabalho.

³⁴² *In: Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 33.

habitasse, não podiam suportar sem amargura o progressivo amor que o Sr. D. João VI consagrava ao Brasil e aos brasileiros, tramaram um Movimento da tropa, que tivera lugar na madrugada de 26 de fevereiro, e que forçou El-Rei a prestar juramento à Constituição Portuguesa, tal qual fizessem as Cortes.”³⁴³

Desse modo, a genealogia do País era objeto de uma luta que se traduzia, nas apropriações luzias, em ataque aos portugueses (“galegos”) e aos saquaremas, que seriam seus protetores ou asseclas absolutistas ou despóticos:

“[...] todo ensaio absolutista no Brasil é igualmente recolonizador; os soldados de um e de outro são os mesmos [portugueses e saquaremas]; e a liberdade não pode sucumbir sem que a par disso se restaure a influência humilhante, de que nos emancipamos por duas revoluções, cujos resultados são novamente desconhecidos e combatidos.”³⁴⁴

Tal crítica não comportava, de forma alguma, a elisão do fato de que o Brasil era uma nação de origem portuguesa, ainda que isso fosse negativo.³⁴⁵ Assim, um escrito quase tão “radical” quanto o *Libelo do Povo*

³⁴³ Marinho, José Antônio. *Op. cit.*, p. 45.

³⁴⁴ Revista *O Bodoque Mágico*. cit., nº. 5, 25/08/1851, p. 36. Isso é uma repetição literal de *O Libelo do Povo* (cit., p. 63), o que demonstra a contínua reposição de seu discurso por parte dos luzias.

³⁴⁵ Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães (*op. cit.*, p. 6), “num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.” Tal regra, certamente válida para o IHGB, não o é, contudo, para toda a produção que se pode definir, de forma muito lata, como histórica, principalmente em períodos eleitorais, quando os lusitanos são erigidos inimigos públicos pela inteligência luzia. De qualquer modo, caso dependesse de alguns letrados brasileiros, esta nação já teria cumprido seu ideal desde o século passado: segundo o esotérico escritor Felipe Alberto Patroni (1798-1866), aos portugueses não restaria nem mesmo a prerrogativa do sebastianismo. Patroni defende, ao longo do livro *Os Mistérios do Brasil*, a idéia de que D. Sebastião reencarnara de mala e cuia no jovem imperador Pedro II: “logo, o Sr. Pedro Segundo é realmente o Cristo Capitão do Brasil, porque ele, como delegado de Deus e da Nação toda inteira no Cálculo Potencial, é o *Alfa* e o *Ômega*, princípio e fim do cálculo genético ou das origens e nascentes do poder da suprema inteligência na terra de Santa Cruz. [...] E seria

asseverava o seguinte:

“Somos ainda hoje Portugueses, mas Portugueses degenerados, com todos os seus vícios e nenhuma de suas virtudes (sobriedade e amor ao trabalho³⁴⁶). [...] O Brasil tem três faces bem distintas, e vêm a ser: o Brasil colônia, o Brasil Metrópole ou Reino, e o Brasil Império. O estabelecimento da Corte no Brasil não foi um fato civilizador, nem benéfico; a abertura dos nossos portos ao estrangeiro, e a liberdade do comércio foram logo compensadas por novos e extraordinários tributos, alcavalas de toda espécie, e uma como que aposentadoria geral para um exército de verdadeiros mendigos de Portugal, que acompanharam o Príncipe-Regente. Criaram-se, é verdade, muitos empregos, mas foram para os Portugueses que vieram³⁴⁷, e até os que cá estavam foram esquecidos pelos novos aventureiros. O furto, o roubo escandaloso, o peculato, a concussão, o suborno, tudo era lícito a um recém-chegado, porque o emprego público era considerado como um modo de vida. A ação do governo tornou-se eminentemente corruptora em lugar de civilizadora, que deveria ser.”³⁴⁸

pecar contra o Espírito Santo contradizendo a verdade conhecida por tal, desconhecer que a nossa política, desde os tempos da independência até agora, salvas mui pequeninas interrupções, há sido constantemente *sebastianismo puro*, anglomania, lusitanismo, conquista material do ouro e prata a ferro e fogo, ou *política de ópio*, de matéria muito material [sic] e venenosa, mortal” (*Os Mistérios do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1845, p. 26 e 30). Era demais mesmo para *aquela corte*, dita do beija-mão: Patroni e suas formulações esotéricas tiveram barrada a aproximação ao Paço. Então o autor, após recolher os cacos de sua pequenina vaidade, mudou-se, amuado, para Portugal. Cf. Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Edusp/Cultrix, 1978, v. II, p. 269. Cf. também sobre a pitoresca figura de Patroni, cujo nome completo é Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, a introdução de Haroldo Maranhão a *Dissertação Sobre o Direito de Caçoar/Carta a Salvador Rodrigues do Couto* (São Paulo, Giordano/Loyola, 1992, pp. XIII-XVII).

³⁴⁶ Quanto ao “amor ao trabalho”, note-se que, nas MSM, Leonardo Pataca fora, em sua juventude, um meirinho “muito afreguesado” (CM, Pacotilha 77, 25/07/1852, p. 2).

³⁴⁷ Nas MSM, como se sabe, o meirinho Leonardo-Pataca, “aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado” (CM, Pacotilha 73, 27/06/1852, p. 1).

³⁴⁸ Franklin (José Inácio de Abreu e Lima). *A Cartilha do Povo*. Pernambuco, Tipografia da Viúva Roma & Filhos, 1849, p. 8, 64.

O jacobinismo ou anti-lusitanismo era também um dos elementos presentes nas apropriações humorísticas e satíricas do discurso luzia (mas não só nelas³⁴⁹), segundo as quais os portugueses detestam e invejam o Brasil (que anseiam por ver recolonizado), açambarcam empregos públicos, perpetram velhacarias, são despóticos ou absolutistas, não gostam de trabalhar na lavoura, etc. Sendo exatamente esse o viés das MSM, conviria, portanto, investigar essas práticas.

³⁴⁹ “Não se pode lisonjear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira educação, tão mesquinha foi ela que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres” (Gonçalves de Magalhães, “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, 1836, *apud* Martins, Wilson, *História da Inteligência...*, cit., p. 224).

11) RIDENDO CASTIGAT MORES (*ET* PORTUCALENSES)

Pintura satírica dos “costumes nacionais”, as MSM filiavam-se à linha do *ridendo castigat mores*, que se insinuava também no teatro, como o atestam as palavras de Quintino Bocaiúva sobre a “alta comédia”:

“Sendo ela destinada a instruir divertindo, sendo por sua própria natureza de todas as formas dramáticas a mais simples, a mais popular, deve por consequência falar de modo que seja mais facilmente compreendida, deve dirigir-se à inteligência do público, tão simples em sua dicção quanto profunda em sua moralidade, de sorte que se insinue facilmente por seu espírito, que se introduza sem esforço em sua consciência para aí deixar implantada a semente instrutiva que lhe deve ofertar e cuja germinação deve fazer todo o seu fim, todo interesse de seu efeito.”³⁵⁰

Tal procedimento derivava diretamente da antes referida obrigação de colaborar com o projeto discursivo de “construção e edificação da pátria”, e que se consubstanciava no desejo de pleitear cargos e influência político-administrativa. Na imprensa, alegando a intenção de “caminhar sem rodeios, e desaprovar uma infinidade de abusos, e os erros em sua mesma face”³⁵¹, pipocavam pasquins satíricos com declarações assim elaboradas:

“O *Cascalho* entrará pelas repartições, observará desde o chefe até o último empregado, e muito atenderá para os tais corredores e reposteiros: assim na rede que pretende estender nem um *frade* lhe escapará pela malha.”³⁵²

“Não foi o vil interesse pecuniário, tornamos a repeti-lo, quem motivou a nossa aparição, foi sim o gosto inefável de prestar serviços à pátria, bus-

³⁵⁰ *Estudos Críticos e Literários; Lance d’Olhos Sobre a Comédia e Sua Crítica* (“Correspondência Literária; volume 1”). Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1858. Trecho também citado em Faria, João Roberto, *op. cit.*, p. 145.

³⁵¹ *Jornal O Carranca*. Rio de Janeiro, 23/10/1849, p. 1.

³⁵² *O Cascalho* (“jornal político joco-sério”). Rio de Janeiro, 1849, p. 1. Parodia-se aí *O Simplício*, cujo frontispício rezava: “nenhum camarãozinho escapará pelas malhas da minha rede”.

cando à força de ironias e epigramas corrigir alguns abusos.”³⁵³

“[...] pretendemos ser utilitários pela sátira que escrevemos; e, quanto em nós couber, tudo faremos para florir, ativar e prosperar os nossos teatros.”³⁵⁴

Essa linha estendeu-se durante largo período. Por exemplo: a capa do número de estréia da *Revista Ilustrada*, de 1º. de janeiro de 1876, apresenta o desenho de uma multidão agitada, ladeada pelas sedes do Parlamento e da Câmara Municipal, enquanto os arlequins que simbolizam a revista agriem a “patota” dessas instituições. No centro da capa, há uma garrafa com uma vela acesa no gargalo e o rótulo de “espírito”; a ela estão amarrados instrumentos de escrita e uma flâmula em que se lê: *ridendo castigat mores*.³⁵⁵ Um pouco mais antiga, a revista *A Comédia Social* trazia na capa de seu número 78, de 27 de julho de 1871, a seguinte inscrição:

“A COMÉDIA SOCIAL tem por fins promover a educação do povo e sua regeneração física, intelectual e moral; reivindicar seus direitos e interesses legítimos, até hoje desatendidos, e habilitado por uma transição lenta e pacífica a governar-se a si mesmo e fazer do Brasil uma nação grande e respeitada. O meio que emprega é a caricatura, e a crítica satírica dos vícios e abusos que corróem a nossa sociedade, da corrupção, da descrença, da intriga, da mentira, da indolência, da ignorância e do charlatanismo. Na luta eterna do bem e do mal é um humilde porém fervoroso apóstolo do bem.”³⁵⁶

³⁵³ Jornal *A Carapuça*. Rio de Janeiro, 27/02/1850, p. 1.

³⁵⁴ Jornal *A Caricatura*. Rio de Janeiro, 14/10/1851, p. 1. Em sua página 3, esse órgão faz elogios à “picante PACOTILHA [...] que vem divertir a rapaziada da futrica nas segundas-feiras de cada semana”. É curioso informar que, a despeito do nome, esse pasquim, que como tantos outros empacou no primeiro número, não continha quaisquer ilustrações.

³⁵⁵ Cf. Lima, Herman. *Op. cit.*, vol. I, p. 12. Veja-se ainda a capa da revista *Semana Ilustrada*, de 18/08/1867, com a mesma divisa (idem, vol. II, p. 747), e a capa da revista *Bazar Volante*, de 19/03/1863, cuja divisa horaciana é “*lectorem delectando pariterque monendo*” (idem, vol II, 774). Para o humor muito mais virulento e “engajado” dos decênios de trinta e quarenta, cf. Vianna, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, *op. cit.*, *passim*. Essas divisas, que também eram um programa, se repetiam nas publicações humorísticas, revelando desanimadora falta de imaginação.

³⁵⁶ *Apud* Lima, Herman. *História da Caricatura...*, *cit.*, vol. III, p. 853.

No âmbito deste trabalho, não importa que os redatores e desenhistas desses órgãos, bem como de quaisquer outros, fossem reformadores abnegados, ladrões de dinheiros públicos, patriotas, cáftens, anjinhos de asas tatalantes, malandros ou o que quer que o valha. Eles certamente eram tudo isso e muito mais, mas o que de fato importa é o modo por que encenavam o escopo de suas publicações: se eles afirmavam que pretendiam “regenerar pelo riso”, valham –para falar com os bicheiros– o escrito e as implicações decorrentes.

Os jornais da época, embora não de forma direta, às vezes ofereciam aos leitores índices do regramento de seus discursos. Assim, lê-se num semanário de 1851:

“Principiamos pilhéricos; fomos depois sisudos, e concluiremos chistosamente este nosso artigo” (*O Bodoque Mágico*, 19/04/1851, nº. 1, p. 7).

Intitulado “Quem São os Verdadeiros Judas”, eis algumas amostras do artigo, respectivamente, conforme propõe o jornal, “pilhéricas”, “sisudas” e “chistosas”:

Pilhérico: “Espreita-nos o desejo e a fé que havemos de cumprir, de retratar os verdadeiros Judas da nossa terra: não porque não os haja em outras partes; mas porque não nos importamos muito com o que vai lá pelo velho mundo, porquanto não somos *piolho viajante*, e vivemos encafurnados: nós que não somos *taralhões*, que não gostamos de novidades, e que por maneira alguma nos comparamos com o defunto José Silvestre, que, quando vivo, porque depois de morto concluiu a *prebenda*, ia todas as tardes para o Passeio Público, e aí sentado na sua *ambulante* cadeira, enterrava vivos, e desenterrava mortos; nós enfim que somos *pacatões*, e temos muito medo de algum *moquete* puxado pela mão de hábil capoeira, que os há de tirar o chapéu na *misteriosa* cidade do Rio de Janeiro” (p. 3).

Sisudo: “Judas é todo aquele oficial da Guarda Nacional, que tendo nos lábios o *inocente sorriso* quando quer prender aos *seus* estandartes os incautos Guardas, torna-se depois grosseiro, esquecendo-se nesse estúpido estado, da civilidade que caracteriza o homem de nobres sentimentos; e isto quando acha-se metido em *dragões de cachos*, com a empenachada cantimplora na cabeça./ Judas são todos aqueles sacerdotes, indignos

ministros da santa religião que muitas vezes negam à pobreza a prática dos sacramentos, que monopolizam sua missão, que infamam o confessor, que praticam toda casta de indignidades, sem respeito à moral e à opinião pública./ Judas são todos aqueles redatores que prostituem o sacerdócio da imprensa, e vendem a calúnia a preço ajustado” (pp. 4–7).

Chistoso: “Judas, em conclusão, são todos os homens que não gostam de moças bonitas; porém hão de ser também judas todas as moças que não gostarem do *Bodoque*. (Atenda-se a que Judas nunca vestiu saia; mas em caso de necessidade, quem há aí que não deseje disfarçar-se?)/ [...] Ora já vistes que chamamos de Judas a quase meio mundo, e, palavra de honra, o que dissemos foi tudo verdade. Se algum sujeitinho der o cavaco conosco, e subir à serra, que lhe faça muito bom proveito: suba e desça quantas vezes lhe der no bestunto: fale, grite e descomponha... o que temos nós com isso?!.../ Judas são todas essas caricaturas que caíram dos bicos de nossas penas!... Eim? o que é lá [,] Dona Mariana das Pomadas?... Não grite, senhora tarasca, ou tarasca senhora!... Vá para o Demo que lhe aperte a cabeça!.../ Ora muito bem, acabe-se a catilinária: já estamos fatigados: a ceia está na mesa, e temos roupa velha, restos de um belo peru que nos mandou o brigadeiro *Barreto*, no dia 25 de Março, aniversário do juramento da donzela D. Constituição, já defunta (se é verdade o que diz a Pacotilha)” (p. 7).

Essa repartição, diga-se, é um bocado insuficiente, mas foi a única localizada, podendo-se também dizer, a seu favor, que é plenamente aplicável a muito pasquim da época. Veja-se, por exemplo, a sutil diferenciação entre o humor *pilhérico* e o *chistoso*: no primeiro caso, fazem-se críticas mais ou menos elípticas, recheadas de subentendidos e ironias, e constituem-se tipos cômicos e vituperáveis, enquanto que no segundo se faz também tudo isso, só que numa enunciação que dá índices de sua particularidade de enunciação, auto-referindo-se como texto. Pode-se pensar, contudo, que o humor da Pacotilha — espécie de *primus inter pares* no período — ia além dessa esquematização, operando com habilidade, conforme se pode ler nos diversos excertos citados ao longo deste trabalho, a fusão das órbitas da sisudez, do chiste e da pilhéria. Leia-se, como exemplificação, o seguinte trecho, no qual se afeta um “real” que deveria

provocar indignação e riso, repondo, simultaneamente, preconceitos e padrões moralistas então vigentes:

“Agora mesmo acabamos de receber uma denúncia: diz-se-nos que na al-fândega ameaça-se com a despedida os empregados nas capatazias que não forem servos obedientes, e promete-se-lhes caso contrário 2\$000 rs. de gratificação. Que entre os eleitores de Santa Rita inscritos na chapa policial [saquarema] há um com a qualificação de *proprietário*, e que esse homem não possui eira nem beira, e é até sustentado por uma preta qui-tandeira” (CM, Pacotilha, 31/10/1852, p. 1).

Ainda conforme essa convenção, as MSM seriam alternadamente pilhéricas e sisudas, mas jamais chistosas – ao menos na medida em que o chiste constituía arquetipicamente, para deleite dos leitores “reais”, um leitor inepto, “D. Mariana das Pomadas” ou correlatos. Mais do que isso, aliás, pode-se pensar que as MSM tratam com humor assuntos “sisudos”. No artigo acima citado, por exemplo, entre os “Judas” que infestariam o País, citam-se –em chave sisuda– vários tipos similares aos que circulam nas MSM: cínicos oficiais da Guarda Nacional, especuladores de casamentos ricos, fofoqueiros, frades “que chucham a suazinha de P e dois RR”, alopatas e homeopatas charlatães etc. etc. alvo

O humor da Pacotilha e das MSM formula-se a partir de convenções cujo propósito, ali implícito, é a transformação do modo de notar em característica principal do que é supostamente notado. Estratégia de metonímização, lança mão de tipos universalmente constituídos como cômicos, –conforme se patenteia pela comparação com os levantamentos do etnólogo e folclorista russo Vladímir Propp–, simultaneamente aplicando-lhes um valor de uso que, como se está tentando demonstrar neste trabalho, estava determinado por interesses específicos. Na Pacotilha, esse “notável” se estende, de forma semelhante à da sátira barroca, dos pretos e capoeiras inconvenientes até ministros de Estado, enquanto que nas MSM –pedaço mais tarde abortado da Pacotilha– o campo de observação é

mais restrito, raramente se aventurando a tipos da classe dominante.³⁵⁷ Esse procedimento certamente tem relações com preceptivas que circulavam na época. Quintino Bocaiúva escreveu um texto que, embora dirigido ao teatro, talvez facilite a compreensão do assunto, podendo ser tomado como opinião representativa do que pessoas letradas pensavam, em geral, como forma de tornar mais eficientes e primorosos seus textos. Não custa também lembrar que as *MSM* são bastante encenáveis:

“O poeta [*sic*] que procura fazer a crítica de uma sociedade não pode tomar para objeto de sua sátira, a sociedade toda em si, com todas as cousas e pessoas de que ela se compõe. O objeto é por demais grandioso para ser compreendido na cena./ Além disso, a variedade e a multiplicidade dos caracteres que tem de descrever e combinar, tudo isso num só quadro, num só plano, é quase que impossível, pelo menos extremamente difícil, pede um fôlego largo, conhecimentos profundos, estudos muito alentados e variadíssimos./ A comédia é como o daguerrótipo./ Quanto maior é o número de objetos que tem a retratar, quanto mais diferentes em suas figuras; tanto mais pálida e desmaiada é a reprodução, tanto mais incompleta fica a obra./ Esta dificuldade é tão real, tão sensível, que os grandes poetas cômicos a reconheceram, não descrevendo senão uma parte da sociedade que queriam criticar, não tomando para objeto de sua ação mais que uma classe, quando muito, do que alguns tipos, do que alguns vícios ou defeitos”³⁵⁸

Outro procedimento da Pacotilha, muito corrente nas *MSM*, é o do pastelão e do *nonsense* ridículo. Leia-se o seguinte artigo, em que se entremeiam prosa e poesia:

“BANDO./ Hoje, pela madrugada, à porta do policial-mor do Engenho

³⁵⁷ Cf. Propp, Vladímir. *Comicidade e Riso*. São Paulo, Ática, 1992. Ressalve-se que várias das afirmações de Propp não são pertinentes às *MSM*, enquanto que outras o são plenamente; cf. também Candido, Antonio, “Dialética...”, cit., e Guimarães, Reginaldo, *O Folclore...*, cit. Para a sátira barroca, cf. Hansen, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho*, cit.

³⁵⁸ Bocaiúva, Quintino, *op. cit.*, pp. 65-66. Na página 68 desse livro, o autor cita, em pé de página, uma frase do “ilustrado amigo Dr. M. de Almeida”: “arvoraram em nosso país o trabalho em pretensão e a preguiça em saber”. Quintino e Almeida, como se viu, eram amigos e trocavam correspondência.

Velho, o Dr. Casca de Cascaes, parou a música dos chameleiros, vestida com farricocos encarnados e capitaneada pelo espertalhão do permanente. Uma grande companhia de inspetores a cavalo, igualmente vestida de farricocos, com carochas de papel pintado e lanças de bambu, formava duas alas./ Apenas soou a corneta dos permanentes a cavalo, pôs-se em marcha o cortejo e parou na igreja de Mataporcos; a música tocou a sinfonia do Cavalo de Bronze; os inspetores formaram círculo e o permanente com o seu general tomaram o ponto central. Depois de uma curta introdução, entoaram todos os inspetores o novo hino eleitoral, que apesar de desafinarem, não deixou de acordar imensa gente./ O nosso taquígrafo, que é um grande dorminhoco, não pôde apanhá-lo todo inteiro, pois chegou só no fim; mas em compensação de tão sentida perda, vamos dar aos nossos fregueses a íntegra do bando, tal e qual, sem a menor alteração, como foi recebido pelo Dr. Casca de Cascaes./ O permanente depois de agitar o seu taquaruçu no ar e fazê-lo zunir como uma narceja, bradou com voz fanhosa os seguintes versos:/ 'Eu sou filho de Marte, sou Cupido,/ E o deus de amor de vós é sempre ouvido;/ Um menino, qual sou, corto o nó górdio,/ Meus discursos não têm maçante exórdio.'/ Fora, fora, grita o povo amotinado; não queremos o rabo da raposa, venha a cabeça, venha o exórdio./ *O Casca*/ 'Exórdio pede o povo soberano,/ E dê-lhe, inda que dure mais de um ano:/ Que a vontade suprema deste povo/ É para mim uma lei e não um ovo.'/ *O Permanente*/ 'No papel que me derão está assim escrito, e eu decorei o que lá está, porque nem mesmo (baixinho) eu sei o que é o tal exórdio.'/ *O Casca* (alto e fingindo cólera.)/ 'Então! não faz o exórdio? Se receia/ Irá já perorar para a cadeia.'/ Os farricocos se agitaram todos e pelos buracos dos capuzes lançaram uns olhares muito extravagantes! Os taquarussus tremiam como se um sudoeste os soprasse de rijo. Grande rebuliço se manifesta no povo que engrossa de minuto em minuto, e até as damas, que acudiram às janelas, manifestaram o seu descontentamento. Venha o bando, gritavam uns, e outros — fora o palhaço.../ O Casca vendo o caldo entornado, manda prender o seu querido permanente e fica só em campo. Depois de haver saudado com uma afetação de comparsa todo o público e os ilustres farricocos, e de puxar pelas suíças com um ar inspirado, bateu na testa, olhou para o céu, para as casas, para o público, es-carrou forte e longamente, e começou o seguinte:/ 'D. Roberto das Cas-

cas e Cascaes,/ Cavaleiro do adufe e da viola,/ Protetor das crioulas e carola/ Da irmandade do Fisco e dos Fiscais;/ Membro nato da ilustre academia/ Que dirige a eleição da freguesia;/ Inimigo mortal dos papavotos,/ Que são por excelência bons marotos/ A todos os que estão e vão passando/ Ordena que o escutem neste bando./ No ordeiro tribunal dos saquaremas/ Senhores desta terra e da canalha,/ Decidiu-se esta noite e sem batalha,/ Que as listas tenham da polícia – *emblemas!*/ E aquele estouvado e temerário/ Que ousar não aceitá-las cegamente/ Seja logo riscado lá no erário/ Da folha e demitido eternamente./ Determino aos defuntos que tratei,/ E aqueles que a meu *recipe* escaparam/ Que vanham por mandado desta lei/ Dos jazigos em que já se enterravam,/ A votar, que um defunto ressurgido,/ Não temendo a canalha (e sem futuro)/ Traz à urna, *toujours*, voto seguro./ Virá também aquele não nascido/ Nesta terra de que já sou senhor,/ Votar alegremente em meu favor./ Queremos VOTO LIVRE, voto franco/ dos criados que têm o *galão branco*,/ Dos *cativos* que eu hei *classificado*,/ E até mesmo dos que se hão *ausentado*;/ Porque, amigos, aqui, nesta eleição/ Não conheço e não há constituição./ Votai em gente firme, em Brasileiros/ Como eu, que não mudo, nem a pau;/ E deixai de votar nos garimpeiros,/ Que merecem chicote e varapau./ Amamos toda a gente de sapato,/ E o negrinho, o cabrinha e o mulato,/ Porque diz a Escritura e Alcorão/ Que Deus só fez um homem, que era Adão./ Supeito vos não sou! Pelas cebolas/ Do Egito, não choro, que as crioulas/ São todas minha vida e coração,/ E santinhas da minha devoção./ Ah! que se elas votassem, eu seria/ O primeiro eleitor da freguesia!/ Aquele que voar na minha chapa/ Pode tudo fazer: serei seu capa;/ Terá por guarda-costas a polícia;/ Será logo empregado e protegido;/ E para que não falhe esta notícia,/ Sabei que nunca, nunca eu hei mentido;/ Dou palavra de rei, – e vereis logo/ Que luzia não fui, nem demagogo./ Guerra aos republicanos trapaceiros,/ Inimigos do trono e dos ordeiros./ Se a chapa triunfar, os meus fregueses/ Hão de ter uma lei todos os meses,/ Que [*ilegível*] de libertar do cativo/ De ao tesouro levar o seu dinheiro./ Hão de todos chupar uma pensão/ De cem mil réis por mês; que esta eleição/ Se abre a porta à canalha, à gente vil,/ Dá c’o império na lama: – adeus Brasil./ Isto tudo é verdade, meus senhores,/ Se não que o digam já os inspetores./ Não queremos bastardo parlamento,/ Mas sim homens de fé, de um pensamento,/ Homens de um

princípio santo, eterno,/ Que é deixar legislar só o governo;/ E não ver-se na câm'ra um bom ministro/ Toureado, qual foi! – Caso sinistro,/ Horrendo e temeroso, e bem fatal!.../ Que inda tenho presente o arsenal./ Não creiam nos chamados liberais,/ Mas sim na gente limpa, em Brasileiros,/ Como eu, que já sou entre os primeiros/ Genuíno, que é peta a tal Cascaes./ Nasci no Engenho Velho à meia noite.../ «MENTIRA!» grita o povo!.../ Não se afoite,/ Meu povo, que chovia um cataclismo,/ E é por isso que o cura o meu batismo/ Não pôde registrar! Detesto os curas,/ Que homens são que vivem só de usuras./ E aqui na freguesia há um padreco,/ Que hei de em breve *adorar* o tal marreco;/ Assim como outro cujo, *mariola*,/ Que me fez na eleição ser carambola./ Minhas mágoas curou, e o meu engulho/ Toda a nobre nação do Pedregulho;/ Esperanças me vêm daqui, dali,/ E até lá dos confins do Maruí!/ Comigo vota a gente do Benfica/ A gente do Caju, que é nobre e rica;/ O bairro em que habito, aristocrático,/ Da canalha senhor, e antipático!/ Como o voto de um homem só, metido/ Na urna, haveis de ver. Rio Comprido;/ E ao pé dele, por artes do meu Juca,/ A gente de And'raí e da Tijuca,/ Que não falha, por ter velho o costume/ Como os firmes do bairro do Curtume./ Portanto, quero e posso, ordeno e mando/ Que as ordens se executem desse bando./ E deixem-se de ouvir os falatórios/ Dos tais liberais, que são vivórios./ Não falo em língua rude, em frases toscas:/ – A CADEIA NÃO FEZ-SE PARA AS MOSCAS.*/ Uma grande surriada serviu de reticência a esta peça de sublime arquitetura, e o bando continuou o seu giro com toda a tranqüilidade possível” (CM, Pacotilha nº. 91, 31/10/1852, p. 1. Está entre as poesias “Avaria Intrínseca. Os Ministros e os Presuntos”, do “Poeta de Paquetá” e “Cabala Eleitoral”, do “Poeta Gamboense”).

O “Cascaes” da poesia é constituído como despótico e portanto ridículo. Despótico, basicamente, porque mente, oprime – e é um português envolvido com a política. Note-se ainda seu relacionamento com a “canalha” e seus amores com “crioulas”. Esse artigo, como praticamente tudo que se escrevia então na Pacotilha, apresenta marcada similitude com o processo de construção das MSM, com a diferença de que essas últimas não fazem alusão à atividade política, e isso porque, em respeito à verossimilhança, não havia atividade política, ao menos daquele naipe, no

tempo do rei.³⁵⁹ Os tipos que ali desfilam, contudo, são quase todos construídos como baixos e ridículos, atendendo-se à formulação, então generalizada, de que um regime despótico só pode engendrar tipos ridículos. Passado o fogo eleitoral, o *caldo entornou*, como se dizia, e o texto enveredou-se –ou ainda foi levado a enveredar-se– por outra linha, que será discutida adiante.

Boa arma –ainda que, dependendo do caso, não fosse a mais prestigiada–, o riso foi defendido tanto pelo carapuceiro Lopes Gama –um “homem engraçado”, como o definiu Sílvio Romero–, quanto pelo escravocrata José de Alencar, de sisuda imagem. Como os demais textos supracitados, alardeiam a crença idealista, diga-se assim, no poder regenerador do riso, ao mesmo tempo que o instauram, quando apropriadamente utilizado, como sua marca de distinção:

“Bem reconheço que o humor jovial pode facilmente degenerar em bufonia e – o que é pior – em violenta dicacidade; mas isto é abuso, e o argumento dos abusos é um vasto mar de paralogismos. Porventura, o caráter nimiamente sério não degenera em sobrançeria, em soberba, etc.*/ Nem sempre a seriedade provém do siso e da circunspeção: umas vezes, é recurso da ignorância e, outras, efeito da estupidez. Homens há que, sendo soberanamente tolos, adotam um ar grave, conservam-se sempre fechados e taciturnos, soltando apenas escassos monossílabos, a fim de que se diga que são sujeitos graves e profundos pensadores, sem advertirem que até entre os brutos o mais sério e circunspecto é o burro.”³⁶⁰

³⁵⁹ Ainda assim, como metáfora, as persoanagens das *MSM*, quase todas da arraia miúda, poderiam ser alusão direta aos capangas eleitorais, todos recrutados entre a população pobre e livre (cf. Graham, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997, especialmente o capítulo “Famílias, Clientes e Controle Social”, pp. 27-65). E o comportamento de muitas personagens, constituído como indecoroso, podia ter como referencial de decoro os “manuais de etiqueta e civilidade” que circulavam no país (cf. Rainho, Maria do Carmo Teixeira. “A Distinção e Suas Normas: Leituras e Leitores dos Manuais de Etiqueta e Civilidade – Rio de Janeiro, Século XIX”. In: *Acervo* [Revista do Arquivo Nacional]. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, v. 6, nº. 1-2, janeiro-dezembro/1995, pp. 139-149).

³⁶⁰ *Jornal O Carapuceiro*. Apud Delgado, Luís. *Lopes Gama. Trechos Escolhidos*. Rio de

“Rir do próximo é a primeira caridade dos tempos modernos. É a caridade espontânea que não recebe salário, nem precisa de estímulo das comendas./ A liberdade do riso é a única de todas as liberdades humanas, que ainda não foi sofismada; porque ainda os governos não se meteram a legislar sobre ela./ Só há uma moral que não caiu nem cairá em descrédito; é a moral do riso; porque ninguém a pode corromper. Absolve-se o grande criminoso nos tribunais; aplaude-se o vício na sociedade; mas não há força que arranque o ridículo à gargalhada das turbas. – / O homem que sabe rir é o grande apóstolo moderno: e a história do século [XIX] há de ser uma grande gargalhada escrita, como foi a história do império romano. – / Compra-se a beleza das mulheres; a probidade dos homens; o talento do escritor; o voto do povo; e o favor do governo. Só o riso não é venal: para ele não há preço. Por isso os tiranos e os perversos tremem de seu látego.”³⁶¹

Vícios para castigar: eis o que não falta na sociedade produzida pelas *MSM*. Encenando uma postura judiciosa –quicá sisuda conforme os termos de sua época–, o narrador observa o seguinte a respeito do amancebamento (na edição em livro, a crítica foi amenizada):

“Infelizmente o mesmo embaraço lhes ocorria; um sargento de linha não podia casar. Havia um meio talvez simples de remediar tudo, e meio muito em voga naquele tempo, muito admitido. Os dois porém amavam-se sinceramente, e a idéia de uma união ilegítima, a que faltava o caráter de vitaliciedade, lhes repugnava, por isso que não correspondia de modo algum ao seu amor, que tinha para eles a perspectiva de durar um milhão de eternidades. Era uma boa inspiração que eles tinham: esse meio de que falamos, essa caricatura de família que então se usava é seguramente uma das causas que produziu este estado de desmoralização, da nossa sociedade, onde impera o egoísmo, porque tão frouxos são os laços

Janeiro, Agir, 1958, p. 15. O organizador não cita a data do jornal, que deve ser da década de trinta do século XIX.

³⁶¹ “O Quimão do Regente Feijó” (manuscrito sem data publicado em Freixeiro, Fábio (org.). *Alencar, os Bastidores e a Posteridade*. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional, 1981, p. 193). Segundo Freixeiro, esse texto (como outros constantes de sua excelente antologia) pertence à década de cinquenta, início da produção literária de Alencar. Trata-se, em geral, de rascunhos muito retocados e não publicados.

que unem entre si seus membros” (MSM, Pacotilha nº 131, 31/07/1853, 4ª coluna).³⁶²

Essa “regularidade discursiva” advoga a santidade da família, e, conquanto este trabalho não esteja fazendo nenhuma postulação revolucionária, é oportuno mencionar um historiador contemporâneo: “a lógica da ideologia contra-revolucionária aparece na fantasmagoria do Todo orgânico, cuja célula seria a família: ‘os indivíduos só vêem os indivíduos como eles [...] o Estado só vê e só pode ver o homem na família, como ele só vê a família no Estado’ [...]”.³⁶³

E, caso se esteja à cata de “preceptivas”, um texto da época servirá para ilustrar a questão:

“Nos países onde a religião predomina; onde a religião floresce; onde o casamento, essa instituição santa, cheia de bens, ensina ao homem que ele deve amar sua esposa com pureza e fidelidade, e que deve desejar os filhos, educá-los com desvelos, e fazer por deixar-lhes uma existência honrosa, — vede como o homem cumpre com prazer os seus deveres, como se desvela em amar e dar a seus filhos exemplos dignos de um pai, como se esforça para trabalhar para a felicidade deles, e de sua esposa [...]”.³⁶⁴

Retrocedendo-se um pouco no tempo da narrativa nas MSM, notar-se-á que a família da qual o Leonardo brasileiro descende é composta por

³⁶² “Eles” é referência a Leonardo e Luisinha, e a “boa inspiração” é o desejo de se unirem sob os santos auspícios da Igreja Católica. No livro, o trecho ficou assim: “Infelizmente ocorria-lhes a mesma dificuldade: um sargento de linha não podia casar. Havia talvez um meio muito simples de tudo remediar. Antes de tudo, porém, os dous amavam-se sinceramente; e a idéia de uma união ilegítima lhes repugnava./ O amor os inspirava bem./ Esse meio de que falamos, essa caricatura da família, então muito em moda, é seguramente uma das causas que produziu o triste estado moral de nossa sociedade” (MSM, edição crítica de Terezinha Marinho, cit., p. 311).

³⁶³ Romano, Roberto. *Conservadorismo Romântico*, cit., p. 79. O filósofo citado pelo autor é, de novo, Novalis. Cabe notar que no Brasil, dadas as peculiaridades na composição do espaço familiar e doméstico, aquilo que hoje se lê como “moralismo” nas MSM pode ser coisa bem diversa; mais adiante o assunto será novamente abordado (item “Amor, Ciúmes, Namoro”).

³⁶⁴ Revista *O Guaraciaba* nº. 15. Rio de Janeiro, 22/12/1850, pp. 115-116.

Leonardo Pataca, que fora “algibebe em Lisboa, sua pátria”, e Maria da hortaliça, “ilhoa rochonchuda e bonitota”³⁶⁵. Os portugueses em geral – confira-se acima – eram produzidos como ineptos, e as ilhoas³⁶⁶, em particular, como tolas que se deixavam seduzir e emprenhar com facilidade³⁶⁷. Combinação ruim, é a causa da existência do filho Leonardo, cujo único mérito é o de ser brasileiro: “é dessa população ignorante, viciosa e degenerada, que se está construindo nossa crescente população, com os mesmos vícios e defeitos, com as mesmas preocupações, com a mesma ignorância.”³⁶⁸

Dadas as circunstâncias, enfim, os dois Leonardos –um criança e um idiota?³⁶⁹– metaforizam, respectivamente, o “cabra” brasileiro e o colono português: repita-se que para os contemporâneos a origem portuguesa do País era um dado direto e familiar, não se podendo pensar a constituição de um “Brasil” sem lhe referir as origens portuguesas. Como afirmou um escritor da época:

“O gosto que temos pela lição de história, nos levou à presente compila-

³⁶⁵ E não “rechonchuda e bonitona”, como consta de algumas edições. “Rochonchuda”, como o demonstrou Terezinha Marinho em sua citada edição crítica, era forma comum na época, e, nas *MSM*, foi utilizada tanto no jornal quanto no livro. Já “bonitota” tem uma evidente diferença de intensidade em relação a “bonitona”, fato que foi ignorado por muitos revisores e editores, que simplesmente trocaram a palavra.

³⁶⁶ Na edição em livro, a expressão foi alterada para “saloia”, cuja acumulação semântica negativa era a mesma de “ilhoa”. Para uma descrição sucinta das condições dos imigrantes saloios e ilhéus, cf. Massa, Jean Michel. *A Juventude de Machado de Assis*. cit., pp. 36-46; para a utilização de ambos os termos, cf. Damasceno, Darcy, *op. cit.*, pp.169-170. Segundo José Alcides Ribeiro, a expressão *saloia* “tem dois sentidos, pode designar mulher que é aldeã nos arredores de Lisboa ou indicar pessoa finória, matreira, velhaca”; esse último sentido inexistiria na expressão *ilhoa* (*Imprensa e Ficção...*, cit., pp. 118 e 122).

³⁶⁷ Para reforçar o uso humorístico da convenção, cf. a comédia *O Namorador* ou *A Noite de São João*, de Martins Pena, em que a ilhoa Maria é melifluamente tapeada pelo namorador Luís e a seguir surrada pelo marido, o também ilhéu Manuel.

³⁶⁸ Franklin (José Inácio de Abreu e Lima). *Op. cit.*, p. 10.

³⁶⁹ Recordem-se as palavras de Timandro, que reverberavam: “pois um povo livre compõe-se de crianças e idiotas [...]?” (*O Libelo do Povo*, cit., p. 58).

ção, unicamente para fazermos sentir aos nossos compatriotas, que descendemos de um povo, que, por seus feitos gloriosos, não tem imitador na terra./ [...] Na sua dominação [dos portugueses] havia brandura e generosidade, e se alguns excessos teve, não são comparáveis aos de outras nações./ [...] Éramos todos Portugueses, quantos éramos aqui antes da nossa emancipação política, e para ela fomos todos brasileiros./ [...] [Os portugueses] foram os mais extremos campeões da Independência do Brasil.”³⁷⁰

Sem negar a filiação explícita, a imprensa liberal, porém, estigmatizava os lusitanos como incapazes, brutais e ignorantes; Portugal era “a terra que não nos viu nascer”. Até mesmo num jornal declaradamente “pró-lusitano” podia-se descortinar certo reconhecimento tácito –e pragmático, pois elas eram o fundamento de sua existência– das críticas por detrás do véu de ironia:

“[...] a nossa missão [é aprimorar a civilização], porque também nós, *miseros e mesquinhos*, como somos, vamos redigir um jornal – O PORTUGUÊS NO RIO DE JANEIRO. Era muito para lamentar que, quando em todos os países – quando mesmo lá nesse nosso tão pequeno, tão atrasado, tão infeliz, e ainda por cima tão maltratado e tão caluniado, mas para nós tão querido e tão saudoso Portugal– [se desenvolvem as letras]/ [...] Realmente, era uma vergonha que neste país, onde existem, e onde continuamente estão abordando milhares e milhares de compatriotas nossos, pela maior parte no verdor dos anos, e apenas com os primeiros rudimentos de uma educação social e literária, não houvesse uma voz que tratasse de desenvolver e ampliar esses germens [...]”³⁷¹

É possível vislumbrar um projeto na imprensa e nos letrados luzi-
as, principalmente em períodos eleitorais: “desportugalizar” o Brasil mediante a exaustiva sobredeterminação negativa do léxico pertencente ao

³⁷⁰ Moraes, Alexandre José de Mello. *Os Portugueses Perante o Mundo*. Rio de Janeiro, Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, 1856, pp. v-vi.

³⁷¹ *O Português no Rio de Janeiro* (jornal semanal), 03/07/1852, pp. 1-2. O redator desse jornal, que circulou de 03/07 a 30/10/1852, figura-se como alguém que, apesar de muito culto, fora obrigado, desde sua chegada ao Brasil, a dedicar-se ao comércio, “sem mais livros que o caixa e o borrador”.

campo “português”. Ou, como preferiu um letrado,

“Como finalmente *desimportuguesar* o Brasil, como como dar-lhe de pronto outros costumes, como desarraigar tantos preconceitos, como combater tantos prejuízos, como ferir tantos interesses, sem estar ao menos preparada para isso a população brasileira?”³⁷²

Numa publicação mais “radical” que o *Correio Mercantil*, o já citado *Grito Nacional*, há uma sátira anti-lusitana cujo caráter imediatamente partidário salta aos olhos. Apesar de longa, ela é aqui transcrita na íntegra, dada sua importância estratégica como referencial deste trabalho, além de sua similaridade com vários trechos das MSM, de que é contemporânea:

“UMA BIOGRAFIA/ *Sr. Redator do Grito Nacional*. — Entre a enxurrada de aventureiros que anualmente demandam as praias dos *Brasis* aportou no Rio de Janeiro em 1820 *Zé Galego*, trazendo em uma trouxa - uma calça de estopa suja de breu, uma camisa de brim, uma jaqueta de chita, e um par de meias de linho./ *Zé Galego* era *espertinho*; muito tinha *semeado pela terra que o viu nascer*, mas ela só lhe produzira bolotas. Travesso, intrigando os meninos da vizinhança, *tantas fez*, que o velho pai cansado de repetidas queixas, chamou-o uma vez, entregou-lhe a trouxa, deu-lhe um cruzado novo, arrumou-lhe com o tamanco um pontapé naquelas partes com que alguns deputados votam, pô-lo na rua, e fechou-lhe a porta./ *Zé Galego* chegado a esta Corte, entrou de caixeiro em uma loja da rua da Quitanda; depois sentou praça em um regimento de milícias, e começou a saber qual era a sua mão direita. Morrera-lhe, entretanto, o pai, deixando-lhe duas canastras antigas, um *barril* de manteiga vazio, quatro botijas, três garrafas, e alguma roupa velha./ Pela proteção de um patrício (que hoje é senador, e que ainda se lembrava da maneira porque viera da terra dos alhos), *Zé Galego* tornou à terra de seu embigo, vendeu por 15\$360 a herança paterna, e voltou em 1823 à terra da promessa./ Havia o Brasil proclamado a Independência, *Zé Galego* era *português* e PAPELETA³⁷³, mas conseguiu o que muito papeleta português tem conseguido no

³⁷² Franklin (José Inácio de Abreu e Lima). *A Cartilha do Povo*, cit., p. 22.

³⁷³ “Papeleta” era designação pejorativa dada aos portugueses, decerto pelo fato de portarem algum tipo de documento especial. Em 1849 circulou o único número de um pas-

Rio de Janeiro./ Seu primeiro emprego foi o de amanuense na Câmara Municipal. Aí pilhando a jeito o livro dos termos de juramento da *Santa*, escarrapachou seu nome, e por este meio, pôde um dia mostrar que tinha jurado fidelidade à *defunta*.³⁷⁴/ Alguns anos depois o vimos aparecer nas saturnais de 14 de março de 1831 atirando fundos de garrafa nos *cabras*, e recolhendo-se aos bastidores com as ventas esmurradas por um padrinho alfaiate, cujo nome por ora omitimos./ Perdêmo-lo de vista desde o *glorioso* 7 de abril.³⁷⁵/ Consta que nessa época se passou para Niterói, e que ali exerceu cargos públicos, trajando já nesse tempo casaca e calça preta./ Dali *enxotado* por um digno sacerdote, que era então juiz de paz, vimo-lo guarda do consulado na Corte; o que ali fez não sabemos, mas parece que daí passou a uma Secretaria de Estado./ Um dia denunciaram ao governo que *Zé Galego* era *papeleta*; foi intimado a provar se era brasileiro *enxertado*, e ele munido de documentos que provam que já em 1820 era soldado de milícias, e que portanto *estava* no Brasil antes da Independência, e bem assim que tinha jurado defender a *defunta*, justificou a sua *nacionalidade*./ Foi galgando os empregos, e chegou a vestir a *farda verde bordada de ouro*, quando só lhe podia competir a de *galão branco* com que se apavonam seus *malungos*./ Neste tempo, um ministro *enfeitou-o*, pondo-lhe uma *bugiganga* ao peito; e certo embaixador fez-lhe presente de um chapéu armado./ Passou então a ser adido à *Legação de Nápoles*, na qual se conservou por muito tempo; em paga dos bons serviços prestados pela sua C... a este embaixador (e a mais alguém) teve pianos, tetéias, quinquilharias, e dinheiros, a fim de poder ostentar luxo e riqueza./ Ficou rico, comprou chácara, bestas, carroças, e teve a satisfação de ver puxar por elas seus *malungos*, daqueles que aqui aportam descalços³⁷⁶, e que

quim anti-lusitano chamado *O Desengano dos Papeletas*, assinado por “O Brasileiro Nato”. Desconexo e incongruente, ilegível enfim –ao menos para o leitor de hoje, que desconhece seus critérios de escrita e legibilidade–, esse pasquim afirma coisas como: “[...] a escravatura veio para o Brasil depois de haverem dado a primeira carta de liberdade aos portugueses, que foi em 1761” (05/05/1849, p. 1).

³⁷⁴ Referência à Constituinte de 1823, fechada à força por Pedro I.

³⁷⁵ Dia da abdicação de Pedro I em 1831.

³⁷⁶ Compare-se com este trecho em que se critica a imigração lusitana: “Apenas desembarcam [os portugueses], vêem-se pelas ruas aos magotes./ [...] E que fazem estes? alugam-se a princípio em casa de um seu parente ou patrício para andar com uma carroça,

não podem mostrar com documentos *falsos* que em 1820 já eram soldados de milícias, e juraram em 1825 a *defunta*./ Como é feliz *Zé Galego* ! Hoje é empregado de alta categoria em uma das repartições fiscais desta Corte, é secretário não sei de que associação ou conservatório, vende flores em abundância, também tem um grande sortimento de *pontas de gado vacum*, do que alardeia muito; apesar de ter tudo isto, ainda espera subir muito, e muito, com *preterição* dos filhos do País, a quem *soberanamente* despreza! / Este *Zé Galego* é um grande *intrigante, impostor, velhaco* de concha, enfim nem tudo mau em si, no momento que precisa, é capaz de beijar o c... dos Brasileiros, mas logo que se acha servido, dá-lhes *couces, como fazem os burros*./ Se eu *governar* algum dia, dispo a farda de *Zé Galego* no meio do *campo da honra*, entrego-lhe uma trouxa com uma calça suja de breu, uma camisa, um cruzado novo, e um par de sapatões; dou-lhe um pontapé no *mesmo lugar* que o pai lhe havia dado, ponho a bordo de algum barco do Porto dos que nos trazem *paios de gato*³⁷⁷, ou para melhor *mandá-lo à tá-*

seja de água, lenha ou qualquer coisa. Chegando-lhe o dinheiro para comprar um burrinho e uma carroça, adeus meu patrão, agora quero trabalhar para mim só” (Jornal *O Noticiador*, cit., nº. 21, 09/10/1849, p. 1).

³⁷⁷ Essa expressão remete a uma querela diplomática que envolveu o Brasil e Portugal, iniciada no começo de 1852, quando o ministro brasileiro em Lisboa, Vasconcelos Drumond, dirigiu o seguinte ofício ao ministro dos Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, futuro visconde de Uruguai: “Como de Portugal se exporte para o Brasil não pequena porção de paios e chouriços anualmente, devo informar a V. Ex., para conhecimento do público, que a polícia do distrito acaba de descobrir por denúncia uma fábrica destes artigos em Aldeia Galega, onde se cometia toda espécie de falsificação na manufatura deles, ajuntando-se-lhe à carne de porco, de que são compostos, carne de cão, gato, cabrito, cavalo, e de outros animais mortos por doença ou cansaço. Desconfia-se que até carne humana se lhe juntava” (*apud* Pacotilha, *Correio Mercantil*, 22/08/1852, p. 1). Ainda em 1853, a 1º./07, o jornal *A Marmota Fluminense*, de Paula Brito, anunciava para breve “caricaturas engenhosas [sobre a ‘guerra dos chouriços’], apresentando todo o ridículo deste negócio, tanto para Portugal, como para o Brasil” . A 14/07, contudo, o jornal recuava: “*Anúncio Parlamentar* — Retiramos os anúncios que fizemos para a publicação das caricaturas sobre a questão diplomática –intitulada a *Guerra dos Chouriços*.– Não sendo os desenhos completamente inocentes, desistimos da idéia de os publicar, porque não queremos ofender o melindre de pessoa alguma, nacional ou estrangeira, sobretudo anexando-os à *Marmota Fluminense*. Temos em vista alguns trabalhos em *caricatura*; mas limitar-nos-emos apenas a gracejos, como crítica geral de usos e costumes. *Salva a Redação*.” Não obstante, a 16/08 publicava-se uma caricatura denominada “o horror que causa um chouriço”, mostrando “um gigantesco chouriço, com aspecto humano, passeando nas ruas do Rio de Janeiro e pondo em debandada todo o mundo que vai encontrando”

buu./ Eis aí, Brasileiros, a história abreviada desse Zé Galego, que por desgraça tem hoje influência e governa o Brasil, e sobre o qual mais pudera dizer pela vasta matéria que possuo, mas que passo a adiá-la para um outro artigo que breve lhe passarei às suas mãos, e no qual lhe pedi-rei que trate de descobrir quem é o tal Zé Galego para dar por extenso o seu nome a fim de que por todos os nossos patrícios fique ele completa-mente conhecido./ Sou, Sr. Redator/ A alma do Vasconcelos”³⁷⁸.

Esse texto, publicado em doze de outubro de 1852, parece ser uma glosa das *MSM*, das quais já se haviam dado a lume dezoito capítulos. Como o *Grito Nacional* muita vez entrava em choque com o *CM*, é possível que a glosa fosse intencional; mas a estruturação de seus eventos é diferente das *MSM*, sendo mais provável que se tratasse de tópicos de circulação mais ou menos corrente, como se patenteia pela leitura do pasquim jacobino *A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*, que circulou de 1832 a 1846. Num de seus números, esse pasquim conjugou, contra o es-

(*apud* Lima, Herman, *op. cit.*, vol. 1, p. 92). Enfim, essa querela –que serviu como chama-riz para outras, tais como a falsificação de moedas brasileiras em Portugal– levou a uma momentânea ruptura diplomática entre os dois países. Parece que se chegou a falar em guerra. Cf. Magalhães Jr., Raimundo. “A ‘Guerra dos Chouriços’”. *In: O Império em Chi-nelos, cit.*, pp. 60-65.

³⁷⁸ O *Grito Nacional*, nº 456, 12/10/1852, pp. 3-4. “Liberal, anti-lusitano e republicano”, esse jornal se apresentava como propriedade de Joaquim Feliciano Gomes, veterano de lutas d’antanho, como as que provocaram a abdicação do imperador Pedro I – por quem ele teria sido inclusive alvejado a tiros. Na sátira aqui transcrita, “a alma do Vasconcelos” é uma pouco piedosa referência ao líder conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos, que fora apreciar as flores pelo lado da raiz, como diz um personagem de Torero, em 1850. Atribuir artigos à alma de desafetos já falecidos não era incomum: em 1847, Mar-tins Pena atribuíra trechos inteiros de seus folhetins teatrais à alma de certo “Manuel Lu-ís”, a quem ele considerava um exemplo de mediocridade. Segundo Vilma Sant’Anna Arêas, Manuel Luís Ferreira fora um antigo barbeiro português, depois empresário e ad-ministrador teatral no Brasil no tempo del rei João VI; “extraordinariamente oportunista e bajulador dos poderosos, servindo-lhes de bobo e alcoviteiro”, chegando a ser “um ho-mem de largas posses no Brasil, acumulando os títulos de comendador, brigadeiro e moço de câmara” (*in: Na Tapera de Santa Cruz. Uma Leitura de Martins Pena*, São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 9). Cf. também os folhetins do *Jornal do Comércio* em 22/06, 28/07 e 06/10/1847, reproduzidos em Filgueiras, Maria (org.). *Martins Pena. Folhetins – A Semana Lírica*. Rio de Janeiro, INL, 1965, pp. 263-269, 300-308 e 370-378.

quecido português Caetano Alves Pereira de Queiroz, as tópicas da ignorância, do oportunismo e do despreço pelo Brasil. Assim, foi “editada” uma carta em que Queiroz teria protestado contra a seguinte acusação do pasquim: “estais talvez esquecido da feliz ocasião, em que sujo em nossas praias, saltastes com o pé no chão”. Eis a “carta”, reproduzida tal e qual:

“Cáspite, Amigo, o que isto quer dizer eu não sei, e como não me pertence tal deterio, não me zango, somente tenho a dizer, que os Fundadores de vossa Chára patria quando aqui chegaram vieram em navios abordo, e trouxeram criados, etalves com o pê no chão, e como isto não me interessa saber, avós pertences fo lhiar as historias para sabereis quem foram e a que nação pertenciam, e ver se vieram calçados ou de pê no chão, pois quando eu aqui cheguei trazia por com panheira uma Rica Espada” (*A Mulher do Simplício ou A Fluminense Exaltada*. Rio de Janeiro, n.º. 48, 21/06/1836, p. 2; seguida dos versos: “Eis a Carta, que publico/ Bem contra minha intenção/ Serve para as gargalhadas/ Na noite de S. João”).

Essas tópicas podiam ser inclusive folclóricas, como argumenta Reginaldo Guimarães³⁷⁹; na linha aqui adotada, porém, isso não importa porque, primeiro, não se está perquirindo qualquer origem e, segundo, se busca a instrumentalização política que sofriam naquele período, e que obviamente **não é** folclórica. Em 1852, o momento era de campanha eleitoral, e a “biografia” do *Grito Nacional* cumpria seu papel radical proclamando o que até os potes de rapé então em voga estavam cansados de saber: *os portugueses são nocivos ao Brasil*. Àquela altura, as “prévias” já deviam estar sinalizando aos luzias a inexorável *débaçle* de dezembro, quando nenhum de seus candidatos se elegeu; a “biografia” quer ser lida como epigramática, e seu alvo talvez seja o poderoso José Clemente Pereira, português saquarema que participara da campanha de Independência, e para cuja figura –ao menos no papel– os luzias sempre rosnavam.

Não seria redundante, ainda, notar que tais enunciados, explícitos

³⁷⁹ Consulte-se, desse autor, *O Folclore na Ficção Brasileira. Roteiro das 'MSM'*. Rio de Janeiro, INL-MEC/Cátedra, 1977; e também Candido, Antonio, “Dialética...”, cit., *passim*, esp. pp. 26-29.

nesse texto do *Grito Nacional*, atravessam o texto das MSM, e isso passando-se ao largo de qualquer intencionalidade do agente organizador do discurso: *colônia, milícia, empenhos, empregos, proteção, apadrinhamento*, entre outros, eram termos investidos dos valores do campo semântico geral das práticas da época, tendo portanto uma **objetividade de prática** que lhes subtraía qualquer neutralidade acaso entrevista. Nesse sentido, as MSM também são um texto fortemente datado, que, embora não cumprisse o projeto de chegar “a este tempo em que nos achamos”, ridiculariza também os portugueses de seu próprio tempo, pois a estagnação estaria inscrita na natureza dessa gente constituída como sempre semelhante a si mesma, conforme sentenciara um luzia:

“[...] eles [os portugueses] são entre nós o que eram, há meio século; ficaram imóveis, enquanto o tempo correu, enquanto tudo mudou-se em torno de si.”³⁸⁰

³⁸⁰ Timandro (Francisco de Sales Torres Homem). *Libelo do Povo*, cit., p. 63. Para a utilização ideológica desse anti-lusitanismo, confira-se a narrativa dos seguintes sucessos que se deram na Bahia, conforme o historiador Wanderley Pinho: em 1854, com João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe, na presidência da província, o Teatro de São João fora reformado. Como se tratasse de uma quase inauguração, foi colocada “em concorrência a pintura de cenários e panos de boca. [...] Na forma do edital de concorrência, um dos panos de boca devia representar a cena da história do Brasil. O artista pintara o desembarque de Tomé de Souza, recebido por Caramuru à frente dos índios, que depondo os arcos, se prostavam [*sic*] admirados”. Escreveu Wanderley a Paraná, em 22/09/1854: “Surgiram explorações dos ‘patriotas’ que não perdem nunca a esperança de promover desordens, especulando com a ignorância de uns em prejuízo de outros. Escrevem e proclamam que a cena é um insulto à nacionalidade, porque estão os Brasileiros (Tupinambás) curvados ante os portugueses; que foi muito de propósito escolhida para indicar ao povo o plano de absolutismo que o Governo quer proclamar; por conseguinte, tem-se dado *rendez-vous* no teatro para promoverem uma assuada, e, segundo as suas proporções, rasgarem o pano, queimá-lo etc. Custou-me muito acreditar em semelhante parto de loucura, mas não posso duvidar de que explore-se essa mina! Se a minha perspicácia tivesse chegado para prever isto teria mandado o Tomé de Souza para a sepultura em que descansa há trezentos anos; mas na véspera da abertura do teatro, retirar o pano é a meu ver criar dificuldades futuras, porque hoje não querem aquela cena, amanhã que- rerão deitar abaixo os monumentos que ainda conservam os nomes dos reis portugueses, e depois aparecerá outro motivo, como sucedeu com a revolução de 7 de Novembro de 1837 que, principiando pela demolição do Pelourinho, foi seguida esta pela vandálica

destruição do cemitério [...]. Espero que V. Ex. **depois de rir-se**, dir-me-á se obrei bem ou mal, na certeza de que o negócio vai-se tornando mais sério do que eu pensava. A ação da imprensa na Província tem produzido péssimos efeitos: as folhas anárquicas da Corte e daqui são muito lidas, e não há para se lhes opor senão grande indiferença! Este estado de cousas merece a atenção do governo, porquanto também em política — o principiis obsta — é do homem prudente” (Pinho, Wanderley, *op. cit.*, pp. 274-275; *n.n.*). Note-se a estruturação da carta, plena de insinuações a respeito das medidas que deveriam ser tomadas, e que se delineam, em essência, na frase “não há para se lhes opor senão grande indiferença!”: mister seria a fundação de órgãos de imprensa que defendessem o governo, além do oferecimento de dinheiro às “folhas de oposição”. O narrador da carta se erige, subliminarmente, como o melhor negociador potencial, logo o administrador do processo, logo a pessoa que iria receber e distribuir verbas, logo... Veja-se igualmente que o destinatário é constituído como alguém que, após o riso, tomará as medidas de oficiais praxe; não deixa de ser uma relativização objetiva à teoria, corrente na época e mesmo hoje, de que o riso é potencialmente contestador. No presente caso, é apenas prelúdio de repressão, cooptação, aconselhamento sisudo, restabelecimento da ordem e outras práticas muito divertidas para alguns.

12) POLÍCIA PARA QUEM PRECISA

O “major Vidigal” é uma das personagens –centrais– que deambulam pelas linhas das MSM. De acordo com a crítica, trata-se do único caráter rigorosamente histórico do texto, afora “el rei”.³⁸¹

Caso se pesquise a história da polícia carioca, contudo, encontrar-se-ão dados curiosos: o Vidigal –nascido Miguel Nunes Vidigal, na então Capitania do Rio de Janeiro, primeira metade do século XVIII– foi promovido, por carta régia de 24 de junho de 1808 –logo no início do período do rei, portanto–, “a tenente-coronel para o 2º. Regimento de Cavalaria das referidas milícias [da Capitania do Rio de Janeiro] [...]”. Neste mesmo ano, por decreto de 26 de outubro, foi promovido a coronel-comandante do mesmo regimento”.³⁸² Foi somente em 1821 que ele pôde trocar esse posto pelo de 2º. comandante do Corpo da Guarda Real de Polícia, criado em 1809, ao qual as milícias estavam subordinadas. Registre-se, pois, que o Vidigal “histórico” estava mais poderoso do que nunca em 1821, às vésperas da Independência, no decurso de cujas lutas seu nome aparece registrado em função de peripécias repressivas várias. Segundo os registros

³⁸¹ Para Antonio Candido, uma das dimensões do major Vidigal seria a folclórica, pois “por baixo da farda historicamente documentada ele é uma espécie de bicho-papão, devorador da gente alegre” (“Dialética...”, cit., p. 27).

³⁸² *História da Polícia Militar do Distrito Federal desde a Época de sua Fundação*. Rio de Janeiro, Tipografia da Polícia Militar, 1925, v. I, p. 66 e ss. Cf. ainda Correia, Viriato. “O Vidigal”. In: *O Brasil de meus Avós*. São Paulo, Nacional, 1927, pp. 243-253. Segundo esse autor, Vidigal, que em 1823 destruiu “um quilombo de negros nas vizinhanças do Rio”, teria atuado “até os primeiros dias da Regência”. Sobre Vidigal, cf. igualmente Fazenda, José Vieira, *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RIHGB/RJ, t. 23, vol. CXLVII, 1923, pp. 87-90; e Silva, Alfredo Pretextado Maciel da. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro, 1940, vol. I, pp. 281-282; nesse último, afirma-se que Vidigal formou-se em “Humanidades” e, alistado num dos regimentos de cavalaria de milícias do Rio de Janeiro, chegou a capitão em 20/10/1790 e a sargento-mor em 15/03/1797 (p. 281). Pretextado da Silva também assegura que Vidigal foi reformado em 14/11/1824 no posto de marechal-de-campo. Essa informação claramente contradiz a de Viriato Correia quanto à atividade de Vidigal até os dias da Regência. Levando-se em conta sua idade presumida (ele teria 86 anos em 1831, quando se iniciou a Regência), é bastante improvável que Vidigal tenha atuado durante esse período.

hoje existentes, o mesmo Vidigal teria militado na “Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, o Apostolado Carioca de 1822/1823”, que lutou “pela dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”. Diferentemente dos demais membros de tal organização maçônica, ele não adotou pseudônimo, fazendo-se apodar simplesmente de “Miguel”.³⁸³

Conquanto a captura do indigitado Vidigal “histórico” não seja a meta deste trabalho, tais dados são necessários porque a suposta substância do Vidigal falado em “causos” de grande notoriedade também se extraiu das ocorrências de sua existência presumida. A propósito, esse Vidigal histórico, já marechal reformado do Exército, teria chegado à cláusula de seus dias em dez de junho de 1843, conforme os registros da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, em cujas catacumbas foi sepultado.³⁸⁴ Apesar das pesquisas, não foi possível localizar nos jornais da época qualquer referência ao fato³⁸⁵, e essa omissão talvez esteja a indicar, salvo prova em contrário, que Miguel Nunes Vidigal foi póstumo a si mesmo, ficando-se talvez pausado e trôpego, como quem se retira tarde do espetáculo. Em 1850, enfim, seus restos mortais foram trasladados para o Catumbi.

A atividade repressora de Miguel Nunes Vidigal era também inevitavelmente política, tendo sobrevivido a seu respeito um documento no

³⁸³ Vianna, Hélio. “Antroponímia Patriótica da Independência (1822-1824)”. In: *Vultos...*, *op. cit.*, pp. 1-2.

³⁸⁴ Conforme Silva, Alfredo Pretextado Maciel da, *op. cit.*, p. 282. Tal data é também subscrita por Marques Rebelo e Vieira Fazenda. Já a *História da Polícia...* dá o ano de falecimento como 1853, mas não cita a fonte (*op. cit.*, p. 69). Pretextado da Silva informa ainda, baseado nos registros da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que Vidigal faleceu com a provecta idade de 98 anos, o que aponta para o ano de 1745 como data de nascimento. O ano mais provável da morte do Vidigal deve ser mesmo o de 1843, pois no capítulo XXIII das *MSM*, publicado em 19/12/1852, afirma-se que “se fosse ainda vivo o nosso amigo Vidigal, de quem já tivemos ocasião de falar em alguns capítulos desta historietta, poderia dizer quantos garotos pilhou em flagrante delito ali mesmo aos pés do oratório, ajoelhado, contrito e beato.”

³⁸⁵ Para as duas datas (1843 e 1853) foram pesquisados diversos jornais constantes no acervo da Biblioteca Nacional. Deve-se lembrar, todavia, que: 1) em 1843 não havia o hábito de publicar listas de mortos, só se fazendo o obituário de pessoas célebres, e 2) as coleções dos jornais estão não raro incompletas.

qual se evidencia como se dava a ação da justiça para aqueles que, a qualquer instante, poderiam voltar a ser iguais: trata-se de um relato de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond (1794-1865), figura de relevo no Império. Possivelmente escrito na década de quarenta do século XIX, esse documento narra uma aventura do autor em 1823: perseguido por dom Pedro I quando da dissolução da primeira Constituinte, Drumond tentava, juntamente com os irmãos Andrada, fugir para a Bahia num navio. No caminho, ele teria topado com o Vidigal:

“Fui para bordo acompanhado de um homem de cor [...]. Quando íamos para a praia de D. Manuel, em busca do bote que me devia levar para o navio inglês, onde eu era esperado naquela noite; passamos pela Igreja do Parto, em frente da qual se achava um café ainda com as portas abertas e bem iluminado. Íamos pelo lado do café, quando de repente me encontrei face a face com o coronel Vidigal, comandante da guarda de Polícia... O coronel, ao ver-me, virou o rosto para o lado oposto, fingindo que me não via, e eu segui o meu caminho, bem persuadido [de] que a máxima parte dos Brasileiros não aprovava as violências do poder.”³⁸⁶

Vidigal sem dúvida sabia o que estava fazendo: Vasconcelos Drumond não tardaria a retornar ao Brasil, assumindo, até o fim da vida, papel de destaque na política do País.³⁸⁷ Quando as MSM estavam sendo

³⁸⁶ *Apud* Fazenda, José Vieira, *op. cit.*, p. 88. Nesse texto escrito originalmente em 1907, Fazenda, bibliotecário do IHGB/RJ, teceu algumas considerações sobre as MSM: “Quando moço, li algumas páginas do curioso romance *Memórias de um Sargento de Milícias* a um ancião, meu parente, falecido em 1868. Este octogenário, testemunha ocular de fatos da Independência, e tendo conhecido o Vidigal, garantiu-me ser ele homem enérgico, militar disciplinador, respeitável chefe de família e de costumes austeros. Não podem, pois, ser admitidos os exageros do romancista” (pp. 87-88). A validade do depoimento (ou da memória) desse “parente-ancião” de Vieira Fazenda pode avaliar-se a partir dos citados registros da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, onde se garante que Vidigal morreu solteiro (Silva, *Pretextado da, op. cit.*, p. 282). Quanto aos costumes austeros, consulte-se a nota 388. Moreira de Azevedo, num texto de 1877, dá uma visão diferente, com certeza mais retrospectiva: “Se exorbitava de sua jurisdição, se cometia excessos só toleráveis no regime absoluto, mostrava-se o Vidigal sempre o mesmo homem, não atendia a posição e condição sociais, e era inexorável com os vadios e garotos” (*apud História da Polícia Militar...*, cit., p. 70).

³⁸⁷ Consulte-se, sobre essa personagem: Blake, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Bra-*

publicadas, ele era ministro do Brasil em Portugal, e se envolveu no memorável episódio da guerra dos chouriços: o qual, com a batalha das tocinhas, merece ser consignado, como diria um personagem das *Mil e uma Noites*, com letras de ouro no interior das retinas.

O major Vidigal das MSM se produziu através desses “causos” que decerto circulavam³⁸⁸ em várias bocas e eram propostos com objetivos vários, e aqui se ensaia a busca e apreensão do major Vidigal que interessava especificamente aos luzias: a partir de escritos recolhidos na imprensa, intenta-se agora remontar esse quebra-cabeças.

A consulta aos jornais do período situado entre 1849 e 1853 deixa claro que os luzias procuravam de todos os modos atacar a ação da polícia. Ressalve-se que não se tratava de reivindicar democracia, mas sim correção e adequação no ato de bem reprimir, operando-se de quebra uma antecipação crítica relativamente aos processos eleitorais, nos quais a polícia era sempre acusada de atuar a favor do governo e, portanto, contra os liberais, que então não estavam no Poder.

Em vinte de fevereiro de 1853, aparecia no *Diário do Rio de Janeiro* uma “publicação a pedido”, assinada por “Medroso”, “um velho que ainda quer viver”. Nela, criticava-se a insegurança gerada, na cidade do Rio de Janeiro, pela ação dos capoeiras, “que vão assolando indistintamente, tal outra febre amarela”. Era assim que o “missivista” descrevia o rude labor do Vidigal:

“Nos tempos dos vice-reis houve esta epidemia, assim como outra dos mulatos de São Bento, que produziam em tudo igual estrago! E como se curou ou se remediou essa mania sem haver polícia? Muito bem. Nome-

sileiro. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970, vol. 1, pp. 265-167. Drumond também teorizou a respeito da produção da História Nacional.

³⁸⁸ Existem outros dados que talvez não fossem exatamente públicos a respeito de Vidigal, como o seguinte: num memorial redigido em 1846 para o imperador Pedro II, o Visconde de Goiana, Bernardo José da Gama, gabou-se de, num dos diversos cargos públicos que exercera, ter castigado “os Escrivães da Alfândega, e mesmo o Escrivão Deputado da Junta da Fazenda, o famoso Vidigal, fazendo recolher ao tesouro somas enormes, até então extraviadas” (*apud* Vianna, Hélio. *Vultos...*, cit., p. 32).

ou-se um Vidigal para policial ou (dizia-se então rondar e sossegar a cidade), este foi então aos regimentos que haviam [sic] e eram Bragança, Moura, Novo e Velho, escolheu os soldados que julgou mais possantes, e estes rondavam de dia e de noite com espada e camarões (cipó), apalpavam todo indivíduo que desconfiavam ser capoeira ou andar armado; se tinham armas e eram cativos eram recolhidos ao corpo da guarda (uma cocheira que havia defronte da Igreja do Rosário) e aí levavam imediatamente 100, 200 ou 300 chibatadas, conforme o tamanho, idade, robustez ou reincidência (porque ele com a prática já os conhecia), se eram forros ou livres iam para a praça e se eram crianças, isto é de 15 a 16 anos, levavam bolos da palmatória, segundo o tamanho; e se estes tinham pais e eram livres os mandava levar para serem por eles bastante castigados, enfim a cidade tornou-se tranqüila, e só o nome do Vidigal, um grito ‘ele aí vem’ era bastante para fazer desaparecer o maior tumulto e desordem. Pelo mesmo modo acabou com a gritaria de (quando saía a irmandade da Misericórdia a acompanhar o enterro de algum irmão) gatos pingados. Ora, um homem só foi capaz de sossegar uma cidade e tantos hoje não são?!!!” (DRJ, 20/02/1853, p. 2).

A crítica é límpida e absolutamente visível: um só homem foi capaz de fazer o que muitos hoje não são. Essa apropriação do mito para censurar a polícia contemporânea também está presente nas MSM. As alusões podem ser encontradas na simples menção das ocorrências, mesmo quando a polícia não comparece:

“Não podemos deixar de dizer quão miserável é a polícia que para se ver livre de vadios [que acompanham as procissões], ou para corrigi-los, usa do meio de cercar indistintamente vadios e não vadios, e de mandar calar baionetas entre o povo inerme. A polícia faria melhor em prevenir esses ajuntamentos do que neles consentir” (CM, 02/02/1852, p. 2).

“[A procissão] dava pasto [...] a quanta sorte de zombaria e imoralidade lembrava aos rapazes daquela época, que são os velhos de hoje, que tanto clamam contra o desrespeito dos moços de agora. Caminhavam eles em charola atrás da procissão, interrompendo a cantoria com ditérios em voz alta, ora simplesmente engraçados, ora pouco decentes” (CM, Pacotilha, MSM, 11/07/1852, p. 1).

Os jornais luzias eram unânimes em exprobar a ação da polícia, não

raro denunciando os chefes dessa corporação como ineptos cuja incapacidade depunha contra o “estado da nossa civilização” e provocava, de quebra, o escândalo das famílias decentes:

“De tempos em tempos dá a Polícia nos lupanares, é verdade, mas como procede ela? Antes que da casa saiam os que nela são encontrados, são esbordados e logo em seguida é a moralidade pública afrontada com o espetáculo de ver-se atravessar pelas ruas pretos e pretas amarrados aos pares, e com as esteiras às costas! Que belo exemplo para as famílias que estejam pelas janelas!” (*O Grito Nacional*, 05/10/1850, p. 3).³⁸⁹

“[...] a Corte do Rio de Janeiro felizmente não está de todo corrompida, como deseja o atual chefe de polícia, com os exemplos de seu *infamíssimo* proceder!” (Idem, 09/08/1851, p. 3).

Aqui, de novo, o tom era ditado pelas palavras do *Libelo do Povo*:

“Considere-se a lastimável situação de nossa Pátria! [...] a justiça criminal entregue a inumeráveis harpias de uma polícia, que atropela, depoja, e escraviza o cidadão pacífico [...]”³⁹⁰

Outro tema que concorria para a confecção de discursos era o recrutamento, constituído como barbaridade e irracionalidade³⁹¹, que alocaria

³⁸⁹ Essa associação constante entre a ação indecorosa da polícia e a moralidade familiar é também explicitamente política. A primeira metade do XIX brasileiro talvez visse essa relação, conforme acentua Foucault para a França do século XVII, da seguinte forma: “quando o Estado é bem governado, os pais de família sabem como governar suas famílias, seus bens, seu patrimônio, e por sua vez os indivíduos se comportam como devem. É esta linha descendente, que faz repercutir na conduta dos indivíduos e na gestão da família o bom governo do Estado, que nesta época se começa a chamar de polícia” (“A Governamentalidade”, in *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1990, p. 281). Cf. igualmente o recente trabalho de Holloway, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

³⁹⁰ O *Libelo do Povo*, cit., p. 70. Na edição preparada por Raimundo Magalhães Jr., registra-se equivocadamente “política” onde se lê “polícia” (cf. *Três Panfletários...*, cit., p. 125).

³⁹¹ Como exemplo, cite-se o jornal oposicionista *Opinião Nacional*, que traz logo em seu primeiro número, de 25/09/1851, o programa dos luzias, assinado, entre outros, por Bernardo de Souza Franco e Francisco de Salles Torres Homem. Um dos itens desse programa exigia “garantia contra os monstruosos abusos do recrutamento, estabelecendo nas localidades uma qualificação cuidadosa e imparcial das pessoas sujeitas ao serviço militar e pela criação de

vadios e maus elementos nos aparatos de segurança³⁹². Para comprovar a acusação, um jornal publicou uma circular sobre o assunto, supostamente dirigida pelo chefe de polícia da Corte, “o desembargador e *fresco* conselheiro Antônio Simões da Silva”, aos subdelegados:

“Há muito tempo que contra o modo prático do recrutamento se levantam graves temores, que não deixam de ter mais ou menos fundamentos; e a experiência tem demonstrado que o sistema de apreensão indistinta pelas ruas da cidade, pretendendo-se pelos hábitos exteriores conhecer da aptidão individual para o Exército, é senão um absurdo, ao menos um muito improfícuo meio de recrutar. [...] [deve-se] distinguir qual cidadão honesto, laborioso, e que por lei esteja isento do recrutamento, daquele que for vadio, desordeiro e de maus hábitos, para sobre ele recair essa contribuição” (*O Grito Nacional*, 05/12/1849, p. 1, artigo “A Coarctada do Chefe de Polícia, ou a Estupidez Levada a Seu Ápice”).

E eis como o redator, na mesma página, comentou tamanho “escândalo”:

“[...] só nesta época de desorganização social, devida à corrupção do poder, podia-se ver o chefe de polícia mandar que a contribuição de recrutamento recaia em vadios, desordeiros e indivíduos de maus hábitos. Em todas as nações civilizadas do universo, os exércitos compõem-se de homens ordeiros, e não de polutos e debochados porque ali, como em qual-

recursos que reparem o mal feito aos direitos do cidadão ou do Estado” (pp. 2–3).

³⁹² O sistema de recrutamento, efetivamente, fora objeto de discussão e legislação no tempo do rei: pesquisando o período, a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva encontrou ordens assim exaradas nos códices da Intendência de Polícia: “mandavam-se prender ‘rapazes brancos, pardos e pretos forros de 11 a 14 anos sem ofício nem alistamento na tropa milicianá’; ‘os vadios e mal procedidos’; ‘homem solteiro vadio, que não se ocupa na lavoura, que não seja filho único de alguma viúva’; ‘homem solteiro ainda que seja filho único, mas notado de valentão, briguento e de outra qualquer mácula na sociedade’; ‘homem casado que viva amancebado e tenha largado sua mulher e filhos, e que mereça por isso correção, de que desgraçadamente há tantos’; e ‘filhos de lavradores, ou roceiro que tenha de três em diante, um que não seja o mais velho ou aquele deles que constar ser mal procedido’.” (“A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: revista *Acervo*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1986, v. 1, nº. 2, jul.-dez./1986, p. 198).

quer outra classe da sociedade [...] há a mesma precisão de honra e moralidade.”

Resta ainda um último caso a apresentar: em oito de agosto de 1851, uma mulher “parda”, apelidada de “Polka”, espancou, nas páginas de *O Grito Nacional*, sua escrava, a “também parda” Claudina. Descrita como uma “vil e depravada mulher”, “de leonino coração” e “prostituta”, “Polka” é conduzida, a instâncias da população indignada que percorre as linhas do jornal, ao parágrafo em que está alojado o chefe de polícia. Nenhuma providência, entretanto, foi tomada:

“É certo que tudo se arranjou, porque a *Polka* continua tranqüila e sossegada em sua casa. [...] Não é um beleguim da polícia; não é um inspetor de quarteirão, não é um subdelegado; é o próprio chefe quem, tendo conhecimento de crime tão horroroso, apesar de instado pelo clamor público, *cruza os braços*, e com o sorriso da perversidade, deixa impune a criminosa. [...] Oh! meu Deus! em que país estamos? em que século vivemos? É no Brasil e no século XIX debaixo da inspiração do Cristianismo que homens que se dizem cristãos, e que exercem autoridades públicas de uma maneira tão feroz e desumana?!” (*O Grito Nacional*, 09/08/1851, p. 3).

Já se vê de que modo tais temas atravessam as MSM: o “recrutamento” de Leonardo filho pelo major Vidigal, por exemplo, é, à primeira vista, fruto de gratuidade, revelando alguma inconsistência. Leonardo, ademais, era vadio, e portanto inapto para tão grave atividade. Já o sorriso perverso, cínico, mofador ou sarcástico era marca registrada dos semblantes despóticos.³⁹³ Nas MSM, a cena conjuga as tópicas:

“Leonardo passava vida completa de vadio [...]./ Um dia forjaram uma patuscada semelhante à que dera origem ao conhecimento de Leonardo com a família [de Vidinha]. [...]/ Apenas se preparavam para o almoço viram surgir, ninguém sabe bem de onde, a figura alta, magra, severa e sarcástica do nosso célebre major Vidigal. [...]/ O major Vidigal [...], sor-

³⁹³ Cf. a *Filosofia Popular*, por Victor Cousin, *Seguida da Profissão de Fé do Vigário Saboiano de Rousseau*, onde se menciona o “riso cínico e mofador” dos déspotas perversos (Rio de Janeiro, Tipografia do Diário de N. L. Vianna, 1849, p. 45). A tradução fez-se pelo Dr. M. M. Moraes e Valle, então professor na Escola de Medicina da Corte.

rindo-se, disse [...] / [...] –Ora vejam, respondeu o Vidigal em tom de mofa [...]” (MSM, Pacotilha nº. 107, 20/02/1853, p. 1; *n.n.*).

O “Escritório” da Pacotilha contém enfiamentos emblemáticos:

“Participa-se ao Sr. chefe de polícia que alguns agentes encarregados de recrutamento têm cometido abusos e violências. Sexta-feira um bando de guardas nacionais, permanentes e guardas-fiscais, invadiram, ao som de injúrias e impropérios o templo de Nossa Senhora do Monte do Carmo na ocasião em que um sacerdote que se achava no altar dizendo missa elevava a hóstia sacrossanta. O motivo do insólito desacato era a prisão de um pardinho para soldado” (CM, Pacotilha nº. 131, 31/07/1853).³⁹⁴

No *Jornal de Timon*, por exemplo, o recrutamento era retratado como arma de pressão política:

“Aconteceu, como sempre, que ao passo que eram recrutados alguns homens laboriosos e honestos, e mesmo alguns chefes de família, a quem se não dava quartel, pelo fato só de pertecerem a partidos adversos, eram poupados quantos vadios, réus de polícia e malfeitores se abrigavam sob a bandeira dos recrutadores. Eram poupados, bem entendido, momentaneamente, e porque as eleições batiam à porta; passada a crise e a necessidade do cacete auxiliador, outro acordo se tomaria./ Os recrutados eram imediatamente seqüestrados e aferrolhados nos calabouços militares e porões dos navios de guerra, postos incomunicáveis, e sob ameaça de chibata; e os seus amigos e famílias só vinham no conhecimento do sucesso ao cabo de alguns dias, por darem falta deles, e pela publicidade, rumor e aparato com que a medida se escutava em grande./ As diversas oposições se agitaram em presença deste extraordinário movimento, e os respectivos chefes se dirigiram a palácio [...] Sua excelência [o presidente da Província do Maranhão] respondia com o sorriso nos lábios e com uma afabilidade encantadora [...]” (JT, cit., p. 158; *n.n.*).

Quanto à organização da polícia na “abençoada época” de el-rei, ela

³⁹⁴ Cecília de Lara também transcreve esse trecho e comenta: “censura-se o desrespeito ao local e à circunstância, mas não se manifesta estranheza ante o fato em si, ainda vigente, da prisão de vadios para dar-lhes como ocupação o policiamento” (“Memórias...”, *op. cit.*, p. 72).

não deixa dúvidas quanto ao despotismo:

“Nesse tempo ainda não estava organizada a polícia da cidade, ou antes estava-o de um modo que bem denotava o caráter da época. O Major Vidigal era o rei absoluto, o árbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuía a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas que ele julgava não haviam [*sic*] testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; ele resumia tudo em si; a sua *justiça* era infalível; não havia apelação de sua sentença; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas; exercia enfim uma espécie de inqui[s/r?]ição policial. Entretanto, façom-lhe justiça, dados os descontos necessários das idéias do tempo, ele na verdade não abusava lá muito do seu poder, e o empregava em certos casos muito bem empregado” (*MSM*, Pacotilha nº. 77, 25/07/1852, p. 1).³⁹⁵

Uma das possibilidades de apreender a costura de sentidos que produzia o humor nas *MSM* é a seguinte: além de servir para um cotejo com sua contemporaneidade, na qual a polícia agiria ineptamente, as *MSM* também mobilizavam a “lenda” do major Vidigal para desqualificá-la duplamente, porque “só um homem fazia o que hoje tantos não fazem” e porque, sobretudo, esse homem era despótico³⁹⁶ e por conseguinte obtuso e exíguo de luz intelectual. Uma comparação desabonadora, em síntese.

Criticar a polícia pela ineficácia no ato de bem reprimir era uma das formas de evidenciar seu jamais desmentido despotismo. O pasquim liberal *O Simplício* deixara isso muito claro:

“Dizia um meu vizinho (Deus te chame lá!) que a Polícia era composta de

³⁹⁵ Ainda em 1907, Vieira Fazenda apresentava uma justificativa análoga, em chave mais explicitamente política: “a história deve perdoar ao Vidigal algumas demasias, levando em conta os grandes serviços por ele prestados no alvorecer de nossa emancipação política” (*op. cit.*, p. 90).

³⁹⁶ Eis como um contemporâneo analisava a participação do Vidigal nas *MSM*: “As *MSM* retratam no major Vidigal não só um tipo perfeito, completo da autoridade, guarda do sossego, da ordem e da moralidade popular, mas também as demasias prepotentes e absolutas do despotismo que assim se ramificava e distendia desde o rei até o último dos janízaros do governo dos favoritos ou do alcaide policial!” (Cf. Silva, Bethencourt da. *Op. cit.*, p. XXIV).

uma *trindade milagrosa* em que havia Pai, Fiho e Parceiro! Muitas vezes exigi a explicação deste enigma [...] um dia no Sítio dos Desmazelos, chamado Passeio Público, encontrei um religioso *embarcação*, que em tom de oráculo deu-me a definição seguinte: – Pai de tal trindade, meu amigo, é o Despotismo; – o Filho, injusto canal de vinganças e espionagem; e o Parceiro, o mau Governo que entregue à mágica moderação deixa impunes perversos e mutinos! –/ Que vos parece, leitores, a fradesca definição? [...] A Polícia em nossa terra tem sido... é... ¿é o quê? Esperem. Senhores, vamos devagar, para chegarmos depressa; é... ¿ora, o que lhes parece que seja? [...] Os faladores dizem que os vadios e ratoeiros se amontoavam nessa cidade; que os ladrões grandes e pequenos têm conduzido centenas de escravos alheios para fora da Província; que estrangeiros viciosos e vagabundos têm desembarcado aos montes em nossas praias; que negros atrevidos e licenciosos enchem as ruas, cercado a tropa em suas marchas; as procissões em seu giro, e as Igrejas em ocasião de festividades, etc. etc.”³⁹⁷

Outra das características do Vidigal –a luxúria legível em “babão”³⁹⁸– é também, num texto já mencionado de Joaquim Felício dos Santos, imputada ao imperador Pedro II: a história do Dr. Jeremias, escrita em 2862, apresenta, “quase ilegível”, uma página que trata de “O Segundo Reinado de Bragança – Pedro II”, e aí as únicas palavras decifráveis são

³⁹⁷ Jornal *O Simplicio* nº. 7. Rio de Janeiro, 27/07/1831, pp. 46–47.

³⁹⁸ “Babão”, característica tanto de Vidigal quanto de Leonardo Pataca, era termo que se empregava para pessoas luxuriosas (e velhas, possivelmente). Cf. os versos “A um Velho Gamenho”: “Um beijo por piedade, minha bela! / Suplicava um babão de velha idade / Safa! responde em cólera a donzela / Renego os beijos que não têm maldade” (in *O Curupira*, cit., 27/03/1853, p. 200). Sublinhe-se que o termo *babão*, ao qual as MSM atribuem uso antigo (“romântico, como se diz hoje, ou babão, como se dizia naquele tempo [do rei]”), parece ter atravessado todo o século XIX, registrando-se tanto no já citado *Dicionário da Língua Brasileira*, de 1832 (“tolo, baboso”) quanto no fescenino *Dicionário Moderno*, “organizado por Bock”, de 1903 (“adjetivo de jacareação de coió velho. Que se baba, baboso, perdido de amores. Dá-se muito quando se vê uma perna de mulher bonita, que sobe no bond. [Fig.] Bocó, tolo”). Cf. reprodução fac-similar desse livro em Preti, Dino. *A Linguagem Proibida*. São Paulo, T. A. Queirós, 1984). É termo ainda hoje dicionarizado.

“inépcia”, “sensualidade” e “dividir para reinar”.³⁹⁹

Os irônicos elogios ao bom uso do Poder na realidade procuram desqualificar seu referencial presente, dessa comparação extraindo-se o humor e a crítica. A polícia do tempo do rei era autenticamente despótica, mas funcionava. E a polícia contemporânea não funciona mais, apesar de continuar sendo despótica; o pior de tudo é que ela comete o desfavor de atrapalhar os planos dos candidatos luzias:

“A polícia, julgando inevitável o triunfo da oposição [liberal] na vila da Estrela, recorreu ao indigno expediente de perturbar e anular a eleição. [...] / Assim vão em toda parte aparecendo os tristes resultados dessa interferência odiosa e nefária da polícia em atos a que devera ser completamente estranha, se alguma pequena dose de pudor entrasse nos cálculos de quem governa este país” (CM, 11/11/1852, p. 1).

Despotismo é também fruto de ignorância, e é assim que a polícia se pinta, com a transcrição fiel de documentos “autênticos”:

“Um Subdelegado Modelo. / Por toda parte com raríssimas exceções, vão os dominadores entregando a autoridade aos mais estúpidos e violentos de seus correligionários, entretanto como o Sr. Ramos [presidente da província de Minas Gerais] pode alegar a ignorância, e desculpar-se com as *fatalis rose-tas* do peão, nós aqui apresentamos uma *pastoral* de um de seus escolhidos, atualmente encarregado de distribuir *Justiça e Tolerância* na Ponte Nova. Veja o Sr. Ramos que temos o original da peça d’arquitetura que abaixo segue; ei-la: / ‘O Alf.^{es} Antonio Joze de Sz.^a Guem.^{es} Cavaleiro da ordem de Cristo e da Imperial Hordem da roza Sub Delegado de Freguezia / Faço saver os Pulicias que Esteviram de Vaixo do Cam.^o do Inspetor o Snr. Serafim Glz. Barrozo que sebem ainda não tenha recebi toda aqt.^a que os mesmos pulicias tem aReceber, podemse apresentar pessoal p.^a aVista da Relação, que mefoi dada pelo mesmo Espetor des Contado oRanxo de 160 p.^r dia Serão, pagos — emesmo des contarse de Alguns oque lhes foi adientado, ficando proucadidos que ademora foi aCerteza desepagar. e paraConstar faço oprezente de Clarando que Só pago, o Proprio pulicia p.^a

³⁹⁹ Cf. “A História do Brasil Escrita pelo Dr. Jeremias no Ano de 2862”, cit., p. 112.

Finalmente, já bem adiantadas as MSM (capítulo XLII, Pacotilha n.º. 120, 16/05/1853), o primeiro estágio de Leonardo filho nos órgãos de segurança é o posto de “granadeiro”. Como ruína de um possível investimento semântico “contestador”, existem na Biblioteca Nacional alguns exemplares de um jornal chamado *O Granadeiro*, que circulou de 22 de março a 19 de abril de 1845. Ostentando o lema “Camarada! Alerta! Alerta! De nós precisa a Nação! Viva D. Pedro Segundo, e viva a Constituição” e falando em nome da “nobre e prestante classe militar”, esse jornal luzia tinha o seguinte programa:

“O granadeiro falará ao povo, empregando a linguagem conveniente, e apresentará em toda nudez os homens que, cuidando só de si, afetam cuidar do bem da pátria. [...] / estamos persuadidos de que um soldado não deve só defender a pátria com as armas [...]”⁴⁰¹ (n.n.).

Recorde-se, em tempo, que entre os luzias a discussão acerca de problemas militares era sempre acompanhada de petições nacionalistas, que afirmavam:

“[...] em França, todo exército é Francês; em Inglaterra, é Inglês; mesmo em Portugal nenhum brasileiro aí aparece; mas no Brasil são eles contratados para a Marinha, e esfaimados se comprazem em fazer correr o sangue brasileiro.”⁴⁰²

ou então deblateravam contra as condições de vida e trabalho do “soldado de terra e de mar”, garantindo que “entre as más condições a que por infelicidade do Brasil está sujeito o cidadão Brasileiro, há uma terrível, e é a do soldado. O soldado é sempre considerado como um instrumento, o despotismo vale-se dele para conseguir seus fins, e apenas se acha servido, trata-o de resto, maltrata-o mesmo, espezinha-o, e o cala-

⁴⁰⁰ Jornal *O Cascalho* n.º. 1. Rio de Janeiro, ?/?/1849, pp. 3-4. Essa seria uma transcrição do jornal *Itamontano*, de Minas Gerais.

⁴⁰¹ Jornal *O Granadeiro*. Rio de Janeiro, n.º. 1, 22/03/1845, p. 1.

⁴⁰² Jornal *O Guarda Nacional*. Rio de Janeiro, n.º. 7, 13/03/1849, p. 2.

bouço, a chibata, são ordinariamente a recompensa de seus serviços!”⁴⁰³

A censura aos atos da polícia era produzida, portanto, como atitude abertamente oposicionista, e isso fica claro num episódio ocorrido em agosto de 1853: dois delegados –o nomeado e o “deposto”– desavieram-se em Cantagalo, na Província do Rio de Janeiro. Após algumas reclamações provocadas por ditérios mais ou menos inconvenientes, e quiçá algum desforço físico, elaborou-se um relatório para o qual foi solicitado um parecer de Francisco Otaviano, então deputado provincial e diretor de redação do *Correio Mercantil* (no qual, até julho daquele ano, se estavam publicando as *MSM*). Impavidamente, o muito falado Otaviano não deixou o assunto passar em branca nuvem: após reafirmar o poder do Imperador para nomear e demitir delegados tanto na Corte quanto nas províncias, encerrou o parecer com picardia característica – notadamente se se leva em conta que ele dirigia um jornal que havia menos de um ano atacava sempre quase todos os atos da polícia⁴⁰⁴:

“Essas expressões – e ofensivas, **esta chalaça, podem jogar as folhas de oposição**, mas não os empregados de confiança!/ Foi demitido” [n.n.].⁴⁰⁵

⁴⁰³ *Jornal O Noticiador*, cit., nº. 4, 19/09/1849, p. 2; no mesmo jornal, nº 25, 21/10/1849, p. 2: “o soldado brasileiro come mal, veste-se mal, é chibatado por qualquer ordem arbitrária, e não tem o menor sossego”. Na Pacotilha, censurava-se a violência admitida pelas autoridades: “O sr. Zacharias Góes, ministro da Marinha, afiançou-nos que não se poderia prescindir, segundo a opinião de sábios escritores que leu, do chicote, azougue ou bacalhau (expressões de S. Ex^a.) em sustentação da disciplina a bordo!” (*CM*, Pacotilha nº. 73, 26/06/1852; *apud* Lara, Cecília de. “Memórias...”, op. cit., p. 72).

⁴⁰⁴ A tal ponto que em 1852 se travou polêmica entre o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*. Numa de suas edições, o primeiro acusou “o órgão mais importante da oposição” de estar publicando, sem cessar, “um ou outro fato de ratonice ou roubo”, e que, ultimamente, estaria exagerando e divulgando invencionices para “desacreditar a ação da polícia” (cf. *Jornal do Comércio*, 1º/01/1852 e edições seguintes). Com Otaviano à testa da redação, a atitude do *Correio Mercantil* foi se modificando paulatinamente. Ao que tudo indica, Otaviano era um monarquista “moderno”, ou seja, constitucional. Nessas condições, ele decerto não aceitaria, v.g., que os soberanos pudessem dispor, como no Antigo Regime, até mesmo do corpo de seus súditos – ou de suas súditas.

⁴⁰⁵ Manuscrito depositado no IHGB/RJ, lata 156, doc. 7; parecer sem data, mas posterior a agosto de 1853. Em agosto de 1853, com a conciliação avançando a todo vapor, as “fo-

lhas de oposição” estavam, como já se viu, virtualmente extintas ou em processo –negociado, evidentemente– de extinção. A exceção, na Corte, ficou por conta do *Grito Nacional* e de *O Repúblico*. Por pouco tempo, conforme se demonstrou capítulos atrás. A explicação é que o governo estava “reorganizando” a imprensa. Desde 1853, Nabuco escrevia a João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotegipe e então chefe de polícia na Bahia, pedindo-lhe sugestões: “julgo conveniente organizar e dirigir a imprensa governista: como e por que meio? Deve Você dizer-nos” (08/10/1853). Ou: “já expedi ordens sobre os 2:000\$000 para a imprensa, quanto aos outros dois, convém que oficialmente peça aprovação” (13/02/1855). *Apud* Pinho, Wanderley. *Cotegipe e Seu Tempo*. *Op. cit.*, p. 248.

13) “AMOR”, CIÚMES, NAMORO

Malgrado as MSM já tenham sido caracterizadas como “anti-românticas”, sua forma de mencionar o amor guardava relação estreita com teorizações efetuadas em revistas da época, de sabor inteiramente romântico, como se costuma dizer.

Em 1850, na revista *O Guaraciaba* –a mesma onde MAA cometeria uns versos–, o médico baiano Augusto Victorino Alves Sacramento [Blake], que anos mais tarde elaboraria o útil *Dicionário Biográfico Brasileiro*, publicava uma série de artigos chamada “Paixões”, onde se discorria sobre o “amor”. Acompanhem-se abaixo as analogias entre seu texto e o das MSM:

“À simples vista da jovem, [o mancebo] se assusta e treme; todavia sente uma força que, qual ímã poderoso, o leva para junto dela. Então começa a compreender donde nasce este vazio que n’alma tem [...]” (*O Guaraciaba*, 17/11/1850, pp. 73-74)

“Procura vê-la [à amada], quer fixá-la, e, quando a encontra, quer fugir, como se assusta, treme, e, abaixando a vista, cora: – estuda em seu toilette mil maneiras de olhar [...] Estuda mil frases belas, sedutoras, mas inocentes todas, para dizer-lhe; porém não se atreve a falar-lhe, e, se alguma palavra lhe escapa dos lábios, é medroso, trêmulo e até gaguejando [...]. Quando a paixão já está nesse estado, o moço quer fazer uma declaração a sua bela [...] porém teme ofendê-la [...]– seu sangue corre então com mais rapidez, com mais calor” (idem, ibidem).

“Luisinha estava no vão de uma janela a espiar a rua pela rótula; Leonardo aproximou-se tremendo, pé ante pé, parou e ficou imóvel como um estaférmo, atrás dela [...]” (CM, Pacotilha, MSM, 21/11/1852, p. 1)

“Muitas semanas levou a pensar nisso, a estudar o que havia de dizer a Luisinha no momento fatal; achava com facilidade milhares de cousas que dizer, porém mal tinha assentado em que diria isto ou aquilo, e já isto e aquilo não lhe parecia bom. Por várias vezes tivera ocasião favorável para desempenhar sua tarefa, pois estivera só com Luisinha; porém nessas ocasiões nada havia que pudesse vencer o tremor das pernas que se apoderava dele e que não lhe permitia levantar-se do lugar onde estava, e um engasgo que lhe sobrevinha e que o impedia de articular uma só palavra” (idem, ibidem).

Existiam outras articulações possíveis, sem dúvida. Em *O Simplício*, pequeno pasquim liberal de muita circulação no decênio de trinta e mesmo depois dele, era o amor figurado numa analogia política:

“É muito para lamentar, que as Divindades Brasileiras sejam tão fáceis em dar a mão de esposas a qualquer homem, sem terem cabal conhecimento de seus merecimentos ou defeitos. Quantas vezes tem acontecido entregar-se uma jovem e bem-educada menina nos braços d’um *Lapux* sem educação, nem particularidade alguma que o torne digno de possuir uma Esposa! E quantas campanhas amorosas têm vencido esses soldadinhos do injusto Deus das flechas, cativando incautas meninas, que a eles se ligam, embelezadas somente por *esquisitos trajes, importunos e floridos escritinhos em verso, e doces ecos de maviosas modinhas*; e depois se acham sem remédio sepultadas num cruel infortúnio, vendo-os teimosos e loucos na lida dos passeios e das súcias, sem lhes importar a fome dos filhos, e as necessidades da Família!”⁴⁰⁶

“Caras patrícias: [...] assim como em Política há revolucionários, que só procuram satisfazer seus caprichos e desejos, em amor há perigosos sedutores, que com maquiavélicas gaifonices buscam satisfazer paixões desordenadas, embora perigue a inocência e a virtude; e quando esposos incomoda-os o choro dos filhinhos, e deixando as infelizes consortes, entre privações e cuidados vão deitar-se no regaço dos prazeres!”⁴⁰⁷

É precisamente esse o caso do caça-dotes José Manuel, como se enfatiza nas *MSM*:

“Saibam os leitores que passada a lua de mel, em que tudo foram rosas, o nosso José Manuel pusera, como se costuma dizer, as mangas de fora, e tais cousas fez, que em poucos meses estava tudo de guerra aberta [...] / Tinha-se José Manuel tornado para Luisinha um verdadeiro marido dra-

⁴⁰⁶ Jornal *O Simplício*. Rio de Janeiro, nº 6, 18/05/1831, p. 39. Na Biblioteca Nacional, existem pelo menos duas coleções desse periódico, que circulou de 1831 a 1833; prova de sua boa aceitação é o fato de seu primeiro número apresentar diferenças de uma para outra coleção –uma delas está impressa com erros de revisão e outra sem esses erros–, evidenciando-se assim que o jornal rodava mais de uma tiragem. Ademais, seu título foi um dos mais glosados da imprensa brasileira (cf. Vianna, Hélio. “A Família Humorística dos Simplícios”, cit.).

⁴⁰⁷ Idem, nº 7, 27/07/1831, p. 45.

gão, desses que só aquele tempo os conta tão perfeitos, que eram um suplício constante para as mulheres. Depois que se havia mudado da casa de D. Maria, nunca mais Luisinha vira o ar da rua senão às furtadelas, pelas frestas da rótula; então chorava ela aquela liberdade de que gozara outrora [...] votava a seu marido uma enorme indiferença, que é talvez o pior de todos os ódios./ Pois a vida de Luisinha, depois de casada, representava com fidelidade a vida do maior número de moças que então se casavam: era por isso que as Vidinhas não eram raras [...]” (MSM, Pacotilha n.º. 125, 19/06/1853).⁴⁰⁸

Na perspectiva das MSM, as “Vidinhas”, com todos os diabos, não eram raras. Nem raras seriam suas demonstrações de ciúmes, em que aos ataques histéricos se sucedia uma serenidade criminosamente vingativa:

“É uma grande desgraça, concordamos, não corresponder a mulher a quem amamos aos nossos afetos; porém não achamos também pequena desventura o cairmos nas mãos de uma mulher a quem deu na cabeça querer-nos bem deveras. O Leonardo podia dar a prova desta última verdade. Vidinha era ciumenta até não poder mais: ora, as mulheres têm uma infinidade de maneiras de manifestar este sentimento: uma dá-lhe para chorar em um canto, e choram aí em ar de graça dilúvios de lágrimas: isto é altamente cômodo para quem as tem de sofrer. Outras recorrem às represálias, e neste caso desbancam em continente [*sic*] a quem quer que seja: esta maneira de manifestação é seguramente muito agradável para elas próprias. Outras não usam da mais leve represália, não espremem uma lágrima, mas assim por um espaço de oito ou quinze dias, desde que desponta a aurora até que cai a noite, resmungam um calendário de lamentações, em que entra seu pai, sua mãe, seus parentes e

⁴⁰⁸ Na 115^a. Pacotilha, de 10/04/1853, disserta-se a respeito das formas pelas quais as moças deveriam encontrar os respectivos consortes. Citando os bailes de máscara, o narrador observa em tom de mofo: “É bom que as lindas meninas, que só gostam de prestar atenção aos máscaras ricamente trajados, não se iludam e cortejem algum faetonte do largo do Rocio em vez do bacharel formado ou do doutor em medicina, de quem contam fazer um marido.” Depois, afeta cinismo quanto a “uma rica herdeira que mora em um dos nossos bairros aristocráticos, que é feia, e que anda a procurar casamento de *inclinação*, porque diz a ingênua moça: —Não quero marido para o meu dinheiro” (p.1). Em tom escarninho, o texto argumenta que, por ser feia, a moça somente conseguiria um casamento de interesse.

amigos, seu compadre, sua comadre, seu dote, seus filhos e filhas, e tudo por aí além; isso sem cessar um só instante, sem um segundo de descanso: de maneira a deixar a cabeça do mísero que a escuta uma assuada eterna, capaz de fazer amolecer um cérebro de pedra. Outras entendem que devem afetar desprezo e pouco caso; essas tornam-se divertidas, e faz gosto vê-las. Outras enfim deixam-se tomar de um furor desabrido e irreprimível; praguejam, blasfemam, quebram os trastes, rompem a roupa, espancam os escravos e filhos, descompõem os vizinhos: esta é a pior de todas as maneiras, a mais desesperadora, a menos econômica e também a mais infrutífera. Vidinha em seus ciúmes gostava dessa última manifestação./ [...] Depois de gritar, chorar, maldizer, blasfemar, ameaçar, rasgar, quebrar, destruir, Vidinha parou um instante, concentrou-se, meditou [...]/ O Leonardo viu que o caso estava mal parado, e tendo estado até então calado, decidiu-se também a pedir a Vidinha que não saísse. [...]/ – Qual!... responde Vidinha... essa agora é que havia de ser bonita... Qual! pois eu não hei de sair?... Tinha que ver... então por pedido do senhor? Ora qual...” (MSM, Pacotilha nº. 116, 17/04/1856 – Capítulo “Ciúmes”; dois capítulos depois –“Represálias”–, Vidinha se dá ao “Toma-Largura”, empregado da Ucharia Real).

O periódico *O Carapuceiro*, modelo muito disseminado na primeira metade do XIX, tinha esse afeto como um de seus alvos para a “educação do belo sexo”, “sempre tendendo a ridicularizar e desprezar tal vício feminino”⁴⁰⁹: vituperava-o como irracionalidade indigna de pessoas civilizadas. Para isso, mobilizavam-se os mesmos estereótipos:

“O ciúme é uma dor, que sentimos, quando tememos não ser igualmente amados da pessoa, que é o único objeto de nossos desejos. [...]/ Cumpre todavia dizer, que as mulheres ou por serem mais amorosas, ou pela sua natural fraqueza, são geralmente falando, mais dadas ao ciúme. Essa paixão quando chegada ao último extremo é capaz dos mais horrorosos atentados, de que nos oferecem as Histórias inumeráveis exemplos: mas se não passa de certa altura, é por via de regra prova de amor, e às vezes excita o riso dos que a sangue frio contemplam os arrufos amatórios./ [...] Há cousa mais cômica, mais divertida, do que observar de parte a

⁴⁰⁹ Burke, Maria Lucia Garcia Pallares. *O Carapuceiro...*, cit., p. 161.

dous namorados, um dos quais está tocado da paixão do ciúme? Que gestos, que faz! Que olhadelas de porco! Que caretas, que mordeduras de beijos, que mudanças de cores no rosto, que palavrinhas acintosas, que torquesadas, e reviretes!” (*O Carapuceiro* nº 33, 23/07/1842, pp. 1 e 3).

“Quando o ciúme destas [das mulheres] é moderado, e pouco rixoso, ainda se pode tolerar, e às vezes até serve de divertimento; porque algumas ficam logo muito políticas, tratando os maridos por Senhor, e com tal seriedade para com eles, que parece, que nunca se viram, nem conheceram. Outras dardejам-lhes olhadelas, que parecem setas, e ao mesmo passo procuram disfarçar a raiva, que as mói, com dizer, que podem fazer eles o que quiserem; que é cousa, que lhes não importa [...]/ Não obstante todas as cautelas, apesar de todas as medidas de prudência, mulheres há tão entranhadas na paixão do ciúme, que se tornam maníacas, e trazem os pobres maridos num inferno” (idem, nº. 34, 27/07/1842, pp. 2 e 3).

Dez anos depois, o enfoque do autor continuava muito parecido:

“O ciúme é a paixão mais violenta do belo sexo. [...] Nada, pois, mais natural do que o furor do ciúme na mulher. Se o amor é uma das paixões que se não pode esconder por muito tempo; o ciúme facilmente se decobre em uma amante aos olhos de outra mulher. Tais são os funestos ímpetos, que arrastram [sic] tantas esposas de amantes sensíveis à demência e a moléstias de languidez, cujas origens elas debalde disfarçam [...].⁴¹⁰

Destarte, o ciúme é censurado nos escritos da época como “paixão desintegradora e crescente”, louvando-se implicitamente “a docilidade e a modéstia como virtudes maternas e conjugais necessárias” – num “momento da história em que a ideologia da domesticidade feminina estava sendo amplamente disseminada e defendida pela intelectualidade brasileira”.⁴¹¹

E é por isso que as *MSM* registram, continuando a cena dos ciúmes, que “não há cousa mais eminentemente prosaica do que uma mulher

⁴¹⁰ *Jornal A Marmota na Corte* nº. 312, 09/11/1852. Artigo “A Mulher e Seu Caráter”, por “O Carapuceiro”.

⁴¹¹ Burke, Maria Lúcia Garcia Pallares, *O Carapuceiro....*, cit., pp. 161 e 175. Cf. também Engel, Magali. *Meretrizes e Doutores*, cit., e Muricy, Katia. *A Razão Cética: Machado de Assis e as Questões de seu Tempo*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

quando se enfurece. Tudo quanto em Vidinha havia de requebro, de languidez, de voluptuosidade tinha desaparecido: estava feia, até repugnante”. Conquanto muita vez se veja, na crítica contemporânea, um retrato realista em Vidinha⁴¹², o fato é que se trata de um modelo estereotipado, recorrente na imprensa da época, que ridicularizava as mulheres ciumentas e louvava a santidade do casamento. Vidinha – caricatura da mulher fatal e da *belle dame sans merci*⁴¹³ – laborava num erro duplo: além de ciumenta, não era casada. Ou seja: não teria nem sequer o direito aos ciúmes.

Mas ainda que existissem mulheres disponíveis e dispostas à convivência sexual fora do casamento –fato corriqueiro em quaisquer sociedades, num grau ou noutro–, tomar esse retrato por um decalque do real implica desconhecer as convenções que regiam a representação da economia sexual naquela sociedade patriarcal, e que, como tem ressaltado a crítica feminista aqui citada, encenavam seu próprio funcionamento como corretivo moralizante de tais práticas. O citado artigo de Lopes Gama, “As mulheres e seu caráter”, aborda o tema de forma esclarecedora, simulando uma perspectiva “feminina”:

“Não há ódio comparável ao que as mulheres perdidas consagram às honestas e virtuosas; porque, o proceder regrado destas parece ser o testemunho sempre vivo da infâmia daquelas; e esta é a razão porque as me-retrizes são tão ardentes em corromper a mais pura virtude, a fim de que havendo a mulher, por quedas reiteradas, perdido todo pudor, não tenha mais outro recurso senão o gozar da ruína da sua mesma reputação./ A mulher quanto mais se facilita, menos mérito conserva aos olhos do ho-

⁴¹² É o caso, por exemplo, de Marques Rebelo, *op. cit.*, onde Vidinha é qualificada de “deliciosa”; cf. também Houaiss, Antônio. “MAA”. In: jornal *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28/11/1964, p. 1, 2º caderno: “a primeira apaixonante figurinha de mulher autêntica, e mulata (não sem razão, pois, pois, pois)”.

⁴¹³ Cf., para a representação feminina no período romântico, Praz, Mário, “A Bela Dama Sem Misericórdia”, in: *A Carne, a Morte e o Diabo na Literatura Romântica*. Campinas, Edunicamp, 1996, pp. 179-264. Propondo o texto como reflexo da empiria, (“[espelho fantástico de] aspectos da vida real, e a vida real sempre ofereceu exemplos mais ou menos perfeitos de feminilidade preponde e cruel”), a análise de Praz é também trans-histórica ao propor a universalidade desse tema.

mem... Quanto mais cuida em tomar ascendente pela profusão de favores, mais diminui a estima que adquirira. Pelo contrário, o homem prende-se mais àquela que se vende mais caro, porque em todas as coisas a raridade aumenta o preço, e o amor aguça-se por seus generosos sacrifícios.”⁴¹⁴

Numa carta a João Carlos Arêas, datada de vinte de janeiro de 1845 (“11 horas da manhã”), o picante Francisco Otaviano propôs um obscuro enquadramento que não deixaria de ter sua efetividade: seu coração balançava entre a etérea “Olímpia” e a vulgar “Chiquinha” porque “a mulher deve reunir ao angelicismo que resolve nossas aspirações celestes — formas terrestres que falem aos nossos frenesis, aos estremecimentos do frenesismo [e] o coração e íntimo sentir da virgem, e a lascívia e o apetite da cortesã”. Mas nenhuma das duas podia satisfazê-lo:

“A Olímpia, tipo especial, organização excêntrica, gênio de poeta em corpo delicado, de que só podem dar idéia as formas vaporosas dos cantos de Ossian, ou as vozes fantásticas nos contos de Hoffman, — não sei por que contrariedade fatalista — não é em coisa alguma a mulher de meus sonhos, — o belo ideal da minha imaginação. — Será porque sou materialista? — Será porque sou espiritualista? — Nem eu mesmo sei o que sou, como saberei a causal [sic] de minhas tendências? [...] Se eu fora poeta de palavra, como o sou de pensamento, havia de fazer uma epopéia satanicamente divina da mulher de meus sonhos. Sei que é um monstro, que se não realiza, segundo o pensar quase universal. — Porém não será completamente exata essa opinião? Não pode existir uma mulher candidamente cínica?/ Portanto já vêes que a Olímpia não pode entrar em cena: quando se trata de paixões, respeito-a, idolatro-a, porém como idolatraria um painel de algum grande mestre, como idolatro uma

⁴¹⁴ Para a tentativa de “moldagem” do comportamento feminino, confira-se também, na linha cômica, o conjunto de artigos “As Mulheres Maçantes”, assinado por “S.T.” e publicado na mesma *Marmota na Corte*, números 245, 246 e 247, de 19, 23 e 26/03/1852. Ali são recensados os tipos inconvenientes de mulher: pidonas, políticas, médicas, nobres, arranjadeiras de casa, músicas, dançantes e, finalmente, as que querem ser mais moças que as outras. Ao cabo do último artigo, escreveu-se um “continuar-se-á”, mas não foi localizada tal continuação — certamente porque o repertório de tipos femininos inconvenientes já se havia quase esgotado.

irmã; ou antes a Olímpia não é para mim uma mulher, — é só a primeira parte do meu poema — é um anjo./ Mas — dirás tu — por que então deliravas (deliras — talvez) pela Chiquinha? — É incontestável que ali só há matéria, as formas de demônio, a argila bem preparada, o vício em germen: — nada existe de poético.— Concordo pelo lado psíquico — só achamos na Chiquinha — inaptidão ou nulidade — Porém (aqui vem o materialismo) as formas!... as formas! — Logo — podes concluir — não há dúvida que [sic] o teu romance-mulher resolve-se em uma massa de carne arrumada para o coito. — Eis aí o *difficile* do sistema./ Em verdade eu sou um amálgama de incoerências. Eu quero a mulher, mais pelos resultados físicos, do que pela beleza moral. — E por isso sou mais inclinado ao culto da Vênus pagã, do que às lendas do Cristianismo que divinizam as onze mil virgens. — Porém, como ao mesmo tempo tenho concepções tão espiritualistas acerca do belo?/ Talvez possa explicar o meu desvio pela Chiquinha./ Te lembras daquela expressão do Hugo Fóscolo mulher de circunstâncias críticas?”⁴¹⁵

A carta, escrita quando Otaviano era estudante de Direito em São Paulo, prossegue nesse amável diapasão, que certamente provocaria urticárias em qualquer feminista da atualidade, muito embora, para o período, não significasse nada de novo naquele *front* saturado de byronismo. Mas tratando-se, como é o caso, de carta particular, ela é valiosa na medida em que evidencia um preconceito que não se limitava à esfera ficcional. Não importa, assim, que Otaviano estivesse “mentindo” a Arêas, e que só obtivesse os suspeitos favores das profissionais das “circunstâncias críticas”, as quais, aliás, sentiam uma compreensível e nada acadêmica atração pelos estudantes da Faculdade de Direito; o fato é que, em sua materialidade específica, o texto constitui, binariamente, o seu real: mulheres etéreas e mulheres devassas. Esquema que, mitigado, se aplica perfeitamente a Luisinha e a Vidinha.

Não importa, pois, que uma Vidinha “real” praticasse o concubinato —ou cópulas esporádicas— com um Leonardo também “real”, porque mais importante do que isso, em tais discursos, era constituir esse proce-

⁴¹⁵ Apud: Pinho, Wanderley (org.). *Cartas de Francisco Otaviano*, cit., pp. 27-28.

dimento –eventualmente adotado também pelos agentes que produziam esses discursos– como infâmia, ainda que hoje, nas *MSM*, possa-se lê-la “diluída em bom humor”. Na falta desse bom humor, era plausível que a crítica fosse assim elaborada:

“E não se creia que a imoralidade doméstica não deve importar ao corpo social: ela transbordará dos aposentos ocultos para a praça pública, logo que os homens dissolutos forem em maior número que os virtuosos.”⁴¹⁶

E, malgrado possa parecer surpreendente num “romântico” –quando se tem por *a priori* somente o romantismo sentimental e patético e se elide o fato de que ele é irônico, fundamentalmente–, essa chocarrice graciosa tampouco era gratuita, porque o excesso de namoro, na realidade, deporia contra o “estado de nossa civilização”:

“Há, desgraçadamente, entre nós certos peraltas (de todas as classes e nações) sem respeito, nem moral, e tão desonestos, que pelo simples fato de verem qualquer senhora a sós na janela, julgam-se com direito a dirigirlhes gracinhas de [tal] maneira pesadas que valem nada menos, que um insulto!/ A boa sina parece que os acompanha; porque, ainda não encontraram um pai, um esposo, um irmão ou qualquer outro parente, que lhes desse uma lição mestra, ensinando-os para sempre!/ ☞ *Deus lh'a depare um dia!!!* E que tal é o estado de nossa civilização a respeito?”⁴¹⁷

O ato de namorar também tinha suas convenções e seu decoro: nada parecido com a decantada espontaneidade do amor ou qualquer outra balela. Miseráveis e ridículos **produzem** situações miseráveis e ridículas. Namoros desastrados, praticados por gente indigna –e logo em condições igualmente indignas– eram mote humorístico dos mais explorados na inesgotável fórmula do pastelão:

“Um namorador noturno, a quem sua Dama fingia sincero afeto, depois de longas fadigas conseguiu falar-lhe subindo a uma janela demasiada-

⁴¹⁶ *Jornal Estrela do Ocidente*. Rio de Janeiro, nº. 3, 28/04/1849, p. 2.

⁴¹⁷ *O Bodoque Mágico*, cit., nº. 5, 25/08/1851, p. 39. Cf. também *O Simplício* e *O Carapuceiro*, entre muitos outros.

mente alta, e tendo apenas começado a perguntar como ela havia passado, aconteceu que o diabo do gato ruivo no seu ofício, perseguindo um pequeno ratinho, deitou ao chão parte da louça d'uma mal-arranjada prateleira: o estrondo não foi grande; porém para assustar amantes qualquer coisa basta: a menina tratou de fechar-se, e o pobre namorador deu um pulo para escapar de pilhado; mas tendo ficado o rodaque (uma espécie de japona do Japão) preso na janela, achou-se pendurado sem atinar como livrar-se daquele perigo; a chuva excessiva, e o silêncio da noite tornaram o coração do amante mais negro do que o café com leite dos botequins: o velho, dono da casa, que tinha por costume levantar-se muito cedo para com o óculo de alcance observar o que se passava nas casas de seus vizinhos, apenas levanta a vidraça sente cair na cara o infeliz pendurado: encara-o, e vê ser um rapaz, o qual com a tremenda pancada havia deslocado o pé direito, e gritava por Santa Bárbara, como se negra e carrancuda trovoada estivesse sobre sua cabeça; o velho compadecido mandou-o buscar, e conhecendo ser caixeiro de um seu amigo, e do número desses atoleimados que costumam deixar nas lojas velas acesas enquanto vão às suas maganagens, do que tem resultado não pouco trabalho às bombas estrangeiras, visto que os nossos Arsenais, andam como as cabeças dos governantes; perguntou-lhe como diabo havia caído, e onde se achava antes de cair; o rapaz apesar de ser do magote dos papeteletas consulares do reino das cinco chagas, já havia passado por tarimba e convés, respondeu-lhe com muita humildade: — ‘que por sua desgraça era lobisomem do 4º. ano, e que em seu triste fadário muitas vezes tinha caído; mas nunca de tão alto; que S.S. visto ser de caridade, lhe podia valer, fazendo com que seu amo o não despedisse’; o velho que há 63 anos, nutria em seu peito o mais brutal fanatismo, e acreditava quanto há de mal, compadeceu-se do rapaz, mandou chamar o Cirurgião, e deu parte ao amo, daquele acontecimento; passados dias mandou-o para a loja, aonde ele chegou muito contente por haver escapado de uma tal ratoeira./ O amo que, apesar de ser patrício, gostava de conservar o que era seu, tratou de despedir o amiguinho, que hoje se acha sem ocupação.”⁴¹⁸

⁴¹⁸ Jornal *O Simplicio* nº. 3. Rio de Janeiro, 29/01/1831, p. 12. A epígrafe desse jornal era “Nada de interpretações forçadas, que trazem consigo o erro e o crime”. Compare-se o trecho acima com estas outras figurações de namoro: “Não há por aí moço elegante e gamenho, velho sebo e garreta que não se babe de gosto quando alguém lhe diz, mes-

Frise-se, em primeiro lugar, que todas as ações descritas no texto são, conforme a perspectiva da época, condenáveis, e portanto dignas de vituperação e riso: namorar naquelas condições, atrapalhar-se, deixar a louça mal arranjada, sair de rodaque, espionar os vizinhos com um “óculo de alcance”, gritar por Santa Bárbara, acender velas enquanto se praticam maganagens, compadecer-se de uma pessoa que cai naquelas condições, ser fanático, ser um caixeiro papeleta proveniente do reino das cinco chagas, ser um comerciante do reino das cinco chagas que emprega caixeiros também dali provenientes, chamar um cirurgião, pedir segredo de tamanha ocorrência, mandar embora um caixeiro só pelo desejo de preservar o que é seu etc. Comédia de erros de raiz, motiva, em chave cômica, todos os temas que a classe letrada vituperava. O ridículo do namoro impertinente, nesse caso, é simetricamente inverso à sentimentalização do namoro decente e imaculado que muitos outros escritos do tempo propõem.

Finalmente, não se pode esquecer –mesmo porque o texto sublinha a informação– que ambos os Leonardos (como também o major Vidigal) dispunham de “grande cópia de fluido amoroso”. A expressão parece glo-

mo por graça: —este maganão namora uma moça bem bonita! Às vezes semelhante dito não passa de uma caçoada, mas foi bastante falar-se em moça bonita, para que logo o sujeito ficasse tão derretido como manteiga dentro de um forno./ Às vezes sai de seu trabalho um pobre diabo cheio de cansaço e fome, e ao passar por uma rua vê repimpada em uma janela uma dessas bonitez [sic] de rosto moreno ou cor de neve, de cabelos pretos ou louros, de olhos vivos ou amortecidos, de beicinhos cor de rosa ou desmaiados, e imediatamente passa-lhe o cansaço, e a fome desaparece, ainda que tenha mais alguma coisa a fazer” (jornal *A Carapuça*, Rio de Janeiro, 27/02/1850, p. 1); ou “Diga-lhe que pelo Escritório constam coisinhas bastante feias a respeito de sua pessoa, que um velho gaiteiro é coisa muito ridícula, e que deixe os namoros para os rapazes. Que toda a vizinhança está murmurando, pois repara muito bem nas suas ações, que devem ser de homem sisudo e não de criança estouvada” e “Repreenda o patusco que tem armarinho e que todas as noites vai confessar em uma janela três irmãs, que isso não é só escandaloso para a vizinhança, como para quem passa, e mesmo porque o risco de cair no telhado algum vaso e acachapar a cabeça de tão terno amante, caso não se emende na seguinte Pacotilha se explicará melhor” (CM, Pacotilha nº. 110 e 131, 13/03/1853 e 31/07/1853, apud Lara, Cecília de. “Memórias...”, cit., p. 70). Cf. ainda a comédia *O Namorador* ou *A Noite de São João*, de Martins Pena (1844), e a reprodução de uma charge de 1855, no final deste item.

sar um texto que certamente circulava no Brasil: a *Medicina Teológica*, publicada anonimamente em Lisboa em 1794, mas que hoje se supõe ter sido redigida pelo letrado Francisco de Melo Franco, nascido no Brasil e igualmente autor da sátira em versos *O Reino da Estupidez*. Constituindo distúrbios e disfunções que hoje poderiam ser classificados como “psicológicos”, o texto inclui a satíriase, “último grau de lascívia nos homens”, sobre a qual afirma:

“[...] esta enfermidade é própria da gente moça que há chegado à puberdade não só com vigor e saúde, mas também com uma vida deliciosa, passada na ociosidade e boa mesa, sem outro cuidado que o da lição dos romances do amor e seu exercício. Contudo, esta mesma enfermidade ataca também às vezes as pessoas de maior idade, principalmente aos celibatários em geral, que não praticam uma austeridade muito rigorosa; porque todos estes, acumulando muitos sucos, e por consequência maior abundância de fluido prolífico, vem este a ficar em orgasmo e turgência, distendendo por sua quantidade as vesículas seminais, irritando as membranas destas partes com todos os nervos que aqui como em centro de um círculo se terminam e do qual partem as oscilações para todo o tronco do corpo e suas extremidades, e comunicando assim ao espírito toda a agitação e furor que se levanta nos genitais.”⁴¹⁹

Nas MSM, a incorporação desse texto decerto se dava na linha da chalaça e do sarcasmo. As mulheres também tinham sua indiscreta parte nessa descrição: era a ninfomania, ou furor uterino – “enfermidade mui rebelde e perigosa, que por si mata, depois de atrair mil infâmias” –, que de alguma forma também parece acometer Maria da hortalíça, Vidinha e, em menor grau, outras como Maria Regalada. Lembre-se que os discursos do século XIX brasileiro – ao menos nas cercanias da década de cinqüenta – não podiam tolerar, ou ao menos ver positivamente, o que esses mesmos discursos constituíam como sexualidade infrene ou depravada – ainda que seja sumamente insensato afirmar que as teorizações a respeito tives-

⁴¹⁹ *Medicina Teológica* ou *SÚPLICA HUMILDE Feita a todos os Senhores Confessores, e Diretores, sobre o modo de proceder com seus Penitentes na emenda dos pecados, principalmente da Lascívia, Cólera e Bebedice*. São Paulo, Giordano, 1994, pp. 60-61.

sem alguma influência sobre a concretude das práticas sexuais: “ninguém arruma a casa do capeta”, como escreveu Raduan Nassar em *Um Copo de Cólera*. Maio de 68 sendo impensável, eis como Melo Franco escrevia sobre a ninfomania:

“Esta doença é um delírio melancólico, furioso e lascivo, de que as donzelas, as mulheres solteiras, as viúvas e ainda mesmo as casadas são infeccionadas em conseqüência de uma paixão amorosa, excessiva e carnal.”⁴²⁰

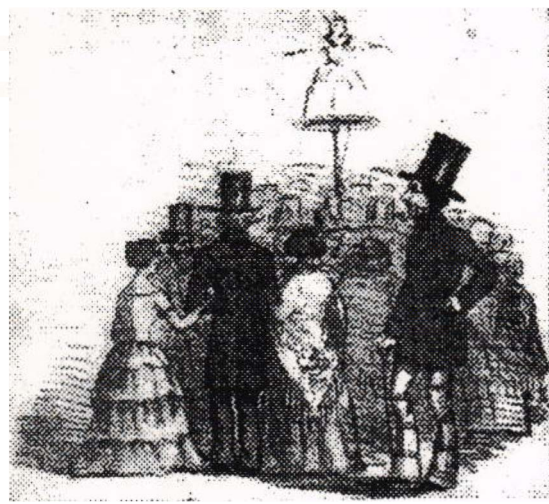
Esses comportamentos eram condenáveis porque, ademais de não conterem amor, imitariam irracionais e quadrúpedes na satisfação de um prazer “todo material”. Era o que ponderava, em 1854, o médico e político Eduardo Ferreira França nas *Investigações de Psicologia*:

“[O instinto de reprodução] é uma inclinação inteiramente animal e não um sentimento do coração, não devendo portanto ser confundido com o amor, nem com a afeição aos filhos. [...] É o instinto que nos impele a unirmo-nos ao outro sexo, donde nasce um prazer especial, mas todo material. A união física dos dois sexos pode efetuar-se simplesmente pelo prazer que resulta. Porém atendendo-se ao seu fim, que é a propagação da espécie, esta união não pode ser explicada pelo simples prazer da voluptuosidade [...]/ Na espécie humana se observa o mesmo [que nos veados], os homens que se entregam ao prazer bruto de se unir a qualquer mulher, não têm amor a nenhuma, e levados unicamente por um instinto animal até se dão a vícios reprovados e abjetos. O amor é bem diverso deste instinto, ou pelo menos no amor a união não tem somente por fim a satisfação de uma necessidade física. O amor é uma inclinação moral.”⁴²¹

⁴²⁰ Idem, p. 65.

⁴²¹ *Op. cit.*, p. 513.

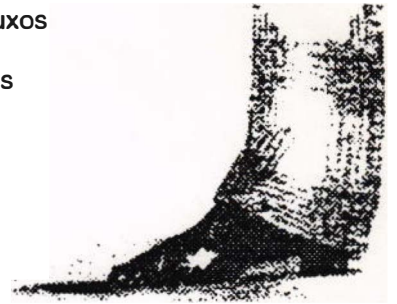
O NAMORO, QUADROS AO VIVO. Por S... e Cie



(I)
Como
começa



(V)
Nos
rendez-
vous os
defluxos
são
grátis



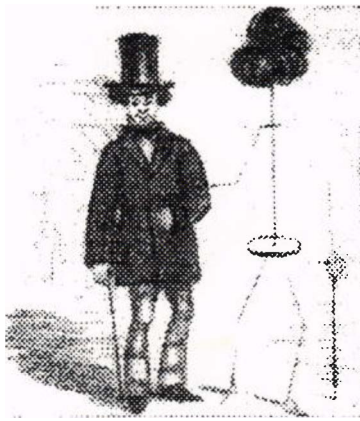
(VII)
... e os calos também



(II)
A moça dá
corda, o
rapaz
aceita...



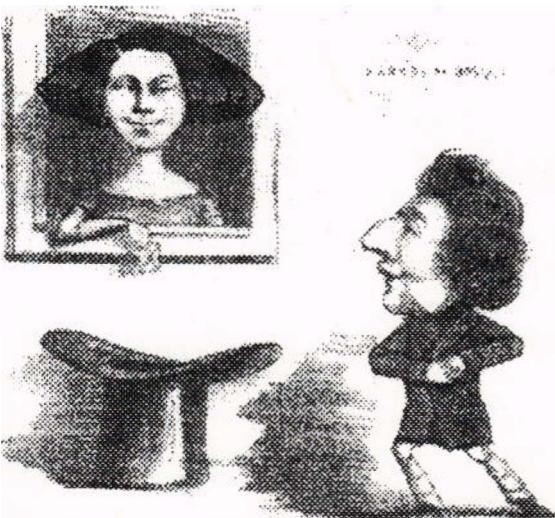
(VI)
Os acompa-
nhamentos
principam...



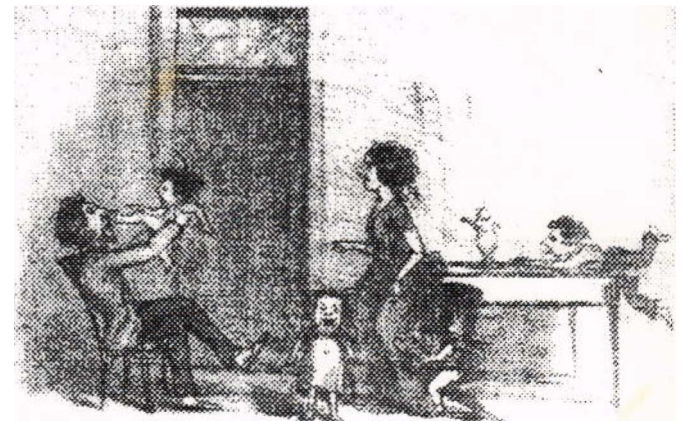
(III)
A amizade é
desfrutada



(VIII)
Como
acaba um
namoro...



(IV)
O que se
chama
fazer
tijolos



(IX) ... ou desta maneira

14) PRETOS & OUTROS

Um terceiro “erro” de Vidinha –malgrado ela mesma– é a cor da pele: quanto “mais tostadinha”, mais propícia desde sempre a efusões e amores não-platônicos⁴²²:

“Vidinha era uma mulatinha de 18 a 20 anos, de altura regular, ombros largos, peito levantado, cintura fina e pés pequeninos; tinha os olhos muito pretos e muito vivos, os beijos grossos e úmidos, os dentes alvíssimos; tinha a fala um pouco descansada, e acompanhava cada frase que proferia com uma risada pouco estridente, porém prolongada e sonora, e

⁴²² Note-se o tom escarninho da poesia “A Certa Mulatinha”, por “ACP”, publicada no jornal *A Marmota na Corte* nº. 236, Rio de Janeiro, 17/02/1852: “Uma meiga mulatinha,/ Muito alegre, muito airosa,/ Não lá muito tostadinha,/ Co’os beicinhos cor de rosa,/ Lindos olhos matadores/ Muito vivos, tentadores,/ O encanto dos amores/Amável, gentil, formosa.../ Essa Deusa delicada/ Que viu a terra nascer/ Foi pelo céu destinada / Para meu peito render!/ Tal frechada me atirou,/ Que meu peito traspassou/ E de mim se apode-rou.../ Que vitória — ouço dizer!/ [a partir daqui, sem nenhuma indicação gráfica, a voz é a da ‘mulatinha’] Debalde tentas fugir,/ É meu o teu coração; / Só eu o heide [sic] fruir,/ Ele está na escravidão./ Pelo céu foi decretado/ Que fosses meu bem amado,/ O meu amor, meu cuidado,/ A minha vida, e paixão./ Se por acaso tentares/ Contra a mim, ou contra a sorte,/ Inda nos longínquos mares,/ Lá te vai buscar a morte!/ Morrerás, e eu morrerei,/ Ser leal já te jurei,/ A teu lado viverei;/ Vê que sou tua consorte./ [volta a voz masculina] Deusa ou anjo, que estou vendo/ E que acabas de falar,/ Eu já me vou convencendo,/ Não me queres enganar./ Sim, meu Anjo, aqui estou eu,/ Dispõe do coração meu;/ Teu amor já o venceu,/ Leva-o, leva-o p’ra o guardar./ Ela p’ra mim se chegando,/ Um doce beijo me deu;/ Em meus braços a estreitando,/ Gaguejou o nome meu... / Os anjinhos qu’sto ouviram;/ Os dous corações se uniram,/ Um ao outro se rendeu./ Desde o dia venturoso/ Que o juramento prestamos,/ Oh! quanto, céu piedoso,/ Tão felices nos julgamos!/ Unidinhos nos beijando,/ Ela meiga me abraçando,/ Alegria só mostrando,/ Oh! como nos adoramos!/ Quem poderá ter amor/ Como seja a mulatinha,/ Dádiva do Criador,/ Que lhe deu tanta gracinha!/ Não há ninguém mais amante,/ Mais terna, nem mais constante;/ Oh! que senhora prestante,/ Que coração de santinha!/ Tanto rica, como pobre,/ A face nunca alterou; / Se triste, não o descobre/ Aquele a quem se ligou!/ Vindo depois mãe a ser,/ No filho um retrato quer/ Daquele que a faz morrer/ E a quem tanto sempre amou!/ Quem deseja em paz viver,/ E gozar de doce amor,/ Deve à mulatinha ter/ Paixão de nosso Senhor!/ O que tiver viajado,/ Diga se tem encontrado/ Amor mais açucarado/ Que amor da gente de cor!” (p. 3). Cf. também Queiroz Jr., Teófilo de. “MSM”. In: *Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira*. São Paulo, Ática, 1975, pp. 49-50, onde o assunto é rapidamente abordado.

com um certo caído de cabeça para trás, talvez gracioso se não tivesse muito de afetado” (MSM, Pacotilha n.º. 102, 16/01/1853).

Legível hoje como simpatia, esse retrato no entanto não é simpático, ou melhor, a simpatia relativa que nele se lê tem a missão de produzir o gênero baixo ou a vulgaridade, segundo critérios específicos e distintivos: esse tipo de gente seria responsável pelo “estado de desmoralização da nossa sociedade”:

“Agora devemos dar ao leitor conhecimento da nova gente, no meio da qual se acha o nosso Leonardo. [...] Saibam pois que a família era composta de duas irmãs, ambas viúvas ou que pelo menos diziam sê-lo, uma com três filhas e outra com três filhos; uma mais velha e outra mais moça, passando porém qualquer das duas dos seus quarenta e tantos; ambas gordas e excessivamente parecidas: os três filhos da primeira eram três formidáveis rapagões de 20 anos para cima, empregados todos no Trem; as três filhas da segunda eram três raparigas desempenadas, orçando pela mesma idade dos primos, e bonitas cada uma no seu gênero[;] uma delas já os leitores conhecem, pois é a Vidinha, a cantora de modinhas que era solteira como uma de suas irmãs; a última era também solteira, porém não como estas duas. O amigo do Leonardo que explique o que isto quer dizer, e explicando dará a conhecer o que era ele próprio na família. Os mais que se achavam presentes eram amigos, pela maior parte vizinhos, que se reuniam para aquelas súcias que eram tradicionais na família” (MSM, Pacotilha n.º. 103, 23/01/1853).

Em conformidade com outros textos do tempo, também as MSM são, de uma perspectiva antropológica, intolerantes e excludentes, conforme se vê pela representação que ali se faz de “ciganos”, “negros” e “caboclos”, ou de práticas não concordes com a “ortodoxia”:

“Com os emigrados de Portugal veio para o Brasil também a praga dos ciganos: gente ociosa e de poucos escrúpulos, ganharam eles aqui reputação bem merecida dos mais refinados velhacos que se pode imaginar; ninguém que tivesse juízo se metia com eles em negócio, porque tinha certeza de levar carolo. A poesia de seus costumes e de suas crenças, de que muitos escritores têm falado, se as tinham, deixaram-na da outra

banda do oceano; para cá só trouxeram maus hábitos, esperteza e velhacaria [...]. Eram gente ociosa, já o dissemos; se não tinham dia sem *especial ação*, não tinham noite sem festa” (MSM, Pacotilha nº. 76, 18/07/1852; n.n.).⁴²³

“Lá para as bandas do mangue da Cidade Nova havia, ao pé de um charco, uma casa coberta de palha da mais feia aparência, cuja frente suja e testada enlameada bem denotavam que dentro o asseio não era muito grande. Compunha-se ela de uma pequena sala, um quarto e uma cozinha; toda a mobília eram dous ou três assentos de paus de uma forma esquisita, que ainda hoje usam algumas mulheres desse tempo, e que se chamavam bancas, algumas esteiras em um canto, uma enorme caixa de pau, que tinha muitos empregos; era mesa de jantar, cama, guarda-roupa, prateleira, etc., e uns poucos de alguidares de barro de diversos tamanhos. Quase sempre estava essa casa fechada, o que a rodeava de um certo mistério; a pouca luz que ordinariamente havia dentro, entrando apenas por algumas frestes, mais misteriosa a tornava. **Esta sinistra morada era habitada por uma personagem talhada pelo molde mais detestável; era um caboclo⁴²⁴ velho, de cara hedionda, imundo e coberto de farrapos.** Entretanto, para admiração do leitor, fique-se sabendo que esse homem tinha por ofício dar fortuna!” (MSM, Pacotilha nº. 76, 18/07/1852; n.n.).

“Queremos falar de um grande rancho chamado das – Baianas – que caminhava adiante da procissão, atraindo mais ou tanto como os santos, os andores, os emblemas sagrados [,] os olhares dos devotos; era formado esse rancho por um grande número de negras vestidas à moda da

⁴²³ Compare-se: “Tanto o Campo dos Ciganos como a rua não tinham estes nomes porque fossem dados arbitrariamente; não, que nesse bairro nascente da cidade, e coberto de toda a sorte de imundícias, é onde se havia estabelecido uma multidão de ciganos dados a toda sorte de vícios, e de maus costumes; e à proporção que a edificação e a civilização avançavam pela cidade adentro, estes ciganos recuavam e se iam embrenhando, como se fossem antípodas da civilidade e dos bons costumes. Ainda hoje os vemos habitando a beira do Aterrado, a ladeira do Saco etc.” *In*: Teixeira e Sousa, Antônio Gonçalves. *Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta*. São Paulo, Editora Três, 1973, p. 66 (original de 1847).

⁴²⁴ Debret, em sua *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, informa que “dá-se o nome genérico de **Caboclo** a todo índio civilizado, isto é, batizado” (*apud* Ribeiro, José Alcides. *Imprensa e Ficção...*, cit., p. 142).

provincia da Bahia, donde lhe vinha o nome, e que dançavam nos intervalos do *Deo Gratias* uma dança lá a seu capricho. Para falarmos a verdade, a cousa era curiosa: e se não a empregassem como primeira parte de uma procissão religiosa, certamente seria mais desculpável. **Todos conhecem o modo por que se vestem as negras da Bahia; é um dos modos de trajar mais bonito que temos visto, não aconselhamos porém que ninguém o adote; um país em que todas as mulheres usassem desse traje, especialmente se fosse desses abençoados em que elas são alvas e formosas, seria uma terra de perdição e de pecado**” (*MSM*, Pacotilha n.º 90, 23/10/1852; *n.n.*).

Já se objetou que os negros mal são entrevistados nas *MSM*. A observação é correta e se deve ao fato de que havia alguma preceptiva para a não representação desses elementos: ainda não havia chegado a hora daquela gente bronzeada mostrar seu valor. Nesse sentido, a *Revista do IHGB* podia igualar-se a uma publicação que se proclamava radicalmente liberal:

“O Sr. Debret pintou todos os desgraçados [os africanos] em tal estado de magreza, que parecem uns esqueletos próprios para se aprender anatomia. [...] Segue-se a estampa 25, em que se desenha um feitôr castigando um negro. A atitude do paciente é tal que causa horror. Pode ser que M. Debret presenciasse semelhante castigo, porque em todas as partes há senhores bárbaros; mas isto não é senão um abuso.”⁴²⁵

“**Pedra a quem toca.**/ Porque razão certos estrangeiros, quando copiam nossas lindas paisagens, nunca se esquecem de recheá-las com figuras *africanas*, como se no Brasil não houvesse outra gente?!/ É assim que se pratica com um país que os acolhe, e os abriga muitas vezes da miséria?/

⁴²⁵ Lisboa, Bento da Silva, e Moncorvo, J. D. de Ataíde. *Op. cit.*, p. 98. Verifique-se a analogia desse comentário com o artigo 9.º do “Código de Posturas” que passaria a vigorar na Corte em 1853: “em geral é proibido a todo e qualquer cocheiro condutor de carroça, pipa d’água, maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados” (*apud* Moura, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de Senhores e Escravos*. São Paulo, Hucitec, 1988, p. 47). Em sua edição de 06/07/1826, o *Diário do Rio de Janeiro* estampava anúncio procurando um caixeiro que, “além de suas obrigações de escrituração, se queira sujeitar a zelar escravos e animais pertencentes ao mesmo estabelecimento” (*apud* Martinho, Lenira Menezes. *Organização do Trabalho e Relações Sociais no Interior das Firmas Comerciais do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH/USP, 1977, Dissertação de Mestrado).

Nem tanto charque, meus senhores, porque/ *Nec semper lilia florent!*⁴²⁶

Essa postulação de brancura do País estendia-se a outras áreas, como a da linguagem; língua mal falada era sempre, nesses discursos, língua de preto ou de africano, paradigma de indigência mental:

“Que idioma será o do Sr. deputado saquarema? [...] como é que fala esta língua de preto? [...] nem fomos mais adiante porque não sabemos idioma algum da costa d’África” (jornal *O Noticiador* n.º. 8, 24/09/1849, p. 1).

Os africanos também eram responsabilizados pela falta de educação nacional:

“Primeiramente, eu estou persuadido de que a escravidão, que desgrazadamente se introduziu entre nós, é a causa primordial de nossa péssima educação; e em verdade quais são os nossos primeiros mestres? São sem dúvida a africana, que nos alimentou, nos pensou, nos subministrou as primeiras noções, e quantos escravos existam na casa paterna em a quadra dos nossos primeiros anos. Maneiras, linguagem, vícios, tudo nos inocula essa ente safada e brutal, a que à rusticidade da selvajaria une a indolência, o despejo, e servilismo próprio à escravidão. Com pretas e pretos boçais, e com os filhinhos destes vivemos desde que abrimos os olhos; como poderá ser boa a nossa educação?” (jornal *O Guasca na Corte* n.º. 16. Rio de Janeiro, 19/08/ 1851, p. 3, artigo “Os Meninos Malcriados”⁴²⁷).

⁴²⁶ Revista *O Bodoque Mágico* n.º. 5. Rio de Janeiro, 25/08/1851, p. 39. Essa revista, aliás bem feita e redigida para os padrões da época, pretendia “chamar os filhos do País a um grêmio; mostrar-lhes com o escalpelo da análise a corrupção do corpo social; provar-lhes que a miséria bateu todas as portas e feriu a todos nós; convencê-los de que a inteligência não vale um óbulo no mercado das ambições políticas; afirmar-lhes que o *exclusivismo* mais extravagante existe em voga, e que os tribunais só abrem a porta à venalidade e corrupção, e afirmar-lhes, enfim, que somos um povo sem esperança de um futuro melhor. [...] / Portanto tratemos com todo empenho, com todo o esforço religioso, da criação de um terceiro partido que, visando o concurso de todos os filhos do Brasil, *vitaliciando* os empregos públicos, afiançando o trabalho, e o consórcio privativo aos naturais do País, possa, por tais meios, salvar a honra, o brio e a dignidade nacional” (n.º. 4, 09/07/1851, pp. 30-31).

⁴²⁷ Compare-se: “*A má criação*/ É este um dos principais males do nosso Brasil. Nós infelizmente nascidos no meio d’escravos Africanos, somos pela mor parte, e quase inevita-

Neste ponto é mister aduzir que, como já se afirmou antes, a personagem Leonardo filho comporta também a leitura –desta vez positivamente não-metafórica– como “menino malcriado”, embora não haja sombra de africanos em sua estória. Como *O Guasca na Corte* era um jornal saquarema, conservador, uma explicação plausível é a seguinte: a imprensa luzia por vezes tentava caracterizar os portugueses de forma tão negativa quanto os africanos. Para tornar-se um menino malcriado, portanto, ser filho de portugueses “baixos” era o suficiente: as apropriações luzias os faziam tão nocivos e ineptos quanto os africanos.⁴²⁸

Restaria acrescentar algo sobre a atitude daqueles letrados em face da escravidão, e nesse sentido o caso de Justiniano José da Rocha, que ficou abundante e escandalosamente documentado, é exemplar. Em 1836, ele fundou, *ça va sans dire*, com auxílio de figurões políticos conservadores um jornal chamado *O Atlante*, no qual se escreviam artigos do seguinte feitio:

“Poderosas nações se têm coligado para cessar o tráfico de escravos, e no Código da Civilização conta-se como crime reduzir à escravidão pessoa livre, traficar homens: leis criminais já decretaram penas severas contra esses atos... e o tráfico continua! [...] Vemos chegar todos os dias a este

velmente mal-criados. As brutais maneiras, as grossarias, os vícios dessa raça infeliz insensivelmente se têm inoculado em o nosso povo, e eis o germe de nossa tão geral imoralidade” (*O Carapuço* nº. 4. Recife, 1º.[?]/02/1840, p. 1).

⁴²⁸ Cf. *O Grito Nacional* de 11/04/1849, artigo “Paralelo Entre Africanos e Portugueses”; cf. o mesmo jornal em 14/09/1848, a “Interessante Conversação de Dous Pretos Sobre a Casa de Correção”, na qual os dois pretos são apresentados como incapazes que mal conseguem articular a fala. O humor se extraía justamente do fato de duas pessoas não iluminadas entabularem críticas a uma instituição governamental, o que implicaria um imediato rebaixamento de tal instituição. A associação entre pretos e portugueses também se fazia com alguma intenção sediciosa: em 1849, na Bahia, “ria-se dos pasquins [luzias] afixados que, convocando o povo às armas, apontavam o *Maroto Martins* [chefe de Polícia nomeado pelo governo saquarema da Bahia] como disposto a entregar o Brasil aos portugueses e aos africanos” (Pinho, Wanderley, *Cotegipe...*, cit., p. 174). Leiam-se também os significativos versinhos jacobinos que circularam na mesma ocasião: “Qui bumba, qui bumba/ Aoê/ A nossa desgraça é maroto e malê” (idem, p. 192). “Maroto” era outra designação ofensiva para “português”.

porto navios da costa d'África, e vêm em lastro; e as leis são impotentes, e a polícia não pode descobrir o fio dessas negociações, coligir provas e entregá-las à Justiça, para que descarregue a espada contra os criminosos. [...] Combatamos essa impunidade que o interesse de alguns, os receios de outros, a apatia de muitos asseguram ao traficante de homens.”⁴²⁹

Justiniano –negro ou mulato, segundo as descrições da época– sempre gozara a boa fortuna de ganhar a vida defendendo os conservadores, mas, a partir de 1853, ocorreria um grande acordo –a muito falada e onipresente Conciliação– em virtude do qual seus serviços já não se faziam tão necessários. Talvez arrebatado pela mágoa sem remédio de perder tamanho privilégio, ele se desentendeu com o primeiro-ministro, marquês de Paraná, que o destratou publicamente numa sessão da Câmara. Desencantado, o deputado-jornalista resolveu ir à forra, e em 26 de maio de 1855 fez na Câmara um pronunciamento que os analistas são unânimes em considerar o mais patético que jamais fora despejado nos já então volumosos anais daquela impoluta casa de leis. Os registros mostram um Justiniano chorando, fungando, assoando-se, reclamando da miséria, maldizendo os fados, deblaterando contra o governo e contando, entre outros fatos, o seguinte:

“E, senhores, já que falo nisto, vá uma pequena revelação. Distribuía-se africanos, e eu estava conversando com o Ministro que os distribuía, e S. Exa. me disse:/ ‘-Então, Sr. Rocha, não quer algum africano?/ -Um africano me fazia conta, respondi-lhe./-Então por que o não pede?/ -Se V. Exa. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas.’/ (*Risadas*)/ O Ministro chamou imediatamente o oficial de gabinete, e disse-lhe: ‘Lance na lista um africano para o Sr. Rocha, um para o Dr. Fulano e outro para o Dr. Sicrano’.”⁴³⁰

⁴²⁹ Jornal *O Atlante*. Rio de Janeiro, 07/06/1836. *Apud* Magalhães Jr., Raimundo. *Três Panfletários...*, cit., pp. 133-134.

⁴³⁰ *Apud* Cardim, Elmano. *Justiniano José da Rocha*, cit., p. 105. O ano da ocorrência é 1836, e os africanos distribuídos haviam sido confiscados a algum traficante. Tal discurso, que recebeu, conforme os registros, várias manifestações de apoio e estímulo, foi apenas preâmbulo para o seguinte requerimento: “Requeiro que se peça ao Governo a lista de

Embora seja quase inevitável o moralismo de ler semelhantes discursos como fruto da mais pura hipocrisia, seria de bom alvitre sublinhar que tal procedimento estava certamente disseminado. A repulsa pela escravidão era um valor de uso que conferiria prestígio intelectual, da mesma forma que, hoje, os mais renitentes fascistas fazem questão de declarar-se “democratas”, ou, num passado não tão passado, notórios elementos reacionários e conservadores timbravam em apodar-se de “socialistas-moderados” ou de “centro-esquerda” – pois isso ainda conferia prestígio; como se sabe, às vezes chegavam até mesmo a crocitar os versinhos “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, do virundu esquerdista de 1968, o que só comprova que tudo neste mundo é plenamente apropriável. Mas, retomando o ponto em boca e a bela história após essa impertinente digressão, observe-se que, numa carta datada de quatro de janeiro de 1861, MAA informava o seguinte a Quintino Bocaiúva, que pretendia levar a irmã adoentada para repousar uns dias em Nova Friburgo:

“É absolutamente dispensável trazer escravos [aqui a Nova Friburgo]; somos perfeitamente servidos e desde que aqui estou não tenho sentido falta deles, tendo até reenviado um preto que havia trazido por inútil. (Os escravos pagam na viagem aqui no Hotel metade da despesa das pessoas livres).”⁴³¹

Esse é mais um indício de que a escravidão estava sobejamente naturalizada nas práticas cotidianas do período. O discurso de fumaças doutrinárias e ilustradas, porém, exigia outra articulação⁴³²: daí, por

todas as comissões de serviço especial não previsto no orçamento, criadas no interior e no exterior pelas diversas repartições, com a data das suas criações e declaração das pessoas que delas têm sido e se acham incumbidas, dos vencimentos que percebem, e da conta que têm dado dos seus trabalhos.” Apesar das manifestações de apoio, o requerimento foi maciçamente rejeitado pelo “rolo compressor” montado na Câmara por Paraná. O livro de Elmano Cardim reproduz na íntegra o interessante discurso de Justiniano.

⁴³¹ *Apud* Mendonça, Bernardo de, cit., p. 102.

⁴³² E é por isso que, no CM, a rubrica “A.”, de Almeida, constituiu a escravidão, junto com outros temas, como um “absurdo”: “Dir-me-ão que ele [o absurdo] faz tudo isso [domina

exemplo, a existência, já comentada, de associações que propunham, por meio de uma pregação humanitária, o fim da escravidão para a fatal promoção das luzes e do progresso. Mas como, simultaneamente, a proposta era a da formação de um país branco –os negros eram encarados como ameaça, embora muitos membros da elite fossem negros ou mulatos–, parece que ficava em suspenso a atitude a ser tomada em relação aos libertos. Uma poesia publicada em *A Marmota Fluminense*, o gracioso bissemanário de Paula Brito, não encenava nenhuma dúvida – nem quanto à necessidade de extinguir a escravidão, nem quanto ao melhor destino dos negros: retornar à África. Ei-la:

“O Canto da Escrava/ ao meu amigo/ LUIZ DA SILVA BARBOSA JACOTINGA/ I/ Passam-se os dias, não tenho/ Um lenitivo, um prazer!.../ Minha vida é um martírio,/ Eu só desejo morrer!.../ Não gozo dos bens da pátria,/ (Da pátria que eu tanto adoro)!/ Suportando a escravidão,/ Por ela suspiro e choro!.../ Mal vem a aurora surgindo,/ Eu, infeliz, me levanto/ Aos gritos do meu senhor/ Que me faz trabalhar tanto!/ Às vezes, sozinha, penso/ Nos sertões da minha terra;/ Nas belezas que ela tem,/ Nos prazeres que ela encerra!/ Mas, triste, infeliz de mim!/ Nem mesmo posso pensar!/ Meu senhor me diz severo:/ –Escrava, vai trabalhar! –/ Entoando com ternura,/ Da minha terra as canções,/ Vou cumprir, obediente,/ As minhas obrigações!/ E quando já mui cansada/ Eu não posso trabalhar/ Meu senhor, tão cruelmente,/ Manda meu corpo açoitar!.../ II/ Eu vivia brincado, contente,/ Nessa terra p’ra mim tão querida,/ Quando usura cruel, fementida,/ Soube então, infeliz, cativar-me!.../ E n’um barco, cingida de ferros,/ Suportei mui horríveis tormentos;/ Não valeram meus ais, meus lamentos,/ Porqu’eu era uma triste africana!.../ Mal saltei **nessa terra de brancos**,/ Ferro em brasa se pôs em meu peito.../ Eu gemi por um tão cruel feito.../ Inda em cima meu corpo açoitaram!.../ Ao depois de terríveis tormentos,/ Me venderam, sem ter

o mundo]. Sim; faz, é verdade, bem se vê: o Papa está em Roma, Luís Napoleão na França, na Rússia exerce o Knut soberanas funções, no conselho de Estado de Paris propõem-se leis contra a imprensa, **no Brasil há escravos**, Victor Hugo está exilado, Rosas ainda vive, Haynau morreu tranqüilo na Hungria, os frades têm conventos” (CM, 09/07/1854, artigo “A Fisiologia da Voz”, *apud* Mendonça, Bernardo de, *op. cit.*, p. 20; *n.n.*).

compaixão,/ A um homem... (oh! desesp'ração),/ Que me trata tão mal,
tão ruim!.../ III/ Mas inda espero em Deus,/ A liberdade gozar.../ Ver a
minha feliz terra,/ A meus pais ainda abraçar!... / *Cruz Júnior*” (*A Mar-
mota Fluminense*, 29/10/1852, pp. 2-3; n.n.).

Por mais inaceitáveis que pareçam neste final de século XX, os temas dessa poesia configuram um ponto-de-vista que deveria ser comum, dado o alarmismo, disfarçado ou declarado⁴³³, que se produzia nos discursos a respeito, por exemplo, da proporção de escravos na população do País: parodiando Adorno, a escravidão também era um futuro. Havia outras configurações que talvez ericem ainda mais o pelo das “almas sensíveis”, como as chamaria Brás Cubas; é o caso das que entoam louvaminhas ao fado do “escravo feliz” no paraíso terreal:

“Antes bons negros da costa d’África para felicidade sua e nossa, a despeito de toda a mórbida filantropia britânica, que, esquecida de sua própria casa deixa morrer de fome o pobre irmão branco, escravo sem senhor que dele se compadeça, e hipócrita ou estólida chora, exposta ao ridículo da verdadeira filantropia, o fado de nosso escravo feliz. Antes bons negros da costa d’África para cultivar os nossos campos férteis do que todas as tetéias da rua do Ouvidor, do que vestidos de um conto e quinhentos mil réis para as nossas mulheres; do que laranjas a quatro vinténs cada uma em um país que as produz quase espontaneamente [...]”⁴³⁴

De um modo que aos olhos de hoje pode soar paradoxal, haveria, de um lado, quem defendesse o fim da escravidão e o retorno dos negros

⁴³³ Cf., por exemplo, as revistas do IHGB, e também, de Joaquim Manuel de Macedo, o conjunto de novelas *Vítimas Algozes* (Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Casa de Rui Barbosa/Scipione, 1989, do original de 1869). Seria recomendável consultar também: Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

⁴³⁴ “Depoimento de uma antiga firma comercial, a M. Wright e Cia”, constante de relatório publicado em 1864 pela Comissão de Inquérito nomeada em 1859 para investigar a crise comercial do período. *Apud* Nabuco, Joaquim, *Um Estadista...*, cit., p. 188. Assunto retomado e comentado por Roberto Schwarz em *Ao Vencedor as Batatas. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro* (São Paulo, Duas Cidades, 1981, pp. 13-25; capítulo “As Idéias Fora do Lugar”).

à “mamãe África”, único lugar onde poderiam de fato ser felizes, pois o Brasil era uma “terra de brancos”; e, de outro, quem postulasse a escravidão e logo a *permanência* dos negros no Brasil. O discurso que delira com a miscigenação brasileira situa-se, quem diria, na confluência da fala de “escravocratas de quatro costados”, como bem escreveu Lima Barreto a respeito dos proclamadores da República, e de humanitaristas (“filantropos”) à antiga. Tal era o ambiente exclusivista e intolerante, do ponto-de-vista racial, em que foram produzidas e lidas as MSM.⁴³⁵

Necessário admitir que é possível tentar atenuar essa intolerância lendo-se alguns textos da própria época, cuja argumentação parece liberal da mais pura cepa. Assim, por exemplo, uma nota na primeira página do CM de sete de dezembro de 1852:

“Já uma vez tivemos de noticiar com desprazer o que praticaram alguns espectadores da platéia para com algumas **pessoas de cor que se achavam em um camarote do teatro** de S. Francisco. A autoridade, então cumprindo com o seu dever, mandou prender os indivíduos que assim desrespeitavam cidadãos pacíficos, **talvez** mais honestos e dignos de consideração do que esses que assim desconhecaram o que se deve a todos os homens, qualquer que seja a sua nação, cor ou raça. Temos hoje de no-

⁴³⁵ Para realçar essa intolerância, lembre-se, de relance, o caso dos lavradores chineses que, “importados” para o Brasil no “tempo do rei”, foram maltratados e caçados por D. Miguel, filho de D. João VI, com a requintada utilização de cães especialmente adestrados para esse delicado fim. Cf. Leite, José Roberto Teixeira. “Imigração Chinesa para o Brasil”. In: revista *China em Estudo* nº. 2. São Paulo, DLO/FFLCH/USP, 1995, pp. 25-40. Mencione-se ainda o gentil aparte de “Erasmus”, que seria José de Alencar, na discussão entre Varnhagen e José Francisco Lisboa a respeito da escravidão: “preto livre, preto inútil” (in: *Diatrise Contra a Timonice do Jornal de Timon Maranhense Acerca da História Geral do Brasil do Senhor Varnhagen*. Lisboa, Tipografia de José da Costa, 1859, p. 33). Estes preconceitos estão presentes até mesmo em escritos que, a priori, não os deveriam conter, como é o caso do livro *O Socialismo*, de Abreu e Lima, publicado em 1855 mas alegadamente redigido em 1852. Trabalho onde se misturam providencialismo, filantropia e preconceito racial sob capa “científica”, ele é também útil como índice de uma, diga-se assim, “consciência possível”. Entre outras, ali se encontra a seguinte afirmação: “Que a raça negra está condenada a desaparecer também como a raça americana, é isto tão evidente que nos basta a história para comprová-lo” (Lima, General Abreu e. *O Socialismo*. Recife, Tipografia Universal, 1855, p. 105).

ticiar novamente um fato dessa ordem. Domingo à noite, durante o espetáculo no teatro de S. Pedro de Alcântara, alguns indivíduos entenderam dever transformar esse belo salão em praça de touros, e dirigiram motes e ditérios a uma família de cor que se achava em um camarote. Felizmente a autoridade ainda desta vez fez a sua obrigação, e remeteu presos alguns dos suspeitos, **cujos nomes sentimos não saber para dar-lhes publicidade e tornar assim mais pesado o castigo que merecem. É para lamentar que ainda entre nós, que pretendemos os foros de nação civilizada se dêem fatos que parecem indicar um estado bem longe do civilizado. É para lamentar que quando a lei fundamental do estado fez desaparecer essas odiosas distinções de cores e raças, concedendo a todos iguais direitos, hajam [sic] loucos e imprudentes que queiram fazer reviver usanças que recordam tempos de opressão e despotismo”** (n.n.).

Naturalizando aquilo que aos olhos do século XX só pode parecer aberração ou cinismo, essa jóia é de uma exemplaridade que só faz confirmar a presente exposição: a inferioridade dos negros e sua discriminação já estavam contidos no próprio regime escravista. O discurso que explicita a censura ao racismo faz-se acompanhar, em paralelo, de um não-discurso que implicitamente o aceita, passando ao largo dos silenciosos “foros de nação civilizada”. Assim, a “lei fundamental do estado” concedera iguais direitos a *quais* todos, precisamente?⁴³⁶ O racismo era

⁴³⁶ Segundo a antropóloga Alba Zaluar, “hoje, mais e mais estudiosos do período imperial afirmam que o estado brasileiro no período do Império foi realmente liberal e não uma ‘idéia fora do lugar’, impossível de realizar. Os processos em que os escravos conseguiram vencer seus senhores atestam as práticas liberais no Império” (in: *Da Revolta ao Crime* S.A. São Paulo, Moderna, 1996, p. 59). Para comprovar a afirmação, cita-se, entre outros, o livro de Keila Grinberg, *Liberata, a Lei da Ambigüidade* (Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994), no qual se estudam os processos impetrados pelos negros, por meio de “curadores”, contra os proprietários. Deve-se pensar, contudo, que as próprias teoria e prática do Direito no Brasil funcionavam para legitimar a dominação. Nesse sentido, era um jogo previamente fechado, no qual as idéias estavam exatamente onde deveriam estar. O funcionamento de alguns dispositivos que impediam o “abuso” e julgavam “a favor” de uns poucos negros não elimina o fato de que se obrava num universo escravocrata, que via o negro como boçal e inferior. Keila Grinberg conta que, “vasculhando a gaveta ‘Escravos’ da seção da Corte de Apelação do Rio de Janeiro, contei 380 ações de liberdade e 291 processos criminais, num total de 671 documentos. Ou seja: 58% dos processos referentes a escravos encontrados na Corte de Apelação do Arquivo Nacional do

presença forte também no imaginário, e, nesse sentido – mais do que os eufemismos (“gente de cor [talvez mais honesta]”), ou as justificativas com omissões (“loucos e imprudentes [cujos nomes sentimos não saber]”), ou as instrumentalizações políticas (“tempos de opressão e despotismo”), ou as sutis discriminações sociais (“em um camarote do teatro”) –, falam mais alto os “daguerrótipos” de sinhazinhas de suma prosápia entremetidas num ateliê cujo cenário se compunha de dois escravos negros e uma liteira (cf. *adiante*). Fotos contemporâneas, aliás, desse discurso e da abolição do tráfico, evidenciando o indisfarçável prazer de degradar e submeter outros seres humanos: tais eram as finas práticas de boa parte dos brasileiros (não só da “elite”).⁴³⁷ Era algo que também se pode caracterizar como um “padrão cultural”, para utilizar o sintagma de Robert Darnton a propósito da “fraternidade no estupro”, consumada na França em finais do século XVIII.⁴³⁸

Nos artigos de *O Simplício*, pasquim liberal e humorístico publicado na década de trinta, descrevem-se cenas que então se produziam como jocosas, numa linha semelhante à do pastelão. Ali é transparente o que se pode, hoje, caracterizar como racismo:

“Encostada à parede d’uma casa, em certa Rua d’esta Corte, costuma arranxar-se uma Quitandeira, que vende o que quer que seja de cozido; em

Rio de Janeiro são ações de liberdade!” (pp. 21-22). Ainda que estejam faltando muitos processos, o número é reduzidíssimo se confrontado com a da quantidade de escravos existentes na Corte, e não permite muita excitação quanto ao liberalismo do Império.

⁴³⁷ Para dirimir quaisquer dúvidas, consulte-se: Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983. Cf. ainda o trabalho Wanderley Pinho, que mostra como o tráfico colocava a população livre a favor da escravidão: em 1851, após a apreensão de uma carga de escravos em Ilhéus, “o juiz é assediado por cidadãos que pedem um, dois, três negros; uns porque eram lavradores, outros por terem ajudado a captura. Esses pretendentes [de] escravos, descoroçoados, passavam a não auxiliar e até a dificultar o prosseguimento das diligências. As autoridades – autoridades e juízes– sentiam-se coagidos pela opinião pública que em geral era favorável ao tráfico” (*Cotegipe...*, cit., p. 205).

⁴³⁸ “Fraternidade ou os Perigos da História Etnográfica”. In: jornal *Folha de São Paulo*, caderno “Mais”, 06/07/1997, pp. 9-10.

torno do nojento caldeirão achavam-se mais de trinta fregueses esperando sua vez, e quase a meio da rua um preto e uma preta, comiam, no mesmo prato, com um mal amanhado soldado da corporação chamada Polícia; mas que para o ser, apesar de ter pela primeira vez um bom comandante, necessita com urgência de novo pessoal, porque com tal gente, nem ele nem o Povo verão completos seus ardentes desejos. A este tempo veio à desfilada (ovo gorado!) um bolieiro, que dizem pertencer a um *Exm. empavonado*, que talvez ainda duvide do acontecido, e de ter-se acabado para sempre o criminoso apoio dos ingratos, e inexoráveis perseguidores do inocente povo; e levado a besta por crime do tal ranchinho deitou-o à terra! O pobre soldado da Polícia, que para ser respeitado como tal não deveria estar naquela súcia, puxou do catatau e correu em seguida do outro; mas metendo o pé num buraco da calçada, que retificada de novo parece feita há cem anos, ficou preso, e diligenciando sair daquele embaraço, conseguiu tirar o pé e o cano do botim, deixando lá o resto. Os moleques vadios, que o desleixo consente pelas ruas da cidade, cercaram o pobre homem oferecendo-lhe o costumado cumprimento de assobios, com que também obsequiaram o ex-Imperador [Pedro I] no seu *triumfo quitandeiro*! Ora o Soldado em abono da verdade, não merecia aquela licenciosa assuada, porque não é ele o culpado de terem havido [sic] indiferenças tão frias, que tolerassem as espertezas dos que costumam vender gato por lebre. Foi com efeito uma fortuna, Leitores, não ser o soldado do número dos mais insubordinados, senão talvez pagasse algum inocente o desprezo da Lei, e o crime do bolieiro./ O preto esfolou um braço; a preta perdeu seu apreciado cachimbo; mas como o escravo do sr. Cortesão de missas gdes. chegou depressa à casa, há o essencial, muito embora se tivessem pisado 30 ou 40 pessoas; bagatela! Os faladores contentam-se bem; e para os deixar de queixo caído, talvez seja bastante fazer-lhes ver, que nos Diários e Lugares Públicos têm aparecido muitas providências.”⁴³⁹

Observe-se, no texto, o cruzamento, para fins jocosos, dos temas da baixaza essencial dos pretos, da petulância das crianças desvalidas e da incompetência de certos membros da corporação policial. Cenas desse tipo foram uma das tônicas de *O Simplício*, entremeadas de uma argumen-

⁴³⁹ Jornal *O Simplício* n.º. 6, Rio de Janeiro, 18/05/1831, p. 34.

tação que se pretendia “anti-despótica” (“o Luxo é um dos principais agentes do despotismo; ele tem o poder de seduzir e corromper os corações, desviando-os dos sentimentos de virtude e de amor da Pátria, essa sublime partilha com que a Natureza dotou os peitos dos Americanos”⁴⁴⁰). A estrutura da narrativa é característica do período, com subentendidos, alusões e confusões cuja finalidade conspícua era afetar fineza e espírito humorístico. Embora as cenas pretendessem ser uma descrição de fatos verídicos, o que se lê ali –e também nas *MSM*, que adotariam essa forma de humor elíptico– é a tipificação, logo a generalização: pretos, moleques vadios, quitandeiras, soldados, bolieiros etc. etc. Independentemente de qualquer “interpretação” que deslize pelas fímbrias do não-dito, o fato é que, naquele momento, o século XIX brasileiro grasnava o tempo todo: pretos são lixo; pretos são ridículos; pretos são baixos; pretos são desvalor absoluto; pretos não merecem confiança; pretos não merecem sequer ser representados. Pretos, enfim –e que não o ouça ninguém–, devem ser escravos – pretos.

Machado de Assis deixou um texto onde a questão, confusamente tratada para os olhos deste final de século XX, aflora como um problema jurídico também relativo à verossimilhança artística. Foi num parecer sobre a peça *Mistérios Sociais*, de César de Lacerda. Censor do Conservatório Dramático Brasileiro, Machado fez restrições ao fato de um personagem, escravo liberto, casar-se com uma baronesa. Eis um trecho do parecer:

“O protagonista [da peça] é um escravo que, tendo sido vendido [no] México, conjuntamente com sua mãe, pelo possuidor de ambos, que era ao mesmo tempo pai do primeiro, dirige-se depois de homem e liberto a Portugal em busca do autor de seus dias. No desenlace da peça Lucena (o protagonista) casa com uma baronesa. A teoria filosófica não reconhece a diferença entre dous indivíduos que como aqueles tinham as virtudes no mesmo nível; mas nas condições de uma sociedade como a nossa, este modo de terminar a peça deve ser alterado [...]: o visconde, pai de Lucena, teria vendido no México sua amante e seu filho, pessoas livres; este

⁴⁴⁰ Idem, nº. 9, 17/12/1831, p. 58.

ato tornaria o ato do visconde mais repulsivo; Lucena dar-se-ia sempre como legalmente escravo[...].”⁴⁴¹

Finalmente, acrescenta-se que os letrados brasileiros também ostentavam despreço por árabes e muçulmanos — por orientais em geral. Nas *MSM*, eles são citados com motivação da hiper-sexualidade degradada, produzindo-se, como diz Edward Said, um excesso que se combina com uma pobreza desesperadora: “sensual como um oriental” (depois trocado para “sectário de Mafoma”) e “por dentro um refinado Sardanápalo”, muito embora, para questões célebres de hiper-sexualidade, o pai de Pedro II fosse um exemplo bem mais à mão. Na Pacotilha, ocorrem ainda alusões aos “firmans” (decretos de autoridades muçulmanas) do ministério conservador de Rodrigues Torres. Esses registros repõem, paralelamente à inferioridade dessa gente bestial, o seu famigerado despotismo. Nas décadas de trinta e quarenta circularam jornais oposicionistas que acusavam o governo de “orientalismo”: “Tu e teus malungos são tão republicanos como o imperador da Turquia?”, perguntava-se a um ministro num pasquim. Em outro, construía-se alegoricamente o “Império de Zilbrá”, onde pontificavam o sultão, “miserável turco, traidor, covarde — Mali” [Francisco de Lima e Silva] e seu filho “Zuli Zevla Mali” [Luís Alves Lima, futuro Duque de Caxias], com a ajuda do “desdentado derviche velho Zejó Tocusodi” [José Custódio Dias]. Todos são aí apresentados como gente desprezível, sensual, incivilizada, despótica, enfim, sórdida a não mais poder.⁴⁴²

⁴⁴¹ Parecer datado de 30/07/1862. *Apud* Damasceno, Darcy. “Pareceres Emitidos Por Machado de Assis, Quando Membro do Conservatório Dramático, Sobre Algumas das Peças Enviadas a Essa Instituição (1862-1863)”. In: *Revista do Livro* n.º. 1-2, Rio de Janeiro, INL, junho de 1956, pp. 186-187.

⁴⁴² Cf. Vianna, Hélio. *Contribuição...*, cit., pp. 177-180; 301 e *passim*. Em 1865, desancando a escola realista, Machado de Assis não encontrou comparação mais ultrajante: “Pode haver um homem de bem no corpo de um maometano, pode haver uma verdade na obra de um realista” (“O Ideal do Crítico”, in: *Diário do Rio de Janeiro*, 08/10/1865; *apud* *Obra Completa*, cit., v. III, p. 798). Seria esclarecedora a leitura, ainda, das notas de Alencar ao romance *Ubirajara*. Para a associação entre Oriente, em particular o muçulmano, e despotismo, cf. a acurada análise de Grosrichard, Alain. *Estrutura do Harém*.

Despotismo Asiático no Ocidente Clássico. São Paulo, Brasiliense, 1988. Outra forma de encarar os muçulmanos era a ultra-romântica, à la Byron, e também aquela exemplificada no Stendhal do *De l'Amour*. Aí, o enfoque é exótico, colorido, com elogios implícitos ao berço do amor e da poesia etc. Em suma, um reino de pitoresco eventualmente divertido, que às vezes era necessário bombardear para que ficasse mais divertido ainda. Cf. Said, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.



Foto da década de 1850, num ateliê de São Paulo, com uma jovem paulistana da família Costa Carvalho. O tráfico de escravos fora proibido em 1850 (apud coleção *Nosso Século*. São Paulo, Abril, 1980, v. I, pp. 132-133).

15) DEAMBULAÇÃO ANALÍTICO-COMPARATIVA

f1) A LEITURA INDIRETA DE ALMEIDA

Em 1856, junho ou julho, Francisco Pinheiro Guimarães publicava em volume o romance *O Comendador*, que de 29 de abril a 29 de maio do mesmo ano saía como folhetim do *Jornal do Comércio*. Trabalho de cunho marcadamente político, entrelaçava um caso de amor com a crítica aos hábitos sociais e ao processo político na região rural do estado do Rio, que nele figuram como atrasados e faltos de luz.⁴⁴³

A rubrica “M. A. DE ALMEIDA” comentou o romance no *CM* de 20 de julho desse ano, e elogiou os “desastrosos lances”, as “ensangüentadas peripécias” e os “dramas medonhos” que “se passam no interior desses domínios da prepotência, da estupidez, da impunidade”. Um dos comentários é assim vazado:

“O interesse [do romance *O Comendador*], dizia, começa com a cena em que se apresenta ao leitor o potentado de uma de nossas vilas de interior, cercado de seus capangas, espalhando o medo em torno a si, distribuindo insultos, humilhando a uns, exaltando a baixeza de outros, e fazendo alarde de uma sensualidade brutal./ **Há verdade, animação, vigor em todo esse pedaço. A situação foi bem escolhida.** Quase todos os moradores da pequena freguesia de Santo Antão acham-se reunidos à saída da missa; isso dá lugar a uma descrição pitoresca de seus tipos físicos, ao passo que o modo por que se portam à vista do que pratica o comendador, dá lugar a uma descrição rápida, mas exata do seu caráter: o hábito externo e a face moral dos habitantes dos nossos lugarejos do interior, foram assim apanhados num só traço, sem esforço nem embaraço”⁴⁴⁴ (*n.n.*).

Um dos trechos em que há “verdade, animação e vigor” é bastante similar a alguns trechos das *MSM*. Para melhor comparação, é conveniente lê-los em disposição paralela:

⁴⁴³ Utilizou-se aqui a reedição feita por Guimarães [Filho], Francisco Pinheiro. *Na Esfera do Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro, s/ed., 1937. O romance está reproduzido nas páginas 371-483.

⁴⁴⁴ M. A. DE ALMEIDA. “Revista Bibliográfica. *O Comendador*, romance por Francisco Pinheiro Guimarães”. *CM*, 20/07/1856. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 51.

“As duas raparigas andavam com passo lento, tesas, e sem darem a menor ondulação ao corpo; os braços encostados aos lados do peito, as mãos cruzadas adiante sobre a cintura, trazendo em uma delas um lençinho seguro pelo meio./ Com os olhos sempre baixos, não olhavam para as pessoas que encontravam, senão às furtadelas [...] traziam uns vestidinhos brancos de mangas curtas, e decotados, cujas cinturas chegavam-lhes até o sovaco [...]” (*O Comendador*, in: *op. cit.*, p. 404).

“[...] as más línguas [...] asseguravam que as tais meninas, tão tímidas na presença do pai, [...] tinham um desembaraço extraordinário quando iam às horas mortas da noite conversar com os rapazes ao pé das bananeiras do fundo da chácara [...] / [...] elas só falavam com os rapazes às escuras, e se ignoravam isso [a cor dos olhos dos rapazes], sabiam decerto cousas muito

“[Luisinha] [...] era uma menina já muito desenvolvida para 12 anos que já tinha [...] andava com o queixo sempre enterrado no peito, trazia as pálpebras sempre baixas e olhava a furto; tinha os braços finos e compridos; o cabelo, cortado, dava-lhe apenas até o pescoço. Trajava nesse dia um vestido de chita roxa muito comprido, sem roda quase nenhuma e de cintura muito curta; e trazia ao pescoço um lenço encarnado, destes chamados de tabaco” (*MSM*, Pacotilha, *CM*, 11/10/ 1852, p. 1).

“Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de movediça e leve: um soprozinho, por brando que fosse, a fazia voar, outro de igual natureza a fazia revoar, e voava e revoava na direção de quantos sopros por ela passassem; isto quer dizer, em linguagem chã [...], que ela era uma formidável namoradeira, como hoje se diz, para não dizer lambeta⁴⁴⁵, como

⁴⁴⁵ A palavra **lambeta** não consta dos dicionários da época. Terezinha Marinho, na edição crítica por ela elaborada das *MSM*, afirma que “o vocábulo *lambeta*, hoje dicionarizado como regionalismo do Sul (cognatos *lambetear*, *lambeteiro*), com o sentido de ‘conservador, intrigante, pessoa que leva e traz’, tem para o Autor e para o tempo anterior a ele uma outra acepção” (*MSM*. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1969, p. 99). De fato, dificilmente essa palavra estaria na acepção sulina, mesmo porque naquela época talvez ela não existisse enquanto “expressão sulina”: em 1852, no tomo xv da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, publicava-se uma “Coleção de Vocábulos e Frases Usados na Província do Rio Grande do Sul” (pp. 205-238), na qual não há vestígio da palavra *lambeta* ou de qualquer cognato. Muito embora as *MSM* não contenham, como já assinalou Antonio Candido, nenhuma “baixeza de linguagem”, a palavra, devido à inevitável associação com outro verbo que lhe parece cognato, pode ter sido empregada num sentido silenciosamente obscuro. Mário Souto Maior, no *Dicionário do Palavrão e Termos Afins* (Recife, Editora Guarapes, 1980), registra o seguinte: “*Lambeta*: o mesmo que *lambão* (sul); *lam-*

mais importantes” (idem, *ibidem*). se dizia naquele tempo” (idem, 06/02/1853, p. 1).

À “dupla personalidade” das irmãs no texto de *O Comendador* correspondem, de um lado, Luisinha, e, de outro, Vidinha. Da comparação resulta que o procedimento, basicamente, articulava tópicos cuja circulação deveria ser recorrente, muito embora as *MSM*, com a bela metáfora dos vãos e revãos de Vidinha, pareçam mais agradáveis ao leitor moderno.

Seja como for, deve-se destacar a avaliação positiva do romance *O Comendador* nas páginas do *CM*, lembrando ainda que se acabava de atravessar um período de reformas eleitorais, e que *O Comendador* atacava justamente o mandonismo nos grotões, onde seria impossível furtar-se à prepotência dos “mandões de aldeia”, conforme os classificou Almeida.⁴⁴⁶

f₂) CLERO E RELIGIOSIDADE

Constituído de forma francamente negativa nas *MSM* e em muitos outros escritos da época, o clero é não raro apresentado como opção de miseráveis e estúpidos⁴⁴⁷. Essa negatividade é explícita e provinha de

bedor (sul) e *lambisque* (Bahia)”; “*Lambão*: Diz-se de alguém que lambe o ânus de alguém (sul)” (p. 71).

⁴⁴⁶ A reforma eleitoral era a lei dos “círculos eleitorais”, elaborada pelo gabinete Paraná e sancionada pelo imperador em 19/10/1855. “O sistema de círculos é o que menos força dá às influências locais, pois os eleitores do interior, em qualquer sistema, votam nos homens do lugar e, os das capitais, nestes e nos elementos de valor intelectual” (Torres, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1964, p. 264).

⁴⁴⁷ Cf., por exemplo, o jornal *O Liberal* de 03/04/1853, pp. 1-2, onde isso é abertamente afirmado. Em seu livro *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1956), afirma João Cruz Costa: “referindo-se ao baixo nível do catolicismo no Brasil durante o Império, assim escrevia o Pe. Júlio Maria: ‘cerimônias que não edificam; devoções que não apuram a espiritualidade, novenórias que não revelam fervor, procissões que apenas divertem, festas enfim que não aproveitam às almas nem dão glória a Deus’” (p. 92). São temas que atravessam as *MSM*, muito embora seja conveniente, consoante a perspectiva aqui adotada, imaginar que existem fatores determinando essa desconsideração. Assim, mesmo que existissem frades “depravados” também naquele tempo, pode-se pensar que essa negatividade fosse fruto de uma disputa entre “laicos” e “seculares”, uma vez que a Igreja, diferentemente do período colonial, não monopolizava mais a produção do saber.

longa data. Na imprensa, um jornal cômico do começo da década de trinta assim se referia aos frades:

“[...] pobres frades! bem lhes basta a pouca consideração de que a maior parte se tem feito credores, por sua imoralidade e péssimo comportamento, superstições e hipocrisias.”⁴⁴⁸

Tal desconsideração, consignada até mesmo nas “Falas do Trono” do imperador Pedro II⁴⁴⁹, presentifica-se nas *MSM* em diversas outras falas e cenas:

“O mestre de cerimônias era um padre de meia idade, de figura menos má, filho da Ilha Terceira, porém que se dava por um puro Alfacinha; tinha-se formado em Coimbra; por fora era um completo S. Francisco de austeridade católica, por dentro um refinado Sardanapalo, que podia por si só fornecer para Bocage assunto para um poema inteiro; era pregador que buscava sempre por assunto a honestidade e a pureza corporal em todo sentido; porém interiormente era sensual como um Oriental” (*MSM*, Pacotilha n.º. 82, 29/08/1852, p. 1; na edição em livro, “Oriental” virou “sectário de Mafoma”, adquirindo assim contornos sectários mais bem definidos).

Muito a propósito, esse pio mestre de cerimônias virtualmente comparece pregando a el rei João VI, cuja presença também foi defenestrada da edição em livro:

“Chegou o dia de uma das primeiras festas da igreja, a quel el-rei tinha por costume assistir, e em que o mestre de cerimônias era sempre pregador. [...] Entendia que el rei e toda a Corte o ouviam com sumo prazer, que o povo se abalava à sua voz; enfim aquele sermão anual era o meio porque ele esperava chegar a todos os fins [,] a que contava dever toda a sua elevação futura; era o seu talismã. Digamos entretanto que era bem

⁴⁴⁸ O *Simplício* n.º. 4, 18/02/1831, p. 20.

⁴⁴⁹ Cf. a “Fala do Trono” de 1852, que se compromete a “elevar o nível do clero”. Reproduzida in *Falas do Trono*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1990. Por uma decorrência lógica, se o próprio imperador falava mal do clero, claro está que não havia qualquer problema institucional em fazer o mesmo, nem esse tipo de crítica se revestiria do caráter de “denúncia” ou “novidade”, sendo antes mera reposição de anedotário público.

mal caminho o tal sermão, porque se podia ele demonstrar alguma cousa era a insuficiência do padre para qualquer cousa desta vida, exceto para mestre de cerimônias, em que ninguém o desbancava” (idem, *ibidem*).

E é justamente essa profissão que o compadre barbeiro deseja para o moleque Leonardo, inepto afilhado “que nunca desmentiu aquilo que anunciara desde que nasceu” (MSM, Pacotilha n.º. 74, 04/07/1852, p. 1). Eis como o barbeiro se convence da vocação do afilhado:

“Seria talvez bom mandá-lo ao estudo... porém para que diabo serve o estudo? Verdade é que ele parece ter boa memória, e eu podia mais para diante mandá-lo a Coimbra... [...] mas também que diabo fará ele em Coimbra? [...] Clérigo? Um senhor clérigo é muito bom... é uma cousa muito séria... ganha-se muito... pode-se um dia vir a ser cura; está dito, há de ser clérigo... ora se há de ser: hei de ter ainda o gostinho de o ver dizer missa... de um dia o ver pregar na Sé em presença d’El rei” (MSM, Pacotilha n.º. 75, 11/07/1852, p. 1; na edição em livro, “El rei” saiu de cena).

As MSM descrevem como hipocrisia, mentira, superstição e atraso aquilo que elas mesmas constituem como “religiosidade popular”. Não se tratava de um ataque à religião –aquelas pessoas em geral encenavam intensa religiosidade– mas à forma como ela era praticada:

“Era a isto que naqueles *devotos* tempos se chamava correr a Via Sacra” (MSM, Pacotilha n.º. 75, 11/07/1852).

“Como todos sabem, a festa do Espírito Santo é uma das prediletas do povo fluminense. [...] O que dantes se passava, bem encarado, nem por isso estava muito longe de merecer igual censura [...]” (MSM, Pacotilha n.º. 89, 17/10/1852).

Tais comentários vão ao encontro das diatribes de Lopes Gama:

“Não me venham já dizendo que o nosso povo é religioso porque faz muita festa, muita procissão e muita novena, assim como faz presépios, bumba-meu-boi e fandangos. Na mor parte da gente por aí, o que há é superstição” (O *Carapuceiro* n.º. 67, 19/11/1842).

Outro religioso que perambula pelas MSM é o “algarve” mestre de reza, intimamente associado ao primeiro marido de Luisinha, o velhaco

José Manuel. Responsável pela reintrodução de tão nefasto elemento na vida de Luisinha, a figura do mestre de reza demonstra que esse tipo de intrigante não deveria encontrar abrigo no seio das famílias verdadeiramente honestas.

f3) MENTIRAS: OUTRA VERSÃO DO NAUFRÁGIO DOS POTES

A propósito, entre seus inúmeros defeitos, José Manuel tinha o hábito de mentir: era ele “uma crônica viva, porém escandalosa, de seu tempo”. Uma das muitas mentiras de José Manuel é assim referida:

“José Manuel contou então uma estória, muito encadeada, dizendo que el rei o mandara chamar a palácio; e depois de cobri-lo das maiores honras e obséquios lhe oferecera o comando da polícia da cidade, pois que o Vidigal já não satisfazia tão bem o serviço; ele porém recusara a pés juntos, com o que el rei se mostrara muito zangado e o despedira” (MSM, Pacotilha n.º. 98, 19/12/1852, p. 1).⁴⁵⁰

Outra patranha impingida pelo mesmo José Manuel já fora explorada, de modo bipartido, num trabalho redigido por Martins Pena para o *Correio das Modas*.⁴⁵¹ A seguir, ambas as lições:

⁴⁵⁰ Na edição em livro, essa estória desaparece, sendo substituída pela frase: “José Manuel enfiou então tomando por tema aquelas primeiras palavras que lhe tinham vindo à boca, uma mentira muito sem sabor, que nós poupamos aos leitores” (p. 222 da edição crítica de Terezinha Marinho; p. 117 da edição crítica de Cecília de Lara).

⁴⁵¹ Reproduzido em Lima Sobrinho, Barbosa (org.). *Os Precursores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960, pp. 239-244. Registrando tal semelhança, o crítico Zenir Campos Reis conclui que “o conto devia ser uma anedota popular na época”. Cf. “O Mundo do Trabalho e Seus Avessos: a Questão Literária”. In: Bosi, Alfredo (org.). *Cultura Brasileira. Temas e Situações*. São Paulo, Ática, 1987. De qualquer modo, é claro que, para a produção das MSM, houve apropriação de procedimentos constantes dos textos e comédias de Martins Pena. Na comédia *Os Meirinhos*, um dos personagens chama-se “João Pataquinha”, como também notou Bernardo de Mendonça. E um dos textos de Pena apresenta a seguinte seqüência: “Para não me acontecer outro tanto, **enfi**o pela Rua da Cadeia como um foguete, **atravesso** a Rua da Misericórdia, **passo** pela Rua do Teatro de S. Januário, e **acho-me** na Praia de Dom Manuel” (“Uma Viagem na Barca de Vapor”, conto de 1839, *apud* Lima Sobrinho, Barbosa (org.). *Os Precursores do Conto...*, op. cit., p. 239; n.n.). Nas MSM, preso pelo major Vidigal, Leonardo calcula a maneira de escapular com o mesmo tom ágil e quatro verbos equivalentes: “É agora, **quebro** por ali fora e **bato** pernas [...] **embarafusto** por ali dentro, e **sumo-me**” (Pacotilha n.º. 111,

“[...] e eu fui-me escafedendo quando me vi metido no meio de tanta bu-lha./ Mas onde fui cair! (desgraçado de mim!) entre dois mentirosos./ – Olhe, dizia um deles; eu ia uma ocasião para a costa da África, e quando já estávamos junto da costa o navio deu em um rochedo, e fez-se em pedaços. Morreram todos! só eu escapei pelo sangue frio que mostrei. Entre outras mercadorias que levávamos, iam alguns potes de barro. Logo que o navio tocou, lanço um pote no mar e salto em cima dele em pé, levando outro na mão; boto este no mar um pouco mais adiante, e piso-o com o pé direito, com o esquerdo dou um pontapé no pote que ficava atrás, este vem para diante e eu dou uma passada; o mesmo fiz com outro pote; e de pontapé em pontapé cheguei à terra sem ter molhado nem ao menos as solas do sapato./ – Com efeito esta é boa! não há dúvida! responde o outro; porém não se admire do que lhe aconteceu, que a mim aconteceu uma melhor. Um dia vinha eu do Porto da Estrela com uma falua carregada de moringues. Um tufão de vento volta a falua, e todos nós fomos para o mar. Nem eu nem as outras pessoas que vinham sabiam nadar; porém uma circunstância livrou-nos da morte. O mar ficou coalhado de moringues, e

“Uma de suas estórias mais comuns era a que ele intitulava —O NAUFRÁGIO DOS POTES.— Acontecera-lhe na sua última viagem à Bahia; ele a contava pelo modo seguinte:/ ‘Estávamos quase a chegar a Bahia; viajava ao lado do meu navio um enorme *peru* carregado unicamente de potes. De repente arma-se um temporal que parecia vir o mundo abaixo; o vento era tão forte que do mar, apesar da escuridão, viam-se contradançar no espaço as telhas arrancadas da cidade alta; o mar era tal que muitas vezes vimos passar por cima dos mastros do navio, e cair do outro lado, sem lhe tocar, o *peru* jogado pelas ondas; outras vezes era o nosso navio que lhe passava por cima. Com a força dos balanços aconteceu que muitos dos marinheiros do navio saltaram fora, porém com tanta felicidade que foram cair dentro do *peru*. Isto durou por mais algum tempo sem que nem uma só vez as duas embarcações se tocassem, apesar de estarem sempre muito perto uma de outra. Afinal quando já parecia tudo sossegado e começava a limpar o tempo, veio uma onda tão forte e em tal direção que as duas embarcações esbarra-ram com toda a força uma contra a outra. Já muito maltratados pelo temporal que acabavam de suportar, não puderam mais resistir, e abriram-se ambas de meio a meio: o navio vazou toda a sua

cada um de nós agarrou no seu. A água entrava pelos bicos, glou! glou! e quando o moringue se enchia e ia ao fundo, nós lançávamos mão de outro. Só eu botei ao fundo mais de 50; porém chegamos à terra com vida./ -Também é boa! é boa... disse o primeiro um pouco desconfiado./ No meio destes, e de outros casos que a falta de espaço não permite enumerar, chegamos à Ponte da Praia Grande [...] Eu caminhei à casa do amigo a quem ia visitar, donde voltei às 5 horas da tarde na barca, e em cuja viagem me aconteceram casos que por outra vez publicarei” (“Uma Viagem na Barca de Vapor”, in *Correio das Modas*, Rio de Janeiro, 1839. Apud Lima Sobrinho, Barbosa [org.], *op. cit.*, p. 244).

carga e passageiros, e o *peru* toda a sua carga de potes; ficou o mar coalhado deles; em tão grande quantidade os havia! Os marinheiros e outros passageiros trataram de agarrar-se a tábuas, caixões e outras cousas para se salvarem; porém o único que se salvou fui eu, e isso devo à feliz lembrança que tive: do pedaço de navio em que tinha ficado dei um salto sobre o pote que boiava mais perto. Com o meu peso o pote mergulhou, e enchendo-se d'água desapareceu debaixo de meus pés, porém isto não teve lugar antes que eu, percebendo o que ia acontecer, não saltasse imediatamente desse pote para outro. A este outro e a todos os mais aconteceu a mesma cousa, porém servi-me do mesmo meio, e assim, como a força das ondas os impelia para a praia, vim de pote em pote até a terra sem o menor acidente!” (MSM, Pacotilha n.º. 93, 14/11 /1852, p. 1).

f4) ESCREVENDO O RIO E ENCENANDO O NACIONALISMO

Por descrever eventos contemporâneos –as presepadadas dos tipos cômicos que se utilizavam da barca de vapor–, o narrador dessa historieta de Martins Pena presencia a ação, diferentemente do narrador das MSM, que descreve eventos passados; contudo, esses escritos apresentam a mesma característica de “cartografia humana” –misturada à física–, parte do projeto de “escrever” a cidade do Rio de Janeiro, e que pode ser identificado na produção da época:

“Temos boas tenções de continuar todas as semanas a *copiarmos* [sic] muitas cenas da vida, e muito principalmente dar exatissimamente *boas vistas* aqui do Rio de Janeiro, e também das províncias: assim nos ajudem os

pios leitores.”⁴⁵²

“Ao Público/ A falta de uma folha, que trate especialmente dos interesses municipais da importante capital do Império de maneira a preencher utilmente o seu fim, é geralmente sentida. Até hoje a imprensa entre nós pouco tem se ocupado de negócios d’esta ordem./ [...] Finalmente, como cumprimento do nosso plano, terão aqui cabimento algumas vezes artigos de moral, e sobre a instrução: porque na vida social de um povo a moralidade das classes importa o mesmo para o seu bem, que o alimento na vida animal: este nutre o corpo, dá-lhe forças; aquela nutre o espírito, purifica os sentimentos d’alma, harmoniza os homens entre si, e chama-os ao conhecimento de seus deveres, imbuindo-os nos princípios da honra, e no respeito das leis divinas e humanas.”⁴⁵³

“Há dias, remexendo os meus velhos manuscritos, vieram-me tentações de coligir as notas que outrora escrevi sobre um assunto que em minha opinião é digno de uma obra monumental./ Sinto não ter forças para empreendê-la; entretanto desejo sempre aproveitar algumas horas vagas para fazer um pequeno álbum de lendas e tradições que talvez sejam lidas com interesse por aqueles que se ocupam das cousas pátrias./ O assunto a que me refiro é a história do Rio de Janeiro desde o tempo em que era um vale ~~inculto~~ até agreste habitado pelos selvagens, até nossos dias; até o momento em que a civilização a elevou a [sic] altura da cidade rainha da América – do Sul.”⁴⁵⁴

“Determinei escrever o que sabia e conseguisse saber sobre a história e tradições de alguns edifícios, estabelecimentos públicos e instituições da cidade do Rio de Janeiro, abundando quanto pudesse em informações relativas aos homens notáveis e aos usos e costumes do passado; porque entendi que com este meu trabalho presto ao meu país um serviço e pago-lhe um tributo de patriotismo, pois que concorro com o meu contingente, fraco embora, para salvar do olvido muitas cousas e muitos fa-

⁴⁵² Jornal *O Daguerrotipo* n.º. 1. Rio de Janeiro, 18/07/1845. Exemplar mutilado.

⁴⁵³ Jornal *A Cidade do Rio de Janeiro* n.º. 1. Rio de Janeiro, 23/03/1850, p. 1. Um dos artigos dessa edição denomina-se “Descobrimento [sic] do Rio de Janeiro e Fundação da Cidade”.

⁴⁵⁴ Alencar, José de. “O Rio de Janeiro” (manuscrito não publicado anterior a 1855). *Apud* Freixeiro, Fábio. *Alencar: os Bastidores e a Posteridade*, cit., p. 109.

tos cuja lembrança vai desaparecendo.”⁴⁵⁵

Produz-se assim também a história do Rio de Janeiro como um campo desconhecido, que era preciso dar a conhecer ao “povo”:

“Até hoje só tenho escrito com a idéia de aproveitar ao povo e àqueles que pouco sabem./ [...] é certo que nem conhecemos bem a cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.”⁴⁵⁶

Num jornal de 1852, a intenção de diagramar a cidade fica evidente na seção “Passeios de Mestre Fígaro”, um “barbeiro ocioso, falador e curioso como uma beata (santo nome de Jesus! o que disse eu!)”. Esse barbeiro passeia pela cidade descrevendo tipos e lugares, sem se abster da prática então pioneira do *merchandising* implícito:

“[...] uma rua [da Quitanda] veneranda pela sua antigüidade [...] recomendamos às nossas elegantes o armarinho dos Srs. Borges Monteiro e C^a./ Desejaríamos possuir todos os tesouros de Creso para esgotar a rua do Ouvidor, e passar toda a nossa vida a olhar para tanta galantaria dourada. Ser-nos-ia isso muito mais divertido do que passar a vida a ensaboar a cara de nossos semelhantes, e a raspar-lhes os cabelos.”⁴⁵⁷

Nas *MSM* também se intenta esboçar um diagrama do Rio no tempo do rei, postulando-se, nas entrelinhas, uma cidade segura e higienizada:

“Chegaram todos [Leonardo e seus amigos] depois de longo caminhar, e quando já brilhava nos céus um desses luares magníficos que fazem no Rio de Janeiro [,] a uma casa na Rua da Vala: naqueles tempos uma noite de luar era coisa muito aproveitada, se bem que não fosse muito rara; ninguém ficava dentro de casa; os que não saiam a passeio sentavam-se

⁴⁵⁵ Macedo, Joaquim Manuel de. *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1942, p. xv. Originalmente publicado em série no *Jornal do Comércio* em 1860/61 e em livro nesse último ano.

⁴⁵⁶ Idem, pp. xvi e 18 (a numeração em arábicos continua a numeração em romanos). Para uma chave cômica, cf. o jornal *A Marmota Fluminense*, como por exemplo em 29/10/1852, artigo “Origem da Rua do Piolho”, por “José Antônio [Frederico da Silva]” (reproduzido no livro *Lembranças de José Antônio*, cit., pp. 149-152). Para uma chave “séria”, confira-se, neste capítulo, o item *Os Mistérios do Rio de Janeiro*.

⁴⁵⁷ *Jornal A Imprensa* n^{os}. 4 e 7. Rio de Janeiro, 03 e 24/10/1852, p. 2 de ambos.

em esteiras às portas, e ali passavam longas horas em descantes, em ceias, em conversas, e **muitos passavam mesmo aí a noite inteira dormindo ao relento. Quanto ao medo do que quer que fosse quanto à segurança individual não o tinham, pois descansavam tranquilos na atividade do major Vedigal [sic]; e quanto aos cuidados sanitários e higiênicos, isso é invenção moderna das juntas e câmaras, que faria dar boas risadas de incredulidade, e talvez de escárnio, até ao próprio físico-mor se aparecesse então. Nem mesmo as zamparinas tinham sido capazes de despertar semelhantes idéias**” (MSM, Pacotilha nº. 103, 23/01/1853; *n.n.*; o trecho em negrito foi expurgado da edição em livro).

A referência é irônica porque o CM e a Pacotilha deblateravam constantemente contra as condições sanitárias da cidade: no fundo, pretendia-se insinuar que tudo continuava em situação nimiamente má, impondo-se, portanto, a mobilização dos recursos que fossem necessários para alterar tão lamentável quadro, que deixava a cidade deveras semelhante à do tempo do rei, quando todo mundo era ignorante e o lugar não passava de uma reles colônia. Não importa que essas críticas correspondessem à situação empírica da cidade, pois a economia interna que as presidia era bem outra: tratava-se de uma questão delicada que exigia –¿como dizê-lo?– a liberação de verbas vultosíssimas:

“Na verdade qualquer estrangeiro, ainda o menos impressionável, que desembarca em qualquer das nossas praias, D. Manuel, Peixe, Mineiros ou Prainha, a qualquer hora ou dia, *sente logo*, por pouco que tenha lido, o quanto os viajantes foram exatos em suas descrições, e como esse laivo de *cor local* que eles chamam os perfumes da capital do império do Brasil foi dado com mão de mestre./ [...] Os nossos edifícios baixos e sem elegância ou regularidade, e as nossas ruas estreitas, esburacadas, nojentas, onde se levantam de distância em distância pirâmides de lama e cascalho, ou de pedra solta, e que parecem substituir para nós as colunas e estátuas das capitais européias, são terríveis documentos contra o patriotismo e atividade de nossos edis. [...] A câmara dos deputados votou segunda-feira, com o orçamento do império, duas importantes emendas, uma autorizando o governo a mandar construir um edifício próprio para a infeliz escola de medicina, e outra, que foi apresentada

pelo Dr. [Francisco] Otaviano em nome da deputação do Rio de Janeiro, autorizando-o a gastar até a soma de 200:000\$000 para o calçamento da cidade. O substantivo *empenho* e o verbo *aproveitar* são os maiores inimigos do progresso entre nós” (CM, Pacotilha nº. 129, 17/07/1853).

Os meios de transporte da época d’el rei também recebiam uma descrição nas MSM:

“A carruagem era um formidável, um monstruoso maquinismo de couro, balançando-se pesadamente sobre quatro desmesuradas rodas, e bem capaz de servir de armazém onde se guardasse a cômodo dous ou três destes nossos fiacres modernos. Não parecia cousinha muito nova; e com mais 10 anos de vida poderia muito bem, segundo Nicolau Tolentino, entrar no número dos restos infelizes do terremoto” (MSM, Pacotilha nº. 110, 06/03/1853; os fiacres modernos foram expulsos da edição em livro).

Essa descrição nada tem de gratuita. Num jornal que advogava a prementíssima necessidade de se adotarem estradas de ferro (cf. o capítulo anterior) para civilizar o país –ou “animar tão grandemente o comércio, as artes e a indústria deste Império”, conforme admitiu Pedro II⁴⁵⁸–, contrapor os “nossos fiacres modernos” às carruagens d’antanho era bem mais que uma simples descrição. Ademais, em catorze de maio de 1853, a Câmara Municipal da Corte aprovava um novo “Código de Posturas”, no qual se procurava regular e controlar, por intermédio da polícia, as atividades dos cocheiros de aluguel na cidade, portugueses em sua grande maioria. Da leitura do código resulta que tal atividade era constituída como anárquica e muita vez desumana, e, a partir dele, instituía-se a concessão das licenças por “uma Comissão de Peritos”. Não são necessários grandes vãos de imaginação a fim de se deduzir para onde tal tipo de controle conduziria.⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ Expressões constantes do discurso proferido pelo imperador em 30/04/1853, quando foi inaugurada a primeira estrada de ferro do País. *Apud* Caldeira, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*, cit., p. 292.

⁴⁵⁹ Cf. Moura, Ana Maria Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de Senhores e Escravos*. São Paulo, Hucitec, 1988. O “Código de Posturas” encontra-se reproduzido às pp. 46-48. Tais atividades, convém lembrá-lo, eram uma das poucas alternativas de

De qualquer forma, reivindicava-se um espaço saneado de práticas que depusessem contra o “grau de nossa civilização”. Para isso, que se afastassem também os pretos para a roça, pois na cidade eles eram criaturas indefesas:

“Imensa multidão se apinhava no interior da Igreja, e em suas circunvizinhanças, esperando ansiosa pelo fogo de artifício, que à noite se devia queimar. Não podemos deixar de fazer aqui um reparo, e vem a ser, o pouco caso, que prestam as autoridades, a algumas peças constantes desses fogos de artifício usadas entre nós, que devem ser proscritas pela decência, e as quais só a plebe com frenesi aplaude. Desejamos que, ao menos na cidade, não se vissem mais esses exemplos de imoralidade, que tanto depõem contra o nosso grau de civilização” (jornal *A Imprensa* nº. 4. Rio de Janeiro, 03/10/1852, p. 4).

“– Ilmo. Sr. Carijó. – No dia 23 passado, às 11 horas da noite, vi três pedestres chegarem com um preto que tinha os braços amarrados para trás à rua do Príncipe; um deles bateu em uma casa de rótula que fica no fundo de um armarinho, e na qual mora um outro pedestre, a quem os dous apresentaram o preto, e que ajustou comprá-lo por 3\$ rs. Depois de muito terem regateado os apesadores, pois que exigiam 5\$ rs., alegando que o senhor do dito daria sem dúvida muito dinheiro, mormente podendo o comprador conservá-lo em casa até que aparecesse algum anúncio prometendo alvíssaras, efetuaram a venda! Ora, pelo que presenciei, o preto era da roça, e tendo sido vendido para esta cidade, onde estava trabalhando em uma obra, tendo ao anoitecer de recolher-se para a casa de seu senhor, perdeu-se na rua, até que foi seguro. Peça, senhor Antônio, as mais severas providências contra semelhante escândalo” (Pacotilha nº. 110, 06/03/1853).

Finalmente, escrever o Rio e os hábitos de sua arraia miúda podia ser uma boa forma de buscar originalidade:

“A verdadeira originalidade nos costumes ou nas tradições (mas isso nos transporta aos usos da África ou da Europa), é no próprio Rio de Janeiro

que ela se encontra, e isso nas camadas mais humildes da sociedade.”⁴⁶⁰

Seria de bom tom, em literatura, encenar tanto a procura dessa originalidade quanto o afastamento de qualquer modelo estrangeiro:

“Sois admirável [ó Joaquim Manuel de Macedo] no vosso *Cego!* Tendes ali passagens que não são para material compreensão, mas que são apreciadas por aqueles que vivem no santuário da vida contemplativa. Escrevei sempre, todos os vossos escritos são brasileiros, guardai porém sempre o vosso romance do contágio do romanticismo francês, porque o Brasil não carece de mendigar nas ruas de Paris a Balzac e outros cenas para seus movimentos.”⁴⁶¹

f5) O BARBEIRO E A SANGRIA

Quem se encarregou de continuar a formação de Leonardo filho também foi o compradre barbeiro, que tinha “zanga a letrados”. Ordinariamente, barbeiros eram motivo de chalaça e tema jocoso (cf., adiante, a “Biografia de Ulisses”), e o padrinho de Leonardo, ademais, cometera “delitos” em que se entrecruzavam os temas da desonestidade pessoal, do tráfico negreiro e da prática escusa e amadorística da “medicina”. Aliás, os supostos amadorismo e precariedade da medicina levariam o barbeiro à morte, no burlesco episódio das “pírolas”.

A leitura dos jornais da primeira metade do século XIX evidencia a ocorrência de cerrado debate entre alopatia e homeopatia⁴⁶²: temas como “magnetismo animal” ou “mesmerismo”⁴⁶³, por exemplo, eram exaustiva-

⁴⁶⁰ Denis, Ferdinand. *Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980, p. 103 (original publicado em 1838).

⁴⁶¹ Azevedo, Correia de. “A Nossa Literatura”. In: *Revista O Guaraciaba* nº 12. Rio de Janeiro, 1º./12/1850, p. 97. Trata-se da conclusão de uma série de artigos a respeito desse assunto, tratado em linha desassombadamente “nacionalista”.

⁴⁶² Seria oportuno lembrar José Dias, o agregado charlatão e pseudo-homeopata de *Dom Casmurro*: no instante de sua morte, ele se converte à alopatia, que é, de acordo com suas próprias palavras, “o catolicismo da medicina”. Cf. Assis, Machado de. *Obra Completa*, cit., v. I, p. 941.

⁴⁶³ Sobre a proliferação do mesmerismo na França, cf. Darnton, Robert. *O Lado Oculto da Revolução. Mesmer e o Final do Iluminismo na França*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

mente tratados na imprensa. Numa crítica da época –dirigida aos “Judas” que grassariam pelo País– pode-se constatar que a importância concedida a ambas –alopatia e homeopatia– era equivalente:

“Judas são todos aqueles farmacêuticos alopáticos que fazem os remédios com drogas falsas, na carência das verdadeiras, traduzindo assim a seu bel-prazer as receitas dos médicos./ Judas são todos aqueles homeopatas que vendem água da carioca por acônito, beladona, &c.” (*O Bodoque Mágico* nº. 1, 19/04/1851, p. 6).

O que ora importa lembrar, primeiro, é a maneira pela qual o compadre é empregado num navio negreiro. Para a explanação, é necessário que o episódio seja transcrito na íntegra:

“No Largo do Paço um marujo que estava sentado em uma pedra junto ao mar chamou-o para que lhe fizesse a barba: mãos à obra, que já aquele dia não morria de fome./ Todo barbeiro é tagarela, e principalmente quando tem pouco que fazer; começou portanto a puxar conversa com o freguês. Foi a sua salvação e fortuna./ O navio a que o marujo pertencia viajava para a Costa e ocupava-se no comércio de negros; era um dos comboios que traziam fornecimento para o Valongo./ Estava pronto a largar, e o faria no dia seguinte, se se encontrasse alguém que quisesse ir fazendo as vezes de médico./ –Ó mestre! disse o marujo no meio da conversa, você também não é sangrador?/ –Sim, eu também sangro.../ –Pois olhe, você estava bem bom, se quisesse ir conosco.../ –Homem, eu de cirurgia não entendo muito.../ –Pois já não disse que sabe também sangrar?/ –Sim.../ –Então já sabe até demais./ No dia seguinte saiu o nosso homem pela barra fora; a fortuna tinha-lhe dado o meio, cumpria sabê-lo aproveitar; de oficial de barbeiro dava um salto mortal a *médico* de navio, restava unicamente saber fazer render a nova posição. Isso ficou por sua conta./ Por um feliz acaso logo nos primeiros dias de viagem adoeceram dous marinheiros; chamou-se o médico; ele fez tudo que sabia... sangrou os doentes, e em pouco tempo estavam bons, perfeitos. Com isso ganhou ele imensa reputação e começou a ser estimado./ Chegaram com feliz vi-

Segundo Darnton, “na época do apogeu do mesmerismo, nos anos 1850, haviam se desenvolvido novas técnicas de invocação de espíritos e desencadeamento de convulsões” (p. 121).

agem ao seu destino; tomaram o seu carregamento de gente e voltaram para o Rio. Graças à lanceta do nosso homem, nem um só negro morreu, o que muito contribuiu para aumentar-lhe a sólida reputação de entendedor do riscado” (*MSM*, Pacotilha n.º. 78, 1.º./08/1852).

Entre os vários jornais homeopáticos da época, havia um chamado *O Atleta*, que atacava a alopatia e defendia a extensão dos conhecimentos médicos a todos que tivessem interesse, a fim de “ilustrar” e melhorar a prática da medicina. Em suas páginas agasalhavam-se questões e observações como as seguintes:

“Sr. Redator: Uma pergunta, por favor responda-me. Até agora sempre quem aplicavam [*sic*] bichas, ventosas, e até sangravam, e ainda continuam em tudo isso, são os Srs. barbeiros. Mas qualquer destas funções, pertencem ao exercício da medicina, e o regulamento condena quem praticar a medicina sem o título de médico./ Por consequência, fica entendido que quem faz estas aplicações, são os Srs. doutores, não é assim? Também desejava saber, se quem receita aplica, ou se há Srs. doutores receitautes, e Srs. doutores aplicantes; e quanto se deve pagar por essas operações? Perdoe, Sr. Redator, a um/ *Curioso*’/ Não podemos responder ao nosso correspondente, por ignorarmos o que a alopatia tem resolvido./ *Da redação*” (*O Atleta*, “jornal médico-homeopático, redigido por uma associação de homeopatas”, Rio de Janeiro, 07/02/1852, p. 4).

“Desde que há medicina, que sempre tem havido pessoas curiosas, que têm aplicado remédios em maior ou menor escala, sem que tivesse cursado escola alguma; isto não só nos tempos antigos, mas também nos modernos; não é só nos países de medíocre civilização, mas também nas nações mais ilustradas. Estudem-se desde as nações mais cultas da Europa até as nações que nas diferentes partes do mundo, ainda estão em estado de barbaria, e conhecer-se-á que por todas elas, a imensidade de pessoas que aplicam remédios, sem terem previamente estudado medicina [*sic*]; e todas essas diferentes pessoas curiosas, curam por todos quantos sistemas há, e muitas vezes o povo as prefere aos médicos mais abalizados; e para prova que isso não é cousa estranha, bastará lembrar o número de obras que se publicam para os curiosos, ainda nas nações mais civilizadas; estudando ainda os costumes dos povos, se ficará sabendo que além dos médicos, não só os oficiais de saúde, boticários, enfermeiros,

ervenários, e parteiras, que aplicam remédios, mas que toda e qualquer pessoa os aplica, porque geralmente todas têm sua presunção de inteligência médica” (Idem, 23/03/1853, p. 3).

Lembre-se que o momento era também de discussão acerca do exercício da medicina, tanto que em 1854 seu curso sofreria uma reforma⁴⁶⁴. Hoje, contudo, a posição das *MSM* em face do tema não é clara: das quatro situações em que ocorrem intervenções “médicas” –a cena acima reproduzida, os partos de Leonardo filho e de sua irmã e a doença do comprador barbeiro–, as três primeiras terminam bem, registrando-se morte apenas no último caso, quando o paciente é tratado com “pílulas” (ou “pírolas”⁴⁶⁵, como diz D. Maria) prescritas por um boticário português.

Os moldes em que a pergunta de *O Atleta* é colocada levam a imaginar que os médicos alopatas deveriam servir-se de ajudantes para realizar sangrias e partos; como sua proposição é a de que qualquer pessoa pode exercer a medicina, claro está que se insinua a inutilidade do médico profissional. Nas *MSM*, o sucesso das atividades de parto e sangria e o fracasso das pílulas sugerem que as primeiras são mais simples que a preparação e indicação de remédios. Não foi possível, contudo, averiguar a sedimentação semântica da palavra “pílula”. Se ela pertencia ao campo semântico da “homeopatia” –e os jornais do período contêm anúncios de medicamentos homeopáticos, “glóbulos”, “tinturas” e outros tarecos, que prometiam curar toda sorte de doenças⁴⁶⁶–, então é óbvio que o texto se

⁴⁶⁴ Cf. Santos Filho, Lycurgo. “Medicina no Período Imperial”. In: Holanda, Sérgio Buarque de (coord.). *História Geral da Civilização Brasileira*, cit., t. II, v. III, pp. 467-489.

⁴⁶⁵ Um dicionário do tempo registra a variante “pírola” como legítima. Cf. Pinto, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832, sem numeração de páginas (“Pírola, s. f. V. Pílula”). Tratando-se, como é o caso, de um dicionário bastante precário, tal registro é significativo, evidenciando, pelo menos, uma disseminação da pronúncia. O mesmo dicionário assim define a expressão “pílula”: “s.f. Globo pequeno, de feição de ervilha, que se faz de alguma composição medicinal para se poder engolir mais facilmente. Fig. PETA, cousa desabrida” (n.n.).

⁴⁶⁶ Como no *CM* de 31/07/1853, p. 3, com anúncios da “Farmácia Homeopática” de José Maria de Souza, na rua da Quitanda, 61, e da “Botica Homeopática”, na rua da Quitanda,

posicionava contra a homeopatia e a favor da alopatia. Na Pacotilha, a palavra parece estar associada à homeopatia, conforme o seguinte enfeudamento:

“Se encontrar por aí algum desses mascates (sem ser dos italianos) que armam botequins homeopáticos pelas águas-furtadas para impingir ovos de aranha e pílulas infinitesimais, sem licença da municipalidade, pergunte-lhes como é que levantam armarinhos lá por esses ares, pois temos de acomodar um freguês nosso vizinho, que também quer viver da mesma especulação” (Pacotilha nº. 116, 17/04/1853, p. 1).

De outro lado, aquilo que hoje se lê como falta de explicitação crítica no texto das *MSM* torna aconselhável a consulta a outras fontes da época. Uma delas é um jornal alopatóico denominado *O Anti-Charlatão*, que circulou entre 27 de junho e 29 de agosto de 1846, e que contém violentos doestos contra a homeopatia. Sua epígrafe, extraída do médico francês Trousseau, equivalia a uma declaração de guerra:

“Quando daqui a meio século a história da medicina enregistrar as prodigiosas elucubrações dos adeptos de tal doutrina, nossos vindouros recusarão acreditar que houvesse cérebros tão engenhosamente extravagantes que imaginassem a homeopatia.”

Consta de um de seus números este interessante artigo crítico, assinado por “O Galenista”:

“As insolências de um homeopata./ ‘Há tolos que sabem tirar proveito de sua própria estolidez.’ (M. de Maricá)/ Jacta-se por isso, no *Jornal do Comércio* de 30 de julho de 1846, e pela segunda vez, o Snr. Mure, de haver enviado à imperial academia de medicina do Rio de Janeiro, uma memória sua contra a prática das sangrias, e que aquela ilustrada corporação nada achara que dizer ou opor às asneiras que necessariamente devem compor, ou pelo menos conter, a decantada memória [...] houve quem se lembrasse de interpelar o secretário geral [da imperial academia] por tudo isso, e do mesmo secretário ouviram todos os que assisti-

14, que além de remédios vendiam livros como *Homeopatia Doméstica*, *Conselhos de um Médico Homeopata*, *Medicina Doméstica Homeopática*, etc.

ram a essa sessão — *que nada recebera de homeopata algum sobre sangrias e menos para a academia etc. etc.!... [...]*/ Agora perguntarei ao Snr. Mure, o que é que tem dito e escrito que constitua prova contra o que chama *inutilidade e perigos da sangria?* Que doutrina tem apresentado a respeito, que um estudante de medicina, mesmo dos mais medíocres e ordinários, não lhe possa refutar vitoriosamente?”⁴⁶⁷

Parágrafos adiante, o texto também fornece elementos para uma leitura política, associando a homeopatia ao socialismo de então, que era o de Fourier e Saint-Simon, manifestando ainda, desde logo, que a ortodoxia alopática era anti-socialista:

“Desengane-se pois o Snr. Mure, que não vive entre loucos, que não está no Sahy!... e que a corporação médica da corte do Brasil não se abaixará jamais a responder a um miserável charlatão, ao *cantor de orgias e bacanaís*, àquele que, na *exposição do banquete falansteriano*, pag. 15 e 16, diz de coração!... (como fiel admirador de Saint-Simon e Fourier!...):/ *‘Nous avons dans un long et saint pèlerinage,/ ‘O Seigneur! admiré tes élus au passage:/ ‘Jacotot, Hahnemann, Fourier, astres jumeaux,/ ‘Qui sur notre horizon éclatez sans rivaux,/ ‘D’un plus doux avenir sûr et triple symbole,/ ‘Nous admirions de loin votre sainte auréole,/ ‘Et nous vous proclamions, en cet âge de fer,/ ‘Successeurs de Jésus et vainqueurs de l’enfer./ ‘La foi qui n’agit pas, n’est point foi véritable, / ‘Malheur à qui s’endort, en ce temps redoutable,/ / ‘Pussions-nous, ô Fourier, pleins d’une même foi,/ ‘Ou triompher bientôt, ou mourir comme toi!’* / Eis o que o Snr. Mure sabe escrever!... eis a sua melhor medicina! eis porque pugna tanto pelo sangue dos seus futuros soldados!... [...]/ Não, Snr. Mure!... Seus planos, como a sua crônica e manhas, são já muito conhecidos!!! Não pense que a polícia dorme! Não pense que o governo desconhecerá *seus relevantes serviços feitos ao Bra-*

⁴⁶⁷ Jornal *O Anti-Charlatão*. Rio de Janeiro, nº. 14, 11/08/1846, p. 1. No jornal *O Simplício*, fazia-se a ridicularização das sanguessugas importadas, tidas como modismo impertinente: “Tive, há pouco tempo, uma enfermidade, que me deixou em mísero estado: caí na fofa de chamar um Facultativo — dos tais rigoristas, rapaz de óculos e luneta, varinha com cachorrinho, luvas, cordões, alfinetes, anéis, e não sei se também brincos e espartilho; fez-me quatro caretas, e encheu-me o corpo de *minhocas estrangeiras*, que se não tomo cautela, deixavam-me fofo e chupado, como os bagaços de cana quando saem da boca dos novatos do Porto” (nº. 3, 29/01/1831, p. 12).

Efetuando-se o cruzamento de todas essas linhas e informações, é bastante razoável avançar a hipótese de que o texto das MSM se coloca a favor da utilização do trabalho intermediário de parteiras e barbeiros sangradores: se mesmo desassistidas essas pessoas conseguiam salvar vidas, o que dizer então com a presença de médicos especialistas?⁴⁶⁹ Sem dúvida, essa também era uma forma de ironizar os homeopatas. Aliás, colocando-se ao lado da “ortodoxia alopática”, colocava-se simultaneamente contra o socialismo “falansteriano”. Constatação que, no caso de um texto que prometia tantas surpresas e achados, admira e consterna,

⁴⁶⁸ Idem, pp. 1-2. Já circulavam jornais de orientação “fourierista”, como foi o caso de *O Globo*, do qual existe apenas um exemplar de 13/10/1844. Em sua página 4, apresenta o desenho de um falanstério, e, num artigo com o mesmo nome, assim descreve essa utopia: “[no falanstério] a comum [comuna?] se encarregará da educação dos pequenos, e por uma admirável e aperfeiçoada educação, desenvolverá toda a sua vocação. [...] não haverão [sic] assalariados. Todo obreiro é associado a seu chefe de grupo e interessado nos benefícios proporcionalmente a seu talento, trabalho e fundos. [...] ninguém se entregará por mais de duas horas à mesma ocupação, e o dia será preenchido por uma série de divertimentos tão agradáveis quanto lucrativos. Independência absoluta. Ninguém será coagido em suas empresas industriais, seus gostos pessoais, emprego de sua fortuna; cada um pode a todo instante deixar, um falanstério por outro que lhe ofereça prazer, e trabalho a seu gosto. / [...] HONRA A FOURIER”. Em carta escrita a 27/07/1847 a José Carlos de Almeida Arêas, futuro visconde de Ourém, Francisco Otaviano colocou um adendo que indica alguma disseminação dessas leituras entre os letrados: “Remeto-te também o novo Compêndio de Música de F. Manuel, que me mandou dois; — e um livro de Renaud explicando o fourierismo” (*apud* Pinho, Wanderley [org.]. *Cartas de Francisco Otaviano*, cit., p. 64).

⁴⁶⁹ Digna de referência é, ainda, a rivalidade, comentada por historiadores da Medicina, entre médicos propriamente ditos e cirurgiões, cujo *status* seria inferior ao dos primeiros: “Embora os valores diferenciais entre um médico e um cirurgião no sentido do *status* social mudassem, pois muitos médicos foram ao mesmo tempo cirurgiões, o preconceito [disseminado no século XVIII] continuou a existir por muito tempo ainda. Entre os médicos e cirurgiões surgiam muitas disputas, pois os médicos achavam-se superiores aos cirurgiões pelos vários anos de estudos nas universidades que foram obrigados a cursar, enquanto a licença de um cirurgião obtinha-se de certa prática com um cirurgião mais experiente”. In: Herson, Bella. *Cristãos Novos e Seus Descendentes na Medicina Brasileira, 1500/1850*. São Paulo, Edusp, 1996, cap. “A Diferenciação e a Rivalidade Entre o Médico (Físico) e o Cirurgião”, pp. 351-379, cit. p. 354.

produzindo, de resto, uma desilusão que parece parafrasear o samba de Ary Barroso: “toda quimera se esfuma/ como a brancura da espuma/ que se desmancha na areia”.

f6) MALANDROS E DESORDENS

A propósito da malandragem, as *MSM* parecem ter sido escritas com o fim precípua de enfatizar o que elas mesmas constituíam como aspecto fundamental da vida brasileira, ainda que o termo não fosse exatamente “malandragem”, mas “vadiagem”. Na imprensa da época, isso era produzido como um grande mal:

“[...] se o menino é *vadião* de primeira classe e tem muitas faltas, chega-se o fim do ano, e o bom pai vai empenhar-se com os amigos dos professores. Acaba-se por fim o tempo do colégio, e o menino que então já é moço, e chama-se o Sr. *Sabe-Tudo*, e passeia pelas ruas da cidade com seu enorme e *indispensável* charuto, começa a manifestar ardentes desejos de *nada fazer*” (jornal *O Daguerrotipo*, cit., 18/07/1845, p. 1; artigo “O País dos Empenhos”).

Nas *MSM*, devido à péssima formação dada pelos pais e ao paternalismo do compradre barbeiro, Leonardo filho “constituiu-se um completo vadio, vadio mestre, vadio tipo”. Não nasceu malandro feito, portanto, tendo sido as condições objetivas de seu nascimento e criação que o tornaram assim.

Outrossim, seria oportuno lembrar que as *MSM* não têm prevalência temporal na elaboração ficcional do que hoje se costuma chamar de malandragem: entre 1844 e 1845 circulou uma revista humorística, aliás muito bem feita, intitulada *A Lanterna Mágica* –“drama em 366 atos, representada [*sic*] durante a sucessão dos tempos no Teatro do Beco da Patuscada”–, que contava dois personagens principais: o português Laverno e o brasileiro Belchior dos Passos. Redigida por Manuel de Araújo Porto-Alegre e ilustrada pelo pintor catarinense Rafel Mendes de Carvalho, eis como era ela apresentada:

“Caríssimos Leitores/ Não é com o intuito de especular sobre a vossa

amável bolsa, nem tampouco por amor desse vil metal, que os séculos apelidaram ouro, que vai comparecer no tribunal de vossas vistas mais esta publicação./ Um gigantesco patriotismo, uma dessas erupções de amor pelo bem do país, uma atração irresistível para a salvação da humanidade, uma coisa que se não pode explicar senão com os tempos, nos obriga a empreender essa obra clássica, e este bosquejo do século, que dará mais que fazer aos vindouros filósofos e artistas do que o morro do Castelo, esse ladrão que nos furta todos os dias a viração da barra, e que passa de ano a ano impunemente, sem achar uma alma caridosa que o ponha de crista baixa./ *A Lanterna Mágica* é filha de profundas convicções, e o teatro onde se representam as principais cenas da nossa época, sem ressaibos de personalidade, e sem o intuito de fazer ilusões a este ou aquele indivíduo; a cena das generalidades reinará em seu proscênio, e seus quadros representarão sempre os mesmos indivíduos, os mesmos atos revestidos somente do caráter que se lhes der na oportunidade. O Protagonista da cena será sempre o imortal Laverno, esse homem prodigioso, espécie de Mefistófeles, de Judeu errante que anda entre nós nas praças, nos templos, nos salões dourados, no parlamento, nas estalagens, nas lojas, e nos ranchos das estradas; que se acha ora no mar, ora na terra, e mesmo as vezes por esses ares fora./ Será seu companheiro inseparável o seu íntimo amigo Belchior dos Passos, e terá por seguito [sic] outras mais personagens, que darão realce a esta grande obra, a esta nova espécie de Epopéia dos nossos tempos./ Esta publicação há de melhorar muito com o andar dos tempos; a humanidade marcha à perfectibilidade segundo o dogma dos São-Simonianos, segundo as máximas dos Falanstarianos, Rabequistas, Metodistas, Neo-cristãos, Homeopatas e mais outros filantropos deste século./ O Sr. Laverno é um desses espíritos vastíssimos, cuja concepção é tão grande como o universo, e cuja vontade é mais forte que o destino; é um desses tipos que a imaginação tem procurado mil vezes em todos os recantos do coração humano, um todo que representa o ideal de uma parte da moral, e um painel da mais palpitante verdade de todas as fases da humanidade. — Amém” (*A Lanterna Mágica* nº. 1. Rio de Janeiro, 1844, pp. 1-2).

O vigarista Laverno, auxiliado pelo simplório Belchior dos Passos, pratica toda sorte de falcatruas, que envolvem a homeopatia, o teatro, a política, a imprensa, etc.

O alvo do vitupério é justamente o oportunismo desse tipo de gente que pretendia, por meio da trapaça e da mistificação, atingir “pingue posição social”, dando a suas atividades escusas “títulos pomposos como espírito de empresa, especulação comercial, inspiração filantrópica, amor da boa ordem, e da humanidade, instinto do progresso, permutação transativa, patriotismo; &c &c” (p. 3). Visivelmente, a constituição do que se poderia, *grosso modo*, classificar como malandragem é negativa, não existindo aí qualquer vislumbre positivo: prática disseminada que faz muito mal ao País, é necessário extirpá-la o mais rápido possível. Novamente cá se recorre a Lopes Gama:

“A segunda fonte de nossa imoralidade é, quanto a mim, a ociosidade acompanhada da ignorância. [...] / Todos querem galejar e passar bem; mas quase todos temos aversão ao trabalho. Daqui, a infinita classe de vadios que vivem derramados pelo nosso solo e que são matéria disposta para todos os vícios e crimes.”⁴⁷⁰

Foi possível localizar no CM um texto, denominado “**BIOGRAFIA DE ULISSES**”, no qual todos esses temas, e muitos outros, surgem misturados:

“Na ilha de Ítaca, no ano..... (pouco mais ou menos), nasceu Ulisses pai do herói de Fenelon. No ano de 1821 nasceu em Portugal outro Ulisses mais famoso, herói de eternas luminárias, de cuja biografia nos ocupamos aqui. / *Cesse tudo o que a antiga musa canta / Que outro valor mais alto se alevanta.* / Jacomo, por antonomásia Ulisses, é filho legítimo de seus pais, sobrinho de todos os seus tios, irmão de seus manos (*mas não de suas manas.*) Desde a sua mais tenra infância mostrou sempre a mais decidida vocação para tudo especialmente, *e para qualquer outra causa [ou cousa] em particular.* Sofreu muito em criança quando lhe nasceram as presas, e tem sofrido bastante *de asperezas* durante o resto de sua vida. Tem hoje de 30 a 35 anos de idade, mas faltam-lhe os dentes do *siso*. Contava apenas três lustros quando se resolveu a deixar os pátrios lares e a empreender a viagem de Cristovão Colombo. Depois de batizado ao passar a linha, chega enfim à desejada terra de Santa Cruz, paga *ou não paga* a passagem, e desembarca na praia dos Mineiros, onde de tal maneira se nos esgueirou

⁴⁷⁰ O Carapuceiro nº. 67, 19/11/1842, p. 1.

por entre os negros, que por espaço de 10 anos o perdemos de vista./ Talvez fosse conquistar Tróia, talvez estivesse na ilha de Calipso; não sabemos bem disso; mas parece-nos que a melhor versão é que ele não passou de uma loja de barbeiro, onde tanto havia que fazer que lhe não restava tempo para cuidar em cortar o seu próprio cabelo; o certo é que 10 anos depois o tornamos a encontrar em Santos adornado com uma enorme cabeleira, e então já bastante destro nas sortes e *pesadas* ligeirezas de mão, com que hoje pretende *assombrar* o público do Rio de Janeiro, e que nos consta aprendera às furtadelas durante o tempo em que servia a Mr. Leroux. Em Santos nesse tempo sofreu bastante o nosso herói: o público santista acolheu com aplausos *de tacão* as habilidades do prestidigitador, e até em certa noite cheio de entusiasmo o mimoseou com batatas cozidas, laranjas em putrefação, e outros projetis mais ou menos corruptos./ *Mas a nada o bruto se movia.*/ O nosso herói tinha jurado fazer fortuna, e pouco lhe importavam os meios para conseguir os seus fins./ Inventou então a famosa cabeça de oráculo, fenômeno celeberrimo e desconhecido: propunha-se o nosso herói a simular pela ventriloquia que a dita cabeça lhe respondia a certa distância; mas qual!... falava tanto como fala o Sr. Fiorito na ária de *Semíramis* que cortaram./ Enfim a célebre peça do Oráculo, *mesmo sem falar*, fez tal bulha em S. Paulo, onde foi mostrar ao público pela segunda vez, que certo estudante bem conhecido, maravilhado do fenômeno, ofereceu ao seu autor um par de pontapés e alguns cascudos (vulgo sopapos). Desgostou-se o nosso Ulisses, que então ainda se chamava Jacomo, *tout court*, e seguiu para o interior da província./ E não fazendo ali vaza,/ Se passou à Normandia,/ Sem fazer caso da tia/ Que pedia a sua emenda;/ Veio depois abrir tenda/ No cimo da Cotovia./ Isto é o que diz a crônica da época; o certo é que o tornamos a perder de vista. Consta-nos que, durante este tempo, ou antes ou depois, ele andou como despenseiro a bordo de um vapor africanista, onde aprendeu a bem decantada, mas mal cantada, ária de negro, com a qual costumava sempre finalizar seus soporíficos espetáculos, e se, *viter recordo*, dizia a dita ária:/ Quando eu vem de mia tera/ Iera um grade capiton;/ Chega no tera di branco/ Pega negro que é ladron./ Branco disse negro fruta,/ Negro fruta co rezão/ Pro que o branco também fruta/ Co zunha de gavião./ E outras asneiras do mesmo calibre com que costuma massar o *respeitável público*. Mais tarde surge ele na província do Rio Grande com

uma casa de chapeleiro, e *casa* com uma moça bem parecida, que pouco tempo depois deixou em companhia de seu filho Telêmaco e de *um mentor*. Acossado por um temporal aportou a Buenos Aires, onde, em razão de seu lamentável estado de finanças, e vendo que não podia viver unicamente de *engolir espadas*, improvisou uma fábrica de velas de sebo, da qual ia tirando um melhor resultado, mas os Numes se tinham conspirado contra o malfadado Ulisses. O infeliz deparou com um livro intitulado *Aventures de Telemaque*, e assim que leu na primeira página ‘*Calipso ne pouvait se consoler du depart d’Ulysses, dans sa douleur elle se trouvait malheureuse d’être immortelle*’ fecha o livro, deixa as *velas* e parte a remos para a decantada ilha de Calipso; chega, salta em terra, e entra arrebatado na gruta da deusa, lança-se a seus pés e exclama: – Pavorosa ilusão da eternidade!!! aprontai-vos e segui-me, vamos ao Rio de Janeiro fingir sessões de magnetismo, e não te hás de mais arrepender de ser *immortelle*. Para não seres conhecida veste um dominó preto e um capuz, e se podes entorta os olhos (que lá te farão as operações) porque é o melhor modo de te livrares de ler com o *epigastro* as massadas que por lá te escrevem, Dito isto,/ Apartaram-se da terra/ Abrindo a vela aos tufões/ E o resto à sorte” (CM, Pacotilha n.º. 77, 25/07/1852, p. 2).⁴⁷¹

Nas MSM, o vadio Leonardo esteve na linha do brasileiro “nem um pouco ilustre” – numa glosa da “Biografia dos Brasileiros Ilustres” publicada em série pela *Revista do IHGB* – que jamais tivera intenção de exercer qualquer ofício, e que, graças à ignorância de todas as demais personagens, conseguia proteções e favores somente toleráveis num contexto despótico e falta de ilustração. Um bom exemplo dessas proteções é a intervenção de Maria Regalada junto ao major Vidigal, que, por seu turno, só aquiesce por luxúria, não se devendo olvidar que luxúria também era marca de despotismo. Pode também significar a constância de uma prática estilizada pelo texto – uma vez que, aqui como em outros lugares, au-

⁴⁷¹ Esse episódio foi também rapidamente mencionado e comentado por Cecília de Lara (“Memórias...”, *op. cit.*, p. 75). Ulisses também apresenta características de outro dos personagens das MSM, o cantor Teotônio — que Antonio Candido, na “Dialética da Malandragem”, chama de “Teotoninho Sabiá”, numa provável confusão com o personagem homônimo constante do romance *Angústia*, de Graciliano Ramos.

toridades policiais talvez relevassem a lei mediante a concessão de favores sexuais-, e, concomitantemente, a constituição de um abuso cômico proposto como crítica “circular”, pois efeito e motivo do atraso nacional e da falta de luzes. O texto deixa claro o empenho de sua intenção crítica:

“Já naquele tempo [e dizem que é defeito do nosso] o empenho, o compadresco, eram uma mola real de todo o movimento social” (MSM, Pacotilha nº. 126, 19/06/1853; capítulo “Empenhos”; os colchetes estão assim mesmo no jornal, indicando, talvez, um acréscimo de última hora, ou, quem sabe, a pobreza das caixas de linotipo).

O caráter malandro postulado por alguns críticos faz jus a mais algumas considerações: sob o viés cômico, teceram-se escritos que encenavam a ação de “capadócius”, denominação mais ou menos análoga, na época, a “malandro”. Um desses escritos é a “Carta de um Capadócio a Outro Seu Amigo”, publicada num livro de 1857. Convém, como procedimento padrão aqui adotado, transcrevê-la na íntegra:

“Amigo Chico Bunda./ Lapa do Desterro, 15 de março de 1855./ Primeiro que tudo desejo saber como vais tu e a tua *mágoa*, da *recebação*, depois daquela *esbórnia* em que estivemos, há três dias, no *mambembe* da Chica Vinagre, onde *pintamos o Padre*, e desfrutamos aquele *panqueca*, que foi na companhia da Rosinha Perereca e da Joana Pinada, que todos fizeram no *bago*, e por isso te passaram aquela *lavage* que te pôs a tinir, *de maneiras que* até eu entrei na *contradança*; e se não fosse a *pécure* do Zé da Venda junto com o *Azeiteiro* e o *Coió* da Rosinha Perereca que chegaram na ocasião, meteram-se no meio da *feira*, eu *escangalhava a Medusa*. Mas, passado, passado: vamos adiante./ Escrevo-te somente para te fazer sabedor do que me aconteceu, depois da nossa *pândega*; ora, lá vai./ Ontem à noite, indo eu pelo Beco dos Cachorros, o beco estava um pouco escuro, porque aí o *gás virou lamparina*, sem ver um *cujo* que vinha com *dois dedos de gramática*, dou-lhe tão forte *embarroadela* que o atiro para o meio da rua; mas, o *bicho tomando tenência*, *sem tirte nem guarte*, vem direito para mim como um raio de *Júpiter*, e *abotoando-me*, quer dar-me a *cheirar a torre dos piolhos*, mas eu que *não tomo nada*, *encosto-lhe o joelho*, e *estranhando o corpo*, soltei *tamanha mão de beijo no tal vagante*, que lhe tirei *melado da freguesia dos queixos*: o *gajo reminica* e quer *grudar-me* outra vez; e já passava a encos-

tar-me um *bilhete de cinco*, quando eu neste *safa-rascada* dou-lhe tão grande *peteleco*, acompanhado logo de uma *testa*, que o *cujo* foi à terra, batendo com a *verônica* no chão!... Quando o *bicho* se levantou... *eh! meu pai*... vi então que lhe tinha quebrado a *chocolateira*! Ele ainda não *escrementado* com a *refestelação*, corre a mim, mas eu nessa ocasião faço uma *negaça* e *passo-lhe as primas*; e agarrando-lhe na pele da barriga com a mão esquerda, com a direita afinco no *mano* tamanho *casculo*, que o virei: ele caiu segunda vez batendo com a *cuia* em terra!... Caído que foi o *mosca*, esperei que se levantasse: mas quem disse?!... deitado mesmo resmungou esta história: — ‘Ó meu caro, *vosmincê* cuida que minha *lata é marimba que preto toca?*...’ — Que marimba, nem meio marimba, lhe digo eu, levante-se e faça *ablativo de viagem*, que eu não dou em *defuntos*!... Palavras não eram ditas, quando o *cujo* levantou-se, e sem dizer mais nada, *bate a linda*!... Nota que eu ia no *loste* e como me tivesse caído o *penante*, fui apanhá-lo para me *arretirar*, quando me vi cercado por três *pé-leves* mais porcos que a Narcisa Galinha, que vinham *filar* cá o *meco*!... Ah!, Chico, tu não fazes idéia do que houve então!... Que *banzé, meu filho*!... *girei a bola*!... foi *cabeça* num, *chulipa* noutro, *beizolada* dali, *rasteira* dacolá, que pu-los *tontos*! e eu só rosnava — *não tem nada, agüentem-se no balanço*!... Digo-te, Chico, que *pintei a manta*: os *cujos* não *viram bóia*! tu bem sabes como é cá o rapaz!... De *maneiras que passei a bossa no ferro dum*, que *escafedeu-se* logo, restando os dois, que ainda quiseram *respingar*; mas assim que *sangrei* um deles, também puseram-se na *pira*. Lá mais adiante apitaram, e *sordiu* então um *Impostor* de Quarteirão, já meio *caneado*, mas quando chegou ao lugar não me *pôs os lusios*, porque eu já me tinha *raspado*! Dei graças a S. Bento, por ter *dado às gambias* antes da chegada do tal *Impostor*! Só o que sinto agora é ter perdido *meia-missa*, que com os pulos que dei, caíram-me da *algiba*. Mas *oras adeus*, tristezas não pagam dívidas, e hoje já estou pronto para outro *sarilho*, porque tu bem sabes que, cá comigo é *aquela certeza*./ Aqui está o que me aconteceu, e o *mais gastou-se*. Lembranças à prima, saúde e *coco*, e que tu não *morda a bicha*, é o que deseja o teu/ Amigo e patrício/ José Saracura.⁴⁷²

⁴⁷² In: *Lembranças de José Antônio*. São Paulo, Giordano/Loyola, 1991, pp. 153-155. Esse livro, dado à estampa em 1857, reúne textos originalmente publicados no jornal *Marmota Fluminense*, de Paula Brito, por certo José Antônio Frederico da Silva, cujas datas de nascimento e morte são desconhecidas. Informa Sacramento Blake que ele era “natural

A disposição dessa “carta” permite avançar algumas ilações: primeiro, a “estrutura do comportamento malandro” não se coaduna com o que se lê nas *MSM*, pois, pelo visto, a encenação da malandragem exigia maior ou menor constância de ações explicitamente violentas, as quais pouco aparecem nas *MSM*, limitando-se aos episódios onde atuam os personagens Chico Juca e Toma Largura, ambos caracterizados como “capadócius”. Segundo, a linguagem: é conspícua, nessa “Carta...”, a grande quantidade de gírias, algumas ainda hoje facilmente traduzíveis, destacadas em itálico no original a fim de deixar bem claro para os receptores que se tratava de uso *sui generis*, reproduzindo tudo aquilo que o malandro, ou melhor, o capadócio pronunciava e que o letrado, silencioso, registrava. Na representação dessa gente, as gírias seriam uma imposição de verossimilhança –ainda que a carta em si seja inverossímil–, e ameaçavam para o autor, de quebra, a impressão de habilidade para produzir o baixo e, conseqüentemente, de domínio sobre esse sistema – porque, indiscutivelmente, o capadocismo também era um sistema. Observe-se, porém, que nas *MSM*, como é consabido, pouco comparecem gírias e termos que caracterizem a “vida capadócia”.

Tem-se então o seguinte: a primeira metade do século XIX não via a vadiagem e o “capadocismo” como sinônimos. Ambos seriam aspectos condenáveis e complementares da realidade social –a primeira conteria o segundo–, mas diferenciados: a vadiagem “pura” excluía a vontade de aplicar-se em atividades úteis à Nação, conduzindo, pelo contrário, a “picaretagens” nocivas e mantenedoras do atraso. De maneira contraditória, aliás, a vadiagem acabava redundando em alguma forma de “tra-

do Rio de Janeiro, serviu o cargo de primeiro oficial da Secretaria do Arsenal de Guerra da Corte e depois, de 1860 a 1870, o de secretário”. Inocêncio Francisco da Silva acrescenta que se tratava de “um poeta popular no Brasil”. Essa “Carta de um Capadócio...” foi provavelmente publicada na *Marmota Fluminense* em 1855 (contemporânea, portanto, da publicação em livro das *MSM*). O livro de José Antônio tem viés predominantemente cômico – com a intercalação de alguns trechos mais “sérios”, como é o caso das poesias dedicadas ao imperador Pedro II e a sua parentela. Os dados a respeito de José Antônio foram colhidos na reedição aqui utilizada.

balho”. Já o capodocismo era menos pretensioso, bastando-se a si mesmo: violência característica das classes mais baixas, não visava a outro fim que não fosse sua auto-reprodução. Mas ambos, absolutamente faltos de toda luz, eram também dois casos de polícia. E, por fatores que serão discutidos adiante, as MSM permaneceram numa espécie de limbo: para onde a vadiagem conduziria Leonardo filho?

Como arremate, e atendo-se à ordem em que os diferentes temas têm sido abordados neste trabalho, foi localizada, num jornal liberal de 1850, uma narrativa em que se misturam jocosamente os motivos da incompetência policial, da insinuação de amores indiscretos com a participação de ciganos, e a devida censura de gaiatos e capadócios. Tudo isso é apresentado de cambulhada, com o fito de melhor denegrir o objeto da crítica:

“CASO GALANTE/ A um gaiato, desses que gostam de examinar, esmerilhar, investigar e indagar tudo quanto por este mundo de nosso Sr. Jesus Cristo se passa lhe não escapou e maravilhou-se dos Subdelegados de Polícia estarem rodeados de *Ciganos*, e acrescentou, se fosse isso somente na Freguesia de São José não havia razão para admirar, mas em todas!/ Interrompeu um capadócio, que não deixa escapar camarão pela malha e que gosta de campar de curioso dizendo: -mas então por que não maravilharia se os *Ciganos* somente estivessem ao serviço do Subdelegado de São José? -Ora essa é boa!, tornou o tal gaiato - pois não sabe você que cada um procura os seus!... O capadócio soltou estrondosas risadas, e proferiu as seguintes palavras entrecortadas de riso: -bem entendo, bem entendo, você é um grande genealógico!!! Nós estávamos de parte, e sinceramente falando, ficamos em *jejum* ignorando toda essa charada!! Se o nosso Dr. Subdelegado de São José por si ou auxiliado por seu digno *compadre-escrivão* combinasse essa charada e nos desse sua explicação, além de muito lhe agradecermos, rezaríamos um Padre Nosso e uma Ave Maria todas as noites por alma dos descendentes maternos do Sr. Dr. J. M. d’ Almeida Rego!”⁴⁷³

f7) OS MISTÉRIOS DO RIO DE JANEIRO

⁴⁷³ O *Radical* (“periódico do Partido Liberal”). Rio de Janeiro, 08/11/1850, p. 4.

Como ficou demonstrado anteriormente, a Pacotilha nº. 74, de quatro de julho de 1852, anunciou, num pequeno exórdio ao segundo capítulo das MSM, que seu autor teria “plano formado para uns – MISTÉRIOS DO RIO DE JANEIRO, – obra em que se empenha conquanto não afiance a perfeição, e muito menos conclusão, razão porque preferiu dar-lhe tal título”.

Tal obra foi efetivamente publicada em formato de livro – só que vinte e dois anos depois, em 1874. Seria arriscado afirmar que guardasse qualquer relação direta com a promessa –ou ameaça– feita pela Pacotilha: naquele ano já não existiam nem o CM, que fechara as portas em 1868, nem a Pacotilha, suprimida bem antes, em 1854; saudoso de si mesmo, o velho Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto estava então posto em sossego, e em total cegueira, no conforto da paz doméstica, não sem antes ter colhido o polpudo fruto de seus anos; em 1861, MAA partira tão cedo desta vida, dizem que descontente, no naufrágio do vapor Hermes; Otaviano e Torres Homem eram já dois medalhões, e o último, muito adoentado, breve se recolheria ao eloqüente, posto que penoso, silêncio das inscrições tumulares e dos registros fúnebres.

De qualquer modo, é bastante plausível que se tenha mantido, a despeito do lapso temporal, uma configuração temática semelhante àquela esboçada pelo intertexto da Pacotilha. *Os Mistérios do Rio de Janeiro*, editados pela casa E. Dupont, com sede nas cidades de Bruxelas e do Rio de Janeiro, eram atribuídos ao criptônimo “Anitostrâtegus”. Não foi possível apurar a autoria⁴⁷⁴ e nem mesmo ler a obra em sua totalidade, uma vez que mãos ligeiras arrancaram uma parte do único exemplar (“volume I”) depositado na Biblioteca Nacional. Da forma como ora se apresenta, consta de uma “Introdução” –datada de “Bruxelas, 17 de março de 1874”– com doze páginas numeradas em algarismos romanos, e do texto propria-

⁴⁷⁴ A “Introdução” contém um desbragado agradecimento “à inexcelável perseverança, ilustração e talento do benemérito Brasileiro, o Ilmo. Sr. Dr. Alexandre José de Mello Moraes, natural da província das Alagoas, médico distinto e humanitário, autor de muitas obras científicas e literárias”. Mello Moraes, como já se viu, não era um elemento muito considerado nas rodas do CM.

mente dito, com quatro páginas numeradas em algarismos arábicos, que dão continuidade à numeração em romanos. Ambas estão precedidas do seguinte aviso “AO LEITOR”:

“A história misteriosa de uma grande cidade é assunto tão curioso que na Europa os mais distintos e abalizados escritores a escreveram com geral aplauso, e acolhimento dos **homens ilustrados** de todos os países civilizados./ Há anos que, sabendo se escrevia esta obra, com verdade e critério de acordo com o seu autor tencionamos publicá-la./ **Circunstâncias imprevistas nos obrigaram a renunciar a essa empresa.**/ Hoje, que seu autor à custa de fadigas e vigílias conseguiu juntar grande cópia de cabedal para ela, e decifrar um precioso manuscrito do século passado, apressamo-nos em dá-la à luz, convencidos de que será ela geralmente apreciada, por ser aquela em que nenhum historiador ainda arrancou das trevas do passado./ *O Editor.*” (n.n.)

Conforme o hábito, a publicação é insinuada como um cometimento ilustrado que, por afrontar interesses fortemente estabelecidos, tivera de ser postergado para ocasião mais propícia. Denunciando, na introdução, os jesuítas como criminosos, regicidas, perjuros, sensualões, simoníacos, ladrões, sacrílegos, imorais e outras amabilidades⁴⁷⁵, e depois fazendo uma curta descrição do Rio de Janeiro em meados do século XVIII, é obra de caráter acentuadamente histórico-político, e está exarada num tom sisudo, ao contrário das *MSM*, que são jocosas. No fragmento do único capítulo que se conservou, “Os Moedeiros Falsos”, referem-se hábitos que poderiam, hoje, ser rotulados de “populares”. Tal capítulo está dividido em três partes, e a terceira, por sua vez, contém três subtítulos: “O Fado ou o Samba⁴⁷⁶”, “Maria dos Prazeres” e “A Cigana”. Eis a transcrição de alguns

⁴⁷⁵ Aproximando-se, nisso, de uma das apropriações dos romances de Eugène Sue, sobretudo *O Judeu Errante*, lido no Brasil também como obra anti-jesuítica. Cf. Martins, Wilson, *op. cit.*, p. 339.

⁴⁷⁶ Como o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, informa que o primeiro registro da palavra “samba” é de 1890 (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p. 702), não custa aqui oferecer essa achega: a palavra, como se está vendo, começou a ser usada pelo menos a partir de 1874 — e como *sinônimo* de “fado”. Dadas as características do texto, é possível que pesquisas mais aprofundadas conduzam

trechos:

“O Fado ou o Samba/ Ao som de um adufo (pandeiro), uma viola e um prato, desfiavam tiranas, chulas, e cantigas de improviso, seguidas uma, duas e três noites, se três noites durasse um *samba*./ [...] Circulava o vinho nos cálices, de vez em quando, para molhar a palavra, como diziam, e o cognac da terra (a aguardente) refrescava, se não esquentava as bacantes e os histriões./ Aqui, era um olhar lânguido, ali um requebrado, desses que no dizer dessa época punha os moços em desordem e os velhos embasbacados; acolá era um muchocho, um dito picante, uma chalaça, um *mi deixe que eu sou de peixe*, um *mi largue que eu sou de carne*, um *não mi amarrote os babados*, um *oh! que frade danado*... e o samba chegava a seu auge, ao delírio enfim./ Padres e frades, escritvães e almotacés, sur-excitados pelas freqüentes libações, pelo olhar ardente de viva paixão das trigueirinhas belas, gentis, de colo macio e corpo delgado, que giram nas danças que fervem, exclamavam:/ – Ui, quebra, mulatinha gostosa./ *Óia a saia dela ondurá*,/ *Ondurá, ondurá, ondurá*./ [...] **Maria dos Prazeres**/ [...] Maria dos Prazeres era morena, dessa cor de jambo que cativa até os reis [...] Se a viras, meneando o corpo com flexível gesto, coleando o garbo, tudo olvidaras, julgando-a ideal de uma visão esmaltada de luz./ [...] Maria dos Prazeres já não era a recolhida ingênua dos claustros, nem a faceira filha da Bahia. A convivência com o padre torpe e corrupto converteu-a e perdeu-a. Era a Messalina do século XVIII./ [...] **A Cigana**/ Portugal tinha por costume mandar para o Brasil, para povoá-lo, a escória da sociedade. [...]/ Os primeiros ciganos que chegaram foram, por ordem do senado da câmara, ocupar o bairro da Palma, e a rua chamada Santo Antônio da Mouraria e suas imediações, porque o povo chamava a essa gente – ciganos, ou mouros./ Aumentando-se progressivamente a procriação da ciganada, foi-lhes designado o bairro de Santo Antônio além do Carmo, para residirem./ Michaela era oriunda dessa gente que, no século passado, vivia quase na ociosidade, como ainda hoje a maior parte deles vivem, uns como vagabundos, outros como ratoneiros e gatu-nos.”⁴⁷⁷

a datas mais recuadas ainda.

⁴⁷⁷ Para maior comodidade, e como o texto não deixa de ter lá o seu interesse, *Os Mistérios do Brasil* estão reproduzidos facsimilarmente nos anexos deste trabalho. (Houve, no

Os episódios são similares, embora noutra chave retórica e com maior virulência, aos narrados nas *MSM*: basta comparar com a festa oferecida por Leonardo Pataca quando do nascimento de seu filho; a concupiscência feminina; a exprobação do clero; a repulsa contra os ciganos; e, ainda, a crítica à colonização portuguesa. Não seria nenhum exagero levantar a hipótese de que *Os Mistérios do Rio de Janeiro* afirmam com estardalhaço aquilo que as *MSM*, programaticamente e muito de indústria, calam. Quanto à localização temporal da ação nos dois textos, ela será abordada adiante.

A comparação do tratamento dado aos temas arrolados neste capítulo permite aduzir, enfim, que um dos elementos em que consistiu — *a posteriori* — a literariedade das *MSM* foi esse: a condenação dos procedimentos produzidos como vis e ridículos era deixada ao leitor. Instalada nesse silêncio, tal literariedade permitiu, no século XX, leituras que, de certo modo, exploram o “reflexo inconsciente”, improvável naquela quadra, ao menos no Brasil, onde a linguagem ainda se praticava em sua dependência recíproca com o saber, como o diz Foucault para a linguagem do “período clássico”, numa trama que, segundo ele, “o século XIX [...] desfará e lhe ocorrerá deixar em face um da outra, um saber fechado sobre si mesmo e uma pura linguagem tornada, em seu ser e sua função enigmática — qualquer coisa a que se chama, desde essa época, *Literatura*”⁴⁷⁸. Na França, tal esquematização se refere a Baudelaire, Flaubert, Mallarmé e outros; para uma prática semelhante, porém, as letras brasilei-

começo do século XX, outro folhetim com o mesmo nome, escrito por Benjamin Costallat.) Compare-se com o seguinte enfardamento da Pacotilha: “Escreva, Sr. Antônio, ao sr. chefe de polícia e mande-lhe pedir em termos polidos mas enérgicos prontas providências a respeito do cortiço que existe no fundo da venda da rua do Hospício de Pedro II. Informe mais a S. Ex^a. de que os trabalhadores ilhéus que aí moram incomodam quase todas as noites até a madrugada a vizinhança com palavras obscenas e o sapatear de uma dança infernal e asselvajada” (CM, Pacotilha nº. 114, 10/03/1853; *apud* Lara, Cecília de. “Memórias...”, *op. cit.*, p. 71).

⁴⁷⁸ *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 105.

ras teriam de esperar (depois da marginalidade de Sousândrade) a argúcia da escritura de Machado de Assis na década de oitenta, que aliás conviveu, em relativa desvantagem, com a outra forma, até que, já entrado o século XX, algum modernismo viesse romper de vez os velhos liames e dar voz à escritura no sentido que lhe atribui Barthes.

Ademais, ler o silêncio das MSM como “neutralidade” ou “suspensão de juízo moral”, apesar de simpático, é tresler o texto – ou é (o que dá no mesmo) lê-lo anacronicamente, com valores que lhe são absolutamente extemporâneos. De qualquer modo, foi esse diferencial que lhe concedeu, objetivamente falando, todo o seu mérito, e que lhe confere, hoje, esse valor tão irradiante; numa palavra, que o “salva”. Porque, lamentavelmente, muitos textos seus contemporâneos não se “salvam” nem mesmo se treslidos por um exército de hermeneutas imbuídos da mais humanista das intenções.

16) CONSTITUIÇÃO DE LEITORES E AUTORES

Considerando-se a leitura oblíqua que os jornais supõem, em virtude de sua própria disposição gráfica, não é difícil imaginar os receptores efetuando o entrecruzamento dos textos e temas antes rastreados e estabelecendo-lhes um nexos — conforme seus interesses, possibilidades e prazer. As referências diretas da Pacotilha às *MSM* ou a seu modo de produção, entretanto, são bastante exíguas: além das anteriormente mencionadas, há outras cinco, todas posteriores ao início do processo eleitoral em outubro de 1852.⁴⁷⁹ Em três delas, procura-se caracterizar a seção como aventuras narradas –ou vividas– por um namorador gamenho:

“Quinta-feira houve baile do Cassino que esteve, como sempre, ótimo. Um dos sócios da firma Carijó se encarregou de fazer uma graciosa, poética e perfumada descrição para as freguesas dessas horas turbulentas e risonhas que se passam em um salão ao clarão dos lustres: é de esperar que não lhe aconteça como ao Sargento que sendo nessa noite apresentado a uma formosa e aristocrática dama, perdeu a musa, e até hoje, pelo que parece, não a pôde encontrar, pois nem uma linha nos mandou a respeito dos amores do meirinho Leonardo” (*CM*, Pacotilha nº. 95, 28/11/1852, p. 1, 1ª. coluna).

“Nossa futrica está uma verdadeira ferraria da maldição, onde quando há ferro falta o carvão. O nosso Sargento foi preguiçoso a semana passada, roeu-me a corda deixando de escrever um capítulo de suas interessantes Memórias; então faltou-me matéria, agora que remeteu dous falta-me espaço. Esta desculpa que dou, não aos fregueses, e sim às freguesas que têm apresentado queixas, servir-me-á de justificativa, principalmente para com a do Catete, que tanto interesse toma em tal publicação. O Sargento pede também desculpa, esperando ser-lhe concedida” (*CM*, Pacotilha nº. 96, 05/12/1852, p. 1, 3ª. coluna).

“O sargento falhou desta vez; anda por aí ocupado vendo se faz o seu pé-

⁴⁷⁹ Deve-se levar em conta que a coleção da Biblioteca Nacional encontra-se desfalcada e, em alguns casos, bastante danificada. Existe, no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, uma outra coleção do *CM*, à qual, entretanto, foi impossível ter acesso, dado seu estado de virtual decomposição.

de-alferes; para a semana aparecerá, pois já disse que está com pressa de acabar as suas memórias” (CM, Pacotilha nº. 127, 03/07/1853, p. 1, 3ª. coluna).

Em duas outras menções, lamenta-se a falta de espaço:

“Basta por hoje, e como o patrão está aflito por falta de espaço não mande para compor os dous capítulos das *Memórias de um Sargento*, e as outras cousas que aí estão” (CM, Pacotilha nº. 96, 05/12/1852, p. 1, 4ª. coluna).

“Carijó, meu amiguinho,/ Em a Pacotilha vossa/ Quero que, quando ser possa,/ Encerreis este fardinho:/ Talvez pareça extensinho/ E que, por seu comprimento,/ Transtorne o enfardamento;/ Mas a essa tal objeção/ Respondo com a citação/ Das *Memórias do Sargento*:// Para como elas/ Ser d[e]strip[a]do/ Ou por inteiro/ Empacotado” (CM, Pacotilha nº. 100, 02/01/1853, p. 1, 2ª. coluna; introdução da poesia “O Testamento de um Presidente Proscrito”, pelo “Poeta dos Farelos”).

A última referência localizada exige maiores tratos à bola. Sua redação radicaliza certa tendência das crônicas do XIX, que encadeavam os assuntos a fim de provocar uma espécie de sensação da totalidade: o entrelaçamento de assuntos díspares inculcaria no leitor sua “organicidade” essencial. E foi assim: depois de mencionar uma “boa papazana” oferecida por José Clemente Pereira, português saquarema muito criticado pelos luzias, o Carijó lamenta que, por não ter sido convidada para a comezaina, a “futríca pacotilheira” fora obrigada a gastar seu dinheiro no “hotel de Mme. Elisa”, onde se discute o hospital de alienados recentemente inaugurado na Corte:

“Antes que começássemos a jantar com a tal rapaziada da futríca, que até teve jeito para escolher o hotel, e vai-se desenvolvendo bastante, travou-se discussão renhida acerca do novo hospital: — Tem defeitos de arquitetura, diziam uns. — É grande demais, respondia outro. — Pelo contrário é pequeno, faltam-lhe cômodos, atenta a aplicação que vai ter, replicava outro. Um velho da velha monarquia do Reino Unido exclamou intrometendo-se na questão: — E as honras vendidas a preço fixo como as fazendas do Sr. Feraudy? — Declamação e mais declamação; percam esse cos-

tume, atalhou o Sr. Evaristo, eu acho ótimo o novo hospital, e basta considerar que os loucos, esses entes desgraçados, passarão do inferno para o céu, inferno era o velho hospital, e céu o novo; contra fatos não há argumentos. – **Olá, meu amigo, responderam todos, não fale em tom de mestre; veja que isto não são capítulos das *Memórias de um sargento*. O Sr. Evaristo enfiou, ou fosse porque era asperamente contrariado, ou porque na publicidade de um hotel descobriam o incógnito que tão cautelosamente tem sabido conservar.** O Sr. Frei Bonifácio cortou a questão por esta maneira: – Apelemos para o patrão, e o que ele disser seja por todos respeitado” (CM, Pacotilha nº. 97, 14/12/1852, p. 1, coluna 1; *n.n.*).

Foi impossível esclarecer quem seria o “Sr. Evaristo”, pois na documentação consultada a respeito do jornal não consta qualquer funcionário ou colaborador com esse nome. À primeira vista, poderia ser um despiste, a fim de manter oculta a identidade do autor. Poder-se-ia apressadamente imaginar que, em função de um problema qualquer, estava-se tentando ocultar a autoria ao público.

Mas a autoria já estava oculta, o que torna tal explicação –e o anedotário que ela implica– insuficiente, ademais de irrelevante e superficial, sendo mais conseqüente buscá-la nas práticas e na usinagem mental que articulavam os textos na Pacotilha e no CM; isso, por sua vez, necessariamente requereria uma teoria dessa produção e de suas condições de possibilidade, o que extrapola o âmbito deste trabalho.

Pode-se, contudo, arriscar o seguinte: os textos da Pacotilha movem-se invariavelmente no campo mítico do nunca-dito que os corroeria por baixo, negando-os e repropendo-os a quem soubesse interpretá-los, pois, conforme a encenação que faziam de si mesmos, por sob as palavras está a Palavra cuja potência crítica e força criadora a transformam no indizível (e é precisamente essa analogia que Machado de Assis explora até as raias do paroxismo num dos personagens do conto “O Alienista”, o louco-licenciado Garcia, “que não dizia nada, porque imaginava que no dia em que chegasse a proferir uma só palavra, todas as estrelas se despehariam do céu e abrasariam a terra; tal era a força que recebera de

Deus”⁴⁸⁰). É uma escrita que insinua, programaticamente, estar sempre dizendo muito mais do que de fato diz: são os ensaios da profundidade almejada.⁴⁸¹ Encena-se, constantemente, estar ocultando a expressão de um pensamento importante e perigoso, que as blagues só fazem reforçar:

“Não maliciem os fregueses, nem se esforcem para descobrir aplicação à atualidade: nenhum fim tivemos senão deleitar os meninos inocentes” (CM, Pacotilha n.º. 81, 22/08/1852).

É como se todas as suas palavras se constituíssem em “tropos de alteração de limite”⁴⁸², para usar a terminologia de Lausberg. Já no decênio de trinta, Evaristo da Veiga fizera uma descrição hiperbólica e virulenta desse estilo –que também era o dele– ao exprobar dois pasquineiros seus adversários:

“[...] afeta finura, profundidade e estilo misterioso, procura com desvelo analogias recônditas e falsas e quer parecer filósofo à maneira dos cínicos mais depravados [...] tem fumos de literato, pilha Filinto Elísio e mais alguns quinhentistas para ter o ar de purista em linguagem e é sempre declamador e pedante.”⁴⁸³

É desse modo que os textos dessa contrafação que é a Pacotilha –e não só dela– procuram construir-se: quaisquer palavras, quaisquer referências, quaisquer tolices, enfim, sempre contêm e expressam muito mais do que aquilo que se lê em sua superfície. Com uma auto-complacência nem um pouco surpreendente já naquela época, MAA escreveu um artigo que dá excelente pista para o que se vem aqui explanando:

“Em muitos casos o jornalista consciencioso [*sic*] realiza o predicado que o anexam vulgar atribui à Providência: *escrever direito por linhas tortas*. Na minha obscura e pouco longa vida de jornalista tive muitas vezes lison-

⁴⁸⁰ In: *Obra Completa*, cit., v. II, p. 257.

⁴⁸¹ Cf. Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 105.

⁴⁸² Cf. Lausberg, Heinrich. *Elementos...*, cit., pp. 244-247.

⁴⁸³ *Jornal Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro. *Apud* Vianna, Hélio. *Contribuição...*, cit., p. 205. Vianna não informa de qual edição da *Aurora* foi extraída a citação.

jeiros triunfos nesse gênero.”⁴⁸⁴

O universo textual construído nesses textos quer-se pleno de alusões e saturado de sentido — tão saturado e tão pleno que pode dar-se ao luxo do desleixo e do cabotinismo, ainda hoje perfeitamente distingüíveis e por certo suas características mais consistentes.⁴⁸⁵

Nesse sentido, tanto o “Sr. Evaristo” quanto o “Sr. Antônio” e o “Sr. Gregório” entificam-se como portadores dessa carga ritual do nunca-dito, que neles se atualiza como a máscara do nunca-visto. Trata-se de parte do processo que, paralelamente à constituição do receptor, constitui também o autor, um “mestre”, como esse nunca-visto, a fim de que para todo o sempre se deseje vê-lo. Levada ao extremo, tal valorização encontra uma boa síntese nas palavras de Karl von Hardenberg a respeito da morte de Novalis, seu irmão: “Compreendo bem agora que ele precisava morrer; nós ainda não estávamos maduros para as descomunais revelações que, através dele, teriam vindo a nós”.⁴⁸⁶ Mas os românticos só carregaram tal presunção porque, naturalmente, não puderam ler a fala do becketiano Malone, segundo a qual “não há mais nada a dizer, embora nada tenha sido dito”. Antídoto perfeito e definitivo a presunção tamanha, como se vê.

Sopesando-se as reduzidas proporções do público leitor⁴⁸⁷, seria

⁴⁸⁴ M. A. D’ALMEIDA. “A Independência dos Jornais”, artigo escrito para o jornal *O Paraíba*. Petrópolis, 12/12/1858. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 92.

⁴⁸⁵ Para tanto, basta conferir a produção jornalística da época, que afeta grande erudição, profundidade etc., mas que, mesmo para os padrões do tempo, apresenta redação precária, para dizer o mínimo. Sirvam para confirmar o fato as numerosas transcrições que se vêm fazendo neste trabalho.

⁴⁸⁶ *Apud* Torres Filho, Rubens Rodrigues (org. e trad.). *Novalis (Fragmentos, Diálogos, Monólogos)*. São Paulo, Iluminuras, 1988, p. 13.

⁴⁸⁷ Entre os grupos aos quais as *MSM* podiam também estar dirigidas — num esboço de constituição de público em acepção menos restrita, espécie de “pré” ao que se chama de literatura de massa — estavam os caixeiros, tipógrafos e demais categorias alfabetizadas, como os filiados à “Sociedade Auxiliadora das Artes e Ofícios”, cujos estatutos, aprovados em 1836, indicam alguma organização profissional. No caso dos caixeiros, aliás, é interessante observar que muita literatura da época encenava ostensivamente sua proteção e/ou moralização. A Pacotilha contém enfiamentos curiosos: “Vá a uma padaria do Livramento indagar como são tratados os caixeiros, e se até levam pancada dos amos: o

que porém quero saber com certeza é se depois são despedidos sem serem pagos, completamente caloteados” e “Ao C. da rua do Cano, que não é bonito o amo andar a jogar os socos com seus caixeiros **quando estes têm toda a razão**” (CM, Pacotilha nº. 76, 18/07/1852; *apud* Lara, Cecília de. “Memórias...”, cit., pp. 67-68; *n.n.*; se não tivessem razão, podia...). O número de peças teatrais da época que leva a expressão “caixeiro” é significativo: *O Caixeiro Atropelado* (1852), *O Caixeiro da Casa de Pasto* (1851), *O Caixeiro e o Convênio* (1855), *O Caixeiro ou as Más Companhias* (1860), *Os Caixeiros de Cobranças* (1852), *O Negociante ou o Caixeiro Ladrão* (1852), *O Caixeiro da Taverna* (1845), esta última de Martins Pena. Nesse sentido, é possível que, como metáfora, “meirinho” quisesse significar “caixeiro”: lembre-se que, nesse tipo de atividade, a mão-de-obra era quase que exclusivamente lusitana, o que aliás gerou protestos, como está fartamente registrado nos textos da época. Cf., a respeito da importância econômico-cultural dos caixeiros naquele período e sobre outras categorias sócio-profissionais: Martinho, Lenira Menezes. *Organização do Trabalho e Relações Sociais no Interior das Firms Comerciais do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 1977 (Dissertação de Mestrado). Os tipógrafos parece que também eram dados à leitura: em 1858, quando entraram em greve no Rio de Janeiro, fundaram um periódico, o *Jornal dos Tipógrafos*, que rodou sessenta números. Literatura de massa não poderia existir no Brasil de então, até porque não existia “massa leitora”; sabe-se que os editores utilizavam-se de inúmeras artimanhas, junto a políticos ou capitalistas, para ampliar o número de assinantes — sendo que esse aumento jamais indicaria, com segurança, “conquista” de leitores, como se diz hoje (leiam-se com atenção os documentos que se vêm transcrevendo ao longo deste trabalho). Ademais, os números de venda, acanhadíssimos, não autorizam muita especulação a respeito da leitura “massiva”. Isso não impedia, contudo, que um determinado autor pensasse em ganhar algumas boas patacas com sua produção, muito embora os eventuais lucros nem de longe se pudessem comparar com os auferidos, *v.g.*, pelos escritores franceses. Em 1913, Salvador de Mendonça contou que, em 1861, aos vinte anos, ele escrevera “um opúsculo com os exageros próprios da ocasião”. Um funcionário do CM, o “velho César”, ter-lhe-ia dito: “mande imprimir em folhetos que eu lhe venderei isto como canela, aqui no balcão”. O autor prossegue triunfalmente afirmando que se venderam do tal opúsculo 2700 exemplares, que lhe teriam rendido perto de um conto de réis. Mas esses números — tanto os de venda quanto os de lucro — devem ser exagerados (cf. Mendonça, Salvador de. “Cousas do Meu Tempo”, *in*: *Revista do Livro* nº. 20, Rio de Janeiro, INL, dezembro de 1960, p. 111). Para os ganhos de escritores e editores franceses, cf. Chartier, Roger e Martin, Henri-Jean (org.). *Histoire de l'Édition Française. Du Romantisme à la Belle Époque*. Paris, Fayard/ Cercle de la Librairie, 1990, esp. Charle, Christophe, “Le Champ de la Production Littéraire” (pp. 137-175); Lyons, Martyn, “Les Best-Sellers” (pp. 409-448) e Thiesse, Anne-Marie, “Le Roman Populaire” (pp. 509-525). No Brasil, em treze de novembro de 1834, R. Oguier apresentou a uma tipografia um “project tendant a ajouter a L'Aurore le titre de politique et Commerciale, la faisant paraître tous les jours sur Grand Format conforme au Journal du Commerce”. O jornal, de acordo com a explanação de Oguier no texto “Developpement et Moyens d'Execution”, iria melhorar muito e ganhar excelentes perspectivas, pois, pelo plano, seus assinantes

justo conjecturar o seguinte: o fato de o texto das *MSM* estar sem assinatura não implicava obrigatoriamente que sua autoria fosse de todos desconhecida; atribuindo-se o texto a um mítico Sr. Evaristo, encenava-se implicitamente a figura do autor como alguém cuja mente hiper-original, super-profunda e ultra-irônica o forçava a esquivar-se do [re]conhecimento público, deixando ainda supor problemas terríveis, modéstia, censura interna ou externa, fuga ao assédio das mulheres, dos credores ou das autoridades, etc. Além disso, o nome “Evaristo” estava também saturado de sentido, fazendo rememorar a figura de Evaristo da Veiga, outra entificação de “herói da Independência” e já então nome de rua no Rio de Janeiro (lembre-se que, no diálogo, intervém “frei Bonifácio”, outra entificação sobre a qual não pairavam dúvidas). Simultaneamente, o leitor é constituído como alguém capaz de racionalizar essa operação e reduzi-la a suas devidas proporções, sem no entanto deixar de prestar-lhe reverência. [A censura, aliás, era –e talvez ainda seja– elemento de valorização: escritores ou jornalistas censurados equivaleriam a “guerreiros cobertos por cicatrizes”, na didática comparação de Friederich Engels. Em 1839, numa carta dirigida a F. Graeber, o filósofo alemão foi explícito:

“Esses ataques do censor são sempre desagradáveis, mas também honrosos; o autor que chega aos trinta anos –ou que escreve três livros– sem cortes do censor não vale nada.”⁴⁸⁸]

Arquitetar um universo textual presuntivamente repleto de ironia: eis uma das metas desses escritos, que até na denominação afetam ser

passariam de seiscentos para mil: “L’on doit compter comme chose presque certaine, que la nouveauté de cette Feuille, l’interêt des Actionnaires doivent procurer dans un court délai [...] au moins 400 abonnés nouveaux au prix de 1000 réis por mois produiront 400\$000” (IHGB, lata 347, doc. 29). Lembre-se que a *Aurora Fluminense*, pertencente a Evaristo da Veiga em sociedade com R. Oguier, era talvez o jornal de maior prestígio na Corte do Rio de Janeiro. E contava, não obstante, seiscentos assinantes.

⁴⁸⁸ *Apud* Kunczik, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 1997, p. 25. Sobre a censura como elemento intrínseco de valorização de textos, cf. também Darnton, Robert & Roche, Daniel (org.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo, Edusp, 1996.

aquilo que todo mundo sabe que não são: “o Carijó”, por exemplo, se diz simplório como um caboclo, ao mesmo tempo que seus textos ambiciosamente produzem efeitos infinitamente intensos de humor, ironia, senso crítico, fineza, inteligência, etc.; na mesma linha andaram nomes como “Caramuru”, “Capadócio”, “Çapateiro Político” e outros, todos títulos de jornais do decênio de trinta. A busca desse efeito se evidencia, *v.g.*, num jornal chamado *O Evaristo*, que malhava Evaristo da Veiga com violência.⁴⁸⁹ Ao leitor caberia identificar essa ironia tão desconcertante. Em outra linha e outro lugar, um escritor afirmava algo que era igualmente válido para estas plagas:

“[...] o órgão de imprensa que simplesmente se ajusta às opiniões comuns (por mais bem fundadas que possam essas opiniões ser) adquire para si o descrédito da população. A massa popular olha como profundo apenas quem lhe sugere *contradições agudas* das idéias generalizadas.”⁴⁹⁰

⁴⁸⁹ Cf. Vianna, Hélio, *Contribuição...*, cit. Quanto à grafia “çapateiro”, ela finge evidenciar que o pasquineiro é ignorante, e a distinção que ele daí extrai é justamente esta: o leitor o constitui como letrado de mérito, apesar dessa afetação de ignorância. Destaque-se, como ilustração, que numa das mais antigas caricaturas feitas no Brasil –atribuída a Rafael Mendes de Carvalho e publicada pela Litografia de Briggs em 1840– figura-se um “sapateiro eleitor” com a seguinte legenda: “um pobre sapateiro a trabalhar na sua tripeça e um diplomata a lhe apresentar sua chapa; porém o velho sapateiro firme na sua opinião lhe mostra várias estampas que se acham na parede, como uma escada formada do povo, e um candidato a subir por ela à cadeira do poder, outra um sujeito já no topo da escada a dar um pontapé no que lhe ajudou a subir, etc.” (*apud* Lima, Herman, *op. cit.*, vol. 1, pp. 88-89). Em 11 de maio de 1837, no artigo “O Que Falta ao Brasil”, o jornal *O Carapuceiro* garantia que “já não há sapateiro, já não há barbeiro, etc., que não fale na soberania do povo e que não distinga os direitos civis dos direitos políticos”. Trata-se aí de um escarmento ao que o mesmo jornal constituía como excesso de politização e de palavreado oco.

⁴⁹⁰ Poe, Edgar Allan. “O Mistério de Maria Roget”. In: *Poesia e Prosa. Obras Escolhidas*. Porto Alegre, Globo, 1960, p. 290. Conto anterior a 1840. Para uma análise dos procedimentos ficcionais de Poe levando-se em conta seu suporte material primeiro, a imprensa, cf. Ribeiro, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX. Edgar Allan Poe e a Narrativa de Arthur Gordon Pym*. São Paulo, Edunesp, 1996. O mesmo autor tentou, num breve artigo, aplicar os mesmos princípios às *MSM*: “Indústria Cultural e Gênese Ficcional em *MSM*”. In: *Gênese e Memória*. IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito

Mas entre a constituição do leitor pretendida no texto e o[s] leitor[es] empírico[s] há um abismo, naturalmente. Sabe-se, com Michel de Certeau, que a leitura não é apenas consumo, mas também produção: o leitor se apropria dos sentidos sugeridos pelo texto e os redimensiona na medida de seu engenho e arte.⁴⁹¹ Dado, todavia, que os leitores contemporâneos das *MSM* não deixaram qualquer rastro — e que as *MSM*, parodiando Blanchot, nunca mais lhes falarão —, seria forçoso tentar resgatar-lhes a prática a partir das pistas que o texto e seu contexto deixaram.

Como já se afirmou anteriormente, não há números efetivos sobre a circulação do jornal; Francisco Otaviano, na citada carta de 1856, afirmou, triunfalista, que “o *Mercantil* de hoje não é o da ‘Pacotilha’: tem 5.600 assinantes no Império e um crédito que nunca teve folha diária”. Esse número, 5.600, é considerado um grande avanço em relação à quantidade de assinantes do tempo da *Pacotilha*.⁴⁹² Quantos seriam? Mesmo que se suponha a metade, 2.800, esse número não seria conclusivo porque, primeiro, várias pessoas liam um mesmo exemplar, e, segundo, sobrevivia ainda o hábito da leitura em voz alta, para um ou mais ouvintes.⁴⁹³

e de Edições. São Paulo, Annablume/Associação dos Pesquisadores de Manuscrito Literário, 1994, pp. 321-327. Tais princípios foram pormenorizadamente trabalhados em sua tese de Doutorado: *Imprensa e Ficção no Brasil: Manuel Antônio de Almeida*, cit.

⁴⁹¹ Cf. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994, esp. pp. 259-273.

⁴⁹² Mesmo esses números citados por Otaviano devem ser tomados *cum grano salis*: nessa carta, escrita ao embaixador do Brasil em Londres, ele reclama de dificuldades com liberação de verbas, e a afirmação bem pode ser mera demonstração de força. A relação do *CM* com o governo, mesmo depois do arranjo de 1853, não era isenta de conflitos, como o demonstra outra carta do mesmo Otaviano, endereçada em 27/12/1854 a Nabuco de Araújo. Depois de afirmar que determinada matéria encomendada pelo governo prejudicaria os interesses do jornal, ele emendou: “Além disso, sabe v. Snria. quantos assinantes nos tem dado o comércio? Quase metade ou mais do que possuímos./ Sabe quantos o [Barão de] Mauá nos tem dado? Aos centos, enquanto que os nossos amigos do ministério nos atiram aos cardos. Hei de ir agora, além de fazer uma figura triste admitindo o pró e o contra na redação, perder auxílio do comércio em fim de ano? Decida, em sua justiça e bom conselho” (IHGB/R), lata 365, pasta 45). É fácil deduzir o que ele está insinuando.

⁴⁹³ Alguns jornais da época criticam o hábito, muito comum, de tomar o exemplares emprestados, como na *Pacotilha* n.º. 76, de abril de 1852: “Ao Rvmo. cônego Nolasco, que

Essas referências são as únicas ruínas disponíveis dessa prática evanescente: “a penetração nos processos internos pelos quais os leitores entendiam os sinais tipográficos é uma tarefa que parece freqüentemente situar-se fora do alcance da investigação histórica.”⁴⁹⁴ Não se sabe, pois, qual a reação dos leitores ao tomarem contato com os textos. Contestavam a ordem social? Cantavam a Marselhesa? Juravam fidelidade ao imperador? Passavam a odiar o despotismo? Surravam os “pés-de-chumbo”? Pensavam em arranjar um[a] namorada[o]? Acreditavam, como João Romão, estar aumentando sua cultura? Ambicionavam escrever algo semelhante? Gargalhavam tanto que tinham de se dirigir à casinha? Gozavam discretamente o prazer do texto? Ou teriam todas essas reações, e mais muitas outras, conforme a situação e o local da leitura? Na Biblioteca Nacional, o único exemplar da 1ª. edição em livro das *MSM*, de 1854-55, está encadernado com uma crônica denominada “Namoradores de Esquina”, de “Carlos de Villar”. Tal encadernação, contudo, foi executada em período tardio, pois, embora não fosse possível identificar o jornal onde foi publicada, sua data é catorze de março de 1917, o que torna bastante problemático seu uso como indício de leitura rigorosamente contemporânea. De qualquer forma, essa crônica discorre a respeito dos namoradores de rua do século XIX, sobre os quais já não se saberia nada. Quem a teria

quem muito fala muito erra, que é bom que não continue a blasfemar tanto contra a Pacotilha e que quando quiser ler a mesma mande comprá-la e não incomode tanto a alguém” (*apud* Lara, Cecília de. “Memórias...”, cit., p. 74). Quanto à leitura em voz alta, é bem provável que ela tenha existido até um período tardio, por hábito, prazer ou analfabetismo dos ouvintes. Em seu famoso texto “Como e Porque Sou Romancista”, José de Alencar afirma que lia romances para seus familiares. Cf. o texto *in* *Obra Completa*, cit., v. I, pp. 125-155, esp. pp. 132-133. Cf. também Meyer, Marlyse, “Voláteis...”, cit.

⁴⁹⁴ “Entrevista com Robert Darnton”. *In*: *Acervo* (Revista do Arquivo Nacional). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, jan.-dez./1995, v. 6, nº. 1-2, p. 16. Na mesma revista, seria interessante ler o artigo “Leitores do Rio de Janeiro: Bibliotecas como Jardins das Delícias” (pp. 83-104), de Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, onde as suposições a respeito da prática de leitura se fazem a partir dos títulos e da disposição das obras nas estantes; a autora não referiu qualquer registro positivo de como as leituras eram efetuadas.

enxertado no livro? Um livreiro? Um proprietário tardio, talvez o último antes de sua incorporação ao acervo da Biblioteca Nacional? Ou então um proprietário antigo, que adquirira o livro na juventude e agora, na velhice alquebrada, as mãos trêmulas e o desejo extinto, incorporava-a ao livro como que a desmenti-la, pois as próprias *MSM* seriam, para ele, um galante testemunho da vida e dos atos desses namoradores?

No entanto, abandonando-se a pieguice lírica – e ressaltando-se que o presente trabalho não postula qualquer inocência prévia –, pode-se pensar que os leitores se constituíam enquanto tais não só por uma relação de complementaridade funcional com os produtores, *gente bem*, mas ainda por uma oposição pragmática e intencional – por assim dizer “consciente” – aos não-leitores, massa indistinta da qual era premente diferenciar-se. Assim, num país com grande maioria de analfabetos, e no qual as “luzes” se produziam como a magna medida de quase toda a distinção, a própria leitura era, como tantas outras, uma prática excludente, cujo simples enunciado deixava de lado, *a priori*, a maior parte da população⁴⁹⁵, pois a anódina e muito romantizada “leitura coletiva”, alegadamente feita diante de familiares e amigos, não deixou qualquer rastro positivo quanto às possíveis formas de apropriação. Alencar, também aí um ficcionista, afirma que suas sobrinhas, ao ouvirem a leitura de *O Guarani*, choraram e pediram-lhe que alterasse o final; mas, caso se positive esse testemunho, e se suponha que tais sobrinhas representassem a média, chega-se à conclusão de que esses serões nada mais produziram do que piedade e outros afetos inofensivos. Como isso é improvável, pois as recepções são certamente incontrolláveis, pode-se imaginar que essa seria apenas a representação mitificada que um autor faria das recepções controladas de seu trabalho.

⁴⁹⁵ Como assinala muito adequadamente Thomas Holloway, tratando embora de outro assunto, “a capacidade de registrar, transmitir e agir considerando a informação através da palavra escrita era um dos instrumentos pelos quais a minoria mantinha o poder e o exercia contra a maioria” (*Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, FGV, 1997, p. 21).

O que na realidade importa é que, no Brasil, a leitura consistia numa dupla operação: movimento dos olhos a perscrutar o texto mas também da mente a contabilizar o contexto repleto de não-leitores. Mais que simples fruição do texto lido, constatação e exercício de um privilégio decerto prazeroso. Como se afirma numa pesquisa recente:

“No Brasil, em princípio dos oitocentos, a educação estava longe de desempenhar o papel que iria adquirir mais tarde, ao menos na Europa, como um elemento de controle social em relação às camadas mais baixas. Na realidade, servia de atributo às elites, como um ornamento precioso que as distinguiu da massa, enquanto os mecanismos tradicionais de controle, como demonstra a própria escravidão, mostravam-se suficientes para conservar o *status quo*.”⁴⁹⁶

Existe, entretanto, certo tipo de leitura sobre a qual é possível procurar discorrer mais detalhadamente: a dos “leitores oficiais”, rubrica por meio da qual serão aqui identificadas as pessoas que, a serviço do Conservatório Dramático Brasileiro, emitiram, sobre as peças a elas apresentadas, pareceres ora tomados como leituras oficiais, e isso porque, produzidos para uma instituição governamental, neles se encena o ponto de vista da ordem, o qual talvez fosse semelhante ao dos letrados, inclusive os que estavam *fora* dessa instituição.

Os formulários do Conservatório, nos quais deveriam ser exarados os pareceres, traziam o seguinte preâmbulo, datado de dez de novembro de 1843:

“Não devem aparecer na cena assuntos, nem mesmo expressões menos conformes com o decoro, os costumes e as atenções que em todas as ocasiões se devem guardar, mormente naquelas em que a Imperial Família honrar com Sua Presença o espetáculo.”

Também dele constava a seguinte Resolução Imperial, de 28 de

⁴⁹⁶ Neves, Lúcia Maria Bastos P. “Leitura e Leitores no Brasil, 1820-1822: o Esboço Frustrado de uma Esfera Pública de Poder”. In: *Acervo*, cit., p. 130.

agosto de 1845:

“O julgamento do Conservatório é obrigatório quando Obras censuradas pecarem contra a veneração à nossa Santa Religião, contra o respeito devido aos Poderes Políticos da Nação e às Autoridades constituídas, e contra a guarda da moral e decência pública. Nos casos porém em que as obras pecarem contra a castidade da língua, e aquela parte que é relativa à Ortoepia, pode-se [sic] notar os defeitos, mas não negar a licença.”

Da leitura dos pareceres – lamentavelmente (ou felizmente, quem sabe), as peças que eles julgavam não constam do acervo da Biblioteca Nacional –, constata-se que os pareceristas reivindicavam, ao lado do respeito à ordem, o mais refinado bom-gosto, a mais extrema erudição e o firme propósito de contribuir para o aprimoramento da ilustração no Brasil. Não se sabe se, em sua vida “real”, essas pessoas de fato concordavam com o que escreviam – nem isso tem aqui a menor importância. Nesses textos, eles amiúde radicalizaram a função que lhes cabia, o que permite reconstituir parcialmente o modo de leitura oficial:

“Melhor soporífero não sei, que seja preferível achar-se do que o enredo e a linguagem dessa peça que se intitula =A perversidade de Forbino=./ A ausência de tudo, que caracteriza um drama, é o seu único merecimento./ Se porventura entende-se que um aranzel de lugares comuns em linguagem rasteira, só por não ter que ver com as autoridades, decência, moral e religião, deve ser levado à cena, cerro o meu parecer asseverando que esta composição é de natureza a converter o Teatro em Palácio de Morfeu – Salvo melhor juízo” (parecer de Ernesto Pires de Figueiredo Camargo em 14/06/1852).⁴⁹⁷

“A comédia A Mulher que o Mundo Respeita não está no caso de obter a licença pedida para subir à cena. É um episódio imoral, sem princípio nem fim. Pelo que respeita às condições literárias, ser-me-á dispensada qualquer apreciação: é uma baboseira, passe o termo” (parecer de Machado de Assis à comédia *A Mulher Que o Mundo Respeita*, em 27/10/1862).⁴⁹⁸

⁴⁹⁷ BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro.

⁴⁹⁸ *Apud* Damasceno, Darcy, “Pareceres Emitidos Por Machado de Assis”, cit., p. 187.

“Disse comédia, quando ela é farsa, pela indicação do frontispício e pelo contexto. É uma farsa grotesca, sem graça, lutando a grosseria com o aborrecimento. Se estivesse nas minhas obrigações a censura literária, com certeza lhe negaria o meu voto; mas não sendo assim, julgo que pode ser representada em qualquer teatro” (parecer de Machado de Assis à farsa *A Caixa do Marido e a Charuteira da Mulher*, em 12/01/1863).⁴⁹⁹

Os pareceristas não raro se arvoravam –pois isso estava previsto– em críticos, e sua tônica é quase sempre a mesma: a de um bom gosto moldado com base em critérios técnicos e morais, discutindo-se a habilidade e o decoro presentes nos trabalhos apresentados:

“O dever manda arredar da cena dramática todas aquelas concepções que possam perverter os bons sentimentos e falsear as leis da moral.”⁵⁰⁰

Às vezes, o presidente do Conservatório solicitava mais de um parecer, principalmente quando o primeiro parecerista acenava com escrúpulos demasiados. A farsa *O Velho Namorado Que por Impertinente Foi Flagrado* recebeu, em primeira instância, o seguinte parecer de Eduardo Carlos Cabral Deschamps, em 21 de março de 1852:

“É um complexo de parvoíces, e estando pessimamente escrita, não tem enredo algum; além disso, não se sabe se o autor tencionou escrever prosa em verso; sou contudo, obrigado, de conformidade com as disposições [...], a concordar em que se conceda a licença.”⁵⁰¹

Mas o presidente do Conservatório não se deu por satisfeito com essa primeira desqualificação parcial. Após desautorizar Deschamps, anotando no formulário que “não só é um complexo de parvoíces, mas também reveste-se de imoralidades”⁵⁰², encaminhou a farsa a um segundo parecerista, Luís Honório Vieira Souto, que a 24 de março de 1852 escreveu tudo quanto precisava ser escrito:

⁴⁹⁹ Idem, pp. 188-189.

⁵⁰⁰ Damasceno, Darcy, “Pareceres...”, cit., p. 191. A peça censurada por Machado de Assis é *Os Espinhos de uma Flor*, de J. R. Pires de Almeida, em 08/01/1864.

⁵⁰¹ BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro, I, 2, 10, 17.

⁵⁰² Idem, ibidem.

“Não sou tão escrupuloso quanto meu digno colega 1º. Censor, e nenhuma dúvida tenho em opinar pela reprovação deste entremez, com o que creio fazer um serviço aos espectadores que assim escaparem de semelhante maçada, e mesmo ao empresário que menos pensadamente se propõe a levar à cena uma produção destas, perante um público tão ilustrado como o da Capital do Império./ A imperial resolução de 28 de agosto de 1845 torna o nosso julgamento obrigatório quando as obras consumadas pecarem contra a guarda da moral e decência pública. Não se pode negar que ofenda a decência pública a representação de uma peça cheia de frases ambíguas ou obscenas; ainda que não devêssemos decerto contar com o abuso dos atores, que conhecendo que só pelo escândalo podem arrancar alguns aplausos de certos espectadores menos escrupulosos, quando representam uma produção destas capricham sempre em deitar a barra adiante do escritor, e com gestos, acenos e contorsões tornam mais salientes estas expressões ambíguas e obscenas, já de propósito empregadas para dar ensanchas do desenfreamento de alguns comediantes, como esse que quando cantava:/ ‘Ora, minha vida/ Toma lá e leva’/ nunca deixava de meter um grosso bastão por entre as pernas da atriz com que estava em cena./ Outras razões poderia eu apresentar em apoio da minha opinião, mas julgo suficiente o que deixo dito para justificar o meu voto.”⁵⁰³

Esse parecer é muito significativo do escrúpulo que se devia exibir enquanto leitor oficioso de uma produção cultural –às vezes definida como “produto literário”–, ainda que a contradição no uso das tópicas seja evidente: o censor declara apreço pelo público e até pelo produtor, mas parece duvidar que a cidade seja de fato tão ilustrada, pois seria possível ludibriá-la com uma produção tão meia-boca. Afinal, a cidade seria ilustrada ou parva? Ele afirma que ilustrada; logo, segundo os mesmos pressupostos que constituíam a “ilustração” (juízo, bom gosto e decoro, entre outros), a cidade teria todas as condições, por si só, de rejeitar uma peça cheia de “frases ambíguas ou obscenas”, sem precisar da diligente intervenção do censor. A preocupação com a linguagem e a moralidade tam-

⁵⁰³ Idem, *ibidem*.

bém se patenteia no parecer negativo à comédia *Um Namoro de Botequim*, examinada em 23 de junho de 1852 pelo mesmo Luís Honório Vieira Souto:

“Esta farsa é uma das mais insignificantes produções de que tenho notícia. Ornada de frases deste jaez: ‘já meteu o rabinho entre as pernas’, escrita com tal observância das regras gramaticais que abunda nas seguintes belezas: ‘o café é feito ontem’; ‘estes meninos é uma corja’; ‘as senhas que é propriedade do cadete’, torna-se necessário extraordinário esforço para levar ao fim a sua leitura. Só um grande desembaraço pode fazer com que se mandem ao Conservatório Dramático composições desta natureza. O autor deve ser algum menino de escola./ Sou de parecer que se não permita a representação dessa baboseira.”⁵⁰⁴

Isso foi secundado por um outro parecerista, José Rufino Rodrigues Vasconcelos em dez de julho de 1852, numa linguagem mal-ajambrada:

“Além de algumas frases imorais como por ex. ‘já meteu o rabinho entre as pernas’ (p. 7) - ‘Quando não é no Largo do Paço e nas portas dos teatros pedindo as senhas que é propriedade do Cadete’, e isto ligado com a frase anterior, ‘e de noite andam vagando-se’[;] o emprego do termo pilintra em alguns lugares etc. etc., não julgo que semelhante produção se oponha aos preceitos da Censura. **Reconhecendo porém que a confecção é miserável, que abunda em erros gramaticais dignos de palmatória como mui bem observou o 1º. Censor [?].**/ Concordando com o seu parecer sou de opinião que se negue a representação à Comédia =Um Namoro de Botequim.” (n.n.)⁵⁰⁵.

Embora a frase em negrito indique que esse sargento da linguagem aparentemente não sabia utilizar o gerúndio, considerava-se prudente afetar grande escândalo por causa de expressões como “meteu o rabinho entre as pernas” ou “pilintra”, que provocariam escândalo e mexeriam nos pruridos das famílias decentes, em especial nos de suas donzelas pudibundas. Essa exigência de cuidado no trato com a linguagem⁵⁰⁶ está

⁵⁰⁴ Idem, I-2, 10, 44.

⁵⁰⁵ Idem, ibidem.

⁵⁰⁶ No romance de Teixeira Sousa *Maria, ou a Menina Roubada*, publicado primeiramente

presente ainda no parecer positivo dado ao drama *O Caixeiro ou as Más Companhias*, por Tomás José Pinto de Serqueira, em 26 de dezembro de 1860:

“Tem algumas incorreções de linguagem que o enfeiam [ou *defeiam*] muito. Por exemplo: um ‘dá-me elas’ que está à página 162 no fim.”⁵⁰⁷

Tampouco era incomum impor a troca de cenas e expressões:

“[Aprovada] desde que se troque a expressão ‘evas da sua tia’, na última página” (parecer de Luiz Garcia Soares de Bivar à comédia *A Mulher Que Engana o Marido*, em 08/07/1852).⁵⁰⁸

“Sou de parecer que se corte o que di[z] Ângelo à página 104 e 105 como ofensivo da moral. Se o autor entende que é necessário que esta personagem diga alguma coisa, que diga aquelas gerais, sem que a mesma justifique a filha que foge da casa paterna [...]” (parecer de Tomás José Pinto de Serqueira ao drama *O Caixeiro ou as Más Companhias*, em 26/12/1860).

“O autor pode corrigir facilmente esse engano [o fato de uma personagem afirmar que irá comprar títulos de nobreza no Brasil] fazendo mesmo os seus heróis comprar títulos de nobreza em algum outro país, de que facilmente se lembraria. [...] Declaro que proponho a correção das palavras que marquei: o autor que as corrija, como lhe parecer melhor” (parecer de Joaquim Manuel de Macedo ao drama *A Saloia*, em 30/03/1852).⁵⁰⁹

“Enfim o autor deverá ler de novo o seu manuscrito, para o limpar de algumas incorreções de estilos, e erros de linguagem que considerarei lapsos” (parecer de Ernesto Ferreira França ao drama *O Caixeiro ou as Más Companhias*, em 24/01/1861).⁵¹⁰

“[...] o meu escrúpulo leva-me a aconselhar a supressão de uma expres-

te em série no jornal *Marmota Fluminense*, aparece, no capítulo xxxiii, de 1º./02/ 1853, a expressão “Boas!”, proferida por uma personagem que vai visitar o pai na cadeia. Alguém achou conveniente colocar uma nota explicativa no pé da página: “Negativa familiar, e chula, que ouvimos em algumas partes. Assim se diz por elipse. A frase é *Boas cousas*: com algum verbo *ad hoc*” (p. 3).

⁵⁰⁷ BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro, 1, 2, 18, 93.

⁵⁰⁸ Idem, 1, 2, 10, 45.

⁵⁰⁹ Idem, 1-2, 10, 18.

⁵¹⁰ Idem, 1, 2, 18, 93.

são de Azevedo na 2ª. cena. É a seguinte resposta ao criado: ‘ – Ela disse que o alecrim havia de me fazer bem à cabeça... amarga zombaria!’/ A frase isolada nada tem de repreensível; mas se nos lembrarmos que Azevedo está persuadido de que os ramalhetes de Augusto são dirigidos a sua mulher acharemos equívoco na expressão” (parecer de Machado de Assis à comédia *Finalmente*, em 20/03/1862).⁵¹¹

“Na página 39 depois das palavras de Lucena: – a falta de certo pundo-
nor; acrescente-se: – a dos escravos. Na página 78 vai indicada outra supressão. Na página 136 há uma grande supressão, e o diálogo ficará ar-
ranjado do seguinte modo: – Depois das palavras de Lucena: pagamen-
to da parte do roubo acrescente-se: Entre esses objetos haviam [sic] al-
guns escravos. A frase traçada na página 74 deve ser substituída por esta: Olá temos mulher!/ Feitas estas correções julgo que a peça pode subir à cena” (parecer de Machado de Assis ao drama *Mistérios Sociais*, em 30/07/1862).⁵¹²

Num outro parecer, apontam-se situações às quais o decoro jamais poderia autorizar representação:

“Prescindindo já dos beijos e abraços dados e recebidos despejadamente em várias cenas, não levando em conta os amores de dois criados, que em presença de seus amos se aflagam com cínico requebro, move a indignação a cena XIII do ato V, em que Luís del Cárpio convida a D. Catarina, que por outro morre de paixão, a lhe entregar a sua virgindade, e em que [sic] essa fidalga no recinto de seu próprio palácio cedendo levemente e quase sem resistência faz-se prestes para cevar os desejos do Castelhana, e até lhe indica a Câmara, onde o mistério deve ser consumado” (parecer sem assinatura ou data, talvez de Bethencourt da Silva, ao drama em cinco atos *João Pinto Ribeiro ou a Expulsão dos Castelhanos*).⁵¹³

Dadas as características do público leitor no Brasil da época, é lícito supor que as produções culturais também buscavam beneplácito oficial e oficioso, do qual os pareceres do Conservatório Dramático, para além de suas determinações microscópicas –inimizades, idiosincrasias etc.–, são

⁵¹¹ *Apud* Damasceno, Darcy, cit., p. 179.

⁵¹² *Idem*, p. 187.

⁵¹³ BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro, I, 2, 18, 91.

um excelente exemplo. Muito mais do que quaisquer outras leituras positivas, talvez fossem essas que de fato interessavam, como instância maior de [con]sagração. Nelas figuram-se critérios obviamente escorregadios como “bom-gosto”, “verossimilhança”, “verdade” e “lógica”, entre outros:

“[Na peça] não se depara uma cena digna de atenção; o enredo é inverossímil, mal conduzido, se nome de enredo cabe a um conjunto de incidentes sem nexos entre si; a dialogação péssima e pueril; os caracteres grosseiros ridiculamente delineados. Nessa obra da inexperiência mostra o autor que ainda não está aparelhado para trabalhos literários em geral, e para este gênero teatral mais que tudo” (parecer a *João Pinto Ribeiro ou a Expulsão dos Castelhanos*, cit.).⁵¹⁴

“Por este sumário do drama vê-se quanta inverossimilhança formiga aí, quanta incongruência, quanta falta de exatidão histórica, na série de acontecimentos que formam o enredo” (parecer de Domingos Jacy Monteiro ao drama *A Independência do Brasil*, em setembro de 1862).⁵¹⁵

“Falta à sua peça o vigor e a elevação que a tese [‘libelo contra os casamentos de conveniência’] reclamava. Os caracteres não estão desenhados com precisão e verdade; estão mal sustentados; e falta algumas vezes aos acontecimentos a lógica e razão de ser” (parecer de Machado de Assis ao drama *Um Casamento da Época*, em 08/04/1862).⁵¹⁶

“A comédia dos *Íntimos* que me vem sujeita a julgamento é uma das mais verdadeiras que se hão visto depois de Molière, e por justo título aplaudida” (parecer de Machado de Assis à comédia *Os Íntimos*, em 09/05/1862).⁵¹⁷

“Aparecem mesmo, em vários casos, transgressões contra o bom-gosto; como, por exemplo, à pg. 139, última linha; enfim, em geral, pois que não devo calar, também não avulta maior conhecimento das principais estéticas que importa presidiam [*sic*] a confecção, com particularidade, dos produtos essencialmente literários” (parecer de Ernesto Ferreira França

⁵¹⁴ Idem, *ibidem*.

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*. Por algum motivo, os pareceres de ambas as peças estão arquivados juntos, sob o título “A Independência do Brasil”.

⁵¹⁶ *Apud* Darcy Damasceno, cit., p. 180

⁵¹⁷ Idem, p. 181.

ao drama *O Caixeiro ou as Más Companhias*, cit.).⁵¹⁸

Ninguém pode afirmar que as MSM, nos círculos que determinavam sacração e exclusão, e exerciam de quebra o controle da produção cultural, não tenham sido acoimadas dos mesmos defeitos que se vêm expedidos nos pareceres aqui citados. Como escapar das acusações de imoralidade, quando apresentava casos de amancebamento? Como escapar das acusações de má pintura dos caracteres? Como escapar das acusações de incorreção de linguagem, quando apresentava vários coloquialismos? E se alguém resolvesse que no texto “não avultava maior conhecimento das principais estéticas que deveriam presidir a confecção dos produtos essencialmente literários”? E as de puerilidade nos diálogos, ou de falta de verossimilhança⁵¹⁹ no enredo? Ao conceder sua aprovação para a peça *O Filho do Erro*, de Pires de Almeida, Machado de Assis ressaltou:

“[...] se é defeituoso literariamente falando, não me parece fora das condições legais e morais. Acho que se pode representar. Não terminarei sem dizer duas palavras ao autor. *O Filho do Erro* peca por não ter base. A razão que leva a mulher de Travassos a esconder o segredo do nascimento de Carlos e a sofrer as acusações e suspeitas é fútil e sem valor. A ingenuidade de Manuel da Cunha e Elisa, não é ingenuidade, é idiotia. Nenhum homem da idade de Cunha e nenhuma moça na idade de Elisa, fazem ou dizem o que eles dizem e fazem, por simples singeleza de espírito./ Esta ligeira observação, feita com as mais amigáveis intenções, há-de aproveitar ao autor em quem se conhece disposição e vontade de trabalhar” (n.n.).⁵²⁰

No plano de efabulação, as MSM seriam passíveis de sofrer as mesmas acusações apresentadas neste capítulo: o episódio de Maria Regalada e Vidigal é fútil; o envolvimento de Leonardo Pataca e Maria da hortaliça

⁵¹⁸ BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro, 1, 2, 18, 93.

⁵¹⁹ Um *Compêndio de Poética* anonimamente publicado no Recife em 1838 traz, para este assunto, duas oportunas definições aristotélicas: “verossímil é tudo o que é conforme à opinião do público” e “verossímil é tudo o que é conforme às nossas opiniões” (apud Martins, Wilson, *História...*, cit., p. 236).

⁵²⁰ Apud Damasceno, Darcy, “Pareceres...”, cit., p. 192. Parecer de 08/01/1864.

é imoral; a ingenuidade do compadre barbeiro é idiotia etc.

Já se afirmou, ao longo deste trabalho, que não há registro de leituras rigorosamente contemporâneas das *MSM*. As poucas de que se dispõe, escritas logo após a morte de MAA, fazem-lhe restrições, como foi registrado no primeiro capítulo. E, para ser increpado, o texto trabalhava ademais um prato cheio para todos os sabichões, zoilos e outros zarolhos enrincheirados pela Corte: a história do Brasil. É possível imaginar que, talvez sem escândalo, o texto no jornal e mais tarde o livro tivessem sofrido qualquer espécie de restrição, embora protesto algum se ouvisse ou acusação: censura muda. Salvador de Mendonça, elogiando as *MSM* em 1913, aplicou uma espécie de ponto em boca:

“[...] **digam o que disserem**, há de ser sempre uma das melhores reproduções dos costumes da cidade carioca no tempo do Vidigal e d’El Rei Nosso Senhor”⁵²¹ [n.n.].

O que foi dito ninguém sabe, até porque talvez tenha sido isso mesmo: “disseram”, mas não “escreveram”. Quem seriam “eles” também é questão em aberto: os poderosos? os caixeiros? as costureiras? os capadócios? os padres? os outros escritores? os cortesãos do Paço? Mistério. Numa de suas três leituras a respeito do romance, José Veríssimo fez comentários mais ou menos obscenos, afirmando que Leonardo Pataca e Maria da hortaliça “não gostavam, como Camões, de arder na mesma chama.” É possível, assim, que o livro, lá pelos finais do século XIX e inícios do XX, fosse considerado pura e simplesmente obsceno, ou pouco regrado no que tange à convivência sexual. Para piorar a situação, tudo isso estaria redigido em linguagem paupérrima.⁵²²

⁵²¹ Salvador de Mendonça, *op. cit.*, p. 111.

⁵²² Cf. Veríssimo, José. “Um Velho Romance Brasileiro”, estudo publicado em 1894, no livro *Estudos Brasileiros*, segunda série (1889-1893). *Apud MSM*, edição crítica de Cecília de Lara, cit., pp. 291-302. Esse estudo, como se indicou na “Introdução”, também faz uma interpolação política aparentemente inexplicável, ou pelo menos inusitada naquele contexto. A leitura de Veríssimo lamenta, ainda, a vulgaridade absoluta dos tipos desenhados nas *MSM*. Foi o mesmo Veríssimo que [des]classificou o romance *A Carne*, de Júlio Ribeiro, como “o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo”. Mas,

como Veríssimo era admirador dos romances de Machado de Assis, useiros e vezeiros também nas cenas de adultério e na insinuação de fornicções variadas, é provável que ele pensasse no decoro ou na eficácia da representação.

17) E BEM, E O RESTO?

Por motivos que serão ora ensaiados, as *MSM* encerraram-se melancolicamente antes do previsto —daí as críticas a seu desfecho “mal elaborado” —, com uma justificativa assim redigida:

“Passado o tempo indispensável do luto, o Leonardo em uniforme de Sargento de Milícias, recebia-se na Sé com a Luisinha, assistindo à cerimônia toda a família em peso. Daqui para diante começa a aparecer o reverso da medalha de todas essas chocarrices de que até então constou a vida do Sargento; vinha a morte de D. Maria, a morte do velho *Leonardo Pataca*⁵²³, e mil outras cousas tristes. O autor não tem gênio para tratar dessas cousas, e por isso dá fim pedindo aos leitores que esqueçam do seu trabalho, não lhe façam carga de seus defeitos, porque foi apenas um ensaio. Se alguém disser que é mau costume querer o barbeiro novo aprender na barba do freguês tolo; ele observára [*sic*] que os leitores e só deles [*sic*] se hão de aproveitar de algum fruto⁵²⁴ bom que por ventura este ensaio possa dar, e que portanto tenham tolerância para quem principia./ FIM” (*MSM*, Pacotilha nº 131, 31/07/1853, p. 1, 4ª coluna; *n.n.*; o trecho em negrito foi sacado da edição em livro).

Nada há, na realidade, que esteja mal-elaborado, tendo apenas ocorrido uma modificação na chave retórica, que passou da “pilhéria” à “situdez”: era mais um dos tons possíveis da Pacotilha. Porquanto não exista registro escrito dos motivos que levaram a esse final aparentemente intempestivo, tudo o que se pode fazer é, com base em indícios paralelos, dar asas à imaginação e especular um pouco.

Conforme já se escreveu no capítulo anterior, o *CM* “fechara um esquema”, como vulgarmente se diz hoje, com o governo, e seria aquinhoado com uma imensa “fatia de pão-de-ló”, como não menos vulgarmente se dizia naquele tempo. Isso posto, deve-se necessariamente indagar qual a relação das *MSM* com tudo isso. Até que ponto um texto galhofeiro, ou

⁵²³ O aparato da edição crítica das *MSM* feita por Cecília de Lara (Rio de Janeiro, LTC, 1978) não registra esse itálico (cf. p. 283).

⁵²⁴ A mesma edição crítica registra “ponto” em lugar de “fruto” (cf. p. 283).

“pilhérico”, atrapalharia tratativas como essa, tendo de ser encerrado?

A resposta deve ser cautelosa: não se tratava de um texto subversivo, porque, primeiro, o caráter “subversivo” de textos de qualquer espécie era e é bastante discutível. Segundo, era um escrito que propunha o tempo todo, como se viu, a hierarquia e a ordem como corretivo àquilo que ele e outros escritos seus contemporâneos constituíam como os grandes problemas do lugar: empenhos, vida sexual dissoluta, desorganização doméstica, vadiagem, depravação do clero, falta de luzes, portugueses ignorantes etc. Falta de civilização, em suma, tal como a definia o quase lugar-comum Lopes Gama:

“[...] civilizar os homens é torná-los próprios para a cidade, para a sociedade; e fazê-los próprios para a sociedade, não é outra coisa mais do que dar-lhes idéias e hábitos sociais; donde bem se conclui que a civilização que produziu efeitos anti-civis ou anti-sociais, não será civilização, porém, sim, o contrário da civilização./ Os nossos males, pois, não provêm da civilização; pelo contrário, nascem da falta desta. Por outra: nós vamos muito mal porque não se tem cuidado em tornar-nos industriosos e morigerados.”⁵²⁵

Qual seria, então, o motivo do encerramento precoce das *MSM*? De saída, note-se, como já se apontou antes, que a inserção política do texto é abruptamente relegada a segundo plano, até que, por fim, ele é caracterizado como mera descrição de aventuras sentimentais. Numa análise recente, comenta-se que “se fizermos um levantamento quantitativo, verificaremos que os trechos descritivos e de costumes são muito mais frequentes na primeira parte. Mas na segunda parte o enredo toma conta, passando o pitoresco progressivamente para segundo plano; da morte do compadre em diante (cap. V) os acontecimentos se concentram e se precipitam.”⁵²⁶ Essa precipitação de acontecimentos se deve ao fato de que, na Pacotilha do *CM*, a publicação das *MSM* não era mais prioritária. Não

⁵²⁵ O *Carapuço* nº. 7, 11/05/1837. Apud Delgado, Luís, cit., p. 67.

⁵²⁶ Galvão, Walnice Nogueira. “No Tempo do Rei”, cit., pp. 27-28.

que o texto fosse exatamente “perigoso”, mas simplesmente porque os cruzamentos e alusões que ele pressupunha deixaram de interessar ao jornal: parodiando o Bandeira do admirável “Boi Morto”, os destroços *daquele* passado, o tempo do rei, deixaram de interessar àquele presente dividido, subdividido, onde rolava, enorme, a Conciliação. Tratava-se, enfim, de mera conveniência editorial, cabendo sublinhar que o folhetim “Memórias de um Caixeiro” também foi interrompido em julho de 1853, somente sendo retomado em outubro daquele ano. As mudanças na linha e nos interesses editoriais e extra-editoriais do *CM* foram exigindo sucessivas alterações no corpo do jornal, que culminaram com o fim da própria Pacotilha em 1854, porque, segundo Francisco Otaviano, não mais existia “o pensamento que a fez nascer”⁵²⁷, pensamento esse bem fácil de adivinhar-se, aliás. Uma nova seção, denominada “Páginas Menores”, substituiu a Pacotilha, e foi assim apresentada por Otaviano:

“Leitor, se algum dia quiseses escrever um romance cômico, e te faltar assunto, pensa um pouco na situação de um redator de gazeta procurando um título novo para uma coisa antiga.”⁵²⁸

A lógica interna da sistematização histórica nas *MSM* obrigaria a alguns procedimentos que talvez não mais fossem interessantes: como já se notou atrás, o major Vidigal somente assumiu plenos poderes às vésperas da Independência⁵²⁹, em cujos eventos ele tomou parte, fato que não seria ignorado por quem elaborava, corrigia e editava o texto. E o que seria essa fase? Nos jornais contemporâneos há menções expelidas nos seguintes moldes:

“[...] nós não temos passado porque ainda não voltamos uma só página de nossa vida: a nossa vida ainda está no frontispício./ Se quiséssemos

⁵²⁷ Cf. Rebelo, Marques. *Vida e Obra...*, cit., p. 63.

⁵²⁸ *CM*, 09/07/1854. Apud Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 19.

⁵²⁹ Como registra Thomas Holloway, o intendente da polícia na época do rei, Paulo Fernandes Vianna, “foi afastado do cargo no golpe liberal de fevereiro de 1821, enquanto Vidigal, seu *factótum* militar, atravessou ileso as vicissitudes políticas até 1824” (*in: Polícia...*, cit., p. 51).

buscar uma reminiscência, ela nos seria dolorosa, porque havia de trazer uma face ensangüentada. E para quê? Esse passado não é nosso; é de outros homens, pertence a outro povo. Se é triste, foi obra sua; se é pungente a lembrança desse tempos, aceitem eles o estigma.”⁵³⁰

“Sabem todos, os que se ocupam das coisas dessa terra, qual foi a política portuguesa durante os penosos tempos coloniais: dolorosas são todas as recordações a tal respeito; omitâmo-las, pois [...]”⁵³¹

O proprietário do CM, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, escrevera em 1831, sob o pseudônimo “Um Membro da Câmara dos Deputados”, a *História da Revolução do Brasil*, narrativa dos eventos que levaram à abdicação de Pedro I, na qual se insiste bastante na aliança entre “tropa” e “povo”. Escrito com vivacidade, o livro tem trechos assim:

“Enquanto, porém, não aparece quem com saber e imparcialidade possa instruir a Nação Brasileira, e o Mundo todo, dos fatos históricos da presente revolução, nós, movidos do amor da Pátria, e do santo desejo de espalhar quanto ser possa, as causas que tiveram os Fluminenses para resistirem à opressão de Pedro 1º., e do seu Gabinete Secreto, nos apressamos na escolha dos principais fatos./ [...] O Ministério de *Salvação* logo que foi nomeado, encetou sua carreira pela demissão do Comandante da Polícia, emprego, que havia sido ultimamente confiado ao benemérito Major Reis Alpoins, e em seu lugar nomeou o Coronel Gavião, cuja triste celebridade datava do seu Comando d’Armas na Província do Mato Grosso, onde segundo a fama pública por vezes tentou proclamar o Absolutismo./ [...] Já a esse tempo grande número de cidadãos havia concorrido ao aquartelamento de Artilharia, todos pedindo Armas, que lhes foram prontamente subministradas pelo benemérito Comandante Geral [...] enfim às nove horas e meia da noite aparece o brioso Batalhão de Granadeiros, que vinha unir-se aos seus companheiros, para com eles ir para o Campo em defesa da Liberdade e da Pátria./ [...] às onze horas e meia achavam-se postados entre o Palacete e o aquartelamento novo os dois Corpos de Artilharia de Posição, o Batalhão de Granadeiros, e consi-

⁵³⁰ Revista *A Rosa Brasileira* nº. 11. Rio de Janeiro, 08/05/1853, pp. 1-2.

⁵³¹ Jornal *O Carioca* nº. 1. Rio de Janeiro, 04/04/1853, p. 1.

derável número de Cidadãos armados.”⁵³²

Segundo Sacramento Blake, Muniz Barreto “incitava os moços de talento e os pensadores políticos a que estudassem as questões de importância para a pátria e fornecia-lhes notas de estudo dessas questões, assim como informações minuciosas de seu passado”⁵³³. Em 1876, Bethencourt da Silva dera outra informação relevante:

“Ao bom e venerando Sr. Dr. Joaquim Alves Branco Muniz Barreto, espécie de espartano, que a enfermidade afastou das lides do seu extremo labor, deveu Manuel Antônio d’Almeida a sua entrada no mundo da imprensa jornalística, e as doces esperanças que o generoso caráter de Muniz Barreto inspirava a toda mocidade que o via e respeitosa o admirava.”⁵³⁴

Não é nada absurdo imaginar que Muniz Barreto estivesse por trás do projeto de elaboração das MSM. Como se viu nos capítulos anteriores, os luzias, naquele momento específico, ensaiavam a produção de um discurso amedrontador, e para isso procuravam demonstrar que a situação política, nos anos posteriores à derrubada de seu ministério em 1848, era periclitante para a Coroa, e que o clima seria parecido com aquele no qual ocorrera a abdicação de Pedro I. De forma capciosa, eles defendiam o ex-imperador, afirmando que os maus conselheiros “o intrigavam, [...] lhe faziam crer que o povo o queria absoluto, que a nação detestava as instituições livres que generoso ele lhe outorgara”. Depois da deposição, todavia, esses mesmos intrigantes “ficaram tranqüilos em suas casas, e poucos dias depois continuariam a influir nos destinos da Nação.”⁵³⁵

⁵³² *História da Revolução do Brasil Com Peças Oficiosas e Fac-Símile da Própria Mão de Dom Pedro*, por Um Membro da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial de Seignot Plancher, 1831, pp. 36, 38, 42, 43.

⁵³³ *Dicionário Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1970, 4º. volume, p. 131 (edição facsimilar desse trabalho, originalmente publicado no final do século XIX).

⁵³⁴ Silva, F. J. Bethencourt da, *op. cit.*, p. VII.

⁵³⁵ *Jornal Opinião Nacional*. Rio de Janeiro, 25/09/1851, nº. 1, p. 1.

Reportando agora as *MSM*, seu texto apresenta uma incongruência temporal que dificilmente passaria despercebida. Note-se que quando a história começa, no tempo do rei, Leonardo Pataca é assim descrito:

“Chamavam assim a uma rotunda e gordíssima personagem de cabelos brancos e carão avermelhado, que era o decano da corporação, o mais antigo dos meirinhos que viviam nesse tempo. A velhice o tinha tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza atrasava o negócio das partes; não o procuravam; e por isso jamais saía da esquina: passava ali os dias sentado na sua cadeira, com as pernas estendidas e o queixo apoiado sobre uma grossa bengala, que depois dos 60 era a sua infalível companhia” (*MSM*, Pacotilha n.º 73, 27/06/1852, p. 1).

Fazia tempo, portanto, que Leonardo Pataca estava no Brasil. Em que período o texto fixa o momento de sua chegada ao País? Não há datas, mas a seguinte informação:

“Aqui chegando, não se sabe por proteção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. [...] o Leonardo, para falar a verdade, não era nesse tempo de sua mocidade mal apessoado, e sobretudo era maganão” (*MSM*, *idem*, *ibidem*).

Nesse ponto, a mais comezinha verossimilhança impõe uma questão de aritmética. Como se sabe, e naquele período melhor ainda, o tempo do rei vai de 1808 a 1821. Se ao tempo do rei, calculando pela média, 1815, Leonardo Pataca contava mais de sessenta anos, e supondo-se que a “mocidade” referida pelo texto pudesse ser estendida até os trinta anos, ter-se-ia uma data de nascimento aproximada de 1765, com a conseqüente arribada ao Brasil pelas cercanias de 1795 – antes, pois, do tempo do rei, e isso fazendo-se concessões: mocidade de trinta anos e idade de sessenta ao tempo da narrativa, embora o próprio texto registre “depois dos 60”. Não se trata, sublinhe-se, de uma questão de positivismo, mas sim de verossimilhança – não “trans-histórica”, evidentemente, mas calcada na compreensão que a época poderia ter dela, e que será abordada logo abaixo. Em linha diferente, Wilson Martins já havia notado essa incongruência

temporal:

“A história retoma o Leonardo pai quando ainda moço e solteiro (solteiro, na verdade, ele sempre foi), algibebe em Lisboa e transferindo-se para o Brasil, provavelmente inspirado pelo exemplo da Família Real. Digamos, pois, que a viagem [...] teve lugar em 1810, o que, de resto, vai criar algum problema com a cronologia do romance, porque, se ao terminá-lo, o Leonardo Filho tem 21 ou 22 anos, a ação terminaria em 1831-32, o que é impossível; ele deve terminar dez anos antes, e, nesse caso, o Leonardiinho teria apenas dez anos quando se casou...”⁵³⁶

No presente trabalho, entretanto, pensa-se que a incongruência temporal se deve à mudança de estratégia que se estava operando no *CM* e na *Pacotilha*. É possível que, inicialmente, o texto –o qual declaradamente desembocaria “neste tempo em que nos achamos”– visasse apresentar sua versão sobre os temas da Independência e mesmo da abdicação de Pedro I. Devido a fatores que já foram discutidos neste trabalho, optou-se por uma “despolitização” do texto⁵³⁷, e quem o estava elaborando aceitou –ou foi compelido a aceitar– a alteração. Sintomaticamente, na edição em livro houve uma tentativa de minimizar a incongruência, reduzindo-se a idade de Leonardo Pataca: “depois dos 60” transformou-se em “depois dos cinquenta”.

Após pintar Leonardo filho como um vadio produzido por sua origem e criação, resolveu-se engajá-lo na polícia e transformá-lo num bom patriota, que lutaria pela Independência de seu País. Mas também a descrição desse processo, ainda que ficcionalizada, deixou de ser conveniente, e uma das explicações possíveis –além da já referida falta de “sedimen-

⁵³⁶ Martins, Wilson. *História...*, cit., p. 485.

⁵³⁷ Necessário fazer aqui uma distinção: havia politizações e politizações. Como se vem explanando neste trabalho, quase todo escrito público era visto também como tarefa política destinada a ilustrar, moralizar e tornar morigerado o “povo” — era a politização indireta. Outra forma era a politização direta, os artigos partidários de doutrinação política, os panfletos etc. As *MSM* talvez pretendessem, elipticamente, a segunda forma, mas tiveram de se limitar à primeira, que era a de quase todos os escritos seus contemporâneos.

tação segura”⁵³⁸ – talvez seja a seguinte: em dois de junho de 1853, o Conselho de Estado reunia-se para discutir problemas ligados à indenização de oficiais estrangeiros que participaram das lutas de Independência, ali citadas como “guerra civil”⁵³⁹. Naquele instante, talvez o assunto fosse mais delicado do que se pode supor hoje. Com a conjugação destes e de muitos outros fatores⁵⁴⁰, só teria restado ao texto transformar Leonardo num homem de bem, engajado nas forças de segurança e casado sob os santos auspícios da Igreja Católica, botando-se então um ponto final na história.⁵⁴¹ Entenda-se que nada disso seria muito custoso, nem o mundo sairia dos eixos. Também se mantinha a estrutura das comédias, que, con-

⁵³⁸ Lembre-se que Varnhagen, para a elaboração de sua *História Geral do Brasil*, cuja primeira parte se publicaria em 1852, encenou demasiados escrúpulos. Em carta de 06/05/1853, dirigida ao imperador Pedro II, o “paulista de Sorocaba” obtemperou que tratar da Independência era um problema grave, gravíssimo: “Desejava chegar com a redação ao ano de 1825 e compreender a Constituição, o reconhecimento da Mãe-Pátria e o nascimento de V.M.I., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional. Daqui a anos não o será”. Cf. Vianna, Hélio. “Explicação”. In: Varnhagen, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1981, p. 7. Nesse mesmo artigo, Hélio Vianna comenta as modificações efetuadas por Varnhagen no texto da *História Geral do Brasil*. Descontando-se a visível intenção de pavonear-se como pioneiro, essas modificações indicam também a procura de uma sedimentação aceitável.

⁵³⁹ Cf. as *Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, v. IV (1850-1857), pp. 103-138, esp. p. 136. Presidido pelo imperador Pedro II, naquele momento o Conselho contava a participação de Araújo Viana, Lima e Silva, Visconde de Olinda, Visconde de Paraná, Limpo de Abreu, José Clemente Pereira e outros maiores.

⁵⁴⁰ O historiador Wanderley Pinho observa: “no programa traçado em 1853 para o gabinete Paraná diria o imperador: ‘reorganizar-se a imprensa na corte e também nas províncias, se for possível.’ Essa direção da imprensa tanto importava em folhas subvencionadas que defendessem os princípios de ordem e o governo, como na reação legal, processos judiciais contra os excessos dos jornais” (in: *Cotegipe...*, cit., p. 175). Como inexistia qualquer outra indicação, não foi possível localizar esse documento; o trecho transcrito por Wanderley Pinho, contudo, permite notar seu cunho controlador.

⁵⁴¹ Curiosamente, no mesmo dia em que as *MSM* foram encerradas, a Pacotilha censurou, sem lhe citar o nome, uma obra que ridicularizava o clero católico, certamente em termos semelhantes aos dos já citados *Mistérios do Rio de Janeiro*: “Fora, fora com esses volumes sobre padres, que fumam e pagodeiam! S. Ex. Revm. que os repreenda se quiser” (CM, Pacotilha nº. 131, 31/07/1853).

forme a convenção, sempre terminam bem.

Por outro lado, como se tem demonstrado no decorrer deste trabalho, a produção da história nacional era um campo onde se figurava a exigência de grande erudição, e os escritos a respeito tendiam a sofrer forte restrição quando não produzidos por pessoas ligadas às instituições que legitimavam tal produção. As vicissitudes sofridas por uma peça teatral denominada *A Independência do Brasil* –apresentada ao Conservatório Dramático Brasileiro em 1860 por “Um Fluminense”– são um caso assaz ilustrativo. A peça, classificada como drama, não foi localizada, mas é possível lê-la por meio dos comentários dos censores. Pelo visto, “Um Fluminense” não dispunha de grandes pistolões: desde agosto de 1860, sua peça circulara pelos gavetões do Conservatório Dramático sem lograr aprovação. Num parecer quase ilegível hoje, o primeiro censor, Tomás José Pinto de Serqueira, manifestou, a 23 de agosto de 1860, despreço pela linguagem e por caracterizações como as seguintes: “[na peça] o Sr. D. Pedro I se mostra avesso à Independência, o que não é verdade, e é odioso à memória deste Senhor”. Serqueira também sugeriu uma consulta à Polícia para liberação da peça.

A quinze de janeiro de 1861, o segundo censor, Antônio José Vitorino de Barros, deu o seguinte parecer, justificando no início sua demora em pegar da pena:

“Vendo que o autor desceu o assunto da altura que o Grito do Ipiranga o colocou, esmoreci e esqueci-me de elaborar o parecer./ A “Independência do Brasil”, além de ter muito escasso mérito literário, repetidas infidelidades de história contemporânea e incorreções de linguagem, usa de algumas frases atentatórias do princípio monárquico, base de nossa organização pública./ Desde Aristófanes que se reconheceu o inconveniente de pôr em cena personagens vivos. Por esse motivo andou ele foragido de cidade em cidade na Ásia Menor e viu-se banido de Atenas e de outras capitais da Grécia./ Sei que no rigor da palavra o Sr. Amorim Lisboa [enfim, conhecia-se o nome do autor, sinal de que o pseudônimo era convenção ou segredo de Polichinelo] não atira em cena personagens vivos. Mas o Sr. D. Pedro I, de gloriosa memória, e os ilustres Andradas, de saudosa ad-

miração, não estão representados um na augusta pessoa do Senhor D. Pedro 2º., e os outros numa bela série de distintos filhos e próximos parentes? Ninguém dirá que não. Quando não fosse pelo respeito devido a tão distintos varões, que dormem o sono eterno no túmulo e vivem para sempre nas páginas da história, aconselhada a recusa da licença, seja-o pela cortesia devida aos vivos, que ficam mencionados. A estes não há de parecer bem vermos nas proporções de pigmeus ridículos os que com toda razão a posteridade considera gigantes.”

Em vinte de junho de 1861, o malfadado “Um Fluminense” realizou nova tentativa: suplicava que lhe dessem uma resposta a fim de que a peça pudesse subir ao proscênio em sete de setembro. Provavelmente irritado com tamanha insolência, o presidente do Conservatório encaminhou a peça, não sem a fazer dormir por mais de um ano nos escaninhos da instituição, a um terceiro censor, Domingos Jacy Monteiro⁵⁴², o qual se encarregou de deitar sal à terra já arrasada. Num dia qualquer de setembro de 1862, tendo fungado um pouco em seu bote de rapé, Monteiro resumiu a peça, fez fortes restrições à fusão entre personagens reais e imaginárias, e deu, ao cabo, o beijo da morte nas pretensões do autor, cujo nome –João Antônio Amorim Lisboa– se cita por extenso:

“Por este sumário do drama vê-se quanta inverossimilhança formiga aí, quanta incongruência, quanta falta de exatidão histórica na série dos acontecimentos que formam o enredo./ Todavia, no meio desse *mare magnum* de defeitos, há um ou outro pedaço bonito, em que o autor demonstra seu patriotismo, as suas boas intenções e decerto alguma habilidade; mas, para aproveitá-los, fora [mister] refundir a peça inteiramente.”⁵⁴³

Os “mesmos *com* roteiro tristes périplos” dessa peça, para além de seus hoje inavaliáveis méritos ou deméritos, apontam uma situação banal: um letrado da Corte está à cata de prestígio e de alguns cobres. Nada

⁵⁴² Segundo Bethencourt da Silva, Domingos Jacy Monteiro era “um irmão” para MAA (op. cit., p. III).

⁵⁴³ Todo esse “dossiê” está na BN, Seção de Manuscritos, Conservatório Dramático Brasileiro, I, 2, 18, 91.

melhor que aquela situação particular: escrever uma peça sobre a Independência para ser encenada no dia Sete de Setembro. No entanto, outros letrados mais bem posicionados não gostaram, ou afetaram não gostar, ou ainda foram compelidos a não gostar de seu trabalho. E, para agravar o problema, eles podiam, no caso, exercer plenamente seu poder sobre “Um Fluminense”. Nada impediria que ele tentasse publicá-la num jornal, ou que a imprimisse por sua conta e risco numa gráfica qualquer. Não se sabe se o fez, mas, *naquela* instância de sacração específica –o Conservatório Dramático–, seu trabalho foi rechaçado. Os argumentos para isso eram de calibre diverso, mas sempre adequado à prática do repúdio: desde a incompetência artística, passando pela inabilidade no manuseio da linguagem até o desconhecimento da história pátria e o desrespeito por heróis mortos *e logo* por altezas e cidadãos prestantes ainda vivos. Mesmo o elogio ao patriotismo e às boas intenções serviu para realçar a negação: nem sendo patriota conseguiu fazer algo que prestasse.

Esse caso talvez tenha sido também o das *MSM*: à medida que os textos se iam publicando, podiam-se –por mais que isso saiba a La Bruyère⁵⁴⁴– quiçá ouvir murmúrios e comentários do tipo “isto é uma grande porcaria”, ou “mas que estopada indecente”, ou “como é ignorante quem está escrevendo isto”, ou ainda “mas está tudo errado” e outras gentilezas de que a suposta erudição e a onipresente maledicência são sempre capazes.⁵⁴⁵

⁵⁴⁴ “Je n’estime pas que l’homme soit capable de former dans son esprit un projet plus vain et plus chimérique, que de prétendre, en écrivant de quelque art ou de quelque science que ce soit, échapper à toute sorte de critique, et enlever les suffrages de tous ses lecteurs” (“Discours sur Théophraste”, in: *Les Caractères*. Paris, Garnier/Flammarion, 1965, p. 27).

⁵⁴⁵ Do ponto de vista “técnico”, pode-se pensar o seguinte: em 1872, Manuel Antônio Major (*op. cit.*, p. 686) observou negativamente que as *MSM* têm o humor de Scarron, “sorriso sarcástico e mordaz que magoa e aflige”. E, em 1866, Machado de Assis, censurando as peças *Fantasma Branco* e *Torre em Concurso*, de Joaquim Manuel de Macedo, acusava-as de seguirem o “burlesco” de Scarron e não o “cômico” de Molière (“Semana Literária”, in: *Diário do Rio de Janeiro*, 08/05/1866; *apud Obra Completa*, v. III, cit., pp. 886-887). Apesar de admitir que a sátira de Macedo era “positiva”, Machado afirma que

Do ponto de vista oficial, o tempo do rei podia ser resumido na seguinte frase:

“As sábias medidas tomadas pelo príncipe [D. João VI], o estabelecimento de uma corte européia no Brasil, a presença do Chefe de Estado fazem prosperar rapidamente a colônia.”⁵⁴⁶

Discutia-se –como o demonstram os debates travados no IHGB a respeito desse *Índice Cronológico*– o alcance das sábias medidas, quais as suas reais repercussões, a data em que foram realizadas, a efetiva participação de terceiros etc., mas discutir a prosperidade que elas haviam proporcionado parecia um franco despropósito: era *hors concours*. As MSM, como é notório, não fazem qualquer menção à prosperidade ou aos melhoramentos que a corte de João VI trouxera do reino das cinco chagas à colônia.

Acresce que escrever publicamente também era –e decerto ainda é– expor-se a toda sorte de censuras e reproches, que naquele meio acanhado deveriam repercutir como o estrondo de um canhão.⁵⁴⁷ Não era um dado psicológico, mas estrutural, e gerava uma grande instabilidade nos projetos literários que então se incubavam: basta ver a grande quantidade de folhetins não terminados, de obras prometidas e nunca publicadas etc. (Parece que Machado de Assis, por exemplo, rasgou sua tradução de uma peça teatral pelo simples fato, diz-se, de ter ouvido, ou imaginado ouvir, motejos de um ator que iria participar da montagem.⁵⁴⁸)

nem ela nem o burlesco exprimem a comédia. Seja como for, o comediógrafo francês Scarron, contemporâneo de Molière, estava negativamente constituído — pelo menos em alguns setores do meio intelectual brasileiro.

⁵⁴⁶ Malheiro, Agostinho Marques Perdigão. *Índice Cronológico dos Fatos Mais Notáveis da História do Brasil Desde Seu Descobrimento em 1500 até 1848, Inclusive*. Rio de Janeiro, Tipografia de Paula Brito, 1850, p. 72.

⁵⁴⁷ Para a importância das relações pessoais entre os letrados no Brasil novecentista, cf. Rocha, João Cezar de Castro. *Ao Pé da Letra. Literatura. Sistema Intelectual e Cordialidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 1994 (Dissertação de Metrado).

⁵⁴⁸ A peça seria a tradução de *Os Descontentes*, de Racine, e o ator que riu, enquanto Machado a lia para um grupo, teria sido o português Silva Pereira. O caso é narrado por Má-

Incursionando agora pelo campo do imponderável, outra resposta plausível para o encerramento das *MSM* pode ser a de que ali, como a crítica já registrou, as personagens são típicas, moldadas pela generalidade: o compadre, a comadre, a madrinha, a vizinha, o mestre-de-reza, etc., e com isso pretendeu-se conferir-lhes caráter de totalidade e representação orgânica, muito caros aos românticos. Em rigor, nem sequer personagens especificamente nomeados –como Leonardo-Pataca, Maria da hortaliça, Maria-Regalada, D. Maria, Teotônio, Vidinha, Luisinha, José Manuel, entre outros– são índices de individualização, constituindo-se mais em designação estereotipada que não lhes subtrai a mesma generalidade: é o meirinho português funcionário público, a ilhoa, a velha assanhada, o vadio-capoeira, a namoradeira-lambeta-ciumenta, a heroína romântica desengonçada na primeira adolescência, o caça-dotes inescrupuloso.⁵⁴⁹ O

rio de Alencar no artigo “O Teatrólogo”, incluído no segundo volume da *Obra Completa* de Machado de Assis (Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1985, p. 1135). Como ninguém ignora, Machado sabia das coisas: no começo do romance *Dom Casmurro* ele cria um personagem que intenta ler seus versos ao narrador, o qual, por seu turno, acaba cochilando. Magoado, o poeta entrou a dizer dele nomes feios, e a chamá-lo Dom Casmurro.

⁵⁴⁹ Cf. Candido, Antônio. “Dialética...”, cit., p. 29: “ambos [os jornaizinhos cômicos *O Carapuzeiro* e *O Novo Carapuzeiro*] se ocupavam da análise política e moral dos costumes e retratos de tipos característicos, dissolvendo a individualidade na categoria, como tende a fazer Manuel Antônio de Almeida” (registre-se, apenas, que jamais houve um jornalzinho cômico chamado *O Novo Carapuzeiro*, na realidade título de um livro lançado pelo português Gama e Castro. É plausível que, antes do lançamento em livro, o texto tenha sido publicado em série, possivelmente no *Jornal do Comércio*, onde Gama e Castro habitualmente colaborava). Tal procedimento, de forma bem mais explícita, também era habitual na Pacotilha e em seu “Escritório”, onde “se aplicam inúmeros apelidos, relativos às pessoas sobre as quais incidiam as queixas [...]: assim, há reclamações, contra: Chico Mentira, Boca D’água, Dr. Narigudo, Toucinho, Pavão, Piolho-Viajante, Pássaro de Gaiola, Cabeça de Arroz, Sr. Globo Geográfico, Carçoço, Bico e Batoque, Dentuça, Grilo, Caralinda, Arrasata-saco, José dos Papagaios, Par de Botas, Acode o peso. Outro modo de se referirem às pessoas, além dos apelidos e iniciais, era o citar a profissão e o endereço; alfaiate, marceneiro, tanoeiro, tamanqueiro, caixeiro, dono de armarinho, farmacêutico, médico, professor, pedagogo, padre, sacristão – fazendo-se menção às ruas: do Hospício, Ourives, Beco dos Aflitos, do Cotovelo, da Vala, do Fogo, do Regente, da Imperatriz, de Alcântara, Passadiço, Morro de Santa Tereza etc.” (Lara, Cecília de. “Memórias...”, cit., pp. 70-71). E, como observa José Alcides Ribeiro, tal procedimento também se registra nos *Mistérios de Paris*, de Eugène Sue (*Imprensa e Ficção...*, cit.).

próprio major Vidigal, como se vem destacando, funciona também como índice dos procedimentos despóticos que tornavam aquele período digno de vituperação e escárnio.

Essa atitude, ao invés de transformar tais personagens em mera abstração, servia para dar-lhes um caráter apropriado a seu destino de “carapuça”: não se deve esquecer a já mencionada intenção epigramática que norteava os escritos da Pacotilha e das demais publicações. Era assim, aliás, que esses escritos sugeriam a maneira pela qual deveriam ser lidos, como no caso abaixo:

“[Escrevi] um artigo sobre costumes morais./ – Não é feio, disse o editor depois de o ler, mas veja que há muita gente que pensa que isto são carapuças talhadas sobre modelos, e já outro dia três sujeitos me recusaram a folha, julgando terem reconhecido o seu retrato em um dos seus artigos./ – São pessoas de consciência, respondi eu./ – É melhor não publicarmos isto [disse o editor].”⁵⁵⁰

Escritores havia que explicitavam esse programa, e nesse sentido um brasileiro podia adotar postura idêntica à de um norte-americano:

“Que fiz eu? Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta.”⁵⁵¹

“Na lógica, não menos que na literatura, é o *epigrama* que se torna mais imediata e mais universalmente apreciado.”⁵⁵²

Num trabalho dirigido ao teatro, mas passível de aplicação às MSM, Quintino Bocaiúva tocou no tema da provocação, dos pruridos e dos ressentimentos. Ele se referia às obras que, em lugar de se restringirem a um só segmento, procuram satirizar a sociedade como um todo. Isso não seria aconselhável pelo seguinte:

⁵⁵⁰ Jornal *A Imprensa* nº. 7. Rio de Janeiro, 24/10/1852, p. 3. Discussão entre “Mestre Fígaro” e o editor.

⁵⁵¹ Macedo, Joaquim Manuel de. *Um Passeio...*, cit., p. xvi.

⁵⁵² Poe, Edgar Allan. “O Mistério de Maria Roget”, cit., p. 290.

“Assim como num quadro onde estivessem retratados muitos indivíduos, a eles apresentado ao mesmo tempo, nenhum poderia notar os defeitos de composição que existissem em cada um dos retratos, e só olhariam cada um para o seu, sem por conseguinte aperceberem-se de seu próprio defeito; assim também a sociedade inteira retratada pelo poeta, por ele satirizada, não aproveitará a lição em coisa alguma, só olhará, da produção, para aquela parte que lhe diz respeito, cada membro por si, com a vista de seu ressentimento, pelo prisma de sua suscetibilidade, e retirar-se-ão todos do espetáculo, cada um indignado ou despeitado contra ele, talvez desconfiado de si mesmo, mas em todo caso sem a correção, sem o exemplo, sem o gérmen do arrependimento, só sentindo e só falando, como diz o satírico espanhol, *por la boca de su herida.* / Este gênero de crítica de tão geral e absoluto que se quer fazer torna-se restrito até a ofensa da pessoa”⁵⁵³ (n.n.).

Abordando-se um único caso suscetível de “talhar a carapuça”, o do menino travesso que depois se tornou chefe de polícia, constam nos jornais interessantes referências:

“[...] o Sr. Simões [chefe de polícia], recomenda ao subdelegado do Sacramento, a quem queima podre incenso, a completa *execução de suas ordens*; ao subdelegado do Sacramento, **ontem pobre menino, e bastante travesso**, hoje DOUTOR (sem medicina) SUBDELEGADO, e breve DEPUTADO PROVINCIAL! Misérias humanas!!...” (O Grito Nacional, 05/12/1849, p. 3; n.n.).

“[...] Não é só o tal ministro/
Que merece ser notado/
Temos por lá alguns outros/
Que *comem* bem bom bocado/
Que *comem*, não se confundam./
Há maneiras de *comer*;/
Não quero que um dito tal/
Mau sentido possa ter/
Assim há menino tal/
Que é na terra eleitor,/
Sendo já subdelegado,/
E de mais a mais vereador./
É menino feito *ad hoc*/
Para tudo atropelar,/
E os serviços d’alguém/
Com cinismo atrapalhar/
Acresce que tal menino/
Não é do torrão Zabrilense,/
É à cascatica terra/
Que o digno herói pertence” (CM, Pacotilha n.º.116, 17/04/1853, p. 1, poesia satírica “O País dos Zabrilenses”, escrita pelo “Poeta Niteroiense”).

⁵⁵³ Bocaiúva, Quintino. *Estudos Críticos e Literários*, cit., p. 67. Conquanto não fossem peça de teatro, as MSM talvez tenham incorrido no mesmo “equivoco”, dada a grande quantidade de tipos que fazem firulas por suas páginas.

Note-se que, aí, o gênero baixo conjuga as tópicas do “pobre menino, e bastante travesso” ou do “menino [que] não é do torrão Zabrilense, mas da cascatica terra”, constituindo “origem baixa” como oposição a “posição proeminente”, pois implicaria incapacidade (“doutor sem medicina, subdelegado e breve deputado provincial”) e desonestidade (“comem bem bom bocado”). Assim, é possível – muito embora a importância disso seja bastante escassa – que o texto tenha por assim dizer atirado a esmo e acertado no que não viu, atijando porventura alguma sensibilidade mais irritada – de “nervosos ou quiçá nevróticos”, como gostaria de dizer José Veríssimo. Num trecho expurgado da edição em livro, o narrador introduz uma auto-retratação curiosa:

“Com a sua influência, [Maria Regalada] tudo alcançou, e em uma semana entregou ao Leonardo dous papéis: um era a sua baixa da tropa de linha, e o outro uma carta em que o velho *Leonardo-Pataca* chamava seu filho para lhe fazer entrega do que lhe deixara seu padrinho, e que se achava religiosamente intacto./ **Isto ensinará aos leitores e a quem escreve esta história, a não fazerem maus juízos da probidade de ninguém, nem mesmo da probidade de um meirinho daqueles tempos de outr’ora**” (*MSM*, Pacotilha nº. 131, 31/07/1853, p. 1; *n.n.*).⁵⁵⁴

Lembre-se, de novo, que as *MSM* atravessaram um período eleitoral acirrado, em que verrinas eram lançadas de parte a parte. Acresce que elas talvez tenham sido escritas justamente para isso: aborrecer quem quisesse ficar aborrecido. Pode-se especular alguma confusão, alguma tomada de satisfações, algum estremecimento, que no entanto pouco acrescentam à constituição do texto em si, porque sua própria estrutura, em tese, já previa esse tipo de recepção. Como curiosidade, mencionou-se anteri-

⁵⁵⁴ As intervenções explicitamente judicativas do narrador, que Antonio Candido, na “Dialética...”, considera como elemento descartável e dissonante em relação ao restante do texto das *MSM*, lançam mão do “registro sisudo”, como se referiu antes. Seu tom é programaticamente diferente dos trechos cômicos, o que não significa que sejam descartáveis; pensa-se aqui que tal registro, muita vez irônico, foi fundamental na constituição do texto para acrescentar-lhe uma aura de seriedade moralizante, como teatralização de uma voz coletiva — o corpo letrado da Pacotilha.

ormente que o folhetim “Memórias de um Caixeiro”, iniciado pouco antes do encerramento das MSM, foi apresentado como “trabalho de pura imaginação”. Em todo caso, se de fato aconteceu algum quiproquó ou desforço físico, trata-se de ruína que deixou poucos vestígios.⁵⁵⁵

Mais interessante é o que ocorreu na edição em livro, quando algumas críticas e referências foram amaciadas. O livro das MSM não foi impresso nas oficinas do CM, e isso indica que o jornal talvez se tenha desinteressado desse trabalho. Não foi o caso, contudo, daquele que se apropriou do texto enquanto “autor”: a atribuição a “*Um Brasileiro*” e as mudanças –que em muitos trechos de fato melhoraram a redação, eliminando erros e redundâncias e tornando as frases mais enxutas– encenam seu empenho engajado no sentido de contribuir para a civilização no País, sem contudo se mostrar intolerante. Quanto a el rei, ele permaneceu nas

⁵⁵⁵ Veja-se que, sem motivo aparente, a descrição do Vidigal muda durante a narrativa: “Era ele [o Vidigal] um homem alto, não muito gordo, com cara de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, a voz descansada e adocicada” (MSM, Pacotilha nº. 77, 25/07/1852, p. 2). Sete meses depois, ei-lo modificado: “a figura alta, magra, severa e sarcástica do nosso célebre major Vidigal” (MSM, Pacotilha nº. 107, 20/02/1853, p. 1). Como se pode ver, há muitos quilos entre “não muito gordo” e “figura magra”. Para problemas com a polícia, parece suficiente mencionar Martins Pena, cujo caso Darcy Damasceno contou como foi: “A grande luta de Pena com o Conservatório foi motivada pela censura de *Os Ciúmes de um Pedestre*. Urldindo a peça com elementos colhidos na crônica policial, o comediógrafo pretendeu levar à cena dois fatos escandalosos ocorridos por aqueles tempos: a tentativa que fez certo amante de, pelos telhados alheios, se aproximar de sua desejada, e o lançamento, ao mar, do corpo de um escravo morto em circunstâncias misteriosas./ O caso tornou-se mais complexo por entender o autor de meter a ridículo a exacerbação sentimental do *Otelo*, que, encarnado por João Caetano, andava a arrastar grande público para o Teatro de São Francisco. Parodiando a célebre leitura da carta, topou contra o efeito buscado o parecer de Vieira Souto, que via no recurso dramático uma tentativa de ridicularizar o intérprete, não a personagem./ Parente próximo de Caetano, Vieira Souto juntava talvez ao seu julgamento certo fator sentimental, pois a intenção do autor, segundo juízo de outros membros do Conservatório, não trazia laivos de demérito. Condicionada a liberação da peça a modificações várias (não só da carta, mas de determinadas expressões alusivas àqueles incidentes policiais), a elas se submeteu Martins Pena, não sem indignação. A polícia, entretanto, dando de menos à palavra da censura, obistou por sua conta a representação, o que levou o comediógrafo a trocar o título da peça e a, sob tal disfarce, levá-la à cena” (Martins Pena e o Conservatório Dramático”, in: *Revista do Livro* nº. 8, Rio de Janeiro, INL, dezembro de 1957, pp. 223-224).

passagens em que se evidencia seu bom humor; entretanto, as passagens em que ele poderia ser lido como déspota, ou lorpa, foram eliminadas⁵⁵⁶. Depois, a obra foi lançada: “pois publica-se um livro como correm os dados: para ver o que sai?”⁵⁵⁷

No decorrer deste trabalho, evitou-se ao máximo estabelecer qualquer ligação direta entre Manuel Antônio de Almeida e as *Memórias de um Sargento de Milícias*. Ele foi seu autor? Na perspectiva aqui adotada, isso, na realidade, não tem importância. Algumas análises discutem a autoria dessa obra baseadas no fato que ela teria uma espécie de “co-autor”: Antônio César Ramos, o *velho César*, “administrador e caixa do famoso órgão liberal [o CM]”⁵⁵⁸, “que aqui chegara com o regimento de Bragança, engajado para a Guerra Cisplatina de 1817”⁵⁵⁹. O primeiro a levantar a lebre foi Bethencourt da Silva, em sua “Introdução Literária” às *MSM*, em 1876:

⁵⁵⁶ Cf. as edições críticas de Cecília de Lara (LTC) e de Terezinha Marinho (INL-MEC), citadas na bibliografia. Em sua *História da Independência do Brasil*, somente publicada em 1875 –como complemento à *História Geral do Brasil*, iniciada em 1852 e concluída em 1857–, Varnhagen sedimentou o modo de citar oficialmente el rei: “Era D. João VI talhado de molde para um bom rei constitucional. Em nossa opinião, fazem-lhe grande injustiça alguns escritores que ajuizam seu caráter menos favoravelmente. [...] homem de tino e circunspeção, justo, desejoso de acertar, de muita consciência e bastante aplicado nos negócios” (*História da Independência do Brasil*, cit., p. 18). É óbvio que contrariar essa preceptiva não levaria ninguém ao cadafalso — se não que, talvez, a um cadafalso metafórico. Note-se a sutileza da seguinte alteração efetuada nas *MSM*: “passavam ali [no Pátio dos Bichos] todos os dias do ano três ou quatro oficiais superiores, velhos, incapazes para a guerra e inúteis na paz, que o rei a pretexto de seu serviço os tinha ali, não sabemos se com mais alguma vantagem de soldo, ou se só com mais a honra de serem empregados no real serviço” (Pacotilha 78, *CM*, 01/08/1852, p. 2; *n.n.*). No livro, o trecho permaneceu, com uma sutil alteração que inocenta el-rei: “passavam ali todos os dias do ano três ou quatro oficiais superiores, velhos, incapazes para a guerra e inúteis na paz, que o rei tinha a seu serviço não sabemos se com mais alguma vantagem de soldo, ou se só com mais a honra de serem empregados no real serviço.” Cf., adiante, reprodução de uma caricatura inglesa de 1826, na qual se satiriza o *beija-mão*.

⁵⁵⁷ “ALMEIDA”. “Revista Bibliográfica. *O Livro do Povo*, por L. A. Navarro de Andrade”. In: *CM*, 07/10/1856. *Apud* Mendonça, Bernardo de. *Op. cit.*, p. 59.

⁵⁵⁸ Mendonça, Salvador de. “Cousas do Meu Tempo”, cit., p. 109.

⁵⁵⁹ Morais Filho, Melo. *Fatos e Memórias*. Rio de Janeiro, Garnier, 1904, p. 280. *Apud* Tinhorão, José Ramos. “MAA e o Romantismo Realista-Popular”, cit., p. 96.

“Um velho amigo, homem são, que se aponta como tipo de probidade, o capitão Antônio César Ramos, companheiro incansável de fadigas, empregado no [Correio] *Mercantil*, revendo-se nos belos dotes de Almeida, animava-o, incitava-o até, para que escrevesse cousa de fôlego, que melhor servisse aos interesses de uma publicação que naquele tempo se tornou célebre e temida pela pontualidade, pela crítica pungente, pelo vigor e pelo espírito enérgico de muitos dos seus artigos — *A pacotilha*./ Foi neste período, na época acesa das paixões dos partidos que Manuel de Almeida se dispôs, sem pretensões nem cuidar das glórias e nem de títulos nobiliários de talento, a escrever às [sic] *Memórias de um Sargento de Milícias*” (*op. cit.*, pp. XVI-XVII).

Depois de Bethencourt da Silva –que fala somente em “estímulo”–, foi a vez, em 1904, do historiador Mello Moraes Filho indicar a co-autoria. Em entrevista com esse autor, o velho César lhe teria revelado:

“– Escute – continuava após – o *Maneco* compunha de improviso os capítulos do seu *Sargento de milícias*. Antes de subir à redação, procurava-me, e eu, o pobre ex-sargento de milícias do regimento do Vidigal, descrevia-lhe os tipos e os costumes do tempo, os quadros da vida colonial e a sua perspectiva, a atividade da polícia, as peripécias da sociedade dos ciganos e a intimidade dos Irmãos das Almas, e o moço escritor os reproduzia na manhã seguinte com uma expressão que encantava, com uma verdade tão firme, que eu mesmo seria incapaz de contestá-lo!”⁵⁶⁰

Em 1913, enfim, Salvador de Mendonça, num artigo justamente denominado “O Velho César”, contou o seguinte:

“Conhecedor da crônica do Rio de Janeiro desde os tempos do Rei Velho, [o velho César] forneceu a Manuel Antônio de Almeida todo o material com que foi arquitetado o romance *Memórias de um sargento de milícias*, que, digam o que disserem, há de ser sempre uma das melhores reproduções dos costumes da cidade carioca no tempo do Vidigal e d’El Rei Nosso Senhor.”⁵⁶¹

⁵⁶⁰ Moraes Filho, Melo, *op. cit.*, p. 281. *Apud* Tinhorão, José Ramos, *op. cit.*, p. 101.

⁵⁶¹ Mendonça, Salvador de, *op. cit.*, p. 111. Esse autor, nascido em 1841 e morto em 1913, tinha onze anos em 1852, quando as *MSM* começaram a ser publicadas.

São basicamente esses os testemunhos das pessoas que afirmaram ter conhecido Antônio César Ramos. Por mais que se dê crédito aos autores, sua importância é escassa: embora seja um truísmo dizê-lo, ordinariamente os escritores, de uma forma ou de outra, conversam com outras pessoas – sobre seu objeto de trabalho bem como sobre outros objetos. Com quem mais Almeida teria supostamente conversado a respeito do tempo do rei? Com Muniz Barreto? Com sua mãe? Com amigos de tertúlias? Com algum membro do IHGB? Não se está negando que alguém –um velho, funcionário do CM– em colóquio se tenha dirigido, com histórias de “seu tempo”, a outro alguém –um jovem redator do mesmo jornal–, mas sim que a importância desse fato é quase nula, e ele foi aqui registrado por causa de sua recorrência em algumas análises, como a Wilson Martins, onde, a partir dos dados coligidos aqui, se fazem ilações a respeito da co-autoria e dos pruridos de MAA em assinar a obra.⁵⁶²

Ademais, neste trabalho tem-se optado por uma espécie de “não-autoria” empírica programática. Nesses termos, o autor das MSM configuraria uma das facetas do narrador da Pacotilha – uma figura, como se mencionou à farta, que afetava grande erudição, ironia, fineza de espírito etc. Mais tarde, o jornal se desinteressou do texto, que então saiu em livro – e, em tais condições, é possível falar **também** em “mercado”: por que não tentar abiscoitar alguns cobres com uma publicação que além do mais era divertida? Isso dando-se de barato a contribuição para o processo civilizatório e para as luzes nacionais.

Dessarte, o *autor* Manuel Antônio de Almeida foi aqui desconsiderado, ou melhor, foi apenas considerado como uma possibilidade igual a qualquer outra⁵⁶³, sendo razoável aplicar aí a noção estruturalista do “a-

⁵⁶² Cf. Martins, Wilson, *op. cit.* Para esse autor, teria havido algo como um “choque” entre MAA e o “velho César”.

⁵⁶³ Não se irá entrar agora nas discussões teóricas a respeito da noção de autoria. O assunto está levantado e discutido em Hansen, João Adolfo. “Autor”. In: Jobim, J. Luís (org.). *Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 11-41, onde se faz opção pelo trabalho de Michel Foucault: “sua noção de *autor-função* ou *função-autor* descreve a relação que se produz entre discursos nas práticas de classificação e apropriação dos saberes-

nonimato do código”⁵⁶⁴. A *pessoa empírica* Manuel Antônio de Almeida, contudo, deixou documentos que evidenciam seu afã de integrar-se e de conseguir empenhos, e seu relativo fracasso –ele desejava muito mais do que conseguiu– não deve provocar nenhuma ilação piedosa, porque tal ilação nada mais seria do que a corroboração do interessadíssimo ponto de vista de seus contemporâneos. Entre 1854 e 1856, e mesmo depois, os textos escritos por Almeida deixam claro seu engajamento no processo político que se celebrizou como “Conciliação”, e que, de fato, pouco diferia do que ele “pensava”. Assim escrevia ele, aplaudindo o fim da Pacotilha ou propondo sempre luzes e moderação:

“[...] não se pode deixar de reconhecer que uma política de pacotilha, audaz, ignorante, indecente, produziu uma literatura do mesmo gênero e com as mesmas qualidades.”⁵⁶⁵

“Que o teu jornal [ó Zaluar] exerça a polícia moral nessas localidades onde a ação da polícia dos códigos não aproveita por longínqua, por tardia, quando não por abusiva, de si mesma. [...] Um jornal em uma localidade não é só um depositório de fatos diários, onde se acumulam os elementos da história que o futuro há de vir buscar; não é só seu tribunal a que são levadas todas as queixas e onde se distribuem com a prontidão desejável prêmios ao mérito, castigos ao pecado: é também uma escola onde as lições fáceis, amenizadas e variadíssimas vão procurar elas

poderes: é no nome do autor, como uma objetivação classificatória de práticas discursivas, que se teatralizam e efetivam as convenções institucionais de vária ordem que definem as tipologias discursivas nas quais valores são atribuídos, como hierarquias que submetem os produtos, os pontos cegos de silêncio, de exclusão, de interdição, de dispêndio supérfluo e anonimato, as técnicas de reprodução e comentário. Convenção, a autoria pode estar prevista como necessária para alguns discursos, como facultativa para outros, como inexistente para muitos. Convenção, a autoria não é uma categoria trans-histórica” (pp. 13-14). Note-se, apenas, que no caso de Almeida ocorre contemporaneamente, consoante o dispositivo aí citado, uma articulação que associa o nome à constituição do “nacional-popular”.

⁵⁶⁴ Expressão colhida em Hansen, João Adolfo, “Autor”, cit., p. 13.

⁵⁶⁵ Almeida, M. A. de. “Revista Bibliográfica. O Comendador, romance por Francisco Pinheiro Guimarães.” In: *CM*, 20/07/1856. *Apud* idem, p. 49. Nesse trecho, também pode ter valido a acumulação semântica da expressão francesa “*de pacotille*” (“de má qualidade” ou “de segunda categoria”).

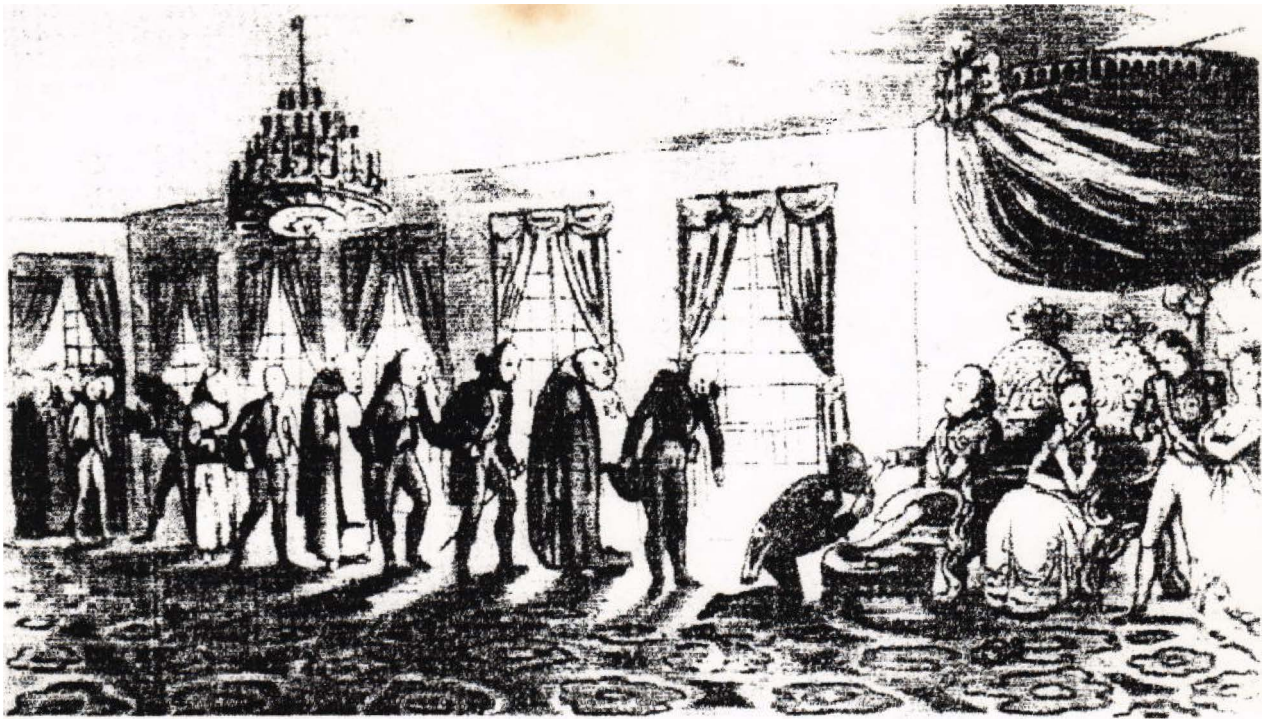
mesmas os discípulos, seduzi-los pelas suas vocações, instruí-los desapercibidamente e muitas vezes contra a própria vontade. A instrução por meio do jornal é o meio mais astucioso e infalível para vencer a ignorância no que ela tem de mais terrível — essa presunção de suficiência que de ordinário se disputa no espírito dos que pouco aprendem. [...] O anônimo é a praga da imprensa. Procura acabá-lo; há de haver luta a começo, mas a verdade há de afinal calar nos espíritos. A prática que tenho num dos grandes jornais da corte me ensina que dois terços pelo menos das publicações anônimas que se apresentam têm por origem a calúnia, a maledicência ou a frivolidade.”⁵⁶⁶

“Um jornal não é um libelo de circunstância ou de ocasião escrito por um advogado mercenário para não perder a freguesia.”⁵⁶⁷

A partir de certo instante, suas ambições tornaram-se maiores que suas possibilidades e seu efetivo poder de fogo, e ele foi posto de lado. É uma ocorrência corriqueira, e não indica nenhuma perseguição devida à sua genialidade precoce e incompreendida. Morto em 1861, aos trinta e um anos, MAA despontava então para um quase anonimato do qual foi sendo paulatinamente subtraído pelas sucessivas apropriações do texto das *MSM*, a partir, sobretudo, da reedição promovida por Quintino Bocaiúva em 1862-63, na “Biblioteca Brasileira”. Essa coleção, aliás, programara a edição das obras completas de MAA, fato que acabou não se concretizando — seja porque o material era muito escasso, seja porque o projeto da Biblioteca, após dois anos, naufragou também.

⁵⁶⁶ Almeida, M. de. “Zaluar”. In: *O Paraíba* nº. 1. Petrópolis, 02/12/1857. Apud Mendonça, Bernardo de, cit., pp. 88-89.

⁵⁶⁷ Idem, “A Independência dos Jornais”. In: idem, 12/12/1858. Apud idem, p. 91.



Court-day at Rio (“dia de recepção na Corte do Rio de Janeiro”).

Por A.P.D.G., *Sketches of Portuguese Life, Manners and Character*. Londres, 1826.

(*Apud* Lima, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, cit., v. 2, p. 413).

Eis como o historiador Gustavo Barroso descreveu essa litografia: “*Court-day at Rio*, o Beija-Mão, é uma cena em que sobressai da ingenuidade aparente a veracidade dos pormenores. Não se esqueceram as largas flores do tapete, nem o brasão das Quinas no dossel do trono, nem os monogramas reais sob a coroa heráldica no espaldar das poltronas. [...] No primeiro plano, sob um dossel purpúreo, a Família Real. A Princesa D. Leopoldina e seu marido, o Príncipe Real, depois D. Pedro I, de pé, ao lado dos tronos, ela de vestido de Corte cor-de-rosa, ele de meias e calções brancos, farda azul, faixa de grã-cruz, dragonas e condecorações. No trono menor, rigidamente sentada com seu vestido de Corte branco e bordado a ouro, diadema na cabeça, a rainha D. Carlota Joaquina parece enfadada, com o leque meio fechado a bater no queixo. Volta-se um pouco para os Príncipes como se quisesse evitar a cena semi-grotesca que se desenrola a dois passos./ No trono maior, acha-se sentado D. João VI, caricaturalmente representado na cabeça disforme em relação ao corpo. Vestido como Príncipe Real, faz repousar a perna esquerda, certamente reumática, sobre o tamborete redondo, forrado a seda carmesim. Dá indiferentemente a polpuda mão a beijar a um oficial ajoelhado, em cujos cabelos e fisionomia evidentemente se vislumbram sinais de mestiçagem africana./ Segue-se em perspectiva a fila dos áulicos admitidos à honra do Beija-Mão: sete personagens maldosamente caricaturados. O primeiro, um militar careca, esboça os salamaleques com que se deve aproximar de Sua Majestade. O segundo, um fradilhão com uma grande cruz pátea azul e vermelha ao peito; sua rotundidade avulta na sala, faz parecer mais magro o terceiro, um fidalgo de andar tabético com um laço desconforme e um chapéu de pasta sob o braço, segurando desajeitadamente o espadim na mão esquerda. Em quarto lugar, outro fidalgo rechonchudo e curvo. Enfim, entre dois frades capuchinhos, um deles mais volumoso e mais velho do que o companheiro, outro fidalgo de atitude displicente./ Ao fundo, a porta que comunica com a ante-sala do Trono, a chamada Sala dos Tudescos, reminiscência da antiga Guarda de Alabardeiros Alemães, apinhada de gente, no meio da qual sobressaem mais um fradilhão bojudado e mais um fidalgo esquelético. Note-se em toda a maliciosa composição o contraste repetido entre gordos e magros. [...]”

BIBLIOGRAFIA SOBRE A OBRA E O AUTOR

a) FONTES PRIMÁRIAS:

- FERREIRA, Félix. “Manuel Antônio d’Almeida”. In: *Idéia* n^{os}. 1 (setembro de 1869) e 2 (outubro de 1869), Rio de Janeiro, pp. 7-12 e 39-44.
- MAJOR, Manuel Antônio. “Perfis Literários. Manuel Antônio de Almeida”. In: *Revista Mensal da Sociedade de Ensaaios Literários*, 4^o. ano, n^o. 7, outubro de 1872, Rio de Janeiro, pp. 683-688.
- SILVA, Francisco Bethencourt da. “Manuel Antônio D’Almeida”. In: *MSM*. Rio de Janeiro, Tipografia e Litografia Carioca, 1876, pp. I-XLVIII.
- ZALUAR, Augusto Emílio. “Manuel Antônio d’Almeida”. In: *Diário do Rio de Janeiro*, 5 e 7 de fevereiro de 1862.

b) FONTES SECUNDÁRIAS⁵⁶⁸:

- AMORA, Antônio Soares. “Almeida”. In: *O Romantismo*. São Paulo, Cultrix, 1969, pp. 230-240.
- _____. “Introdução”. In: *MSM*. Rio de Janeiro, Bertrand, s/d [1944], pp. 7-17.
- ANDRADE, Mário de. “MSM”. In: *Aspectos da Literatura Brasileira*. São Paulo, Martins, s/d, pp. 125-139.
- AUTORES & LIVROS (suplemento literário do jornal *Correio da Manhã*). Rio de Janeiro, 21/03/1943, pp. 145-160.
- BOSI, Alfredo. “MAA”. In: *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1985, pp. 145-148.
- BROCA, Brito. “MAA, Crítico Literário”; “Atribulações de MAA”; “O Mistério de MAA”; “O Naufrágio do Vapor Hermes”; “O Crítico e o Repentista”. In: *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos*. Brasília/São Paulo, MEC/Pólis, 1979, pp. 225-248.
- BRUNO, Ernani da Silva. “Um Autor Fora de Classificação”. In: *jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 17/11/1981.
- CANDIDO, Antonio. “MAA: o Romance em Moto Contínuo”. In: *Formação da Lite-*

⁵⁶⁸ Para maior economia, utilizou-se, como já se vinha fazendo ao longo do trabalho, *MSM* para as *Memórias de um Sargento de Milícias* e *MAA* para Manuel Antônio de Almeida. Como boa parte dos textos críticos a seu respeito são também introduções (ou similares) às *MSM*, não pareceu necessário indicar, a todo momento, a autoria.

- ratura Brasileira*. São Paulo/Belo Horizonte, Martins/Itatiaia, 1981, vol. II, pp. 215-220.
- _____. “Dialética da Malandragem”. In: *MSM*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, pp. 317-342 [reproduzido, com modificações, em _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1993, pp. 19-54].
- CARPEAUX, Otto Maria. “MAA”. In: *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s/d, pp. 134-136.
- CASTELLO, José Aderaldo. “A Formação de MAA. Sua Obra de Ficção”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro [?], MEC, s/d, pp. 28-36.
- CRAWFORD, William Rex. “Introduction”. In: *MSM* [trad. inglesa]. Washington DC, Pan American Union, 1959, pp. VII-XVI.
- DAMASCENO, Darcy. “A Afetividade Lingüística nas *MSM*”. In: *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro, vol. II, tomo 2, 1956, pp. 155-177.
- _____. “Correspondência Inédita de MAA”. In: *Revista do Livro* nº. 12. Rio de Janeiro, INL, dezembro de 1958, pp. 197-211.
- FARIA, Antonio Carlos de. “Edição Homenageia MAA”. In: *jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 28/12/1991.
- FRIEIRO, Eduardo. “Do Lazarilho de Tormes ao Filho de Leonardo Pataca”. In: *O Alegre Arcipreste e Outros Temas de Literatura Espanhola*. Belo Horizonte, Oscar Nicolai, 1959, pp. 67-93.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “No Tempo do Rei”. In: *Saco de Gatos. Ensaios Críticos*. São Paulo, SCCT-SP/Duas Cidades, 1976, pp. 27-33.
- GOMES, Eugênio. “MAA”. In: *Aspectos do Romance Brasileiro*. Salvador, Progresso, 1958, pp. 53-76.
- GONZÁLEZ, Mário Miguel. “Nos Primórdios da Neopicaresca: *MSM*”. In: *A Saga do Anti-Herói*. São Paulo, Embajada de España/Nova Alexandria, 1994, pp. 278-296.
- GOTTO, Roberto. *Malandragem Revisitada*. Campinas, Pontes, 1988.
- GUIMARÃES, Reginaldo. *O Folclore na Ficção Brasileira: Roteiro das MSM*. Rio de Janeiro, MEC/Cátedra, 1972.
- HADDAD, Jamil Almansur. “Prefácio”. In: *MSM*. São Paulo, Melhoramentos, 1964, pp. 7-13.
- HOUAISS, Antônio. “MAA”. In: *jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28/11/1954.
- LARA, Cecília de. “Introdução”; “*MSM* e a Crítica”; “Bibliografia”. In: *MSM* [edição crítica]. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, pp. XIII-XXXIX;

287-289; 343-368.

_____. “*Memórias de um Sargento de Milícias: Memórias de um Repórter do Correio Mercantil?*”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 21, São Paulo, IEB-USP, 1979, pp. 58-84.

_____. “Uma Estória de Alegria e Malandragem Contada na Voz do Povo Brasileiro”. In: jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 30/11/1989.

LINHARES, Temístocles. “Um Fenômeno de Criação Literária”. In: *História Crítica do Romance Brasileiro*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1987, v. I, pp. 117-136.

MARINHO, Terezinha. “1. Prefácio”; “2. Cronologia Bibliográfica”; “3. Bibliografia”; “4. Introdução Crítico-Bibliográfica”. In: *MSM* [edição crítica]. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1969, pp. 9-103.

MARTINS, Wilson. “Filho de uma Pisadela e de um Beliscão”. In: *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Edusp/Cultrix, 1977, v. II, pp. 475-487.

MELO JR., Maurício. “Homenagem ao Escritor das Memórias do Sargento”. In: jornal *Correio Brasiliense*. Brasília, 28/11/1991.

MENDONÇA, Bernardo de. “D’Almeida, Almeida, Almeidinha, A., Maneco, Um Brasileiro: Mais um Romance de Costumes”. In: _____ (org.). *MAA. Obra Dispersa*. Rio de Janeiro, Graphia, 1991.

MENEZES, Raimundo de. “Curiosidades Biográficas. MAA”. In: jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20/06/1948.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: Breve História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, pp. 70-73.

MONTELLO, Josué. “MAA”. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A Literatura no Brasil*. Niterói/Rio de Janeiro, Eduff/José Olympio, 1986, vol. III, pp. 347-353.

MONTENEGRO, Olívio. “MAA”. In: *O Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, pp. 61-70.

NEGRÃO, Maria José Trindade. “Apresentação”. In: *MAA. Textos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1966, pp. 4-25.

PARANHOS, Haroldo. “A Segunda Geração Romântica e as MSM”. In: *MSM*, Rio de Janeiro, Cultura Brasileira, 1937, pp. I-XII.

PEREIRA, Astrogildo. “Romancistas da Cidade: Manuel Antônio, Macedo e Lima Barreto”. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro, n.º 35, 1941 (3ª. fase), pp. 26-59.

PINTO, Rolando Morel. “Introdução”. In: *MSM*. São Paulo, Cultrix, 1970, pp. 9-22.

- PRETI, Dino. "MAA". In: *Sociolinguística: os Níveis de Fala. Um Estudo Sociolinguístico do Diálogo na Literatura Brasileira*. São Paulo, Nacional, 1987, pp. 118-126.
- QUEIROZ JR., Teófilo. "MSM". In: *O Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira*. São Paulo, Ática, 1975, pp. 49-50.
- REBELO, Marques. *Vida e Obra de MAA*. São Paulo, Martins, 1963.
- _____. *Para Conhecer Melhor MAA*. Rio de Janeiro, Bloch, 1973.
- RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Brasil: Manuel Antônio de Almeida*. São Paulo, PUC, 1996 (Tese de Doutorado).
- _____. "Indústria Cultural e Gênese Ficcional em *Memórias de um Sargento de Milícias*". In: *Gênese e Memória. IV Encontro Internacional de Pesquisadores do Manuscrito e de Edições*. São Paulo, Associação de Pesquisadores do Manuscrito Literário/Anna Blume, 1994, pp. 321-327.
- ROMERO, Silvio. "Manuel Antônio de Almeida". In: *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, v. III, pp. 88-91.
- RÓNAL, Paul [sic]. "Préface". In: *MSM* [trad. francesa]. Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 1944, pp. 5-12.
- SANTIAGO, Silviano. "Imagens do Remediado". In: *Vale Quanto Pesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 117-120.
- _____. "Para Além da História Social". In: *Nas Malhas da Letra*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 215-232.
- SILVA, Adriane Duarte da. "Jornalismo de um Clássico". In: *jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 28/12/1991.
- SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. *O Romance Brasileiro: do Periódico ao Livro*. Rio de Janeiro, 1995 (manuscrito).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo, Difel, 1982, pp. 227-230; 252-253.
- SCHWARZ, Roberto. "Pressupostos, Salvo Engano, de 'Dialética da Malandragem'". In: *Que Horas São?* São Paulo, Cia. das Letras, 1989, pp. 129-155.
- SOUTO, Luiz Felipe Vieira. "MAA. 2ª. Conferência". In: *Dois Românticos*. Rio de Janeiro, IHGB, 1931, pp. 103-118.
- TINHORÃO, José Ramos. "MAA e o Romantismo Realista-Popular". In: *A Música Popular no Romance Brasileiro*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992, pp. 93-112.

VERÍSSIMO, José⁵⁶⁹. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969, pp. 189-193.

_____. “Um Velho Romance Brasileiro”. In: MSM [ed. crítica]. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978, pp. 291-302.

WALTY, Ivete Lara Camargos. *Implicações Sociais do Elemento Picaresco nas “MSM”*. Belo Horizonte, UFMG, 1980 (Dissertação de Mestrado).

ZAGURY, Eliane. “Apresentação”. In: MSM. São Paulo, Ática, 1985, pp. 5-8.

BIBLIOGRAFIA GERAL

a) FONTES PRIMÁRIAS:

a1) IMPRENSA:

Periódicos: *O Anônimo, O Atleta, O Bodoque Mágico, O Boticário, O Brasil, O Brasil Ilustrado, A Carapuça, O Carapuço, O Carijó, O Carioca, A Cidade do Rio de Janeiro, Correio do Brasil, Correio Mercantil, O Camaradinho, O Curupira, O Daguerrotipo, Diário do Rio de Janeiro, Estrela do Ocidente, O Granadeiro, O Grito Nacional, Guanabara, Guaraciaba, O Guarda Nacional, O Guasca na Corte, O Guerreiro, A Imprensa, Jornal do Comércio, A Lanterna Mágica, O Liberal, O Mágico, A Marmota Fluminense, O Menino Travesso, Minerva Brasileira, O Moleque, A Mutuca nas Galerias da Câmara Baixa, A Nação, Niterói — Revista Brasileira, O Noticiador, Nova Minerva, O Português no Rio de Janeiro, O Povo, O Radical, A Rosa Brasileira, A Rusga Carioca (ou, A Briga Entre o Cônego Ignez, Lucas, Ripanso e o Capitão de Muleques), O Simplício.*

a2) LIVROS, ROMANCES, PANFLETOS, CRÔNICAS, ETC.

(O ANO ENTRE COLCHETES INDICA A DATA DO ORIGINAL):

ALENCAR, José de. *Obra Completa* [1854-1876]. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1958, v. IV.

_____. (ERASMO). *Diatribes Contra a Timonice do Jornal de Timon Maranhense Acerca da História Geral do Brasil do Senhor Varnhagen*. Lisboa, Tipografia de José da Costa, 1859.⁵⁷⁰

⁵⁶⁹ Apesar de pertencer ao século XIX, José Veríssimo não foi aqui considerado “fonte primária”.

⁵⁷⁰ M. Cavalcanti Proença, no 4º. volume das obras completas de Alencar, arrolou esse livro entre as obras do escritor cearense. Mas é curioso notar que, no século passado, o biógrafo português Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Biográfico Português*,

- ALMEIDA, Manuel Antônio de (UM BRASILEIRO). *MSM* [1854-1855]. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1969 [edição crítica de Terezinha Marinho].
- _____. *MSM* [1854-1855] Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978 [edição crítica de Cecília de Lara].⁵⁷¹
- ANDRADE, Luiz Antônio Navarro de. *O Livro do Povo. Resumo da História Política dos Povos e Sua Organização Social e Religiosa*. Rio de Janeiro, Tipografia de N. L. Vianna e Filhos, 1856.
- ANITOSTRÂTEGUS. *Os Mistérios do Rio de Janeiro*. Bruxelles/Rio de Janeiro, E. Dupont Editor, 1874.
- ANÔNIMO. *Discussão Interessante Sobre a Federação*. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot Plancher, 1832.
- ARMITAGE, João [sic]. *História do Brasil* [1836, tradução brasileira]. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/ Itatiaia, 1981.
- ATAS DO CONSELHO DE ESTADO [1850-1857]. Brasília, Senado Federal, 1978.
- BARRETO, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz (UM MEMBRO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS). *História da Revolução do Brasil Com Peças Oficiosas e Fac-Símile da Própria Mão de Dom Pedro*. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial de F. Seignot-Plancher, 1831.
- BASTOS, A. C. Tavares (UM EXCÊNTRICO). *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro* [1861]. São Paulo, Nacional, 1976.
- BOCAIÚVA, Quintino. *Estudos Críticos e Literários*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1858.
- CALDAS, Antônio de Sousa. “Cartas de Abdir a Irzerumo” [1812-1813]. In: *Revista do Livro* n.º 25, Rio de Janeiro, INL, 1964, pp. 198-212.⁵⁷²

atribuiu a *Diatribes*... a certo Frederico Augusto Pereira de Moraes, argumentando o seguinte: “tem no fim por assinatura Erasmo, que é, como se vê, anagrama perfeito do apelido Moraes”.

⁵⁷¹ É fundamental ressaltar, quanto às duas edições críticas acima citadas, que elas fazem *tabula rasa* do princípio edótico de reconstituir o texto conforme a última vontade manifestada pelo autor. Quanto a “seu” texto, Almeida teria manifestado, conforme os dados de que se dispõe hoje, apenas duas vontades: a penúltima, de que permanecesse sem assinatura, e a última, de que fosse assinado por “Um Brasileiro”.

⁵⁷² Conjunto de cinco cartas –de um propalado total de 50 ou mais, cuja maioria se teria extraviado– datadas, em cópia entregue ao IHGB em 1830, de 1812 e 1813. As duas primeiras haviam sido publicadas pela *Revista do IHGB* em 1841. Também circularam de forma avulsa, no mesmo período, sob o título, especialmente forjado para a ocasião, de

- CASTRO, José da Gama e (***). *O Novo Carapuceiro ou Tipos da Nossa Época*. Rio de Janeiro, Villeneuve, 1842.
- _____. (UM BRASILEIRO). *Memória Sobre a Nobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia da Associação do Despertador, 1841.
- COUSIN, Victor. *Filosofia Popular, Seguida da Primeira Parte da Profissão de Fé do Vigário Saboiano de Rousseau*. Rio de Janeiro, 1849 [tradução brasileira].
- DEIRÓ, Eunápio (TIMON). *Livro do Povo*. s/l.p., s/d.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil [1838]*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980.
- FRANCO, Francisco de Melo (ANÔNIMO). *Medicina Teológica ou Súplica Humilde...* [1794]. São Paulo, Giordano, 1994.
- GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Observações Críticas Sobre o Romance do Senhor Eugênio Sue, o Judeu Errante*. Recife, Santos & Cia., 1850.
- _____. *Lições de Eloquência Nacional*. Rio de Janeiro, Tipografia Imperial de Paula Brito, 1846, t. I.
- GUIMARÃES, Bernardo. *Poesia Erótica e Satírica [1852{?}]*. Rio de Janeiro, Imago, 1992.
- GUIMARÃES, Francisco Pinheiro. *O Comendador [1856]*. Rio de Janeiro, s/ed., 1937.
- HOMEM, Francisco de Salles Torres (TIMANDRO). *O Libelo do Povo [1849]*. Rio de Janeiro, Tipografia do Constituinte, 1885.
- _____. (S.T.H.). *Pensamentos Acerca da Conciliação dos Partidos*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil, 1853.
- HUGO, Victor. *Do Grotesco ao Sublime (Tradução do “Prefácio de Cromwell” [1827])*. São Paulo, Perspectiva, 1988.
- IMBERT, I. B. A. *Discurso Sobre a Influência Que as Letras Exercem no Estado Social*. Rio de Janeiro, Tipografia Austral, 1836.
- LIMA, José Inácio de Abreu e (FRANKLIN). *A Cartilha do Povo*. Pernambuco, Tipografia da Viúva Roma & Filhos, 1849.
- _____. *O Socialismo*. Recife, Tipografia Universal, 1855.
- LISBOA, Bento da Silva *et al.* “PARECER sobre o 1º. e 2º. Volume da Obra Intitulada *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d’un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 Jusqu’en 1831 Inclusivement*”. In: *Revista Trimestral do IHGB*. Rio de Janeiro, 1841, tomo 3º, pp. 93-99.
- LISBOA, João Francisco (TIMON). *Jornal de Timon [1852-1853]*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995 (org. de José Murillo de Carvalho).

- _____. “A Questão da Anistia”; “A Escravidão e Varnhagen”; “A Questão do Prata”; “A Festa de N. S. dos Remédios” ; “A Festa dos Mortos ou a Procissão dos Ossos” [1849-1855]. In: Rocha, Hildon (org.). *Crônica Política do Império. João Francisco Lisboa*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1984, pp. 207-322.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Rosa* [1849]. São Paulo, Martins, s/d.
- _____. *Um Passeio Pela Cidade do Rio de Janeiro* [1860-1861]. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1942
- MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842* [1844]. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1977.
- MELO, Jerônimo Martiniano Figueira de. *Crônica da Rebelião Praieira – 1848 e 1849* [1850]. Brasília, Senado Federal, 1978.
- MORAES, Alexandre José de Mello. *Elementos de Literatura*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1856.
- _____. *Os Portugueses Perante o Mundo*. Rio de Janeiro, Empresa Tipográfica Dois de Dezembro, 1856.
- PARANHOS, José Maria da Silva [anônimo]. *Cartas ao Amigo Ausente* [1850-1851]. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1953.
- PATRONI, Felipe Alberto. *Os Mistérios do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1845.
- _____. *Dissertação Sobre o Direito de Caçar* [1818]. São Paulo, Giordano/Loyola, 1992.
- PENA, Martins. *Comédias* [1833-1847]. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.
- _____. *Folhetins* [1846-1847]. Rio de Janeiro, INL, 1965.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.
- ROCHA, Justiniano José da. “Ação, Reação, Transação. Duas Palavras Acerca da Atualidade” [1855]. In: MAGALHÃES JR., Raimundo (org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Nacional, 1956, pp. 163-218.
- _____. “Exposição Sobre o Estado das Aulas Públicas de Instrução Secundária, e dos Colégios e Escolas Particulares da Capital do Império” [1851]. In: CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Nacional, 1964, pp. 117-129.
- _____. “Ilmo. e Exmo. Sr. Honório... [carta aberta ao Visconde de Paraná]” [1854]. In: Idem, pp. 131-135.

- SANTOS, Joaquim Felício dos. "Fragmento de um Manuscrito" [1861]. In: *Revista do Livro* nºs. 23-24, ano VI. Rio de Janeiro, INL, 1961, pp. 173-183.
- _____. "Os Invisíveis" [1861]. In: idem, pp. 185-201.
- _____. "A História do Brasil Escrita pelo Dr. Jeremias no Ano de 2862" [1862]. In: *Revista do Livro* nº. 6, ano II. Rio de Janeiro, INL, 1957, pp. 111-113.
- _____. "Páginas da História do Brasil Escrita no Ano de 2000". (excertos) [1868-1872]. In: Idem, pp. 113-160.
- _____. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* [1861-1862/1868]. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.
- SILVA, José Antônio Frederico da (JOSÉ ANTÔNIO). *Lembranças de José Antônio* [1857]. São Paulo, Giordano/Loyola, 1991.
- TEIXEIRA E SOUZA, Antônio Gonçalves. *As Tardes de um Pintor ou As Intrigas de um Jesuíta* [1847]. São Paulo, Editora Três, 1973.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da Poesia Brasileira, ou Coleção das Mais Notáveis Composições dos Poetas Brasileiros Falecidos, Contendo as Biografias de Muitos Deles, Tudo Precedido de um Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil* [1850-1853]. Rio de Janeiro, ABL, 1987 (3 volumes).
- _____. *História Geral do Brasil* [1853-?]. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1981 (3º. volume, tomo V, contendo a *História da Independência do Brasil*).

a3) ANTOLOGIAS DE TEXTOS DO XIX:

- CASTELLO, José Aderaldo. *Textos Que Interessam à História do Romantismo*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1963, 3 volumes.
- _____. *A Polêmica Sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo, FFLCH-USP, 1953.
- CAVALHEIRO, Edgard. *O Conto Romântico*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.
- CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e Críticos do Romantismo. 1- A Contribuição Européia: Crítica e História Literária*. São Paulo/Rio de Janeiro, Edusp/Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1974, 1º volume.
- _____. *A Polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- DELGADO, Luís. *Lopes Gama. Trechos Escolhidos*. Rio de Janeiro, Agir, 1958.
- FREIXEIRO, Fábio. *Alencar: os Bastidores e a Posteridade*. Rio de Janeiro, MEC/Mu-

seu Histórico Nacional, 1981.

LIMA SOBRINHO, José Alexandre Barbosa. *Os Precursores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

MASSA, Jean Michel. *Dispersos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, INL, 1965.

MENDONÇA, Bernardo de. MAA. *Obra Dispersa*. Rio de Janeiro, Graphia, 1991.

PINHO, Wanderley. *Cartas de Francisco Otaviano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

SALLES, David. *Primeiras Manifestações da Ficção na Bahia*. Salvador, UFBA, 1973.

b) FONTES SECUNDÁRIAS

b1) SOBRE O BRASIL (LITERATURA, HISTÓRIA E OUTROS)

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1988.

AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo*. São Paulo, Cultrix, 1969.

_____. *Classicismo e Romantismo no Brasil*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1966.

ARÊAS, Vilma Sant' Anna. *Na Tapera de Santa Cruz. Uma Leitura de Martins Pena*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites, Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo, Grijalbo, 1973.

BESOUCHET, Lúcia. *Pedro II e o Século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1985.

_____. *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

BROCA, Brito. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro, INL, 1957.

_____. *Românticos, Pré-Românticos, Ultra-Românticos*. Brasília/São Paulo, INL-MEC/Pólis, 1979.

_____. *Machado de Assis e a Política Mais Outros Estudos*. Brasília/São Paulo, INL-MEC/Pólis, 1983.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, Empresário do Império*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, vol. II.

CARVALHO, José Murillo de. *A Construção da Ordem: a Elite Política Imperial*. Rio

- de Janeiro, Campus, 1980.
- _____. *Teatro de Sombras: a Política Imperial*. São Paulo, Vértice, 1988.
- CORREIA, Viriato. *O Brasil dos Meus Avós*. São Paulo, Nacional, 1927.
- COSTA, Emília Viotti da. “Introdução do Estudo da Emancipação Política”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel, 1982, pp. 64-125.
- COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.
- COUTINHO, Afrânio. *A Tradição Afortunada. O Espírito de Nacionalidade na Crítica Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.
- _____. (org.). *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986, vol. III.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores. Saber Médico e Prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FALCON, Francisco José Calazans et alii. *A Guarda Nacional no Rio de Janeiro (1831-1918)*. Rio de Janeiro, PUC, 1981.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1979, 2 volumes.
- FARIA, João Roberto. *O Teatro Realista no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1993.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1992
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983.
- FREITAS, Décio de. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951, 3 volumes.
- GLEDSON, John. *Machado de Assis. Impostura e Realismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- GOMES, Heloisa Toller. *As Marcas da Escravidão. O Negro e o Discurso Oitocentista no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, UFRJ/UERJ, 1994.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- GRINBERG, Keila. *Liberata, a Lei da Ambigüidade*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos”. In: *Estu-*

- dos Históricos* nº 1, São Paulo, Vértice, 1988, pp. 5-27.
- GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- HADDAD, Jamil Almansur. *O Romantismo e as Sociedades Secretas do Tempo*. São Paulo, FFLCH-USP, 1945 (Tese de Concurso).
- HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- _____. *Etiqueta, Invenção e Rodapé: o Guesa de Sousândrade* (manuscrito). Co-tia, 1993.
- HISTÓRIA da Polícia Militar do Distrito Federal Desde a Época de Sua Fundação*. Rio de Janeiro, Tipografia da Polícia Militar, 1925, v. I.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1985, tomo 2, vol. III a VII.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e Resistência numa Cidade do Século XIX*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e Discurso Ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1994.
- MAGALHÃES JR., Raimundo. *O Império em Chinelos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.
- _____. (org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo, Nacional, 1956.
- MALERBA, Jurandir. *Os Brancos da Lei. Liberalismo, Escravidão e Mentalidade Patriarcal no Império do Brasil*. Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1995.
- MARTINHO, Lenira Menezes. *Organização do Trabalho e Relações Sociais no Interior das Firms Comerciais do Rio de Janeiro na Primeira Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 1977 (Dissertação de Mestrado).
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Edusp/Cultrix, 1977, v. II.
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.
- _____. & MATTOS, Selma Rinaldi de. "O Juiz de Paz na Roça ou Uma Aula Sobre a Vida Social e Vida Política Sob as Regências". In: *Contacto-Humanidades*. Rio de Janeiro, 1981, nº 41, pp. 109-115.
- MAURO, Frédéric. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*. São Paulo, Cia. das Le-

- tras/Círculo do Livro, 1991.
- MENDONÇA, Salvador de. "Cousas do Meu Tempo". In: *Revista do Livro* n.º. 20, ano V. Rio de Janeiro, INL-MEC, dezembro/1960, pp. 109-198.
- MEYER, Marlyse. "Uma Novela Brasileira de 1830". In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* n.º 2. São Paulo, IEB-USP, 1967, pp. 125-130.
- _____. *Folhetim. Uma História*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- _____. "Um Fenômeno Poliédrico: o Romance-Folhetim Francês do Século XIX". In: *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. São Paulo, Abralic, 1994.
- MORAIS FILHO, José Alexandre Melo. *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1986.
- MOURA, Ana Maria da Silva. *Cocheiros e Carroceiros. Homens Livres no Rio de Senhores e Escravos*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- MURICY, Katia. *A Razão Cética. Machado de Assis e as Questões de Seu Tempo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo*. São Paulo/Rio de Janeiro, Nacional/Civilização Brasileira, 1936, 2 volumes.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo, Olho d'Água, s/d.
- PINHO, Wanderley. *Cotegipe e Seu Tempo*. São Paulo, Nacional, 1937.
- PRADO, Décio de Almeida. *O Drama Romântico Brasileiro*. São Paulo, Perspectiva, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira*. São Paulo, IEB-USP, 1969.
- REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- RIBEIRO JR., José. "O Brasil Monárquico em Face das Repúblicas Americanas". In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*, cit., pp. 146-161.
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Ao Pé da Letra. Literatura, Sistema Intelectual e Cordialidade*. Rio de Janeiro, UERJ, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em Berço Esplêndido*. São Paulo, Siciliano, 1991.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial. A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1981.
- _____. *Machado de Assis. Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

- SILVA, Alfredo Pretextado Maciel da. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro, s/ed., 1940, v. I.
- SILVA, José Luís Werneck da et alii. *A Polícia na Corte e no Distrito Federal (1831-1930)*. Rio de Janeiro, PUC, 1981.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo, Nacional, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo, Difel, 1982.
- SOUZA, Paulo Cesar. *A Sabinada: a Revolta Separatista na Bahia (1837)*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *O Império da Eloquência*. Rio de Janeiro, UERJ, 1995 (Tese de Titularidade).
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil Não É Longe Daqui*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.
- TAUNAY, Visconde de. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo, IPÊ, 1948.
- TORRES, João Camillo de Oliveira. *A Democracia Coroada. Teoria Política do Império do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1964.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978.
- VEIGA, Cláudio. *Um Brasileiro Soldado de Napoleão*. São Paulo, Ática, 1979.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo, Nacional, 1968.
- _____. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1970, 2º. volume.
- WEHLING, Arno et al. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995.

b2) SOBRE A IMPRENSA:

- ANAIIS da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação da BN, 1965, vol. 85.
- BOURDIEU, Pierre. “O Império do Jornalismo”. In: *jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 09/03/1997, caderno 5, pp. 12-13.
- CARDIM, Elmano. *Justiniano José da Rocha*. São Paulo, Nacional, 1964.
- CARVALHO, Pérola de. “Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo. Catálogo de Periódicos da Seção de Livros Raros”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* nº 2. São Paulo, IEB-USP, 1967, pp. 131-153.
- DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (org.). *Revolução Impressa. A Imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo, Edusp, 1996.
- DIAS, Tânia. *O Periódico no Tempo do Rei*. Rio de Janeiro, 1995 (manuscrito).

- DIMAS, Antônio. *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos*. São Paulo, Ática, 1983.
- FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: o Periódico Médico Brasileiro na Primeira Metade do Século XIX*. São Paulo, FFLCH-USP, 1996 (Tese de Doutorado).
- FONSECA, Gondim da. *Biografia do Jornalismo Carioca*. Rio de Janeiro, Quaresma, 1941.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *O Rio de Janeiro na Imprensa Periódica*. Rio de Janeiro, s/ed., 1966.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. *João Francisco Lisboa, Jornalista e Historiador*. São Paulo, Ática, 1977.
- LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, 4 volumes.
- LIMA SOBRINHO, José Alexandre Barbosa. *O Problema da Imprensa*. São Paulo, Edusp/Com-Arte, 1997.
- LOPES, Hélio. *A Divisão das Águas. Contribuição ao Estudo das Revistas Românticas*. São Paulo, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1978.
- MARCONDES Filho, Ciro (org.). *Imprensa e Capitalismo*. São Paulo, Kairós, 1984.
- MARIANI, Bethania Sampaio Correia. “Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de Como o Discurso Jornalístico Constrói Memória)”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso Fundador*. Campinas, Pontes, 1993.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um Jornalista do Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo, Nacional, 1961.
- PALLARES BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Um Espectador nos Trópicos: Estudo de Caso Sobre Produção e Reprodução Cultural”. In: *O Carapuceiro, Nísia Floresta e Alguns Europeus Sonhadores: Ensaio de Tradução Cultural*. São Paulo, FEUSP, 1995 (Tese de Livre-Docência).
- _____. “The Spectator”, o Teatro das Luzes. *Diálogo e Imprensa no Século XVIII*. São Paulo, FEUSP, 1986 (Tese de Doutorado).
- QUINTAS, Amaro. *O Padre Lopes Gama. Um Analista Político do Século Passado*. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1975.
- RENAULT, Delso. *O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- RIBEIRO, José Alcides. *Imprensa e Ficção no Século XIX. Edgar Allan Poe e a Narrativa de Arthur Gordon Pym*. São Paulo, Edunesp, 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil*.

- Rio de Janeiro/São Paulo, MEC-INL/Cultrix, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- _____. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- _____. *Fatos e Personagens em torno de um Regime*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1988.
- TINHORÃO, José Ramos. *Os Romances em Folhetim no Brasil (1830 à Atualidade)*. São Paulo, Duas Cidades, 1994.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro, INL, 1945.
- VVAA. *A Crônica. O Gênero, Sua Fixação e Suas Transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro, Edunicamp/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

b3) OBRAS GERAIS

- ACERVO (Revista do Arquivo Nacional). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Ministério da Justiça, 1995, v. 6, n.º. 1-2 (dossiê "Leituras e Leitores").
- BALTRUŠAITIS, Jurgis. *Aberrations. Essai Sur la Legende des Formes*. Paris, Flammarion, 1983.
- BOLLÈME, Geneviève. *O Povo por Escrito*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Difel/Bertrand, Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- _____. *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.
- _____. *As Regras da Arte*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. (org.). *A Escrita da História*. São Paulo, Edunesp, 1992.
- _____. et al (org.) *Linguagem, Indivíduo, Sociedade*. São Paulo, Edunesp, 1993.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Difel/Bertrand, Lisboa/Rio de Janeiro, 1988.
- _____. *A Ordem dos Livros*. Brasília, Edunb, 1994.
- _____. & MARTIN, Henri-Jean (org.). *Histoire de l'Edicion Française. Le Temps*

- des Éditeurs. Du Romantisme à la Belle Époque.* Paris, Fayard/Centre National des Lettres, 1990, 3º. volume.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos.* Rio de Janeiro, Graal, 1988.
- _____. *Boemia [sic] Literária e Revolução.* São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- _____. *Edição e Sedição.* São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- EIKHENBAUM, B. et alii. *Teoria da Literatura – Formalistas Russos.* Porto Alegre, Globo, 1978.
- FORTESCUE, William. *Revolução e Contra-Revolução na França (1815-1852).* São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber.* Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- _____. *As Palavras e as Coisas.* São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- _____. *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- HANSEN, João Adolfo. *Alegoria.* São Paulo, Atual, 1986.
- _____. “Autor”. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da Crítica.* Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 5-50.
- _____. “Os Lugares das Palavras” (entrevista a Joaci Pereira Furtado). In: *Registro.* Ouro Preto, ICHS-UFOP, 1995, pp. 1-6 (caderno especial).
- HIRSCHMAN, Albert. *A Retórica da Intransigência.* São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- _____. *As Paixões e os Interesses.* Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1980.
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de Retórica Literária.* Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1966.
- LÖWY, Michael et al. *Romantismo e Política.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- PRAZ, Mario. *A Carne, a Morte e o Diabo na Literatura Romântica.* Campinas, Edu-
nicamp, 1996.
- PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso.* São Paulo, Ática, 1992.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade.* Difel/Bertrand, Lisboa/Rio de Janeiro, 1989.
- RIFATERRE, Michael. *Estilística Estrutural.* São Paulo, Cultrix, 1973.
- ROMANO, Roberto. *Conservadorismo Romântico.* São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo.* São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- SKINNER, Quentin. *Fundamentos do Pensamento Político Moderno.* São Paulo, Cia.
das Letras, 1996.
- STAROBINSKI, Jean. *Os Emblemas da Razão.* São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. *L’Invention de la Liberté.* Genebra, Albert Skira, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. *Os Gêneros do Discurso.* São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- _____. *Teorias do Símbolo.* Campinas, Papyrus, 1996.

VEYNE, Paul. *Elegia Erótica Romana*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *Como se Escreve a História & Foucault Revoluciona a História*. Brasília, Edunb, 1992.

_____. *L'Inventaire des Différences*. Paris, Seuil, 1976.

WATT, Ian. *A Ascensão do Romance*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

ANEXOS:

- 1) Texto das *MSM* tal qual foi publicado no *CM**;
- 2) *Jornal O Mágico*, de 1852, com poesia de MAA;
- 3) *Os Mistérios do Rio de Janeiro*

* É óbvio que não foi possível, por uma questão de montagem, manter a disposição das colunas.

MEMÓRIAS

nr

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO 1.

ORIGEM, NASCIMENTO E BAPTISADO.

Era no tempo do rei.

Uma das quatro esquinas que formão as ruas do Ouvidor e Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo— O canto dos meirinhos—, e bem lhe assentava o nome, porque era ali o rendez-vous favorito de todos os que formavam essa classe, que gozava então de não pequena consideração. Os meirinhos de hoje não são mais do que a sombra caricata dos meirinhos do tempo do rei; esses erão gente temível e temida, respeitavel e respeitada; erão um dos extremos dessa formidavel cadeia judiciaria que envolvia todo o Rio de Janeiro no tempo em que a *demand*a era entre nós um elemento de vida; o extremo opposto erão os desembargadores. Ora, os extremos se toçã, e estes, torando-se, ferhavão o circulo dentro do qual se passavão os terriveis combates das citações, provas, razões principaes e finais, e toda essa machina de tregeito, judiciaria que se chama *processo*. Dahi sua influencia moral; mas tinham ainda outra influencia, que é justamente o que falta aos de hoje: era a influencia physica. Os meirinhos de hoje são homiens como quaesquer outros; nada tem de imponentes, nem nos seus semblantes nem no seu trajar: confundem-se com qual quer procurador, escrevente de cartorio ou continuo de repartição; os meirinhos d'esse bello tempo não, não se confundião com ninguém; erão originaes, erão typos particulares: nos seus semblantes transluzia um certo ar de magestade ferme, seus olhares calculados e sagazes significavão *chican*; trajavão sizuda casaca preta, calção e meias da mesma cor, sapato alivelado, ao lado esquerdo aristocratico espadim, e na illarga direita penduravão um circulo encarnado, cuja significação ignoravão, coroando tudo isto um grave chapéo armado. Collocado sob a importancia vantajosa destas condições, o meirinho usava e abusava de sua posição. Era terrivel quando ao voltar uma esquina ou ao sahir de manhã de sua casa, o cidadão esbarrava com aquella solemne figura que desdobrando um papeluxo lia-o ao pobre homem, que por mais que fizesse não tinha remedio por tim de contas senão deixar escapar dos labios o terrivel— Dou-me por citado.— Oh! ninguém sabe que significação fatalissima e cruel tem estas poucas palavras! são ellas uma sentença de perigriinação eterna que se pronuncia contra si mesmo; quem dizer que se começa uma longa e afadixosa viagem, cujo termino bem distante é a caixa da relação; que se tem de pagar importe de passagem em um sem numero de barreiras que se encontram: o advogado, o procurador, o inquiridor, o escrivão, o juiz, inexoravei Charontes, estavam á porta de mão estendida, e ninguém passava sem que lhes tenha deixado, não um obolo, porém todo o conteúdo de suas algibeiras, e até a ultima parcella de sua paciencia.

Mas deixemos estas considerações, e voltemos á celebrada esquina. Quem passasse por ali em qualquer dia util dessa bençoada época, veria sentado em assentos baixos de couro, chamados cadeiras de campauha então usados, um grupo mais ou menos numeroso dessa nobre gente conversando pacificamente em tudo sobre que era licito conversar: na vida dos fidalgos, nas noticias do Reino e nas estucias politicas do afamado Vidigal. Entre os termos que for-

mavão essa equação meirinhal pregada na esquina havia uma quantidade constante, era o Leonardo-Pataca. Chamavão assim a uma rotunda e gordissima personagem de cabellos brancos e carão avermelhado, que era o decano da corporação, o mais antigo dos meirinhos que vivião nesse tempo. A velhice o tiubu tornado moleirão e pachorrento; com sua vagareza atrazava o negocio das partes; não o procuravão; e por isso jámais sabia da esquina: passava ali os dias sentado na sua cadeira, com as pernas estendidas e o queixo apoiado sobre uma grossa bengula, que depois dos 60 era sua infallivel companhia. De habito que tinha de queixar-se constantemente de que só pagassem por sua citação a modica quantia de 520 réis lhe viera o appellido que juntavão ao seu nome.

Contemos a sua historia.

Fôra Leonardo algibebe em Lisboa, sua patria; aborrecêra-se porém do negocio, e viera ao Brasil. Aquí chegando, não se sabe por protecção de quem, alcançou o emprego de que o vemos empossado, e que exercia, como dissemos, desde tempos remotos. Veiu com elle no mesmo navio, não sei fazer o que, uma certa Maria da hortaliça, quitandeira das praças de Lisboa, illda rochonchuda e bonitota; o Leonardo, para fallar a verdade, não era nesse tempo de sua mocidade mal apessoado, e sobretudo era maganão. Ao sabir do Tejo, estando a Maria eucostada á borda do navio, o Leonardo fingiu que passava distraido por junto della, e pisou-lhe com tanta força com o peso do tamenco no dedo grande do pé direito que quasi lhe arrancou a unha; a Maria sorriu-se como envergonhada com o gracejo, e deu-lhe tambem em ar de disfarce um tremendo beliscão nas costas da mão direita que lhe tirou couro e cabello: era isto uma declaração em forma, segundo os usos da terra: levirão o resto do dia de namoro cerrado; ao anoitecer passou-se a mesma scena de pisadella e beliscão, com a differença de serem desta vez um pouco mais fortes; e no dia seguinte estavam os dous amantes tão extremos e familiares que parecião se-lo de muitos annos.

Quando saltarão em terra começou a Maria a sentir certos enojos; forão morar juntos; e dahi a um mez manifestarão-se claramente os effeitos da pisadella e do beliscão; oito mezes depois tiveram um filho. Era um formidavel menino de quasi tres palmos de comprimento, gordo e vermelho, cabelludo, espinheador e chorão; logo depois que nasceu mamou duas horas seguidas sem largar o peito. Chegou o dia de baptizar-se o rapaz; foi madrinha a parteira; o bre o padrinho houve suas duvidas: o Leonardo queria que fosse o Sr. juiz, porém teve de ceder á instancias da Maria e da comadre, que querião que fosse o barbeiro de defronte, que afinal foi adoptado. Já se sabe que houve nesse dia função: os convidados do dono da casa, que erão todos d'além mar, cantavão ao deusão, segundo seus costumes; os convidados da comadre, que erão todos da terra, dançavão o fado, de maneira que esteve a festa excellente pela variedade. O compadre trouxe a rabeca, que é, como se sabe, o instrumento favorito da gente de officio. A principio o Leonardo quiz que a festa tivesse ares aristocraticos, e propoz que se dansasse o ril de tres. Foi aceita a idéa. Levantãrão-se a executar as monotonas viravoltas da apreciada dansa uma gorda e baixa matrona, mulher de um convidado, collega do Leonardo, miudinho, pequenino e com fumaças de gaiato, e osacristão da Sé, sujeito alto, magro e com pretensões de elegante. O compadre foi quem torou o ril na rabeca, e o alibadinho, deitado no colo da Maria, acompanhava cada arca-da com um berro e uma esperneio. Isto fez com que o compadre perdesse muitas vezes o compasso, e fosse preciso recommear outras tantas. Depois do ril foi

desapparecendo a cerimonia, e a brincadeira *aferventou*, como se dizia naquelle tempo. Chegãrão os rapazes de viola e machete: o Leonardo, instado pelas senhoras, decidiu-se a romper a parte lyrica do divertimento. Sentou-se em tamborete em um lugar isolado da sala e tomou uma viola. Fazia um bello effeito comico vê-lo em trajes do officio, de casaca, calção e espadim, acompanhando com um monotonozuru-zuru na viola o garganteado de uma modinha patria. Foi nas saudades da terra natal que elle achou inspiração para o seu canto, e isto era natural a um bom portuguez que o era elle. A modinha era assim:

Quando estava em minha terra
Acompanhado sózinho,
Cantava de noite e de dia
Ao pé d'um copo de vinho!

Foi executada com attenção e applaudida com enthusiasmo; sómente quem não pareceu gostar foi o pequeno, que brindou o pai no canto como brindara ao padrinho na rubeca, marcando-lhes o compasso a guinchos e espiernicos. A Maria avermelhãrão-se-lhe os olhos, e suspirou. O canto do Leonardo foi o derradeiro toque de rebate para esquentar-se a brincadeira, foi o adeus ás ceremonias. Tudo dali em diante foi borborinho, que depressa passou á gritaria, e ainda mais depressa á algazarra, e não foi ainda mais adiante porque de vez em quando via-se passar através das rotulas da porta e janellas umas certas figuras que denunciavão que o Vidigal andava perto.

Quando mais adiante tivermos de tratar desta personagem, os que ainda o não conhecem fica-lo-ão conhecendo.

Saiba agora o leitor, que ainda o não aliviou, que o pequeno nascido é a personagem que dá objecto a estas memorias. No seguinte capitulo diremos alguma cousa sobre sua infancia.

CM, 04/07/1852

Pacotilha nº 74, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO II.

PRIMEIROS INFORTUNIOS.

Passemos por alto sobre os annos que decorrerão desde o nascimento e baptisado do nosso memorando, e vamos encontra-lo já na idade de 7 annos. Digamos unicamente que durante todo este tempo meuzinho nunca desmentiu aquillo que annunciãrão desde que nasceu: atormentava a vizinhança com um choro sempre em oitava alta; era colerico; tinha zanga particular da madrinha, a quem não podia encerrar, e era estanhão até não poder mais. Logo que pôde andar e fallar tornou-se um flagello; quebrava e rasgava tudo que lhe vinha á mão. Tinha uma paixão decidida pelo chapéo aruado do Leonardo; se este o deixava por esquecimento em algum lugar ao seu alcance, tomava-o immediatamente, espanava com elle todos os moveis, punha-lhe dentro tudo que encontrava, esfregava-o em uma parede,

e acabava por varrer com elle a casa, até que a Maria exasperada pelo que aquillo lhe havia custado nos ouvidos, e talvez ás costas, arrancava-lhe das mãos a victima infeliz. Era além de traquinhas guiloso; quando não traquinava comia. A Maria nullo perdouava; trazi-lhe bem maltratada uma certa região do corpo; porém elle não se emendava, quer era tambem teimoso, e as travessuras recommençavão mal acabava o dôr das palmadas.

Assim chegou aos 7 annos.

Final de contas a Maria sempre era ilibada, e o Leonardo começava a arrepede-se seriamente de tudo que tinha feito por ella e com ella. E tinha razão, porque, digamos depressa e em mais ceremonias, havia elle desde certo tempo conhecido fundadas suspiritas de que era atraçoado. Alguns mezses atrás tinha notado que um certo sargento passava-lhe muitas vezes pela porta, e enfiava olhares curiosos através das rotulas; uma vez recumbendo-se parecerãrão-lhe que o vira encostado á janella. Isto porém passou em pouco tempo. Depois começou a estranhar que um certo colliga seu o procurava em casa, para tratar de negocios do officio, sempre em horas descontraidas; porém isto tambem passou em breve. Finalmente acoiteteu-lhe por tres ou quatro vezes esbarrar-se junto de casa com o capitão do navio em que tinha vindo de Lisboa, e isto causou-lhe serios cuidados. Um dia de manhã entrou sem ser esperado pela porta a dentro; alguém que estava na sala abriu precipitadamente a janella, saltou por ella para a rua e desapareceu.

A vista disto nada havia a duvidar: o pobre homem perdeu, como se diz, as estribeiras e ficou cego de ciume. Largou apressado em cima de um banco uns autos que trazia em baixo do braço, e endireitou para a Maria com os punhos cerrados.

— Granderrissima!...

E a injuria que ia soltar era tão grande que o engasgou... e poz-se a tremer.

A Maria recuou dous passos e poz-se em guarda, pois tambem não era das que se receiava com qualquer cousa.

— Tira-te lá, ó Leonardo!

— Não chames mais pelo meu nome, não chames, que senão tranco-te essa boca com um par de murros... Dizem que os da tua raça dão couce depois de mortos, e tu deste-m'o me mo em vida, e foi mesmo na cara, nas minhas barbas!

— Safe-se dahi! não se lembrou você disto quando começou aos namoricos comigo a bordo.

Isto exasperou o Leonardo; a lembrança do amor augmentou-lhe a dôr da traição, e o ciume e a raiva de que se achava possuido transbordãrão em murros sobre a Maria, que depois de uma tentativa inutil de resistencia desatou a correr, a chorar e a gritar: — Ai... ai... aruado, Sr. compadre... Sr. compadre!...

Porém o compadre ensaboava nesse momento a cara de um freguez, e não podia largar-lo. Portanto a Maria pagou caro e por junto todas as coutras. Eucolleu-se a chorar e a gritar em um canto.

O menino assistira a toda essa scena com imperturbavel sangue-frio; enquanto a Maria spanbava e o Leonardo esbravejava, elle occupava-se tranquillamente em rasgar as folhas dos autos que este tinha largado ao entrar, e em fazer dellas uma grande colheção de cartuchos.

Quando, esmorecida a raiva, o Leonardo pôde ver alguma coisa mais do que seu ciume, reparou então na obra meritória em que se occupava o pequeno. Enfureceu-se de novo; suspende o menino pelas orelhas, fá-lo dar no ar uma meia volta, ergue o pé direito, assenta-lhe em cheio sobre os gluteos atirando-o sentado a quatro braças de distancia.

— E's filho de uma pisadella e de um beliscão; mereres que um pontapé te acabe a casta.

Este suppritou tudo com coragem de martyr, apenas abiu ligeiramente a boca quando foi levantado pelas orelhas: mal cahiu, ergueu-se, embarafustou pela porta fóra, e em tres pulos estava dentro da loja do padrinho, e atrarou-se-lhe ás pernas. O padrinho erguia nesse momento por cima da cabeça do freguez a baria de barbear que lhe tirara dos quixos. Com o choque que sollreu a baria inclinouse, e o freguez soffreu um formidavel baptismo de agua de sabão.

— Ora, mestre, esta não está má!...

— Senhor, balbuciou este.... a culpa é deste endiabrado.... O que é que tens, menino?

O pequeno nada disse; dirigiu apenas os olhos espantados para defronte, apontando com a mão tremula nessa direcção.

O compadre olhou tambem, applicou a attenção, e ouviu então os soluços da Maria.

— Ham! resmungou; já sei o que ha de ser.... eu bem dizia.... ora ahí está!... E desculpando-se com o freguez sahio da loja e foi acudir ao que se passava.

Por estas palavras vê-se que elle suspeitára alguma coisa, e saiba o leitor que suspeitára a verdade.

Espiár a vida a hria, inquerir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquelle tempo cousa tão commum e enraizada nos costumes que ainda hoje, depois de passados tantos annos, restão disso vestígios. Sentado pois no fundo da loja, aliando por disfarce os instrumentos do officio, o compadre presenciára os passeios do sargento por perto da rotula de Leonardo, as visitas extemporaneas do collega deste, e finalmente os intentos do capitão do navio. Por isso contava elle mais dia menos dia com o que acabava de succeder.

Chegando ao outro lado da rua, empurrou a rotula que o menino ao sahir deixára cerrada, e entrou. Dirigiu-se ao Leonardo que se conservava ainda em posição hostil:

— O' compadre, disse, você perdeu o juizo?!

— Não foi o juizo, disse o Leonardo em tom dramático, foi a honra!...

A Maria vendo-se protegida pela presença do compadre, cobrou animo, e altanando se disse em tom de zombaria:

— Honra!... honra de meirinbo.... ora!

O volcão de despeito, que as lagrimas da Maria tinham apagado um pouco, borbotou de novo com este insulto que não offendia só um homem, porém uma classe inteira! Injurias e murros á mistura cahião de novo sobre a Maria das mãos da boca de Leonardo. O compadre que se interpuzera levou alguns por despeito; afastou-se pois a distancia conveniente, murmurando despeitado por ver frustrados seus esforços de conciliador:

— Honra de meirinbo é como fidelidade de ilhóa.

Enfim serenou a tormenta: a Maria sentu-se a um canto a chorar e a maldizer a hora em que nasceria, o dia em que pela primeira vez viu o Leonardo, a pisadella, o beliscão com que tinha começado o namoro a bordo, e tudo mais que a dor dos murros lhe trazia á cabeça.

O Leonardo, depois de um pouco de calma, teve um momento de exasperação; avermelhárão-se-lhe os olhos, os feres, cerrou os dentes, metteu as mãos nos bolsos do calção, inchou a bochechas, e por-se a balançar violentamente a perna direita. Depois, como tomando uma resolução extrema, juntou as forças dispersas dos músculos que o menino despedaçára, enterrou atravessado na cabeça o chapéo armado, agarrou na bengala, e sahio batendo com a rotula e exclamando:

— Vá-se tudo com os diabos!...

— Vai... vai... exclamou a Maria já de novo em segurança, pondo as mãos nas cadeiras, que o caso não ha de ficar assim... pôr-me as mãos!... ora... vou com isto á justiça!...

— Comadre....

— Nada, não attendo, compadre.... vou com isto á justiça, e apesar de ser elle um meirinbo muito velho, ha de se haver comigo.

— É melhor não se metter nisto, comadre.... sempre são negocios com a justiça.... o compadre é seu official, e ella ha de punir pelos seus.

As ameaças da Maria não passavão de bravatas que elle arrancava o despeito, e portanto com mais que tres razões do compadre cedeu, e foi restituída a paz em casa. Houve então larga conferencia entre os dous, no fim da qual o compadre sahio dizendo:

— Elle ha de voltar.... aquillo é genio.... ha de passar.... e senão.... o dito está dito: lico com o pequeno.

A Maria mostrou-se satisfeita. Tinha ella suas razões tomadas ou anteriormente, ou n'quelle occasião, e por isso na conferencia que referimos tratára de engodar o compadre e arrancar-lhe a promessa de que no caso de algum desarranjo tomaria a si e cuidaria do filho. Esse desarranjo ella figurára e o compadre acreditára que só partiria de Leonardo; porém o leitor vai ver que o pobre homem era condescendente, e que a Maria tinha razão quando fallára ironicamente em honra de meirinbo.

Toda esta scena que acabamos de descrever passou-se de manhã. A' tardinha o Leonardo entrou pela loja do compadre, attirto e triste. O pequeno estremerou no banco em que se achava sentado, lembrando-se do passeio aereo que o pontapé de seu pai lhe fizera dar de manhã. O compadre adiantou-se e disse-lhe com um sorriso conciliador:

— O passado, passado; vamos.... ella está arrependida.... douvices de rapariga.... mas não ha de fazer outra....

O Leonardo nada respondeu; poz-se a passear pela loja com as mãos cruzadas para trás e por baixo das alas da casaca; porém pelo seu semblante via-se que elle estimára as palavras do compadre, e que teria sido mesmo o primeiro a preferir-las se elle não o precedesse.

— Vamos até lá, disse o compadre, e acabe-se tudo! Coitada.... ella ficou, e ainda ha de estar muito chorosa.

— Vamos, disse o Leonardo!... Chegando á porta de casa, fez uma pequena parada como quem tinha tomado a resolução de não entrar; porém o que elle queria erão algumas supplicas do compadre que pudessem ser ouvidas pela Maria, para faze-la acreditar que se elle voltava era arrestando e não por sua vontade. O compadre percebeu isto e satisfez o pensamento do Leonardo dizendo:

— Entre, homem.... basta de criaçadas.... o passado, passado.

Entrára. A sala estava vazia; o Leonardo sentou-se junto de uma mesa onde descansou o cotovello, e enroscou a cabeça na mão, conservando sempre o chapéo armado atravessado na cabeça, o que lhe dava um aspecto entre comico e melancolico.

— Comadre, disse o compadre em voz alta, tudo está acabado; appareça, venha cá....

Ninguém respondeu.

— Ha de estar ahí a chorar mettida em algum canto, tornou o compadre; e começou a procurar por toda a casa. Não era esta muito grande, e em pouco percorreu a toda, e ficou tomado do mais cruel desapontamento por não encontrar a Maria. Vítou portanto á sala entre consternado e espantado. O Leonardo suppondo que elle tinha achado a Maria, e que sem duvida a trazia pela mão conricta e humilhada,

quiz fazer-se de bom: egiu-se, mettu as mãos nos bolsos, e poz-se de costas para o logar donde vinha o compadre.

— O' compadre, disse este aproximando se...

— Nada, at-lhou o Leonardo sem voltar-se... o dito por não ditto... mudri de resolução!...

— Olhe, homem!...

— Nada, nada... está tudo arabado...

O Leonardo dizendo isto ia dando sempre as costas ao compadre, quando se lhe queria pôr de frente.

— Hei mem... escrete... olhe que a comadre...

— Não quero saber della... está tudo arado; já disse...

— Foi-se embora... homem... foi-se embora, gritou o compadre impaciente.

O Leonardo foi fulminado por estas palavras; voltou-se então tremulo. Não vendo a Maria desatou a chorar.

— Pois bem, disse entre soluços, está tudo acabado... adeus, compadre!

— Mas olhe que o pequeno... atalhou este.

O Leonardo nada respondeu, e sabiu precipitadamente.

O compadre comprehendeu tudo: viu que o Leonardo abandonava o filho, uma vez que a mãe o tinha abandonado, e fez um gesto como quem queria dizer: — está bom, já agora... vá, ficaremos com uma carga às costas.

A outro dia sabia-se por toda a vizinhança que a mãe do Leonardo tinha fugido para Portugal com o capitão de um navio que partira na véspera de noite.

— Ah! disse o compadre com um sorriso maligno, forão s'udades da terra!...

muita velhacaria para aquella idade, e que elle julgava os mais ingenuos do mundo.

Era isto muito natural em um homem de uma vida como a sua; tinha já 50 e tantos annos, nunca tinha tido affeições; passára sempre só, isolado; era verdadeiro partidario do mais decidido celibato. Assim a primeira affeição que fôra levado a contrahir sua alma expandiu-se toda inteira, e seu amor pelo pequeno subiu ao grão de rematada cegueira. Este aproveitando-se da immundade em que se achava por tal motivo, fazia tudo quanto lhe vinha à cabeça. Umavez sentado na loja divertia-se em fazer caretas aos freguezes quando estes se estavam barbrandos; uns enfureciam-se, outros rião sem querer; do que resultava que sabião muitas vezes com a cara cortada, com grande prazer do menino e descredito do compadre. Outras vezes escondia em algum canto a mais aliada navalha do padrinho, e o freguez levava por muito tempo com a cara cheia de sabão mordendo-se de impaciencia enquanto esta se procurava, e elle ria-se furtiva e malignamente. Não parava em casa cousa alguma por muito tempo inteira; fazia andar tudo n'uma poeira; pelos quintaes atirava pedras aos telhados dos vizinhos; sentado á porta da rua, bulia com quem passava, com quem estava pelas janellas, de maneira que ninguem por ali gostava delle. Mas o padrinho não se dava disto, e continuava a querer-lhe sempre muito bem. Gastava às vezes as noites em fazer castellos no ar a respeito delle; sonhava-lhe em grande fortuna e uma elevada posição, e tratava de estudar os meios que levassem a esse fim, e dizia com igo: Pelo officio do pai... ganha-se é verdade dinheiro quando se te dá o gaito, porém sempre se ha de dizer: — ora é um meirinho!... nada... por este lado não... Pelo meu officio... verdade é que eu arrangei-me (ha neste arrangei-me uma historia que havemos de contar), porém não o quero fazer escravo das meias patucas dos freguezes... Seria tal vez bom mandá-lo ao estudo... porém para que diabo serve o estudo? Verdade é que elle parece ter boa memoria, e eu podia mais para diante mandá-lo a Coimbra... Sim, é verdade... eu tenho aqui as patucas; estou já velho, não tenho filhos nem outros parentes... mas tambem que diabo se fará elle em Coimbra? Licenciado? não: é máo officio; letrado? era bom... sim, letrado... mas não; tenho zanga a quem me lida com papéis e demandas... Clerigo?... um senhor clérigo é muito bom... é uma cousa muito séria... ganha-se muito... pôde vir um dia a ser cura; está dito, ha de ser clérigo... ora se ha de ser: hei de ter ainda o gostinho de o ver dizer missa... de o ver um dia prégar na Sé em presença d'El-rei, e então hei de mostrar a toda esta gentalha aqui da vizinhança que não gosti delle que eu tinha muita razão em lhe querer bem. Elle está ainda muito pequeno, mas vou tratar de o ir desasnando aqui mesmo em casa, e quando tiver 12 ou 14 annos ha de me entrar para a escola. Trudo ruminado por muito tempo esta, um dia de manhã chamou o pequeno e disse-lhe:

— Menino, venha cá, você está ficando um homem (tinha elle 9 annos); é preciso que aprenda alguma cousa para vir um dia a ser gente; de segunda feira em diante (estava em quarta feira) começarei a ensinar-lhe o b, a, ba. Farte-se de travessuras por este resto da semana.

O menino ouviu este discurso com um ar meio admirado, meio desgostoso, e respondeu:

— Então eu não hei de ir mais ao quintal, nem hei de briucar na porta?

— Aos domingos, quando voltarmos da missa...

— Ora eu não gosto da missa.

O padrinho não gostou da resposta; não era bom annuncio para quem se destinava a ser padre; mas

CM, 11/07/1852

Pacotilha nº 75, p. 1

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO III.

DESPEDIDA ÀS TRAVESSURAS.

O Leonardo abandonára de uma vez para sempre a casa fatal, onde tinha soffrido tamanha infelicidade; não mesmo passára mais por aquellas alturas, de maneira que o compadre por muito tempo não lhe pôde pôr a vista em cima.

O pequeno enquanto se achou novato em casa do padrinho portou-se com toda a saúde e gravidade; apenas porém foi tomando mais familiaridade começou a pôr as manguiças de fóra. Apesar disto porém captou do padrinho maior affeição, que se foi augmentando de dia em dia, e que em breve chegou ao extremo da amizade cega e apalzonada. Até nas proprias travessuras do endiabrado menino, as mais das vezes malignas, achava o bom do homem muita graça; não havia, para elle, em todo o bairro rapazião mais bonito, e não se fartava de contar à vizinhança tudo o que elle dizia e fazia, que lhe parecia sempre ter muito sal; às vezes erão verdadeiras acções de menino mal criado, que elle achava cheio de espirito e de viveza; outras vezes erão ditos que denotavão já

nem por isso perdeu as esperanças.

O menino tomou bem sentido nestas palavras do padrinho: «Farte-se de travessuras por este resto da semana;» e acreditou que aquillo era uma licença ampla para fazer tudo quanto de bom e de máo se lembrasse durante o tempo que ainda lhe restava de folga. Levou pois todo o dia em uma desenvoltura assustadora; o padrinho foi achá-lo por duas ou tres vezes a cavallo em cima do muro que dividia o quintal da casa do vizinho, em grande risco de precipitar-se.

Ao anoitecer, estando sentado á porta da loja, viu no fim no principio da rua um acompanhamento allumiado pela luz de lanternas e tochas, e ouviu padres a rezarem; estremeceu de alegria e puz-se em pé de um salto. Era a Via-Sacra do Bom-Jesus.

Ha bem pouco tempo que existião ainda em certas ruas desta cidade cruces negras pregadas pelas paredes de espaço em espaço.

Ás quartas feiras e em outros dias da semana sabia do Bom Jesus e de outras igrejas uma especie de procissão composta de alguns padres conduzindo cruces, irmãos de algumas irmandades com lanternas, e povo em grande quantidade; os padres rezavão e o povo acompanhava a reza. Em cada cruz parava o acompanhamento, ajoelhavão-se todos, e oravão durante muito tempo. Este acto, que satisfazia a devoção dos carulas, dava pasto e occasião a quanta sorte de zombaria e de immoralidade lembrava aos rapazes daquella epoca, que são os velhos de hoje, que tanto clamão contra o desrespeito dos moços de agora. Caminhavão elles em charola atrás da procissão, interrompendo a cantoria e em ditterios em voz alta, e ora simplesmente engraçados, ora pouco decentes; levavão longos fios de barbante, em cuja extremidade não penduradas grossas bolas de cera. Se ia por ali ao seu alcance algum infeliz a quem os annos tivessem depido a cabeça dos cabellos, collocavão-se em distancia conveniente, e escondidos por trás de um ou de outro, arremessavão o projectil que ia bater em cheio sobre a calva do devoto que ás vezes ia entretido em suas piás orações; puzavão rapidamente o barbante, e ninguem podia saber donde tinha partido o golpe. Estas e outras scenas excitavão vozeria e gargalhadas na multidão, que muito se divertia com isso.

Era a lato que aquellos devotos tempus se chamava correr a Via Sacra.

O menino, como já dissemos, estremeçera de prazer ao ver approximar-se a procissão. Desceu sorratriamente a soleira, e sem ser visto pelo padrinho collocou-se unido á parede entre as duas portas da loja, e evantou-se na ponta dos pés para ver mais a seu gosto.

Vinha-se approxinando o acompanhamento e o menino palpitava de prazer. Chegou mesmo defronte da porta; teve elle então um pensamento que o fez estremeecer; tornou-se a lembrar das palavras do padrinho: «Farte-se de travessuras;» espiu para dentro da loja, viu-o entretido, deu um salto do logar onde estava, misturou-se com a multidão, e lá foi concurrendo com suas gargalhadas e seus gritos para augmentar a vozeria. Era um prazer febril que elle sentia; esqueceu-se de tudo, pulou, saltou, gritou, rezou, cantou, e só não fez daquillo o que não estava em suas forças. Fez camaradagem com dous outros meninos do seu tamanho que também não no rancho, e quando deu acôrdo de si estava de volta com a Via-Sacra na igreja do Bom Jesus.

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO IV.

O LEONARDO TOMANDO FORTUNA.

Emquanto o compadre afflicto procura por toda a parte o menino, sem que ninguem possa dar-lhe novas delle, vamos ver o que é feito do Leonardo, e em que novas alhadas está agora mettido.

Lá para as bandas do mangue da Cidade Nova havia, ao pé de um charco, uma casa coberta de palha da mais feia apparencia, cuja frente suja e testada enlameada bem denotavão que dentro o assoio não era muito grande. Compunha-se ella de uma pequena sala, um quarto e uma cozinha; toda a noblia erão dous ou tres assentos de páos de uma fôrma exquisita, de que ainda hoje usão algumas mulheres desse tempo, e que se chamavão bancas, algumas esteiras em um canto, uma enorme caixa de pão, que tinha muitos empregos; era mesa de jantar, cama, guarda-roupa, prateleira, etc., e uns poucos de alguidares de barro de diversos tamanhos. Quasi sempre estava essa casa fechada, o que a rodeava de um certo mysterio; a pouca luz que ordinariamente havia dentro, entrando apenas por algumas frestas, ainda mais mysteriosa a tornava. Esta sinistra morada era habitada por uma personagem talhada pelo molde mais detestavel; era um caboclo velho, de curbedionda, immundo e coberto de farrapos. Entretanto, para admiração do leitor, lique-se sabendo que este homem tinha por officio dar fortuna!

Naquelle tempo acreditava-se muito nestas cousas, e uma sorte de respeito supersticioso era tributadas aos que exercião semelhante profissão. Já se vê que inegotavel mina não achavão nesses velhacos.

E não era só a gente do povo que dava credito a essas *feiturarias*; comia-se que muitas pessoas da alta sociedade de então não ás vezes comprar venturas e felicidades pelo commodo preço da pratica de algumas immoralidades e superstições. Pois ao nosso amigo Leonardo tinha se encasquetado tambem tomar fortuna, e a causa era a contrariedade em uns novos amores que lhe fazião agora andar a cabeça á roda.

Uma cigana era o objecto delles; o Leonardo a viu pouco tempo depois da fuga da Maria, e des cingos ainda quentes de um amor mal pago nasceu outro que tambem não foi a esse respeito melhor aquinhado; mas o homem era romantico, como se diz hoje, e babão, como se dizia naquelle tempo; não podia passar sem uma paixãozinha. Como o officio rendia, e elle andava sempre apatacado, não lhe fôra difficil conquistar a posse do adorado objecto; porém a fidelidade, a unidade no gozo della, que era o que su'alma aspirava, isso não o pudea conseguir; a cigana tinha pouco mais ou menos sido feita no mesmo molde da illhóa. Por toda a parte ha sargentos, collegas e capitães de navio; a rapariga tinha-lhe já feito umas poucas, e acabava tambem por fugir-lhe de casa. Desta vez porém, como não erão saudades da patria a causa desta fugida, o Leonardo decidira haver de novo e por todos os meios a posse de sua amada. Encontrou a com pouco trabalho, e empregou o pranto, as supplicas, as ameaças, porém tudo embalde; decidiu por isso buscar com meios sobrenaturaes o que os meios humanos lhe não tinhão podido dar.

Entregára-se portanto em corpo e alma ao caboclo da casa do mangue, o mais afamado de todos os do officio. Tinha-se já sujeitado a uma infinidade de provas, que começavão sempre por uma contribuição pecuniaria, e ainda nada havia conseguido; tinha

souffrido fumigações de hervas suffocantes, tragido beberagens de mui enjoativo sabor; sabia de cor mil libares de orações mysteriosas, que era obrigado a repetir muitas vezes por dia; ia depositar quasi todos os dias em logares determinados quantias e objectos que lhe dizia o caboclo vtrião buscar as suas divindades, mas as divindades erão elle em pessoa; tinha emfim feito outras mil cousas asuaticas ou indecenas, e nada ainda havia e nserguldo: a cigana resistia ao sortilegio. Decidiu-se finalmente a sujeitar-se á ultima prova, que foi marcada para a meia noite em ponto na casa que já conhecemos. A' hora aprizada lá se achou o Leonardo, e encontrou na porta o nojentto nigromante, que não consentiu que elle entrasse do modo em que se achava, e obrigou-o a pôr-se primeiro em habitos de Adão no paraiso, cobriu-o depois com um manto immundo que trazia, e só então lhe franqueou entrada.

A sala estava com um apparatus ridiculamente sinistro; uma fileira de alguidares de todos os tamanhos a circulava; havia distribuido por esses alguidares hervas, liquidos, terra, arêa, etc., etc.; no meio havia uma pequena fogueira.

O Leonardo foi obrigado a ajoelhar-se diante de cada um dos alguidares e a recitar algumas das orações que já sabia; depois foi orar junto da fogueira. Neste momento sahirão do quarto duas ou tres figuras, que erão sem duvida os ajudantes do distribuidor de fortuna, e começaram então em roda do Leonardo uma dança sinistra. Quando estavam no meio d'esse acto, sentirão bater levemente na porta da parte de fóra, e uma voz descansada dizer:

— Abra a porta.

— O Vidigal! disserão todos a um tempo com expressão de grande susto.

CAPITULO V.

Primeira noite fóra de casa.

O compadre, apenas dera por falta do afilhado, viu-se presa da maior afflicção; poz-se em alarmo toda a vizinhança, procurou, indogou, mas ninguem lhe deu novas sem mandados d'elle. Lembrou-se então da Via-Sarra, e imaginou que o pequeno a teria acompanhado; percorreu todas as ruas por onde passára o acompanhamento, perguntando afflicto a quantos encontrava pelo seu querido afilhado. thesouro precioso de suas esperanças; chegou sem encontrar vestigio algum até o Bom-Jesus, onde lhe disserão ter visto tres meninos que por se portarem andiabradamente na occasião da entrada da Via-Sarra o sacristão os corrêra para fóra da igreja. Foi este o unico signal que pôde colher. Vagou drpois por muito tempo pela rua, e só se reolheu para casa estando já a noite adiantada. Ao chegar á porta de casa abriu-se o postigo de uma rotula contigua, e uma voz de mulher perguntou:

— Então, vizinho, nada?

— Nada, vizinha, respondeu o compadre com voz desanimada.

— Ora quando eu lhe digo que aquella criança tem mãos bofes...

— Vizinha, isto não são cousas que se digão...

— Digo-lhe e repito-lhe que tem mãos bofes... Pois o que elle fez hoje tiepado no muro, e, emfim, Deus permitta que não, mas aquillo... não tem bom fim.

— Oh! senhora, replicou o compadre muito irritado, que tem a senhora com a minha vida e mais das cousas que me pertencem? Metta-se comsigo, enide nos seus bilros e na sua renda, e deixe a vida alheia.

Entrou para casa murmurando:

— Um dia faço aqui uma estrallada com esta mulher: é sempre isto; parece um agouro!

Toda a noite levou o pobre homem acordado a

pensar nos melos de achar o pequeno, e depois de ter formado mil planos, disse comsigo:

— Em ultimo lugar vou ter com o major Vidigal.

E esperou que o dia voltasse para proseguir em suas pesquisas.

Entretanto vamos satisfazer ao leitor, que ha de talvez ter curiosidade de saber onde se metteu o pequeno.

Com os emigrados de Portugal veiu para o Brasil tambem a praga dos ciganos: gente ociosa e de poucos escrupulos, ganhãrão elles aqui a reputação bem merecida dos mais refinados velharos que se pôde imaginar; ninguem que tivesse juizo se mettia com elles em negocio, porque tinha certeza de levar carólo. A poesia de seus costumes e de suas crencas, de que muitos escriptores teem fallado, se as tinham deixãrão-na da outra banda do oceano; para cá só trouzerão mãos habitos, esperteza e velbacaria, e se não o nosso Leonardo pôde dizer alguma coisa a respeito. Não gente ociosa, já o dissemos; se não tinham dia sem especial acção, não tinham noite sem festa. Moravão ordinariamente um pouco arredados das ruas populosas, e vivião em plena liberdade. As mulheres trajavão com certo luxo relativo aos seus haveres; usavão muito de rendas, davão preferencia a tudo quanto era encarnado, e nenhuma dellas dispensava pelo menos um cordão de ouro ao pescoço; os homens não tinham outra distincção mais do que alguns traços physionomicos particulares que os faziao conhecidos.

Os dois meninos com quem o pequeno fugitivo travara amizade pertencião a uma familia dessa gente que morava no largo da Rocio, lugar que, segundo julgamos, perdêra ha pouco tempo o nome que tinha de Campo dos Ciganos, por morarem por ali muitos d'elles. Tinhão como dissemos, pouco mais ou menos a mesma idade que elle; porém acostumados á vida vagabunda, conhecião toda a cidade e a percorrião sós, sem que isso causasse cuidado a seus pais; nunca faltavão a se acompanhamento de Via-Sarra, nem a outra qualquer coisa d'esse genero. Encontrando-se essa noite, como já sabem os leitores, com o nosso futuro clérigo, a elle se assoriarão, e o carregãrão para casa de seus pais, onde, como de costume, havia festa de ciganos (e este costume ainda hoje se conserva); fazião, como dissemos, festa todos os dias, porém motivavão-na sempre com qualquer causa; hoje era um baptisado, amanhã um casamento, agora annos disto, logo annos daquillo, festa deste, festa daquelle santo. Na noite de que tratamos havia um oratorio armado, e festejava-se lá um santo da devoção.

Pelo camiinho o menino teve alguns escrupulos e quiz voltar, porém os outros tal pintura lhe fizeram do que elle ia ver se os acompanhasse, que decidius-se a segui-los até onde quizem.

Chegarão emfim á casa, onde já tinha começado a festa.

Ao lado esquerdo da sala estava o oratorio illuminado por algumas pequenas velas de cera sobre uma mesa, coberta com uma toalha branca, e havia-lhe de docel uma colcha de chita com folhos; o chão em roda da mesa estava jurado de manjerição de folhado. Em roda da sala estavam collocados assentos de toda a natureza, bancos, cadeiras, e c., onde se assentavão os convidado. Não erão estes em pequeno numero; erão ciganos e gente do paiz; trazião *toilettes* de toda a casta, do soffrivel para baixo; mostravã-se alegres e di postos a aproveitar bem a noite. Os meninos entrãrão sem que alguem reparasse nelles, e forão collocar-se junto do oratorio. Dahi a pouco começou o fado. Todos sabem o que é o fado, essa dança tão voluptuosa, tão variada,

que parece filha do mais apurado estudo da arte. Uma simples viola seive melhor do que instrumento algum para o effeito. O fado tem diversas fórmulas, cada qual mais original e mais bonita. Ora uma só pessoa, homem ou mulher, dança no meio da casa por algum tempo fazendo passos os mais difficultes, tomando as mais altas posições, acompanhando-se com estalos que dá com os dedos, e vai depois pouco e pouco aproximando-se de qualquer que lhe agrada, faz diante della algumas negaças e viravoltas engraçadas, e finalmente bate palmas junto della, o que quer dizer que a escolheu para substituir o seu lugar.

Assim corre a roda toda até que todos tenham dançado. Outras vezes um homem e uma mulher dançam juntos; reguidos com a maior certeza o compasso da musica, elles acompanham ora com passo lento, ora apressado, depois repellent-se, depois juntão-se de novo; o homem ás vezes busca a mulher com passos ligeiros, enquanto ella fazenda um pequeno movimento com o corpo e com os braços recua vagarosamente; outras vezes é ella quem procura o homem, que recua por seu turno até que emfim acompanhao-se de novo. Parece esta fórma de dança representar a historia de um namoro: ao principio confiança e intimidade, depois negaças escrupulosas, depois arrufos de parte a parte, e finalmente pazes. Ha tambem a roda em que dançam muitas pessoas, interrompendo certos compassos com palmas e com um sapateado ás vezes estrondoso e prolongado, ás vezes mais brande e mais breve, porém sempre igual e a um só tempo. Além destas ha ainda outras formas de que não fallamos. A musica é diferente para cada uma, porém sempre o mais adequada possível, e sempre tocada em viola. Muitas vezes o tocador canta em certos compassos uma cantiga ás vezes extravagante, ás vezes de pensamento ver adeiramente poetico.

Quando o fado começa custa a acabar; termina sempre pela madrugada, quando não leva de entriada dias e noites seguidas e inteiras.

O menino, esquecido de tudo pelo prazer, assistiu á festa enquanto pôde; depois chegou-lhe o somno, e reclinando-se com os companheiros em um canto, adormecerão todos em balados pela viola e pelo sapateado.

Quando amanheceu acoudeou sarapantado; chamou um dos companheiros e pediu que o levasse para casa.

O padrinho ia sabindo para começar nas pesquisas quando esbarrou com elle.

— Menino dos trezentos . . . onde te metteste? . . .

— Fui ver um oratorio . . . não diz que eu hei de ser padre?! . . .

O padrinho olhou-o por muito tempo, e afinal não podendo resistir ao ar de *ingenuidade* que elle mostrava, desatou a rir, e levou-o para dentro já completamente apaziguado.

CM, 25/07/1852

Pacotilha nº 77, p. 2

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO VII.

A COMADRE.

Cumpre-nos agora dizer alguma coisa a respeito de uma personagem que representará no correr des-

ta historia um importante papel, e que o leitor apenas conhece, porque nella tocámos de passagem no primeiro capitulo: é a comadre, a parteira que, quando díssemos, servira de madrinha ao nosso memorando.

Era a comadre uma mulher baixa, excessivamente gorda, bonançona, ingenua ou tula até um certo ponto, e finria até outro; vivia do officio de parteira, que adoptára por curiosidade; benzi de quebranto; todos a conheçião por muito beita e pelas mãos desabrida papa-missas da cidade. Era a folhinha mais exacta de todas as festas religiosas que aqui se fazião: sabia de cor os dias em que se dizia missa em tal e tal igreja, com a hora marcada, e até o nome do padre; era pontual á ladainha, ao terço, á novena, ao septenario; não lhe escapava via-sarra, proclamação, nem sermão, a que ella não assistisse; trazia o tempo habilmente distribuido e as horas combinadas, de maneira que nunca lhe aconteceu chegar á igreja e achar já a missa no altar. De madrugada começava pela missa da Lapa; apenas acabava lá a missa, ia á das 8 na Sé, e dahi sabindo, ainda pillava a das 9 em São Antonio. O seu traje habitual era, como o de todas as mulheres da sua condição e esphera, uma saia de lila preta que se vestia sobre um vestido qualquer, um lenço branco muito largo e engommado ao pescoço, outro envolvendo-lhe a cabeça, um rosário pendurado no cós da saia, um raminho de arruda atrás da orelha, tudo isto coberto por uma classica mantilha preta. Nos dias duplices, em vez do lenço á cabeça, o cabelo era penteado, punha-lhe um enorme pente cuja altura o rigor da moda elevára a 2 palmos, do qual então pendia a mantilha. Este uso da mantilha parece ser imitado do uso hespanhol; porém a mantilha hespanhola, temos ouvido dizer, é uma cousa poetica que reveste as mulheres de um certo mysterio que attrahe a attenção; a mantilha das nossas mulheres, não; é a cousa mais prosaica que se pode imaginar, especialmente quando as que as trazem são baixas e gordas como a romadre. A mais brilhante festa religiosa (que erão as mais frequentadas d'esse tempo) tomava um aspecto lugubre logo que a igreja se enchia daquelles vultos negros, que se união uns aos outros, que se inclinavão eurchichando a cada momento. Mas a mantilha era o habito mais conveniente aos costumes daquella epoca: as acções dos outros, sendo o principal cuidado de quasi todos, era muito bom e conveniente ver sem ser visto; ora debaixo daquella capa negra passavão-se immensos mysterios: a mantilha para as mulheres estava na razão das rotulas para as casas; erão o observatorio da vida alheia.

Era agitada e acidentada a vida que levava a comadre, de parteira, beita e curandeira de quebrantão; não tinha por isso muito tempo de fazer visitas e procurar os conhecidos e amigos. Assim não procurava o Leonardo muitas vezes, e tambem tinha nisso razão por causa da zanga particular que elle tinha o afilhado; não sabia noticia d'elles ha muito tempo, quando um dia na Sé ouviu entre duas beatas de mantilha a seguinte conversa:

— Pois é o que lhe digo: a filhoaziinha era da pelle do diabo!

— E parecia uma santinha... e o Leonardo o que lhe fez?

— Ora dezançou-a de murros, e foi o que fez com que ella abalasse mais depressa com o tal capitão... pois olhe, não teve razão; o Leonardo é um rapagão; ganhava boas patacas, e tratava della como de uma sebbora!...

— E o filho... que assim mesmo pequeno era um materialão...

— O padrinho tomou conta d'elle; quer-lhe um bem extraordinario... está maluco o diabo do homem: diz que o menino ha de usar farras por madre...

meio: diz que o menino ha de por força ser padre... mas qual padre se elle é um endiabrado!... Ainda ha pouco tempo fugiu-lhe de casa, acompanhou a viaticos, e depois foi-se metter em um fado de ciganos.

Nesta occasião levantava-se a Drua, e as duas beas interromperão a conversa para bater nos peitos. Era uma delle a vizinha do compadre que proximava a mão fim ao menino, e com quem elle prometia fazer uma estralada; a outra era uma das que tinham estado na função do baptizado.

A comadre, apenas ouviu isto, foi procurar o compadre; não se praxe porém que a levára a isto o interesse pela afilhada, não, era apenas curiosidade; queria saber o caso com todos os menores detalhes; isso lhe dava longa materia para a conversa na igreja, e para entreter as paritorientes que se conflagravam aos seus cuidados. Entrou pela loja do compadre, e apenas o avistou foi-lhe dizendo:

— Então tom que a tal comadre pregou-nos o mono? Veja o que são doudices; fazer aquillo ao Leonardo, um bamba que não é mal arranjado... filho do Reino...

— Aparentão-lhe as taudades da terra, disse o compadre tom o seu berrido maligno.

— Aparenta-se veja ella entre as unhas do diabo... Olhem que jolrinhas... E você, mestre, ficou com a carga às costas...

— Carga não... eu quero-lhe bem, elle é soc-gadinho... A propósito, elle tem andado estes dias um pouco morrimento; desconho cá certa cousa.

— Logo vê-se logo... p' eu cá terho o remedio... disse a comadre descalçando as mãos as costas do rosario.

Nisto então a p'p'erno.

— Não tom que vor, repeliu ella apenas o viu, e olhado.

Parou-se então uma scena de carinhos da parte da madrinha e repulsa da parte do afilhado; esta ficou um tanto despeitada, mas o compadre achou-lhe graça.

Começou depois um interrogatorio minucioso á cerca do que tinha acontecido em casa do Leonardo, e os dous compadre e comadre, desahafarão a seu gosto. Depois o compadre narrou, mesmo sem ser interrogado, todas as gentilezas do afilhado; contou suas intenções a respeito delle. A comadre não concordou com ellas (o que nada agradou ao compadre); não via o menino com jeito para padre; achava melhor mettê-lo no Trem a aprender um officio. O compadre porém persistiu em seus intentos, que tinha muita esperança de ver realizados. Quanto ao inconvênio que soffria o menino, a comadre prometteu pô-lo bom em 3 dias, benzendo-o para livrar-lo do máo olhado, e despediu-se promettendo voltar, e offerecendo-se para fazer por elle tudo o que pudesse. Pelo caminho foi repetindo o que acabára de saber a quanto conhecido encontrou, sem escrupular muito em acrescentar mais uma ou outra circumstancia que carregasse as cores do quadro. Voltou depois durante tres dias, e com rezas e benzeduras conseguiu livrar o pequeno do mal que soffria, olhado, quebranto, ou o quer que seja.

O compadre, apenas viu o menino bom, começou a suspeitar que o maleficio não partira senão da vizinha, que tanto se intronettia com elle, e jurou tomar d'isso séria satisfação.

Entretanto applicava-se a trabalhar na realização de seus intentos, e começou por ensinar o A B C ao menino, porém, por primeira contrariedade, este impecou no F, e nada o fazia passar adiante.

A comadre continuou a apparecer dali em diante por um motivo que mais tarde se saberá.

Por agora vamos continuar a contar o que era feito do Leonardo.

CAPITULO VIII.

O VIDIGAL.

O som daquella voz que dissera aos nossos distribuidores de fortuna «abra a porta» lançára entre elles, como dissemos, o espanto e o medo. E não foi sem razão; era ella o annuncio de um grande aperto. de que por certo não poderião escapar. Nesse tempo ainda não estava organizada a policia da cidade, ou antes estava-o de um modo que bem denotava o caracter da epoca. O major Vidigal era o rei ab oluto, o arbitro supremo de tudo que dizia respeito a esse ramo de administração; era o juiz que julgava e distribuia a pena, e ao mesmo tempo o guarda que dava caça aos criminosos; nas causas que elle julgava não havia testemunhas, nem provas, nem razões, nem processo; elle resumia tudo em si; a sua justiça era infalivel; não havia appellação de sua sentença; fazia o que queria, e ninguém lhe tomava contas; exercia enfim uma especie de inquirição policial. Entretanto, façamo-lhe justiça, dados os desrortos necessarios das idéas do tempo, elle em verdade não abusava muito de seu poder, e o empregava em certos casos muito bem empregado.

Era elle um homem alto, não muito gordo, com cara de moleirão; tinha o olhar sempre baixo, os movimentos lentos, e voz dearsada e adocicada. Apesar deste aspecto de mansidão, não se encontraria por certo homem mais apto para aquella profusão, exercida pelo modo que acabamos de indicar.

Uma companhia ordinariamente de granadeiros, às vezes de outros soldados que elle escolhia entre os corpos que haviam, armados todos de grãos e marões, commoçada pelo major Vidigal, fazia toda a ronda da cidade de noite, e toda a mais policia de dia. Não havia bico nem ravessa, rua nem praça onde não se tivessem passado uma façanha artistica do Sr. major para pilhar um garoto ou dar caça a um vagabundo. A sua sagacidade era proverbial, e por isso só o seu nome incutia um grande terror em todos os que não tinham a consciencia muito pura a respeito de falcatruas.

Se no meio da algazarra de um fado rigoroso, em que a decenera e os ouvidos dos vizinhos não erão muito respeitadas, ouvia se dizer «está ali o Vidigal,» era, como vulgarmente se diz, o mesmo que pôr agua na fervura; serenava tudo em um momento, e a brincadeira tomava logo um aspecto serio. Quando a'gum dos patuscos d'quelle tempo (que os havia em grande numero) que não gozava de grande reputação de activo e trabalhador era sorprendido de noite, de capote sobre os hombros e via'va por baixo delle, embandando em busca de suco; por uma voz branda que lhe dizia simplesmente «venha cá; onde vai?» era fugir, se pudesse, porque contava já com uma boa remessa de cadêa, ou pelo menos de casa de guar-la na Sé; e depois o covado e meio às costas, como se dizia então, era quasi sempre a consequencia necessaria.

Foi por isso que os nossos nigromantes e a sua infeliz victima puzerão-se em debandada mal couberão pela voz quem se achava com elles. Quizerão escapar-se pelos fundos da casa, porém elle estava toda cerrada de granadeiros, em cujas mãos reluzião os competentes camicões. A porta abriu-se sem muita resistencia, e o major Vidigal (porque era com effeito elle) com os seus granadeiros pilhou-os mesmo com a boca na botija: estava ainda arcesa a fogueira e os alguidaros dispostos na ordem que indirmos.

— Oh! disse elle, então par aqui dá-se fortuna...

— Sr. major, pelo amor de Deus...

— Eu queria ver como era isso; continuem, camaradas...

Elles hesitãrão um pouco, porém vendo que resistir seria inutil, começaram de novo as ceremonias, de que os soldados se rião, anteendo talvez qual seria o resultado. O Leonardo estava corrido de vergonha, tanto mais porque o Vidigal o conhecia, e procurava cobrir-se do melhor modo com a sua inmundada capa. Ajoelhou-se quasi arrastado outra vez no mesmo lugar; começou a dansa, a que o major assistia de braços cruzados e com ar pavorrento. Quando elles, julgando que já tinham dansado sufficientemente, tentãrão parar, o major dizia brandamente: «continuem.»

E elles continuavão. Depois de muito tempo quizerão parar de novo.

— Continuem, disse outra vez o major.

Continuãrão por mais meia hora; passado esse tempo, já muito cansados, quizerão parar de novo.

— Ainda não; continuem.

Continuãrão por tempos esquecidos; já estavão que não podião de estafados; o nosso Leonardo, ajoelhado ao pé da fogueira, quasi que se desfazia em suor, quando o major, dando-se por satisfeito, mandou que parassem, e sem se alterar disse para os soldados com a voz leuta:

— Toca, granafeiros.

A esta voz todos os camarões se erguerão, e cabindo de rijo sobre as costas daquella honesta gente, fizeram-na dansar sem querer ainda por algum tempo.

— Para, disse o major depois que os viu bem so-vados.

Começou então a fazer a cada um um sermão, em que se mostrava muito sentido por ter sido obrigado a chegar aquelle excesso, e que terminava sempre por esta pergunta:

Então você em que se occupa?

Nenhum delles respondia, e elle tornava sorrindo:

— Está bom!

Chegou a vez do Leonardo.

— Pois homem, você um official de justiça que devia dar o exemplo...

— Sr. major, respondeu elle acabrunhado, é o diabo daquella rapariga que me obriga a tudo isto; já não sei de que meios use...

— Está bom, replicou o major, você ha de ficar bom disto. Vamos para a casa da guarda.

Com esta ultima decisão o Leonardo desesperou. Perdoaria de bom grado as chibatadas que levãra contanto que ellas ficassem em segredo, mas ir para a casa da guarda, e de lá talvez para a cadeia... isso é que elle não podia tolerar. Rogou ao major que o poupassa, porém de balde; desfez então a verga ha em pragas à maldita cigana que tanto o fazia soffrer.

A casa da guarda era no largo da Sé; era uma especie de deposito onde se guardavão os presos que se fazião de noite para se lhes dar conveniente destino. Já se sabe que os amigos de novidades ião por ali de maubã e sabião com facilidade tudo que se tinha passado.

Ahi e teve o Leonardo o resto da noite e grande parte da manhã, exposto à vistoria dos curiosos. Por infelicidade sua passou por acaso um collega, e vindo-a entrou para fallar-lhe, játo quer dizer que dali

o pobre todo o resto da tarde e noite e grande parte da manhã, exposto à vistoria dos curiosos. Por infelicidade sua passou por acaso um collega, e vindo-a entrou para fallar-lhe, játo quer dizer que dali

o pobre todo o resto da tarde e noite e grande parte da manhã, exposto à vistoria dos curiosos. Por infelicidade sua passou por acaso um collega, e vindo-a entrou para fallar-lhe, játo quer dizer que dali

CM, 01/08/1852

Pacotilha nº 78, p. 2

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO IX.

O —ARRANJEI-ME — DO COMPADRE.

Os leitores estarão lembrados que o compadre dissera quando estava a fazer castellos no ar a respeito do alibado, e pensando em dar-lhe o mesmo offi-cio que exercia, isto é, daquelle *arranjei-me*, ouj expli-cação promettemos dar. Vamos agora cumprir a promessa.

Se alguém perguntasse ao compadre por seus pais, por seus parentes, por seu nascimento, elle nada poderia responder, porque nada sabia a respeito. Tudo de que se recordava da sua historia reduzia-se a bem pouco. Quando chegara à idade de dar acôrdo da vida achou se em casa de um barbeiro que delle cuidava, porém que nunca lhe dissera se era ou não seu pai ou seu parente, nem tã pouco o motivo por que tratava da sua pessoa. Tambem nunca isto lhe dera tudado, nem lhe veio a curiosidade de o indagar. E se bomem ensinãra-lhe o offi-cio, e por inaudito milagre tambem a ler e a escrever. Enquanto foi aprendiz passou em casa do seu... mestre, em falta de outro nome, uma vida que por um lado se parecia com a do famulo, por outro com a do litho, por outro com a do aggregado, e que allual não era e não vida de enjelhado, que o leitor sem duvida já adivinhava que elle o era. A todo dia trabalhava e ganhava, e pagava-se do que por elle tinha já feito.

Quando passou do mestre a rapa, e chegou a saber barbear e a fazer offi-cio, foi obrigado a manter-se à sua custa e a pagar a morada, com os ganhos que fazia, porque o producto do mais trabalho pertencia ainda ao mestre. Sujellou-se a isso; porém querião ainda mais; existião que continhasse a empregar-se no serviço domestico. Lavrou-lhe então a tãta tãta arripio de dignidade; já era official, e não queria rebairar o seu offi-cio. Viou marota; frasse duro, e safou-se de casa sem escrupulos nem remorsos, pois bem sabia que estavão saldas as contas de parte a parte; e ulião-no criado e elle tinha servido. Tambem não encontrou grande resistencia a isso.

Apenas passou o primeiro impeto e teve tempo de reflexionar, quasi que começou a arrepende-se por não saber o meio de achar arranjo. Achou se na rua, sem saber para onde ir tendo por unica fortuna uma baria de barbear, um banco de braço, um par de navalhas e outro de lancetas na algibeira. Verdade é que quem tinha comsigno estes trastes estava no uniforme do offi-cio; porém isso não bastava, e o pobre rapaz estava em apertos.

Passou a primeira noite em casa de um collega, e no dia seguinte ao amaubeber, tomando os seus arre-petidos, sahio em busca de que fazer e de destino. Achou ambas as cousas; uma trouxe a outra.

No largo do Paço um marujo que estava sentado em uma pedra junto ao mar chamou-o para que lhe tizesse a barba: mãos à obra, que já aquelle dia não morria de fome.

Tudo o barbeiro é tagarella, e principa'mente

quando tem pouco que fazer; começou portanto a puxar conversa com o freguez. Foi a sua salvação e fortuna.

O navio a que o marujo pertencia viajava para a Costa e occupava-se no commercio de negros; era um dos combóios que trazião fornecimento para o Valongo.

Estava prompto a largar, e o faria no dia seguinte, se se encontrasse alguém que quizesse ir fazendo as vezes de medico.

— O' n'estre! disse o marujo no meio da conversa, você t'nhem não é sangrador?

— Sim, eu tambem sangro . . .

— Pois olhe, você estava bem bom, se quizesse ir comu-co . . .

— Homem, eu da cirurgia não entendo muito....

— Pois já não disse que sabo tambem sangrar?

— Sim . . .

— Entao já sabe até de mais.

No dia seguinte sahiu o nosso homem pela barra fóra; a fortuna tinha-lhe dado o marujo, cumpria saber aproveitar; de official do barbeiro tinha dado um salto m'ral a medico de navio, restava unicamente saber fazer reuder a nova posição. Isso ficou por sua conta.

Por um feliz acaso logo nos primeiros dias de viagem adoeceirão dous marinheiros; chamou-se o medico; elle fez tudo que sabia... sangrou os doentes, e em pouco tempo est'vãobens, perfeitos. Com isto ganhou elle immensa reputação e começou a ser estimado.

Chegááo com feliz viagem ao seu destino; tomááo o seu carregamento de gente e voltááo para o Rio. Graças á lanceta do nosso homem, nem um só negro morreu, o que muito contribuiu para augmentar-lhe a solida reputação de entendedor do riscado.

Poucos dias antes de chegar ao rio o capitão do navio adoceu; a principio nem elle nem alguém teve a menor duvida de que ficaria bom logo depois da primeira sangria; porém repentinamente o negocio complicou-se, e nem com a terceira e quarta se pôdo conseguir causa alguma. No fim do quarto dia convencerão se todos e o capitão mesmo de que estava chegada a sua hora. Nem por isso porém culpááo o nosso homem.

— Ali não ha sangria que o salve, dizião; chegou a sua vez de dar a costa.

O capitão teve de fazer suas ultimas disposições, e como dissemos, tendo o medico graugrado grande amizade e confiança, foi o escolhido para desempenh-las.

O capitão chamou-o á parte, e em segredo lhe fez entrega de uma cinta de couro, presa a de um bom par de d'obis sem ouro e prata, pe'fundo que tielmente as fosse entregar, apenas chegasse á terra, a uma tilha sua, cuja morada lhe i'dicou. Além desta dinheiro entregou-o tambem de receber o importe daquella viagem e de lhe dar o mesmo destino. Erãõ est's suas unicas e ultimas vontades que o encarregava de cumprir, declarando-lhe que lá do outro mundo o esperava para ver como cuitava disso.

Poucas horas depois expirou.

Desse dia em diante nenhum só doente escapou mais, porque o medico já não sagrava tanto; andava preocupado, distrahido, e assim levou até chegar á terra.

Apenas sah'rou dec'arou que não se tinha dado bem, e que não embaraçaria mais.

Quanto ás ordens do capitão, ora historias; quem é que lhe havia de vir tomar contas disso? Ninguem viu o que se pass'ou; ninguem sabia. Os unicos que podião ter desconfiado e fazer alguma coisa erãõ os marinheiros; porém estes partirão em breve de novo.

O compadre decidiu-se a substituir-se berdeiro do capitão, e assim o fez.

Estes aqui como se explira o *arranjar-me*, e como se explicão muitos outros que vão abí pelo mundo.

CAPITULO X.

O PATEO DOS BICHOS.

Ainda hoje existe no saguão do paço imperial, que no tempo em que se passou esta nossa historia se chamava palácio d'el-rei, uma saleta ou quarto que os gaitos e o povo com elles denominava o *pateo dos bichos*. Este appellido lhe fóra dado em consequencia do fim para que elle então servia: passááo ali todos os dias do anno tres ou quatro officiaes superiores, velhos, incapazes para a guerra e inuteis na paz, que o rei a pretexto de seu serviço os tinha ali, nao sabemos se com mais alguma vantagem de soldo, ou se só com mais a honra de serem empregados no real serviço. Bem poucas vezes havia occasião de serem elles chamados por ordem real para qualquer cousa, e todo o tempo passááo em santo ocio, ora mudos e silenciosos, ora conversando sobre cousas do seu tempo, e censurando as do que com razão já não suppunhão seu, porque nenhum delles era menor de 60 annos. A's vezes arontecia adormecerem todos ao mesmo tempo, e então com a resacaancia de suas respirações, passando pelos narizes atabacados, entoávão um quarteito, pedaço impagavel, que os officiaes e soldados que estavão de guarda criááo e mais pessoas que passááo, vinhão apreciar á porta. Erãõ os pobres homens muitas vezes victimas de caçadas, que naquelle tempo de poucas preoccupações erão o objecto de estudo de muita gente.

A's vezes qualquer que os p'hava dormindo chegava á porta e gritava:

— Sr. tenente coronel, el-rei procura por V. S.

Qualquer delles acordava espantado, tomava o chapéo armado, p'uaba a emmurão, acontecendo ás vezes com a pressa ficar o chapéo torto ou a espada do lado direito, e la corria a ter com el-rei.

— A's vossas ordens, real senhor, dizia ainda bocejando.

O rei, que percebia o negocio, desatava a rir e o mandava en bura.

Quando chegava o pobre homem a baixo, ia cada um dos que por ali se achavão indagar, o mais seriamente que era possivel, qual tinha sido o objecto do chamado d'el-rei.

Fazião-lhes d'estas e d'outras, mas q'ohi a pouco deixavão se elles enganar de novo.

Vamos fazer o leitor tomar conhecimento com um desse *acticos* militares, que entra tambem na nossa historia.

Era velho como seus compauheiros, porém de certo por elle não é que tinha vindo ao quarto o appellido que lhe davão: suas feições quebradas pela idade tinham ainda certa regularidade de contorno que bem denotava que no seu tempo de rapaz não fóra a respeito de belleza mal favorecido; de seus rabellos que o tempo levava rest'vãõ apenas orlando-lhe as temporas e a nuca alguns annos crespos e prateados; sua calva era nobre e imponente. Fóra valente; ganhára por seus feitos as dragonas de tenente-coronel; era filho de Portugal e acompanhára el-rei na sua vinda ao Brasil.

Estas qualidades porém não lhe servião de salvaguarda, e soffria como os outros as caçadas dos gaitos.

Assim um dia que uma mulher de mantilha o foi procurar, e se poz com elle a conversar por algum tempo em particular, passááo uns e outros e esvarrãõ juntos da parte ou deixááo escapar abí ed out'ra chaloga chaloge.

— Amorei velhos nunca se esquecem, dizia um.

— Bravo! gosto do bom gosto, dizia outro.

A mulher de mantilha é nossa conhecida, porque nem mais nem menos é a comadre, e o negocio que ali a levou tambem nos interessa, pois que se trata da coltura do pobre Leonardo. Ouça portanto o leitor a conversa dos dois.

— Sr. tenente-coronel, disse a comadre ao chegar, venho me valer de V. S.: meu compadre Leonardo está na cadeia.

— O Leonardo?! mas então porque?

— Ora! maluquices! E chegando-se ao ouvido do velho, contou-lhe a comadre baixinho a causa da prisão do Leonardo.

O velho deu-se a rir.

— Bem pregado!... disse.

— Agora eu queria que V. S. fizesse o favor de fallar por elle ao Sr. major Vidigal, que foi quem o prendeu... coitado do homem: é uma vergonha; mas tambem elle não se emenda!

E proseguindo a comadre, contou muito em segredo, como já o tinha feito a todos os seus conhecidos, toda a historia dos infelizes amores do Leonardo com a Maria, todas as diabruras do menino que ella deixara e de que o padrinho tomara conta: passou depois a relatar todo o occorrido com a rigada, e voltou de novo á historia da prisão, que contou e recontou vinte vezes, sem lhe escapar a mais pequenina circumstancia. No fim tornou a fazer o seu pedido, a que o velho prometteu satisfazer, e então sabiu ella recebendo no saguão muitos cumprimentos e sorrisos maliciosos. Na porta por onde sabiu estava encostado um cadete que lhe disse:

— Estimo que fosse feliz; no dia do baptisado não se esqueça da gente.

— Arrengo! foi a unica resposta que ella deu, e passou.

Como o velho tenente-coronel conhecia a comadre e o Leonardo, e porque se interessava por elle, o leitor sabrá mais para diante.

Esse conhecimento era antigo, e o Leonardo apenas se achou na cadeia lembrou-se da protecção que o velho lhe podia prestar em semelhante aperto; mandou por um collega chamar a comadre e a encarregou da missão de ir ter com elle, que ella acceitou de bom grado, e que de empobou, segundo vimos, satisfactoriamente.

O velho, apenas a comadre sabiu, tomou o chapéu armado, poz a espada á cinta, e sabiu depois de ter contado aos companheiros o que succede a quem vai torear fortuna. Um d'elles, que era credulo até ao enthusiasmo a respeito de feitiçarias, ficou muito indignado com o caso e prometteu tambem empenhar-se pelo Leonardo.

Já vê portanto o leitor que o negocio não estava mal parado, e em breve saberá o resultado de tudo isto.

CM, 08/08/1852

Pacotilha nº 79, p. 1

MILITARIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XI.

EXPLICAÇÕES

O velho tenente-coronel, apesar de virtuoso e bom, não deixava de ter na consciencia um soffivel par de

prezados, desses que se chamão da carne, e que não lão de ser levados em conta, não de hoje, que a idade o tornara inoffensivo, porém do tempo da sua mocidade: o resultado de um d'elles fora um filho que deixara em Lisboa, fructo de um derradeiro amor que tivera aos 35 annos. Por casti o em nada havia elle sabido ao p. i. e nem os conselhos, nem as cuidados e nem o exemplo deste pud rão enraminhado por boa vereda. A s 20 annos, tendo montado praça, era um cadete desordeiro, jogador e o mais insolubridinado do seu batalhão. Bastantes vergonhas cus tãra ao pobre pai, que cuidadoso procurava sempre por todos os meios encobrir-lhe os defeitos e remediãr as gentilezas que elle fazia, já pagando por elle dividas de jogo, já atalhando-lhe as desordens e curando com o ro a brech sque elle fazia na cabeça de seus adversarios. Houve porém uma que as circumstancias e mesmo a natureza do caso não permittirão que tivesse remedio. Pouros dias antes de embarcar para o Brasil em companhia d'elrei, estando o infeliz pai em preparativos de viagem, viu entrar-lhe pela porta a dentro uma mulher velha, brisa, gorda, vermelha, vestida segundo o costume das mulheres da baixa classe do pai, com uma saia de ginga azul por cima de um vestido de chita, um lenço branco dobrado triangularmente posto sobre a cabeça e preso embaixo do queixo, e uns grãos sapatinhos negros. Parecia presa de grande agitação e de raiva; seus olhos pequenos e azues faiscavam de dentro das orbitas afundadas pela idade suas faces estavam rubras e reluzantes, seus labios franzidos e franzidos aper tãvã-se violentamente um contra o outro como prendendo uma torrente de injurias, e tornando mais sensivel ainda seu quasi pontuda e um pouco revirado.

Apenas se achou ella em frente do capitão (era este o posto que tinha nesse tempo o velho) foi se chegando para elle com ar resolute e enfurecido. O capitão recuou instinctivamente um passo.

— Ah! Sr. capitão, disse ella por fim pondo as mãos nas cadeiras, chegando a boca muito perto do rosto d'elle e abandonando raivosa a cabeça: olhe que isto assim não vai direito, faz-me andar a cabeça á roda... põe-me os miolos a server... e eu estouro... já viu!...

— Mas o que ha então, mulher?... Eu não lhe conheço...

— Não quero cá saber de nada... Já lhe disse que isto não vai bem... e eu estouro...

— Mas porque?... o que é que tem?... E' preciso que você diga...

— Não tenho nada que dizer... Estouro, já lhe disse, Sr. capitão!...

— Pois estoure com trezentos diabos! mas ao menos diga pelo que é que estoura.

— Não tenho nada que dizer... já lhe disse... isto põe a cabeça da gente como uma cabula pobre, não tem lugar nenhum... Trã-me por lá com arcs de santarrao comprar a quitanda...

— Quem, mulher de Deus? Você não se explicará?

— Qual explicar, nem meo explicar! pois então por ser cá a gente uma mulher velha, que já perdeu os achegos ao mundo, e ella uma pobre rapariga tola e bisbitanteira, com vontade de saber de tudo, vim-me cá a mim pregar o mono ao bichecho, e a ella em lugar ainda mais melindroso...

— Mas quem é que pregou monos a você mais a ella, e quem é ella?...

— Faz-se de novo! continuou a mulher exasperada; pois o Sr. capitão já não tinha consentido no casamento?...

— Que casamento? com quem?...

— Ai, ai, que cá me anda a cabeça como uma nóra sãta... Pois o Sr. capitão não sabe que tem um filho?...

— Sim, sei, respondeu este, começando a descobrir o mysterio.

— E não sabe que elle é um padeiro de um maldito!...

A isto o capitão podia, porém não se atreveu a responder affirmativamente, e perguntou sómente:

— E que mais?...

— E não sabe tambem que eu tenho uma filha que trouxe da Madaira, a Mariquinhas?

— Como se eu nem a conheço?...

— Pois é uma rapariga muito capaz.... e o diabo do tal cadete do seu filho andou por lá a entender com ella muito tempo: namoro para cá, namoro para lá, presentes daqui, promessas de cá lá.... e atinal de outras... Braz! E então que lhe parece?..

O capitão foi ás nuvens.

— Até lhe prometteu casamento, dizendo que o Sr. capitão consentia.... Ora eu bem sei que ella tambem teve sua culpa.... mas eu desculpo isso porque tambem já fui rapariga.... e sei que quando começa o diabo no corpo, adeus! Mas isto não a gente tosta, porque.... emilia a rapariga podia vir a fazer fortuna.

O capitão tinha comprehendido tudo, e por mais algumas explicações que se seguirão viu-se reduzido ao maior aperto. Nesta vez a diabrura do rapaz era irreversivel. A mulher tinha toda a razão; porém tambem casar seu filho com a filha de uma quitandeira.... isso não poderia ser; além de que nada tinha que deixar ao filho, e só com o soldo de cadete: e não poderia sustentar mulher e casa, restava além disso a duvida se elle está a ou não pelas autos..

Despediu a velha, não sem lhe prometter que providenciaria sobre o caso.

— D'he, veja lá, disse ella ao sair; se o negocio não se arranja, eu estouro!...

O pobre homem ficou nos apuros; foi ter com a offendida, e procurou, offerrendo-lhe alguma coisa para seu dote, obter que ella se calasse, e que desistisse de suas pretensões; ella quiz a principio recusar, porém a mais aconselhou-a que acatasse, sem duvida com medo de estourar. Neste mod ficou o caso um pouco remediado, posto que a consciencia do capitão, que era de homem de honra, não lhe era de modo algum satisfeita. O tempo porém não dava lugar a mais; era chegado o momento de arrompar a el-rei, e elle partiu deixando o filho recomendado a quantos amigos tinha. Interromperei os annos, e quando menos esperava soube elle que se achava no Rio de Janeiro em companhia do Leonardo a tal Mariquinhas, que então já era a Maria que os leitores bem conhecem. Procurou fazer o que podesse por ella para satisfazer todos os seus appetitos de pai honrado, porém quiz faz-lo occultamente. Foi ter com a comadre, a quem já conhecia, e a encarregou de o avisar apenas sentisse que a Maria precisava de qualquer necessidade. Nunca porém teve occasião de metter a sua boa vontade directamente para com ella. Apenas tinha feito ao Leonardo um pequeno favor em occasião em que este se achava embaraçado por causa de uma irregularidade em uns autos que se lhe atituava, e que a comadre o aconselhou de procuralo n'um sem o couberer, a titulo de que era muito bom homem e amigo de servir a todos.

Eis-aqui porque o Leonardo se dirigiu no seu segundo apuro ao velho tenente-coronel por intermedio da comadre, e porque este prometteu empenhar-se por elle, o que com effeito tratou de cumprir.

Comodissemos, apenas a comadre sahio, elle sahio tambem e foi tratar de pôr o Leonardo na rua. Dirigiu-se primeiro á cadeia para colher do proprio Leonardo todas as informações, e então pôde ver que as que lhe tinha dado a comadre erão exactissimas, e que ella não de zara escapar a melhor circumstancia.

O Leonardo repetiu e confessou tudo o que elle já sabia, corrido de embaraço e de vergonha; e ao despedir-se o velho:

— Sr. tenente-coronel, disse-lhe elle, V. S. já me livrou de uma que não era culpa minha: livre-me desta tambem... olhe que está compromettila a minha honra...

O Leonardo esquecia-se da thronia da Maria...

— A honra sua, respondeu o velho, o que está compromettilo é o seu juizo: não de dizer, e eu sou o primeiro que você está doudo

— Fugí de uma ilha; e fui cahir u'uma cigana; que d'us!

O velho sahio corriudo-se. Dahi dirigiu-se á casa de um seu amigo, fiscalgo de valimento, cujo nome occultaremos por motivos particulares, para d'ello obter a salta do Leonardo. Morava elle em uma das ruas mais estreitas da cidade, em um sobrado de serada de rotulas de pão com pequenos postigos que se abriaão ás fartadellas, sem que uingueru de fora pudesse ver quem a elles chegava. A poeira amontoadas nos cordões da rotula e as paredes encardidas pelo tempo davão á casa um aspecto triste no exterior; quanto ao interior, andava pelo mesmo conseguido. A sala era pequena e baixa; a mobilia que a guardecia era toda de jacarandá e feita no gosto antigo; todas as peças erão enormes e pesadas; as cadeiras e o ranape, de pés arcados e esquadres altissimos, tinham os assentos de couro, que era a moda da transição entre o estofado e a palhinha. Quem quizer ter idéa exacta destes traxtes procure no consistorio de alguma irmandade antiga, onde temos visto alguns delles.

As paredes erão oroadas por uma duzia de quadros, ou antes de caixas de vidro que deixavão ver em seu interior paisagens e flizes feitas de conchilhas de todas as cores, que não erão totalmente feias, porém que não tinham de certo o subido valor que se lhes dava naquelle tempo. A' direita da sala havia sobre uma mesa um enorme oratorio no mesmo estilo da mobilia.

Havia finalmente em um canto uma palma benta de costas que se distribuía no domingu de ramos; e se o leitor agora suppuzer tudo isto cuberto por uma deusa causada de poeira, terá idéa perfeita do logar em que foi recebido o velho tenente coronel, que era pouco mais ou menos semilheante em todas as ricas de então; e por isto nos demoramos em descrevê-lo. Sem se fazer esperar muito, appareceu o dono da casa: era um homem já velho e de cara um pouco ingrata; vi ha de tauauros, sem uicias, em mangas de ramias, e um capote de lã de xadrez sobre os hombros, coisa de rapé e leuço encarnado na mão.

Em poucas palavras o velho expoz-lhe o caso, e lhe pediu que fosse fallar a el-rei em favor do Leonardo.

A principio oppoz elle algumas duvidas, dizendo:

— Homem, pois eu hei de ir a palacio por causa de um meirinho? El-rei ha de rir-se do meu afilhado.

Final, porém, teve de ceder a instancias da amizade, e prometteu tudo. O velho sahio satisfeito e foi levar a nova ao Leonardo, que pulou de content. Poucos dias depois chegou a ordem de soltura e elle foi posto na rua. Acreditára que tinha acabado de passar pelo peor dos supplicios, porém insupportaveis torturas começaram para elle no dia em que sahio da cadeia: a mofo, o escarneo, o riso dos compariados seguiu-o por muitos dias, incessante e martirizante.

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO XII.

PROGRESSOS E ATRAZOS.

Dadas as explicações do capítulo precedente, volte-mos ao nosso memorando, de quem pôs um pouco nos esquecemos. Apressemo-nos a dar ao leitor uma boa notícia: o menino desempacou do P, e já se acha no P, onde por uma infelicidade empacou de novo. O padrinho anda contentíssimo com este progresso, e vê clarar-se o horizonte de suas esperanças; declara positivamente que nunca viu menino de melhor memória do que o alilhado, e cada lição que este dá sabida de que tro em quatro dias pelo menos é para elle um triumpho. Ha porém uma coisa que o entristece no meio de tudo isto: o menino tem para a reza, e em geral para tu o quanto diz respeito à religião, uma aversão devrida; não é capaz de fazer o pelo-signal da esquerda para a direita, fã-lo sempre da direita para a esquerda, e não foi possível ao padrinho, apesar de toda a paciencia e boa vontade, fazer-o repetir de côr sem errar ao menos a metade do padre-nosso; em vez de dizer «venha a nós o vosso reino» diz sempre «venha a nós o pão nosso.» Ir á missa e ao sermão é para elle o maior de todos os supplicios. Isto faz o compadre às vezes desesperar, e até rhega a concordar com a comadre em que o menino não tem grito para clérigo; porém são nuyens passageiros; sempre ha isto ou aquillo que faz esquecer todas as esperanças, e o homem cauiuba animado na sua obra.

O que elle porém esperava não esperavão todos, e ninguem via no menino senão um futuro peralta da primeira grandeza; quem mais contava com isso era a vizinha do compadre, aquella a quem chamava o agouro do pequeno, e a quem attribuia o olhar que este soffrera e de que tirára livre, graças á *scandola* e ao rosario da comadre. Era a tal vizinha uma dessas mulheres que se chamão de saca e callão, valentona, presumçosa, e que se galava de não ter papas na lingua; era viuva e importunava a todo o mundo com as virtudes do seu defunto. Serrasiua e amiga de contrariar, não perdia occasião de desmentir o compadre em suas esperanças a respeito do alilhado, declarando que não lhe via grito para coisa nenhuma, que não queria para coisa que lhe pertencesse o fim que elle havia ter, e que quando elle crescer o melhor remedio era dar-lhe com os ossos a bordo de um navio ou pôr-lhe o covado e meio ás costas. O compadre desesperava com isto; por muito tempo con-seguiu conter-se, porém um dia não pôde mais e desbaratou com a sujeita. Chegando por acaso á porta da loja, a vizinha que estava á janella disse-lhe em tom de zombia:

— Entã, vizinho, como vai o seu reverendo?

Um velho que morava defronte, e que tambem se achava á janella, desatou a rir com a pergunta.

O compadre foi ás uuyens; avermelhou-se-lhe a calva, franziu a testa, porém fez que não tinha ouvido. A vizinha poz-se tambem a rir, percebendo o cavaco do compadre, e acrescentou:

— Padre amigo do fado... tem que ver... quando vai elle outra vez ao campo dos Giganos?...

O velho defronte redobrou a risada. A vizinha conti-nuiuou:

— Entã elle já encarrilha o padre-nosso?

O compadre rasperou-se completamente, e estudando uma injuria bem grande para responder, disse afinal:

— Já... já... senhora intrometida com a vida

alheia. . já sabe o padre-nosso, e eu o faço rezar todas as noites um pelo seu defunto marido que está a esta hora dando couces no inferno!...

— Heim?... o que é que você diz, senhor raspa-barbas de uma liga? vorê mette bróculos na conversa? disse a vizinha encrespand-se; olhe que esse de quem você falla nunca foi sangrador como você, nem viveu de apares de cabellos... Não se mette romigo que hei de lhe dizer das ultimas e pôr-lhe os podres na rua... Couces no inferno!!! ora dá-se? um tanto houiem... Couces no inferno porque? diga se é capaz!... Pois agora saiba, porque eu cá não tenho papas na lingua, que o tal seu alilhado das duzias é um pedaço de um malcriadão muito grande, que ha de deshonrar as barbas de quem o criou... E não tem que ver, porque elle é de raça de ilhéo... e esses é que dão couces depois de mortos... já ouviu? não se mette comigo...

— E você, respondeu o compadre enquanto a vizinha tomava folego, porque se mette com o que não é da sua repartição?

Elle proseguiu:

— Hei de me metter; não é da sua conta, nem venha cá dar regras, que eu não preiso de você...

— Mas o que tem você que entender com uma criança innocente, que nunca lhe fez mal?...

— Tenho muito, porque não me deixa parar os trabalhos e as pedras, faz-me castias quando me vê na janella, e trata-me como se eu fosse alguma ilhóa ou mulher de barbeiro... Diga-lhe e repita-lhe... aquillo tem mãos bufas, e não ha de ter bom fim...

— Está bom, senhora, respondeu o compadre, que tinha bom genio, e que só fóra levado aquelle excesso pelo amor do alilhado; basta de resingas, olhe a vizinhança.

— Ora tomara a vizinhança ver-se livre do tal diabo...

O menino chegou nessa occasião á porta, e pondo-se na ponta dos pés, esticando o pescoço, e abauando como a vizinha e imitando-lhe a voz, repetiu:

— Ver-se livre do tal diabo...

O compadrecarhou tanta graça que deu-se por vingado e desatou a rir por seu turno.

— Ah! disse a vizinha, agradece a boa vontade, meu diabo em figura de menino; tu não tens a culpa; a culpa tem quem te dá ousadias.

— A culpa tem quem te dá ousadias... repetiu o menino arrependendo-se...

O compadre ria-se e a perder.

A vizinha desesperada bateu com o postigo e recolheu-se, porém por muito tempo fallou em voz alta de maneira que toda a vizinhança ouviu, dizendo quanto improperio lhe veio á cabeça contra o compadre e o menino.

— O pequeno rncheu-me as m'rdidas, disse o compadre comigo, vingou-me desta; agora falta-me aquelle velho de defronte que tambem a acompanhou na risota, mas não saltará occasião.

Esqueceu-nos dizer que o compadre, apesar de ter sabido, pouco se importara com a prisão do Leonardo, e refirindo-se á causa da infelicidade desta, dissera apressas:

— É bem feito, para elle não se deixar arrastar para t da parte agarrado em quanto rabo de saia lhe apparece.

Nem foi á cadêa visita-lo, nem levar-lhe o filho para tomar a benção, o que a comadre muito reprovou quando soube.

O velho tenente-coronel depois de ter posto na rua o Leonardo, informado miudamente, como sabe o leitor, pela comadre do destino da Maria, e da existencia do filho desta em casa do compadre, decidiu tomar o menino sob sua protecção, e acreditou que se conseguis-

se felicita-lo, lavaria seu filho do peccado de ter des-
barrado a Maria. Por intermedio da comadre man-
dou offerecer ao compadre seu prestimo em favor do
pequeno, mandou-lhe propor até que o deixasse ir
para a sua companhia. O compadre porém não este-
ve por isso de modo nenhum, e até se prometteu acei-
tar para qualquer outra cousa a protecção do tenen-
te-coronel foi a instancias da comadre.

— Não quero, dizia elle, que me roubem o gosto de
tê-lo feito gente; comecei a minha obra, hei de aca-
ba-la.

— Homem, retorquira-lhe a comadre, você faz mal;
olhe que o velho é homem de representação; veja
como elle com duas voltas e meia poz o Leonardo
na rua.

— Nada, não hei de dar o gostinho aqui a esta sucia
da vizinhança; hei de eu mesmo fazer a cousa por
minhas mãos. Lá se o tenente-coronel quizer fazer
alguma cousa por elle, aceite; mas quanto a tira-lo da
minha companhia, isso nunca. Agora já é birra; hei
de levar a minha avante.

CAPITULO XIII.

ENTRADA PARA A ESCOLA.

E' mister agora passar em silencio sobre alguns an-
os da vida do nosso memorando para não cansar o
leitor repetindo a historia de mil travessuras de me-
nino no exercicio das que já se conheceram, de que ellas
constavam exclusivamente; forão diabruras de todo o
tamanho que esperarão a vizinha, desgostarão a co-
madre, mas que não alterarão em cousa alguma a
amizade do compadre pelo afilhado: cada vez esta
augmentava mais, se era possível, tornava-se mais ve-
ga. Com elle crescião as esperanças do bello futuro
com que o compadre souhava para o pequeno, e tanto
mais que durante este tempo fizera elle alguns pro-
gressos: lia soletrado soffrivelmente, e por inaudito
triumpho da paciencia do compadre aprendeu a aju-
dar a missa. A primeira vez que elle conseguiu prati-
car com decencia e exactidão semelhante ao o pa-
drinho exultou; foi um dia de orgulho e de prazer:
era o primeiro passo no caminho para que elle o des-
tiava.

— E dizem que não tem gritos para padre, pensou
entusiasmado; ora acertei o alvo, dei-lhe com a balda.
Elle nasceu menino para aquillo; ha de ser um cle-
rigo de iruz. Vou tratar de mettê-lo na escola, e de-
pois... toca.

Com effeito foi cuidar nisso e fallar ao mestre para
receber o pequeno; morava este em uma casa da rua
da Valla, pequena e escura. Foi elle recebido na sa-
la, que era mobiliada por quatro ou cinco longos
banos de pinho sujos já pelo uso, uma mesa pequena
que pertencia ao mestre, e outra maior onde escrevião
os discipulos, toda cheia de pequenos buracos para os
linteiros, nas paredes e no tecto haviam penduradas
uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos
e fellos dentro das quais pulavão e cantavão passari-
nhos de diversas qualidades: era a paixão predilecta
do pedagogo.

Er este um homem todo em proporções infinitesi-
mas, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chu-
pada, excessivamente calvo; usava de oculos, tinha
pretenções de alatinado, e dava bolos nos discipu-
los por *di eu aquella palha*; por isso era um dos mais
arrididos da cidade. O compadre entrou acompa-
nhado pelo afilhado, que tirou um pouco escabridade
à vista do aspecto da escola, que elle nunca tinha
imaginado. Era em um sabbado; os bancos estavam
cheios de meninos, vestidos quasi todos de jaqueta
ou *redigões* de lila, calças de brim escuro e uma euor-
me pasta de couro ou papelão pendurada por um cor-
del a tira-collo; chexião os deuses exactamente na hora

da taboada cantada; era uma especie de lullalula de
numeros que se usava entre nos collegios, cantada
todos os sabbados em uma especie de *canto-chão* mo-
notono e insupportavel, mas de que os meninos gos-
tavão muito. As vozes dos meninos, juntas ao canto
dos passarinhos, fazião uma algazarra de dor os ou-
vidos; o mestre, acostumado aquillo, escutava im-
passivel, com uma enorme palmatoria na mão, e o
menor erro que algum dos discipulos commettia não
lhe escapava no meio de todo o barulho; fazia parar
o canto, chamava o infeliz, emendava cantando o
erro commettido, e cascava-lhe pelo mecos seis
puzados bolos: era o regente da orchestra ensinando
a marcar o compasso. O compadre expoz, no meio do
ruído, o objecto de sua visita, e apresentou o pequeno
ao mestre.

— Tem muito boa memoria; soletra já alguma
cousa, não lhe ha de dar muito trabalho; disse com
orgulho.

— E se m'o quizer dar, tenho aqui o remedio: *santa
ferula!* disse o mestre brandindo a palmatoria.

O compadre sorriu-se, querendo dar a entender
que tinha percebido o latim.

— E' verdade: faz santas até as feras, disse tradu-
zindo.

O mestre sorriu-se da traducção.

— Mas espero que não ha de ser necessaria, neces-
sitou o compadre.

O menino percebeu o que tudo isto queria dizer, e
mostrou não gostar.

— Segunda-feira cá vem, e peço-lhe que não o
poupe, disse por fim o compadre despedindo-se. Pro-
curou pelo menino e já o viu na porta da rua prestes
a sair, pois que ali não se julgava muito bem.

— Então, menino, sabe sem tomar a benção ao
mestre?...

O menino voltou constrangido, tomou de longe a
benção, e sahira então.

Na segunda feira voltou o menino armado com
a sua competente pasta a tira-collo, a sua lousa de es-
crever e o seu tinteiro de chifre; o padrinho o acom-
panhou até á porta. Logo nesse dia portou-se de tal
maneira que o mestre não se pôde dispensar de lhe
dar quatro bolos, o que lhe fez perder toda a folia
com que entrara; declarou desde esse instante guer-
ra viva á escola. Ao meio dia veio o padrinho busca-
lo, e a primeira noticia que elle lhe deu foi que não
voltaria no dia seguinte, nem mesmo aquella tarde.

— Mas você não sabe que é preciso aprender?...

— Mas não é preciso spanhar...?

— Pois você já spanhou?...

— Não foi por nada, não, senhor; fui porque en-
tornei o tinteiro na calça de um menino que estava
ao pé de mim; o mestre ralhou comigo, e eu comecei
a rir muito...

— Pois você vai se rir quando o mestre ralha...

Isto contrariou o mais que era possível o compa-
dre; que diabo não diria a maldita vizinha quando
soubesse que o menino tinha apauhado logo no pri-
meiro dia de escola?... Mas não haviam reclamações;
o que o mestre fazia era bem feito. Custou-lhe bem
a reduzir o menino a voltar nessa tarde á escola, o
que só conseguiu com a promessa de que fallaria ao
mestre para que elle lhe não desse mais. Isto porém
não era cousa que se fizesse, e não foi senão um en-
godo para arrastar o menino. Entrou este de despera-
do para a escola, e por principio queria estar quieto
e calado no seu banco; o mestre chamou-o e pô-lo
de joelhos a poucos passos de si; passado pouco tem-
po, voltou-se distrahadamente e surprende-o no mo-
mento em que elle erguia a mão para atirar-lhe uma
bola de papel. Chamou-o de novo e deu-lhe uma d-
zia de bolos.

— Já no primeiro dia, disse, você promette mui-

10. . .

O menino resmungando dirigiu-lhe quanta injúria sabia de cór.

Quando o padrinho voltou de novo a busca lo achou-o de tenção firme e deridida de não se deixar engodar por outra vez, e de nunca mais voltar, ainda que o rachassem. O pobre homem azucou com o caso.

— Ora logo no primeiro dia! .. disse consigo, isto é praga daquella maldita mulher... mas hei de teimar, e vamos ver quem vence.

CM, 22/08/1852

Pacotilha nº 81, p. 1

MISERÓCIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XII.

MUDANÇA DE VIDA.

A' custa de muitos trabalhos, de muitas fadigas, e sobretudo muita paciencia, conseguiu o compadre que o menino frequentasse a escola durante 2 annos.

e que aprendesse a ler muito mal e escrever ainda peor. Em todo este tempo não se passou um só dia em que elle não levasse uma remessa maior ou menor de bolos; e apesar da fama de que gozava o seu pedagogo de muito cruel e injusto, é preciso confessar que poucas vezes o fôra para com elle: o menino tinha a bossa da desenvoltura, e isto, junto com as vontades que lhe fazia o padrinho, dava em resultado a mais refinada má criação que se pôde imaginar; achava elle um prazer suavissimo em desobedecer a tudo quanto se lhe ordenava; se se queria que estivesse serio, desatava a rir como um perdido com o maior gosto do mundo; se se queria que estivesse quieto, parece que uma uola occulta o impellia e fazia com que d'esse uma ilção pouco mais ou menos approximada do motu continuo. Nunca uma pasta, um tinteiro, uma lousa lhe durou mais de 13 dias; era tido na escola pelo mais refinado velho; vendia aos collegas tudo que podia ter algum valor, fosse seu ou alheio, comtanto que lhe cahisse nas mãos: um lapis, uma penna, um registo, etc., tudo lhe fazia conta e o diuheiro que apurava empregava sempre do peor modo que podia. Logo no fim dos primeiros cinco dias de escola declarou ao padrinho que já sabia as ruas e não precisava mais de que elle o acompanhasse; no primeiro dia em que o padrinho annuiu a que elle fosse sózinho fez logo uma tremenda gazeta; tomou depois gosto a esse habito, e em pouco tempo adquiriu entre os companheiros o appellido de gazeta-mór da escola, o que tambem queria dizer apañador-mór de bolos. Um dos principaes pontos em que elle passava alegremente as manhãs e tardes em que fugia à escola era na igreja da Sé; o leitor comprehende bem que isto não era de modo algum inclinação religiosa; na Sé à missa, e mesmo fóra disso, reunia-se gente, sobretudo mulheres de mantilha, de quem tomára particular zanguioba por causa da semelhança com a madrinha, e é isso o que elle queria, porque inter-nando-se na multidão dos que entravam e sabião passava desaperebido, e tinha segurança de que o não acharião com facilidade se o procurassem.

Pelo habito de frequentar a igreja tomára conhecimento e travára estreita amizade com um pequeno sacristão que, digamos de passagem, era tao boa peça como elle; apreas se encontravam limitavão-se a trocar olhares significativos enquanto o amigo andava occupado no serviço da igreja; assim parões que se arabavão as missas, e que sahião as derradeiras beatas, reuniao-se os dous, e começavão a contar todas as diabruras mais recentes, travando o plano de mil outras novas. Por complacencia, ou antes por prova de deridida amizade, o companheiro couliava ao nosso gazeador um canço e fazião juntos o serviço e as marroteiras, e a mais pequena que fazia era ir em de altar em altar escorropichando todas as gallietas, o que lhes iucendia mais o desejo de tranquilizar. Esta vida durou por muito tempo; porém afinal já erão as gazetas tão repetidas que o padrinho se viu forçado a acompanhá-lo outra vez todos os dias para a escola, o que desfez todos os planos que os dous tinham concertado. O nosso futuro clérigo tinha muitas vezes pensado em como não lhe seria agradável ver se vestido como o seu companheiro de uma batina e uma sobrepelliz, e feito tambem sacristão, ter a toda a hora à sua disposição quantos canços quizesse, ter por sua e de seu amigo toda a igreja, poder nos dias de festa, tomando o thuribulo, afogar em ondas de lumaça a cara da velha que mais perto lhe ficasse na occasião da missa. Oh! isto para elle era um sonho de venturas! Vendo-se privado, depois que o padrinho o acompanhava, de gozar parte destes prazeres, como fazia nos dias da logida, atearão-se-lhe os desejos, e começaram a confessar ao padrinho, dando a entender que nada havia de que elle agora gostasse tanto como fosse a igreja, que elle tinha usado mesmo para aquillo. Isto foi para o padrinho um alegrão, porque neste gosto recente do pequeno via elle furo aos seus projectos.

— Eu hem dizia... pensava elle consigo; não tem duvida, vou adiante; o rapaz está-me enchendo as medidas.

Afinal o menino tomou um dia uma resolução ultima, e propoz ao padrinho que o lizesse sacristão.

— Isso seria muito bom, disse elle, além de acostumar-me para quando for padre.

A principio a idea deslumbrou ao padrinho, porém mais tarde acudiu-lhe a reflexão, e assentou que isso seria rebaiçar o menino e comprometter a sua dignidade futura. Afinal porém tantas foram as rogativas e argumentos do pequeno que se viu obrigado a ceder. O menino tinha nisso dias enormes vantagens, satisfazia seus desejos e sahia da escola, poupando assim as remessas diarias de bolos.

— Está bem, dissera consigo o padrinho, elle já sabe ler alguma coisa e escrever; deixá-o, para fazer-lhe a vontade, algum tempo na Sé, para que tambem tome mais amor aquella vida, e depois apreas o vir com o juizo mais assente, hei de ir adiante com a cousa. Foi em consequencia procurar aquelle sacristão da Sé que dançara o ril na festa do baptizado, que era nada menos do que o pai do sacristãozinho com que nosso pequeno travára amizade, para arranjar o afilhado, que não queria outra igreja que não fosse a Sé. Felizmente pôde elle ser admittido; com a pratica que tivera dos dias de gazeta apprendera pouco mais ou menos todo o ceremonial que é mister a um sacristão: acompanhá-lo missa já elle sabia, as outras cousas aperfeicó-lhas em pouco tempo.

Em poucos dias apromptou-se, e em uma bella manhã sahiu de casa vestido com a competente batina e sobrepelliz, e foi tomar posse do emprego. Ao vê-lo passar, a vizinha dos mãos agouros saltou uma exclamação de surpresa a principio, suppondo alguma assuira do compadre; porém reparando,

compreendeu o que era, e desatou uma gargalhada.

— E que tal?... Deus vos guarde. Sr. cura, disse fazendo um cumprimento.

O menino lançou-lhe um olhar do revés e respondeu entre dentes:

— Eu sou cura, e hei de te curar...

Era aquillo uma promessa de vingança.

— Ora dá-se? continuou a vizinha consigo mesma: aquillo na igreja é um pecado!!

Chegou o menino á Sé impaudo de contente; parecia-lhe que aquella batina era um manto real. Por fortuna houve logo nesse dia dous baptizados e um casamento, e elle teve assim occasião de entrar ao pleno exercicio de suas funcções, em que começou revestindo-se da maior gravidade deste mundo. No outro dia porém o negocio começou a mudar de figura, e as breigiradas começaram.

A primeira foi em uma missa cantada que houve. Coube ao pequeno o lugar com uma tocha, e ao companheiro o thuribulo ao pé do altar.

Por infelicidade a vizinha do compadre a quem o menino promettera curar, sem pensar no que fazia, collocou-se perto do altar junto dos dous. Assim que a avistou, o novo sacerdote disse algumas palavras a seu companheiro, dando-lhe de olho para a mulher. Dahi a pouco collocarão-se os dous disfarçadamente em distancia conveniente, e de maneira tal que a fizesse pouco mais ou menos com um delles atrás e outro adiante. Começarão então os dous uma obra meritória: enquanto um, tendo enchido o thuribulo de incenso, e balançando-o convenientemente, fazia com que os rolos da fumaça que se desprendião fusessem bater de cheio na cara da pobre mulher, o outro com a tocha despejava-lhe sobre as costas da mantilha a cada passo plastradas de cera derretida, olhando disfarçado para o altar. A pobre mulher exasperou-se, e disse-lhes não sabemos o que.

— Estamos te curando, respondeu o menino tranquillamente.

Ella vendo que não tirava partido quiz mudar de lugar e sair, porém o aperto era tão grande que o não pôde fazer, e teve de aturar o supplicio até o fim. Acalhada a festa, dirigiu-se ella ao mestre de ceremonias, e fez uma enorme queixa, que custou aos dous uma tremenda sarabanda. Pouco porém se importarão elles com isso, uma vez que tinham realizado o seu plano.

CM, 29/08/1852

Pacotilha nº 82, p. 1

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XIII.

NOVA VINGANÇA E SEU RESULTADO.

A sarabanda que o mestre de ceremonias passara aos dous pequenos em razão do que haviam feito á pobre mulher não produziu, como dissemos, nenhum effeito sobre elles no sentido de os fazer emendar; não perdoarão porém a humilhação que soffrêrão diante da sua victima, e a vingança do que ella tinha gozado, e na primeira occasião que tiverão tirarão desforra, perguntando tambem uma peça ao mestre de

ceremonias. Foi o caso assim.—O mestre de ceremonias era um padre de meia idade, de figura meumada, filho da Ilha Terceira, porém que se dava por pouco Alfacinha: tinha-se formado em Coimbra; por fora era um completo S. Francisco de austeridade catholica, por dentro refinado Sardanapalo, que podia por si só fornecer a *Borage assumpto* para um poema inteiro; era pregador que buscava sempre por assumpto a honestidade e a pureza corporal em todo o sentido; porém interiormente era sensual como um Oriental. O publico ignorava talvez semelhante coisa, porém noutro tanto não acontecia a todos mentes, que andavão ao lado de tudo: o mestre de ceremonias, fido em que pela sua pouca idade dahiño elles pouca attenção a certas cousas, tinha-as algumas vezes empregado no seu sermão, mandando serados a uma certa pessoa que, sabida o lriter em segredo, era nada menos do que a rigana, objecto de ultimos ruidados do Leonardo, com quem S. Reyva, vivia a certo tempo em estreitas relações, salvando, é verdade, todas as apparencias da decencia.

Chegou o dia de uma das primeiras festas da igreja, a que elle tinha por costume assistir, e em que o mestre de ceremonias era sempre o pregador: era no sermão desse dia que o humero se empregava, muito tempo antes, pouco abaixo toda a *litteraria*, e fazendo um enorme esforço de intelligencia (que não era nelle cousa muito vigorosa) Já se vê pois que elle devia amar o seu sermão, e quasi reventava de raiva em um anno em que por dentro o não pôde pregar. Neste dia que elle e toda a corte o ouvira com summo prazer, que o povo se abalava á sua voz: emfim, aquelle sermão annual era o meio por que elle esitava chegar a todos os fins a que contava dever toda a sua elevação futura; era o seu talismão. Dizamos entretanto que era bem máo caminho o tal sermão, porque se podia elle demonstrar alguma coisa era a insufficiencia do padre para qualquer cousa desta vida, excepto para mestre de ceremonias, em que ninguém o desbanrava. Pois foi nesse ponto deitado que os dous meninos buscãrão feri-lo, e o acaso os favoreceu extendendo de muito as suas desejos e esperanças, e fazendo a sua vingança completissima. Chegou, como dissemos, o dia da festa: havia tres ou quatro dias antes que o mestre de ceremonias não sabia de casa, empregado em decorar a importante peça. Foi o mesmo sacristão calouro encarregado de lhe ir avisar da hora em que elle devia chegar, para que elle calculasse a que horas lhe bastava estar na igreja para o sermão. Chegou á casa da cigana, onde o padre costumava estar; bateu, e, apesar de todas as recommendações que costumava ter, disse em voz alta:

— O Rev. mestre de ceremonias está ahí?...

— Falle baixo, menino, disse a rigana de dentro da rotula... O que quer vorê com o Sr. padre?

— Previsava muito fallar com elle por causa do sermão de amanhã.

— Entra, entra, disse o padre que o ouvira....

— Veuhô dizer a V. Revma., disse o menino entrando, que o rei mandou avisar que amanhã ás dez horas ha de estar na igreja.

— As dez? Uma hora mais tarde do que costuma. .. Melhor, tenho mais tempo de estudar: está bom.... basta que eu esteja lá ás onze.

— Justo, respondeu o menino sorrindo se interiormente de alegria, e sahio.

Foi logo dali dar parte ao companheiro de que o seu plano tinha sahido completamente aos seus desejos, pois o que elle queria era que o padre faltasse ao sermão, e por isso, encarregado de lhe indicar a hora, a trocára, e em vez de nove dissera dez.

Dispozrão-se as cousas; postou-se a musica de barbeiros na porta da igreja; andou tudo em rebuli-

co: chegou el-rei ás 9 horas, e começou a festa. As festas daquelle tempo são feitas com tanta riqueza e com muito mais propriedade, a certos respositos, do que ás de hoje: tinham entretanto alguns ladus cómicos; um delles era a musica de barbeiros á porta. Não havia festa em que se passasse sem isto; era cousa reputada quasi tão essencial como o sermão: e que valia porém é que nada havia mais facil de arranjar-se; meia dúzia de aprendizes ou officiaes de barbeiro, ordinariamente negros, armados, este com um pistou desalinado, aquelle com uma trompa diabolicamente rouca, etc., formavam uma orchestra desconcertada, porém estrondosa, que se postava como *dissonas*, á porta das igrejas, fazendo as delirias dos que não cabião, ou não querião estar dentro da igreja.

A festa seguiu os seus tramites regulares, porém apenas se foi approssimando a hora, começou a dar ruidados a tardança do pregador. Fez se mais esta ceremonia, mais aquella, e nada de appeterer o homem; esperou-se um pouco, porém, oh! el rei não devia esperar. Despachou-se a toda pressa um dos meninos que não entrara na festa para ir procurar o padre; elle deu duas voltas pela vizinhança, e veiu dizendo que o não tinha encontrado. Subirão os apuros; el-rei começava já a franzir o sobrolho; não havia remedio; era preciso um sermão, fosse como fosse.

Estava assistindo á festa um capuchinho italiano que por bondade, vendo o aperto geral, offerrecu-se para improvisar o sermão.

— Mas V. Revma não falla lingua de gente, objectará-lhe.

— *Capisco!* respondeu este, *et la necessitas!*...

Depois de alguma perplexidade e de muitas desculpas a el rei arceirão se finalmente os bons officios do capuchinho, e foi elle levado ao pulpito. Os meninos triumphantes sorrirão-se um para o outro. Apenas appareceu o pregador ao povo houve um murmuro geral; os gaiatos sorrirão-se contando já com o partido que dali tirarão para um bom par de risadas; algumas velhas prepararão-se para uma grande compunção ao aspecto das immensas barbas do pregador; outras menos crentes, vendo que não era o orador costumado, exclamarão despeitadas:

— Arrehego!

— Uru: me perde!

— Pois aquillo é que peço hoje?...

Apezar porém de tudo isto, a attenção foi profunda e geral, animando a todos uma grande curiosidade. O orador começou; fallava já a um quarto de hora sem que ninguem ainda tivesse entendido pitalda, e começava já algumas velhas a protestar que o sermão tudo em latim não tinha graça, quando de repente viu-se abrir a porta do pulpito e apparecer a figura do mestre de ceremonias lavado em suor e vermelho de colera; foi um susto geral. Elle adiantou-se, afastou com a mão o pregador italiano, que sorprendido parou um instante, e entendeu com voz rouca e estrondosa o seu *per signum crucis*. A quella voz conhecida o povo despritou do aburrecimento, beateu-se, e se dispoz a escuta-lhe. Nem todos porém são desta opinião, e entuc'irão que se devia deixar arabar o capuchinho, e começarão a murmurar. O capuchinho não quiz ceder do seu direito, e proseguiu na sua arenga. Foi uma verdadeira scena de comedia, de que a melioria dos circumstantes ria-se a não poder mais; os dous meninos, autores principaes da obra, nadavão em um mar de risas.

— *O' mei chari fratelli!* exclamava por um lado o capuchinho com voz assautada e meiga, *la voce de la Provvidenza...*

— Semelhante ás trombetas de Jericó, rouquejava por outro lado o mestre de ceremonias....

— *Piagi al cor...* acrescentava o capuchinho.

— Annunciando o triumpho de Satanaz! prosegua o mestre de ceremonias.

E assim levirão por algum tempo os dous, acompanhados por um côro de risadas e confusão, até que o capuchinho se resolveu a abandonar o posto, murmurando despeitado:

— *Che bestia, per Dio!*

Acabado o sermão, desceu do pulpito o mestre de ceremonias já um pouco applicado por ter conseguido do fazer-se ouvir, porém ainda bastante furioso para vir protestando arraucar uma por uma as quatro orelhas dos dous pequenos, de quem desconfiava que partiria o que acabava de soffrer. Chegou á sacristia, que estava cheia de gente, e vendo os dous meninos investiu para elles, e prendendo a cada um com uma mão pela gola da sobrepelliz....

— Então.... então.... dizia com os dentes cerrados... a que horas chega el-rei?

— *?* disse ás nove, sim, senhor; pôde perguntar á moça, que ella bem ouviu...

— Que moça, menino, que moça *?* disse o padre espantado por estar tanta gente a ouvir aquillo.

— Aquella moça gigana, lá onde V. Revma. estava; ella ouviu, eu disse ás nove.

— Oh! disserão os circumstantes.

— *?* falou, respondeu com força o mestre de ceremonias largando os meninos para evitar novas applicações, e dando satisfação aos circumstantes com protestos de ser falso o que os meninos acabavão de dizer.

Entretanto serenou o alvoroço, acatou-se a festa, e o povo e el-rei se retirarão. O mestre de ceremonias, sentado a um canto, pensava consigo:

— E que tal? não ia perdendo um sermão deste anno por causa daquelle endiabrado? Depois que o maldito menino entrou para esta igreja, anda tudo a juiz em uma poeira! Ajuda emrinas dizer á vista de tanta gente, e até de criados de el rei, que eu estava em casa da cigana! Nada.... vou dar com elle daqui para fóra....

Com effeito tratou de fazer com que os dous meninos, um pelo menos o mais novo, fosse despridido sem muita custo e conseguiu, porque por certo não gozava elle de grandes sympathias.

Foi esta a peor peça que se lhe podia preparar: elle estava como em um paraiso, e expelliu-o de elle, e depois a maldita vizinha como não havia tirar satisfação vendo-o despridido, e a madrinha que se oppozza formalmente á sua entrada para a Sé... tudo isto fazia-o desesperar....

Não se tinha elle enganado em suas previsões; apenas chegou em casa, e que se subiu pela vizinhança do que se tinha passado, a vizinha logo que pillou de grito o compadre....

— Então, disse-lhe, eu não lhe tenho dito que aquillo tem mãos bofes?...

— Senhora, pelo amor de Deus metta-se com a sua vida...

— Estou vingada.... pensava que a miuba manilha nova havia de tirar assim....

O compadre retirou-se para evitar nova desordem. A comadre, apruas roubou tambem do successo, veiu ter com o compadre para dizer-lhe:

— Eu bem lhe digo; elle não serve para aquillo; *?* melhor pó-lo no trru; lá ha mais sujeirão; olhe, eu podia arranjar isso com o tenente-coronel....

O compadre porém não pareceu resolvido a aceitar o conselho.

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO XIV.

ESTRALLADA.

Apezar de tudo quanto havia já soffrido por amores, o Leonardo de modo algum queria mudar-se; em quanto se lembrou da caduça dos granadeiros e do Vidigal, esqueceu-se da cigana, ou antes só pensava nella para jurar esquecê-la; quando porém as raçadas dos compauleiros foram cessando, começou a renovar-se a paixão, e teve lugar uma grande luta entre a sua ternura e a sua dignidade, em que esta ultima quasi triumphava quando uma descoberta maldita veio trastornar tudo. Não sabemos por que meio o Leonardo descobriu um dia que o rival feliz que o prezara fóra d'ê combate era o reverendo mestre-de-cerimonias da Sé! Subiu-lhe com isto o sangue á cabeça:

— Pois um padre!?... dizia elle: é preciso que eu saiba aquella creatura do inferno, onde ella se está metendo já em vida....

E começou de novo em tentativas, em promessas, em partidos para com a cigana, que a cousa alguma queria dobrar: dia que a pilhou de grito á janella aborçad, ou ex-abrupto a fallar-lhe deste modo:

— Vovê está já em vida no inferno!... pois logo um padre?!

A cigana intermpheu-o:

— Havia muitos meirinhos para escolher, mas nenhum me agradou...

— Mas você está committendo um peccado mortal... está deitando sua alma a perder...

— Homem, sabe que mais? você para pregador não serve, não tem jeito... eu como estou, estou muito bem; não me dei bem com os meirinhos; eu nasci para cousa melhor..

— Pois então tem alguma cousa que dizer de mim?... Hei de me ver vingado... e bem vingado...

— Ora! respondeu a cigana riendo-se; e começou a cantarolar o estribilho de uma modinha...

O Leonardo comprehendeu que fallando-lhe no inferno e em castigos da outra vida nada arranjará; e decidiu dar-lhe o castigo mesmo nesta vida; retirou se murmurando:

Uma estrallada, dê no que der...

Poucos dias depois aconteceu que a cigana fazia annos; segundo o costume, apraz appareceu este pretexto, armou-se logo uma função: não nos daremos ao trabalho de descrevê-la; em um dos capitulos antecedentes já viu o leitoro que isso era: viola, modinhas, fado, algazarra, e estava a festa completa. O Leonardo soube logo do que havia, e jurou que esse seria o dia da vingança.

Ser valentão foi em algum tempo officio no Rio de Janeiro; havia homens que vivião disso: davão pancada por dinheiro, e iam a qualquer parte armar de proposito uma desordem, contando que se lhes pagasse, fosse qual fosse o resultado.

Entre os li nestos cidadãos que nisto se occupavão havia, na epoca desta historia, um certo Chico-Jura, afamadissimo o temível. Seu verdadeiro nome era Francisco, e por isso chamáram-no a principio—Chico:—porém tendo acontecido que conseguiu elle pelo seu braço lançar por terra do throno da valentia a um companheiro que era no seu genero a maior reputação do tempo, e a quem chamavão—Jura,—juntáão este appellido ao seu como honra pela victoria, e chamáram-no dali em diante—Chico-Jura.

Este homem era o desespero do Vidigal; tinha-lhe já pregado uma poucas, porém ainda não tinha sido possível agarrá-lo; os granadeiros encheião-u'o ás leguas, porém nunca conseguirão pôr-lhe as mãos.

Tendo levado todo o dia á espera o Leonardo, viu entrar sorrateiramente o mestre-de-cerimonias, pela volta de Ave-Maria, quando ainda não tinha começado a função.

— Ah! nem esta noite quer perder?! pois ha de sabir-lhe cara a funçanata....

Sabiu dali e foi direito procurar o Chico-Jura, que era seu antigo conhecido; achou-o em uma taverna defronte do Bom Jesus, onde elle sempre costumava estar. O Chico-Jura era um pardo, alto, corpulento, de olhos avermelhados, longa barba, cabello cortado rente; trajava sempre jaqueta branca, calça muito larga em baixo, chinellos pretos e um chapelinho branco muito á banda; ordinariamente era affavel, gracejador, cheio de dierterios e chalaças; porém nas occasiões de sarilho como elle chamava, era quasi feroz. Como outros teem o vicio da embriaguez, outros o do jogo, outros o do deboche, elle tinha o vicio da valentia; mesmo quando ninguem lhe pagava, bastava que lhe deesse a veneta, armava brigas, e depois que dava pancadas a faltar é que tirava o dinheiro; com isso muito lucrava: não havia taverna que lhe não fiasse e não o tratasse muito bem.

Estava a porta da taverna sentado sobre um sacco quando appareceu-lhe o Leonardo.

— Olá! n... pataca, disse elle apenas o viu, pensei que ai... estavas de chilindró tomando fortuna por causa da cigana....

— É' mesmo a causa desse diabo que te venho procurar.

— Homem, eu não tenho tal habilidade...

— Não se trata o fortuna, disse lhe o Leonardo baixinho, trata-se de cada velha...

— Ui! temos d'aus...vai-te embora se tu não és capaz de armar um sarilho... sempre foste um podre!...

— Bem sei, eu não sou capaz...mas tu... tu que és mestre disto...

— Eu...então por que o e onde queres tu que eu arme esse sarilho?

— Não te has de arrear... disse o Leonardo batendo significativamente os dedos no bolso do collete.

O Chico-Jura entendeu o que carregou o chapéo um pouco mais para o lado, e pôz-se a escuta-lo com curiosidade.

O Leonardo disse então o que queria; tratava-se nada menos do que de ir o Chico-Jura nessa mesma noite, como fosse, á função da cigana, e de armar por alta noite uma grande desordem ali; preveniu-o logo que o Vidigal havia de estar por perto; e assim, apenas estivesse armada a historia, era por-se ao fresco. A causa de tudo isto o Leonardo não lhe quiz explicar, e tambem elle n'ò teve grande curiosidade de saber: tratava-se de uma desordem; fosse qual fosse o motivo, estava sempre prompto. Assim, depois de se regatear um pouco o preço, chegarão os dois a um accordo, e ficou tudo tratado.

Ordinando o Chico-Jura, o Leonardo foi procurar o Vidigal, e deu-lhe parte do que naquella noite havia em casa da cigana, e chamou-lhe que a cousa arrebava por força em desordem. Portanto cumpria que o Sr. major por lá apparecesse para o que deesse e viesse.

— Está bem, disse-lhe o Vidigal; você quer tirar a desforra; é justo. Lá hei de ir, e não precisava a sua advertencia, pois já sabia que havia hoje por lá annos, e tinha teução de apparecer.

1) Leonardo retirou-se contente vendo que seu plano sabia a mil maravilhas, e dispoz-se a pôr do resultado, pondo-se à espreita de lugar conveniente. Começou a brincadeira. Já se tinha cantado meia dúzia de modinhas e dançado por algum tempo a *tyranus* quando o Chico-Juca appareceu, e por inter-médio de um conhecido (elle os tinha em toda a par-te) foi introduzido na sala e começou a observar o que se passava. Havia na sala um quarto cuja porta estava fechada; de vez em quando a cigana lá en-trava, demorava-se um pouco e sahia; dali a pouco tornava a entrar levando consigo alguma das camar-odas mais do peito, tornava a sair; passado pouco tempo, entrava ainda levando outra amiga. Alguns fazião repeto nisso, outros porém não tinham des-confiança alguma. Lá a festa continuando, e lá pela meia noite, quando começava a *afreventar*, foi de re-pente interrompida. Viu-se um dos rapazes que to-ravam viola parar subitamente, e interrompendo o es-tribilho da modinha que cantava, gritar enfurecido: — Isto passa de mais . . . varro . . . menos essa, Sr. Chico-Juca; nada de graças pesadas com essa moça, que é rá rouca miuha. . .

O Chico-Juca estava como estirto a mais de meia hora a dirigir graças das suas a uma moça que elle bem sabia que era lá *cousa* do rapaz que estava to-raudo; tanto fez que este, tendo percebido, disse aquellas palavras que acabamos de ouvir.

— Vore respinga?! . . . respondeu-lhe o Chico-Juca dirigindo-se para elle.

O rapaz, que não era jéro, poz-se em pé e replicou: — Tenho dito, nada de graças com ella! . . .

— Mal tinha pronunciado estas palavras quando o Chico-Juca, arrancando-lhe a viola da mão, bateu-lhe com ella em cheio sobre a cabeça. O rapaz reagiu, e começou a confusão.

O Chico-Juca foi accommittido por um pouco; porém ligeiro e destemido distribuia a cada qual o seu quinhão de cabeçadas e' pontapés: algumas mulhe-res metterão-se na briga, e davão e levavão como qualquer; outras porém desfazião-se em algazarra. De repente o Chico-Juca embarafustou pela porta fóra, e desapareceu.

Era tempo, porque não se tinham passado dous mi-nutos, e assomou na porta, que e'le deixara aberta, a figura tranquilla do Vidigal, rodeada por uma por-ção de granadeiros. O Chico-Juca tinha-lhes escapa-do, apesar de o terem visto quando sahia, porque o major, sendo ne-ssas occasião poucos os soldados, não quiz mandar a gui-lo com medo que lhe faltasse gen-te, pois via que dentro da casa o negocio estava feio. Entrou, pois, deixando-o passar.

Apenas o virião, pararão todos aterrados.

— Então, que briga é esta? . . . disse elle descan-sadamente.

Comecerão todos a desculpar-se como podião, e segundo o credito que merecião pela sua reputaçã, era-lhes distribuida a justiça; se era sujeito já conde-cido, e . . . primeira em que entra-va, e . . . deiro tomava con-ta del' . . . hora. Neste in- . . . hava repetidas

para a . . . mais viva inquietação. . . no fim de tudo disse a um granadeiro:

Revista aquelle quarto . . .

A cigana deu um grito; e o granadeiro obedecer e entrou no quarto; ouviu-se então um pequeno ru-mor, e o Vidigal disse logo rá de fóra:

— Traz para cá quem estiver lá dentro.

No mesmo instante viu apparecer o granadeiro trazendo pelo braço o Rev. mestre de ceremonias em seroulos, de meias pretas, sapatos de livella, e solidro á cabeça. Apesar dos apuros em que se achavão, to-

dos deatirão a vir; só elle e a cigana choravão de eu-vergonhados.

Esta ultima poz-se aos pés de Vidigal, mas elle foi inflexivel, e o Rev. foi conduzido com os outros para a casa da guarda na Sé, sendo-lhe apenas per-mittido pôr-se em habitos mais decentes.

CM, 19/09/1852- Pacotilha nº85,

MEMÓRIAS p. 1

DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XV.

SUCCESSO DO PLANO.

Para socegarmos os leitores, que estarão sem duvida com cuidado no mestre de ceremonias, apressemo-nos a dizer que não chegou elle a ir á cadê; o Vi-digal quiz dar-lhe apenas uma amostra do panno, e depois de o ter exposto na casa da guarda por algu-mas horas, como já acontecera ao Leonardo, á ves-toria publica, o deixou ir embora avergonhado, abatido, maldizendo a idéa que tivera de ir assis-tir de dentro do quarto á festa dos annos da sua amazia. — Quanto ao Leonardo, não cabia em si de contente; por pouco que a sua vingança não tinha sido completa: vira o seu rival, como já a elle pro-prio succedira, preso pelos granadeiros, levado á casa da guarda, soffrendo ahí a vistoria dos curio-sos; saltara é verdade, a sova de camarão e os dias de cadê, porém tambem elle era simples meirinho, e o mestre de ceremonias um sacerdot; respeitado, e por isso qualquer cousa bastava para feri-lo grave-mente.

Além disto o mestre de ceremonias, depois de gra-ves meditações, sabendo que ficara mal visto de seus companheiros pelo escandalo que dera, se bem que fosse certo não estar nenhum delles a tal respeito em circumstancias de lhe atirar a primeira pedra, ouvindo um murmurio surdo que se levantava con-tra elle ameaçando-o com a perda do lugar que exercia na Sé, decidiu-se a abandonar a cigana, e assim o fez. O Leonardo com isto deu-se de todo por satisfeito, e renascêraõ lhe as esperanças de con-quistar o antigo posto, uma vez que o principal de-fensor o tinha abandonado. A cigana, desprezada, não quereria sem duvida ficar por muito tempo de-voluta, e como elle se achava com requerimento em caixa, e contava serviços atrazados, era provavel que obtivesse favoravel despacho, porque tambem ella ainda nem sonhava que tudo o que tinha succedido pudera ter sido obra sua.

Começou pois o sentimental Leonardo a rondar a porta da sua antiga amante: se a via na jan'ella, ora parava na esquina a dirigir-lhe othares supplicau-tes, passando por junto della deixava ora escapar um magoadissimo suspiro ou uma queixa amargu-rada.

Todas estas scenas, desempenhadas por aquella fi-gura de Leonardo, alto, corpulento, avermelhado, vestido de cas ca, calção e chapéo armado, erão tão comicas, que toda a vizinhança se divertiu com ellas por alguns dias; pois que escondidos e espiando por entre as rotulas das casas todos os moradores daquella altura vião a horas certas o que se passa-va. Alguns imprudentes comecarão, conversando das janellas, a at rar indirectis á cigana; esta pi-

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO XVI.

D. MARIA.

cou-se com isso, e foi essa a fortuna do Leonardo. Um dia que elle passou deu-lhe ella de olho que entrasse.

O Leonardo teve uma sensação inexprimeavel; seu rosto coloriu-se em todos os tons, desde o vermello que era sua cor habitual, até o roxo ennegrecido, depois baixou gradualmente até a pallidez usarmorea; caminhando do logar onde estava até à porta da cigaua não sentiu o solo debaixo de seus pés; quando deu acurdo desí estava com os olhos rasos d'agua nos braços da antiga amada que lhe pedia mil perdões, que prometia ser dali em diante fiel até à morte, se he u que se não esquecia de declarar no meio de tudo que se o recebia de novo em sua casa e a p porque queria qurbrar a castanha na boca daquellas más linguas da vizinhança que se estavam mettendo com a sua vida. O pobre homem não cabia em si; parecia um viajante que volta aos velhos lares, ou um cabo de guerra que acaba de livrar do poder do inimigo uma praça sitiada. Entim restarão: de todo os afrouxados laços entre os dous.

O Leonardo caliu em dar parte aos seus companheiros que tinha atimal vencido a intrinrada demanda; custou-lhe isso uma tremenda caçada de todos, e sérias reprehensões de alguns. Mas com cousa alguma se importava naquella occasião: a felicidade o cegava a ponto de não ver aquillo que lhe estava entrando pelos olhos.

A comadre, apenas soube do que havia succedido, foi procurar o Leonardo, e começou em um longo sermão a querer persuadi-lo que tinha dado um passo errado.

— Pois, compadre, disse-lhe ella, você não se emendou ainda?...

— Qual, historia, eu sou duvido por estas cousas ..

— Mas, homem, você não se tem dado bem nem com as libdas, nem com as cigauas; para que antes não procura uma filha cá da terra...

A comadre tinha uma cunhada que vivia em sua companhia, e que lhe pesava soffrivelmente sobre as costas; desde ha muito nutria por isso uma idéa de que o leitor mais tarde terá conhecimento quando ella se realizar, ou antes disse se aperceber pelas palavras da comadre.

— Nada, não gosto desta grute....

— Não tem razão; ha por aki muita rapariga capaz; é verdade que o que ellas querem é o tomal lá, di cá de baixo do arco-cruzeiro....

— E' por isso mesmo que eu não gosto.

Depois de algumas outras rebulivas a comadre retirou-se um pouco contrariada, mas não de todo desanimada; ella contava com a cigaua para ajuda-la a realizar o seu plano, eo leitor verá para diaute que tinha nisso razão.

Quando agora ao nosso ex-sacristão, continuava ainda a estar sem destino, o que sobre-mauceira incommodava ao comadre, mas que veiu por isso odesauimava;—Coimbra—era a sua idéa fixa, e nada lh'a arrancava da cabeça. Até o proprio velho tenente-coronel já lhe tinha ido pessoalmente fallar por solicitações da comadre, porém nada conseguira. Esasperado com essa obstinação, deixára o negocio de parte, e não se importára mais com cousa alguma.

Um dia de procissão foi sempre nesta cidade um dia de grande festa, de lufa-lufa, de movimento e de agitação; e se ainda é hoje o que os nossos leitores bem sabem, na epoca em que viverão as personagens desta historia a cousa subia de ponto; enchão-se as ruas de povo, especialmente de mulheres-de-montilha; armavão-se as portas das casas, penduravão-se ás janellas magnificas rolchas de seda, de damasco de todas as cores, e armavão-se coretos em quasi todos os cantos. E' quasi tudo o que ainda hoje se pratica, porém em muito maior escala e grandeza porque era feito por sé, como dizem as velhas desse bom tempo, porém nós diremos, porque era feito por moda; era tanto do tom enfeitar as janellas e portas em dias de procissão, ou concorrer de qualquer outro modo para o brilhantismo das festividade- religiosas, como ter um vestido de mangas de presunto, ou trazer à cabeça um formidavel trepa-moleque de dous palmos de altura.

Nesse tempo as procissões erão multiplicadas, e cada qual buscava ser mais rica e ostentar maior luzo; as da quaresma erão de uma pompa extraordinaria, especialmente quando el-rei se dignava acompanhar-las, obrigando toda a corte a fazer outro tanto; a que primava porém entre todas era a chamada procissão dos ourives. Ninguem ficava em casa no dia em que ella sahia, ou na rua ou nas casas dos conhecidos e amigos que tinham a ventura de morar em logar por onde ella passasse, achavão todos meio de vê-la. Alguns havião tão devotos que não se contentavão vendendo-a uma só vez; andavão de casa deste para a casa daquelle, desta rua para aquella, até conseguir vê-la destilar de principio a fim duas, quatro e seis vezes, sem o que não se davão por satisfeitos. A causa principal de tudo isto era, supponmos nós, além talvez de outras, o levar esta procissão uma cousa que não tinha nenhuma das outras: o leitor ha de achala bem duvida extravagante e ridicula; outro tanto nos acontece, mas temos obrigação de referi-la. Queramos fallar de um grande rancho chamado das Bahianas—que caminhava adiante da procissão, atrahindo mais ou tanto como os santos, os andores, os emblemas sagrados os olhares dos devotos; era formado esse rancho por um grande numero de negras vestidas à moda da provincia da Bahia, donde lhe vinha o nome, e que dansavão uns intervallos dos *Deo gratias* uma dansa à seu capricho. Para fallarmos a verdade, a cousa era curiosa; e se nao a empregassem como primeira parte de uma procissão religiosa, certamente seria mais desculpavel. Todos conhecerem o modo por que se vestem as negras na Bahia; é um dos modos de trajar mais bonito que temos visto, não aconselhamos porém que ninguem o adopte; um paiz em que todas as mulheres usassem desse traje, especialmente se fosse de mais abençoadas em que ellas são alvas e formosas, seria uma terra de perdição e de pecados. Procuremos descreve-lo.

As chamadas Bahianas não usavão de vestido; trazião somente umas poucas de saias presas à cintura e que elegavão pouco abaixo do meio da perna, todas ellas ornadas de maguilhas rendas; da cintura para elma apenas trazião uma linhissima camisa, cuja gola e mangas erão tamhem ornadas de renda; ao pescoço punhão um cordão de ouro ou um collar de coraes, os mais pobres erão de mizangas; ornavão a cabeça com

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XVII.

D. MARIA.

(Continuação)

uma especie de turbante a que davão o nome de *trumpas*, formado por um grande lenço branco unido ao teso e enghumado; calçavão umas rhinlinhas de salto alto, e tão pequenas que apertavam continhão os dedos dos pés, ficando de fóra todo o calcanhar; e até u de tudo isto envoltião-se graciosamente em uma capa de panno preto, deixando de fóra os braços ornados de argolas de metal simulando pulseiras.

Poucos dias depois dos ultimos acontecimentos narredos nos capitulos antecedentes chegou o dia da proclamação dos curives. Os novos costumes nesse tempo a respeito de franqueza e hospitalidade não erão lh muito louvaveis; mas dia porém soffrião uma excepção, e, como diziam-as, as portas daquelles que moravão nas ruas por onde passava a proclamação se abrião a todos os amigos e conhecidos. Em virtude d'isso aconteceu que se achassem reunidos em casa de uma certa D. Maria, o compadre acompanhado do atilhado (ricamente vestido nesse dia com o seu rubião de duraque preto e o seu boné de pello de loutra), a comadre e a vizinha dos mãos agouros.

D. Maria era uma mulher velha, muito gorda; devia ter sido muito formosa no seu tempo, porém dessa formosura só lhe restavão o rosado das faces e alvura dos dentes; trajava nesse dia o seu vestido branco de cintura muito curta e mangas de presunto, o seu lenço tambem branco e muito enghumado ao pescoço; estava pentêda de *bugres*, que erão dous grossos cachos cabidos sobre as fontes; o amarrado do cabello era feito na corda da cabeça de maneira que simulava um penacho. D. Maria tinha bom coração, era benfazeja, devota e amiga dos pobres, porém em compensação destas virtudes tinha um dos peiores vicios daquelle tempo e daquelles costumes: era a mania das demandas. Como era rica, D. Maria alimentava este vicio largamente; as suas demandas erão o alimento da sua vida; acordada pensava nellas, dormindo sonhava com ellas; raras vezes conversava em outra cousa, e apenas achava uma tangente cahia logo no assumpto predilecto; pelo longo habito que tinha da materia, entendia do riscado a palma, e não havia procurador que a enganasse; sabia todos aquelles termos jurídicos e toda a marcha do processo de modo tal que uinguem lhe levava nisso a palma. Essa mania chegava nella à impertinencia e aborrecia desesperadamente a quem a ouvia, fallando nos ultimos provarás que lhe tinha feito o seu letrado nos autos da sua demanda de terras, nas razões finex que se li nhão apresentado na arção que intentava contra um dos testamenteiros de seu pai, no depoimento das testemunhas no seu processo por causa da venda das suas casas, na citação que mandára fazer a um seu inquilino que lhe havia passado um credito de 20 doblas e que agora negava a divida, e em mil outras cousas deste genero.

Apenas entrára o compadre, de quem era antiga amiga e a quem não via a muito tempo, começou logo D. Maria por dar lhe parte que aquella antiga demanda com o testamenteiro de seu pai ainda não estava aralada, e por ahí ia já proseguindo conforme seu costume, quando o compadre lhe apresentou o atilhado, e começou tambem a contar a sua historia.

CM, 03/10/1852

Pacotilha nº 87, p. 1

Começou o compadre pela historia da origem do pequeno; remontou à pludella e ao bellicão em a que a Maria e o Leonardo tinham começado o seu viro na viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro, o que fez dar a D. Maria um bom par de risadas; passou em seguida à festa do baptizad., que descreveu detalhadamente. Até aqui era o drama risoso e feliz; chegou depois a tragedia; contou então todas aquellas historias de perdidia de Maria, os ciúmes do Leonardo; a briga final pela qual veio ter o pequeno ás suas mãos. D. Maria ouviu tudo com a maior attenção, e só interrompia de vez em quando para lançar uma praga a Maria, manifestar compaixão pelo Leonardo, e dar alguma risada pelas travessuras do pequeno. Quando a conversa estava nesta altura, a vizinha dos mãos agouros, que tambem já se achava presente, porém que até ali estivera distrahlida, percebendo o objecto de que tratavão D. Maria e o compadre, chegou-se tambem para metter a sua colherada, já se sabe, contra o pequeno. Referiu então alguma das suas graças, acrescentando sempre no fim, dirigindo-se ao compadre:

— O vizinho, por mais bem que lhe queira, não poderá negar isto...

O compadre, que no meio de tudo tinha sempre pintado o quadro da historia do menino com côres muito favoraveis a este, não cessando de gabar a sua manuidão, boa indole, e durando sempre as suas diabruras com o titulo de innocencias, ingenuidades ou cousas de eriança, começou a dar o cavaco com o desmentido que lhe dava a vizinha, a qual não é necessario dizer que pintava tudo com côres negras.

A comadre interveiu tambem nessa occasião, porém encerrando uma posição duvidosa: ora era da opinião do compadre, ora da opinião da vizinha.

D. Maria, que morria por palestra, por convento, e sobretudo por novidades, tomava o maior interesse pela historia, e ninguem se lembrava de ter eila vez alguma esquire do por tanto tempo suas demandas.

O pequeno, sentado em um canto, ouvia tudo calado.

O compadre mal se podia conter, em respeito a D. Maria, com as invectivas da vizinha; esta julgando se segura na roda em que estava, desabafava largamente contra o meu viro; e finalmente terminou dirigindo-se a D. Maria, e dizendo na sua phrase de costume:

— Então, senhora, é o que eu digo ou não? Tomemos bofes...

— Mãos bofes, atalham o compadre já com a calva muito verm lha, mãos bofes? ora esta...

O pequeno lançou do seu lugar à vizinha um olhar fulminante, e que queria pouco mais ou menos dizer:

— Deixa-te estar que esta não fica sem troco.

D. Maria vendo que o compadre começava a exasperar-se foi medianeira, e disse dirigindo-se à vizinha:

— Você tem-lhe raiva de mais; realmente a furação da cera na mantilha é para dar-se o cavaco, porém, bem diz aqui o padrinho: qual é a criança que não faz travessuras? isso tudo ha de passar com idade. Dirigindo-se depois ao pequeno:

— Venha cá, Sr. travesso, disse-lhe com bondade,

venha defender-se do que aqui estão dizendo a seu respeito.

O menino chegou-se com um ar entre vexado e de rapadocio, e collocou-se em pé entre a madrinha e a vizinha.

D. Maria fez-lhe então algumas perguntas, a que elle respondeu com promptidão, porém com máo modo. A vizinha não se julgou muito em segurança com tão bom vizinho a seu lado, e foi querendo levantar-se. O menino, percebendo isto, não quiz perder occasião de fazer o que quer que fosse de maligno contra ella; estendeu a ponta do pé e pisonou-lhe com toda a força na barra da saia preta que ella conservava, tendo tirado a saia. A vizinha vendo-lhe o gesto, sem entender bem o que era, percebeu que elle preparava alguma, e quiz levantar-se rapidamente: lá se foram alguns quatro palmos da barra da saia.

— Ah! disse o menino fingindo-se espantado....

— Valha-te Deus, menino, disse a comadre.

A vizinha contemplava a sua saia rota, dizendo para os circunstantes:

— Então é o que eu digo ou não? Tem mãos boas!...

O compadre sorria-se disfarçadamente, por ver que aquillo era vingança que o menino tomava do que a vizinha acabava de dizer.

— Ora, disse ainda D. Maria com ar de quem não estava muito satisfeita no que dizia, elle estava desculpado, não foi querer...

O menino foi sentar-se, e a conversação proseguiu. Chegou-se ao ponto do destino que havia ter o menino, e segundo era costume, começou logo grande divergencia entre o compadre e a comadre; esta não fallava senão no Trem, e aquelle não fallava senão em Coimbra.

D. Maria, solicitada a dar a sua opinião, disse:

— Pois olhem, se fosse comigo, eu havia de pô-lo em um cartorio, e havia de fazer delle um bom procurador de causas.

— Oh! não, respondeu o compadre; perdoe-me, Sra. D. Maria, perdoe-me se lhe offendo com isso, mas eu tenho uma birra dos diabos com as taes demandas...

— Pois olhe, não tem razão; ellas dão-me que fazer, mas eu já estou acostumada. Por exemplo, aquella demanda das terras, isto tem sido um pratinho muito gostoso; os herdeiros do meu compadre João Bernardo, que ainda não estavam habilitados em juizo, mandarão-me aqui citar...

E por ali continuava, sem que ninguem soubesse onde pararia, quando felizmente teve de interromper-se porque a procissão approximava-se, e todos correrão ás janellas.

Isto deu fim ao negocio.

Começou a desfilar a procissão, que realmente, se exceptuarmos algumas consequencias, fazia bonito effeito, sobretudo vista da casa de D. Maria, que era, e tinhamos esquecido esta circumstancia, na mesma rua dos Ourives: as luzes das tochas reflectidas nos galões das armações das portas e nas taboetas douradas e prateadas, com que os ourives nesse dia costumavam ornar os intervallos de suas casas, davão um aspecto de muita riqueza e luzo, se bem que de máo gosto. Sobre tudo que levava a procissão, o que mais mereceu as honras do agrado dos circumstantes foi o rancho das Bahianas que o leitor já conhece, e o sacrificio de Abrahão, que ia representado ao vivo. Caminhava adiante um menino com um feixe de lenha nos hombros, o qual representava Isaac; logo atrás d'elle um latagão vestido com um costume estray gante, com uma enorme espada de pão suspensa sobre a cabeça do menino; era Abrahão; e ainda mais atrás um anjo, *calcantibus*, suspendendo o furibundo gladio por uma lita de 3 ou 4 varas de comprimento.

Terminada a procissão, retiraram-se os convidados.

Ao saber o compadre com o pequeno, D. Maria chegou-se a elle, e disse-lhe significativamente:

— Appareça que temos que conversar a respeito do pequeno...

Já se vê que o menino não era dos mais infelizes, pois que se tinha inimigos, achava tambem protectores por toda a parte.

Para diante os leitores verão o papel que D. Maria representará nesta historia.

CM, 11/10/1852

Pacotilha nº 88, p. 1

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XVIII.

AMORES.

Os leitores devem já estar fatigados de ler historias de travessuras de infancia; já conhecerem sufficientemente o que foi o nosso memorando em sua meninice, as esperanças que deu e o futuro que prometten. Agora vamos saltar por cima de alguns annos, vamos ver realizadas algumas dessas esperanças, vamos enfim começar a levantar o véo desse futuro.

Az ta começo historias, senão mais importantes, pelo menos não pouca mais suas.

Passáram-se portanto depois dos ultimos acontecimentos que tratamos uns poucos de annos, cuja historia se resume em muito pouco. Esta:

Como sempre acontece a quem tem tanto onde escolher ficasse com o peior, o pequeno a quem o padre lhe queria fazer clérigo mandou-o para Coimbra, e em Coimbra queria fazer *artista* mettendo-o no Trem e querendo Maria queria fazer tabala arranjando-o em algum cartorio, e a quem enfim nada conhecedo ou amigo queria dar um destino que julgava o mais conveniente ás inclinações que nelle descrevia, o pequeno dizenos, tendo tantas consciências que escolher, escolheu a prior possível; tem por para Coimbra, não entrou para o Trem, não para cartorio nenhum; não fez nenhuma destas cousas nem se lembrou de qualquer; constituiu-se um completo vadio, vadio mestre, vadio typo.

O padre lhe desesperava com isso vinte vezes em cada dia por ver frustrado o seu bello sonho de Coimbra, porém não se zumbava mais a contrariar o alludado, e deixava-o ir á sua vontade.

A comadre tinha conseguido o seu fim pelo que diz respeito á sua filha; tanto licera, que o Leonardo, alludado a rigida em nova infelicidade, *resolteu-se* (isto a tomá-la, dá cá, porém....) Disso tambem tirava este vantagem, pois que começou dessa epoca a viver solteiro; o voto da idade começava a apagar-lhe as fôrmas de ternura.

D. Maria envelheceu a solteiramente, porém não perdeu de modo nenhum a sua mania favorita de desconfiar; a ultima que tivera foi talvez a mais desculpavel, a mais razoavel de todas. Tive esta por causa a tutoria de uma sua sobrinha que ficara orpha por morte de um seu irmão. Este irmão tinha um compadre que não gozava grande reputação de probidade; e a, tendo a orpha ficado senhora de alguns mil cruzados que deixara seu pai, einda que este não tivesse feito testamento, porém por ser ella filha unica e legitima, o compadre apresentou-se pretendendo ser seu tutor.

D. Maria, percebendo o caso apresentou-se tambem, e alludado foi nome da tutora, e veio-lhe a sobrinha para casa; ella estimou isso tanto mais que a

sua idade já a fazia paralisar, ainda não de um apoio, porém de uma companhia.

As mais personagens continuariam no mesmo estado, mas aqui o que se passou. Vamos continuar.

De agora em diante trataremos o nosso memorando pelo seu nome de baptismo: não nos occorre se já dissermos que elle tinha o nome do pai; mas se não dissermos, fique agora dito. E para que se possa reconhecer quando fallamos do pai e quando do filho, daremos a este o nome de Leonardo, e acrescentaremos o appellido de *patara*, já muito vulgarizado nestes tempos, quando quizermos tratar daquella.

Leonardo havia pois chegado á época em que os rapazes começam a notar que o seu coração palpita mais forte e mais apressado, em certas occasiões, na presença de uma certa pessoa e inquieto uma vez se encontrarão, e com quem, sem saber porque, sonhavam nas poucas de noites seguidas, de quem começo desde então a lembrar se continuamente, e cujo nome, se a sabem, lhes vem continuamente fazer cor-de-gas nos labios.

Já dissermos que D. Maria tinha agora em casa sua sobrinha: o compadre, como a propria D. Maria lhe pedia, continuou a visitá-la, e nessas visitas conversavam muito em particular sem douda sobre objecto que muito os interessava. Leonardo acompanhava sempre o seu padrinho nessas visitas, e fazia diabruras pela casa enquanto estava em idade disso, e depois que lhes perden o gosto sentava-se em um canto e adormecia de aborrecimento. Disse resultou que detestava elle profundamente as taes visitas, e que só se sujeitava a ellas obrigado pelo padrinho.

Em uma das ultimas visitas que fizeram, a D. Maria assim que os viu entrar dirigiu-se logo ao compadre, e disse-lhe muito contente:

— Ora afinal venci a minha campanha... veio hontem para o meu poder a menina... o tal velhaco do compadre de meu irmão nao levou a sua ávante.

— Muitos parabens, muitos parabens! respondeu o compadre.

Leonardo deu pouca attenção a isso; ha muito tempo que ouvia fallar da tal sobrinha; sentou-se a um canto e começou a bocejar de aborrecido.

Depois de mais algumas palavras trocadas entre os dois, D. Maria riu-se por sua sobrinha, e esta appareceu. Leonardo lançou-lhe os olhos e a custo conteve o riso. Realmente a sobrinha de D. Maria não tinha uma figura das mais agradaveis: era uma menina já muito desenvolvida para 12 annos que já tinha; porém tendo perdido as graças de menina, ainda não tinha adquirido a belleza de moça; era alta, magra, pallida; andava como queixo enterrado no peito, trazia as palpebras sempre baixas e olhava a furto; tinha os braços finos e compridos; o cabello cortado dava-lhe apenas até o pescoço, e como andava mal penteada e trazia a cabeça sempre baixa, cahia-lhe uma grande porção sobre a testa e o rosto, como uma especie de viseira. Trajava nesse dia um vestido de chita róa muito comprido, sem roda quasi nenhuma e de rinctur muito curta; e trazia ao pescoço um lenço encarnado, destes chamados de tabaco.

Por mais que o compadre a questionasse, apenas murmurou algumas phrases inintelligiveis, com voz rouca e sumida. Mal a deixaram livre, desapareceu sem olhar para ninguém.

Vendo-a ir-se, Leonardo tornou a rir-se interiormente. Quando se retiraram, por todo o caminho continuou elle a rir-se, porém desta vez á sua vontade. O padrinho indagou a causa da sua hilaridade, e elle respondeu que não se podia lembrar da menina sem rir-se.

— Então lembraste della muito a miludo, porque muito a miludo te ris.

Leonardo viu que esta observação era verdadeira. Em casa fallou elle durante alguns dias umas poucas

de vezes na sobrinha da D. Maria, e apenas o padrinho lhe annunciou que terião de fazer a visita do costume, sem saber porque, pulou de contente, e ao contrario dos outros dias foi o primeiro a vestir-se e dar-se por prompto.

Sabiam e encamiubáramo-se para a casa da D. Maria.

CM, 17/10/1852

Pacotilha no 89, p. 1

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XIX.

DOMINGO DE ESPIRITO SANTO.

Era esse dia domingo de Espirito Santo. Como todos sabem, a festa do Espirito Santo é uma das festas prediletas do povo fluminense. Il já mesmo que se vão perdendo certos habitos, má-hou, outros máns, ainda essa festa é motivo de grande agitação; longe porém está o que agora se passa do que se passava nos tempos a que temos feito remontar os leitores. A festa não começava no domingo, marcado pela folhinha, começava muito antes, 9 dias e noites, que era para que tivessem logar as novenas; também não tinha logar em uma só igreja: duas temos certa vez, até porque ainda hoje se passa o mesmo, que della se occupavam: erão a igreja de Sant'Anna e a igreja da Lapa. O primeiro annuncio da festa erão as folias. Aquelle que escreve estas memorias ainda em sua infancia teve occasião de ver as folias, porém foi já no seu ultimo grão de decadencia, e tanto que só as crianças como elle davão-lhe attenção e achavam-lhe prazer; os mais, sedellas se occupavam, era unicamente para lamentar a differença que fazia das primitivas. Hoje, se alguma coisa apparece com pretensões de folia, é objecto de riso; e realmente tudo que agora se vê a esse respeito é extravagantemente ridiculo. O que dantes se passava, bem e carado, nem por isso estava muito longe de merecer igual censura; porém era costume, e ninguém vá lá dizer a alguma velha desse tempo que aquillo devia ser por força muito feio, que ella dá logo uma risada na cara de quem quer que seja que a tal se atreva, e como logo uma tremenda philippica contra as nossas festas de hoje, querendo assim exalta-as de seu tempo.

Entretanto digamos sempre o que erão as folias de-se tempo, apesar de que os leitores o saberão pouco mais ou menos. Durante os 9 dias que precedião ao Espirito Santo, ou mesmo nao sabemos se antes disso, sahião pelas ruas da cidade um rancho de meninos, todos de 9 a 11 annos *caprichosamente*, vestidos *à pastora*: sapatos de côr, ordinariamente côr de rosa, meias brancas, calção da côr dos sapatos, faixas á cintura, camisa branca de longas e cabidos collarinhos, chapéus de duas larguras de palha ou forrados de serda, tudo isto enfeitado com grinaldas de flores, e com uma quantidade prodigiosa de laços de lita encarnada. Cada um destes meninos levava um instrumento *pastoral* em que tocavam, ordinariamente pandeiro e machete. Caminhavam formando um quadrado, no meio do qual ia o chamado imperador do Divino, acompanhados por uma musica de burheiros, e precedidos e cercados por uma chuva de irmãos de opa levitando bandeiras encarnadas (isso ainda hoje se vê) e outros emblemas, e tirando es-o-

las enquanto elles cantavão e tocavão. O imperador, como dissemos, ia no meio: ordinariamente era um menino mais pequeno que os outros todos, vestido de casaca de velludo verde, calção do mesmo, meias de seda, sapatos afivelados, ch'péo de pasta, e trazendo ao peito um enorme e ruti ante emblema do Espirito Santo: caminhava pausadamente e com ar grave.

Realmente, confessem os leitores, se não era cousa extremamente extravagante ver-se um imperador todo vestido de velludo e seda, percorrendo as ruas cercado por um rancho de pastores, cantando e tocando de pandeiro e machete. Entretanto, apenas se ouvia ao longe a fanhosa musica dos barbeiros, tudo corria à janella para ver passar a folia: os irmãos aproveitavão se do ensejo, e não colliendo esmolas de porta em porta.

Enquanto caminhava o rancho, tocava a musica de barbeiros; quando parava, os pastores acompanhando-se com seus instrumentos cantavão; as cantigas são todas pouco mais ou menos no genero e estylo desta:

O Divino Espirito Santo
É um grande folião,
Amigo de muita carne,
Muito vinho e muito pão.

Eis-aqui o que era a folia, eis-aqui o que o compadre e o afilhado encontrarão no caminho.

A este episodio da folia seguirão-se outros de que vamos em breve dar conta aos leitores. Por agora porém voltemos aos nossos visitantes.

Chegarão elles à casa de D. Maria, e acharão ainda todos à janella, porque ac'ba ha pouco de passar a folia. D. Maria recebeu-os com a sua costumada amabilidade. Leonardo ao entrar lançou logo os olhos para a sobrinha de D. Maria; porém, sem saber porque, não teve desta vez mais vontade de rir-se; entretanto a menina continuava a ser feia; e exquisita; nesse dia então estava ainda peor do que nos outros. D. Maria tinha tido pretenção de ass'ald-a; vestira-lhe um vestido branco muito curto, puzera-lhe um braço de seda encaruado ao pescoço, e panteou-a de *bugres*. Entretanto, agora que tendo ella tirado a costumada viseirade cabellos, lhe podemos ver o rosto, digamos em abono da verdade que estava nesse dia mais exquisita quanto a tudo, podia-se lhe notar que não era lá tão feia de cara como a principio pareceu.

O caso foi que o Leonardo começou, como já dissemos, a olhar para ella sem mais vontade de rir-se; olhou uma, duas tres, quatro, muitas vezes eolim, sem que nunca satialize-se ao que elle interiormente chamava curiosidade de apreciar aquella figura.

A menina por sua parte continuava na seu inalteravel silencio e concentração de olhos baixos e quasi no peito. Entretanto quem tivesse habito de observar certas cousas poderia ter visto algum levantar de pliebras rapido, e algum olhar fugaz dirigido para o lado do Leonardo: isso mesmo que não poderia ter visto nem tres vezes durante uma hora qua durou a visita.

D. Maria e o compadre conversarão, segundo o seu costume; o Leonardo e a menina já se sabe o que fizeram.

Na occasião da sahida, D. Maria, dirigindo-se ao compadre, disse-lhe:

— Olhe, escute: nós hoje vamos ao Campo ver o fogo, bem podiamos ir todos juntos; que diz?

— Sim, podiamos, respondeu o compadre: eu tinha de ir só com o meu r'p'z; mas uma vez que me offerece, iremos todos juntos. E leva a senhora a sua menina, não é?

— Oh! leve muita; ella nunca viu o fogo; no tempo do pai nunca sabia...

Sem pensar, o Leonard o estremeceu de contente: pareceu-lhe que desse modo teria mais occasião de satisfazer a sua curiosidade. A menina nem se moveu; pareceu-lhe aquillo absolutamente indifferente.

— Pois então estan os ajustados, acrescentou o compadre, e a u'itec'a as viremos buscar. E sahirão.

CM, 24/10/1852

Pacotilha nº 90, p. 1

MISERIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XX.

O FOGO NO CAMPO.

A' hora determinada virão os dous, padrinho e afilhado, buscar D. Maria e sua familia, como haviam tratado: era pouco depois de Ave-Maria, e já se encontrava pelas ruas grande multidão de familias, de ranchos de pessoas que se dirigião uns para o Campo e outros para a Lapa, onde, como é sabido, tambem se festejava o Divino. Leonardo caminhava parecendo completamente alheio ao que se passava em roda delle; tropeçava e abalrava nos que encontrava; uma idéa unica roia-lhe o miolo; mas se lhe perguntassem que idéa era essa, talvez elle mesmo o não soubesse dizer. Chegarão emfim mais depressa do que suppozera o compadre, porque o Leonardo parecia naquella noite ter asas nos pés, tão rapidamente caminhara e obrigara o padrinho a caminhar com elle.

D. Maria estava já prompta e os esperava com algumas outras pessoas com quem tambem tratara ir junta, e em um momento puzerão-se a caminho. Formavão todos um grande rancho acompanhado por não pequeno numero de negras e negrinhas escravas e crias de D. Maria, carregando estas com e moida e esteiras. D. Maria dera o braço ao compadre, e o mesmo fizeram as outras senhoras a outros cavalleiros. Por graça de D. Maria fez com que o Leonardo acompanhasse a sua sobrinha; elle aceitou a incumbencia com gosto, mas não sem ficar alguma cousa atrapalhado, e deu na pobre menina alguns encontrões embaraçado por não saber se lhe daria a esquerda ou a direita; finalmente acertou e deu-lhe a esquerda, ficando ella do lado da parede. Offereceu-lhe o braço, porém Luizinha (tratemo-la desde já por seu nome) pareceu não entender o offercimento ou não dar fé delle. Contentou-se pois o Leonardo em caminhar ao lado della.

Assim chegarão ao Campo, que estava cheio de gente. Nesse tempo ainda se não usavão as barracas de boneros, de sortes, de raridades e de theatros como hoje: usavão-se apenas algumas que servião de casas de pasto; depois de passarem por diante dellas, D. Maria e a sua gente se dirigirão para o Imperio. Luizinha estava attonita no meio de todo aquelle movimento, no meio d'aquelle espectáculo que via pela primeira vez, pois era verdade o que dissera D. Maria: no tempo de seu pai raras ou nenhuma vez sahira de casa. Assim, sem o saber, parava de vez em

quando embaçada a olhar para qualquer coisa, e o Leonardo muitas vezes se viu obrigado a puxar-lhe pelo braço para obrigá-la a continuar o caminho.

Chegarão finalmente ao imperio, que não era nesse tempo no mesmo lugar onde é hoje, e sim quasi defronte da igreja de Sant'Anna no lugar que é hoje occupado por uma das extremidades do quartel de fuzileiros. Todos sabem que é o imperio, e por isso o não descreveremos, mesmo porque o drama tempo era quasi igual ao de hoje. Lá estava na sua cadeira o imperador, que o leitor já viu passeando pela rua ao meio de seus foliões. Luizinha vendo-o poz-se nas pontas dos pés, estendeu o pescoço e encarou-a por muito tempo extatica e absorta. Leonardo vendo isto sentiu um não sei que por dentro contra o menino que attrahia a attenção de Luizinha, e passou-lhe pela mente o desejo louco de voltar atrás si ou 7 minutos de sua existencia e ser tambem imperador do Divino.

Nas escadas do imperio fazia-se, como ainda hoje, leilão, divertindo-se muito o povo ali apinhado, com as pesadas gracilas do pregoeiro Estiverão ali algum tempo entretidos, e como os outros, os noivos conhecidos, e soão depois procurar no meio do campo um lugar onde pudessem fazer alta para cozer a ver o fogo. Archarão-no não sem alguma difficuldade, pois que muitas outras familias se haviam adiançado e tomado conta das melhores posições. Grande parte do campo estava já coberta daquelles ranchos sentados em esteiras, ceitando, conversando, cantando modinhas ao som da violão e viola. Fazia-se isto passar por entre elles, e ouvir aqui a anedota que contava um coariva de bom gosto. ali a modinha cantada naquella tonalidade apaixonadamente poetica que faz uma das nossas raras originalidades, apreciar emfim aquelle movimento e animação que geralmente renasce. Era essa a parte (permittã-mos a expressão) verdadeiramente divertida do divertimento.

Os noivos conhecidos sentarão-se pois como os outros em roda de suas esteiras e começaram a cozer. Leonardo, apesar das emoções novas que experimentava desde certo tempo, e principalmente naquella noite, nem por isso perdeu o appetite, e esvoaçou-se por algum tempo de sua companheira para ruidar unicamente no seu prato. No melhor da cea foram interrompidos pelo ruído de um fogueiro que subia: era o fogo que começava. Luizinha estremeceu, ergueu a cabeça, e pela primeira vez deixou ouvir sua voz, exclamando extasiada ao ver cabir as lagrimas inflammas do fogueiro que aclaravão todo o campo:

— Olhe, olhe, olhe!...

Alguns dos circumstantes desatãrão a rir, e o Leonardo, que tambem já se havia rido á custa da menina, desta vez deu o cavaco com aquellas risadas e as achou muito fóra de tempo. Felizmente Luizinha estava por tal maneira extasiada que não deu attenção a coisa alguma, e enquanto durarão os foguetes não tirou os olhos do céu.

Aos foguetes seguirão-se, como sabem os leitores, as rodas. Nessa occasião o extasi da menina passou a phrezezi; applaudia com enthusiasmo, erguia o pescoço por cima das cabeças da multidão, tinha desejos de ter duas ou tres varas de comprido para ver tudo a seu gosto. Sem saber como, uno-se elle ao Leonardo, firma-se com as mãos sobre os seus hombros para se poder sustentar mais tempo nas pontas dos pés, falla-lhe e communica-lhe a sua admiração! O contentamento acabou por familiarisá-la completamente com elle. Quando se atcou a lua, a sua admiração foi tão grande que querendo firmar-se nos hombros de Leonardo deu-lhe quasi um abraço pelas costas. O Leonardo estremeceu por dentro e pediu ao céu que a lua fosse eterna; virando o rosto, viu sobre seus hombros aquella cabeça de menina illuminada

pelo clarão pallido do misto que ardia, e ficou tambem por sua vez extasiado; pareceu-lhe então a cara mais linda que jámais vira, e admirou-se profundamente de que tivesse podido alguma vez rir-se della e archá-la exultante.

Agitado o fogueiro, tudo se poz em andamento, levantando-se as esteiras, espalhou-se o povo. D. Maria e Luizinha puzerão-se tambem em marcha para casa, guardando a mesma disposição com que tinham vindo. Desta vez porém Luizinha e Leonardo, não é dizer que vierão de braço como este ultimo tinha querido quando furão para o campo, mas mais adiante, que isto, vierão de mãos dadas muito familiar e ingenuamente. (Eve ingenuamente não sabemos se se poderá verdadeiramente applicar ao Leonardo.) Conversão por todo o caminho como se fossem dois conhecidos muito antigos, dois irmãos de infancia, e tão distraídos tão que passãrão a porta de casa sem parar, e já estavam muito adiante quando os rios de D. Maria se moverão voltar. A despedida foi alexre para todos e tristissima para os dous. Entretanto, como sempre que se despedia, o compadre prometteu voltar, e isso serviu de algum allivio especialmente ao Leonardo, que, mais velho, tomara tudo o que se acabava de passar mais em gromo.

CM, 14/11/1852

pacotilha nº 93, p. 1

CONTRARIEDADES

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXI.

CONTRARIEDADES.

Creemos, pelo que temos referido, que para nenhum dos leitores será ainda duvidoso que chegará ao Leonardo a hora de começar a pagar o tributo de que ninguém escapa neste mundo, se bem que para alguns seja elle facil e leve, e para outros pesado e custoso; o rapaz amava. E' escusado dizer a quem, porque todos sabem que era a sobrinha de D. Maria. Como é que uma figura, que a principio tanto desafiára a sua hilaridade por esquisita e feia, lhe viera depois a inspirar amor, é lá isso segredo do coração do rapaz que nos não é dado penetrar: o facto é que elle a amava, e isto nos basta. Convem lembrar que se pela sorte de um pai se pôde augurar a de um filho, o Leonardo em mi teria de amor não prometia de certo grande fortuna. E com effeito, logo depois da noite do fogo no campo, em que o negocio começara a tomar vulto, principiou a roda a desandar-lhe em quasi todos os sentidos. Luizinha, uma vez extinto o enthusiasmo que suscita to pelas emoções que experimentara na noite do fogo, e arrojára da sua apathia, vultara de novo a ella, e como de tudo esquecida, na primeira visita que o compadre e o Leonardo fizerão a D. Maria depois desses acontecimentos, nem para este ultimo levantara os olhos; voltando de novo aos seus habitos, conservara-se de cabeça baixa e olhos no chão.

Ora, para quem, como o Leonardo, levára depois daquella feliz noite a construir essas milhões de castellos de extravagante architectura com que sonhamos quando pela primeira vez amamos, isso foi já uma contrariedade sem roque; a primeira vontade que teve quando foi daquella modo tratado foi desatar a cho-

rar, e só «conteve o recio de não poder depois justificar o seu pranto com qualquer pretexto. A este primeiro imprito succedeu-lhe um momento de calma, e depois cresceu-lhe por dentro uma enorme raiva, e esteve quasi não quasi a chgar-se para a moenia, de enterrar-lhe o queixo do peito e chama-la quatro ou cinco vezes de esturda e feia. Afinal sciismou um pouco e murmurou um — que me importa! — que pretendia ser desprezo, e que não passava de despeito.

A primeira visita depois da noite do fogo erguirão-se muitas outras em que as cousas se passaram pouco mais ou menos do mesmo modo. Um novo successo veio porém um dia dar outra vir e andamento aos negocios; foi o encontro dos dous em casa de D. Maria com uma personagem desconhecida para ambos; era um conhecido de D. Maria que havia ha pouco chegado de uma viagem a Babilonia. Figure o leitor um homenzinho nascido em dias de maio, de pouco mais ou menos trinta e cinco annos de idade, magro, nargudo, de olhar vivo e penetrante, vestido de calção e meias pretas, sapatos de livela, capote e chapéo armado, e terá idéa do physico do Sr. José Manoel, o recém-chegado.

Quanto ao moral, se os signaes phisicos não fallião, quem olhasse para a cara do Sr. José Manoel, assignalava-lhe logo um lugar distincto na familia dos velhacos de alto quilate. E quem tal lizesse não se enganava de modo algum; o homem era o que parecia ser. Se tinha alguma virtude era a de não enganar pela cara. Entre todas as suas boas qualidades tinha uma que infelizmente caracterisava naquelle tempo, e talvez que ainda hoje, positiva e claramente o Fluminense, era a maledicencia. José Manoel era uma chronica viva, porém chronica escandalosa, não só de todos os seus conhecidos e amigos e das familias destes, mas ainda dos conhecidos e amigos dos seus amigos e conhecidos e de suas familias. Debaixo do mais furtivo pretexto tomava a palavra e entriava um discurso de duas horas sobre a vida de fulano ou de beltrano. Por exemplo, conversando-se sobre qualquer objecto acontecia fallar-se, supponhamos, em D. Francisca Brites.

— Conheci muito D. Francisca Brites, atalhava immediatamente o encansavel fallador; era mulher de João Brites filho bastardo do capitão Sanchez; em tempo de rasada dizião suas cousas della, e a culpa tinha Pedro de Aguiar, sujeito que não gozava de boa nota, principalmente depois que se metteu ahí n'uma alhada de um testamento falso que attribuirão ao Lourenço da Cunha, que em ahono da verdade era bem capaz disso, pois era sujeito de mãos limpas. Foi até elle quem furtou de casa a filha de D. Ursula, que foi moça de Francisco Borges, a quem deixou para seguir a Pedro Antunes, que por signal lhe deu bem má vida. E tambem ella não devia esperar outra cousa d'elle, porque homem que se atreveu a fazer o que elle fez a tres filhas que tinha, é capaz de tudo. Elle chegou a pôr pela porta fóra com um par de as pobres moças depois de as ter espancado muito. Entretanto uma dellas foi bem feliz; a bou ahí um capitão de navio que tratou della; as outras não, culadas. . . .

Se acontecia que alguma pessoa presente que conhecia as taes tres moças o interrompia dizendo, por exemplo:

— Infelizes porque? ellas casarão. . . .

— Casarão sim, é verdade, retorquia elle tomando novo folego, porém com que maridos? Um tomava moafas de todo o tamanho, o outro gastou tudo quanto tinha no jogo. Conheci-os a ambos muito bem. . . .

E por ahí proseguia e internava-se a perder de vista pela geração toda dos dous maridos, e era capaz de gastar nesse trabalho horas inteiras.

Creemos que com isto temos dado idéa, se não cabal, ao menos approximada do caracter deste novo personagem.

Des te o primeiro dia que o padrinho e o afilhado encontráram-se com José Manoel em casa de D. Maria, nenhum dos dous lhe ficou por certo querendo muito bem, e este não querer bem foi crescendo de dia em dia, especialmente pela parte de Leonardo. E o caso é que elle tinha razão; foi o instructo que o avisou de que ali havia um inimigo.

Tão exagerados erão os affagos de José Manoel para com D. Maria, e tanto repartia elle esses affagos com Luizinha (que entretanto proseguia no seu ordinario), que bem claro se deixou ver que aquillo tinha seu fim, e e-se fim quasi que estava descoberto. A final o negocio esclareceu-se. D. Maria era, como dissemos, rica e velha; não tinha outro herdeiro além de sua sobrinha; se morresse D. Maria, Luizinha ficaria arranjada, e como era muito criança e mostrava ser muito tola, era uma esposa muito conveniente a qualquer velhaco que se arriasse, como José Manoel, em disponibilidade; este pois fazia côrte á velha com intenções na sobrinha.

Quando Leonardo, esclarecido pela sagacidade do padrinho, entrou no conhecimento destas cousas, ficou fóra de si, e a idéa mais pacifica que teve foi que podia muy bem, quando fosse visitar D. Maria, munir-se de uma das navalhas mais afiadas de seu padrinho, e na primeira occasião oportuna fazer de um só golpe em dous o peçoço de José Manoel. Porém teve de applicar-se e ceder ás admoestações do padrinho, que sabia de todos os seus sentimentos, e que os approvava.

CAPITULO XXII.

ALIANÇA.

Se o Leonardo se alligira do modo que acabamos de ver pelo contratempo que lhe sobreviera com o apparecimento e intenções de José Manoel, o compadre não se incommodava menos com elle. Vendo que o afilhado se fazia homem, e tendo deciframente abortado aquelle seu gigantesco plano de manda-lo a Coimbra, exergava elle na sobrinha de D. Maria um meio de vida excellente para o seu rapaz. Verd de é que se lembrava de que D. Maria podia com muito justa razão, se as cousas continuassem do mesmo modo, quando chegasse o momento do desfecho do negocio, recusar a sua sobrinha a um rapaz que não se occupava em cousa nenhuma, que não tinha futuro. Por este motivo muitas vezes instára com o afilhado para que ensaiasse na cara de algum freguez tolo entrar no officio; porém este recusava se obstinadamente. A comadre, quando alguma vez apparecia por casa do compadre, não cessava de insistir no seu antigo projecto de fazer o rapaz entrar para o trem; uma occasião que nisso fallou diante d'elle, custou-lhe a historia uma forte sarabanda: o rapaz tomára gosto á vida de vadio, e por principio algum queria deixa-la. E se em outras occasões estava elle dease humor, agora depois dos ultimos acontecimentos, quando o amor e o ciuime lhe occupavão a alma, não queria ouvir fallar em cousa alguma dessas; acreditava que a sua melhor occupação devia consistir em dar cabo do maldito rival que se lhe antepuzera.

Estavão as cousas neste pé, e o peor era que José Manoel parecia adiantar se cada vez mais; astuto como era ensinuava se dextramente no animo de D. Maria, e a captivava com atenções de toda a sorte.

O compadre começou a banzar sobre o caso, e um dia veio-lhe uma idéa; era preciso pôr a comadre e o dia com o que se passava, e interessa-la no negocio; ella era bem rapaz, se quizesse de arrar com José Manoel e pôlo fóra de combate; gozava boa fama de ter gelto para essas cousas. Com effeito mandou chamar a comadre e expoz-lhe tudo.

— Sim! respondeu ella ao ouvir a narraçãõ; e o caso é este? pois está de cor o tal sujrito: hei de mostrar-lhe para quanto presto. Já hoje mesmo vou visitar a D. Maria.

Mal sabia José Manoel que tormenta se levantava contra elle. Ha muito que elle perrebera que o Leonardo e seu padrinho o não podião ter, e mesmo que tinhão estes d.ux segundas tenções, porém nunca lhe passara pela mente que seria mister lutar com elles. Em breve teve de ver que se enganava, pois que erão terríveis seus adversarios.

A comadre foi com effeito, como promettera, á casa de D. Maria, e achando lá José Manoel, procurou fazer-se ostensivamente muito sua camarada, so bem que balzinho e de vez em quanto soltava perto de D. Maria algumas indirectas contra elle.

Quando José Manoel acabava de contar uma historia com todos os detalhes costumados sobre a vida de fulano ou de beltrano, a comadre murmurava, por exemplo:

— Que lingua! sáfa....

E com estas e outras ia assim pondo em relevo, sem parecer que tinha tal inteução, o caracter do adversario.

Além da boa qualidade de maldizente, José Manoel mentia com um descarro como raras vezes se encontra.

D. Maria, amiga de novidades, e além disso muito credula, commungava perfeitamente quanta pta lhe queria elle imbutir. Uma das suas historias mais communs era a que elle intitulava — O NAUFRAGIO DOS POTES. — Acontecera-lhe na sua ultima viagem á B. b. b. ; elle a contava pelo modo seguinte:

« Estavamos quasi a chegar a Bahia; viajava no lado do meu navio um enorme *perri* carregado unicamente de potes. De repente bruma se um temporal, que parecia vir o mundo abaixo; o vento era tão forte que do mar, apesar da escuridão, viao-se contrafuzar no espaço as telhas arrancadas da cidade alta; o mar era tal que muitas vezes vimos passar por cima dos mastros do navio, e cair do outro lado, sem lhe tocar, o *perri* jogad pelas ondas; outras vezes era o nosso navio que lhe passava por cima. Com a força dos balanços aronteceu que muitos dos marinheiros do navio saltarão fóra, porém com tanta felicidade que forão cair dentro do *perri*. Isto durou por algum tempo sem que nem uma só vez as duas embarcações se tocassem, apesar de estarem sempre muito perto uma de outra. Aliu-l quando já parecia tudo accegado e começava a limpar o tempo, veio uma onda tão forte e em tal direcção que as duas embarcações esbarrarão com toda a força uma contra a outra. Já muito maltratados pelo temporal que acabavão de supportar, não puderão mais resistir, e abrião se ambas de meio a meio: o navio vsou toda a sua carga e pass-gelros, e o *perri* toda a sua cargação de potes; ficou o mar esvalhado delle; em tão grande quantidade us havia! Os marinheiros e outros passageiros tratãõ de agarrar-se a taboas, caixões e ou ras cousas para se salvarem; purtiu o unico que se salvou fui eu, e isso devo á feliz lembrança que tive: do pedaco de navio em que tinha ligado dei um salto sobre o pote que b. b. b. estava mais perto. Com o meu peso o pote mergulbou, e eu, hendo-se d'agua desapareceu debaixo de meus pés, porém isto não teve lugar antes que eu, percebendo o que ia acontecer, não saltasse immediatamente deo pote para outro. A esse outro e a todos os mais aconteceu a mesma cousa, porém servi me do mesmo meio, e assim, como a força das ondas os impellia para a praia, vim de pote em pote até á terra sem o menor accidente! »

Como esta contava José Manoel milhares de historias. Foi tam: em isso um thema de que se serviu a

comadre para o desconreitar no animo de D. Maria, sempre, é verdade, muito sorateiramente.

Veremos quaes forão os resultados que alcançãõ o compadre e o Leonardo com a alliança formada com a comadre contra o concorrente á Luizinha.

CM, 21/11/1852

Pacotilha nº 94, p. 1

MILICIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXI.

DECLARAÇÃO.

Emquanto a comadre dispunha seu plano de ataque contra José Manoel Leonardo, ardida de ciumes, de raiva, e nada havia que o consolasse em seu desespero, nem mesmo as promessas de bom resultado que lhe faziaõ padrinho e madrinha, o pobre rapaz via sempre diante de si a detestavel figura de seu rival a desconreitar-lhe todos os planos, a desvanecer-lhe todas as esperanças. Nas horas de saerço entregava-se elle ás vezes á construcção imaginaria de magnificos castellos, castellos de nuvens d'verdade, porém que lhe parecião por instantes os mais solidos do mundo; de repente surdia-lhe de um canto o terrivel José Manoel com as bochechas inchadas de vento, e soprando sobre a construcção a arrasava em meio minuto.

Entretanto o que havia em tudo isto de notavel é que Luizinha, causa de tantos tormentos, ignorava tudo, e a tudo continuava indifferente: quem sabe mesmo si a pobre menina sabia lá dessas cousas de amor, se tinha mesmo a mais leve idea disso; hoje uma menina nas circunstancias della estaria mais que muito em dia, e tomaria a parte que lhe devia competir no negocio; naquella tempo porém que *bons costumes e santidade* isso era co: com que ninguém devia contar. Verdade seja tam: bem que tinha ella, a menos que não fosse muito perspiraz, bem poucos motivos para saber do que se passava, e nenhuma occasião de manifestar a sua opinião se a tivesse formada.

Leonardo veio a entender depois de muito meditar que isto constituia um dos principaes defectos de sua posição; se a comadre e o compadre conseguissem derrotar a José Manoel, e pô-lo em estado de não poder mais entrar em combate, quem poderia dizer que o triumpho era completo? Não havia ainda uma segunda campanha a dar contra a indifferença de Luizinha? Daqui concluiu elle que era mister ir já rompendo fogo por esse lado, e como lhe pareceu o de mais importancia, não quiz contar a nenhum dos aliados o seu ataque, dec diu-se elle mesmo a dá-lo. Devia começar tudo, como o sabe de cor e saltado a maioria dos leitores, que é sem duvida nenhuma muito entendida na materia, por uma declaração em forma.

Mas, ah colicas! em amor, assim como em tudo, a primeira *sabida* é o mais difficil. Todas as vezes que esta idea vinha á cabeça do pobre rapaz, passava-lhe uma nuvem escura por diante dos olhos e banhava se-lhe o corpo em suor. Muitas semanas levou a pensar nisso, a estudar o que havia de dizer a Luizinha quando apparecesse o momento fatal; achava com facilidade milhares de cousas que dizer, porém mal tinha a sentado em que diria isto ou aquil-

lo, e já isto ou aquillo lhe não parecia bom. Por varias vezes tivera occasião favoravel para desamparar a sua tarefa, pois estivera só com Luizinha; porém nessas occasiões nada havia que pudesse vencer um tremor de pernas que se apoderava d'elle e que não lhe permittia levantar-se do logar onde estava, e um engasgo que lhe sobreviua e que o impedia de articular uma só palavra.

Entim, depois de muitas lutas consigo mesmo para vencer o aranhamento, tomou um dia, que teve occasião de estar só com Luizinha, a resolução de acabar com aquillo e de dizer-lhe a primeira coisa que lhe viesse á hora.

Luizinha estava no vão de uma janella a espiar a rua pela rotula; Leonard. aproximou-se tremendo, pé ante pé, parou e ficou immovel como um estaférmo, atrás della que, entretida para a rua, de nada tinha dado fé; esteve assim por longo tempo; estava a deridir-se se devia fallar em pé ou se devia ajoelhar-se. Depois fez um movimento como da quem queria tocar no hombro de Luizinha, mas recolheu depressa a mão; percebeu-lhe que por ali não ia bem; quiz antes puzar-lhe pelo vestido, e ia já levando a mão quando tambem se arrependeu. Durante todos estes movimentos o pobre rapaz suava a não poder mais. Entim, um incidente veio tira-lo do aperto. Ouvindo passos no corredor entenderam que alguém se aproximava, e tomado de terror por se julgar aparralhado naquella posição, deu repentinamente dois passos para trás e soltou um—ah!—muito engasgado. Luizinha voltando-se despertada por esse—ah!—deu com elle diante de si, e recuando espremeu-se de costas contra a rotula; veio-lhe tambem outro—ah!—que devia fazer casual com o que saltára o Leonardo, porém não lhe passou da garganta, e conseguiu apenas fazer uma careta.

A bulha dos passos cessára sem que ninguém chegasse á sala; os dois leváram algum tempo naquella mesma posição até que o Leonardo assentando que aquillo devia acabar de uma vez, rompeu o silencio, e com voz tremula e em tom o mais sem graça desta vida perguntou desenhadamente:

— A senhora.... sabe.... uma coisa?

E riu-se com uma risada forçada, pallida e tola. Luizinha não respondeu. Elle repetiu no mesmo tom:

— Então.... a senhora.... sabe ou.... não sabe?

E tornou a rir-se do mesmo modo. Luizinha conservou-se muda.

— A senhora bem sabe.... é porque não quer dizer....

Nada de resposta.

— Se a senhora não ficasse zangada.... eu dizia... Silencio.

— Está bom.... eu digo sempre.... mas a senhora fica ou não fica zangada?

Luizinha fez um gesto de quem estava impaciente.

— Pois então eu digo.... A senhora não sabe.... eu.... eu lhe quero.... muito bem.

Luizinha fez-se da cor de uma cereja, e fazendo meia volta á direita foi dando as costas ao Leonardo e caminhando pelo corredor. Era tempo, pois alguém se aproximava.

Leonardo viu-a ir-se um pouco estupefacto pela resposta que ella lhe dera, porém não de todo descontente: seu olhar de amante percebeu que o que se acabava de passar não tinha sido totalmente desagradavel a Luizinha.

Quando ella desapareceu, o rapaz soltou um—ah!—de desabafo e assentou-se, pois se achava tão fatigado como se tivesse acabado de lutar braço a braço com um gigante.

CM, 05/12/1852

Pacotilha nº 96, p. 1

ESPERANÇA

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XXII.

A COMADRE EM EXERCÍCIO.

Os leitores devem estar lembrados de que o nosso antigo conhecido, de quem por algum tempo nos temos requerido, o Leonardo-pataca, apertára-se em laços amorosos com a filha da comadre, e que com ella vivia em santa e honesta paz. Pois esse viver santo e honesto deu em tempo opportuno o seu resultado. Chiquinha (era este o nome da filha da comadre) achou-se de esperanças e prompta a dar á luz. Já vemos os leitores que a raça dos Leonardos não se ia de extinguir assim com duas razões.

Leonardo-pataca não perdia por modo algum aquellos hábitos de ternura com que sempre o conhecemos, e nas diversas circumstancias, quando elle via as portas da vida um fructo do seu derradeiro amor, creia-lhe n'alma aquella violenta chama do costume; o pobre homem ardia todo por dentro e por fóra, e desafiava-se em carilubos para com sua companheira.

Chegou finalmente o dia de apparecer o desejado resultado: Chiquinha ao amanhecer manifestára os primeiros symptom's. Leonardo levantou logo uma poeira em casa: andava de dentro para fóra pretendendo fazer mil cousas, e sem fazer coisa alguma, atrapalhado e tolo. Mandou chamar logo a comadre, que prompta acudiu ao chamado, e começaram-se a arranjar os preparativos. Talvez alguns leitores tenham idéa do mundo infinito de arranjos que naquelles tempos se punha em gyro em semelhança de occasiões. A primeira coisa a que o Leonardo-pataca providenciou foi que se mandassem deihar de certo em certo tempo os alcos da St. Esta pratica só costumava ter lugar quando a parturiente se achava em perigo, porém elle quiz prevenir tudo a tempos e a horas. Mandou-se de pôr pedir á vizinha, pois por um descuido imperdoavel não havia em casa, um ramo de palha benta; a comadre trouxe um par de bentinhas da Beuhore do Monte do Carmo que tinham grande reputação de mil grãos, e o lançou ao pésoço da Chiquinha. Pôz a palha benta ao lado da cabeceira; na sala improvisou-se um oratorio com uma toalha, um copo com arruda e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição de lhaça toda enfeitada com cordões de ouro. Chiquinha, para nada esquecer das regras estabelecidas, amarrrou á cabeça um lenço branco, e esteve-se embaixo dos lençóis, e começou a rezar ao santo de sua devoção. A comadre sentou-se aos pés da cama em uma banquinha, e desenhava tambem em um grande rosario, observando entretanto a Chiquinha, e interrompendo-se a cada instante para dar ordens ao Leonardo-pataca e responder ao que fôra do quarto se dizia. Leonardo-pataca, depois de tudo arranjado, quando viu que a unica coisa que restava era esperar a natureza, como dizia a comadre, pôz-se em menores, queru dizer, despiu as calças e o collete, ficou em seroufas e chinella, amarrrou á cabeça, seguindo um antigo costume, um lenço incarnado, e pôz-se a passear na sala de um lado para outro, e com uma cara de fazer dó; parecia que era elle e não

Chiquinha que se achava com dores de parto. He vez em quand. parava á porta do quarto que se achava serrada, lançava para dentro um olhar de curiosidade e medo, e abanando a cabeça murmurava:

— Não airoo para isto... estas cousas não se dão com o meu nenho.... Estou a tremer como se fosse um negocio com ligo...

E realmente a ~~causa da partida~~ ~~que partia do quarto~~ e ~~homem~~ ~~devidos~~ e ~~Paula~~ ~~se de~~ ~~mil~~ ~~cures~~.

Dentro do quarto a comadre exhortava a padreciente, pouco mais ou menos nestes termos:

— Não vos loçais de criança, menina... isso não é nada... é um pão por um ulho... Não tarda ahí um Bemdito, e estais já livre. Estas cousas na minha mão andão depraço. Verdade seja que é o primeiro, e isto causa-seu-medo, mas não é cousa que talha estarrs ag ra tão desanimada; é preciso também ajudar a natureza. « Faze de tua parte que eu te ajudarei! » São palavras de Jesus Christo.

A padreciente estava porém a ~~mar~~ ~~trazer~~ ~~do~~ ~~modo~~: ~~com~~ ~~se~~ ~~movreu~~ ~~á~~ ~~exhortação~~ ~~da~~ ~~comadre~~ talvez julgasse que tudo que havia a fazer de sua parte já ella o tinha feito ha bastante tempo. Entretanto o tempo ia passando, e a pobre rapariga a soffrer; já lhe tinha a comadre arranjado de um modo diverso os bentinhos ao peito, já tinha inclinado mais sobre a cama a palma benta, e ainda nada de novo. O Leonardo-pataca começava a impacientar-se; de vez em quando chefiava á porta do quarto, e perguntava com voz ~~recida~~:

— Então?...

— Compadre, respondia a comadre, já lhe disse que não é bom a quem e-tá neste estado estar ouvindo voz de homem: esteja calado e espere lá.

Continuava o tempo a passar: a comadre sabia do quarto e veiu accender uma nova vela brava a Nossa Senhora, e depois de uma breve oração retirou-se do quarto para o quarto. Tirou então do bolso da saia uma fita azul comprida e passou-a em roda da cintura de Chiquinha; era uma medida de Nossa Senhora do Parto. Depois disse com ar de triumpho:

— Ora agora vamos a ver, porque isto já não vai do meu agrado... Mas a culpa tanto é sua, menina, já lhe disse que é preciso ajudar a natureza.

Passou-se ainda algum tempo. De repente a comadre gritou para fóra:

— O' compadre, dê cá lá uma garrafa...

O Leonardo-pataca obedeceu prontamente. Ouvio-se então dentro do quarto o som que produziria uma boca humana a soprar com toda a força dentro de alguma coisa. Era Chiquinha que por ordem da comadre soprava a orrer de canna, o dentro da garrafa que esta mandára vir.

— Com força, menina, com bem força, e Nossa Senhora não desampara os Sois. Animo, animo; isto é mais que succede é uma vez por anno. Dando que não mais! Era comam aq ella maldita fruta grama não sujeitas a isto. « Eu multiplicarei os trabalhos de tua parte. » São pal vras de Jesus Christo!

Mas vê que a comadre era forte em historia sagrada.

A Leonardo-pataca tremião-lhe cá fóra tanto as pernas que não pudera mais continuar no passeio, e achava se sentado a um canto com os dedos nos ouvidos.

— Soprai, menina, continuava sempre dentro a comadre, soprai com Nossa Senhora, soprai com S. João Baptista, soprai com os apóstolos Pedro e Paulo, soprai com os anjos e serafins da corte celeste, com todos os santos do paraiso, soprai com o Padre, com o Filho e com o Espirito Santo.

Houve finalmente um instante de silencio, que foi interrompido pelo choro de uma criança.

— Ora lá vai o máo tempo, exclamou a comadre; bem dizia eu que isto não era mais do que um pão por um ulho... Ah! Sr. compadre, chegue, que é agora a

uma vez, venha ver a sua perustrucha...

— É' uma perustrucha!... exclamou o Leonardo-pataca fóra de si; ora isto é de bom agouro porque com o outro que sabiu marho não fui feliz.

Respondeu então pela casa um agradável cheiro de alface; a comadre veiu á a la, apagou as velas que estavam accendidas a Nossa Senhora; foi depois desatar a fita da cintura de Chiquinha e tirar-lhe do peçoço os bentinhos.

A recém-nascida, enfiada, encocirada, encienteirada, encoicada, passava nas mãos de Chiquinha para as do Leonardo-pataca que não cabia em si de contentamento; era uma formosa criancinha, em tudo o opposto de seu irmão paterno o nome amigo Leonardo, manso e risinho.

O Leonardo-pataca recorreu immediatamente á filha para ver que nome trazia a menina; porém como elle não agradasse, travou logo com Chiquinha uma questão a respeito do nome que se lhe devia dar.

A comadre aproveitou-se disso para dar conta dos ultimos arranjos, e depois envervou a manilha e sabiu para acudir a outras necessidades.

CM, 19/12/1852

Pacotilha nº 98, p. 1

MEMÓRIAS

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XXIII.

TRAMA.

Como esta scena que acabamos de pintar tinha a comadre muitas outras tod'os os dias, porque era uma das parteiras mais procuradas da cidade; gozava grande reputação de muito entendida naquell' ramo, e ainda nos casos mais graves era sempre a escolhida; com os seus milagrosos bentinhos, a palma benta, a melida de Nossa Senhora, a garrafa suprada, e com a ajuda de todas as lexções de santos, de serafins, de anjos e de anjinhos sajava-se ella dos males apertados. E ninguém lhe soue lá dar regras, que as não ouvia; nem do physico-mór, se nisso se mettesse; era só olhar para uma mulher de esperanças, e dizia-lhe logo sem grande trabalho o sexo, o tamanho do filho que trazia nas entranhas, e com uma puntualidade chronometrica u da e hora em que trria de se ver desembraçado; até ás vezes, lá por certos signaes que só ella conhecia, chegava a dizer qual seria o genio, a inclinação, e até que estava para nascer. Já se vê que esta vida era trabalhosa e demandava serios estudos; porém a comadre dispunha de uma grande somma de actividade; e, aprezar de gastar muito tempo nos deveres do officio e na igreja, sempre lhe sobrava algum para empregar em outras cousas. Como dizemos, ella havia tomado a peito a causa dos amores de Leonardo com Luizinha, e jurára por José Manoel, o candidat, fóra da chapã. Presentemente portanto occupava o seu tempo disponivel nesse grave negocio, e movia uma intriga surdiolima e constante contra o rival de seu alibiado; gozando da intimidade e do credito de D. Maria, não perdia junto della o caso de desconciliuar José Manoel, o que era-lhe tanto mais facil quanto elle prestava-se a isso, e D. Maria, de es, lrito demandista e chicaneiro, dava o cavaco por um mesericozinho. Eis-aqui uma das que ella armou ao adverario.

Todos a-bem nesta cidade onde é o Oratorio de Pedra, mas o que todos talvez não sabião é para que serviu elle antigamente. Sem duvida era ali o lugar onde havia algum santu, e onde o povo deoito ia rezar? Exactamente. Mas porque é que hoje não continha essa pratica, porque apenas se conserva ali sobre a parede aquilla especie de guarita de pedra, e em imagem alguma dentro, sem luz à noite, e diante da qual passão todos irreverentemente sem tirar o chapéu e curvar o joelho? Primeiro que tudo extinguiu-se isso como se extinguiram milhares de outras boas daquella bem tempo que já lá vai; começaram tod'as a aborrecer-se de acha las boas, e acabaram com ellas; depois houve a respeito do Oratorio de Pedra muito boas razões policiaes para que elle deixasse de ser o que era. O leitor, que sem duvida sabe muito bem de quanto erão nossos pais crentes, devotos e tementes a Deus, se admirará talvez de ler que houve razões policiaes para a extincção de um oratorio. Entretanto é isso uma verdade, e se fosse ainda vivo o nosso amigo Vidigal, de quem já tivemos occasião de fallar em alguns capitulos desta historietta, poderia dizer quantos garotos pillhou em flagrante delicto ali mesmo aos pés do oratorio, ajoelhado, contricto e beato.

Muitas vezes, quando passava a via-sacra e que se accendia a lampada do oratorio, o pai de familia que morava ali pelas vizinhanças tomava o capote, chamava toda a gente de casa, filhas, filhas, escravos e crias, e sabindo com elles la fazer oração ajoelhando-se com todos os seus entre o povo diante do oratorio. Mas se acontoria que o incauto devot se esquecia, por exemplo, da filha mais velha que se ajoelhara um pouco mais atrás, e en-bebido em suas orações não estava ali, succedia-lhe ás vezes voltar para casa com a familia dizimada: a menina aproveitava-se de omissão, e sorratelramente se escapava em companhia de um devoto que se ajoelhara ali perto, embrulhado no seu capote, e que ainda na dous minutos todos tinham visto entregue fervorosamente ás orações; era o amante que viera executar o plano concertado na vespere ao cair de Ave-Marias, através dos postigos da retula. Outras vezes, quando estavam todos os circumstantes entregues à devoção, e que a ladainha cantada a compunha encicla aquell'circuito de contricção, ouvia se um grit agudo e doloroso que interrompia o hymno; corria todos para o lugar donde elle tinha partido (às vezes era mesmo sob as vistas da imagem do oratorio) e achavão um homem estendido no chão com uma ou duas facadas. Não contemos ainda no meio destas e de outras com as innocentes caçadas que a todo o instante da reza praticavão ali os galatias, como se já se arrastadas nas cabeças dos devotos caracas, uma pedra atirada, ninguem sabe donde, dentro de uma poça de lama que havia ali perto, e que cahindo respingava todos os fiéis, e mil outras desta ordem.

Est-aqui pois porque, além de outros motivos, disse-se que tinham havido razões policiaes para que se acabasse com a piedosa serventia do Oratorio de Pedra.

No tempo porém em que se passavão as scenas que temos narrado ainda o Oratorio de Pedra estava no galarim. Um ou dous dias depois do nascimento do segundo filho do Leonardo pitaca correu pela cidade a noticia de um grande escandallo que se passara nesse lugar classico dos escandallos: uma moça, que vivia em companhia de sua mãe, velha, rica e devota, ludo com ella rezar junto ao Oratorio, na occasião da passagem da via-sacra, fugira tendo levado consigo um pé de meia preta contendo uma boa porção de peças de ouro. A noticia corria, e fallava-se muito no caso, não porque aquillo fosse naquelle tempo cousa que se estranhasse, mas sim porque havia um mysterio no caso, e era que ninguem sabia com quem tinha fugido a moça. D. Maria, com todos, estava anciosa por

ver deslindada a questão, quando lhe apparece por casa a comadre que a vinha visitar. D. Maria estava sentada na sua banquinha, tendo diante de si uma enorme almofada de reata carregada com umas seis ou sete duzias de bilros, e começava-se a fazer um largo pagamento. A seu lado, sentada em uma estira, recada por uma porção de enxerinhos, crias de D. Maria, estava Luizinha tambem occupada em fazer renda.

Quando a comadre entrou D. Maria largou immediatamente a almofada do collo, tirou do nariz e pôs na testa um par de óculos com que trabalhava de arua de prata, mas amarrados com linha em mais de um lugar, e foi lhe logo fallando no caso succedido. A comadre fez signal que mandasse retirar Luizinha e as mais crianças; feito o que, sentou-se e começou a conversar.

D. Maria abriu a discussão.

—Então que me diz, senhora, da desgraça da pobre velha? Criar a gente uma rapariga com todo o carinho, e no fim ter aquelle pago?... Estas raparigas de hoje são endiabradas: no meu tempo não se vião cousas destas...

Esta mania de cada um fallar bem do seu tempo e mal do dos outros é muito antiga.

—Que querr, senhora? respondeu a comadre; pois fui ali, nas barbas de todos. Não havia um instante que ella tinha rebexado com a velha, e que se tinham tod'as duas ajoelhado ao pé de mim...

—Ao pé da comadre? Pois a comadre estava lá?...

—Estava, que antes não estivesse... arrengoni...

—Mas o diabo, senhora, acrescentou D. Maria, é ninguem saber quem foi o maldito que fugiu com ella..

A comadre interrompeu dando uma risadinha sardonica.

—Tenho perguntado a todos, e ninguem sabe dizer com quem foi.

—E porque todos estavam cegos...

—Como?

—Mas não o estava eu, por mal de meus peccados, que antes estivesse..

—Pois viu e sabe com quem foi, disse D. Maria, remexendo-se de prazer encima da banquinha.

A idéa de poder saber de uma novidade que todos ignoravão encheu-a de contentamento.

—Mas então quem foi, vamos; quero saber quem foi o engraçado ladrão de moça e de dinheiro....

—Só lhe direi, respondeu a comadre depois de alguma hesitação, se me prometterdes guardar todo o segredo; que o caso é muito serio.

—Ora bem sabe que eu... é o mesmo que cahir n'um poço.

Apesar de estarem só a comadre inclinou-se ao ouvido de D. Maria, e disse-lhe o mais bozinho que pôde:

—Foi o nosso grande camarada... o hypocrita do José Manoel..

—O que é que diz, comadre?

—Vi, respon-leu esta arregalando com dous dedos os olhos, com estes que a terra ha de comer... Se elles estavam ao pé de mim.....

—Ora... ora... dá-se cousa igual?!....

CAPITULO XXIV.

ERROTA.

Aquellas ultimas palavras da comadre produzirão sobre D. Maria o effeito de um raio: a velha remexeu-se na banquinha, tomada do maior desportamento.

—Ora, comadre, exclamava a cada momento, esta não lembra ao diabo... por isso eu sigo a regra antiga de me não fiar nem um nada em tudo que me traz calças... Saka... que este poz-me sal na moleira.

A comadre, vendo estas boas disposições, aproveitava-se dellas para fazer melhor o seu papel, e respondia:

— Pois tambem o que se havia esperar de um sujeito como aquillo?... um homem que não abre a bocca que não minta... que tem uma lingua de Lucifer?... Quem contava com aquillo era mesmo para se perder.

— É verdade, combera, nunca vi mentiroso nem maldizante maior....

Nunca D. Maria até então tinha encontrado em José Manoel estas qualidades que agora lhe descobria tanto em relevo.

— Se eu fuisse parente da rapariga havia pôr uma demanda ao tal diabo que o havia cusinar.... Por isso é que elle me não apparecia por cá ha tanto tempo... andava cuidando nos seus arranjos.

Mal tinha acabado de pronunciar estas ultimas palavras quando se ouviu bater à porta e a voz de José Manoel pedir licença.

— Ah! está elle... segredo... não quero que se saiba que fui eu, disse a comadre apressada.

— Ora, respondeu D. Maria, eu ch' para isso sou boa. José Manoel entrou. D. Maria, que não costumava guardar o que sentia, recebeu-o friamente; a comadre porém fez um agradável cumprimento.

— Seja bem apparecido, disse; bons olhos o vejam. — Teubo andado ahí occupado com alguns arranjos...

— Arranjos!... disse D. Maria trocando com a comadre um olhar significativo.

José Manoel, innocente em tudo, ficou pasmo sem entender o que queria aquillo dizer; entretanto, segundo o costume, não perdeu occasião de armar uma peta.

— Sim, uns arranjos, accrescentou; bouvo um negocio muito serio em que estive mettido, e que me ia dando bem que fazer; sinto não lhe poder contar porque é segredo.

A comadre fez um gesto como quem queria dizer ahí vem uma peta; D. Maria porém, que estava preocupada pela conversa que ha pouco tivera, entendeu que José Manoel se referia ao roubo da moça, e abandonando a cabeça disse por entre os dentes:

— Hum.... entendo....

A comadre estremeceu tremendo que D. Maria não desse com a lingua nos dentes, e que a questão do roubo da moça tivesse de ser averiguada em sua presença; porque nesse caso seria ella spanhada com flagrantemente mentira, e estava tudo perdido. Começou portanto a provocar a José Manoel a que declarasse qual era o negocio tão serio em que se tivera mettido; contava ella com algumas das petas costumadas, e assim se desviaria a conversa do ponto que elle não queria ver tratado em sua presença.

Dizemo-la nesse empenho lutar com as negações e fingidas mysterias de José Manoel, e vamos a outro ponto.

Desde o dia em que Leonardo fizera a sua declaração amorosa, uma mudança notavel se começou a operar em Luizinha, e cada hora se tornava mais sensível a differença tanto do seu physico como do seu moral. Seus contornos como: avião a arredondar-se; seus braços, até ali finos e sempre cobertos, engrossavão-se e tornavão-se mais agéis; suas faces magras e pallidas, enchião-se e tornavão uma côr que só sabe ter o rosto da mulher em certa epocha da vida; a cabeça, que ella costumava a trazer habitualmente baixa, erguia-se agora graciosamente; os olhos, até aqui amortecidos, começavão a despedir lampejos brilhantes; fallava, movia se, agitava-se. A ordem de suas idéas alterava se tambem; o seu mundo interior, até então acanhado e estreito, esvaziava-se, começava a alisar os horizontes, a illuminar-se, a povoar-se de milhares de imagens, ora risueiras e amenas, ora melancolicas, sempre porém bellas.

Ella, até então indifferente ao que se passava em torno de si e sobre a sua cabeça, parecia agora participar da vida, de tudo que a cercava; gastava horas

inteiras a contemplar o cdo, como se só agora tivesse reparado que elle era azul e bello, que se illuminava pelo sol do dia, e que se movia de estrelas a vista.

Perdia assim a olhos vistos o acanhamento natural desmbaraçava-se.

Tudo isto dava em resultado, pelo que diz respeito ao nobre amigo Leonardo, um augmento consideravel de amor; tambem elle foi o primeiro que deu fé de todas aquellas mudanças em Luizinha. Entretanto apesar de lhe crescer o amor, nem por isso via elle maior furo aos desejos. Depois da declaração não se tinha adiantado nem mais uma polegada, e a unica coisa talvez que lhe alimentava a esperanza era um certo rubor subito que subia às faces de Luizinha quando acontencia (raras vezes) que se encontrassem nos olhares della com os seus. A somma total de todas estas addições era uma raiva que lhe crescia n'alma, augmentando todos os dias de intensidade contra José Manoel, a quem em seus calculos attribuia tudo o seu atrazo.

Dadas estas explicações ao leitor, voltemos a dar conta do resto da scena que delzimes suspenso. A força de instancias a comadre conseguiu de José Manoel que contasse qual era o negocio de elle segredo em que se tinha achado envolvido.

— Pois bem, disse elle finalmente, se me prometterem tudo o segredo, eu contarei.

— Ora, nem tem que recomendar isso. Com a excusa e mysterios que tinha guardado até então José Manoel não fizera mais do que ganhar tempo para imaginar a mentira que havia de provar a comadre contava com isso mesmo.

Elle começou:

— Saiba Vm. que fui um destes dias chamado a palacio...

— U! exclamou a comadre.

— Ah! está o resultado, disse D. Maria; mas não se pagão na outra vida, é mesmo nesto.

— Resultado de que? perguntou José Manoel sorprendido.

— De nada; continue.

José Manoel contou então uma grande historia, muito encadada, dizendo que el-rei o mandara chamar a palacio; e depois de cobri-lo das maiores honras e obsequios lhe offerecera o commando da policia da cidade, pois que o Vidigal já não satisfazia tão bem o serviço; ella porém recusara a pé juntos, com o que el-rei se mostrara muito zangado e o despedira. Terminada porém a historia, elle, que era velho e a quem nada escapava, começou a insinuar para Maria que lhe desse a explicação das palavras duvidosas que ha pouco havia dito a seu respeito. A comadre, assim que viu o negocio neste pé, foi-se pondo ao fresco, depois de trocar com D. Maria um olhar que queria dizer: não me comprometto.

D. Maria a principio quiz sustentar o segredo; a final não se pôde conter, e soltou contra José Manoel uma catilinaria, dizendo que toda a cidade estava cheia do horroroso escandalo que elle acabava de praticar roubando uma filha familia.

O pobre homem foi às nuvens, e jurou e tresjurou que estava innocente em tudo aquillo. Nada porém lhe valeu. D. Maria foi inflexivel. Protestou de novo que se ella fosse parente da moça o Sr. José Manoel se havia de ver em calças pardas com o negocio; e terminou por dar-lhe a entender que elle era um homem muito perigoso para ser admittido em uma casa de familia.

José Manoel sabia completamente corrido e scismava to quem teria sido o autor de semelhante intriga.

Quanto a D. Maria, ficou muito satisfeita, pois tendo no seu caracter um grande função de honestidade, julgava ter feito uma boa acção passando uma sabradana a José Manoel, que ficou a com elleito, como o calculára a comadre, perdendo muito no seu conceito.

RESENHA

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO XIV.

O MESTRE DE REZA.

Todo aquillo que ultimamente se passára em casa de D. Maria havia posto a andar á roda a cabeça de José Manoel; conheceu elle desde então que tinha ali inimigo, f.ase quem f.ase, pois aquillo não passava certamente de intriga que lhe tinha armado. Restava-lhe porém saber quem seria esse inimigo; e por mais que d'esse voltas ao miolo não atinava com cousa alguma. Pelo genero da intriga conheceu elle que a causa da que lhe fazia era seguramente a sua pretensão a respeito de Luízinha, que sem duvida teria sido percebida por esse quem quer que era que guerreava; logo começou a suspeitar que se tinha de haver sem duvida nenhuma com um rival. Na roda que frequentava a D. Maria ninguém viu elle que pudesse ter semelhante pretensão; passou-lhe muitas vezes pelo espirito a lembrança do moço Leonardo, porém achava-o muito criança, e mesmo incapaz de se metter nessas cousas. Como os mais velhacos cabem facilmente nas que se lhes armam! Quantas vezes estão tocando o inimigo com as mãos, e não o veem e não o sentem! Partisse porém donde partisse o golpe que o ferira, o caso é que fôra dado certo e a duas mãos. D. Maria, estremosa em suas affeições como em seus odios, consentiria com immensas difficuldades em uma reabilitação de José Manoel; o negocio era difficil; elle porém não esfriou por isso, e poz mãos á obra. Por uma singularidade, assim como Leonardo tinha achado na comadre uma protectora á sua causa, tambem José Manoel achára um procurador para a sua; já se vê que nisso lijava vantagem ao seu rival, pois des-ato mudo seria dous a trabalhar de seu lado, entretanto que o adversario teria do seu um só, sendo por si pouco capaz de fazer cousa que prestasse.

Vamos já dizer aos leitores, que estarão sem duvida com pressa de saber quem era o procurador de José Manoel. Havia no tempo em que se passava estas cousas instituições muito curiosas no Rio de Janeiro; algumas erão notáveis por seu fim, outras por seus meios. Entre estas uma havia de que ainda em nossa infancia tivemos credito de ver alguns destroços, já nesse tempo raros, e que hoje completamente desaparecerão. Era a instituição muito piedosa dos mestres de reza. O mestre de reza era tão scolar e venerado naquelle tempo como o proprio mestre de escola; havia para isso, além do respeito ordinariamente tribuido aos preceptores, uma circumstancia muito notavel, e vem a ser: que o mestre de reza era sempre um velho e cego. Não erão elles um grande numero no Rio de Janeiro, e por isso vivião em grande actividade, e ganhávios frivolumente andavão pelas casas a ensinar as rezas nos filhos, crias e ricrivos de qualquer sexo. Não tinham traje peculiar; vestião-se como todos os que os distinguia era ver se lhes constantemente fôra de um de seus tolands o cabo de uma tremenda palmatoria, com que andavão constantemente armado, comprehendido unico por onde ensinavão a seus discipulos. Erão elles o terror da criança das casas, porque erao desapiadadamente rigorosos. Assim que era revão para a lição reunião em um simi-circulo diante de si todos os discipulos; puzavão de bolso a tremenda ferula, collocavão-na no chão, e a todos á rodeira o'de arhavão sentados, e começava o trabalho. Fazia o mestre, em voz alta o Pelo-Signal, pausado e vagaroso-

mente, ao que o acompanhavão em côro todos os discipulos: quanto a farrrem os signaes era elle quem sempre l'grado, como facilmente se concebe, porém p'lo que toca á repetição das palavras, tão pratico estava que, por maior que fosse o numero dos discipulos percebia no meio do côro que havia faltado esta ou aquella voz, quando alguém se atrevia a desisar-se ficava calado. Suspendia se então immediatamente o trabalho, e o culpado era obsequiado com uma remessa de bolos, que de modo nenhum desmentião a reputação de quem goza a pancada de cego. Feito isto, recommçava o trabalho, voltando se sempre ao principio de cada vez que havia um erro ou falta.

Achado o Pelo-Signal, que com as diversas interrupções que ordinariamente tinha gustava boa meia hora, repetia o mestre sóz'inho sempre e em voz alta e compassada a oração que lhe aprazia; repetião depois o mesmo os discipulos do primitivo ao ultimo, de um modo que nem era fallado nem cantado; já se sabe, interrompidos a cada erro pela competente remessa de bolos. Depois de uma oração seguia-se outra, e assim por diante até terminar a lição pela latinha cantada. Ao saber recbia o mestre um pequena esportula do dono da casa.

D. Maria, tendo em sua casa um numero nao pequeno de crias, não se dispensava de ter, como todos que estavam em suas circumstancias, o seu mestre de reza; era este um rego muito afamado pelo seu excrevivo rigor para com os discipulos; por consequencia era um dos mais procurados, pois nesse tempo para officios dessa natureza exigia-se antes de tudo essa qualidade. Tambem tinha outro merito esse mestre; corria a seu respeito a fama de bom arranjador de casamentos. José Manoel já antes de ter o posto de mão, e agora que se viu em perigo recorreu a elle; expoz-lhe o caso, communicou-lhe suas intenções, e pediu-lhe a sua cooperação. Fez-lhe sentir sobretudo que havia um rival a combater, e muito temivel, pois que não era conhecido. O velho como que então a tomar as mais minuciosas informações, e depois de calcular por algum tempo disse:

— Já sei com quem me tenho que haver...

— Batão com quem é?.. acudiu José Manoel apressado.

— Vá descansado, e não se importe com o resto.

— Mas, homem, olhe que é preciso muito cuidado; porque quem quer que é é fino como os trezentos...

— Ora qual... historias; d'esses arranjos entendo eu dormindo, e vejo nisso, sendo cego, melhor do que muitos com seus olhos perfectos.

— É uma cousa que me põe cá á roda o miolo não poder descobrir quem é que se intrumette nos meus negocios... Olhe que a tal entrega do furto da moça foi de mestre.

— Eu tambem sou mestre, e veremos quem ensina melhor.

Ficarão os dous nisto; e o rego poz mãos á obra. Eisahi pois quem era o procurador de José Manoel. Devemos prevenir ao leitor que a causa em semelhantes mãos, se não se podia dizer derididamente ganha, pelo menos lijava arriscado; e o que vale é que do outro lado estava a comadre; senão, ai do nosso amigo Leonardo!

O velho começou o seu plano em regra; logo na primeira noite que foi dar lição á casa de D. Maria começou por fazer cabir a conversa a respeito do roubo da moça, e deu a entender que sabia do caso, e conhecia perfectamente quem tinha sido o autor d'elle. D. Maria disse tambem que sabia quem era, e até o conhecia muito. O velho suspirou-se, deixando apenas escapar em tom de duvida um significativo.— Qual!...

D. Maria franziu o sobrolho, levantou os oculos e exclamou:

— Pois então pensa que eu ando atazada nestas cousas?... ora deixe-se... Sei quem foi, e sei-o muito e muito bem. É um pedaço de um marulão com cara de sonso, que só me dá de morar em casa se eu algum dia fôr carcereira.

—E' isso tud', mas a Sra. D. Maria não conhece o homem, digo-lh'o eu que tambem ando ao facto desse negocio tudo.

— Bem sei, bem sei .. mas olhe que eu tambem soube de parte muito certa... e não ha tambem nada mais facil do que ver quem está enganado.... Diga lá o senhor quem foi.

— Oh! não! isso nunca, exclamou apressadamente o velho pondo-se em pé; nada, ru cá não quebro-se-gredo de ninguém.

D. Maria remezeu-se toda de afflicção; e por mais que instasse nada pôde arrancar do velho que, para fazer melhor o seu papel, foi-se logo retirando, dando assim a entender que queria cortar a conversação naquelle ponto.

Quando mais não tivesse conseguido, o velho tinha ao menos lançado a duvida no espirito de D. Maria a respeito do facto, que era para ella a pedra e escandalo contra José Manuel.

CM, 09/01/1853

Pacotilha nº 101, p. 1

PIRELIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXVI.

TRANSTORNO.

Enquanto todas estas cousas se passavam, um triste successo, e de mais alta importancia, veio alterar a vida de Leonardo ou transtorna-la mesmo: o compadre cabiu gravemente enfermo. A principio a moléstia pareceu cousa de pouca monta, e a comadre, que foi a primeira chamada, pretendeu que todo o incommodo desaparecesse dentro de dous dias, tomando o doente alguns banhos de alecrim. Nada porém se conseguiu com a receita; o mal continuou. Recorrerão então a um boticario conhecido da comadre, que exercia, não sabemos se com permissão das leis ou sem ella, os dous misteres, de medico e boticario. Era um velho filho do Porto que aqui se viera estabelacer ha muitos annos, e que ajuntára no officio boas patacas. Apenas chegou e viu o doente, declarou que em poucos dias o portia de pé; bastava que elle tomasse umas pilulas que lhe lhe mandara da sua botica: erão um santo remedio, segundo dizia, mas custavam um bocadinho raro; mais porém valia a vida de um homem. A comadre quando ouviu fallar em pilulas franziu a testa.

— Pirolas, disse consigo; então o negocio é serio; e eu que tenho má fé com pirolas; aturdido vi uma só pessoa que as tomasse que escapasse.

Esvermelhárao-se-lhe immediatamente os olhos.

O boticario retirou-se levando consigo o Leonardo, que trouxe as pilulas. A comadre ulhando para ellas abanou a cabeça:

— Ora, disse, eu pensei que elle lhe mandasse dar alguns banhos; cá por mim com alecrim havia de pô-lo bom.

A comadre tinha razão até certo ponto, pois que no fim de tres dias, depois de feitos todos os preparos religiosos, o compadre deu a alma a Deus.

D. Maria tinha sido chamada nesse mesmo dia, e viera com Luízinha e com todo o seu batalhão de crias; tinham vindo tambem algumas outras pessoas da vizinhança. Estavam todos sentados em um grande canapé, na varanda, e conversavam muito entretidos sobre os objectos mais diversos; algumas pessoas achavam mesmo na conversação motivo para boas risadas; de repente abriu-se a porta do quarto, e a comadre sahio de dentro com o lenço nos olhos, soltando desabridamente e repetido em sites gritos entre os soluços:

— Bem dizia eu que tinha pence fé nas tees pirolas; está para ser o primeiro que eu es vej; tomar e que escape... Collado do compadre... tão boa creatura... nunca me consta que fizesse mal a ninguém.

Estas palavras da comadre foram o signal de rebato dado à dôr dos que se achavam presentes; deitou tudo a chorar, e cada qual o mais alto que podia. O Leonardo soffreu um grande choqua, e no meio de seu atordoamento encolheu-se em cima de canapé com a cabeça sobre os joelhos, chegando-se, naturalmente sem o querer, porque a dôr o perturbava, o mais perto possível de Luízinha. Continuava os mais no seu côro de pranto dirigidos pela comadre; mas não se contentavam só com o pranto, e no meio soltavão muitas exclamações todas em honra do defuncto.

— Sempre foi muito bom vizinho, nunca tive escandalos d'elle, dizia uma.

Era aquella vizinha que augurava máo fim ao Leonardo, e com quem o compadre brigara por esse motivo umas poucas de vezes.

— Boa alma, dizia D. Maria, boa alma; havia de ser como elle quem quizesse ter boa alma.

— Eu que lidri com elle, dizia a comadre, é que sei o que elle valia; era uma alma de santo a'um corpo de peccador.

— Bom amigo.

— Bom christão.

E nisto gastarão boas duas horas, e talvez fossem adiante se não fosse mister cuidar-se nos arranjos do enterro. Despedirão-se algumas pessoas, outras ficaram ainda. Foi serenando o pranto, e dahi a pouco D. Maria enxugando ainda os olhos explicava detalhadamente a uma outra senhora que se achava junto della a historia genealogica de cada uma das suscrias que se achavam presentes.

Finalmente retirarão-se todos, excepto D. Maria e a sua gente, e a comadre que estava desde que o compadre adoecera tomando conta da casa.

Approximou-se a noite; accendêrão-se velas junto do defuncto; fizeram-se todas as mais arrajas do costume. D. Maria e a comadre começaram a conversar, porém baixinho.

— Então, senhora, principiou D. Maria, este homem não havia morrer assim sem ter feito seu testamento; pois elle não havia de querer deixar no mundo o afilhado ao desamparo para os ausentes se gozarem do que a elle lhe custou tanto trabalho.

— Elle a mim, respondeu a comadre, nunca me fellou em semelhante cousa; mas enfim como isso são lá negocios de segredo... talvez.

— Seria bom procurar-se; talvez em alguma gaveta por ahí se ache; é impossivel que elle não dispuzesse de sua vida; bem veres lhe aconselhei eu semelhante cousa.

— Tem razão, D. Maria, eu acho tambem que deve haver alguma cousa.

E forão as duas tratar de procurar o testamento nas gavetas de uma grande commoda que havia no quarto do defuncto. Enquanto ellas procuravam, Luízinha e Leonardo conversavam, ou antes cochichavam, como se diz vulgarmente. O que elles se diziam não posso dizê-lo ao fallar porque e não sei; sem duvida a repariga coacalava e rapaz da guarda que acabava de soffrer na panceira de seu amado podrinha.

Finalmente as duas acháreo com effeito um testamento, e fecháo com isso muito satisfalias.

Voltáreo à varanda e surprenderão os dons na melhor da sua converua. A comadre vendo-se sorria-se, e D. Maria, fazendo sem duvida a respeito do que estavam elles fallando e má mo juizo que nós, disse enternecida:

— Ella tem muito bom coração.

— E o d'elle não é palar, respondeu a comadre, e accrescentou com intanção; estava um bom casal.

— Oh! senhora, disse D. Maria com ingenuidade, deixe a mentina que ainda é muito cedo para cuidar nimo.

— Tambem não digo já, mas a seu tempo.

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPÍTULO XXVII.

PEIOR TRANSTORNO.

D. Maria sorriu-se com um sorriso de que a comadre não despotou. Mudança de conversa.

Passou-se a noite; no outro dia sahio e enterrou com todas as formalidades do estylo. Depois disse tratou-se de resolver uma importante questão: para a companhia r'e quem iria o Leonardo? A abertura do testamento feita nesse mesmo dia resolveu a questão. O compadre havia instituído a Leonardo por seu universal herdeiro. A comadre informou de semelhante cousa ao Leonardo-pataca, e este apresentou-se para tomar conta de seu filho. Não pareceu o rapaz muito satisfeito com a graça; não sei como veio-lhe à idéa aquelle terrível pontapé que o fizera fugir de casa; além disso variasimas vezes vira depois disso a seu pai, e estava completamente desacostumado delle. Não havia porém outro remedio; foi preciso obedecer e acompanhar lo para casa, onde encontrou sua pequena irmã e quem a puzera no mundo.

O Leonardo-pataca começou a ruidar no testamento como homem entendido na materia, e em pouco tempo deu volta a tudo aquillo.

Cumpre notar que se em vida do compadre corrião boatos que parecião exaggerados a respeito do que elle possuia, quando morreu pôde ver-se que esses boatos tinhão ainda ficado muito áquem da verdade, pois deixara elle um bom par de mil cruzados em especie. Entrezinhos alguns legados de pouca monta, como fossem um crucifixo á comadre, um oratorio a D. Maria e uma caixa de prata para rapé a um velho amigo do compadre, etc., tudo o mais veio a cair nas mãos do Leonardo-pataca como herança de seu filho.

Nos primeiros dias tudo foram flores por casa de Leonardo-pataca, se bem que, para fallar a verdade, desde a primeira vista não sympathizara muito o moço Leonardo com a cara do objecto dos noivos e ultimos cuidados de seu pai.

A comadre assentou que devia substituir ao compadre no amor pelo afilhado, e determinou-se a vir morar com elle em casa do pai; assim ficava tambem reunida á sua filha e á sua neto. O Leonardo-pataca, que era condescendente, esteve pelo caso, e reuniu-se desse modo a familia toda.

Tudo forão si res a principio, como dissemos: o moço Leonardo e a comadre contribuírão as suas visitas por casa de D. Maria, e em abono da verdade o rapaz e a repariga não pondo as mangas de fóra; verdade seja que José Manoel trabalhava ajudado de seu cego mestre-de-reza, e não perdia tambem as esperanças.

Pouco tempo porém durou o sossego em casa de Leonardo-pataca; Mariquinhas (tal era o nome da filha da comadre, amante de Leonardo-pataca) começava a enburrar com o seu filho adoptivo; este, que, como dissemos, não sympathizara muito com ella, não esteve pelos autos, e começou uma balburdia de todos os peccados. Todos os dias pegavão por aquelles pontos e lá ia tudo pelos ares. O Leonardo-pataca e a comadre fazião o papel de conciliadores, mas os deus erão ambos altanadissimos, e muitas vezes o conciliador sahia mal servido porque aquelle a quem não dava razão se revoltava contra elle. Se era por exemp'o a comadre, e dava razão ao Leonardo, acudia a filha queixando-se de que sua mãe a abandonava para tomar o partido do afilhado; se pelo contrario dava razão a Mariquinhas, acudia o Leonardo queixando-se de que desgraçado era o filho sem mãe, pois nunca achava quem lhe dísse razão. Outro tanto acontecia ao Leonardo-pataca quando se mettia a apaziguar os deus.

Os negocios assim não mal, pois mais dia menos dia haveria grande barulho em casa.

Um dia o moço Leonardo recolhia-se para casa multissimo zangado de sua vida, pois que tendo ido visitar D. Maria estivera com ella longo tempo sem que Lulzinha lhe tivesse apparecido, de maneira que lhe fura forçoso no fim de algumas horas retirar-se sem vê-la. Quem já teve um namoro por menos serio que seja, e que levou um logrodestes; quem se viu obrigado a aturar por muito tempo a conversação de uma velha, tendo de concordar com ella em tudo e por tudo para não incorrer-lhe no desagrado, só com o fim muitas vezes de trocar com *alguem* um olhar rapido, um sorriso disfarçado ou outra cousa assim, e que por fim de contas nem isso mesmo conseguia, ha de concordar que o Leonardo tinha toda a razão nesse dia de vir para casa vendendo azelte ás canadas, e o desculparia de qualquer máo modo ou arrebatamento que se lhe notasse. Ha espiritos porém de tal maneira serrasinas que se divertem em augmentar a irritação alheia, e que quanto mais enfiado pilhão um infeliz, tanto mais gostã de atirar-lhe alfinetadas, e até de preferencia escolhem essas occasiões para isso. Mariquinhas, a amante do Leonardo-pataca, era de um genio assim; e depois que moravão todos juntos, não perdia, além das outras, uma só occasião desses, em virtude da antipathia que tinha ao rapaz, para sustigar de lingua ao pobre Leonardo. Este, de um genio colérico e pouco acostumado a ser contrariado, lá ás navens com semelhante cousa; e se em occasiões ordinarias, em que estava de bom humor, não atirava, e havia constantes brigas, como dissemos, calculasse o que não feria nas occasiões em que estivesse lá azeltado, e então por que motivo!

No dia a que nos referimos, vendo-o Mariquinhas entrar pelo porta a dentro de cara amarrada e sem dar —*Deus te salve*— a ninguém, sorriu-se logo com malignidade e concertou a garganta, dizendo entre dentes:

— Melhor cara traga o dia de amanhã.

Leonardo, que percebera o que aquillo queria dizer, fez um gesto arrebatado sentando-se em uma cadeira, porém com tanta infelicidade que atirou ao chão uma almofada de renda que se achava junto delle; com a queda rebentárão-se os fios e uma porção de bilros rolou pela casa. Por maior infelicidade ainda a almofada era de Mariquinhas, e Mariquinhas tinha grandes ciumes pela sua almofada. Vejão que bello pretexto! Levantou-se ella do seu logar já servendo de raiva; poz as mãos na cadeira, e balançando a cabeça á medida que fallava, exclamou:

— Ora dá-se um desaforo de tamanha grandeza?... vir de raiva lá com os seus burros, todo esfogueteado, e de proposito, e muito de proposito, vir fazer-me o que estão vendo, só para me desfelítear, como se fosse aqui um dono de casa que pudesse desfelítear a qual-quer sem que nem para que!...

Leonardo ouviu tudo sem interromper, procurando soffrear a raiva; e enquanto Mariquinhas tomava folego, respondeu com voz tremula e entrecortada:

— Seehora, não se metta com a minha vida, porque eu tambem não me importo com a sua; se estou com os burros...

— Ah! bom covado e melo, atalhou Mariquinhas, ah! bordo da não!... ah! major Vidigal!...

— Já lhe disse...

— Qual já lhe disse, nem melo já lhe disse!... diabo do namorado sem ventura...

Estas ultimas paleavras fixerão o effeito de uma falsa em um barril de polvora. Avançou o Leonardo para Mariquinhas com os punhos cerrados e espumando de raiva:

— Se me diz mais meia palavra... perco-lhe o respeito... eu nunca lhe dei confiança; e apesar de ser a senhora lá o quer que é de meu pai... perco-lhe o respeito...

— Você sempre mostra que tem raça de libéo, disse Mariquinhas empertigando-se e sem recuar um passo.

O Leonardo-pataca, que estava lá no interior da casa, acudiu e pressado ao barulho e veio achar os dois ainda em attitude hostil, e vendo o filho quasi não quasi a desfeitar o adorador objecto de seus ultimos affectos, não trepidou em desbaratar com elle.

— Pedaco de mariola... pensas tu que isto aqui é como lá a casa de teu padrinho dondesabote... quero aqui muito respeito a todos... ao contrario... se já uma vez te dei um pontapé que te fiz andar muitos annos por fóra, dou-te agora outro que te ponha longe daqui para sempre...

— Nunca pensei, interrompeu Mariquinhas dirigindo-se ao Leonardo-pataca, querendo afear mais o caso; nunca pensei que na sua companhia eu viesse a soffrer semelhante cousa...

— Não faças caso, menina, isto é um pedaco de um marialta a quem eu hei de ensinar; por causa de ninguem dou-lhe ou uma rodada senão por tua causa...

— Por causa della?... atalhou o rapaz; tinha que ver! Ella ha de lhe dar bom pago; tão bom como lhe deu a cigana...

— Mas nunca lhe hei de dar, acudiu Mariquinha enfurecida com este insulto; nunca lhe hei de dar o que lhe deu tu má!

Com estas ultimas palavras o Leonardo-pataca descreção completamente; que diluvio de amargas recordações não fizeram tão poucas palavras cabir sobre sua cabeça!

— Espera, saltrapilho, espera que te ensino, exclamou vermelho de colera; espera que te ensino.

E entrando repentinamente no quarto da sala, sahio de lá armado com o espadim do uniforme, e investiu para o filho. Convem dizer que o espadim ia embalhado.

— Não se ponha a perder por minha causa, exclamou Mariquinhas agarrando-o pelas abas de um rodape de chita que elle trazia vestido.

Era inutil porém esse medo de Mariquinhas, porque o rapaz vendo que o negocio ia-se tornando feio, tendo-lhe ficado um terror instinctivo do pai depois daquelle pontapé que nunca mais lhe sahira da memoria, tinha-se posto ao fresco na rua, fechando a rotula sobre si.

— Ah! maroto, disse ainda o Leonardo-pataca, que te havia de ensinar...

O Leonardo que fugia por um lado e a comadre que entrava por outro, pois estivera ausente durante toda a scena. Apenas foi largando a mantilha, e que viu os dous actores que tinham ficado em scena ainda nas posições do ultimo quadro, tratou logo de indagar qual fóra o drama que se acabava de representar.

— Ora foi uma das costumesas do estilhado dos seus amores, respondeu Mariquinhas, ainda não socogada.

— Porém ia-lhe sabindo cara desta vez, acudiu Leonardo-pataca.

— Pais devéras, atalhou a comadre indignada; pois devéras o comadre estava armado de espada para dar no rapaz?

— Olá! que levava tão dura como ome.

— Mas então porque? quantas mortes fez elle de uma vez? onde é que por fugiu na casa? Triste como é um filho sem mãe! Apote que se en cá estivesse nada havia de succeder?

— Sim, respondeu Mariquinhas, porque logo havia de tomar as dores por elle, segundo é seu costume. Ah! está; muitas filhas tem mãe, e entretanto ellas servem-lhes para isto: tombo as dores por outras e deixo-as de lá da

— Qual! historias: é que tudo leva seu boceado de mãe comi lá

— Oh! senhora! atalhou Leonardo-pataca, se isto vai assim, não ha um momento de sossego nesta casa; acabou-se uma, começa outra: e que não ha de dizer esta vizinã ota? Quem que isto aqui é casa de um official de justiça.

— Mas então, disse a comadre, cada está o rapaz? onde é que o enterrão?

Sabia por ali domcabrestado, e tomara que cá não volte.

— Ora está bonito! Oh! mas isto não pôde ser assim; correrem com o rapaz de casa para fóra!... Elle não é nenhum dragão, pois sempre tem o que lhe deixou seu padrinho.

— Mas e outras é que o puzerão a perder.

— Sim, mettão-lhe fumaça de rito na cabeça, e hão de ver no que dá.

— Coitado, disse lamentando a comadre, aquelle nasceu com má sina.

E tomando de novo a mantilha, sahio com as lagrimas nos olhos em procura do Leonardo.

Ao sair escoravão-na à janella tres ou quatro vizinhas.

— Então o que é que ficarão ao moço?

— Que foi isso, senhora comadre?

— Elle passou por aqui, pondo 10 leguas por hora.

— Deixe-me, deixe-me, respondeu a comadre, que isto é os meus peccados.

CAPITULO XXVIII.

REMÉDIO AOS MALES.

O pobre rapaz sahira, como dissemos, pela porta fóra, e caminhando apressadamente r-lhava de vez em quando para trás, pois-lhe parecia ver ainda enristado contra elle o espadim com que o ameaçara seu pai, que parecia com elle querer acabar a obra que com um pontapé começara. Audeu a bom andar por largo tempo e foi dar consigo lá para as bandas dos Cojotiros; cansado, offegante, amou-se sobre umas pedras, e quem o viu com ar tristonho e pensativo julgaria talvez que elle se estava na sua posição e no caminho que havia tomar. Pois enganava-se redondamente quem tal julgasse: elle pensava em coisa muito desagradavel; pensava em Luizinha; verdade seja que pensando nella não podia abster-se de ver surgir diante dos olhos o terrivel José Manoel; e isto explicava certos movimentos de impaciencia que de vez em quando se lhe podião observar. Tinha que te largo tempo nesta meditação, quando foi repentinamente acordado por umas poucas de gargalhadas partidas de detrás de umas moitas vizinhas. Estremeceu da cabeça aos pés; parou-lhe que lhe tinham lido os pensamentos que lhe passavão pela mente, e que se risodito. Voltou-se, nada viu; guiado por um rumor que ouviu, começou a procurar, e sem grande trabalho viu, atrás de umas moitas um pouco altas, uns poucos de rapazes e raparigas que amentados em uma esteira entre os restos de um jantar debruçavão-se curiosos sobre dous parceiros que com um baralho de cartas amarrutado e sujo desescabeçavão uma enfrinçada partida de blaca! As gargalhadas que ouvira ha pouco tinham sido a consequencia de um capote que um delles acabava de levar. A' vista daquelles restos de um jantar que, se não parecia ter sido muito delicado, parecia ao menos ter sido abundante, fez-lhe lembrar que sahira de casa na occasião de pór-se a mesa, e o estomago deu-lhe então umas formidaveis badaladas. Quiz entretanto voltar porque não se queria metter em festa alheia, quando levantando um dos jogadores a cabeça, conheceu nelle um seu antigo camarada, o menino que fóra com elle sacrisião de Sé. Ainda que apesar disso se quizesse retirar, já era tarde, porque com o movimento que fizera, o jogador dando com elle o havia tambem conhecido.

— Olá! Leonardo, por que carga d'agua vieste parar a estas alturas? Pensei que te tinha já o diabo lambido os ossos, pois depois daquella maldito dia em que nos vimos em pancas por causa do mestre de ceremonias nunca mais te puz a vista em cima.

Leonardo chegou-se ao rancho, e trocados os complementos com seu antigo camarada, foi convidado a servir-se de alguma coisa do que ainda havia. Quis fazer cerimonia, mas não estava em circumstancias disso; uma das moças serviu-o, e enquanto continuava a bisca comeu elle a barreira fóra.

— Escorropicha essa garrafa que ahí resta, dissolve o amigo, e vê se o vinho tem o mesmo gosto daquelle que em outro tempo escorropichavamos juntos, das galhetas da Sé, com desespero de meu pai e furor do mestre de ceremonias.

Quando o Leonardo acabou de comer, acabáron também os dous parceiros de jogar, e então Leonardo chamou o amigo à parte, e perguntou-lhe:

— Então que gente é esta com que te achas aqui de sucia?

— É minha gente.

— Tua gente?

— Sim, pois não vê aquella moça morena que all está?

— Sim, e então?

— Ora!...

— Pois tu casaste?

— Não... mas que tem isso?

— Ah!... estás de moça!

— É tu?

— Eu... ora nem te digas... morreu meu padrinho.

— Sim, ouvi dizer.

— Fui para a casa de meu pai... e de repente, hoje mesmo brigo lá com a cufa della; elle corre de espada atrás de mim, e eu safo-me. Parai all adiante, e as gargalhadas que vocês aqui davão...

— Sei do resto... E agora tu não tens para onde ir?

— Homem, eu ia ver...

— Ver o que?

— Ver por ahí...

— Por ahí onde?

— Nem mesmo eu sei...

E desatáron os dous a rir. Quando temos apenas 18 a 20 annos sobre os hombros, o que é um peso ainda muito leve, desprezamos o passado, rimo-nos do presente, e entregamo-nos descuidados a essa confiança cega no dia de amanhã, que é o melhor apagaio da mocidade.

— Sabes que mais, continuou o amigo do Leonardo, vem connosco, e não te has de arreponder.

— Mas com vocês para onde?

— Para onde? Sem duvida algum partido uelhor queres escolher? queres fazer ceremonias?

— Começava a cahir a noite.

— Vamos levantar a sucia, minha gente, disse um dos convivas.

— Sim, vamos.

— Nada, ainda não: Vidinha vai cantar uma modinha primeteira.

— Sim, sim, uma modinha primeteira; aquella: « Se os meus suspiros pudessem. »

— Não, essa não, cante antes aquella: « Quando as glorias que eu gozei. »

— Vamos lá, cidadão, respondeu Vidinha.

Vidinha era uma mulatinha de 18 a 20 annos, de altura regular, hombros largos, peito levantado, cintura fina e pés pequeninos; tinha os olhos muito pretos e muito vivos, as beizões grossos e húmidos, os dentes alvissimos; tinha a falla um pouco descansada, e acompanhava cada phrase que proferia com uma risada pouco estridente, por m prolongada e sonora, e com um certo cabido de cabeça para trás, talvez gracioso se não tivesse muito de affectado.

Asentou-se finalmente que ella cantaria a modinha: « Se os meus suspiros pudessem. »

Tomou Vidinha uma viola e cantou acompanhando-se com uma toada insipida búj-, porém de grande acclamação naquella tempo, e seguinte:

Se os meus suspiros pudessem
Aos teus ouvidos chegar,
Verias que uma paixão
Tem poder de assassinar.

Não são do velin
Os meus queixumes,
Nem do flume
Abreandur;
São das saudades
Que me atormentão
Na dura ausencia
Do meu amor.

O Leonardo, que talvez hereditariamente tinha quida para aquellas cousas, ouviu boquiaberto a modinha, e tal impressão lhe causou que depois disso nunca mais tirou os olhos de cima da cantora. A modinha foi applaudida como eunipria. Levantáron-se então, arrumáron tudo o que tinham levado em cestos, e puzerão-se a caminho, acompanhando o Leonardo o farrancho.

CM, 23/01/1853

Pacotilha nº 103, p. 1

REMIHIA

DE

UM SARGENTO DE MILÍCIAS.

CAPITULO XXX.

REMÉDIO AOS MALES.

(Continuação)

Chegáron todos depois de longo caminho, e quando já brilhava nos céus um dronsturo m-guifões que fazem no Rio de Janeiro a uma casa da rua de Valia: naquelles tempos uma noite de lazer era uma coisa muito aproveitada, se bem que não fosse muito rara; ninguém estava dentro de casa; as que não sabião a palavra sentáron-se em estalares às portas, e all passáron longas horas em descanto, em chá, em conversas, e muitas passáron mesmo ahí a noite inteira dormindo ao relento. Quanto a modo de quer que fosse contra a segurança individual, não o tinham, pois descançáron tranquilos na actividade do major Vedigal; e quanto a cuidados sanitarios e hygienicos, isso é invenção moderna das juntas e camaras, que se viu dar aos rios da m-credulidade, e talvez da e-carnice, até a proprio physico mór se apparecerem então. Nem mesmo as temperanças tinham sido espasos de empertar semelhantes idéas.

Como os nomes conhecidos já tinham dado um grande prazer, adoptáron o expediente das estivas à porta, e cumiláron assim pela noite em diante a sucia em que haviam gasto o dia, pois aquillo que Leonardo viu nos Cajuíros, e em que tambem tomara parte, era o final de uma pau-cad- que havia começado ao amanhecer, de uma dessas remarias com agrados ao prazer, que ardo tão commens e tão estimadas naquello tempo.

Agora devíamos dar ao leitor conhecimento da nova gente, no mais da qual se acha o nome Leonardo. Se nos pudessem soccorrer aqui de amigo José Maria, com duvida nos desfolharia ella toda a arvore genealógica da familia (pois o era), e quem o amigo de Leonardo chamava a sua gente; porém contentam-se os leitores com os factos sem indagar as origens. Sabião pois que a familia era e impoito de duas irmãs, ambas viúvas, ou que pelo menos dizião isto, uma com tres filhas e outra com tres filhas; uma

mais velha e outra mais moça, passando por qual-quer das duas dos seus quartos e tanto; ambas gordas e extremamente parecidas: as tres filhas da primeira são tres formosuras rap-gâm de 20 annos para cima, empangadas todas no Trem; as tres filhas da segunda são tres raparigas descompañadas, ergun-do pela mesma idade duas primas, e bonitas cada uma no seu genero: uma delias já se leit ros cocho eu, pois é a Vidinha, a cantora de modinhas que ora sol-teira como uma de suas irmãs; a ultima era tamb em solteira, pe em não como estas duas. O amigo do Leo-nardo que explicou a que uso quer diz r, e explican-do darã tamb em a comb cor o que e a elle proprio na familia. Os mais que se achavão presentes são Augu-ço, pela maior parte vidinhas, que se reunião para aquellas sueltas que são tradicio a a na familia.

Quando cheyão á casa, o amigo do Leonardo tomou as duas velhas de parte, e começou a conversar con-ellas, sem duvida a respeito do Leonardo, pois que ellyão todos tres de vez emquando para elle; e mes-mo quem tlyesse o ouvido attido terã escutado as velhas dizerem:

— Cuidado do moço!

— Ora vejão que pai de más entranhas!

A outro qualquer que tlyesse mais attido, ou antes fazendo claro mais juizo e outra educação, en-terregava-se-lhe talvez muito de achar-se na po-sição em que se achava o Leonardo, p rém elle mes-mo pensava, e o que é mais, nem mais pen-sava naquillo que até então lhe não sah a da cabeça, isto é, Luizinha de um lado e José Manoel de ou-tro: agora não via senão os olhos nerys e bri-lly nerys e os alvos dentes de Vidinha; não ouvia senão a voz daquella ferma modinha, e não pensava mais então em quem tlyba olhos tão lindos e tão lindos dentes, e cantava tão b-m modinhas. Estava pois mbeido n'um estase contemplativo. No mais pen-saria quando lhe restasse tempo.

Mas se havião todos senta to em uma larga esteira junto á soleira da porta sobre a calçada, o Leonardo propoz log o que se cantasse uma modinha.

— Qual... respondeu Vidinha acompanhando-o qual de sua costumada risada; estou já tão can-sada... que nem posso!

— Ora... e ra... disserão umas poucas de vizes.

Além do costume das risadas tlyba Vidinha um outro costume, e era o de começar sempre tudo q se tlyba a dizer por um qual muito accentuado; res-pondou ainda portanto:

— Qual... pois se eu tambem já cantei tudo quanto sei... Qual, meu Deus, nem eu posso mais!

— Ainda não cantou a minha favorita, disse um dos presentes.

— Nem a minha, dice outro.

— Eu tambem, acrescentou outro, ainda não lhe podi aquella cá do peito.

— Qual, meu Deus, onde é que isto vai parar!

— Ora, mana, não se faza de boa.

— Ai, creatura, disse uma das velhas, quereis que vos rese um resposso para cantardes uma mo-dinha?

Leonardo, vendo a sua causa advogada por tantas vozes, consorvou se calado. Tentou mais algumas modinhas e fritas mais algumas negações. Vidinha deci-diu-se a cantar e tomou to a viola cantou, segundo a indicação de uma das velhas, o seguinte:

Duros ferros me prendirão.
No momento de te ver;
Agora quero qu'bra-lor,
E' tarde, não pôde ser.

Este ultimo passo acabou de desorientar completa-mente o Leonardo: ainda b-m não tlyhã expirado as ultimas notas do canto, e já, passando-lhe rapido pela mente um turbilhão de idéas, admirava se elle de como é que havia podi lo inclinar se por um só

instante a Luizinha, menina sems b-r-na e esqui-sita, quando havião no mundo mulheres como Vidin-ha. Decididamente estava elle apaixonado por esta ultima.

O leitor não se deve admirar disto, pois não temos caso de repetir-lhe que o Leonardo herdára de seu pai aquella grande copia de amoroso fluido que era a sua principal característica. Com esta herança parece po-ém que tlyba elle tido tambem uma outra, e era a de lhe sobrevir sempre uma contrariedade em casos semelhantes. José Manoel fora a primeiro; vejamos agora quem era, ou antes quem erão a segunda.

Se o leitor pensou no que ha pouco dissermos, que na-quelle familia havião tres primas e tres primos, e se agora acrescentarmos que morvão todo juntos, de ve-ter scismado alguma cousa a respeito. Tres primos e tres primas, morando na mesma casa, todos moços... não ha nada mais natural; um primo para cada prima e está tudo arranjado. Cumpre porém ainda observar que o amigo do Leonardo tomara conta de uno das primas, e que deste modo tlyba a haver tres primos para duas primas, isto é, e excessivo de um primo. A vista disto o negocio já se torna na a complicado. Pois para encurtar razão saiba-se que havião dous primos pretendentes a uma só prima, e esse era Vidin-ha, a mais bonita de todas; saiba-se mais que um era amado e o outro desprezado: logo o amigo Leonardo terá desta vez de lutar com duas con-trariedades em vez de uma.

Mas por ora de nada sabia elle, e entregava-se tranquill- ás suas emoções sem se lembrar de que qualquer se lembraria, que entre primas e primas ha sempre um certo direito mutuo em negocio de amor, que muito prejudica a qualquer pretendente ex-terno.

Gastarão grande parte da noite ali sentados, e tra-tarão de recolher-se já muito tarde. O amigo do Leo-nardo, a quem daquí em diante trataremos pelo seu proprio nome de Thomaz com o appellido — da Sé — ambas herdadas de seu pai, declarou que o seu ami-go ficara ali por aquella noite, por já ser muito tarde; quiz assim poupar-lhe um vexame, e mostrou nisto ser bom amigo.

Agora que o nosso Leonardo está installado em quartel seguro, vamos occupar-nos de mais alguma cousa de importante que havíamos deixado suspensa.

CM, 30/01/1853

Pacotilha nº 104, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXI.

JOSÉ MANOEL TRIUMPHA.

A comadre correra toda a cidade, e em parte alguma encontrara o Leonardo; enquanto ella se cansava as-sim a procura-lo, estava elle em porto seguro, e descan-sado mirando-se nos olhos de Vidinha, regalando-se a ouvir modinhas, como sabem os leitores, sem se lembrar do que ia pelo mundo. A pobre mulher, depois de muito caçada, foi ter á casa de D. Maria quando já era noite fechada. Quando ella entrava sahia o mestre-de-resa que acabava de dar a sua lição ás crias de casa. A co-madre a algum tempo andava já desconfiada do mestre-de-resa; combinando o que por ali se dizia do credito

delle com certas cousas que tivera occasião de presentear, estava quasi não quasi a concluir que era elle emissario de José Manoel junto à corte de D. Maria. Não gostou portanto do encontro, e deu-lhe o cabelo vê-lo sair aquella hora, pois que de ordinario as lições não se demoravam até tão tarde, e para mettê-lo à bulha disse-lhe :

— A lição hoje foi comprida, devoto... as raparigas parece que gostam mais da *lambetice* do que da *resa*.

— Não, respondeu o velho com sua voz fanhosa; ellas não vão mal, emparão em alguns logares, mas sempre vão indo; bem sabe tambem que sempre trago consigo o sauto remedio.

E affugou o cabo da palustoria com que sempre andava armado.

— Ah! então esteve o devoto de conversar; gosta tambem de dar á lingua.

— Não desisto; mas tambem não digo senão aquillo que sei, isto é, aquillo que ouço; os outros gastam o seu tempo a ver e a ouvir; eu, como não posso senão ouvir, emprego a fallar o que os mais empregam a ver; fallo, e fallo muito; mas que quer, se me sobra tempo para isso; e demais, bem sabe que não é trabalho que canse. Meus pais são Alzarves, e eu não quero desmentir a minha paternidade.

— Então já sei que hoje desenterraram-se mortos e enterraram-se vivos; pois eu não posso fazer outro tanto, porque aqui muito e muito recuzala de minha vida. Se o devoto, como é homem que muito gyra por toda esta cidade, souber por ali noticias de ucu atilhado Leonardo, queira vir dar-me parte, pois sahira-nos elle hoje de casa lá por causa de umas historias, em que tinha razão, é verdade, e não sei por onde aodará dando com os ossos.

— Ora isto fica por minha conta; não ha nada mais facil do que dar com elle.

E aqui terminou esta conversa que tinha logar na porta da rua, e com a qual não ficara a comadre muito contente. D. Maria que ouvira tudo, vein ao encontro da comadre, e foi-lhe logo dizendo antes de dar-lhe tempo de tirar a mantilha.

— Então já o rapaz não está em casa? Senhora, aquillo é genio, nasceu com elle, e com elle ha de ir a sepultura. Bem me diziam o que elle era, e apesar do seu ar sonso nunca lhe fiz fé.

— Adeus que me está a senhora a pôr as culpas em quem não as tem; o menino desta vez tem toda a razão...

— Ora historias da vida; isso diz você porque o estima como se fosse sua mãe; mas vá com esta que eu lhe digo: os rapazes de agora andão de cabeça levantada... mas o defunto padrinho, Deus lhe falle n'alma, foi mesmo que teve culpa de tudo isso com aquellas fumaças de Coimbra que lhe metten na cabeça...

— Mas, senhora de Deus, se o bruto do pai até chegou a corré-lo de espada na mão...

— Que tal não faria elle! mas que tinha isso? o pai não o havia espartear... por certo, que eu bem lhe conheço o genio; aquillo era raiva, e havia de passar: devia elle sujeitar-se, pois sempre e seu pai.

— Com a virgem santa! pois se tudo isso foi por uma cousa de nada, por causa de uma almofada de renda... isto é cousa em que se creia?!... E agora para onde é que ha de ir aquelle exaltado?...

— Ha de estar por ali mettido em algum fado de ciganos; não se lembra do que elle fez quando o padrinho era vivo?

— Ora criançadas... para que falar nisso.

Este dialogo ia continuando interminavel sobre o mesmo assumpto quando D. Maria, mudando repentinamente de conversa, disse á comadre.

— Ora é verdade, seute-se para cá que temos contos que ajustar...

— Contas!...

— E muito compridas. Começo por dizer, accrescentou D. Maria que não parecia estar nessa occasião de muito bom humor; começo por dizer-lhe mesmo na bochecha que quando fór a confissão este unno trate de desobrigar-se de um grande peccado que commetten.

— E eu que já não tenho poucos; mas entio o que é?

— E' um alevé, senhora, um alevé muito grande que levanta a pessoa que tal não merecia.

A comadre não precisou de mais nada para conhecer onde é que tudo aquillo la parar; e o alevé mais moderno de que a accusava a sua consciencia bem sabia ella qual era. Começou a ver tudo claro como o dia; viu José Manoel justificado completamente aos olhos de D. Maria a respeito da historia do roubo da moça, no Oratorio de Pedra, e viu tambem como medianeiro dessa justificação o rego Mestre-de-reza. Ficou pois visivelmente incommodada; volvia-se de um para outro lado, como se estivesse cheia de espinhos a baquinilla em que estava sentada, e teve um forte accessão de tosse quando D. Maria acabou de pronunciar aquellas ultimas palavras.

— Tudo quanto me diz a respeito de José Manoel naquella historia do roubo da moça, continuou D. Maria fazendo-se vermelha, o que era nella máo signal, é falso, e muito falso. Sei isto de parte muito certa...

Novo accessão de tosse accommetteu a comadre.

— Pola olhe, proseguiu D. Maria, tinha-lhe eu dado todo o credito, tanto que havia rompido por um excessão com o pobre do homem, mas não cáto n'outra; esta me serviu de emenda.

A comadre viu que o vento se lhe ia tornando absolutamente contrario; comprehendeu que D. Maria estava muito bem informada, e que inutil seria qualquer

sustentação que pretendesse fazer de tudo quanto havia avançado; isso só servia para aggravar-lhe a posição. Forjou pois repentinamente um novo plano e disse:

— Não me da nada de novo, senhora; sei muito bem de tudo; o homem está nesse negocio como Pilatos no credo.

— Mas lembre-se que me havia dito que tinha visto com seus proprios olhos.

— Ah! senhora, era o diabo por elle; nunca vi coisa assim tão pavorida. Outro dia poriam soube de tudo, e agora estou arrependida.

A comadre não sabia de cousa alguma; o que queria era apañar de D. Maria o que havia chegado ao seu conhecimento.

— Mandei por isso chamar o pobre homem, continuou D. Maria, que de offendido que estava com o modo por que eu o tratava custou muito a vir, e abri-me aqui com elle. E' uma cousa lhe digo, é que a comadre não está bem no negocio; elle expoz-me certas cousas... a que eu entio não quiz dar credito.

— Pois então a senhora disse-lhe que eu é que... .

— Não fui eu quem lhe disse; elle já o sabia, e não era possível negar-lhe. Foi então que elle me quiz abrir os olhos sobre certas cousas...

A comadre, que via todo o caldo entornado naquella certas cousas, tratava de desviar dellas a conversação, fazendo que não dera attenção a essas ultimas palavras.

— Mas então, perguntou, por quem foi que soube e como tinha sido o negocio? que se quer se combina cá com o que sei.

— Ainda ha pouco acabam de sair daqui que eu e o poz o negocio todo em pratos limpos.

— Ah! disse a comadre.

E morceu os beiços fazendo um gesto que quer'a dizer: « nunca me enganar! »

D. Maria proseguiu contando que tendo fallado em semelhante negocio ao mestre-de-reza, elle lhe havia negado tudo quanto ella lhe dissera a respeito de José Manoel; que muito tempo lutara com o velho para que elle lhe dissesse o que sabia a respeito e em que fundava a denegação que fazia; que finalmente, depois de grande resistencia, tinha-lhe elle trazido á casa, mesmo no dia antecedente, o pai da moça, que tudo confessara declarando até o nome da pessoa com quem se achava sua filha, que elle já sabia, e com quem tinha feito as pazes.

— E' exactamente o que eu sabia, disse a comadre no fim da narração; foi tudo assim mesmo. Veja, senhora, a que está sujeita a gente nesta vida: a levantar falsos aos mais.

Agora informemos ao leitor que tudo que se acabava de passar tinha sido com effeito obra do mestre-de-resa. Pouco a pouco se tinha instruido do que se passava em casa de D. Maria a respeito do seu cliente José Manoel; tinha conseguido saber quem tinha armado a intriga; indagou tambem o que se passava em casa do Leonardo-pataca, e como lá se fallava um pouco alto a respeito das

preferências do Leonardo, combinando umas cousas com outras, chegara à conclusão certíssima daquillo que com effeito se passára.

D. Maria pareceu dar credito ao arrependimento da comadre, e começou-se-lhe a aplacar o humor um pouco desalado em que se achava.

Voltarão à questão da saída do Leonardo de casa, e desta vez já D. Maria não se mostrou tão inflexivel para com o rapaz. Entretanto a comadre não lhe sahio da cabeça aquellas palavras de D. Maria: «*abriu-me os olhos sobre certas cousas,*» e depois que viu D. Maria mais apasiguada, tentou chamar de novo a conversa para esse ponto, e como que pedir explicações. Ella previa a significação daquellas palavras, sem duvida nenhuma que se referião ás suas preferências ou ás de seu afilhado sobre Luizinha, porém queria saber as cores com que esse negocio tinha sido pintado a D. Maria por José Manoel.

Isso foi-lhe porém fatal porque soube, o que lhe não foi nada agradável, que o negocio estava muito mal parado a respeito do seu afilhado, e pelo contrario muito auxiliado a favor do seu adversario. D. Maria, depois de declarar que José Manoel se tinha queixado da comadre attribulando-lhe tudo que se havia passado, que não era mais do que uma intriga urdida com o fim de o apartar de sua casa porque tiuha sobre elle cahido suspeitas que elle confessava justas, acrescentou finalmente que José Manoel, completamente justificado, graças á intervenção do mestre-de-reza, acabára por lhe dar a entender alguma coisa a respeito de Luizinha, o que D. Maria confessou não lhe ter sido totalmente desagradavel, porque enfim, segundo allegava, José Manoel era um homem sisudo e de juizo, tinha corrido mundo, e não era nenhum criançaola [esta palavra doeu á comadre] que não fosse capaz de tratar bem de uma moça.

A comadre descoroçou completamente com estas ultimas declarações; porém o que fazer na occasião? Ella mesma tinha ainda ha pouco confessado o risco que se está a cada momento de se ser injusto para com o proximo, e não podia sem risco aventurar, pelo menos naquella occasião, alguma coisa contra José Manoel, tanto mais que tão mal se havia salvado da primeira intriga que armára. Contentou-se pois com repetir uma observação que D. Maria mesmo lhe havia feito ha pouco tempo, e disse referindo-se á Luizinha:

— Gente, pois aquella criança já está para essas cousas!...

— Sim, respondeu D. Maria, está ainda verdezinha, mas tambem isso não é sangria desatada.

A comadre respirou, pois viu que ainda havia tempo a ganhar.

CM, 06/02/1853

Pacotilha nº 105, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXII.

O AGGREGADO.

Passáron-se assim algumas semanas: Leonardo depois de arcadas todas as cerevénias foi declarado aggregado á casa de Thomaz da M., e ali continuou convenientemente arranjado. Ninguem se admira da facilidade com que se fazião semelhantes cousas; no tempo em que se passavão os factos que vamos narrando nada havia mais commum do que ter cada casa um, dois, e ás vezes mais aggregados.

Em certas casas os aggregados erão muito uteis porque a familia tirava grande proveito de seus serviços, e já tivemos occasião de dar exemplo disso quando e intamos a historia do findo padrinho de Leonardo; outras vezes porém, e estas erão em maior numero, o aggregado, chamado vadio, era uma verdadeira parasita que se prendia a arvore familiar, que lhe participava da vida sem ajuda-las dar os fructos, e o que é mais ainda, chegava mesmo a dar cabo della. E o caso é que, apesar de tudo, se na primeira hypothese o esmagavão com o peso de mil exigencias, se lhe batião a cada passo com os favores na cara, se o filho mais velho da casa por exemplo o tomava por seu divertimento, e á menor e mais justa queixa saltavão-lhe os pais em cima tomando o partido de seu filho, no segundo aturavão quanto desconcerto havia com paciencia de martyr, o aggregado tornava-se quasi rei em casa, punha, dispunha, castigava os escravos, ralhava com os filhos, intervinha enfim nos mais particulares negocios.

Em qual dos dois casos estava ou viria estar em breve o nosso amigo Leonardo? O leitor que o decida pelo que se vai passar.

Principiemos por declarar que as duas velhas irmãs tinham concebido desde o primeiro momento uma decidida sympathia por elle, e era esse o unico ponto por onde o podíamos julgar um pouco feliz: se a cada passo encontrava contrarietades e antipathias, tambem lhe não faltavão por contrabalanco sympathias e favores. Isto já era meio caminho andado para qualquer projecto que elle formasse, qualquer intenção que tivesse ou dese, o que se lhe despertasse. Mas note-se que para não faltar a lei das compensações, que pesava constantemente sobre elle, logo o projecto, a intenção e desejo que teve succedeu ser a respeito de uma coisa que já tinha despertado igual projecto, intenção e desejo em duas outras pessoas, o que equivale a dizer-se, como já o fizemos, que tinha elle de lutar com duas difficuldades.

Vidinha era uma rapariga que tinha tanto de bonita como de moaveliz e leve: um soprozinho, por brando que fosse, a fazia voar, outro de igual natureza a fazia revoar, e voava e revoava na direcção de quantos sopros por ella passassem; isto quer dizer, em linguagem mais clara e despidida dos trejeitos da rhetorica, que ella era uma formidavel namorada, como hoje se diz, para não dizer lambreta, como se dizia naquelle tempo. Portanto não foram de modo algum mal recebidas as primeiras lineas do Leonardo, que desta vez se tornou muito mais de embaraço, quer porque já o negocio com Luizinha o tivesse desaxado, quer porque agora fosse a paixão mais forte, embora esta ultima hypothese vá de encontro á opinião dos ultra-romanticos, que poem todos os bofes na hora pelo tal—primeiro amor:—no exemplo que nos dá o Leonardo aprendão o quanto elle tem de duradouro. Se um dos primos de Vidinha, que disse-mos ser o attendido naquella occasião, teve motivo para levantar-se contra o Leonardo como seu rival, o outro primo, que dissemos ser o desattendido, teve debrada a mão para luo, porque além do irmão apresentava-se o Leonardo como segundo concorrente, e o furor de quem se defende contra dois é, ou deve ser sem duvida, muito maior do que o de quem se defende contra um. Declarou-se portanto, desde que começaram a apparecer os symptomas do quer que fosse entre Vidinha e o nosso boapele, guerra de dois contra um, ou de um contra dois. A principio foi ella surda e muda; era guerra de olhices, de gestos, de desfeitas, de más caras, de más modos de uns para com os outros; depois, seguindo o adiantamento do Leonardo, passou a dietos, a chasques, a reconques. Um dia finalmente desandou em descompostura errada, em ameaças do tamanho da torre de Babel, e foi causa disto ter um dos primos pillado o eliz Leonardo em flagrante gozo de uma premicia amorosa, um abraço que no quintal trocava elle com Vidinha.

— Ah! está, minha tia, dissera enfurecido o rapaz dirigindo-se á mãe de Vidinha; ali está o lucro que se tira de metter-se para dentro de casa um pai do pernas que não pertence á familia....

— Onde é, onde é que está pedando logo? disse a velha em tom de escarzo, supposto com alguma asneira do rapaz, que era em todo muito considerado.

— Fogo, replicou este; se ali pegar fogo não haverá água que o apague... e elle o que lhe digo, se não está quando foge... está-se ajuntando lenha para isso.

Vinha, que vinha chegando nessa occasião, tomou a palavra e fallou durante meia hora sem interrupção, saltando contra os dois primos [pois que o outro já tinha tambem intervindo] uma tremenda catilinaria em que a palavra — qual — foi repetida enorme numero de vezes. Leonardo teve tambem de defender-se, e fallou pelos cotovellos. As duas velhas acompanháram os quatro seguidas das outras duas moças, que mettião tambem de vez em quando a sua colherada.

Seria inutil a tentativa de quererem repetir as palavras textuaes de cada um dos falladores; isso seria cousa pouco mais ou menos semelhante a querer contar-se a' uma tempestade os pingos de chuva que caem. Só quem já teve occasião de assistir pôde bem avaliar o que era e talvez ainda é uma dessas brigas no interior de uma familia. Todos fallão a um tempo, esforçando-se cada um por fallar mais alto do que todos os outros; ninguém parece attender ás desculpas que se apresentam, nem ás recriminações que se fazem, e entretanto de minuto em minuto cada qual tomando mais calor se julga sobretudo offendido; as juras se cruzão, as ameaças se chorão; não fica no dictionario terminozinho de esculha que não sala á frente; umas questões trazem outras, estas ainda outras; recorre-se ás offensas passadas, presentes e futuras para fazer-se carga aos adversarios. Tudo enfim se diz e nada se consegue: a briga dura muitas horas, ao termo das quaes os contendores, *fatigatis sed non satiatis*, abandonão o campo, ficando mais encarniçados uns contra os outros do que o estavam a principio. E se por acaso tocando á em retirada algum ouso ainda soltar uma derraiteira imprecacão, pega de novo a cousa, e dura ainda em pedaço. As mais das vezes fica tudo em palavras.

Desta vez porém não succedeu assim: um dos primos, que era seguidadete, avançou para o Leonardo depois de lhe ter mandado como hotelor uma grande injuria,

e deulho dois salutes, agarrando-o pela gola da camisa. Leonardo, que neste mundo só tinha medo do seu pai, reagiu contra o aggressor; as duas velhas e Vidinha tratando aparta-las não fadão mais do que rouper-lhes a roupa e augmentar-lhes a raiva; as demais pessoas occupavão-se em bater nas paredes e chamar os vizinhos. Lutáram os dois por algum tempo sem que disso resultasse accidente grave para nenhum delles, e afinal apartáram-se. Leonardo apenas se viu livre do seu adversario foi querendo pôr-se no andar da rua: pensava sub-ter a infeliz desde criança uma especie de sina de Judem errante. As velhas, que em tudo o barulho tinham tomado o partido delle, não consentirão porém nisso; allegarão que estavam em sua casa e podião manular como quizessem. Leonardo insistiu apezar disso e apezar dos rogos de Vidinha; porém no momento em que tentava abrir a porta da rua entrou por ella a comadre.

— Ora graças que o encontro, senhor doutor de pedras...

O Leonardo re-ouo duas passas; naquelle momento, ouio como lhe acunterou desde que sahiu de casa de seu pai, nem lhe passava pela idea que tivesse no mundo uma madrinhã, um pai, ou qualquer parente que fosse. Move em todos um movimento de admiracão e curiosidade, pois ninguém na casa conhecia a comadre.

Tantas cousas havia feito a boa mulher que afinal soubera do niado a que se acullera o atilhado, e immediatamente para lá se dirigira. Tendo entrado e dito aquellas primeiras palavras, queria logo depois seguir com uma grande exortação ao sobrinho, quando tendo visto as duas velhas, acentou que era melhor dirigir-se a ellas em primeiro lugar. Com effeito dirigiu-se, e entrãõ as tres em conferencia.

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXIII.

MALINAÇÃO.

As tres velhas conversáram por largo tempo, não porque muitas cousas se tivessem a dizer a respeito do que

se acabava de passar, porém porque a comadre, entrando no mais tenello parollo, entendera que não dizia que muito se interessava pela volta do atilhado para casa era malder contar desde sua origem a vida inteira delle, e de sua mãe, de seu pai, e a sua propria, que fora mais comprida de todas, e porque as duas velhas entenderão que para dizerem que o Leonardo estava ali muito bem, e que não consentirão que elle salisse, entenderão ser preciso fazer o que havia feito a comadre — contar a sua vida e de toda a familia desde as eras primitivas. — Ora, como todas essas historias contadas de parte a parte erão cheias de epicalias, já sentimentaes e tocantes, já alegres, acunterou que entre muita gargalhada correrão tambem algumas lagrimas durante a conversação. Não ha nada que mais afiva para fazer nascer e firmar a amizade, e mesmo a intimidade, do que seja o riso e as lagrimas: aquelles que se rirão, e principalmente aquelles que uma vez choráram juntos, têm muita facilidade em fazerem-se amigos. Com effeito no fim da conversa as tres velhas estimáram-se mutuamente de uma maneira irrevel.

Se esta facilidade de expansão, de effusão espontanea de amizade, não fosse acompanhada da grande facilidade dos rompanmentos e das intrigas, seria uma das grandes virtudes daquelle tempo. Porém as sympathias que se creavão em uma hora de conversa transformavão-se em odio a um minuto de desavença.

Enquanto as velhas conversáram, os contendores acalmáram-se, passou a tormenta, e se tudo não ficava logo acalmado, ficou pelo menos esquecido por algum tempo. Leonardo achava-se já disposto a attender ás supplicas de Vidinha e das outras moças que o não querião por modo algum sair de casa: os dois rivaes derrotados parecião resignar-se.

Quando terminou a conferencia das tres, a comadre entendeu que era chegada o momento de chamar a pro-garção ao Leonardo, e o fez nestes termos:

— Rapaz das trezentas dezoas, valhão-te os seraios... tu tens nessa calçada pedras em vez de miolos; o sol não cobre a ventura mais rezegala do que tu. És um vira-umulo; andas trito um vadiovisos, sem eira nem beira nem ramo de figueira, sem officio nem beneficio, sendo pesado a todos nesta vida...

— Se é cá comadeco que falla, aculliu uma das velhas, deixes-o estar aculle esta que está muito bem.

— Qual! acullora, pois se vem levantar poeira na casa alheia! é um gallo de brigas.

— Ora isso é lá cousa entre rapazes e capangas; deixalos que elles se arranjarão, redarguiu a velha.

Ingenuidade infantil das velhas daquelle tempo!

A comadre ia proseguir, porém sendo a cada passo interrompida, tomou por seu barato dar a cousa por linda. Retirou-se, ficando convencido que Leonardo permaneceria onde estava.

Vidinha ficou contentissima com semelhante resultado; os primos porém fizeram má cara, porque tal não esperavão, e era isso sobretudo o que os acalmava um pouco. Desde porém que virão que tudo ia continuar no mesmo pé, renascen-lhes o despeño. Atravão algumas indirectas, com as quaes ia tudo pegando logo novamente; porém contiverão-se ainda; um delles chamou o outro em particular, e começãram tambem por seu turno a conferenciar, porém em segredo. Não havia na sua mais natural: o inimigo era commum, juntavão-se para atacá-lo; depois que elle fosse derrotado, a questião se decidiria então entre os dous.

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXV.

TRIUMPHO COMPLETO DE JOSÉ MANOEL.

Depois desta ultima conferencia serenou tudo definitivamente ; cada qual recolheu-se a seu posto, e passaram-se muitos dias em santa paz. Durante esses dias mais se estreitaram os laços entre Leonardo e Vidinha. E' sempre assim que succede : quereis que nos liguemos estreitamente a uma coisa ? Fazei-nos soffrer por ella. Os dous unhão soffrido um pelo outro, e era isto uma forte razão para se amarem cada vez mais.

A comadre vinha regularmente ver o ailhado e visitar suas novas amigas.

Tudo parecia entim nos seus eixos naturaes ; porém os dous primos tramavam, e tramavam largamente. Ninguem porém atinava com o que seria.

Leonardo passava vida completa de valio, mettido em casa todo o santo dia, sem lhe dar o menor abalo o que se passava lá fora pelo mundo : o seu mundo consistia unicamente nos olhos, nos sorrisos e nos respueiros de Vidinha.

Um dia forjaram uma patuscada semelhante á que dera origem ao conhecimento do Leonardo com a familia. Devião sahir de madrugada para fóra da cidade e passarem lá o dia. Preparou-se tudo : cestos de comida, esteiras e mais arranjos. Vidinha mandou encordoar de novo sua viola ; avisaram-se os convidados do costume.

A' hora aprazada partirão.

Quem estivesse menos distraído pelo prazer da patuscada do que estava qualquer dos surtantes notaria que os dous primos deixavam-se de vez em quando ficar atrás, e cochichavam como se tramassem uma conspiração. Ninguem porém dera attenção a semelhante cousa.

Chegarão ao logar determinado ao romper do dia. Apenas começavam a preparar-se para o almoço, virão surgir, ninguém soube bem de onde, a figura alta, magra, severa e sarcástica do nosso celebre major Vidigal. Correu por todos um signal de pouco contentamento, excepto pelos primos que trocaram entre si um olhar de intelligencia e de triumpho.

Os olhos de Vidinha dirigiram-se instinctivamente para Leonardo.

O major Vidigal deixou passar o primeiro momento de surpresa, e depois, sorrindo-se, disse, como costumava, com sua voz descansada :

— Não tenham medo de mim, que não sou nenhum papa-crianças ; nem eu venho desmanchar prazeres de ninguém. Quero só saber quem é aqui o amigo Leonardo.

Vidinha fez logo cara de choro. Leonardo levantou-se sem saber como, e disse todo tremulo :

— Sou eu....

— Ora vejão, respondeu o Vidigal em tom de mofa, eu não sabia !... Pois meus amigos, não se assustem que o caso não foi para tanto : um sucio de menos n'uma patuscada não faz falta nenhuma. Este amigo vai conosco. Se elle puder, voltará em breve... mas creio que já não chegará a tempo para acabar a patuscada.

— Qual, meu Deus ! mas porque é então isto ? que mal é que elle fez ?

— Elle não fez nem faz nada ; mas é mesmo por não fazer nada que isto lhe succede. Leva, granadeiro.

E um dos granadeiros com que viera o major acompanhado foi tratando de conduzir o Leonardo. O Vidigal seguiu-os tranquillamente, sem alterar o passo, e dizendo pallidamente :

— Adeus, minha gente.

Vidinha desatou a chorar, exclamando :

— Foi malsinação !

— Foi malsinação, repetirão todos, menos os dous primos.

A sucia levantou-se.

Era um salubro de tarde ; em casa de D. Maria havia uma luzinha luminosa ; andavam as crias e mais escravos de dentro para fora ; espantava-se a sala ; arrumavam-se as cadeiras ; corriam, saltavam, gritavam.

A duca da casa trajava fira do ordinario, um terno velho de casa da India bordado a fio de prata, de corpinho muito curto e mangas de um tal e o corcino. Seja dito de passagem que a prada de bordado estava já um tanto murcha e o mais do vestido um tanto coradido. Trazia ainda D. Maria um pentado de demodida altera, um formidavel par de redilhas de criolitas nas orlas, uns dez ou doze anéis de diversos tamanhos e fittos nos dedos.

Luizinha trajava igualmente um vestido que qualquer menos entendido na materia arcaria ser lito legitimo do de sua tia ; trazia por cima mais um tocado de plumas brancas na cabeça e um ruorio de ouro na cintura. — Acabavam de sair as duas sem se prepararem do quarto de vestir, quando sentiu-se rular uma carruagem e parar na porta da casa. Luizinha estremeceu ; D. Maria levou o laço aos olhos, e tirou um pouco tempo mullado de lagrimas.

— Edá ali a carruagem, gritou uma das crias que estava de sentinella á janella.

A carruagem era um formidavel, um monstruoso machucado de ouro, balançando-se precarosamente sobre quatro desmesuradas rodas, e hein capaz de servir de armazem onde se guardasse a commoda dous ou tres destes carros fiacres modernos. Não parecia cominha muito nova ; e com mais 10 annos de vida poderia muito bem, segundo Nicoláo Tolentino, entrar no numero dos restos infelizes do terremoto.

Mal tinha este trem parado á porta quando sentiu-se o rular de outro que veio parar junto delle. O que dissemos a respeito dos vestidos de D. Maria e sua sobrinha pôde perfeitamente applicar-se aos dous trens ; o segundo parecia filho legitimo do primeiro. No ultimo que chegara aprou-se José Manoel e entrou em casa de D. Maria, por quem foi recebido.

E' inutil observar que a vizinhança estava toda á janella e observava todo aquelle movimento extraordinario com olhos regalados pela mais desabrida curiosidade.

José Manoel trajava casaca de seda preta, calções da mesma cor e fazenda ; trazia meias tambem pretas e sapatos de entrada baixa, ornados com fitas de prata quadradas de tamanho enorme, espadim e chapéo de pasta.

Acompanhavam-no dous amigos do mesmo teor. José Manoel estava com um ar entre empungido e triunphante, e desfazia-se em misuras para D. Maria.

Depois de tudo isto quer ainda o leitor que lhe declaremos que a sobrinha de D. Maria casava-se naquella tarde com José Manoel ?

Chegou o momento da partida : Luizinha, conduzida por D. Maria que lhe ia servir de madrinha, embarcou no tal pedaço da arca de Noé, a que chamamos carruagem ; José Manoel, acompanhado por quem lhe ia servir de padrinho, fez outro tanto, e partirão depressa para a igreja ; e fizeram bem em partir depressa, porque se se demorassem alguns minutos, corrião o risco de serem devorados pelas ollas dos vizinhos.

Apenas cessou a bulha do rular das carruagens, começaram estes ultimos em conversa realhada, que se resumia pouco mais ou menos no seguinte :

— Senhora, dizia uma sujeita que morava junto de D. Maria para outra que morava defronte, o tal moço poderá ser tua coisa, mas não dou nada pela cara delle.

— E a noiva ?... respondia a outra ; arrenego tambem da lambisgoia...

— E o filho do Leonardo ficou vendo estrelas...

— Por força ; venceu este outro sujeito porque é um fiaoio de contias.

— Se a velha deixar tudo á sobrinha, não é mau arranjo.

— De certo; pois não sabe que o defunto marido della era um homem que viajava para a Índia?

E assim continuáram até a volta das carruagens.

Agora devemos ao leitor algumas explicações a respeito do triumpho de José Manoel. Depois das boas obras do mestre de reza, de que os leitores já foram informados, José Manoel reabilitára-se completamente junto de D. Maria; tornára a frequentar a casa, e foi pouco a pouco pondo barro á sua parede. Um successo inesperado veio ajuda-lo com a maior efficacia. O testamenteiro do finado irmão de D. Maria, do pai de Luizinha, que já tinha tido com D. Maria, como talvez se lembrem os leitores, uma demanda por causa desta ultima, surdiu de repente com uma nova probanda a respeito de uma pontinha de testamento, e D. Maria teve de entrar ainda com elle em uma luta judicial. Deu-se ainda uma outra circumstancia, e foi o ter morrido a pouco tempo o procurador de D. Maria, José Manoel, que soube disto, offereceu-se para ser o procurador da causa. Foi aceite, e com tanto feito arranjou tudo que em muito pouco tempo, como que procurador nenhum teria feito, venceu a demanda em favor de D. Maria.

Ora os leitores não estão lembrados da mania que tinha D. Maria por uma demandazinha: atirava-se a ella com vontade, e foi era o empenho que empregava na mais insignificante questão judicial, que parecia ter em jogo sua vida em tais casos. Daqui se poderá concluir a satisfação que teria ella no dia em que se achava vencedora, e como se não julgaria obrigada a quem lhe proporcionasse a victoria.

José Manoel aproveitou-se disto, e no dia em que veio ler á D. Maria a sentença final que resolvia a pendencia em seu favor, pediu-lhe a mão da sobrinha, que lhe foi prometida.

Luizinha estava na mesma occasião em um daquelles períodos de abstracção que o testamento e a falta de um objecto qualquer em que se descarregue uma porção do sentimento que lhe serve no coração costumam produzir nos rapazes, e principalmente nas raparigas que ainda se não acham por aquella estrada árdua que leva dos 13 aos 25 annos.

Ora, como sabem os leitores, o Leonardo tinha abandonado a Luizinha... e ella acceitou portanto indifferentemente a proposta de sua tia.

CM, 13/03/2853

Pacotilha nº 111, pp. 1-2

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXVI.

ESCAPULA.

Deixemos agora os noivos gozarem tranquilos da sua lua de mel; deixemos D. Maria desfazer-se em conselhos e conselhos á sua sobrinha que recebia tudo indifferente e sem attenção para com José Manoel, cuja cabeça se tinha tornado repentinamente uma arithmetica completa, sendo toda algarismos, calculos, multiplicações, e voltamos a saber o que foi feito do Leonardo, a quem deixámos na occasião em que fôra arrancado pelo Vidigal dos braços do amor e da folia. O Vidigal tinha-o

posto diante de si, ao lado de um grnadeiro, e marchava poucos passos atrás. Enquanto caminhavam, o grnadeiro pretendia dar-lhe conversa, mas elle a nada respondia, parecendo absorto em algum plano. Quem estivesse muito attento, como estava o esparto Vidigal, notaria que algumas vezes o Leonardo parecia, ainda que muito ligeiramente, apressar o passo, que outras vezes parecia demora-lo, que sem olhar e sua cabeça voltavão-se de vez em quando, quasi imperceptivelmente para a esquerda e para a direita. O Vidigal, a quem nada disto escapava, achava em todas estas occasiões pretextos para dar signaes de si; tossia, piava mais forte, arrastava no chão um chapéu de sol com que sempre andava, como quem queria dizer ao Leonardo, respondendo aos seus pensamentos latinos que parecia adivinhar: « Cuidado, ou aqui está. » E o Leonardo entendia tudo isto ás mil maravilhas, e contrahia os labios de raiva e de impaciencia; elle queria fugir, porém o maldito maior estava alerta. Entanto nem por isso abandonava o seu plano; descuidava que ia para a casa-da-guarda, e pedia interiormente aos seus deuses que alongassem de muitas leguas as ruas que tinha de percorrer. Quando via de longe uma esquina dizia consigo: « E' agora, quebro por ali fóra e bate pernas; » porém ao chegar perto da esquina o Vidigal achava alguma coisa que dizer ao grnadeiro, e passava-se a esquina. Se lhe apparecia á direita ou á esquerda um corredor aberto, pensava consigo: « embrafasto por ali a dentro, e sumo-me; » mas no momento em que ia tomar a ultima decisão parecia-lhe sentir a mão do Vidigal que o agarrava pela gola da jaqueta, e esfriava. Não erão os grnadeiros que lhe metião medo; nunca em todos os seus planos de fuga contou uma só vez com elles; mas nesses casos o Vidigal, o cruel maior, era a quantidade constante de seus calculos. Ah! se Deus lhe tivesse dado um olho na nuca para espreitar um momento de distracção ao maldito diabo! E enquanto tudo isto se passava, o pobre rapaz suava ainda mais do que no dia em que fez a primeira declaração de amor á Luizinha: só havia na sua vida um transe a que elle assemelhava o em que se achava naquella occasião; era o que se havia passado, quando criança, naquelle meio segundo que elle levára a percorrer o espaço nas azas do tremendo pontapé que lhe dera seu pai.

Repentinamente uma circumstancia veio favorecê-lo; não sabemos por que causa ovuiu-se um grande alarido na rua, gritos, assovios e carreiras. Leonardo teve uma especie de vertigem nessa occasião; em um quarto de segundo esqueceu-se de tudo por que tinha passado, estava passando e teria de passar, e lembrou-se outra vez de tudo isso sem lhe escapar o menor detalhe: zunirão-lhe os ouvidos, escurecerão-se-lhe os olhos, e... dando um encontrão no grnadeiro que estava perto delhe, desajou a correr. O Vidigal deu um salto e esten-

den o braço para o a metter, mas apenas chegou-lhe com o punho da mão para o combater, o rapaz tinha já corrido bem; o Vidigal olhava-o em vão e não podia alcançar a rua, e elle aproveitava a occasião, o Vidigal e o grnadeiro achavam-se immediatamente em seu alcance; Leonardo aproveitava pelo primeiro corredor que se lhe abria; e no meio dos corredores chegava ao combinado atrás della e subia em tempo o primeiro lance de escadaria, e quando o haviam doado, e subia o segundo, alremente se sentia de uma cadaverina que se achava no corredor, e Leonardo safava-se dali, e de um pulo ganha a rua. Ao entrar tendo dado com aquella refugio mettê-lo dentro; o grnadeiro e o Vidigal não haviam reparado em tal com a precipitação em que entráram, e isso lhe valeu.

E' impossivel descrever o que sentiu o Leonardo quando por entre as cortinas da cadeirinha viu passar o Vidigal e subir a escada. Foi uma rapida alternancia de frio e de calor, de tremor e de immobilidade, de medo e de coragem; veio-lhe outra vez á lembrança o pontapé paterno; era o termo constante de comparação para todas as suas infellicidades.

Enquanto o Vidigal e os grnadeiros varejavão a casa em que haviam entrado, Leonardo safava-se e em quatro pulos achava-se em casa de Vidinha, que o recebeu com um abraço, exclamando:

— Qual ! ali está elle...

Um raio de alegria illuminou todos os semblantes, menos os dos dous irmãos rivaes, que ficaram horrivelmente desapontados. As duas velhas tiraram da cabeça as mantilhas que já haviam tomado para dar providencias sobre o caso. A presença do Leonarilo foi uma aura bemfazeja que espalhou as nuvens de uma grossa tormenta, que tendo começado a roncar quando Leonardo foi preso com aquellas palavras— foi malsinação — viera desabar de todo em casa, e promettia durar muito tempo.

Vidinha tendo a principio trocado com os primos algumas indirectas a respeito da prisão de Leonardo, julgara conveniente deixar-se de pannos quentes, e fôra direito a elles com quatro pedras na mão, attribuindo-lhes o que acabava de succeder.

Elles denegarão, e travarão-se com ella de razões. A principio as duas velhas estavam ambas da parte de Vidinha, porém tendo esta atirado tres ou quatro fortes de unais aos primos, a mãe destes picou-se e tomou o partido dos dous filhos : a outra velha, mãe de Vidinha, dá-se por muito offendida com esta parcialidade de sua irmã e reforça ainda mais, acompanhada dos que restavam, o partido de Vidinha. Divididos e extremados assim os dous campos, com terríveis campeões de lado a lado, facil é prever-se o que teria succedido se o Leonardo não viesse tão a tempo para acalmar tudo.

Este, tomado pelo prazer de ver-se livre, nem teve tempo de fazer recriminações aos seus inimigos ; já elle sabia com certeza quem fôra a causa do que acabava de soffrer, pois que o tinha percebido pela conversa que com elle tentara travar o granadeiro.

O major Vidigal fôra ás nuvens com o caso ; nunca um só garoto a quem uma vez tivesse filado lhe havia podido escapar, e entretanto aquelle bregeiro viera lhe pôr sal na moleira, offendê-lo em sua vaidade de bom policial e degraalá-lo diante dos granadeiros. Quem pregava ao major Vidigal um mono, fosse qual fosse a sua natureza, ficava-lhe sob a protecção, e tinham-o consigo em todas as occasiões. Se o Leonardo não tivesse fugido, e tivesse arranjado sultura por qualquer outro meio, o Vidigal era até capaz por fim de contas de vir a ser seu amigo ; mas tendo-lhe feito aquella, tinha-o por seu inimigo irreconciliavel emquanto não lhe desse desforra completa.

Já se vê pois que as fortunas do Leonardo redundavam-lhe sempre em desventuras ; e era realmente uma desventura de peso naquelle tempo ter por inimigo o major Vidigal, principalmente quando se tinha, como o Leonardo, uma vida tão regular e tão licita.

Venhamos agora o que se passou na casa em que entrara o Vidigal com os granadeiros em procura do Leonardo.

CM, 27/03/1853

Pacotilha nº 113, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXVII.

O VIDIGAL DESAPONTADO.

O major Vidigal vemto-se logrado dos urrus ; e, como já fizemos sentir aos leitores, promettou a si mesmo tomar a via viaguagem do bregeiro do Leonardo.

— Ora, dizia elle consigo, gastar eu o meu tempo nesta vida, gastar os meus minutos a pensar nos meios de dar caça a quanto vagabundo gira por esta cidade, conseguindo a custa de muitos dias de fadiga, de muitas noites passadas sem pregar olho, de muita carreira, de muito trabalho fazer-me temido, respeitado por aquelles

que a ninguém temem e respeitam, os valios e peraltas ; e agora no fim de contas vir um mequetrefezinho pôr-me sal na moleira, envergonhar-me diante destes soldados e de toda esta gente ! Agora não ha garoto por ali que em sabendo disto não se esteja a rir muito de mim, e não conte já com a possibilidade de me pregar um segundo mono como este !..

O major tinha razão : rião-se com effeito delle, e os primeiros que tal fazião erão os granadeiros. Apesar de que escravos da disciplina, empregavam os mais sinceros esforços para conjuva-lo ; e apesar de que tambem revertia sobre elles alguma gloria das façanhas do major, não puderão entretanto deixar de achar graça no que acabava de succeder, pois conhecião a presumpção do Vidigal, e repararão na cara desapontada com que elle havia ficado. Depois, apenas o major fiz pó fora da soleira da casa onde lhe tinha escapado Leonardo, uma multidão immensa que tudo havia presenciado desatou a rir estrondosamente.

— Então, Sr. major, dizia-lhe um dos da turba, desta vez — passariulo foi-se embora, deixou-me as pernas na mão.

— Sr. major, dizia outro, procure dentro dos bolsos.

— Dentro da barretina, encolava este.

— Atras da porta, repicava aquelle.

E um coro de risadas acompanhava cada um destes ironicos conselhos.

— Lá esta o bicho dentro da cadeirinha ! gritou um repentinamente.

O Vidigal, como que instinctivamente, correu á cadeirinha e aliu-lhe as cortinas.

Nessa occasião as risadas forão homericas : o major comprehendeu então qual fôra o meio por que lhe escapara o Leonardo, e deixou escapar um — ah ! — prolongadissimo que renuiu quanto despeito a quanta vergonha é possível. Entim retirou-se acabrunhado, mostrando em caricatura a cara que devia trazer Napoleão ao voltar de Waterloo.

— Se aquelles rapazes do Trem, dizia consigo ao retirar-se, que me fôão levar lá a moita do tal malandro, me tivessem avisado que elle era desta laia, eu não teria passado por esta immensa vergonha.

Por estas palavras veem os leitores que as imputações da Vidinha contra os primos tinham mais que muito fundamento. Com effeito o que se acabava de passar não era senão o resultado do ajuste que no dia da grande briga, por aquella causa que o leitor bem sabe, haviam feito os dous rivaes : tinham elles malsinado ao Leonardo. Tinhaõ id. ter com o Vidigal, e seu precisar mentir arruãrão ao Leonardo uma cama muito bem feita : era um homem sem officio nem beneficio, vivendo á custa alheia, enchendo de pernas a casa de duas mulheres velhas, a quem não tinha aproveitado a experiencia, e o que é mais, roubando a primos o amor de sua prima.

O Vidigal havia arregalado os olhos ouvindo a narração, e ficara muito agradecido aos dous rapazes pela nova que lhe levãrão : era mais um pendão que ia juntar aos louros de suas façanhas policiaes. A primeira tentativa custou-lhe porém bem caro.

Pelo caminho ia o major fazendo pouco mais ou menos as seguintes reflexões : Nada lhe seria mais agradável do que mais dia menos dia, quando ninguém pensasse em tal, acompanhado de uma escolta de granadeiros, dirigir-se á casa das duas velhas, cerca-la e pillar o Leonardo sem que lhe pudesse escapar. Isto porém repugnava ao seu orgullo offendido. Muitas vezes se tinha, é verdade, servido desse meio, porém fôra isso para poder pillar a capadocioes de longa data, tidos e havidos como tués, e velhos no officio. Não queria pois, segundo pensava, servir-se do mesmo meio para agarrar um recruta no officio que ainda agora começava. Nada, tal não faria ; não havia fazer certo, e o que é mais, não queria de modo algum o adjutorio dos granadeiros ; jurara a si mesmo que elle sózinho, sem o appollo de ninguém, havia de pôr a mão no Leonardo.

Mergulhado nestas reflexões ia o Vidigal entrando pela casa-da-guarda, para onde se dirigira, quando sentiu-se agarrado repentinamente pelas pernas, e viu a seus pés uma mulher de mantilha que chorava soluçando muito com o lenço no rosto.

— Que é isto, senhora ? deixe-me. Ora isto hoje é dia de má sina !

Continuarão os soluços por unica resposta.

— Senhora, deixa-me ou não as pernas?... Eu não gosto de carpideiras.... entende?

Soluços ainda.

— Ora não está má esta.... Se lhe morreu alguém vá chorar na cama, que é logar quente.

Redobrou o pranto.

— Vallia-me trezentos diabos!... Quando é que isto acabará?... Esta mulher acaba por atirar-me no chão....

Estava já muita gente junta na porta. Passando finalmente um pouco de tempo em silencio, quando já o major estava disposto a empregar alguma medida de rigor para ver-se livre da carpideira, esta ergueu a cabeça, e tirando o lenço da cara exclamou entre lagrimas:

— Sr. major, solte, solte por quem é a meu afilhado; solte, solte o pobre rapaz; elle é um doudo, é verdade, mas....

E os soluços lhe embargarão muito a proposito a voz. Era a comadre que, tendo sabido da prisão do afilhado, viera fazer em seu favor, ignorando que elle se tivesse evadido, aquella alicantina. A scena produziu o effeito esperado: os granaudeiros, de cada vez que a comadre dizia—solte,—desatavão a rir; tendo por boça pequena explicado tudo aos demais circumstantes, estes os acumpanhavão.

O major tomou tudo aquillo como um escarneo que o genio da vaidação e do garotismo lhe fazia: era mister que elle, para ver-se livre da comadre, que não lhe largava os joelhos, declarasse por sua propria boca, diante de toda aquella gente, que o Leonardo havia fugido! Declarou-o, e fugiu de todos aquellos olhares, em cada um dos quaes via um insulto.

A comadre, apenas ouviu a declaração, foi-se igualmente pondo ao fresco, e não pôde tambem deixar de achar graça no caso.

CM, 03/04/1853

Pacotilha nº 114, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXVII

CALDO ENTORNADO.

A comadre, tendo delvado o major entregue á sua vergonha, dirigira-se immediatamente para a casa onde se achava Leonardo, para felicitalo e contar-lhe o despesero em que a sua fuga tinha posto o Vidigal. O Leonardo contava com isso, e não se aduira do que ella lhe foi dizer; Vidilha porém a as duas velhas por entre muita praça e esmojorio derão grandes risadas á custa do major. A comadre, segundo seu costume, aproveitou o ensejo, e depois que se aborrecera de fallar no major desenvolveu um sermão ao Leonardo, no qual, algumas exagerações de parte, havia grande fundo de justiça; e tanto que até a propria Vidilha chegou a dar-lhe alguma razão quanto a alguns trechos. O humo do sermão foi a necessidade de buscar o Leonardo uma occupação, de abandonar a vida que levava, ganhar a vida, porém sujeita a outras que lhas couso a que achava a de succeder; a sanção de todas as leis que a providora impunha ao seu envite erão as garras do Vidigal.

— Haveria de afinal calhar-lhe nas unhas, dizia ella no fim de cada periodo; e então o covado e uelo te cubria tambem nas costas.

Esta idéa do covado e uelo fez brecha no espirito do Leonardo: ser soldado era naquella tempo, e ainda hoje talvez, a peor coisa que podia succeder a um homem. Promettera pois sinceramente emendar-se e tratar de ver um arranjo em que calhesse ao abrigo de qualquer capricho policial do Vidigal. Achar porém occupação para quem nunca euidou nella até certo modo, e a qual de pé para mão, não era das cousas mais facéis.

Entretanto o zelo da comadre poz-se em actividade, e poucos dias depois caltron ella muito contente, e veio participar ao Leonardo que lhe tinha achado um excellento arranjo que o habilitava, segundo ella pensava, a um grande futuro, e o punha perfectamente a coberto das iras do major; era o arranjo de servir na ueharia real. Deixante do parto o substitutivo ueharia, e attendendo só ao objectivo real, todos os interesses e o proprio Leonardo regularão os olhos como o actual da comadre. Empregado na casa real?! Oh! isso não era coisa que se recusasse; e então empregado na ueharia! essa miua inegotavel, tão farta e tão rica!... A proposta da comadre foi aceita sem pua só reflexão contra da parte de quem quer que fosse.

Como a comadre pudera arranjar semelhante coisa para o afilhado, é isso coisa que pouco nos deve importar.

Dentro de poucos dias achou-se o Leonardo instalado no seu posto, muito cheio e contente de si.

O major, que o não perdia de vista, achou-lhe dos passos, e mordem os beiços de raiva quando o viu tão bem aquartellado; só deixando a vida que levava podia o Leonardo cortar ao major pretextos para pôr-lhe a ualha mais dia menos dia.

— Se elle se emenda?! dizia prezoso o major; se elle se emenda perco eu a minha vingança... Mas.... [e esta esperanza alimenta] elle não tem cara de quem nasceu para emendas.

O major tinha razão: o Leonardo não parecia ter nascido para emendas. Durante os primeiros tempos de serviço tudo correu ás mil maravilhas; só algum mal intencionado poderia notar em casa de Vidilha uma certa fatura desusada na despesa; mas isso não era coisa em que alguém fizesse conta.

O Leonardo porém parece que recebera de seu pai a fatalidade de lhe provirem sempre os infortunios dos devaneios do coração.

Dentro do piteo da ueharia morava um *toma-largura* em companhia de uma moça que lhe cuidava na casa, etc. A moça era bonita, e o *toma-largura* um machucado talhado pelo molde mais grotesco; a moça fazia pena a quem a via nas mãos de tal possuidor.

O Leonardo, cujo coração era compadecido, teve, como todos, pena da moça; e apressou-se a dizer, a sua pena era tão sincera que nem pôde deixar de despertar tambem a mais sincera gratidão do objecto della; quem pagou o resultado da pena de um a da gratidão da outra foi o *toma-largura*. Vidilha t-nt em lá por casa começou a estranhar a assiduidade do novo empregado na sua repartição, e a notar o que que fosse de emorrecimento de sua parte para com ella.

Um dia o *toma-largura* tinha sabido em serviço; ninguém esperava por elle tão cedo; erão 11 horas da manhã. O Leonardo, por um daquelles milhores de calculhos que existem na ueharia, tinha ido ter á casa do *toma-largura*. Ninguém porém penso que foi para mãos suas. Pelo contrario era para o flu muito louvavel de levar á pobre moça uma sifella de caldo do que lhe pouco fora mandado a el-rei.... obsequio de reapregado da ueharia; não ha aqui nada de censuravel. Seria entretanto muito digno de censura que quem recebia tal obsequio não o procurasse pagar com um extremo de civildade; a moça convidou pois ao Leonardo para ajulala a tomar o caldo; e que grosseiro seria elle se não aceitasse tão bello offerecimento? Aceitou.

De repente sente-se abrir uma porta; a moça, que tinha na mão a sifella, estremece, e o caldo entorna-se.

O *toma-largura*, que acabava de chegar inesperadamente, fôra a causa de tudo isto. O Leonardo, vendo aquillo, correu precipitadamente pelo caminho mais curto que encontrou; sem divida em busca de outro caldo, uma vez que o primeiro se tinha entornado. O *toma-largura* corre-lhe tambem ao alcance, sem divida para pedir-lhe que trouxesse desta vez quantidade que chegasse para um terceiro.

O caso foi que dali a pouco ouviu-se lá por dentro barulho de pratos quebrados, de movels atirados ao chão, gritos, alarido; viu-se depois o Leonardo atravessar o piteo da ueharia á carreira, e o *toma-largura* voltar com os galões da farda arrancados, e esta com uma aba de menos.

No dia seguinte o Leonardo foi despedido da ueharia.

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XXXII.

CIUMES.

No dia seguinte já o Vitiual sabia de cór e saltadê tudo quanto havia succedido ao Leonardo, e pôs-se alerta, pois que a occasião era opportuna.

O Leonardo entrára para a Ucharia com o pé esquerdo : a tormenta por que havia passado lá nada foi em comparação da que lhe calou nas costas, quando eu casa se soube da causa verdadeira de sua saída.

É uma grande desgraça, concordamos, não corresponder a mulher a quem amamos a uma mesma affecto ; porém não arbamos tambem pequena deventura o cahirmos nas mãos de uma mulher a quem deu na cabeça querer-nos bem detéras. O Leonardo podia dar a prova desta ultima verdade. Vidinha era ellemente até não poder mais : ora, as mulheres tem uma infinidade de maneiras de manifestar este sentimento : uma dá-lhe para chorar em um canto, e chorão ali em ar de graça diluvios de lagrimas : isto é abamente commodo para quem as tem de soffrer. Outras recorrem ás represalias, e nesse caso deslancão em continente a quem quer que orja : esta maneira de manifestação é seguramente muito agradável para ellas proprias. Outras não usão da mais leve represalia, não espremem uma lagrima, mas assim por um espaço de oito ou quinze dias, desde que desponha a aurora até que cahe a noite, resmungão um calendario de lamentações, em que entra seu pai, sua mãe, seus parentes e amigos, seu compadre, sua comadre, seu dote, seus filhos e filhas, e tudo por ali além ; isso sem cessar um só instante, sem um segundo de descanso : de maneira a deixar na cabeça do miserico que a escuta uma asuada eterna, capaz de fazer amollicor um cerebro de pedra. Outras entendem que devem affectar despozo e pouco caso ; essas tornão-se divertidas, e faz gosto vê-las. Outras enfim deixão-se tomar de um furor detrabido e irreprimivel ; pragueção, blasphemão, quebrão os frastes, rompem a roupa, espantão os escravos e filhos, descompõem os vizinhos : esta é a peor de todas as maneiras, a mais desesperadora, a mais economica e tambem a mais infructifera. Vidinha em seus ciumes gostava desta ultima manifestação.

Apenas pôs, como ha pouco diziamos, se verificou a verdadeira causa da saída do Leonardo, desahou um temporal que só terá semellante ao que ha de proceder ao aniquilamento do globo. Depois de gritar, chorar, maldizer, blasphemar, ameaçar, rargar, quebrar, destruir, Vidinha parou um instante, conceitrou-se, meditou, e depois, como tomando uma grande resolução :

— Minha mãe, disse dirigindo-se a uma das velhas, quero a sua mantilha....

— Filha de Deus, acudiu a velha, que desatino é esse ?... onde é que ldes agora de mantilha....

— Eu cá sei onde vou.... quero a sua mantilha.... tenho dito.... quero a sua mantilha....

Forão todos reunindo-se em roda de Vidinha, sorprendidos por aquella resolução.

O Leonardo estava sentado ou antes encolhido a seu canto, quedo e silencioso.

— Quero a sua mantilha, minha mãe ; quero, e quero....

— Mas para onde ldes, rapariga ?... Ora, meu Deus !... isso foi cousa que vos lizerão....

— Quero ir á Ucharia....

— Jesus !...

— Quero ir... que me importa que seja casa do rei ?... hei de ir... hei de procurar a tal toma-largura... quero fazer-lhe cá duas perguntas... e, ou o Meniuo-Jesus não é filho da Virgem, ou na tal Ucharia não fica hoje cousa sobre cousa.

— Que lincura, rapariga.... que desatino !...

Os dous primos rião-se interlormente do que se estava passando.

... Não ha cousa mais eminentemente prosaica do que uma mulher quando se enfurece. Tudo quanto em Vidinha havia de requebro, de languidez de voluptuosidade tinha desapparecido ; estava feia, e até repugnante.

Ninguem houve que a pudesse desviar do seu proposito : ella foi tomando a mantilha e dispondo-se a sahir ; rugos, choros, nada a pôde conter.

O Leonardo viu que o caso estava mal parado, e tendo estado até então calado, decidiu-se tambem a pedir a Vidinha que não sahlse. Foi, como se costuma dizer, pelo a emenda que o coneto.

— Qual !... responde Vidinha... essa agora é que havia de ser lonta... Qual ! pois eu não hei de sahir ?... Tinha que ver... então por pedido do senhor ? Ora qual....

E foi sahindo.

Comçava a annoitecer.

A gente de casa ficou toda na maior afflicção ; ninguém sabia o que se havia de fazer. O Leonardo tomou a resolução de acompanhar Vidinha a ver se a detinha em caminho.

Vidinha caminhava tão depressa que a principio o Leonardo quasi que a perdia de vista ; finalmente conseguiu alcança-la, e começou a pedir-lhe que voltasse, fazendo as maiores promessas de comedir-se dali em diante, e de lhe não dar mais motivos de desgosto. Vidinha porém a nada attendia, e caminhava sempre. O Leonardo recorreu a ameaças ; Vidinha redobrou a passos ; voltou de novo a rogaltras ; Vidinha caminhava sempre.

Já estavam no largo do Paço : Vidinha, chegando quasi a correr, deixou o Leonardo umas poucas de braças atrás de si, e entrou muito adiante delle pelo portão da Ucharia a dentro, e desapareceu. O Leonardo parou um instante a resolver-se se entraria tambem ou não. Finalmente decidiu-se a entrar. No momento em que ia transpondo a soleira do portão, voltou repentinamente, e lá disparando uma carreira : uma mão magra, mas vigorosa, o deteve agarrando-o pela gola da jaqueta : era a mão do major Vidigal, com quem elle havia sahido ao querer entrar, e de quem pretendia fugir. Vendo que lhe seria inutil qualquer tentativa, porque ali perto havia guarda, o Leonardo resignou-se. O major ellou para elle saltando uma ri-dicha maligna, dizendo-lhe apenas muito pausada e desazadamente.

— Ora vamos....

O Leonardo entendeu bem a significação daquellas duas palavras, e caminhou ao lado do major, na direcção que este lhe indicava.

CAPITULO XL.

FOGO DE PALHA.

Deixemos o Leonardo seguindo seu destino acompanhado do major Vidigal, e vamos ver o que se passou na Ucharia depois de sua prisão. Vidinha indagou aqui, indagou ali, e lá entrou como um raio pela casa do toma-largura. A noça do caldo, achando-se nessa occasião descuidada, soffreu um grande susto com a chegada de Vidinha, que, conhecendo por instincto ser aquella a causa de seus males, foi largando a mantilha sobre uma cadeira e investindo para ella.

— Venho aqui, disse, para lhe dizer mesmo na cara que vim. é uma creatura sem sentimentos....

A moça, não podendo atinar com a significação daquillo, ficou pasma e sem saber o que Lavia de responder.

Vidinha proseguiu :

— Não tem sentimentos, digo-lh'o eu, e ninguém me lha de desdizer.

— Vamos ver que diabo de historia é esta, bradoo uma voz de estentor.

Era o toma-largura, que achando-se em casa naquella occasião, e tendo ouvido as duas primeiras apostro-

— Aquello rapaz appareu um mês dia, disse elle, ou então aquillo é como que lhe morreu; do contrario não pôde ser....

E por-se logo a caminho a procurar o soldado. Na comadre estavam fundadas todas as esperanças; ninguém duvidava que apenas elle se puz — e na rua promptamente se saberia o de-lhe de Leonardo. Esperarão-os todos, porque nem a propria comadre foi capaz de dar com elle, por tão bom camuflado e tinha levado o major. Passarão muitos dias na mais completa ignorancia a respeito do seu fim; e começaram desde então a apparecer suspeitas de que elle proprio teria talvez interesse em occultar-se, e de que era esta a causa por que aliada o não haviam descoberto. Estas suspeitas tornáro-se logo, e uma certa indignação começou a apparecer em toda a familia contra semelhante proceder. A indignação cresceu e tornou-se repentinamente proporção do odio interno, até da parte das proprias duas velhas.

Realmente, a ser verdade o que pensavam, não haveria ingratitude mais negra do que a de Leonardo para com aquelle que tão benignamente o acolhera. Nas inventivas a cada momento dirigidas contra elle, Vidinha tomava sempre o primeiro lugar, e tinha razão para isso; além de ter contra elle as razões que tinham todos os outros, tinha ainda o despeito do amor offendido. Em certos curações o amor é cego, tudo quanto tem de torpe, de delicado, de bom, desaparece depois de certas provas, e transforma-se n'um intoleravel odio.

Uma cura singular notára Vidinha desde que fôra a Utiaria, e é que não se passava depois d'isto um mí dia em que ella não viesse pelo menos duas vezes o *Toma-Largura*. Tinha ella humilde a familia, e já todas o conheciam. A primeira vez incommoda-se-a, e tanto mais que elle não passava uma só vez que lhe não tirasse o chapéu com ar desahado; por isto lhe semelhante com uma prova de desahado feita de sempre a mãe tarde começou a suspeitar que aquelle pinguim occulto e aquelle cumprimento devião por força ter alguma explicação.

Acabou que uma das velhas, a mãe de Vidinha, confidenciosamente não ter achado o *Toma-Largura* mal apertado, e esta idéa passou a toda a familia. Um dia uma das velhas achando-se á janella com Vidinha, na qual ella em que passava o *Toma-Largura*, disse entre dentes, e como que indifferentemente:

— Se fosse meu filho, bem sabia eu cá o que havia de fazer....

Vidinha, se bem que não podia esquivar-se de aquelle dito, não deixou contudo de dar-lhe o cumprimento e de tomar nelle por algum tempo.

No dia seguinte a mesma velha chamou-a para a janella á hora do dia antecedente; e o *Toma-Largura* passou como sempre, e fez o seu cumprimento. A velha disse nessa occasião, como cumprimentando seu pensamento da véspera:

— Ora, eu pregava um pouco ao tal Leonardo.... e colla isto que era bem preciso, por ser ao mesmo tempo aos dois, a elle e a ella.

Leu na intimidade do pensamento da velha, com a mesma liberdade da contadora de histórias, disse-lhe o leitor, que o não tiver adivinhada, que aquelle — elle — referia-se á moça do soldado.

Dada esta explicação, os leitores pontipicados entenderão sem duvida em que con-leito e como que a velha pregava ao Leonardo.

Vidinha, que nada tinha de pontos lateraes, comprehendendo tudo de mil maravilhas, e com tanto mais fidelidade, digame-lhe aos leitores, quando talvez que o pensamento da velha correspondia a seus proprios pensamentos. Repetirão-se depois d'isto mais algumas indirectas da parte da velha, e Vidinha chegou finalmente a explicação.

Prepararamos aos leitores cartas de visitas, e dir-lhes que o resultado de tudo aquillo foi ver-se, poucos dias depois, o *Toma-Largura* no caso de Vidinha fazendo uma visita á familia [...]

As visitas continuáram, e pois vidinha começou a ouvir-se um rumor que tinha tanto de malvoso como de verdadeiro.

Estavão as coisas neste pé. A paz tinha sido restituida á familia. Não sei qual propoz que se entrassem a reestabelecimento do soco e as novas venturas com uma

sucia para fóra da cidade. Effectuou-se o effeito pensamento. Por uma sing- l- tando esculhido para topur da petacada es — Calceiras, — e a familia tinha feito coincidentemente com o Leonardo.

O *Toma-Largura* fôra convidado, não podia deixar de sê-lo, porque era elle um dos motivos da festa. Instigantemente porém tinha elle um defeito: no estado ordinario costumava beber excessivamente; quando tinha algum motivo de alegria costumava beber a dôa, e quando isto occedia da vez-lhe para valente e amoroso. Disto resultou que no meio da noite, na occasião de jantar, deu-se por offendido, não sabemos porque, e começou a praguejar nas costas da esposa que servia de mesa, e fazer voar sobre a cabeça das convivas pratos, garrafas, copos e tudo o mais. Os dois primos querião contê-lo, mas não o conseguirão: Vidinha chorava, arvelhas em maliziação; uma tentavão reestabelecer a paz, e outros augmentavão a desordem. Retrava por consequencia uma algazarra infernal.

Quando menos o esperavão, vio-se ouvir d'entre as montes o major Vidigal faciliado um circulo de grana-deiros que partião de sua esquerda e de sua direita, e que encerravão toda a sociedade.

Já — Segura aquelle homem, grana-deiro, disse o major a um dos seus soldados, apontando para o *Toma-Largura* que se achava em pé camuflado, tendo n'uma mão um balão em que viera a farinha, e na outra uma garrafa com que ameaçava os circumstantes. A ordem do major o grana-deiro hesitou; toda a familia, reunindo-se em um grupo, eulou um grito de espanto espontaneo para o soldado.

— Então! replicou o major vendo aquelle hesitação. O grana-deiro deu um passo para o *Toma-Largura*.

— Devagar com a louça, camarada, bradou elle; lembre-se que ainda não ajustámos contas a respeito daquelle caldo....

O *Toma-Largura* acabava de reconhecer no grana-deiro o novo amigo Leonardo, como toda a familia o tinha reconhecido apenas elle appareceu. Era com effeito elle.

CM, 16/05/1853

Pacotilha nº 120, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLII.

O GRANADEIRO.

Estavão pois as contas ajustadas completamente entre o Leonardo e o *Toma-Largura*; havião-se vingado um do outro: o ultimo golpe na luta competira dar ao Leonardo; elle abençoou o acaso, e mesmo o major Vidigal, por lhe ter fornecido occasião de ir arrancar dos labios de seu rival a tara da ventura. Até quasi que estimou que lhe tivessem sentado praça; e bem dissemos nós que para elle não havia fortuna que não se transformasse em desdita, e desdita de que lhe não resultasse fortuna.

O *Toma-Largura*, como dissemos, fôra levado pelo Leonardo; e os leitores, familiarisados com o destino que tinham todos os prisioneiros do major Vidigal, adivinhão já que lhe indicáram o caminho da casa da guarda no largo da Sé. O estado em que elle se

achava não permittiu porém que o levassem até lá. Os vapores que do estomago lhe tinham subido á cabeça forão-se pouco a pouco condensando, e em meio do caminho pesavão-lhe sobre o cerebro como vinte arrobos; a cabeça, não se podendo manter, abandonou-se ao tronco, que, achando o peso excessivo, quiz appellar para as pernas; estas porém não erão mais fortes, e, curvando-se tremulas e bambas, derão com o valentão de ainda ha pouco estirado na calçada. Os soldados não o puderão levantar, porque era elle, como dissemos a principio, de uma corpulencia collossal. Foi mister pois abandonar a presa: o major não teve grande difficuldade nisso, primeiro, pelo trabalho que daria qualquer outra resolução, segundo, porque se bem que da ultima classe, sempre era o *Toma-Largura* gente da casa real, e nesse tempo tal qualidade trazia consigo não pequenas immuniidades.

O Leonardo tentou ainda alguns meios para que lhe não escapasse assim sem resultado mais estrondoso a primeira presa que fazia, pois era isto de máo agouro para o seu futuro militar: mas tambem sua mais bella vingança estava tomada.

Ficou pois o *Toma-Largura* abandonado na calçada.

Satisfaçamos agora em poucas palavras a curiosidade que tem sem duvida os leitores de saber o como chegára o Leonardo á posição em que se achava. Agarrado pelo major na porta da Ucharia, como se sabe, fôra por elle em pessoa conduzido a logar seguro, donde só sahira para sentar praça no Regimento Novo. Todos os batalhões que havia na cidade tinham uma companhia de granadeiros, e havendo uma vaga na companhia do Regimento Novo, fôra o Leonardo escolhido para preenchê-la. Sabendo disto o major, reclamou-o para seu serviço (porque era dessas companhias de granadeiros que se tiravão soldados para o serviço policial), pois como homem experimentado naquellas cousas, presentira que elle lhe seria um valioso auxiliar. Até um certo ponto o major não se enganou; com effeito o Leonardo, sendo naturalmente astuto, e tendo até ali vivido n'uma rica escola de vadição e peraltilismo, deveria conhecer todas as manhas do offirio. Havia porém uma circumstancia que o impedia de prestar bons serviços, e era que com elle proprio, com suas proprias façanhas, tinha muitas vezes o major de gastar o tempo

que lhe era preciso para o demais. O poder dos habitos adquiridos era nelle tal, que nem mesmo o rigor da disciplina lhe servia de barreira.

Contemos a primeira diabrura que lhe lembrou praticar depois que vestiu farda, e que foi tanto mais sensivel quanto a principio se mostrára elle um soldado por tal maneira sisudo que ia quasi adquirindo reputação de rigido.

Os gaiatos e suciantes da cidade, a quem o major Vidigal dava constantemente caça, lembrárão-se de immortalisar as suas façanhas por qualquer meio, e inventárão um fado com o seguinte estribilho nas cantigas — *Papai lélé, seculorum*.

Nesse fado a personagem principal representava o major que, figurado morto, vinha estender-se amortalhado no meio da sala; as demais personagens vinhão depois cantar-lhe em roda cantigas allusivas, que terminavão todos pelo estribilho que acima indicámos. O major, que disto soubera, andava em busca de uma occasião opportuna para tirar destorça de semelhante gracejo, que dava a entender qual era, a seu respeito, o desejo dos que o tinham inventado. Teve um dia denuncia que n'uma casa do morro da Conceição se preparava para essa noite um rigoroso — *Papai lélé*, — e dispoz as cousas para pillar os da roda em flagrante.

A hora opportuna mandou dous ou tres granadeiros adiante, cada um por sua vez, para examinar que o havia, tendo combinado primeiramente um signal positivo e outro negativo para indicarem uns aos outros se havia ou não occasião e motivo de dar o assalto: estes signaes o grana-deiro que devia approximar-se mais da casa communicaria ao que lhe licasse immediato; este passaria adiante, o outro faria o mesmo até chegar ao logar em que estava o major: era um verdadeiro systema de sentinellas avançadas, como se se tratasse de uma grande campanha. No caso de ser dado o signal positivo marcharião todos vagarosamente, e se reunirião para o assalto: dado o signal negativo, dispersar-se-hião em silencio (porque um dos maiores caprichos do major era nunca mostrar que havia sido logrado). Ao Leonardo coube a incumbencia de ser a vedeta mais proxima ao inimigo, e de dar o primeiro signal. Marchou pois adiante, e os companheiros postárão-se á espera. Esperárão por longo tempo, e cansárão de espe-

rar ; finalmente, quando já se ião dispondo a contravir ás ordens e abandonar o posto para procurar o Leonardo, ouvirão tres vezes seguidas um longo assovio, que era o signal negativo convencionado. Em virtude disto dispersárão-se exasperados, e forão depois reunir-se ao major enbaixo da ladeira do morro, no logar que dá para a entrada do Aljube. Ahi reunidos esperarão muito tempo pelo Leonardo sem que elle apparecesse. O major principiou a scismar com o caso: de novo e repentinamente deu ordem de subir o morro. Subirão com effeito, e marchando desta vez o major adiante, forão ter á casa indicada. Com surpresa de todos, apenas se forão approximando virão luzes e ouvirão o zum-zum das violas e a toada das cantigas. Fervia dentro o fado rigoroso. Sem necessitar grandes precauções, porque todos parecião entregues á maior segurança, cercou o major a casa, e apanhou tudo, como se costuma dizer, com a boca na botija. Estava-se exactamente no ponto solemne da cerimonia.

Achava-se a personagem que representava o *Papai* amortalhado em um lençol, com a cabeça coberta, deitado no chão, e a chusma em roda a cantar e a dansar.

Quando o major bateu, e foi entrando, acompanhado da sua gente, ficou tudo gelado de medo: o sugcito que se achava amortalhado teve um grande estremeção, e ficou depois immovel, como se fosse de pedra, representando com mais propriedade, do que talvez desejasse, o papel de morto. Segundo seu costume, o major fez continuar por um pouco a brincadeira em sua presença, e depois começou a indagação das occupações de cada um, e, conforme o que collhia, os foi mandando embora, ou pondo de parte, para lhes dar melhor destino. Durante toda esta scena, que levou seu tempo, o amortalhado deixou-se ficar immovel, na mesma posição, com a cabeça coberta. Corrida toda a roda, disse-lhe o major:

— Olá, camarada da mortalla, então devéras você quer que o levem dahi para a cova?

Nem um movimento em resposta.

— Ah! está morto; perdeu a falla; é natural.

Silencio profundo.

O major fez signal a um dos granadeiros, que tocou no sujeito com a ponta do camarão; nem assim porém elle sequer moveu-se.

A um novo signal do major o granadeiro desandou-lhe uma tremenda lambada. Resussitou com isso o morto, e poz-se de um salto em pé. Procurou porém avaliar-se por uma janella, conservando sempre a cabeça coberta: os granadeiros porém segurárão-no, e o major disse-lhe:

— Homem, você por estar morto não tenha tanta pressa de ir para o inferno: falle primeiro com a gente.

E tirando-lhe o panno da cara accrescentou:

— Ora vamos ver a cara do defunto . . .

Um grito de espanto, acompanhado de uma gargalhada estrondosa dos granadeiros, interrompeu o major. Descoberta a cara do morto, reconheceu-se ser elle o nosso amigo Leonardo! . . .

CM, 22/05/1853

Pacotilha nº 121, p. p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLIII.

NOVA DIABRURA.

Não sabemos se valeu ao Leonardo ser aquella a primeira occasião em que incorria em castigo, tendo até então guardado a mais rigorosa observancia de todos os seus deveres, ou se a mesma audacia do facto lhe grangeára mais as sympathias do major; o caso foi que alem das risadas, dos remos dos camaradas e dos transes da meia hora que estivera amortalhado, nada mais lhe succedeu, com espanto de todos, e principalmente d'elle mesmo: o major dera daquelle modo uma grande prova de desusada benevolencia. Ardoiu pois o Leonardo por alguns dias cabisbaixo e pensativo, como esmagado ao peso de grandes remorsos; os camaradas tiravão daquillo um partido immenso para metterem-no á bulha, e não o deixavão parar um só instante socegado na companhia.

— Elle ainda não está bem resuscitado, dizia um passando por junto d'elle.

— Qual! dizia outro, elle já não é deste mundo.

— *Papai léle seculorum*, entoavão outros em côro

A nenhuma destas cousas dava elle a menor resposta, e tinha nisso bom aviso, porque desse modo poupava aos desapiedados camaradas thema para novos remoques. Passados aquelles transe tudo foi esquecido, e as cousas entrãõ de novo em seus eixos ordinarios.

Um dia o major annunciou que tinha uma grande e importante diligencia a fazer.

Havia um endiabrado patusco que era o typo perfeito dos capadocios daquelle tempo, sobre quem ha muitos mezes andava o major de olhos abertos, sem que entretanto tivesse achado occasião de pillha-lo: era sujei inho cuja occupação era uma indiffravel adivinção para muita gente, e que entretanto andava sempre mais ou menos apatarado: tudo quanto elle possuia de mais importante era um capote em que andava constantemente embuçado, e uma viola que jámais deixava: gozava reputação de homem muito divertido, e não havia festa de qualquer genero para a qual não fosse convidado, e em satisfazer a esses convitos gastava todo o seu tempo. Ordinariamente amanheria n'uma sucia que começãra na vespera, uns annos, por exemplo: ao sair dali ia para um jantar do baptisado; á noite tinha uma ceia de casamento. A reputação que gozava de homem divertido, o que lhe proporcionava tão bellos meios de passar o tempo, elle a devia a certas habilidades, e principalmente a uma na qual não tinha rival: tocava viola e cantava muito bem molinhas, dansava o fado com grande perfeição, fallava lingua de negro, e nella cantava admiravelmente, tingia-se aleijado de qualquer parte do corpo com muita naturalidade, arremedava perfeitamente a falla dos meninos da roça, fazia milliares de adivinções, e finalmente, e eis aqui o seu mais raro talento, sabia fazer com rara perfeição uma variedade infinita de caretas que ninguem era capaz de irritar. Era por consequencia as delicias das espirituosas sociedades em que se achava. Quem dava uma sucia em sua casa, e queria ter grande roda e boa companhia, bastava sómente annunciar aos convidados que o Theotónio (era este o seu nome) se acharia presente.

Agora quanto á sua occupação ou meio de vida, que para muitos ora, como dissemos, impenetravel segredo, o major Viligal tanto

fez que a descobriu: em dias designados da semana reunia-se no solão onde certo numero de pessoas que levava ao

noite ahi mettidas: Theotónio era finalmente o banqueiro de uma certa roda de jogo. Nesta conformidade andava o major a querer pillha-lo em flagrante; e como tentava isso desde muito, sem que o pudesse conseguir, por ser sempre illudida a sua vigilancia pela troca constante que fazião os da roda dos seus dias do reunião, resolveu pôr a mão no Theotónio na primeira occasião, e servir-se depois d'elle para a captura dos outros companheiros.

Como os leitores estarão lembrados, o Leonardo-Velho, isto é, o Leonardo-Pataca, vivia com a filha da comadre; della tinha um descendente, a cujo nascimento nós os fizemos assistir. Pois apesar de haver já passado algum tempo, a criança ainda não estava baptisada. O Leonardo-Pataca, a instancias da comadre, que muito se affligia com aquella demora, determinou finalmente o dia que ella se devia fazer christã. Segundo os habitos immutaveis, havia suria por essa occasião; e, segundo a moda, foi o Theotónio convidado. O major soubera de tudo, e era exactamente ahi que o esperava, e tinha determinado pillha-lo. Para isso é que dera aos seus soldados o aviso de que arima fallámos.

Era má sina do major ter sempre de andar desmanchando prazeres alheios; e infelicidade para nós que escrevemos estas linhas estar cabindo na monotonia de repetir quasi sempre as mesmas scenas com ligeiras variantes: a fidelidade porém com que acompanhamos a epoca da qual pretendemos esboçar uma parte dos costumes, a isso nos obriga. Grande parte da vida de um certo circulo naquelle tempo consistia quasi exclusivamente em todas essas cousas que temos descripto.

A' hora ajustada chegou o major á casa do Leonardo-Pataca: como não havia o menor motivo para violencias, porque tudo corria na mais perfeita paz, o major entrou sózinho, com prévia permissão do Leonardo-Pataca, e assistiu ao divertimento. Quando elle chegou estava exactamente Theotónio em scena com as suas habilidades; e tendo esgotado já todas ellas, ia recorrer á ultima, que era a das caretas. E' preciso notar que elle não sabia só fazer caretas a capricho, sabia-as tambem fazer imitando, pouco mais ou menos, esta ou aquella cara conhecida: era isso o que fazia

morrer de riso aos circumstantes.

Estavam todos sentados, e o Theotónio em pé no meio da sala olhava para um, e apresentava uma cara de velho; virava-se repentinamente para outro, e apresentava uma cara de tolo a rir-se asnicamente; e assim por muito tempo mostrando de cada vez um typo novo. Finalmente tendo já esgotado toda a sua arte, correu a um canto, collocou-se n'uma posição que pudesse ser visto por todos ao mesmo tempo, e apresentou a sua ultima careta. Todos desataram a rir estrondosamente apontando para o major.

Acabava de imitar com muita semelhança a cara comprida e chupada do Vidigal.

CM, 05/06/1853

Pacotilha nº 123, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLIII

NOVAS DIABRURAS. [Continuação.]

O major mordeu os heijos percebendo a cachada do Theotónio; e se já tinha boas tenções a seu respeito, ainda se formou melhor naquella occasião.

As rixas continuaram por muito tempo; e elle, não podendo affronta-las impassivel, e não havendo, como já fizemos sentir, motivo justo para uma rompinen^o, achou mais conveniente retirar-se, e, pondo-se em posição conveniente, esperar que a acia se debandasse, para então convidar o Theotónio a ir fazer algumas caretas aos granadeiros na casa de guarda. Sabiu pela completamente corrido. Encontrando os seus granadeiros que tinham ficado a pouca distancia, dirigiu-se ao Leonardo, e fez-lhe sentir que querendo a todo o custo naquella noite segurar o Theotónio, temia que os de casa desconfiassem d'isso e lhe dessem escapula por qualquer modo; era-lhe pois mister uma pessoa que o fosse vigiar de perto, sem que despertasse suspeitas: essa pessoa queria elle que fosse o Leonardo.

— Sou mal visto em casa de meu pai, replicou este á proposta do major.

— E' hoje um bom dia de conciliação....

— Talvez não queirão receber-me....

— E' sua madre-lha que lá se acha?...

— Mas a filla que é uma vibora contra mim?...

— Vibora ou não ha de ir; que quando manda a disciplina.... Não quero que aquelle valdevisca ande tomanho impunemente a minha cara para original de caretas.

Os granadeiros, que conheciam o Theotónio e lhe sabiam da habilidade, comprehenderão logo que elle tinha succedido por aquelle dito do major, e desataram por seu turno a rir. O Leonardo, por aquelle appello á disciplina, com a qual não se aciava em muito bom pé de relação d'onde a noite do *papai-lhé*, venceu todas as difficuldades e repugnancia que manifestára no desempenho da missão de que o encarregára o major, e poz-se a cavallo para a casa de seu pai.

Chegou e bateu: assim que de dentro lhe perceberão as côres da farda e barretina houve um grito de medo, e por um movimento que parecia combinado (o major titula razão!) foram repentinamente apagadas todas as ve-

las da sala, e começou a ruinar uma confusão tal, que parecia haver-se travado uma luta entre todos. O Leonardo viu logo nisso uma prin^a eira contrariedade, porém não deixou de achar graça no auto que causara. Resolveu então fallar da parte de fóra para tranquillisar aos medrosos.

— Bom modo de ser recebido um filho em casa de seu pai! Para quarta-feira de trevas só lhe faltão as matracas....

A comadre que ouvira e reconhecera a voz do afilhado desatou a rir exclamando:

— Veção que logro! é o Leonardo; tragão as velas, gente: não ha novidade, que o cabo da guarda é nosso compadre.

— Aquelle brejeiro, resmoneou o Leonardo velho, sempre ha de andar a fazer das suas; veção que susto causou a toda essa gente.... O' amigo Theotónio, desça, que não ha novidade....

A' luz da primeira vela que trazião viu-se descer o Theotónio por uma porta do forro do quarto da sala onde se havia escondido.

Apenas poz o pé em terra fez logo uma careta de medo por tal fórma expressiva que houve em todos uma tremenda explosão de hilaridade. Começou a surdir gente de diversos cantos da casa, e em p^rença do Leonardo recomeçou a folia.

Algumas pessoas não deixião de estranbar e receiar a presença do Leonardo naquella occasião e naquelles trajas logo depois da sahida do major; porém a comadre a todos tranquillizou, dizendo que elle tendo obtido licença no quartel, por não estar de serviço naquella dia, viera assaltir ao baptisado de sua irmã.

— Elle é meio doudo, repelia ella a todos, mas é muito amoroso, e nunca se esquece da familia.

Leonardo confirmava esses protestos da comadre, e ia entretanto tomando parte na brincadeira, um vez que contra as suas esperanças todos o haviam recebido bem em casa. A' proporção que se ia esquentando no praver do fado e das cantigas começou o Leonardo a sentir remorsos pelo papel de judas que ali estava representando: quando olhava para o Theotónio, que desde que entrara lhe havia feito dar tão boas risadas, pungia-lhe o coração lembrando-se que elle proprio o havia de entregar ao major. Não poucas vezes lhe passou pela cabeça dar-lhe escapula avisando-o, porém a disciplina, o *papai-lhé*, vinhão-lhe á idéa, e hesitava.

Emquanto era assaltado por estes pensamentos, olhava repetidas vezes para o Theotónio, que era d'elles a causa. Este, que n'ella tinha de tolo, descontiu da cousa, e não sei por que instincto leu o que pensava o Leonardo, e poz-se em guarda.

O Leonardo repentinamente tomou sua resolução.

— Ora, adeus disciplina, disse consigo; hei de dar escapula ao homem, seja lá como fór.

E do lugar em que estava accrescentou alto:

— Ah! Sr. Theotónio, quer saber uma cousa? Pois se puzer o pé daquella porta para fóra o major põe-lhe a uulha, que para isso está elle á sua espera, e para aqui me mandou....

— O' diabo! exclamirão todos.

— Mas nada de sustos; tudo se ha de arranjar, que tenho eu boa vontade d'isso.

— Mas não te compromettas por causa d'elles, rapaz, accrescentou a comadre ao ouvido do Leonardo; ullha que o major não é de graças, e dali te púde vir mal.

— Ora, eu tenho pena d'elles só por aquellas caretas.

Juntarão-se então os dous, Leonardo e Theotónio, e juntos concertarão o seu plano de modo que este escapasse ao major, e que aquelle não ficasse compromettido.

Estava já a noite muito adiantada, ordenarão os dous que sahissem ao mesmo tempo muitos convidados, e o Leonardo, partindo adiante d'elles, foi correndo ter com o major.

— Ah! vem o bicho, Sr. major.

— Cerca, cerca, disse o major.

E cada um se dividiu para seu lado.

O major colou-se á porta de um corredor, e poz-se de olho alerta.

Veiu-se aproximando ao major um vulto esbaldado tranquilamente o estribilho de uma medalha. Quando se achou em pequena distancia o major deu um salto dando estava e seguiu-se o.

Um ai fraanizo se fez ouvir, acompanhado de um : — Me largue ! Que é isto ?

O major prestou attenção, não tendo reconhecido a voz do Theotonio, e viu que tinha segurado a um pobre corcunda, aleijado, alada em cima, da perna direita e do braço esquerdo.

— Ora va-se para o inferno, disse o major ; surra-as daqui, só pobre diabo ; tambem não sei o que andão fazendo a estas horas pelas ruas estas figuras.

O aleijado rasou-se apressadamente livre do susto, e lá foi continuando a esmoiar o seu estribilho.

Fez-se depois disto o mais profundo silencio, e o major não viu mais passar senão os convidados da patuscada, não vendo entre elles o Theotonio.

Então ardeu com o caso ; e reunindo os granadeiros disse para Leonardo :

— Elle não sahio...

— Sahiu, replicou este ; até de jaqueta branca e chapro de palha : eu o vi tomar ali para a porta onde estava o Sr. major.

— De jaqueta branca e chapro de palha ? perguntou o major.

— Sim, senhor, e de calça preta ; não o pequei porque logo vi que meo havia de escapar ao Sr. major.

— Ah ! palha, palha, remangou ; dantes marca leve... Era o corcunda, o aleijado.

— Elle sabe fazer muito bem de corcunda e de aleijado, disse um dos granadeiros ; já o vi uma vez fazer isso, que era mesmo tal e qual.

Era com effeito o Theotonio o aleijado que o major tinha esmorado.

O Leonardo ria-se de fartadão do logro que levára o major.

Não tardou porém muito tempo que lhe não amargasse aquelle prazer, vindo o major a saber que tanto aquillo se usava de combinação com elle.

Prender o Theotonio, quando o tal amigo a que nos referimos, que fóra um dos ultimos a retirar-se, encontrando a patrulha, e vendo que o Theotonio não ia no meio della, concluiu que os planos haviam sortido bem, e que o major ficára desta vez logrado. Tave por isso um accesso de alegria, e esquecendo a presença do major, correu ao Leonardo, abraçou-o, exclamando com arrebatado impeto :

— Bravo ! como esta não fazes duaz em toda a tua vida ; foi limpa ; elle ha de ficar-te obrigado disto para sempre, e eu com elle, porque sou seu amigo e teu tambem !

O Leonardo ficou estatico diante de semelhante imprudencia. O major, que já cabishaixo pensando no logro que acabára de levar, voltou-se repentinamente ; a palavra elle, proferida pelo terrivel amigo, abriu luz a seus olhos. O Leonardo foi tirado do torpor em que se achava pela voz do major a dizer-lhe compassadamente :

— Recolha-se preso ao quartel.

A esta sentença o Leonardo ergueu do fundo d'alma tudo quanto podia haver ali de despeito, de rancor, e lançou em um olhar sobre o imprudente que a havia provocado, e que ainda muito senhor de si apertava-lhe desapidadamente a mão, que parecia não estar disposto a largar tão cedo.

Deixemos agora o Leonardo, victima de sua dedicação, caminhar preso para o quartel, e passemos a outras cousas. Ha muito tempo que não fallamos em D. Maria e na sua gente. Saibão os leitores que passada a lua de mel, em que tudo forão rosas, o nosso José Manoel pusera, como se costuma dizer, as mangas de fóra, e taes cousas-fez, que em poucos mezes estava tudo de guerra aberta ; tinha-se elle com sua mulher Luizinha mudado de casa de D. Maria, e por causa de dote vai, dote vem, herança daqui, herança dali, havia-lhe D. Maria proposto uma acção por tal sorte complicada, que era de desconfiar que não bastassem para ver-lhe o fim os dias que restavão de vida á pobre velha.

Tinha-se José Manoel tornado para Luizinha um verdadeiro marido-dragão, desses que só aquelle tempo os conta tão perfeitos, que erão um supplicio constante para as mulheres. Depois que se havia mudado de casa de D. Maria, nunca mais Luizinha vira o ar da rua senão ás furtadellas, pelas frestas da rotula : então chorava ella aquella liberdade de que gozava outr'ora ; aquelles passeios e aquellas palestras á porta em noite de luar ; aquelles domingos de missa na Sé, ao lado de sua fia com o seu rancho de crioulinhas atrás ; as visitas que recebião, e o Leonardo de quem tinha saudades, e tudo aquillo enfim a que não dava nesse tempo muito apreço, mas que agora lhe parecia tão bello e tão agradável. Tendo-se casado com José Manoel, para seguir a vontade de sua avó, vantava a seu marido uma enorme indifferença, que é talvez o peor de todos os odios.

Pois a vida de Luizinha, depois de casada, representava com fidelidade a vida do maior numero das moças que então se casavão : era por isso que as Vidinhas não erão raras, e que poucas familias haviam que não tivessem a lamentar um desgostozinho no genero do que soffreu aquella pobre familia, que indo ao oratorio de pedra viera dizimada para casa, o cuja historia serviu de thema ás intrigas da comadre quando quiz pôr o José Manoel fóra do lance.

Ora é claro que tendo D. Maria ficado um pouco séria com a comadre por causa de toda aquella intriga que precedera ao casamento de José Manoel com sua sobrinha, hoje que estava com este de candêna ás avessas, se reatare agora o laço da amizade que por um pouco afrouxarão : succedia com effeito.

Um dia as duas encontrão-se na missa, tornão-se a fallar ; as desgraças do Leonardo, que fizerao thema a essa conversação, entrocetão a D. Maria, que por seu turno tambem referiu á comadre tudo quanto succedia agora á pobre Luizinha.

CM, 19/06/1853

Pacotilha nº 125, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLV.

DESCOBERTA

Ha neste mundo uma coisa ainda peor do que um inimigo, e é um máo amigo. Um dos convidados do Leonardo-pataca dizia-se muito amigo do Theotonio, e pelo exposto que o Leonardo mostrava em ditta-lo das rarras do major, pretendo desde logo pappare com elle parte de sua amizade, sem que nenhum dos dois ficasse prejudicado. Porém, logo depois de esse protesto, foi logo a primeira parte de que se estava disposto a cumprir-lo.

Enquanto se pa servio ar ditta que estavam de fazerem tãta amizade com o major, para pappare a sua amizade, logo se foi a primeira parte de que se estava disposto a cumprir-lo.

— Ah! senhora, dizia a comadre referindo-se a José ~~Maria~~ ~~parceiro que me cogitava e a quem que se não quan-~~ do via aquillo maldito; arroucho do homem, que é um valdivino estirelitas. Aquillo de levar a pobre menina a sepultura. Cuitada! hem criada e malfadada.

— Nunca pensei, creatura, nunca pensei que succedesse tal... Mas aquillo como era linorio! que palavrinhas doces! que santidade aquella! Agora, senhora, agora sou eu capaz de acreditar naquella historia da moça furtada no oratorio de pedra: elle tem bofes para tal... Mas hei de me ver vingada, oh! se heide! tão certo como estar eu aqui: os desembargadores lá estão que me dão de dar esse gosto: espero isso em Deus.

Desta conversa e do mais que se seguiu nasceu a conciliação das duas.

Quando certas amizades são uma vez interrompidas, quando soffrêrão ainda mesino um leve estremecimento, é difficil que voltem depois ao estado primitivo; com outras amizades acontece porém o inverso; os estremecimentos aproveitam, porque é facil o restabelecimento da paz, e parece que depois disto se tornão mais estreitas. A amizade que existia entre D. Maria e a comadre era deste ultimo genero. Portanto depois daquella conversa na missa, não só voltáráo as relações entre as duas ao seu primitivo estado, como se tornáráo mais que nunca solidas. Dahi não houve um só segredo entre as duas que não fosse mutuamente communicado, e ellas fizeram pacto de se ajudarem reciprocamente para dar remedio, uma aos males da sobrinha, outra ás diabruras do fillado.

O Leonardo, como dissemos, achava-se preso; fizera d'isso sciencia á madrinha, que se poz logo em alvoroço, não só pelo facto em si, como pelo generoso motivo que o havia occasionado. O primeiro passo pois que tiverão a dar as duas, D. Maria e a comadre, em virtude do seu pacto, foi tratar de alcançar a soltura do Leonardo, e livra-lo do mais que sabe Deus lhe estaria preparado.

Vamos ver como se houveráo em semelhante empenho.

CM, 26/06/1853

Pacotilha nº 126, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLVI.

EMPENHOS.

O primeiro passo que deu a comadre foi dirigir-se á casa do major a entecerder pelo Leonardo; o major porém mostrou-se inflexivel: o caso era grave, já não era o primeiro; a disciplina não podia ser impunemente offendida mais de uma vez; o castigo devia ser infallivel e grande. A comadre, que fóra cheia de boas esperanças, soube pelo major o que ignorava, o que nem mesino suppunha: o Leonardo não só ficaria por mais tempo preso, como teria de ser chibateado.... A pobre mulher, apenas lhe declarou isto o major, cahiu de joelhos, chorou, lamentou-se; tudo porém debalde. Desesperada sahio, e com a mantilha cahida, e toda em desalinho, correu, vòu á casa de D. Maria. Ao vê-la entrar naquelle estado, D. Maria ergueu-se da sua banquinha e largou a almofada da renda.

— Que tendes, creatura? que tendes! exclamou. Santo Christo! o que é? fallai!...

— Ah Sr. D. Maria do meu coração! que desgraça! respondeu a comadre: que má aia de rapaz.... Ora veja o que lhe succede por ter feito uma boa acção!... E eu que soffro e que sinto como se fosse meu filho....

E os soluços a suffocáráo.

— Falle, senhora, replicou D. Maria; falle, que me põe n'uma afflicção...

— Vai apanhar, D. Maria.... vai apanhar de chibata... elle... o Leonardo....

— Meu Deus, pobre rapaz: ora veção tudo em que den; é sina, coitado! aquelle rapaz não nasceu em hom dia; não, comadre; i-eu sou eu capaz de jurar pela salvação da minha alma.... Mas não fallou com o major? que lhe disse elle?

— Duro' como uma pedra, senhora; a nada se moveu: pedi-lhe pelas cinco diugas, pela senhora santissima... tudo em balde, tudo em vão.

— Está bom, não se afflija, comadre; ainda ha um meio que eu penso que não ha de fallar: vamos á casa *della*, que por lá é caminho certo: ella dá-se muito comigo, ha de pedir pelo moço.

— Já me tinha lembrado, disse; mas na tribulação em que vinha tornou-me a esquecer; se com ella não se arranjar alguma cousa... está tudo perdido.

Os leitores estão já curiosos por saber quem é *ella*, e tem razão; vamos já satisfazê-lus. O major era peccador antigo, e no seu bom tempo fóra daquelles de quem se diz que não derão o seu quinhão ao vigario: restava-lhe ainda hoje alguma cousa que ás vezes lhe recordava o passado: essa alguma cousa era a *Maria-Regalada* que morava na Praia. *Maria-Regalada* fóra no seu tempo uma moçona de truz, como vulgarmente se diz: era de um genio sobremaneira folgazão, vivia em continua alegria, ria-se de tudo, e de cada vez que se ria fazia-o por muito tempo e com muito gosto: dahi é que vinha o appellido — *regalada* — que havião juntado ao seu nome.

Isto de appellidos, era no tempo desta historia uma cousa muito commum; não estranhem pois os leitores que muitas das personagens que aqui figurão tenham esse appellido ao seu nome.

Dizem todos, e os poetas jurão e tresjurão, que o verdadeiro amor é o primeiro; temos estudado a materia, e acreditamos hoje que não ha que fiar em poetas: chezámos por nossas investigações á conclusão de que o verdadeiro amor, ou são todos ou é um só, e neste caso este não é o primeiro, é o ultimo. O ultimo é que é o verdadeiro, porque é o unico que não muda. As leitoras que não concordarem com esta doutrina convenção-me do contrario, se são disso capazes.

Isto tudo vem para dizermos que *Maria-Regalada* tinha um verdadeiro amor ao major Vidigal; o major pagava-lhe'o na mesma moeda. Ora, D. Maria era uma das causas mais do coração de *Maria-Regalada*. Eis-ahi porque fallando *della* D. Maria e a comadre se mostráráo tão esperanças a respeito da sorte do Leonardo.

Já naquelle tempo (e dizem que é defeito do nosso) o empulho, o compadresco, era uma moia real de todo o movimento social.

— Vai mandar apromptar a cadeirinha, disse D. Maria a uma de suas escravas.

— Vamos, senhora, vamos; que isto são os meus peccados velhos.

D. Maria apromptou-se, metteu-se na sua cadeirinha; a comadre tomou a mantilha, e partirão para a Praia: *Maria-Regalada* recebeu-as com uma boa risada.

— Que nitagre de Santa Ragraçia! que fortuna! que alegrão! O que a traz por aqui? Isto é grande novidade!

— E' novidade, sim, respondeu D. Maria; porém triste novidade.

Com as horas do estylo, que não erão muitas naquelle tempo, foi a comadre apresentada, porque não era conhecida de *Maria-Regalada*. Primeiro D. Maria, depois a comadre, contáráo, cada uma por sua parte, a historia do Leonardo com todos os detalhes, e depois de annumeros rodeios, que puzerão a arder a paciencia da ouvinte, e quasi a fazerem morrer de curiosidade, chegáráo finalmente ao ponto importante, — ao motivo que ali se levára: querião nada menos do que a soltura e perdão do Leonardo, e contavão para alcançar semelhante cousa com a influencia da *Maria-Regalada* sobre o major.

— Ora, disse esta tomando um ar de modestia, eu já não presto para nada... isso era bom n'outro tempo... agora... o Sr. major... as cousas estão mudadas, D.

Maria... depois que elle se metten na policia... nam mais, nem honrem... quem sabe o que por lá vai!... Mas enfim, D. Maria, eu não sei dizer que não temo o coração assim, e sempre o tive... no meu tempo muita gente se aproveitou disto... Eu farei o que puder; vou fallar-lhe... talvez que elle me queira attende...

— Ha de attende, ha de, respondeu a comadre; elle já não está tão velho que se tenha es quecido de todo do tempo de dantes.

— Veremos, veremos. A Sra. comadro sabe lá o que são honrem?!...

— Diga-me a mim... se sei!... acudiu esta promptamente.

— Mas então, atalhou D. Maria, o negocio requer toda a pressa, porque de um instante para outro podem chegar a farda ao corpo do pobre rapaz, e depois não S. Antonio a tira.

— Não ha de haver novidade; ainda havemos chegar a tempo, com a graça de Deus. Para maior segurança vamos todas tres daqui á casa do major, e cada uma por seu lado faremos tudo para livrar o moço.

Maria-Regalada vestiu-se a pressa, tomou a sua mantilha, e ao lado da cadeirinha em que ia D. Maria partirão para a casa do major.

CM, 10/07/1853

Pacotilha nº 128, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLVII.

AS TRES EM COMMISSÃO.

Partirão pois as tres para a casa do major, que morava então na rua da Misericordia, uma das mais antigas da cidade. O major recebeu-as do rodaquo de chita e tamancos, não tendo a principio supposto o quilate da visita; apenas porem reconheceu as tres, corrou apressado a camarinhua vizinha, e envergou o mais depressa que pôde a farda; como o tempourgia, e era uma incivilidade deixar só as senhoras, não completou o uniforme, e voltou de novo á sala de farda, como se sabe, calças de enflar, tamancos, o com o lenço de Alcobaca sobre o hombro, segundo seu uso. A comadre ao vê-lo assim, apesar da afflicção em que se achava, mal pôde conter uma risada que lho veio aos labios. Quanto ao mais, os cumprimentos da recepção passarão sem novidade. Naquelle atropellação a comadre euxergou logo um bom agouro para o resultado do seu negocio. Além disso accrescia ainda em seu favor que o major guardava na sua velhice doces recordações de sua mocidade, o apenas se via cercado por mulheres, se não era em logar publico e em circumstancias em que a disciplina pudesse ficar lesada, tornava-se immediatamente um babão, como só se poderia encontrar segundo no velho Leonardo. Se lho davão então no fraco, se lho fazião um elogio, se lho fazião uma caricia por mais estupidamente fingida que fosse, arrancavão d'elle tudo quanto quorião, elle proprio espontaneamente se offerecia para ir dando o que d'elle querião, o ainda em cima ficava muito obrigado. Comtudo, ainda que a comadre soubesse já disso com anticipação, ou o presentisse pelas apparencias, a gravidade do negocio que se tratava era tal, que nem isso

bastou para tranquillisa-lo. Dispoz-se para o ataque, ajudada por suas companhoiras, que apozor de mais estronhas á sorte do Leonardo, nem por isso se ligavão menos á sua causa. Houvo um momento de perplexidade para decidir-se quem seria o orador da commissão. O major percebeu isto, e teve assim um lampejo do orgulho por ver assim tres mulheres confundidas, atrapalhadas diante do sua alta pessoa; fez um movimento como para animallas, arrastando sem querer os tamancos.

— Oh! de tamancos e farda não está má esta, senhoras donas, cousas do velho; no meu tempo não fazia eu destas...

— D. Maria que o diga, acudiu logo a comadre reforindo-se á Maria Regalada, e querendo fazer brecha fosse por onde fosse; mas não importa; o negocio é outro.....

— E' verdade, Sr. major, o bom tempo já lá foi.

— E Deos perde o quem d'elle tem saudades, retorquiou o major rindo-se com um rugoso riso de velha sensualidade.....

— Sim, sim, tornou a Maria Regalada; mas deixe essas cousas todas para logo.....

— Ai creatura, acudiu D. Maria, que até então estivera callada, cançada talvez do numero prodigioso de misuras que fizera ao entrar; dexai cada um lembrar-se do seu tempo, isto consola; eu cá gosto bem quando acho....

— É como eu, respondeu o major; em se me tocando cá nas feridas antigas....

— Pois é mesmo por me lembrar destas feridas antigas, atalhou a Maria Regalada que venho aqui com estas senhoras donas, que o Sr. major bem conhece; o se não forão ellas cá não viera, pois o negocio é serio.... mas enfim sempre conto....

A comadre achou occasião bem apanhada, o fez com a cabeça um signal de approvação.

— Vamos lá ver o que é o tal negocio serio, respondeu o major atinando pela presença da comadre pouco mais ou menos com o que era, e fez por isso um signal duvidoso com a cabeça, ou porque se quizesse fazer de bom, ou porque realmente não quizesse abrir largas esperanças.

A interlocutora proseguiu:

— O seu granadeiro Leonardo é um bom rapaz.

O major arqueou franzindo as sobrancelhas, e repuxou os beiços, como quem não concordava in totum com aquillo....

— Não me comee já com cousas, Sr. major. Pois é, sim, senhor, muito bom rapaz, e não ha razão para ser castigado, como está para ser, por causa de uma cousa nenhuma que fez; isso não é razão, não, senhor, para se mandar tocar de chibata um moço que não é nenhum valdevinos; pois o Sr. major bem sabe que o padrinho quando morreu deixou-lhe alguma cousa, que bem lho podia estar já nas mãos, o elle por isso livre da maldita farda, a quem sempre tivo zanga (monos de uma que bem se sabe), se o tal pai que tem.... mas deixemos o pai que não vem nada ao caso....

— Já sei de tudo, já sei de tudo, atalhou o major.

— Ainda não, Sr. major, observou a comadre, ainda não sabe do mulhor, o é que o que elle praticou naquella occasião quasi que não estava nas mãos d'elle. Bem sabe que um filho na casa de seu pai....

— Mas um filho quando é soldado, retorquiou o major com toda a gravidade disciplinar....

— Nem por isso deixa de ser filho, tornou D. Maria.

— Bem sei, mas a lei?

— Ora a lei... o que é a lei, só o Sr. major quizer?...

O major sorriu-se com candida modestia. A discussão foi-se assim anuando, porém o major nada do ceder, até pelo contrario parecia mais inflexivel do que nunca; chogou mesmo a pôr-se em pé e a fallar muito exaltadamente contra o attentado do Leonardo, e a necessidade de um severo castigo; era ouçoçado vê-lo no bonito uniforme que indicámos, do pé, fazendo um sermão sobre a disciplina, diante daquellas tres ouviutes tão incredulas que resistião aos mais fortes argumentos. Ainda porém não tinhão as tres esgotado contra elle o seu ultimo recurso; puzerão-no pois em acção. Quando mais influido estava o major, as tres a um só tempo, e como de combinação, desatárão a chorar... O major pôrou... encarou-as um instante: seu semblante foi-se visivelmente enternecendo, enrugando, e por fim desatou tambem a chorar de enternecido. Apenas as tres se apercebêrão deste triumpho carregárão sobre o inimigo. Foi então uma algazarra, uma choradeira sem nome, capaz do mover as pedras.

(Continúa.)

CM, 17/07/1853

Pacotilha n.º 129, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLVII.

AS TRES EM COMMISSÃO. (Continuação.)

O major de enternecido foi passando a atordoadado, o como que ficou envorgonhado das lagrimas que lhe corrião pelas faces: enxugou-as, o procurou reassumir toda a sua antiga gravidade.

— Nada, disse desembaraçando-se das tres, o passeiando a passos largos pela sala; nada: que havião dizer de mim se me vissem aqui nestas choramingas de criança? Eu, o major, o Vidigal, a chorar no meio de tres mulheres!... Senhoras donas, o caso é grave, e não lhe vejo remedio; o exemplo, a disciplina, as leis militares..... nada, não pôde ser.....

E dou as costas ás tres, continuando a passeiar o a fazer resoar com força os tamanços no assoalho.

A *Maria-Regalada* disse baixo ás duas, em cujo semblante já nem transluzia o mais pequeno vislumbre de esperanza:

— Ainda não está tudo perdido.....

E dirigindo-se ao major accrescentou:

— Bem, Sr. major; aguas passadas não moem moinho.....

— Qual passadas, senhora dona! mas bem vê que o caso é grave....

— Seja lá o que fór, sinto ter perdido meus passos e não servir a quem desejava; verdade seja que eu já contava com isso, o tambem não promotti... Mas em ultimo logar quero sempre dizer-lho uma couza, mas ha de ser em particular....

— Vamos lá, estou prompto.

Quem tivesse alguma prespicacia conheceria, não com grande facilidade, que o major estava ha muito tempo disposto a ceder, porém queria fazer-se rogado.

A *Maria-Regalada* levou então o major para um canto da sala, e disse-lhe ao ouvido algumas palavras. O major, desanuviou o rosto, remexeu-se todo, coçou a cabeça, balançou com as pernas, mordeu os beiços.

— Ora esta! disse em voz baixa a sua interlocutora; pois era preciso fallar nisto? Olhem que o que mulher não fizer, nem o diabo o faz.

— Ora graças que se lhe acabárão os sestros, respondeu *Maria-Regalada* em voz alta

— Sim?!... exclamarão as duas sorrindo de esperança.

— Eu bem dizia que o Sr. major tinha bom coração....

— Eu nunca duvidei, apesar de tudo... mas agora, o passado passou; o caso era grave, como elle dizia, o foi um favor!....

— Então, D. Maria? quem foi rei sempre teve magestade....

— Magestade..... qual! isso já não é p'ra mim.... O major atalhou esta explosão de gratidão que lovava visos do ir longe.

— Não de ficar ainda mais contentes comigo.... não lhes digo porque, mas verão....

— Esta agora é que grande; veremos o que será....

— Já sei: é....

— Ha de ser por força....

— Estou quasi adivinhando.

— Sabem que mais? atalhou o major; são horas de uma diligencia a que não posso faltar... O rapaz está livre de tudo; comtanto que, accrescentou dirigindo-se a *Maria-Regalada*, o dito, dito...

— Eu nunca faltei á minha palavra, replicou esta.

Retirárão-se as tres cheias do maior contentamento, e o major sahiu depois tambem para cumprir a sua promessa.

CAPITULO XLVIII.

A MORTE É JUIZ.

D. Maria dirigiu-se immediatamente para casa na sua cadeirinha. Ao chegar notou grande rumor e alvoroço, e tratou logo de indagar a causa. Um escravo de sua sobrinha a esperava com uma carta. Apenas a leu, D. Maria, não diremos que se entristeceu, porém mostrou-se muito atropalhada.

— Não entrem com a cadeirinha; esperem lá, que torno a sair.

E com effeito metten-se de novo nella, e mandou que seguissem para casa de sua sobrinha.

O caso era o seguinte: José Manoel entrara para casa em braços, tendo sido acommettido na rua de um violento ataque apoplectico ao voltar do cartorio, onde tivera uma grave contestação com o procurador de D. Maria, por causa da demanda que entretinhão. Luizinha, a coitada, vendo-se naquelles apuros, sem saber o que fizesse, despachára logo portador para casa de sua tia.

D. Maria apenas entrou mandou chamar o licenciado, que depois de examinar o doente declarou que era caso perdido. Fizerão-se entretanto algumas applicações, que não tiverão resultado algum.

— Estás viuva, menina, disse D. Maria alguma coisa compungida com a declaração do medico.

Luizinha poz-se a chorar, mas como choraria por qualquer vivente, por que tinha coração terno.

Estavão presentes algumas pessoas da vizinhança, e uma dellas disse baixinho á outra, vendo o pranto de Luizinha :

— Não são lagrimas de viuva....

E não erão, nós já o dissemos: o mundo faz disso as mais das vezes um crime. E os antecedentes? Por ventura ante seu coração fôra José Manoel marido de Luizinha? nunca o fôra senão ante as conveniências, e para as conveniências aquellas lagrimas bastavão. Nem o medico nem D. Maria se haviam enganado: á noitinha José Manoel expirou.

No dia seguinte fizeram-se os preparativos para o enterro. A comadre, informada de tudo, compareceu pezarosa a prestar seus bons officios, suas consolações.

— Mais tarde, disse ella depois de algum tempo de conversação, ha de vir alguém cumprir dous deveres.

E limitou-se a isso sem mais se explicar.

O enterro sahiu acompanhado pela gente da amizade: os escravos da casa fizeram uma algazarra tremenda. A vizinhança poz-se toda á janella, e tudo foi analysado, desde as argolas e galões do caixão até o numero e qualidades dos convidados; e sobre cada um desses pontos apparecêrão tres ou quatro opiniões diversas.

(Continúa.)

CM, 24/07/1853

Pacotilha nº 130, p. 1

MEMORIAS DE UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLVIII.

A MORTE É JUZ.

(Continuação.)

Naquelles tempos ainda se não usavão os discursos funebres, nem os necrologios, que hoje andão tanto em voga; escapámos pois de mais essa. José Manoel dorme em paz lá no seu derradeiro jazigo; deixe-mo-lo, que se outros mortos para nada servem, aquelle menos do que nenhum.

Como havia promettido a comadre, alguém chegou quasi ao anoitecer. Era o Leonardo. Quando elle entrou na sala D. Maria não pôde conter um grito de surpresa: vinha elle em completo uniforme de sargento da companhia de granadeiros!

— Como! olhem o major. E então?!

— E' verdade, senhora dona, respondeu o Leonardo: a elle tudo devo.

E começou a procurar com os olhos alguma coisa ou alguém que tinha curiosidade do ver; deu com o que procurava: era Luizinha. Ha muito que os dous se não vião; não puderão pois occultar o embaraço de que se acháráo tomados. E foi tanto maior essa emoção, que ambos ficaram sorprendidos um do outro. Luizinha achou Leonardo um guapo rapagão de bigodes e sutia; ele-

gante até onde pôde sê-lo, um soldado de granadeiros, com o seu uniforme de turgento bem assento. Leonardo achou Luizinha uma moça espiçada, airosa mesmo, os olhos e cabellos pretos, e tendo perdido todo aquelle acanhamento physico de outr'ora. Além diso seus olhos, avermelhados pelas lagrimas, seu rosto empallidido, se não verdadeiramente pelos desgostos daquelle dia, seguramente pelos antecedentes, tinham nessa occasião um toque de belleza melancolica, que em regra geral não devia prender muito a attenção do um sargento de granadeiros, mas que enterneceu ao sargento Leonardo que, apesar do tudo, não era um sargento como qualquer. E tanto assim, que durante a scena muda que se passou, quando os dous derão com os olhos um no outro, passaram rapidamente pelo pensamento do Leonardo os lances de sua vida de outr'ora, e remontando do facto em facto, chegou elle aquella ridicula mas ingenua scena da sua declaração de amor a Luizinha. Pareceu-lhe que elle tinha então escolhido mal a occasião, e que agora isso teria um lugar muito mais acertado.

A comadre, que dava uma perspicaz attenção a tudo o que se passava, como que leu na alma do afilhado aquelles pensamentos todos; fez um gesto quasi imperceptivel de alegria: raiava-lhe na mente alguma idéa luminosa. Começou então a retrazar um antigo plano em cuja execução por muito tempo trabalhava, e cujas probabilidades de exito lhe haviam reapparecido naquillo que se acabava de passar.

Passada a primeira emoção, Luizinha ergueu-se e fez ao Leonardo um acanhado cumprimento: este correspondeu-lhe com alguma coisa entre cumprimento paisano e continencia militar.

A comadre rompeu depois disto a conversa, procurando entreter D. Maria, o deixar os dous lá entregues a si.

— Diga-me, disse ella dirigindo-se a D. Maria, o quella sua demanda com o defunto?

— A morto foi desta vez juiz. Elle não tem hordeiros; era só no mundo.... Eu não lovei a minha escante, é verdade, porque eu não posso dizer que venci, mas tambem não perdi. Agora sim, eu tenho muito gosto do entregar tudo á minha, mas não queria que me levassom as cousas seão por minha muito livro voutade.

— Está bem; o passado já lá vai: Deus ó assim, escreve direito por linhas tortas.

E por ahí adiante erupenhámo-so na sua conversa. Os dous, depois de algum tempo de silencio, como já se tinham retirado todas as visitas, forão pouco e pouco, de palavra em palavra, travando dialogo, o conversavão no fim de algum tempo tão erupenhadamente como a comadre e D. Maria, com a differença que a conversa daquellas duas era alta, desembaraçada; a dellas baixa e reservada.

Não ha nada que interrompida mais depressa se reate do que seja a familiaridade em que o coração é interessado. Não se estranho pois que Luizinha e Leonardo a ella se entregassem. E querem ver uma extravagancia que tantas vezes se repete? Depois que se fizera moça, e que tomára estado, nunca Luizinha tinha tido momentos de tão verdadeiro prazer como aquelles que ali estava gozando com aquella conversa, n'um dia de luto, quando acabava de sabir o caixão que levára á sepultura aquelle que devia ter feito a sua felicidade.

O Leonardo tambem por sua vez, nunca no meio de todas as vicinidades de sua vida extravagante tinha tido instantes que tão rapidos lhe corresse(m, e os instantes mais rapidos são os mais venturosos) do que aquelles em que via o objecto de seus primeiros amores sob o peso do infortunio em um dia de pranto.

Pois parece que aquellas mesmas circumstancias reavivário o passado: a comadre folgava lá no seu logar com tudo aquillo, e, parecendo prestar toda a attenção a D. Maria, não perdia uma só circumstancia.

Finalmente chegou a hora da retirada, não da comadre, que se offereceu para fazer companhia á viuva, porém de Leonardo, a quem esperava o major, porque era dia do serviço, e apenas tinha elle obtido licença para cumprir o duplo dever de dar os pezames a D. Maria, e agradecer o intermédio de *Maria Regalada*, que o major não só lhe alcançasse perdão do castigo que lhe era destinado, como tambem o accesso que repentinamente tivera.

Luizinha involuntariamente estendeu á despedida a mão ao Leonardo, que lh'a apertou com força. Ora, isto naquelle era bastante para dar que fallar ao mundo inteiro!

CM, 31/07/1853

Pacotilha nº 131, p. 1

MEMORIAS

DE

UM SARGENTO DE MILICIAS.

CAPITULO XLVIII.

CONCLUSÃO FELIZ.

A comadre passou com a viuva e sua tia quasi todo o tempo do nojo; e acompanhou-as á missa do setimo dia. O Leonardo compareceu tambem nessa occasião, e levou a familia á casa depois de acabado o sacrificio.

Aquelle aperto de mão que no dia do enterro de seu marido Luizinha dera ao Leonardo não cahira no chão a D. Maria, assim como tambem lhe não escapáráo muitas outras cousas consecutivas a essa; o caso é que não lhe parecia extravagante a idéa que lhe andava na mento. Muitas vezes quando ao cahir de *ave-maria* a boa da velha se sentava a rezar na sua banquinha em um canto da sala, entre um *padre-nosso* e uma *are* do seu bendito rosario, lhe vinha a idéa de casar de novo a fresca viuvinha que, ainda muito moça, corria o risco de ficar de um momento para o outro desamparada n'um mundo em que os *José Manóis* não são difficeis de apparecer, especialmente a uma viuvinha apatacada; e ao mesmo tempo que lhe vinha esta idéa, lembrava-se tambem do Leonardo, que amára sua sobrinha no tempo da criauçada, que era, apesar de extravagante, um bom moço, e que além disso não era de todo desarranjado, graças á benevolencia do padrinho barbeiro que delle se lembrará em sua hora extrema. Verdade é que se não sabião bem as contas que seu pai havia feito a semelhante res-

peito; mas como era cousa que constava de verba testamentaria, D. Maria nada via mais facil do que propor uma demanda, cujo resultado não seria duvidoso.

Havia porém no meio de tudo isto uma cousa que deitava agua na fervura, o vinha a ser que o Leonardo era soldado; ora, soldado naquelle tempo era uma cousa de metter medo.

Quando D. Maria chegava a este ponto em suas meditações, abandonava-as, e continuava o seu rosario.

A comadre pensava quasi exactamente do mesmo modo, e só esta unica difficuldade se lhe antolhava á realização de seu antigo plano.

Emquanto estas duas pensavão, os outros dous obravão. Luizinha e Leonardo traváráo pouco a pouco grande namoro, e quem quizer ver cousa de andar depressa é namoro do viuva. Leonardo no dia do primeiro encontro quiz recorrer a uma nova declaração; Luizinha porém fez o processo mais summariamente aceitando a declaração de ha tantos annos. Vião-se os dous muitas vezes, sem que os vissem, e dispunhão seus negocios. Infelizmente o mesmo embaraço lhes occorria: um sargento de linha não podia casar. Havia um meio talvez simples de remediar tudo, e meio muito em voga naquelle tempo, muito admittido. Os dous porém antes de tudo amavão-se sinceramente, e a idéa de uma união illegitima, a que faltava o character de vitaliciedade, lhes repugnava, por isso que não correspondia de modo algum ao seu amor, que tinha para elles a perspectiva de durar um milhão de eternidades.

Era uma boa inspiração aquella que elles tinhão: esse meio de que fallamos, essa caricatura da familia que então se uzava é seguramente uma das causas que produziu este estado do desmoralisação, da nossa sociedade, onde impera o egoismo, porque tão frouxos são os laços que unein entre si os seus membros.

Era isso unicamente que demorava aos dous: entretanto o Leonardo um dia achou o salvaterio, e veiu communicar a Luizinha o meio que tudo remediava. Podia elle ficar sendo soldado e casar; isto é, alcançar baixa na tropa de linha e passar para as milicias no mesmo posto. A difficuldade porém estava toda em arranjar esta baixa e passagem. Luizinha encarregou-se por sua parte de vencer este novo embaraço que apparecia.

Um dia em que estava sua tia a rezar o seu rosario, o justamente n'um daquelles intervallos do *padre-nosso* e *ave-maria* de que acima fallámos, Luizinha chegou-se a ella, e communicou-lho com confiança tudo que havia, fazendo preceder a sua narração da seguinte observação que cortava qualquer objecção que ella pudesse oppor:

— Por lho obedecer e lhe fazer o gosto casei-me uma vez e não fui feliz; quero ver agora se acerto melhor fazendo nova escolha por mim mesmo.

Em breve porém conheceu a inutilidade de sua precaução, porque D. Maria confessou que ruminava ha tempos a mesma idéa, e que naquelle mesmo instante nisso pensava,

Combináráo-se pois as duas. A bondade do major tinha-lhes inspirado a maior confiança, e pois a elle lembráráo-se de recorrer de novo. Forão ter com a *Maria Regalada*, que mesmo na vespera lhe tinha mandado dar parte que se mudára da Prainha, o lho offerencia sua nova morada.

A comadre de tudo inteirada não faltou na commissão, que desta vez adquirira mais um eloquente membro.

Quando entrãrão na casa de *Maria-Regalada* a primeira figura que lhes appareceu foi o major, e o que é mais, o major em habitos menores do rodaque e tamancos.

— Ah disse a comadre em tom malicioso apenas appareceu *Maria-Regalada*, ah! isto pelo que vejo vai bem....

— Não se lembrão, respondeu esta, daquello segredo com o qual obtivo o perdão do moço? Pois era isto....

A *Maria-Regalada* tinha por muito tempo resistido á vontade do major, que queria que ella viesse definitivamente morar em sua companhia; não attribuímos essa resistencia senão a *capricho*, para não fazer-mos máo juizo de ninguem. O caso é que o major punha naquillo o maior empenho: teria lá suas razões. O segredo que a *Maria-Regalada* disse ao major no dia em que fôra pedir pelo *Leonardo*, tinha sido a promessa de que se fosse servida cumpriria o gosto do major.

Está pois tudo explicado.

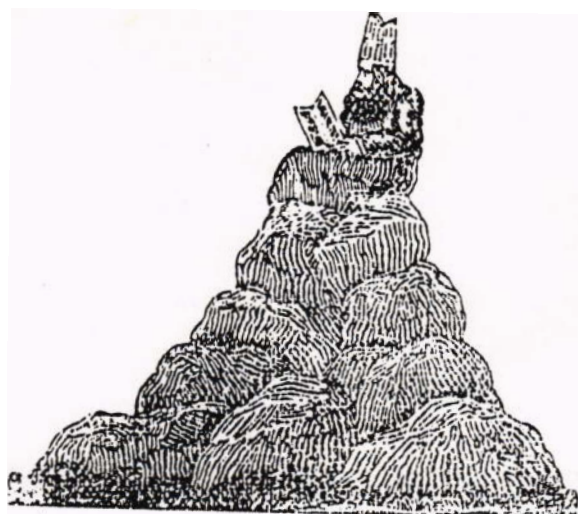
Depois disto entrãrão todos em conferencia; o major desta vez achou o pedido muito justo, em attenção ao fim por que era foito, e não poz difficuldade alguma.

Com a sua influencia tudo alcançou, e em uma semana entregou ao *Leonardo* dous papcis: um era a sua baixa da tropa do linha, e outro uma carta em que o velho *Leonardo-Pataca* chamava seu filho para lhe fazer entrega do que lhe deixára seu padrinho, e que se achava religiosamente intacto.

Isto ensinará aos leitores e a quem escreve esta historia, a não fazerem máos juizos da probidade de ninguem, nem mesmo da probidade de um meirinho daquelles tempos do outr'ora.

.
.
Passado o tempo indispensavel do luto, o *Leonardo* em uniforme de Sargento de Milicias, recebia-se na Sé com a *Luizinha*, assistindo á cerimonia toda a familia em peso. Daqui para diante começa a apparecer o reverso da medalha de todas essas chocarrices de que até então constou a vida do Sargento; vinha a morte de D. Maria, a morte do velho *Leonardo-Pataca*, e mil outras cousas tristes. O autor não tem genio para tratar dessas cousas, o por isso dá fim pedindo aos leitores que se esqueçam do seu trabalho, não lhe fação carga de seus defeitos, porque foi apenas um ensaio. Se alguém disser que é máo costume que- rer o barbeiro uovo aprender na barba do freguez tolo; elle observára que os leitores e só delles se hão de aproveitar de algum fructo bom que por ventura este ensaio possa dar, e que portanto touhão tolerancia para quem principia.

FIM.



O M A G I C O .

Publica-se por ora aos domingos; imprime-se na Typographia de E. A. Ribeiro & Ayres, rua d'Alfandega n. 135.—Assigna-se a 500 rs. por mez.

DOMINGO 25 DE JANEIRO DE 1852.

ESTUDOS THEATRAES.

Terceira Lição.

Chegamos agora mesmo de assistir á representação da *Lucia de Lammermoor*; que vazio nos camarotes em contraste com a enchente da platea e cadeiras! Acaso os homens serão mais amantes da muzica do que as nossas bellas? Ninguem o dirá, porque o grande numero que possuimos dellas dadas a essa arte, e entre essas algumas bem distinctas, fazem fé de que o vazio dos camarotes tem um outro motivo, que não essa falta d'amor por essa bella arte.

Qual será elle?

O pai de familia que tiver uma familia numerosa, como temos muitos, que lhe faça a despeza diaria de 5 a 6 mil réis: aquelle cujo rendimento mal possa dar para a mantença da familia, como entre nós é muito ordinario: aquelle que olha um pouco para o futuro, e procura juntar algum capital para os filhos, como todos devem fazer, não vão por certo ao theatro lyrico dar por um camarote 10 mil réis, pelo menos, alem da sege ou carro, que se lhe faz preciso pela distancia em que fica este theatro por agora!

E' theatro para os ricos e opulentos.....

Acaso os nossos ricos e opulentos são como os d'Europa?

Os nossos ricos e opulentos só procurão fazer-se inda mais

ricos e opulentos, e todos os seus divertimentos se reduzem ao jogo do Solo, Voltarete ou Ecarté!... E isso mesmo é ramo de negócio.

Quereis um exemplo d'isso?

Um dos da direcção, talvez o mais abastado, ninguém o viu nunca no theatro nem nos dias de galla: entretanto todas as noites tinha jogo de voltarete em sua caza.

Em que são os assignantes de cadeiras melhores que os de platéa, para aquelles terem desconto, e estes não?

Seria difficil responder. Porque não fazem estrear segunda vez o Sr. Mazzió? Talvez uma outra opera estivesse mais em seos meios.

Antes de romper-lhe o contracto seria melhor tentar todos os meios a ver se podia se aproveitar o dinheiro que se gastou com elle, e que se hade gastar na sua volta, se elle não servir.

O que se fará do Sr. Vergine? Servirá ou não?

A darmos credito ao que diz uma folha, desde o principio do espectáculo, a aria de *Medea* estava nas estantes da orchestra: logo havia sciencia da molestia do Sr. Vergine, e então para que fazel-o estrear?!

A proposito da estrea do Sr. Vergine, que quer dizer a coincidência que houve na primeira e na segunda vez que a opera *Dois Foscari* foi posta em scena?

Ambas as damas estavam pejudadas! Ambos os tenores estavam doentes. Que formozas circumstancias para acreditar uma opera?!...

Cremos que não ha outro proposito.

Para que se renovão as assignaturas?

Muito melhor seria descansar a companhia até ao Provisorio, ou até chegarem novos cantores; antes que acabe nos de perder esta logo á nascença, tanto mais, que a voz mais melindrosa da companhia já parece ir-se ressentindo do excesso de trabalho nesta estação calmosa.

Que vem cá fazer os Srs. Gianini e Dionizio pelo *J. do Com.*?

Ninguém deixou d'ouvir o grito desafinado da Sra. Zecchini na noite dos *Foscari*, a menos que não fosse surdo: e não hade ser os Srs. Gianini e Dionizio que nos convensão do contrario d'aquillo, que nos dicerem nossos sentidos.

Os Srs. Gianini e Dionizio! Magnos e eximios contractadores, que basculharão os theatros, e ruas da Europa!

Que nos importa vosso testemunho?!...

Quem gabara a noiva senão o pai, que a quer cazar?!

Estamos já prevenidos, e com vosco sempre em reserva, e não sereis vós, que nos fareis comer enguia por peixe agulha.

O Chico.

N. B. Ao Sr. redactor do *Magico* diremos: que não seja tão prompto a ameaçar de palmatoria, quando não, arrisca-se a apanhar dobrado. Por em quanto não tem havido um só empregado do Lyrico, que não nos tenha assegurado, que ha quem nada faça, e que perceba um pingue ordenado. É um bom arranjo!

DIVAGACÕES.

Habitados a pensar em todos os factos, mais ou menos graves que se dão na vida do homem; a analizal-os, comparal-os e concluir, não podemos rezistir, obrigados por fortes impulsos de nosso coração, ao lermos os detalhes, publicados pelo Correio Mercantil, das ultimas horas de vida do preto Joze escravo do infeliz Cisneiro, a aventurar-mos algumas opiniões, não totalmente sobre esse factó em si, por ignorarmos as circumstancias reaes que o precederão, mas sobre outros mui communs, mui frequentes entre nós, que, a continuarem darão sempre resultados identicos a esses; resultados funestissimos sem duvida, mas que são para o pensador imparcial, justicciro e conhecedor do coração humano, talvez uma desgraçada necessidade.

Estudaremos pois, algumas circumstancias dessa descripção; fallaremos em geral sobre esse e outros factos; analysaremos a lei especial de 10 de Junho de 1835; e dessa analyse e estudo abraçaremos o que acharmos fundado em razão, justiça e direito natural; e reprovaremos tudo que for barbaro, injusto e deshumano.

Oxalà que este nosso estudo aproveite, quando não aos outros, ao menos a nós, que nimiamente desejamos avaliar e conhecer o mundo em que vivemos.

Viveu sempre esse desgraçado escravo bem tratado e em harmonia com seu infeliz senhor, até certa epocha, conforme o pouco que chegou ao conhecimento do publico; dahi porem principiarão indisposições, desintelligencias, que crescendo derão em resultado um assassinato: por esse crime foi levado o escravo aos tribunaes foi condemnado a morrer; passou as ultimas horas de vida no oratorio cercado de dois sacerdotes com submissão; foi visitado por sua mãe, pobre velha e captiva, a quem abraçou estreitamente banhado em lagrimas, subiu ao patibulo e foi executado, sempre com coragem e sangue frio extraordinarios!

Eis o resumo da historia desse triste acontecimento.

Seria barbaro e perverso, como dizem, esse infeliz por essa coragem e sangue frio? Vejamos.

Quem sabe si essa coragem, esse affrontar audacioso da morte, esse dormir tranquillo na noite antecedente á execução serião effeitos de convicção intima, de consciencia firme de que havia praticado uma acção, quando não boa, ao menos necessaria, indispensavel á sua segurança e conservação?

Quem sabe, si perante Deos que Unico conhece os mais recenditos segredos do coração humano, havia elle, quando muito, commettido uma falta, mas não um crime?

Só Deos o sabe.

Continua.

MINHAS REFLEXÕES.

O apparecimento de um jornal de senhoras veio desafiar em mim desejos que sempre deveria ter-os guardados, por muitas razões particulares. Contudo apesar de conhecer a minha insufficiencia e posição, não posso deixar de pedir ao redactor do *Mágico*, que aceita este meu trabalho, a fim de poder entreter relações com o *Jornal das senhoras*, já que não tenho a satisfação de conhecer a Redactora.

Nunca escrevi para o publico, e por isso acanhada como todas as do meu sexo, aqui neste paiz, não quero desafiar polemica, mas sim enunciar meus pensamentos e reflexões.

Conheço que não temos voto sobre couzas publicas, e o temos em bem poucas domesticas; mesmo assim, isto não é devido a falta de liberdade da mulher, ou á sua não emancipação, mas a um erro de principios que não se dá em muitas partes, ou talvez á má direcção, que por motivos, que bem mal se pode explicar, se tem dado á mulher desde o berço. Neste paiz infelizmente onde a ignorancia plantou as primeiras arvores, das quaes comemos ainda hoje os fructos, sem duvida o atrazo é devido a essa cauza, e não a falta de liberdade da mulher; porque ella goza de certas prerogativas e tem certas regalias que não deixão de ser attendíveis.

Concordariamos com a illustre Redactora, se ella quizesse modificar algumas das abuzivas leis com que os homens, já como paes, maridos, ou tutores, tem até hoje dirigido a mulher, sobre tudo aqui em minha patria, ou se quizesse tomar a si o encargo de mostrar e combater o erro em que cahem muitos homens pela mal entendida clacificação que dão a mulher, ou á maneira egoista porque a considerão. Porem querer já, tão fora de tempo e talvez infructifera mente a emancipação da mulher! Oh! perdoe-me senhora, fostes talvez peónas o posso estado.

Muitos maridos, e muitos paes não tem querido dar a ler os vossos jornaes, para que essas ideas não se infiltrem no espirito de suas mulheres e filhas. Ora, eis por onde peccastes; deveriões ter preparado a todos para receberem essas ideas, novas aqui, e de bem pouca acceptação: porque os paes e os maridos, e até os mestres tem entendido que a mulher deve ser aquilo que elles entendem e não o que ella é. Demais segundo as disposições de nossa organização e natureza, e a influencia do lugar em que nascemos, não pôde cabernos essa posição: sobre todo ás fluminenses. Seria um transtorno em nossa sorte se se admittisse essa transformação em nossa sociedade.

O que seria bem louvavel era se quizesseis vos unir a mim para combatermos o rigor e o arbitrio com que os homens nos tratão em qualquer cazo que elles se achem em relação a mulher.

Como paes, abuzão da posição em que a natureza as colloca; quando não se arrastão por uma condescendencia sem limites e um mal entendido amor, perdem-se em desvairados caprichos, em estúpida preponderancia, a ponto de esquecer tudo o que não serve de pasto á brutalidade de seu trato. E muitos surdos ao reclamo da natureza, desconhecem seu proprio sangue.

Muitas vezes sacrificão uma vida inteira da filha, que elles dizem querida, só por uma avidéz de momento, e mal entendida conveniencia: suppondo que o bem estar, o futuro de uma mulher, a tranquillidade de uma esposa, o bem de uma mãe está na satisfação de interesses que nada tem de reais, mas que podem satisfazer a ambição de um homem.

Quazi sempre comprehendem que a sua posição de paes lhes dá direitos, que elles chamão legitimos, mas que sobrepas ao os limites marcados pela natureza; e assim fazem dos sentimentos de que elles se achão possuidos, os desejos e sentimento de sua filha. Aquillo que para si favorece o futuro e dá contentamento á sua existencia, é que elles entendem que vai beneficiar o viver de suas filhas. E então ellas contrariadas assim no mais caro de seus sentimentos vão definhando até que perdidas para todos, é então que elles vem chorar a perda, desconhecendo a cauza.

E' sobre estes e outros pontos que devemos argumentar, e não sobre a emancipação, porque a mulher della não precisa para passar uma vida feliz.

Tenho a honra de me assignar.

Luiz E.



COMMUNICADO.

Ao despertar d'um somno,

Propicia noite, nem sempre aos reis e nobres, soberbos potentados, teus momentos deliciosos e fagueiros acalentão no leito... nem sempre aos criminosos, envolves com teu manto, nas horas do silencio! Nem sempre ao poeta, surprehendes, nas meditações de sua divagadora imaginação!...

E's a imagem dos mortos... mysteriosa e muda como a tumba, só abrigas aquelles que te votão gemidos e soluços... Noite... que val os zúridos dessas palmeiras impellidas nas horas da tormenta pelo sopro devastador do aquilão terrível? Que val o sussurrar das tumultuosas e arquejantes vagas na luta da invencível tempestade? Que val os estampidos dos trovões, na tremenda pejeja dos elementos? Que pezo dás aos arquejantes gritos da muribunda preza em mão do assassino ousado? Que soccorros ministras ao errante espectro do parricida que te busca como um asylo?... Noite!... impassível gigante que te apraz os crimes! Noite, damnoso abutre que atolas as garras nas cartilagens da innocente victima, que queres tu de mim?

Oh! não venhas ardiloza

Com teu silencio attrahir-me!

Eu renego os teus mysterios

Em vão buscas illudir-me!

Se me roubas o repouso,

D'um sonhar terno de amores

Eu conjuro os teus momentos

Eu maldigo os teus horrores!...

Nas decantadas pelo Homero, ruinas de Troya, deceste teu negro manto, soberbo de devassidões tremendas! Nos restos da Sodomia ingrata, envolveste os depostos septros, com teu luctuoso negrume! Nas sangrentas faxadas da Nenive, prostituta e blasphema sustentaste com infernal ingenho as inscripções da punição dos monstros! Noite, e presaga talvez, me queres revellar o sinistro futuro dessa Lusa patria, que agonisante espira! Dispertaste-me ao ribombo dos trovões, com raios esclareces a luz amortecida dos meus olhos e me fallas assim da terra de meus pacs?... Envolta a mente de peçonhentos pensares ulcerado opeito por belicos e profundos golpes, que posso presentir?...

Venha a aurora com seus raios

Para longe afugentar-te,

Que meu estro involto em lucto

De mais sabe renegar-te!

Venha aurora que eu saudoso

Pelos dous que só lhe invejo,

Quero alegre e venturoso,

Me lembrar do patrio Tejo!...

P. da R. Filgueiras

PORQUE ME DEIXAS SOZINHO ?

Vês Arminda, aquelle prado
Tão amêno e florecente,
Onde só cantar cadente
Se escuta ahi do plumôso ?
E' esse o sitio ditoso,
E' esse o sitio de amor.

Vês tambem aquella flôr,
Vivace lirio innocente.
Como, coitada, se sente,
E pira o chão vai-se inclinando ?
E' porque a roza seccando
Secca com ella o amor.

Sai da cabana o pastor,
Lá caminha descaçado,
Porque tem sempre a seo lado
Bella Marcia, a fida amante ;
E assim nenhum instante
Vive elle descontente.

Marcia logo se presente
O seo pastor pensativo
O consôla, e linitivo
Corre a dar ás suas dôr es :
E assim os dois amores
Gozão de paz e prazer.

Pois se vês, ó minha Arminda,
Morrer pela roza o lirio,
Como duvidas que eu morra
D' amor por ti n'um delirio ?

Se ao seo pastor viste Marcia
Dar-lhe a paz, dar-lhe a ventura,
“ Porque me deixas sósinho ”
A braços c' a desventura ?

Queres assim que te chame
D' ingrata sem piedade,
Se tu me deixas tão triste
A gemer em soledade ?

E. Sá.



A MELANCHOLICA.

E' pallida e triste ; a fronte alquebrada
Lhe pende por força de occulto pezar ...
E sempre involvida n'um véo de mysterios....
E sempre a scismar !

E' pallida e triste.... à luz de seus olhos
De pranto turvada parece morrer....
Qual candida estrella que o véo d'uma nuvem
Mal deixa entrever.

Não rí e não folga... quer venha d'aurora
A luz tão brilhante o mundo dourar...
Quer venha da noite o manto sombrio
A terra enluctar.

Não rí e não folga... a fronte alquebrada
Lhe pende por força de occulto pezar,
E sempre envolvida n'um véo de mysterios,
E sempre a scismar !

Só quando da tarde as misticas sombras
Derramão poezia nos céos e na terra...
Do peito anciado que então mais se acalma
Um canto descerra !

E os echos do valle seu canto repetem,
Seu canto mavioso de dôr repassado,
E ella se alegra ouvindo dos echos
O som magoado !

Então em seus olhos se ateia fugaz
Um fogo mentido de breve luzir,
E trocãõ seus labios co' as sombras da tarde
Um doce sorrir.

Mas eis que de novo se affoga em tristeza
De novo lhe punge occulto pezar...
A fronte abatida lhe pende no seio
De novo a scismar.

Feliz quem podera mudar tua sina
Em sina ditosa..., trocar teu fadario,
Da dêr que te envolve ignota e tão funda
Romper o sudario !

M. A. de Almeida.



VARIEDADES.

Noticias apanhadas a gancho.

— Valla a verdade, que chegou um defunto a Jacarepaguá, que por estar muitos dias desenterrado já não fallava. Ha quem diga que o corpo veio da Tijuca. Se não falla a noticia, era algum cozinheiro que quiz fazer bifes da carne do pobre illéo, pois lhe deo bem boas picadas. O facto é que a alma delle já lá vai e ninguem se importa com isso.

— Domingo que passou, faz com este já dois, uns *amantes*, das couzas alheias forão visitar certos rapazes que morão na rua dos Latociros em um sótão, e lhoparão lhe'a casa! ora veja que incommodo! A um deixarão com a roupa do corpo! Isto seria namoro?, e a policia porque não se namora e caza com estes gatunos!? Ora escute mais. “

— Quanta feira à noite choveo como os tresentos diabos. Era tarde e o sino não sei da onde (porque o caso não foi commigo] dava onze horas; ia um estudante de..... para casa..... já se sabe que a maior parte deste povo não possui e nem traz consigo couzas de valor; porque é contra a philosophica falta de dinheiro. O caso é que ia atravessando o largo da Carioca e lá pelo lado da Guarda Velha onde ha umas carroças, sahio um sujeito que por força queria ver-lhe o relógio..... olhem que mania! E a policia porque não hade caçar estes lagartos que sahem de noite e em dias de chuva? O sujeito perseguiu o amigo até quasi ao entrar, queria dar-lhe terceiro bote, mas o estudante estava como o papel em branco que não serve para satisfazer a cobiça de ninguem. Ora quem dará a volta no globo, e collocará as couzas em um estado devido?

— Vende-se um rico estabelecimento, bem afreguezado no centro desta cidade, com todos os seos pertences, menos um frade de pedra que de ha muito serve de assento aos officiaes do dito estabelecimento, applicadores de ventosas; quem o meswo pretender dirija-se às escadas do Hospicio que lá achará com quem tratar, ou procure pela mão da policia na esquina da sacristia que vel-a-ha por um oculo.

CHARADA.

Sou finissimo tecido; — 1
 Os mortaes todos me tem; — 1
 A minha junto á primeira
 Por certo não honra bem. — 1
 Da terra saio à carreira,
 E no mar fico envolvido. — 2

CONCEITO.

Minha irmã fugio do mundo,
 Foi pr'um convento habitar,
 E eu vou lá todos os dias
 Ahi, com ella fallar.

L. da S.

OS

MYSTERIOS

DO

RIO DE JANEIRO

POB

Agctostnâtegus.

" Maluerim viris offendere, quam placere
adulando. "

(SENECA.)

~~~~~  
**Volume I.**  
~~~~~

BRUXELLES
RUE DU MUSÉE 3 A

RIO DE JANEIRO
RUA DE GONÇALVES DIAS 75

E. DUPONT
EDITOR

1874.

L'auteur se réserve tous les droits.

AO LEITOR.

A historia mysteriosa de uma grande cidade é assumpto tão curioso que na Europa os mais distinctos e abalisados escriptores a escrevêrão com geral applauso, e acolhimento dos homens illustrados de todos os paizes civilisados.

Ha annos que, sabendo se escrevia esta obra, com verdade e criterio de accordo com o seu autor tencionámos publical-a.

Circumstancias imprevistas nos obrigárão a renunciar a essa empreza.

Hoje, que seu autor á custa de fadigas e vigalias conseguiu juntar grande cópia de cabedal para ella, e decifrar um precioso manuscrito do seculo passado, apressamo-nos em dal-a á luz, convencidos de que será ella geralmente apreciada, por ser aquella em que nenhum historiador ainda arrancou das trévas do passado.

Q Editor.

INTRODUÇÃO.



*
*
*

A luz da civilização rutila com todo o seu esplendor por sob o ardente sol da terra americana, esse diamante da corôa de Colombo, que Pedro Alvares Cabral, commandante da esquadra de el-rei D. Manoel, que a mandára em 1500 a Calecut, descobriu por acaso; pois querendo evitar as *calmarias da Costa d'Africa*, fizera-se muito ao largo, tendo os ventos tempestuosos forçado o rumo da esquadra, que, avistando a costa meridional da America, a percorreu por tres dias, indo aportar á patria dos Tupiniquins, á qual appellidá-rão, *Porto Seguro*, e ao resto da terra — *Vera Cruz*.

O carro do progresso deixa após si a locomotiva no novo mundo descoberto por Colombo, e no qual primeiro pisou o Hespanhol Vicente Yanes Pinson, seu companheiro, e toma o rapido vôo da electricidade.

Seus habitantes, uns têm o coração eivado pelos calculos da politica e ambições do poder; outros pela cubiça do ouro, esse rei do mundo.

Lutão os mais abjectos calculos com os sentimentos honestos. Lavra a descrença e o scepticismo, que tudo corrompe e desnatura.

Emmudecem alguns na inercia, e muitos arrastão um marasmo immundo e abjecto.

Não faltão Homeros que popularisem a poesia, nem Phemius que adormeção os amantes de Penelope; genios que, como Milton, Gœthe, Shakspeare e Schiller, se inspirem nas grandezas da natureza.

Sentem-se esses nos recantos dos edificios derrocados pela mão destruidora do tempo; scismem solitarios, como a timida virgem, por essas noites de luar da nossa terra; cantem suas magoadas endeixas ao vento que murmura.

Deixem porém passar o philosopho, o romeiro, que, tacteando as sombras, descerra o sudario do passado, e abre a lanterna de Diogenes em face dessa mumia dos tempos, e de todos esses mineiros da desgraça, que se envolverão no manto do mysterio, julgando não deixar vestigios de suas pisadas, nem leves traços de suas physionomias.

Conheceis os mysterios das metropoles do mundo e ignorais os da nossa patria, que ainda ha pouco despio as faxas da infancia!

Tambem aqui, a par da virtude, campêa ás vezes impune o crime; ao lado da honra, a immoralidade; da innocencia, o vicio, a maldade e a crapula.

Ao acaso devemos a felicidade de nos ter vindo ás mãos alguns preciosos manuscritos do seculo passado, e que ha quinze para vinte annos forão vendidos como papel de embrulho, de envolta com outros, sem a menor importancia.

Pertencêrão a um litterato brazileiro, contemporanco do conde de Rezende, vice-rei e capitão-general de mar e terra do Estado do Brazil, e amigo iutimo do capitão-mór do terço das ordenanças desta cidade do Rio de Janeiro, Domingos Vianna de Castro, no anno de 1795, e do Dr. Luiz José de Carvalho e Motta, desembargador, auditor geral do cível, juiz da India e Minas, etc.

Outros são—*Apontamentos de um livro negro*, tomados por um descendente dos Selvicolas, da tribu dos Tamoyos, que pertenceu ao escrivão do referido juiz, José Rodrigues dos Santos Araujo.

Um dos mais preciosos, é um manuscrito de 585 folhas in-folio, com o titulo *Fur—T—Vum SCR—P—Tum*.

ANN.

O. P. F.

CIQIOCCXCV.

que significa—*Esriptum Furtivum. Annales.*

Optimo Patrono fecit 1795.

Este manuscrito, difficil de ser lido como peça palcographica, já pelo character das letras com que foi escripto, já por sê-lo em cifra latina, enriquecido de notas e citações em grego, é uma chronica curiosa dos tempos que forão. Revela o lenocinio das paixões do seu seculo, e os grandes crimes acobertados pela inviolabilidade do quem os commetteu, e de

outros que se escondêrão á justiça humana.

Retratando esses tempos, referindo verdades que se apagarão da reminiscencia dos homens, memora os factos, aponta os individuos por seus nomes, para que a posteridade conheça os dramas sanguinolentos e horrorosos desses tempos da tyrannia e despotismo.

Seu autor, que se occulta na sombra do mysterio, temendo talvez as funestas consequencias do seu arrojio em denunciartaes factos, devêra ter sido um homem de intelligencia superior, e illustração não vulgar.

Em mais de um capitulo censura elle os primeiros povoadores do Brazil, que receiosos ou exterminavão, ou escravisavão nações inteiras de indios, sem a menor compaixão.

* *

Será para nós talvez trabalho inglorio, depois de alguns annos de trabalho insano, em folhear alfarrabios, estudar e decifrar garatujas e enigmas, traduzir e dar á luz a pagina do livro negro desta capital.

« Aquella escriptura fatal, que appareceu ao rei Balthazar na parede (dizia o grande padre Antonio Vieira, o maior orador do seu seculo, no seu famoso sermão proferido no anno de 1655 na igreja da Misericordia de Lisboa), escriptura que a formárão uns dedos como de uma mão de homem; quem os movia? Tres dedos com uma penna podem ter muita mão; por isso não hão de ser mais que dedos. Com estes dedos não ha de haver mão, nem braços, nem ouvidos, nem boca, nem olhos, nem coração, não ha de haver homem. *Apparuerunt digiti, quasi manus hominis.* Notai bem, *quasi manus hominis.* Não ha de haver mão para a dadiua, nem braço para o poder, nem boca para lissonja ou promessa, nem coração para affecto. A razão disto é porque se os dedos não fôrem muito seguros, com qualquer geito podem fazer grandes damnos. »

« Quantos merecimentos (continúa o grande prégador) não se apagam com uma risca! Quantas famas se escurecem com um borrão! »

S. Francisco Xavier satisfazendo a commendanda de el-rei D. João III, por via de seu companheiro, que era mestre do principe, escrevia da India, sem nomear officios nem pessoas, dizendo que o verbo *Rapio* na India se conjugava por todos os modos.

Accrescentou, por experiencia, o grande padre Vieira, que uns furtão pelo modo indicativo, porque a primeira informação que pedem aos praticos, é que lhe apontem e mostrem os caminhos por onde podem abarcar tudo.

Furtão pelo modo imperativo, porque têm o mero e o mixto, e todo elle applicação despoticamente ás execuções da rapina.

Furtão pelo modo mandativo, pelo optativo, pelo conjunctivo, pelo modo potencial, pelo modo permissivo, e finalmente pelo modo infinito, porque não tem fim o furtar.

Estes mesmos modos, conjugão por todas as pessoas, porque a primeira pessoa do verbo é a sua, as segundas os seus criados, e as terceiras quantos para isso têm industria.

Furtão juntamente por todos os tempos, porque do presente (que é o seu tempo) colhem quanto dá de si, e para incluirem no presente o preterito e futuro; do preterito desenterrão crimes, de que vendem os perdões, e dividas esquecidas, de que se apagam inteiramente; do futuro empenhão as rendas e anticipão os contractos com que todo o cahido, e não cahido lhe vem cair ás mãos.

Finalmente, no mesmo tempo não lhes escapão os imperfeitos, perfectos, mais que perfectos e quacsquer outros, porque furtão, furtárão, furtavão, furtarião e haverião de furtar mais, se mais houvesse.

O resumo de toda esta rapante conjugação é o supino do mesmo verbo: a furtar para furtar.

Quando elles assim têm conjugado toda a voz activa, as miseraveis terras supportão toda a passiva, e elles, como se tivessem feito grandes serviços, tornão carregados de despojos e ricos, e ellas ficão roubadas e consumidas.

*
**

Aplico el cuento, como dizia o Castelhano, referindo-me ao Brazil, na época em que se derão as scenas que vamos descrever.

O Brazil foi para os seus invasores um thesouro grandioso que elles esbanjavão com prodigalidade em frioleiras.

A propria historia de Portugal não deixou passar sem reparo a enormissima somma que custou aos reis de Portugal o vaidoso titulo de *Fidelissimos*.

D. João V, que durante toda a sua vida foi um humilissimo familiar da curia romana, despendeu com ella parte das immensas riquezas que recebia do Brazil.

Os valores, que esse rei vaidoso remetteu para Roma, calculados na nossa moeda, elevão-se á enorme somma de 237,500:000\$000! Classificando por especies esses valores, o investigador portuguez demonstra terem sido: dinheiro em especies e cruzados, 115:509\$132; ouro de lei, 6,417 arrobas e 13 libras; prata de lei, 324 arrobas; cobre, 15,697 arrobas; diamantes, 2,308 quilates!!!

Que sorvedouro enorme tem sido, Roma e Portugal, das riquezas do Brazil!

Que homens e que tempos!

Sepultava-se o agravo mettendo debaixo da terra o aggravado!

O adulterio era galanteio, o homicidio necessidade e a aleivosia prudencia!

E o paternal governo de Lisboa mandava desmontar a primeira typographia que se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro, e estranhar ao vice-rei conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, a quem hoje capital devo muitos de seus

melhoramentos, o haver permittido tal industria, bem como despendido os rendimentos do real erario com o encaçamento das aguas da Carioca para o abastecimento da cidade!

Dizia-se outr'ora que os governadores que o imperador Maximino mandava a diversas provincias são *esponjas*. É que usava desta astucia para faltar a sede de sua cubiça; porque elles, como esponjas, chupavam das provincias que governavam tudo quanto podião; e o imperador, quando tornavam, espremia as esponjas e tomava para o fisco real quanto tinham roubado.

Aos governadores do Brazil, salvas honrosas excepções, bem se lhes poderia applicar este titulo.

Esta historia ou chronica, como lhe quiserem chamar, abrange o longo periodo de mais de um seculo até chegar á actualidade. Não podemos ir além. Sobeja-nos o alento, mas faltam-nos documentos, que ou se perdêrão com o volver dos annos, ou jazem sepultados nas ruínas de antigos edificios.

As figuras, que successivamente irão apparecendo em scena, são oriundas daquelles que, pelas desgraças de seus crimes, Portugal condemnava a degredo, mandando-os acompanhar, para lhes servir de muro, aos que por obediencia a seu soberano deixavam familia e patria, ou que a novidade da conquista, e o desejo e natural ambição de riquezas animava a tal commettimento.

Esses e outros viverão sob a influencia e dominio dos jesuitas, até que o grande ministro de D. José I, o immortal Marquez de Pombal, conseguira extinguir a companhia, e expulsar do Brazil esses monstros, criados por imaginações doentes, esses aliados naturaes do espirito das trevas e da morte, que fazem voto de pobreza, e apoderam-se de quasi todas as riquezas, de todos os fundos e opulencia da America meridional.

O tronco cahio, mas as raizes germinam nas trevas.

*
**

Appareceu na Hespanha um tribunal, que pretendia, com o pretexto de salvar a alma, matar o corpo.

Ignacio de Loyola, o gentilhomem hespanhol, rigido e fanatico, de vontade firme e poderosa, que cobrio as suas orgulhosas idéas com o habito do frade e a capa do mendicante, matou a alma e desprezou o corpo.

Assim, em duas extremidades do mundo, em Hespanha e nas Indias, havia duas sociedades que matavam os corpos: os inquisidores e os estranguladores.

A Companhia de Jesus, de que Loyola foi fundador e legislador, collocou-se entre os inquisidores e estranguladores.

Jesus Christo creára a vida e a luz.

Loyola creou a morte da alma e da intelligencia, a morte do amor e da caridade, a morte de tudo quanto é grande, generoso e nobre.

Esse homem de ardor e paixões, de odio e perseverança, foi ridiculo, mas ia ser terrivel. Abafou para os discipulos de sua seita, a poesia e o enthusiasmo, o genio e as humanas paixões.

Entre os jesuitas não houve nunca mais do que um homem, o geral! Os inferiores são instrumentos passivos.

O codigo de suas instituições minuciosas tem por unica base — a vigilancia mutua e o desprezo da natureza humana.

O espirito de livre arbitrio nas mãos de Loyola converteu-se em um cadaver. *Perinde ac cadaver.*

Organisarão os seus successores a moral escolastica, ou casuistica, que sempre emprega um *deligo*, um *nisi*.

Foi a força moral da sua instituição enrodilhar com a moral, e reduzir a multidão, com o attractivo poderoso do seu confessionario, com a predica severa, e indulgente direcção.

No seu confessionario se concluirão singulares e sinistros ajustes, entre a consciencia enferma dos potentados e grandes

da terra, e a politica direcção da sociedade jesuitica.

Quando a grande revolta de Luthero, o reformador do seculo XVI, abalava a Europa, nascia a Companhia de Jesus, que combateu com valentia o grande campeão.

Aproveita-se o Papa dos serviços dos jesuitas sem curar de conhecê-los. Crescem elles á sombra da thiara, que um dia devião dominar. Bobadilha é expulso da Allemanha em 1547 por causa de suas doutrinas sedicçõesas.

Os jesuitas são cúmplices e conselheiros de Carlos X e de Catharina de Medicis e seus sequases, que se reúnem no seu covil, na terrível noite de S. Bartholomeu.

Era então geral dos jesuitas Francisco Borgia.

Em 1568 tinham por chefe em França Odon Pigeuat, furioso partidista da liga, que em vão lutou com a universidade para abrir em Paris uma escola. Era um tigre, no dizer do historiador De Thou.

No reinado de Henrique III prégão a revolta, fazem-se monopolistas e agução os punhaes de Jacques Clemente, e de Chatel.

O jesuita Varede arma contra Henrique IV o braço assassino de Barrière; Chatel é enforcado em 1596, tendo por cúmplice o padre Guignard, que tambem foi enforcado.

Em 1598 mandão assassinar Mauricio de Nassau, e são expulsos da Hollanda.

Henrique IV expulsa-os da França por um edicto: rojão-se elles aos pés do monarcha francez, que tacitamente lhes permittio o entrarem em França. O rei vencedor da liga, que sonhou a monarchia universal, teve medo dos jesuitas, que, dizia o rei, tinham relações por toda a parte, e grande desteridade para disporem os espiritos como lhes aprazia.

Garnel e Oldecorn, jesuitas, são enforcados em Londres em 1605 como autores da conspiração da polvora.

Em 1610 Ravaillac assassina Henrique IV, e o jesuita Marianna, no seu livro, *de Rege*, faz a apologia do regicidio.

Por toda a parte deixa o jesuita após si, um rasto de cadaveres de reis.

Em 1618 são expulsos da Bohemia; no anno seguinte da Moravia, e em 1621 da Polonia. Accendem em 1641, a grande questão do Jansenismo.

Em 1643 são expulsos de Malta.

Tres annos depois fazem uma bancarota em Sevilha, onde commerciavão.

Todos os homens de genio de sua época são seus adversarios.

Combatidos por Arnaud e De Thou, cahem debaixo do latego de Pascal.

Port-Royal abate-se a seus golpes, mas a voz eloquente de Bossuet está sobre suas cabeças, e em 1682 todo o clero de França os repelle com indignação e desprezo.

Seguem elles a sua vereda subterranea, e levantão de novo a cabeça.

Apoiados por Madame de Maintenon, e pelo padre Lachaise, que dispunha do espirito da viuva de Scarron, chegão a dominar os jesuitas a Luiz XIV, depois que o padre Lachaise morre, cedendo o seu poder ao jesuita Letellier.

A salvaguarda dos protestantes era o edicto de Nantes; é revogado.

O cemiterio de Port-Royal é profanado pelos jesuitas.

Provocada por elles a *Bulle unigenitus* produz oitenta mil ordens do rei contra os miseros Jansenistas.

Jouveny, historiador dos jesuitas, colloca os assassinos dos reis no numero dos martyres!! Luiz XV lucha com o punhal de Damiens, o regicida nascido em Arras e educado pelos jesuitas.

Em consequencia de uma tentativa de assassinato, na pessoa do rei de Portugal em 1758, tramada por elles, os tribunaes instaurão-lhe processos. O parlamento de Paris supprimio-os em 1762.

A 21 de Julho de 1773 o Papa Clemente XIV, depois de ter por espaço de quatro annos estudado a sua historia e doutrinas, aboliu-os para sempre.

Quando o immortal Papa assignou a

bullá de extincção dos jesuitas, estava sentado á sua banca, e disse em presença de uma pessoa distincta: « Está feita a suppressão, não me arrependo; eu sómente me decidi depois de ter examinado e pesado tudo bem, e porque julguei necessaria e util á igreja; daria ainda agora este passo, se já não estivesse dado. *Ma questa soppressionne mi darà la morte.* »

Só o Santo Padre sabia explicar o pasquim, que appareceu no seu palacio, antes delle assignar a bulla, pasquim que só continha estas cinco letras—I. S. S. S. V. Foi sua santidade quem o decifrou pelo modo seguinte: *In Settembre sarà sede vacante.* (Em Setembro estará vaga a santa séde).

O Papa, que já por duas vezes tinha escapado ás tentativas de envenenamento, uma vez em Abril, e outra no fim de Junho de 1774, morreu devorado por um calor immenso na garganta, estomago e intestinos, depois de ter soffrido horriveis colicas.

No momento de seu fallecimento o seu corpo cobrio-se de manchas negras, e desfazia-se aos bocados!

Tudo o que é tocado pelos jesuitas morre. Quando Sixto V ia sujeitar os jesuitas á reforma do seu instituto, é arrebatado por uma morte prematura.

Clemente VIII tem igual sorte, no momento em que ia condemnar a doutrina do jesuita Molina, sorte, que o padre Belarmin lhe prognosticou.

Bispos e cardeaes pouco affeiçoados aos jesuitas, fallecem sempre a proposito parà a companhia! Até o proprio jesuita Pedro Jarrigue é forçado a fazer uma retractação por ter escripto um livro contra a sociedade, intitulado: *O Jesuita sobre o Cadafalso.*

Jarrigue desapareceu depois, por effeito de um crime, que ficou impune.

Melchior Inchoffer, tendo sido apontado como autor do livro *Monarchie des Solipses*, foi arrebatado de Roma.

Foi restituído á liberdade á rogos do Papa.

O verdadeiro autor do livro, o padre Scotti, escapou com difficuldade ao punhal, e ao veneno.

Quando Felippe II, o *demonio do meiodia*, mandava pelo carrasco, e pelo duque d'Alba, cortar, estrangular, e queimar a fogo lento as victimas dos Paizes-Baixos, abrir o ventre das mulheres pejudadas, arrancar-lhes as crianças das entranhas, esmagal-as, e depois dal-as aos cães: violar as religiosas, e donzellas, e enterrar-as vivas. . . . erão os jesuitas que presidião a todos esses horrores, e crueldades.

Na Hespanha forão os jesuitas que estabelecêrão procissões escandalosas, em que as mais lindas mulheres, semi-núas, erão disciplinadas nas igrejas, da maneira a mais indecente.

Querendo o concilio de Salamanca impedir essas praticas tão immoraes, oppôz-se o poderoso Arnoz, padre jesuita, valido de Felippe II, e protegeu seus autores.

Izabel de França, rainha de Hespanha, por proteger a rainha de Navarra e seus filhos, quando a conjuração sustentava a usurpação de Felippe II, (na sua usurpação de Navarra,) é victima desta louvavel acção, os traidores jesuitas a envenenão e matão, apesar de se achar pejudada! Ateão a guerra civil na Russia em 1605, querendo fazer passar um impostor por herdeiro do throno.

Ambrosio de Gui, rico mercador da India, chega a Marsella, e morre pouco tempo depois. Os jesuitas se apossão de sua fortuna por meios fraudulentos.

O padre Girard entrega-se aos maiores excessos com a sua penitente Catharina de Cadière, de quem abusa indignamente. É accusado mas. . . . absolvido!

Erão as maximas dos jesuitas tão perversas, crueis e violentas, que por toda a parte onde elles apparecião, não se via senão desordens, homicidios e devastações.

Os jesuitas aspiravão dominar o universo, e quasi o conseguirão. Adormecêrão

81

e envenenarão durante dous seculos a Hespanha, a Italia e a America do Sul.

Em 1773 havia espalhados por todo o orbe vinte mil jesuitas de todas as nações.

Houve entre elles homens illustres, pelo talento, e pelo genio.

Não se creia que desconhecemos a doçura de character de Anchieta, a famosa actividade de Nobrega, a quem os indios chamavão *Abaré Bebe* (padre voador), Luiz da Gran e outros, que deixarão grata recordação na nossa historia, nem o talento e vasta erudição de um Kirkeri, nem dos que se distinguirão pelo seu estudo e applicação ás artes liberaes e mechanicas, destacando-se d'entre muitos os vultos de Jacques Courtois, a quem os italianos chamão Jacob Cortesi, o qual tendo deixado a carreira das armas, e abraçado a profissão de pintor, entrou para a companhia, e deixou por sua morte os quadros que representavão as sanguinolentas guerras que presenciara.

Um André Pozzo, pintor e architecto, que publicou os principios de architectura, e enriqueceu com o seu pincel a famosa capella de Santo Ignacio, no collegio dos jesuitas, em Roma.

Um Daniel Legers, que ornou muitas igrejas com paisagens historicas dos santos da ordem; Manoel Alves, que floresceu em Portugal em 1549; Domingos da Cunha; Alexandre de Gusmão, jesuita que veio para o Brazil, e abriu a buril uma estampa da Natividade.

O padre Organtino, architecto, Premoli, Diogo Jacome, Matheus Nogueira, Leonardo, e outros muitos, que, disfarçados com a roupeta, erão mestres de artes fabricis e liberaes, pois na companhia se fazião as notaveis pinturas, paramentos, bordados a ouro, etc.

Abundarão, porém, entre os jesuitas, padres despotas, autocratas, que applicando aos pobres selvagens, em toda a latitude, o principio da *obediencia passiva*, conseguirão apagar o *eu* de suas almas, e re-

duzil-o a um puro automato, á triste condição de *homem-machina*, tirando do trabalho dos miseraveis selvicolas as riquezas que avidos enthesouravão.

Escravizando-os, mudavão sagazmente o nome a esses escravos de suas fazendas, chamando-os — *administrados*.

Forão elles os senhores do commercio e agricultura de quasi todo o Brazil.

Foi a primeira e unica sociedade christã, que ousou propalar os odiosos principios da revolta, e do regicidio, e outras doutrinas perniciosas, taes como o probabilismo, que foi sustentado por cincoenta e quatro escriptores jesuitas, desde Henrique, em 1600, até Lacroix em 1757.

O peccado philosophico e a consciencia erronea, sustentados por quarenta e dous jesuitas, desde Salas, em 1607, até 1761.

A simonia, e a confidencia, por quinze, desde Manoel de Sá, em 1590, até Trachalo, em 1757.

A irrelição, por trinta e oito, desde Salas, em 1607, até Trachala, em 1757.

A impudicia, por dezoito, desde Sá, em 1590, até Flegeli, em 1750, Buseмбаume, e Trachala, em 1757, e 1759.

O perjurio, e o falso testemunho, por trinta, desde Manoel de Sá, e Tollet, em 1590, e 1601, até Reuter, em 1788, e Antoine, em 1761.

O roubo, por trinta e cinco, desde Sá, e Tollet, em 1601, até Antoine, em 1761,

O homicidio, por trinta e sete, desde Sá, e Henrique, em 1600, até Antoine, em 1761.

O regicidio, e o crime de lesa-magestade, tem sido sustentados, por setenta e dous jesuitas (!), desde Manoel de Sá, Delrio e Philopater, em 1590 e 1593, até Mattos, e Alexandre, em 1759.

O leitor recuará, faltar-lhe-hia a coragem, não se atreveria a lêr até ao fim as doutrinas sacrilegas e immoraes dos jesuitas Bellarmin, Sanchez, Escobar, e do livro de Bouvier sobre a confissão; esse meio mais seguro, de que o jesuitismo

lança mão, para dominar as famílias e para saber seus segredos.

Esse director espiritual jesuita é o espectro de Banquo sentado ao lar do pai de família. *

* *

Necessaria se tornou esta digressão, porque os mysterios do Rio de Janeiro tiverão origem no seio dessa sociedade christã, que avassallou quasi todo o mundo.

Escrevendo estes mysterios, podemos dizer: « Não os escuso nem condemno, admiro-me como as turbas: *Et admiravit et sunt turbæ.* »

Como um tributo á verdade, e uma manifestação rendida ao merito, cumpre-nos declarar, que á inexcedivel perseverança, illustração e talento do benemerito Brasileiro, o Illm. Sr. Dr. Alexandre José de Mello Moraes, natural da provincia das Alagoas, medico distincto e humanitario, autor de muitas obras litterarias e scientificas, taes como a *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliuria e Politica do Imperio do Brazil*, e do interessante livro, *Brazil Historico*, devemos, e o devem todos aquelles que se interessão pelas cousas do Brazil, a conservação, e a publicação das mais raras chronicas e preciosos manuscritos, tendentes á historia do Brazil, e que o distincto Brasileiro, unicamente por utilidade de seus compatriotas, tem dado á luz da publicidade, sacrificando sem aspirações, nem interesse, o seu tempo; e comprando outros a peso de ouro.

* *

Para que os leitores possão acompanhar os personagens, cujos perfis vamos delinear, e os lugares onde se derão as scenas, que se occultárão nas trévas do passado, daremos algumas explicações.

A povoação da cidade do Rio de Janeiro era muito limitada, e não tinha limites conhecidos.

A cidade nova, estava despovoada.

O campo de Sant'Anna, hoje praça da Acclamação, chamava-se *campo de S. Domingos*. Apenas nos seus extremos havia uma ou outra chacara. O local, onde hoje está edificado o quartel, era a chacara de D. Emerenciana Isabel Dantas e Castro, e chamava-se *chacara dos cajueiros*.

O terreno entre a rua de S. Pedro da cidade nova e a de S. Diogo era a *chacara do povo*.

O terreno, em que está edificada a casa da camara municipal, era a chacara do capitão-mór Anacleto Elias da Fonseca. Um de seus herdeiros o vendeu aos negociantes da cidade da Bahia, que nelle mandárão edificar o palacete e o offerecêrão ao conde dos Arcos.

A rua da Imperatriz chamava-se *rua do Valongo*. O lado esquerdo era a testada da grande chacara de Casado.

A rua do Sabão, da rua da Valla para cima, era a *rua dos Escrivães*.

Da rua da Valla para cima, tudo era conhecido por *campo da cidade*.

A rua da Alfandega foi o outr'ora, *caminho do Capueruçu*, que, atravessando o campo, ia passar pela lagóa da Sentinella (rua do Conde d'Eu), e d'ahi seguia para o Engenho Velho, que nessa época era dos jesuitas.

A rua Estreita de S. Joaquim era a *rua do Cortume*.

A rua de Mata-cavillos era um trilho ou azinhaga cheio de atoleiros, onde os animaes morrião atolados até os peitos; lugar enfestado de salteadores.

Para não sermos fastidiosos, iremos de espaço nomeando, e descrevendo os lugares á medida que a elles conduzirmos os leitores.

OS

MYSTERIOS DO RIO DE JANEIRO.



“ Maluerim viris offendere, quam placere
adulando. „

(SENeca)

PIMEIRA PARTE.

Moedeiros falsos.

I.

Em 1737 André de Mello e Castro, conde de Galveas, que tinha sido embaixador extraordinario á curia romana, governava a capitania da Bahia, tendo sido removido da de Minas Geraes.

Abundava a Bahia de recursos para a vida, mas era enfeitada de ladrões. Apparecêrão tantos, e por tão varios lugares, que só das igrejas havião desapparecido, 17 alampadas de prata, e alfaias de ouro, avaliadas em mais de 140,000 cruzados.

Era um mysterio para todos.

Descobrio-se, porém, no bairro de Santo Antonio, além do Carmo, uma fabrica de cunhar moeda, cujo dono foi enforcado.

Cessárão os roubos, mas a origem delles ficou sempre no mais inviolavel segredo.

Nesse mesmo anno, entra na barra da Bahia a não *Nossa Senhora do Rosario e Santa André*, carregada de grandes valores, afim de abastecer-se de viveros, e na noite de 9 de Maio foi incendiada, mor-

rendo muita gente. Não se foi apagar o incendio com receio da grande quantidade de polvora que havia a bordo, e temendo-se a explosão picárão-lhe as amarras, e o navio, levado pela corrente da maré, foi afundar-se, por se haver arreventado e mergulhado a pôpa, nas pedras da praia de Jequitiaia.

Dizia-se que o incendio começára na praça d'armas, por occasião de estar o fiel enchendo duas garrafas de vinho; que pegára fogo no barril de vinho, e d'ahi ás partes vizinhas.

Nessa época era tal o fervor religioso, que os chefes de familia abastados, ou mesmo os que tinham algumas possibilidades, preferião para suas filhas a vida monastica ao estado matrimonial.

Um jesuita era o chefe dos moedeiros falsos!

Além de ter raptado, de um dos conventos de freiras, uma recolhida, que se destinava á vida monastica, e que a tinha

escondida em uma casa situada no becco de *Julia Mamemuda*, actualmente — travessa de S. Francisco —, era um libertino, que frequentava disfarçado as casas terreas de porta e janella, que ainda hoje existem, e erão habitadas por mulheres fadistas, como lhes chamavão, pelas acções que praticavão. Essa rua ainda hoje conserva o nome de — rua dos sete peccados mortaes.

Depois que foi enforcado o moedeiro falso da rua de Santo Antonio d'além do Carmo, o jesuita João da Motta, se passou para o Rio de Janeiro, mandando em outro navio a raptada Angelica da Conceição, com o nome de Maria dos Prazeres, acompanhada de uma cigana.

II.

João da Motta, o lascivo moedeiro falso, trouxe para o Rio de Janeiro um dos cúmplices, que, por ter sido açoutado no pelourinho, havia tres annos, foi o que deitou fogo á não *Nossa Senhora do Rosario e Santo André*.

Os outros dous cúmplices do crime de moeda falsa, morrêrão na Bahia, envenenados por uma parda, amasia do padre.

Chegados ao Rio de Janeiro, o jesuita apresentou-se no convento, e mandou o seu companheiro fiel para o sitio em que já estava morando Maria dos Prazeres e a cigana, nos arredores da Lagôa da Sentinella, hoje rua do Conde d'Eu.

Cercado de lindos arbustos, mangueiras, larangeiras, cajueiros, e outras muitas plantas indigenas, tinha esse sitio uma casinha coberta de palha.

A pouca distancia havia um outro, onde quasi todos as semanas se reunia grande numero de pessoas de todas as classes, uns para verem, outros para dansarem o fado.

Era um *samba*. Moços e velhos, frades e padres, negras e mulatas, umas de saia

e camisa á moda da Bahia, outras de vestidos á meia perna e decotados, umas de sapatinhos de marroquim amarellos, escarlates e verdes, e outras descalças.

Os homens de jaqueta, de belbotina azul ou verde, collete e calção da mesma fazenda, outros de varias côres ou de ganga da Índia, chapéos de Braga, sapatos afivelados, com mais ou menos luxo.

. Ião uns a pé, outros a cavallo. Os que ião a cavallo levavão na garupa as suas donas.

Era curioso ver chegar toda essa sucia de libertinos.

— Lá vem o Manduca com a Pexerica nas ancas (na garupa).

— Olha', dizia outra, Nhô Quim traz hoje a escaldinha de rabicho.

— Ih! ih! gentes vocês não vêem o Juca como vem empavesado com a sua Lulú meche-angú! E outras quejandas frioleiras.

A briza da noite, que brincava na folhagem dos arvoredos, era a mesma, que descia a lamber, e fazer tresandar o couro das negras, cabras e mulatas.

A lua, que passeava no azul dos céos, espelhava-se no brando crystal do arroio, era a mesma que branquejava a lustrosa corôa do padre, e do Franciscano.

Havia de tudo, padres frades, brancos, negras e mulatas!

Não faltavão almotacés, nem mamelucos. Por vezes chegava um mameluco e dizia algum segredo a algum frade, ou padre que estava presente, e elle *raspava-se* em direcção á casa, que ficava fronteira ao angulo da chacara de***. Voltava ou não o sujeito, gemia o pinho (a viola), chorava a tyranna, e o fado, ou samba, esse brinquedo licencioso do seculo passado, e que ainda está tão em voga entre o povo rustico, nos engenhos, nas fazendas, villas e freguezias, era, e ainda o é, frequentado por gente da mais alta sociedade.

III.

O fado ou sam

Ao som de um adufo (pandeiro), uma viola e um prato, desfiavão tyrannas, chulas, e cantigas de improviso, seguidas uma, duas, e tres noites, se tres noites durasse um *samba*.

Seria penoso, senão impossivel, citar tão sómente os fados: como hoje, havia naquelle tempo mais de mil especies, todas ellas variadas, quer na musica, quer na dança, e no sapatcado: variavão segundo os sertões das diversas provincias em que se cantavão:

« Minha santinha do céu,
Esta noite eu não dormi,
Nem meus olhos virão somno,
Esperando só por ti.

« As cadeiras me dóc,
Dóc, não dóc, doixal-as dóc
Oh! bom balaio! »

« Cajuoiro, cajuá,
Arriba sirigandú,
Qu'eu vou vê minha sinhá. »

« Quando a lua sai
Eu vou girá,
Vou girá, vou passiá.

« Tenho meu boi amarello,
Que eu não no posso pegá,
Fecha a cancella do meio Zéferino,
Oia que o boi póde dá. »

« Maia, maia, maiadô,
Eu gostei de vê maiá;
Eu maiê como a balêa,
Nas tres pancadas do má. »

« Quem comou a gallinha não fui eu,
Só so foi o mano meu. »

« Eu caio, eu caio, eu caio
Nos braços d'amô eu caio;
Oia a saia della ondurá,
Como anda a roda ondurá. »

E os sambistas em coro, cantavão:

« Como anda a roda ondurá. »

Circulava o vinho nos calices, de vez em quando, para molhar a palavra, como dizião, e o cognac da terra (a aguardente) refrescava; se não esquentava as bacchantes e os hystriões.

Aqui, era um olhar languido, alli um requebrado, desses que no dizer dessa época punha os moços em desordem e os velhos embasbacados; acolá era um muchocho, um dito picante, uma chalaça, um *mi deixe que eu sou de peixe*, um *mi largue que eu sou de carne*, um *não mi amarrote os babulos*, um *oh! que frade damnado...* e o samba chegava ao seu auge, ao delirio emfim.

Padres e frades, escrivães e almotacés, sur-excitados pelas frequentes libações, pelo olhar ardente de viva paixão das trigueirinhas bellas, gentis, de collo macio e corpo delgado, que girão nas dansas que fervem, exclamavão:

— Ui, quebra, mulatinha gostosa.
*Oia a saia della ondurá,
Ondurá, ondurá ondurá.*

E a trigueirinha bella, lubrica, e lasciva, parecia que se desarticulava toda, e atirava com a ponta dos dedos um beijo.

— Ai, não me mates, tyranna, não, respondia o frade, que sapateava com o rosto afogueado.

Quando algum dos fadistas (quasi sempre era um padre ou frade), ardendo em concupiscencia, batia palmas e gritava: — Minha gente, venha a formiga... a formiga —, alargava-se o circulo e ficavão no centro as mais bellas, que no delirio da dança ião pouco e pouco se despojando das vestes que as cobrião até ficarem como Eva no Paraiso.

Branças e negras, trigueiras e claras, parcião alli representar as differentes raças do globo.

Não invejavão os lubricos fadistas as bacchantes de Capua ou da Asia.

Quando da fogueira accessa no terreiro só restavão brazas, e a luz das candeias lançava apenas pallidos e vacillantes ful-

gões, exaustas, ellas se deixavão cair nos braços dos preferidos, e a tréva da noite confundia-se com a tréva dos cilios negros.

Maria dos Prazeres.

Maria dos Prazeres, ou antes Angelica da Conceição, não tomava parte nessas bacchanaes. O jesuita porém cercava-a de cuidados e desvelos. Filha de um fidalgo português rico, da Bahia, e de uma india, era um typo de belleza.

A mulher brasileira, quando é formosa, reúne em si a calma da patricia de Helena, a belleza das Corinthias, o ardor da raça latina e a altivez da bella Castelhana.

O Brazil, que parece ser a terra da promessa de que falla a escriptura, ou o paraizo terrestre de que foi expulso o primeiro homem; esmaltado de luz, de mil primores e riquezas, que roubão ao sol e ao iris a vital magia, ostenta, nos vultos gentis de algumas de suas filhas predilectas, um mundo de nectareo encanto.

Maria dos Prazeres era morena, dessa côr de jambo que captiva até os reis. Cilios e cabellos negros, olhos scintillantes de amoroso enleio, a boca breve, o sorriso magico deixando divisar alvinitentes perolas. O collo era o ninho de mil sonhos, em que dormitava amor. Se a viras, meneando o corpo com flexivel gesto, colleando o garbo, tudo olvidáras, julgando-a ideal de uma visão esmaltada de luz.

Quem por ella não daria um reino, como Nero o déra por um copo d'agua, quando bebera o nepenthes de Helena, philtro amavel!

E nesse oceano de beldade se afogavão os lascivos labios do torpe jesuita!

Era a serpente compartilhando o berço da infancia, o verme empeçonhando a rosa.

Singular perversão do coração humano!

(1) jesuita João da Motta alguns mezes

depois trocava toda essa belleza e venturas pelas orgias do fado ou pelas pallidas noites do jogo.

* Maria dos Prazeres já não era a recolhida ingenua dos claustros, nem a faceira filha da Bahia. A convivencia com o padre torpe e corrupto converteu-a e perdeu-a. Era a Messalina do seculo XVIII.

Deixemos por momentos a linda Bahiana, vivendo no ocio, e rodeada dos Lovelaces da época, que a seus pés de fada vinhão fazer protestos e depôr as bolsas, e vejamos o que fazia a cigana que a acompanhára, e o complice do padre, que por ter sido açoutado no pelourinho por ladrão, deitára fogo na náó.

A cigana.

Portugal tinha por costume mandar para o Brazil, para povóal-o, a escoria da sociedade.

Em 1718, sendo vice-rei do Brazil D. Pedro Antonio de Noronha, 2.º conde de Villa Verde, e 1.º marquez de Angeja, chegarão á Bahia, degradadas, varias familias de ciganos, acompanhadas da carta régia de 11 de Abril de 1718, expedida de Lisboa pelo conselho ultramarino.

Os primeiros ciganos que chegarão foram, por ordem do senado da camara, occupar o bairro da Palma, e a rua chamada Santo Antonio da Mouraria e suas immediações, porque o povo chamava a essa gente—ciganos, ou mouros.

Augmentando-se grandemente a procreação da ciganada, foi-lhes designado o bairro de Santo Antonio além do Carmo, para residirem.

Michaela era oriunda dessa gente que, no seculo passado, vivia quasi na ociosidade, como ainda hoje á maior parte delles vivem, uns como vagabundos, outros como ratoneiros e gatunos.

Tinha Michaela, quando acompanhou Maria dos Prazeres, os seus trinta e oito